RELATÓRIO FINAL

Compromissos e Responsabilidades para Assegurar
Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social

14 a 17 de dezembro de 2007
Brasília/DF

© 2007 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria Nacional de Assistência Social
Conselho Nacional de Assistência Social

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

José Alencar Gomes da Silva
Vice-Presidente da República

Patrus Ananias de Souza
Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Arlete Avelar Sampaio
Secretária Executiva

Ana Lígia Gomes
Secretária Nacional de Assistência Social

Aidê Cançado Almeida
Departamento de Proteção Social Básica

Valéria Maria de Massarani Gonelli
Departamento de Proteção Social Especial

Maria José de Freitas
Departamento de Benefícios Assistenciais

Simone Aparecida Albuquerque
Departamento de Gestão do SUAS E Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

Fernando Antônio Brandão
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social

Secretaria Nacional de Assistência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 6º andar
CEP 70046-900 Brasília/DF
www.mds.gov.br/suas

Sílvio Iung
Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social

Conselho Nacional de Assistência Social
Esplanada dos Ministérios, Anexo Bloco 'F', 1º andar, ala 'A'
CEP 70059-900 - Brasília/DF

É permitida a reprodução parcial ou total deste documento com a devida referência

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Representantes Governamentais

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS
Titular: Simone Aparecida Albuquerque
Suplente: Fernando Antônio Brandão

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS
Titular: Patrícia Souza de Marco
Suplente: Ana Lígia Gomes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
Titular: Paula Branco de Mello
Suplente: Daniel Pitangueiro Avelino

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP
Titular: Ana Teresa Holanda de Albuquerque
Suplente: Débora Nogueira Beserra

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS
Titular: Lúcio da Silva Santos
Suplente: Vilma Ramos

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS
Titular: Karla Larica Wanderley
Suplente: Elfa Maria Gomes Meinecke

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE e MINISTÉRIO DA FAZENDA
Titular: José Adelar Cuty da Silva (MTE)
Suplente: Edna Aparecida Alegro (MF)

REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS
Titular: Margarete Cutrim Vieira
Suplente: Valquíria Moreira Rezende

REPRESENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
Titular: Marcelo Garcia
Suplente: Rosilene Cristina Rocha

Representantes da Sociedade Civil

Entidades e Organizações de Assistência Social

INSTITUIÇÃO SINODAL DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA - ISAEC
Titular: Silvio Iung
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS – ABRUC
Suplente: José Carlos Aguilera

CONFERÊNCIA DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB
Titular: Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTENCIA SOCIAL -SMDB
Suplente: Alcides Coimbra

CONFEDERAÇÃO DAS SANTAS CASA DE MISERICÓRDIA, HOSPITAIS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS – CMB
Titular: Antônio Luiz Paranhos Ribeiro Leite de Brito
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CRISTÃO DE MOÇOS
Suplente: Waldir Pereira

Representantes dos Usuários ou de organizações de usuários

MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA - MNMMR
Titular: Ademar de Oliveira Marques
PASTORAL DA CRIANÇA
Suplente: Vânia Lúcia Ferreira Leite

UNIÃO BRASILEIRA DE CEGOS – UBC
Titular: Márcio José Ferreira
FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE INCLUSÃO SOCIAL, REABILITAÇÃO E DEFESA DA CIDADANIA - FEBIEX .
Suplente: Marcos Antônio Gonçalves

UNIÃO NORTE BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA
Titular: Vanderlei José Vianna
OBRA SOCIAL SANTA ISABEL – OSSI
Suplente: Euclides da Silva Machado

Representantes dos Trabalhadores da área de assistência social

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL – CNTSS
Titular: Darlene Terze dos Anjos Afonso Cassarini
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC
Suplente: Antonino Ferreira Neves

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – FASUBRA
Titular: João Paulo Ribeiro
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES DE DEFICIENTES VISUAIS –ABEDV
Suplente: Edivaldo da Silva Ramos

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS – FENAS
Titular: Margareth Alves Dallaruvera
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS
Suplente: Eutália Barbosa Rodrigues

SECRETARIA EXECUTIVA DO CNAS

. Cláudia Sabóia
Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS

. Liliane Neves
Assessoria de Apoio aos Conselhos de Assistência Social - CNAS

. **Maria das Merces Avelino Carvalho**
Coordenadoria de Financiamento - CNAS

. **Maria Auxiliadora Pereira**
Coordenadoria de Política - CNAS

. **Célyo Nunes**
Coordenadoria de Normas - CNAS

COMISSÃO ORGANIZADORA DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

. Silvio Iung
. Simone Aparecida de Albuquerque
. Marcelo Garcia
. Patrícia Souza De Marco
. Edna Aparecida Alegro
. Carlos Rogério de Carvalho Nunes
. José Carlos Aguilera
. Ademar de Oliveira Marques

Colaboradores:

. Aldaíza Sposati
. Marcia Maria Biondi Pinheiro
. Elizeu Calsing
. Gisele de Cássia Tavares
. José Antonio Moroni
. Luciana Jaccoud
. Rosângela Paz

COMISSÃO DE GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Magdalena Sophia Oliveira Villar de Queiroz - Secretaria Executiva MDS
Maria das Merces Avelino Carvalho Filgueiras - CNAS
Soraya Alves de Castro - CNAS
José Ferreira da Crus- Secretaria Nacional de Assistência Social SNAS/MDS
Teofones Araújo Acioli – Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração SPOA/MDS

APOIO TÉCNICO - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abelardo Rodrigues Nunes Filho
Alex Coelho Messias de Oliveira
Ana Cléria Cunha Nardi
Ana Júlia Fernandes de Siqueira
Bruna de Oliveira Aragão
Carlos Eduardo Oliveira Noleto
Clarice Leal de Mello Lima
Cleide das Neves Ferreira
Daniela Munguba Cardoso
Danúzia da Silva Soares
Fernando Eleto Coelho
Getúlio Rodrigues da Silva
Guilherme Antônio de Sousa Ferreira
José Ranieri Clemente Braga
Joseane Barbosa da Silva
Josué Alves dos Santos
Luiz Cenci
Maíra Rabelo Nasser
Marcelo Souza Machado
Maria de Fátima Teixeira de Souza
Marialice Ferreira do Vale
Mariana Nóbrega Barbosa
Patrícia Pereira de Menezes
Randriene Maia
Rosemeire Pereira Aires
Rui Pereira Polari
Silvani da Conceição de Souza
Thalita Eleto Coelho

RELATORIA DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Luziele Maria de Souza Tapajós (DF)
Relatora Geral

Carla Rosane Bressan (SC)
Coordenadora Técnica

Relatores de Grupo e Facilitadores

Valeria Cabral Carvalho (SC)
Maria Auxiliadora Miranda (MG)
Maísa Miralva da Silva (GO)
Denise Maria Fank de Almeida (PR)
Marliange da Silva (SC)
Márcio Antunes da Silva (PR)
Maria Ângela Rocha Pereira (MG)
Luiza Maria Lorenzini Gerber (SC)
Edsônia Jadma Marcelino de Souza (PR)
Maria do Rosário Corrêa de Salles Gomes (SP)
Ana Maria Corrêa Conegundes (MG)
Ronaldo José Sena Camargos (MG)
Célio Vanderlei Moraes (RJ)
Maria do Socorro de Souza Vieira (PB)
Kellen Cristina Dalcin (PR)
Sílvia Severiano da Silva (AM)
Patrícia Cristina do Nascimento Freitas (MG)
Sonia Maria Alves (MS)
Rafael Garcia Carmona (PR)
Isaac Araújo Casimiro (PE)
Domingos Sávio de Araújo (MG)
Cristiane de Oliveira Ferreira (SE)
Becchara Miranda (DF)
Alessandra Lopes Gadioli (DF)
Denise Ratmann Arruda Colin (PR)
Valéria Maria de Massarani Gonelli (DF)
Solange Stela Serra Martins (DF)
Maria Luiza Rizzotti (PR)
Angela Siman (MG)
Carolina Gabas Stuchi (DF)
Jucimeri Silveira (PR)
Maura Luciane Conceição de Souza (DF)
Lílian Moreira da Silva (DF)
Luis Otávio Farias (DF)
Maria das Graças Bibas (DF)
Renato Francisco dos Santos Paula (DF)
Gisele de Cássia Tavares (PR)
Jaime Rabelo Adriano (DF)
André Queiroz de Medeiros
Francisca Alves de Carvalho

Relatores de Oficina

Ana Maria Victor de M.Andrade e Silva (MG)
Neire Bruno Chiachio (SP)
Berenice Rojas Couto (RS)
Valdete de Barros Martins (MS)
Zuila Folhadela (AM)
Maria de Fátima Sousa (SP)
Deborah Cristina Amorim (SC)
Telma Maranho Gomes (PR)
Cirlene Inês Rocha (MG)
Adriana Lima Barros (PI)
Eloísa Castro Berro (MS)
Maria José Sousa Lanzetti (MS)
Kátia Regina Madeira (SC)
Ledi Ferla (MS)
Irenice Campos (CE)
Ana Maria Arreguy Mourão (MG)
Ana Amoroso (MG)
Rosemeire Scatena (SP)
Rita de Cássia Gonçalves (SC)
Edi Mota de Oliveira (SC)
Marisa da Silva Ferreira (MG)
Ieda Rabelo Nasser (DF)
Maria Cristina de Oliveira Marques (DF)
Ana Elizabeth Lole (RJ)

S U M Á R I O

1. Apresentação, 8

1.1 Sobre o processo de conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal, 10

1.2 Sobre o processo de credenciamento, instalação de debates, deliberação e atividades da relatoria da VI Conferência Nacional, 12

2. Programação Oficial, 16

2.1 Relato sobre os Painéis, 18

2.2 Relato sobre as Oficinas, 30

3. Deliberações, 58

3.1 Metas nacionais, 58

3.2 Estratégias para o Plano Decenal, 63

3.3 Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais, 70

3.4 Moções aprovadas, 72

Anexos , 75

Anexo A – Regulamento da Conferência Nacional, 75

Anexo B - Regimento Interno aprovado, 80

Anexo C - 10 Direitos Socioassistenciais, 86

1 Apresentação

Este Relatório Final apresenta as principais informações sobre o processo de realização e os resultados da VI Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e realizada no período de 14 a 17 de dezembro de 2007, em Brasília, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães. A VI Conferência Nacional foi convocada pela Portaria/MDS nº. 292, de 30 de agosto de 2006, assinada, conjuntamente, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Silvio Iung, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS nº. 177/2004.

A realização dessa conferência é a tradução de esforços emblemáticos de toda a sociedade brasileira – gestores, trabalhadores, usuários, prestadores de serviços socioassistenciais, conselheiros, pesquisadores e movimentos sociais – que se coloca a serviço da implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

A VI Conferência Nacional foi antecedida por um grande movimento nacional de discussões e deliberações, ocorrido nas 27 conferências estaduais e do Distrito Federal e nas 4.693 conferências municipais de assistência social, durante os meses de julho a outubro de 2007. Essa organização, de cunho nacional, com a participação de aproximadamente 500 mil pessoas, em todas as etapas de realização das conferências de assistência social acontecidas no país e na VI Conferência Nacional, tanto pela representatividade como pela mobilização, deve ser assimilada como uma das maiores expressões do exercício de democracia e do controle social na área de uma política pública do campo social no país.

A VI Conferência Nacional contou com cerca de 2 mil participantes, sendo 1009 delegados, 145 convidados, 324 observadores, 307 pessoas envolvidas nos painéis, oficinas, estandes, mobilização, imprensa e relatoria. Outros participantes faziam parte do apoio operacional e técnico da conferência. O evento traduziu-se em um dos mais importantes momentos de debate e deliberação da política de assistência social hoje empreendida sob a égide do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O tema "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)" demarcou a realização da VI Conferência Nacional, bem como das conferências realizadas em todo o país, organizadas a partir de um processo político e institucional encadeado e de reconhecida importância para o processo de consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Efetivamente, as conferências de assistência social completaram seu ciclo na VI Conferência Nacional e partilharam metodologia de trabalho semelhante, o que favoreceu o debate de temas comuns e a ampla participação com representatividade.

Os subtemas para discussão e deliberação na VI Conferência Nacional, foram assim estabelecidos:

- Plano Decenal;
- Direitos socioassistenciais;
- Controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias;
- Financiamento;
- Gestão do trabalho;
- Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

O temário das conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e da VI Conferência Nacional de Assistência Social implicou, essencialmente, na avaliação da implementação do SUAS, enfatizando a análise dos avanços, das dificuldades e dos desafios

vivenciados em seus dois anos iniciais, tendo como base as deliberações da V Conferência Nacional de 2005, expressas no Plano Decenal – SUAS Plano 10 e os direitos socioassistenciais.

Dois objetivos, portanto, subsidiaram os debates realizados nessas conferências que culminaram na VI Conferência Nacional. O primeiro referiu-se à avaliação da implementação do SUAS, a partir das metas deliberadas na V Conferência Nacional, realizada em 2005; o segundo propunha a discussão dos direitos socioassistenciais, abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação. Essa combinação de finalidades favoreceu uma avaliação qualificada do SUAS, sob a perspectiva de reunir subsídios para a efetivação dos planos decenais, nas três esferas de governo, depois de transcorridos dois anos da pactuação das metas, nas conferências de assistência social de 2005. Esse sentido de continuidade enriqueceu sobremaneira todo o processo de realização das conferências de assistência social de 2007.

Com o primeiro objetivo, as conferências enfatizaram a análise sobre a implementação da Política Nacional de Assistência Social a partir das metas deliberadas, em 2005, para o Plano Decenal que corresponde aos anos de 2006 a 2015. Essa análise apontou como as ações estão sendo implementadas nos diferentes territórios, destacando avanços, reconhecendo as dificuldades e estimando os desafios para a garantia da proteção social da assistência social no âmbito do SUAS. Portanto, os eixos temáticos definidos para a realização dos debates da VI Conferência Nacional obedeceram a esse padrão de avaliação realizado nas conferências municipais e estaduais, identificando as questões vinculadas à gestão, ao financiamento, ao controle social e aos recursos humanos, no âmbito do SUAS.

Com o segundo objetivo, relacionado à discussão dos direitos socioassistenciais, a finalidade foi a de favorecer o debate sobre o alcance desses direitos socioassistenciais, deliberados também na V Conferência Nacional de 2005, e dos compromissos éticos a eles vinculados, por ocasião da sua implementação por meio de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais.

A partir desse contexto avaliativo, a VI Conferência Nacional assimilou e debateu o que, no âmbito de cada ente federado, está sendo desenvolvido no campo da política de assistência social, permitindo a verificação dos avanços, dos desafios, das dificuldades de cada realidade e, ao mesmo tempo, o estabelecimento das prioridades a serem enfrentadas pelo conjunto das esferas de governo – municipal, estadual, do DF e federal, e por toda a sociedade.

A VI Conferência Nacional de Assistência Social entra para a história da política de assistência social, no país, como um proveitoso espaço de discussões e resoluções erigidas sobre o conjunto fundamental de avaliação construído pela sociedade brasileira, em todas as conferências. Com isso, o evento exerceu com excelência seu papel de maior instância de deliberação dessa política, ao produzir a perspectiva nacional de avaliação e ao apontar os compromissos e responsabilidades que são imprescindíveis e urgentes, para assegurar a proteção social pelo SUAS.

A construção do presente Relatório buscou consolidar os debates realizados e as deliberações advindas da VI Conferência Nacional. O esforço desenvolvido pela equipe de relatoria consistiu em atender aos princípios de fidedignidade para com essa instância de controle social e em apresentar seus principais destaques.

Certamente a sociedade brasileira, os governantes, os gestores, trabalhadores, conselheiros, usuários do SUAS, pesquisadores, movimentos sociais, prestadores de serviços socioassistenciais, ao analisarem este Relatório, terão a oportunidade de selecionar no seu conteúdo as principais orientações no sentido de legitimar os seus esforços para a efetiva implementação do Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional.

1.1 Sobre o processo de realização das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal

As conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social de 2007 foram preparadas e realizadas tendo, como parâmetros centrais, as metas aprovadas nas Conferências de 2005 para o Plano Decenal e a implementação dos direitos socioassistenciais em cada esfera de governo, identificando os avanços, as dificuldades e os desafios a serem enfrentados nos próximos 8 (oito) anos e discutindo a consolidação do SUAS.

Nesse sentido, foram estabelecidos dois objetivos para essas conferências: 1) Avaliar a implementação do SUAS nos últimos 2 (dois) anos, a partir das metas para Gestão, Financiamento, Controle Social e Recursos Humanos do SUAS e 2) Discutir os Direitos Socioassistenciais, abordando as dificuldades para a sua implementação e as ações prioritárias a serem desenvolvidas para sua efetivação.

As conferências de assistência social realizadas pelos municípios, estados e pelo Distrito Federal deram início à discussão sobre o desenvolvimento das metas e sobre os direitos socioassistenciais, os quais devem ser assegurados a todos os usuários da assistência social. O desafio dessa avaliação, passados dois anos de implementação do SUAS, esteve em analisar a situação atual da realização das metas deliberadas na Conferência de 2005 e dos direitos socioassistenciais, de maneira a aprimorar a consolidação do SUAS nos próximos 8 (oito) anos.

O processo de realização das conferências teve como pressuposto, em sua primeira etapa, a das conferências municipais, identificar as situações de ausência de serviços socioassistenciais no âmbito municipal e sua implicação na efetivação dos direitos socioassistenciais. Coube avaliar quais direitos estão sendo assegurados e as dificuldades para a concretização dos demais direitos socioassistenciais. Nesse sentido, as conferências avaliaram os programas, projetos, serviços e benefícios, assim como os programas de transferência de renda desenvolvidos pelas três esferas de governo.

A etapa estadual das conferências de assistência social teve como finalidade, além de sistematizar os debates ocorridos nas conferências municipais e as propostas daí advindas, analisar o cumprimento, pela esfera estadual, do seu papel estratégico na política de assistência social. Assim, as conferências estaduais e do Distrito Federal voltaram-se para a avaliação da implementação do SUAS nos estados, deliberando quanto às ações necessárias para cumprir as metas e garantir os direitos socioassistenciais, tendo em vista a concretização da Política Estadual de Assistência Social.

A avaliação deflagrada nas conferências estaduais teve como finalidade oferecer subsídios para a revisão do processo de construção, aprimoramento e implementação do Plano Decenal de Assistência Social no âmbito do estado, enfatizando a atuação dos estados no enfrentamento das questões cujo aspecto regional se configure um diferencial importante para a Política Nacional de Assistência Social.

No âmbito dos estados e do DF, esses compromissos em torno das responsabilidades compõem o pacto federativo firmado pelos municípios, estados e Distrito Federal, em uma primeira instância, e reafirmado entre as três esferas de governo na VI Conferência Nacional de Assistência Social.

Os resultados das conferências estaduais foram remetidos ao Conselho Nacional de Assistência Social por todos os Conselhos estaduais, por meio de relatório-padrão fornecido pelo CNAS. O consolidado dos relatórios das conferências estaduais apresentou um significativo conjunto de avaliação e de compromissos, que refletem os detalhes da implementação do SUAS em todo o território nacional e as nuanças de sua consolidação como sistema público. A sistematização dessas informações subsidiou os trabalhos da Conferência

Nacional, identificando os principais avanços, dificuldades e desafios organizados, por porte de municípios e pelas especificidades apresentadas na diversidade dos territórios das diferentes regiões do país.

De todos os estados da federação, 10 (dez) estados realizaram conferências municipais em todos os municípios e 07 (sete) em mais de 90% de seus municípios. No gráfico abaixo fica atestado o grande número de conferências realizadas, atingindo o número de 4.963 conferências municipais, a totalidade dos estados e o Distrito Federal.

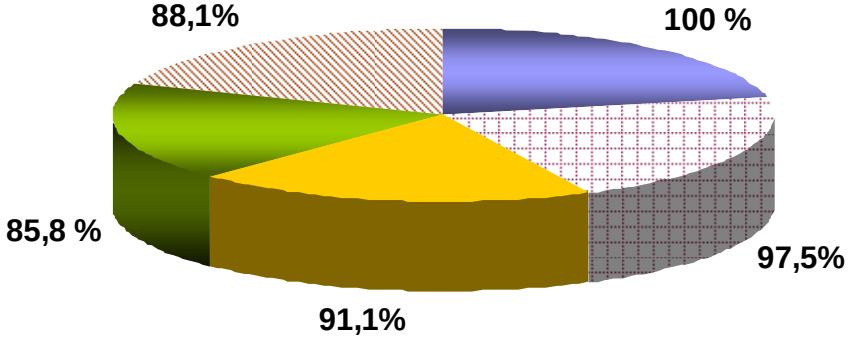
Gráfico 1

Fonte: Relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal

Com relação aos portes populacionais, foi verificada uma tendência bastante aproximada de realização de conferências pelos 05 (cinco) portes populacionais relacionados na PNAS 2004, com destaque para os municípios de médio porte, grande porte e metrópoles, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2

REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS POR PORTE POPULACIONAL



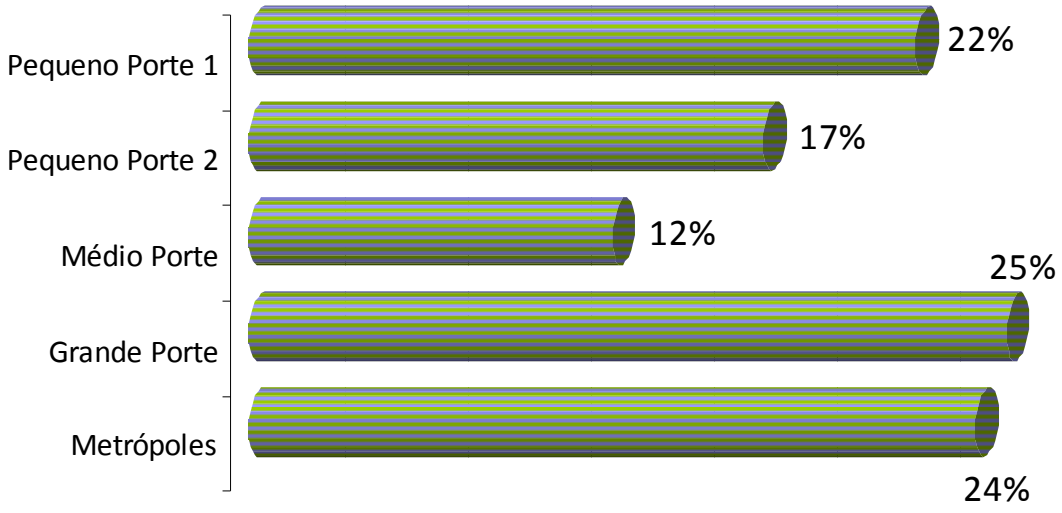
Fonte: Relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal

Ao ser aferir a participação de delegados da VI Conferência Nacional, por porte de municípios, se pôde observar a tendência de representatividade das diferentes regiões do país,

como fica claro no gráfico a seguir. O destaque pode ser percebido na eqüidade entre a representação dos municípios de grande porte e metrópoles para os municípios de pequeno porte 1 e 2 e grande porte e metrópoles com incidência menor de municípios de médio porte.

Gráfico 3

PARTICIPAÇÃO DE DELEGADOS POR PORTE DE MUNICÍPIO



Fonte: Sistema de Credenciamento – VI Conferência Nacional de Assistência Social

1.2 Sobre o processo de credenciamento, instalação de debates, deliberação e atividades da relatoria da VI Conferência Nacional

- **Credenciamento**

O Credenciamento para a VI Conferência Nacional foi realizado de forma interativa com os estados, a partir de um sistema de credenciamento em rede disponibilizado no sítio eletrônico do CNAS. O sistema *on line* de credenciamento possibilitou que todos os delegados, observadores e convidados pudessem ser credenciados com antecedência, a partir de seu local de origem. Acessando o sistema, os Conselhos estaduais podiam fazer a inscrição e detalhar as informações de cada participante em um questionário-padrão. Tal procedimento garantiu segurança e agilidade ao processo.

- **Organização dos debates**

Os objetivos da VI Conferência Nacional foram estipulados em seu Regulamento (vide anexos) pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme se segue:

- avaliar e debater a implantação do SUAS;
- aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social, através da inclusão de novas metas nacionais;
- afirmar compromissos e responsabilidades para com o Plano Decenal da Assistência Social;
- reafirmar os compromissos e responsabilidades para assegurar a proteção social pelo SUAS;
- aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

Diante desses objetivos, ficaram estabelecidos, pelo Regulamento da VI Conferência, os seguintes interesses centrais para deliberação dos delegados: a inclusão de novas metas nacionais no Plano Decenal, oriundas dos trabalhos de grupo; e a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais, a ser apresentada à sociedade brasileira, como estratégia de luta para implementação desses direitos sociais.

O temário da VI Conferência Nacional foi apresentado sob a forma de painéis centrais, painéis simultâneos e oficinas, visando subsidiar os grupos de trabalho, abordando os seguintes temas: SUAS Plano 10 – avaliação e perspectivas da implantação do SUAS e dos Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS; Os Usuários e o Controle Social; Gestão do Trabalho no SUAS; Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social; a Inclusão da Juventude – Desafio para a Assistência Social; A Assistência Social: Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão. Para a realização desses painéis, foram indicados conferencistas e expositores identificados nacionalmente com a política de assistência social, com reconhecida inserção na área, e garantido o debate em todas as versões dos painéis. As oficinas versaram sobre 24 temas relevantes para o processo de consolidação do SUAS. O relato dos painéis e das oficinas será apresentado em item específico desse relatório.

Os trabalhos de grupo da VI Conferência aprofundaram os debates dos painéis e oficinas e, portanto, a avaliação do SUAS. Tiveram como base o Relatório Consolidado das propostas deliberadas pelas conferências estaduais e do Distrito Federal sobre os 04 (quatro) eixos: gestão, financiamento, recursos humanos e controle social. Os grupos foram compostos por delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores e observadoras, previamente distribuídos quando do credenciamento. A distribuição dos participantes nos grupos obedeceu ao parâmetro da representatividade, sendo assegurada a participação de membros de todos os estados, todas as regiões do país, todos os portes populacionais e todos os níveis de gestão. Apenas possuíam direito a voto no grupo o delegado e a delegada credenciados.

Cada grupo foi coordenado por um de seus próprios membros, eleito por seus pares, acompanhado por um facilitador, cuja atribuição era orientar a discussão dos temas, e por um relator designado pela relatoria geral do evento.

A metodologia de trabalho de grupo para a deliberação dos compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social no SUAS por meio da definição das metas nacionais do plano decenal, obedeceu às seguintes estratégias:

- Análise dos desafios e das proposições apresentadas pelo relatório consolidado das conferências estaduais e do Distrito Federal, à luz das metas nacionais do Plano Decenal, aprovadas pelo CNAS;
- Proposta de inclusão, identificada a sua necessidade pelo grupo, de meta nacional para votação da plenária final, considerando os desafios e proposições analisados e apresentados pelos estados;
- Apresentação de meta nacional por eixo, ou por item de eixo, a ser incluída desde que aprovada por 2/3 dos delegados presentes à conferência

Conforme o Regimento Interno, todas as propostas aprovadas pelos grupos foram matéria de deliberação na plenária final. Nessa direção, também ficou definido no Regimento Interno da VI Conferência Nacional que todas as proposições apresentadas pelo relatório consolidado que não fossem contempladas como nova meta nacional pelos grupos deveriam ser incorporadas como estratégias ao Plano Decenal, consideradas como meios para efetivar as metas nacionais.

A metodologia de trabalho de grupo para a deliberação sobre os direitos socioassistenciais foi estabelecida da seguinte maneira:

- avaliação dos direitos socioassistenciais e indicação do grau de dificuldade para sua concretização junto aos/às usuários/as;
- hierarquização das dificuldades observadas na implementação de cada um dos 10 (dez) direitos socioassistenciais, acompanhada do devido escalonamento, a ser aprovado pela maioria simples dos delegados presentes ao grupo.

Essas deliberações foram encaminhadas à equipe de relatoria, que consolidou, com o apoio de sistema informatizado, os resultados, filtrados pelo grau de incidência de votação de todos os grupos. Esse produto consolidado resultou em conteúdos a serem inseridos na Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais, deliberada pela plenária final da VI Conferência Nacional.

Todos os resultados sistematizados pela equipe de relatoria foram apresentados na íntegra em relatórios. No processo de deliberação, esses resultados foram trabalhados por meio do sistema informatizado da relatoria.

Uma iniciativa inédita que deu sustentabilidade, segurança e agilidade para o trabalho dos grupos foi uma ferramenta– o sistema de gestão integrada da relatoria– desenvolvida especificamente para subsídio tecnológico de todos os trabalhos realizados pela equipe de relatoria. Esse sistema funcionou em rede, interligando os 24 grupos e cada relator à coordenação de relatoria. A inserção desse importante subsídio, baseado em tecnologia da informação, concorreu objetivamente para o melhor andamento dos trabalhos da relatoria e, portanto, de toda a conferência. Entre as tantas vantagens dessa nova funcionalidade, instalada ineditamente na VI Conferência Nacional, destaca-se a agilidade para o desenvolvimento dos trabalhos, a segurança para as análises e, efetivamente, a transparência de todo o processo de debate ocorrido nos grupos.

A VI Conferência Nacional ainda contou com 24 (vinte e quatro) oficinas, com o objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no campo da Assistência Social. O relato dessas oficinas será apresentado em item específico deste relatório.

Finalmente, a Plenária Final da VI Conferência Nacional, de caráter deliberativo, foi constituída pelos delegados e delegadas credenciados(as), com legitimidade para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho. O processo de apreciação e aprovação do relatório final que tratava das propostas de inclusão de novas metas nacionais e da Carta Nacional ocorreu da seguinte forma:

- Leitura do relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
- Apresentação dos destaques solicitados;
- Defesa, a favor e contra, dos destaques;
- Votação pela Plenária;
- Aprovação de propostas que obtivessem a maioria simples dos votos dos delegados e delegadas presentes.

Finalmente, as moções da VI Conferência foram apresentadas à coordenação de relatoria, em formulário próprio fornecido pela Comissão Organizadora e funcionou segundo as regras do Regimento Interno, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária.

- **Organização dos trabalhos da relatoria**

A equipe de Relatoria e sistematização da VI Conferência foi formada por membros dos estados da federação, provenientes do movimento social, das universidades, de organismos públicos e diversas entidades da sociedade civil. Essa equipe se dedicou a sistematizar os painéis, oficinas e trabalhos em grupo da VI Conferência e teve papel estratégico, visto que sua organização e atuação representou a segurança da observação, do registro necessário à produção da memória desse evento, das deliberações daí resultantes e de seus principais acontecimentos. Ressalta-se a importância das atividades de relatoria por ocasião de uma conferência dessa magnitude.

Os objetivos da relatoria da VI Conferência foram assim estabelecidos:

- Recuperação e apresentação na íntegra dos acontecimentos e resultados da VI Conferência Nacional;
- Consolidação e sistematização dos relatórios das Conferências Estaduais, de responsabilidade dos Conselhos estaduais, para fins estrategicamente definidos;
- Apoio ao Conselho Nacional de Assistência Social na definição de estratégias de debates, metodologias de trabalho em grupos, painéis e processos de deliberação;
- Produção de instrumentais de referência para a realização dos trabalhos;
- Produção do Relatório Final;
- Produção dos Anais do evento.

É importante ressaltar que o sistema utilizado foi desenvolvido com tecnologia de *software* não-proprietário, podendo ser utilizada nas diversas conferências estaduais, municipais e do Distrito Federal e adaptado para a VII Conferência Nacional, tornando-se um aplicativo de cunho público.

2 Programação Oficial

Dia 14 de dezembro
14h - Credenciamento dos Delegados
15h30 – Abertura dos trabalhos
15h45 - Regimento Interno
18h – Solenidade de Abertura
Evento de Reconhecimento pela Adesão ao SUAS
20h - Apresentação cultural – Vander Lee

Dia 15 de dezembro
08h - Programação Cultural
08h30 - Conferência de abertura: desenvolvimento social e econômico: desafios para as políticas sociais
- Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
- José Antônio Moroni – Representante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
10h – Painel I
Suas Plano 10: Avaliação e Perspectivas da Implantação do SUAS
- Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek - Professora e Pesquisadora da PUC/SP
- Ana Lígia Gomes - Secretária Nacional de Assistência Social / MDS
- Margarete Cutrim Vieira - Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS
- Rosilene Cristina Rocha - Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
- Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo - Representante do Fórum Nacional de Assistência Social
12h15 - Debate

14h30 - Programação Cultural
15h - Grupos de Trabalho
18h - Oficinas

16 de dezembro
8h - Programação Cultural
08h30 - PAINEL II
Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS
- Luciana Jaccoud - Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- Aldaíza Sposati - Professora Dra. e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS da PUC/SP
- Raimundo Gomes de Matos - Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social
10h às 11h – Debate
11h20 - Painéis Simultâneos:

1. Os Usuários e o Controle Social
- Edval Bernardino Campos
Professor em Ciências Políticas e Serviço Social da Universidade da Amazônia - UNAMA /PA

- Sebastião Nicomedes de Oliveira - Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua
- José Carlos Aguilera – Conselheiro e Representante da Comissão de Conselhos CNAS

2. Gestão do Trabalho no SUAS
- Raquel Raichelis - Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – IEE/PUC-SP
- Simone Aparecida Albuquerque - Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - SNAS/MDS e Vice-presidente do CNAS
- Margareth Alves Dallaruvera - Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS

3. Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social
- Shirlei Aparecida da Silva - Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- Marília Mendonça Leão - Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
- Márcia Helena Carvalho Lopes - Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

4. A Inclusão da Juventude - Desafio para a Assistência Social
- Aidê Cançado Almeida - Diretora do Departamento de Proteção Social Básica - SNAS/MDS
- Pedro de Carvalho Pontual - Coordenador do Instituto Pólis

5. A Assistência Social Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão
- Marcelo Garcia - Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e Conselheiro Nacional de Assistência Social
- Benedito Medrado Dantas - Coordenador do Instituto Papai
- Ana Maria Quiroga - Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ

14h - Programação Cultural
14h30 - Grupos de Trabalho
18h - Final dos trabalhos do dia

17 de dezembro
08h - Programação Cultural
08h30 - Plenária Final
14h - Programação Cultural
14h30 - Continuação da Plenária Final
18h - Encerramento

2.1 Relato sobre os Painéis

O tema geral da VI Conferência Nacional "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)" foi enriquecido pela Conferência de Abertura e pela realização de dois painéis centrais e cinco painéis simultâneos.

a) Conferência de abertura

Ementa oficial:
Este painel apresenta aos participantes as diversas concepções e polêmicas (políticas e acadêmicas), presentes na sociedade sobre a relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e o enfrentamento da desigualdade e exclusão social. Destaques: a política de assistência social (benefícios, serviços e transferências de renda, como BPC e Bolsa Família), Seguridade Social, trabalho, etc.

Algumas questões:

- Oposição ou complementaridade entre desenvolvimento econômico e social?
- Há contradição entre as formas de combater a desigualdade social? Trabalho ou benefícios de transferência de renda? Oferta de serviços ou acesso à renda?
- Qual é a relação entre reforma tributária, desenvolvimento social e política social distributiva?
- Quais as perspectivas de uma política re-distributiva no Brasil?
- Limites, desafios e perspectivas.

Sinopse:

A Conferência de Abertura, intitulada "Desenvolvimento Social e Econômico: Desafio para as Políticas Sociais" foi proferida pelo Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Representante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC –, Sr. José Antônio Moroni.

Referida no painel a importância da pactuação e da aprovação dos documentos que regulamentam o SUAS, bem como da ampliação do processo de adesão ao SUAS. Foi destacado o papel de articulador do MDS no campo das políticas sociais e sua identidade institucional na perspectiva da integralidade e a indivisibilidade do direito e oportunidades de trabalho e renda. Dentre os muitos pontos de debate, a evolução do orçamento no MDS para a rede de proteção social desde o primeiro mandato do Presidente da Republica mereceu menção.

Os desafios apontados na conferência e nos debates indicavam a importância da continuidade em estruturar o MDS, no que se refere à ampliação do espaço físico, recursos humanos e orçamento para a implantação do SUAS, e à articulação da política de assistência social, a partir do SUAS, com outras políticas setoriais e programas de governo, desafio esse identificado no âmbito do governo e sociedade civil.

b) Painel I – SUAS Plano 10 – avaliação e perspectivas da implantação do SUAS

Ementa Oficial:

Apresentação e debate da síntese dos Relatórios das Conferências Estaduais:

- Balanço dos avanços, dificuldades e desafios para a gestão do SUAS nos municípios, estados e DF quanto a Gestão, Financiamento,Recursos Humanos e Controle Social (avaliação das metas estabelecidas em 2005);
- Balanço das discussões sobre Direitos socioassistenciais: situações de ausência de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no âmbito dos municípios, estados e DF, Principais dificuldades/desafios encontradas para garantir os direitos socioassistenciais aos usuários da política de Assistência Social;
- Ações prioritárias ainda não realizadas, mas necessárias para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito dos Municípios, Estado e União;
- Balanço das deliberações das Conferências Estaduais (ações prioritárias).

Sinopse:

O painel I foi espaço de intervenção dos seguintes expositores: Professora e Pesquisadora da PUC/SP Maria Carmelita Yazbek; Secretária Nacional de Assistência Social do MDS, Sra. Ana Lígia Gomes; Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS, Sra. Margarete Cutrim Vieira; Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, Sra. Rosilene Cristina Rocha; e a Representante do Fórum Nacional de Assistência Social, Sra. Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo.

O painel versou sobre a avaliação do SUAS, tendo como foco o Plano Decenal SUAS PLANO 10 (2006-2015). A expositora, Profa. Dra. Carmelita Yazbek, inaugurou o painel com a apresentação e análise dos resultados das Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Social, ocorridas durante o ano de 2007. Tais resultados foram referenciados pela expositora em análises substantivas acerca dos produtos emanados dos referidos encontros. As demais expositoras apresentaram a visão do SUAS sob a ótica das áreas de suas titularidades, culminando com a exposição da Secretária Nacional de Assistência Social, Ana Lígia Gomes, que apresentou o 'estado da arte' do Sistema Único de Assistência Social, bem como projetou para os participantes as responsabilidades e desafios de avaliar o Sistema em todas as suas dimensões, e buscar alternativas concretas para a efetivação da política pública de assistência social, no decorrer do seu Plano Decenal.

As exposições referiram-se ao caminho político percorrido e a posição dos atores sobre a política de assistência social e os mecanismos reguladores. São incontestes, segundo os expositores, o avanço do SUAS, em tão curto prazo, e a afirmação de que a nova arquitetura estruturada para a política de assistência social e o modelo de gestão imprime um grande desafio para dar concretude aos direitos socioassistenciais, uma vez que a realidade é diversificada e desigual.

A estruturação do SUAS com base no território, com centralidade na família e no usuário, apresenta avanços inegáveis para a política de assistência social, bem como a construção coletiva do Plano Decenal. Nesse sentido, muitos desafios estão no horizonte de consolidação do sistema, como o financiamento, visto que o crescimento do investimento na área é a tradução da vontade política e demonstração da prioridade dada à assistência social como política de Estado.

Dois destaques finalizaram esse painel. O primeiro relativo à criação dos Centros de Referência de Assistência Social, que imprimem e devem continuar a imprimir um novo

modelo de atenção, baseado no respeito aos usuários, na atenção qualificada, no compromisso ético-político dos profissionais dessa área. O segundo com relação ao uso da tecnologia da informação na assistência social, que tem possibilitado avanços na democratização da gestão e no controle social, sendo um mecanismo importante para a articulação dos benefícios e serviços.

Além de reconhecer os significativos avanços da Política Nacional de Assistência Social, principalmente nos resultados obtidos com a construção do Sistema Único de Assistência Social, apuraram-se, no decorrer do painel, os seguintes desafios e recomendações:

- Insuficiência de recursos humanos e rotatividade dos profissionais que atuam na área da assistência social;
- Necessidade de contratação de pessoal e ampliação da rede de serviços para melhorar o atendimento e ampliar a sua capacidade;
- Aprimoramento das condições de monitoramento e de avaliação permanentes do Sistema Único de Assistência Social;
- Capacitação para o atendimento às chamadas *novas demandas* para o SUAS, como: geração de emprego e renda, questões da juventude e do idoso, violência em todas as suas forças de manifestação, notadamente as de caráter privado (ambiente doméstico);
- Ampliação da visibilidade do SUAS junto às entidades promotoras ou executoras da assistência social, ou seja: maior clareza dos papéis e responsabilidades dos entes federados;
- Garantia de que o SUAS seja um paradigma para os municípios brasileiros, independente de seus portes;
- Necessidade de promover a intersetorialidade e buscar interlocutores fora da assistência social, em todos os níveis federativos e na sociedade;
- Estabelecimento do piso de transferência de recursos do SUAS dos estados para os municípios e co-financiamento estadual por meio de repasse fundo-a-fundo;
- Regulamentação do Sistema Único de Assistência Social na forma da Lei;
- Garantia, no orçamento do MDS, independente da conjuntura arrecadatória adversa, com destaque para que a votação da CPMF não tenha repercussão no orçamento da assistência social;
- Pactuações permanentes e graduais para aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social a partir das metas deliberadas nas Conferências de Assistência Social;
- Investimento na construção de uma nova cultura que promova o reconhecimento público dos direitos sociais dos usuários;
- Expectativa de que os trabalhadores da assistência social, que traduzem a compreensão do Sistema, possam se despir de qualquer preconceito para atender ética e horizontalmente os usuários;
- Avanço na construção dos instrumentos de implementação da vigilância social e defesa de direitos;
- Investimento na articulação da rede e nas políticas setoriais;
- Necessidade de maior apropriação da tecnologia da informação;
- Criação de serviços para enfrentar a violência e programas para juventude;
- Enfrentamento da precariedade dos vínculos institucionai**s,** buscando mecanismos para contratar pessoal de acordo com a NOB/RH/SUAS;
- Ampliação da cobertura dos serviços socioassistenciais, visando à universalização da proteção social básica;

- Definição de parâmetros públicos que reinventem a política, no reconhecimento dos direitos;
- Aprovação de legislação que permita o pagamento de recursos humanos vinculados aos serviços de proteção social não contributiva, com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social;
- Implantação dos serviços regionalizados de proteção social especial.

As indicações para viabilização do SUAS, com relação aos campos de gestão, controle social, recursos humanos e financiamento, puderam ser apuradas em cinco recomendações, a seguir:

a) Centralidade na Política de Recursos Humanos na implementação do SUAS (seleções públicas, ampliação da capacitação profissional, perenização da força de trabalho qualificada, utilização da NOB/RH como marco jurídico regulador da organização do trabalho profissional na rede assistencial);
b) Reestruturação e organização dos Conselhos de Assistência Social (incrementar o papel dos Conselhos como órgãos de participação política e de controle social);
c) Identificação de novas situações a serem priorizadas (juventude, violência, ampliação das redes);
d) Empenho na consolidação de uma nova cultura que enfoque a centralidade do usuário, beneficiário da política, mas, ainda, o *grande ausente* na construção do SUAS;
e) Intersetorialidade como estratégia na consolidação do rompimento com o modelo antigo e esforço em garantir os direitos sociais, as questões sociais e culturais que perpassam a vida social do país.

c) Painel II – Direitos socioassistenciais – compromisso com as proteções do SUAS

Ementa Oficial:

Esse painel aborda a Seguridade Social não contributiva - garantia do acesso a benefícios, renda e serviços - enquanto Direito Constitucional, discutindo e problematizando:

- A conseqüência da ausência e/ou insuficiência da prestação dos serviços na garantia dos direitos (agravamento das situações de vulnerabilidade e riscos pessoal e social);
- Afirmação dos direitos e o surgimento de novos direitos;
- As proteções do SUAS;
- O Decálogo dos direitos socioassistenciais.

Sinopse:

O Painel II teve como objetivo o debate sobre os direitos socioassistenciais e as proteções específicas da assistência social sob a égide do SUAS. Participaram desse painel a Sra. Luciana Jaccoud – pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; a Profa. Dra. Aldaíza Sposati – professora e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social – NEPSAS da PUC/SP e o Sr. Raimundo Gomes de Matos – Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social.

As exposições do referido painel apresentaram o desafio colocado na temática, já que os direitos socioassistenciais mal começam a ser implementados, como direitos não contributivos, e os direitos sociais ocorrem por meio de proteções que são traduzidas em benefícios e serviços e sob a responsabilidade das três esferas governamentais.

A idéia da segurança de renda na assistência social – no caso o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família se ancoram nos princípios da solidariedade nacional e são benefícios não contributivos, segurança de renda, cobertura universal para o grupo beneficiário, novo pilar da seguridade social.

Os palestrantes apontaram para o fato de que os serviços socioassistenciais como direitos ainda estão em fase de discussão e somente poderão se realizar com planejamento, de forma progressiva e mediante um pacto de prioridades de coberturas e regulação de padrões de qualidade. Nesse sentido, aludiu-se a que os direitos sociais se constroem, mas também podem ser desconstruídos, pelas razões de legislação específica, ausência de planejamento, não garantia de financiamento, má qualidade – fatores que podem provocar sensação de inutilidade e deslegitimação do direito.

Segundo a exposição, o campo do social aponta para demoradas e difíceis mudanças estruturais, que possuem impacto na igualdade e eqüidade de atenção, tanto na área urbana quanto rural, na ruptura com a tutela, na construção de mecanismos e ações que confrontem todas as formas de discriminações, a partir dos próprios serviços socioassistenciais. Nesse sentido, são apontadas questões como a centralidade nos usuários, a tangibilidade da concretização do direito: avaliar e monitorar os serviços socioassistenciais e os resultados que essa atenção traz.

Uma das idéias de destaque nas exposições tratava do fato de a assistência social não ser caridade e que a noção de direito tem por base a igualdade e a eqüidade. Assim, segundo o debate, as necessidades sociais só se revolvem pela intersetorialidade. Os debates também investiram na percepção de que é preciso mudar o patamar da relação entre Estado e sociedade mediada pelas entidades prestadoras de serviço, alargando a idéia de democratização, articulando a democracia política à democracia social.

Um ponto de realce na apresentação do painel foi a necessidade de a área transitar pelo Legislativo e pelo Judiciário, já que o acesso ao direito sempre exigirá a necessária regulação das três instâncias e o acompanhamento pelo Ministério Público.

Três questões foram aventadas para enfrentar o processo de efetivação dos direitos:

a) Romper com preconceitos para com a população, referentes à condição de classe que apresenta maior incidência de riscos e vulnerabilidades;
b) Instituir direitos sociais, especificando o que está posto na Constituição de 1988 como direito genérico à assistência social, com base na intenção do legislador;
c) Avançar na criação de vínculos entre benefícios e serviços.

Finalmente, o painel indicou a necessidade de fortalecer o pacto federativo e aprimorar a relação entre os poderes, retomando o tripé da Seguridade Social com iniciativas no âmbito do poder Legislativo, a exemplo do Fórum Parlamentar.

De maneira geral, o painel enfatizou:

- Os direitos socioassistenciais devem garantir as seguranças sociais;
- Os serviços socioassistenciais, para se consolidarem como direito, a oferta de serviços depende de: um pacto de prioridades; um padrão de ofertas de serviços e de qualidade nessa oferta; sistemas de informação que permitam acompanhar os serviços oferecidos;
- É preciso instituir os direitos socioassistenciais, rompendo com o preconceito de classe. Reconhecendo o usuário como cidadão e não como "pobre";
- É preciso pensar no cidadão pela sua capacidade e não pela sua incapacidade. Caso contrário, a assistência social fica provendo com ações materiais (oferta de serviços) e não avança na autonomia e emancipação do usuário;
- O avanço dos direitos socioassistenciais está intimamente ligado à oferta e qualidade dos serviços e da rede de proteção social;

- Aos 19 (dezenove) anos de vigência da Constituição Federal de 1988, ainda estamos discutindo a consolidação dos direitos sociais. É um processo lento, porque envolve mudança cultural;
- Existe uma falta de clareza sobre o que sejam os direitos socioassistenciais;
- Discutir direitos socioassistenciais supõe valorização aos usuários, cuja centralidade ainda permanece frágil.

Os desafios e encaminhamentos relacionados a este painel pode ser assim sintetizados:

a) Afirmar o Programa Bolsa Família como um direito da seguridade social;
b) Reconhecer que o emprego não pode ser a base para a universalização da Seguridade Social;
c) Os benefícios que operam a transferência de renda são ações imprescindíveis no combate e prevenção à pobreza e à vulnerabilidade;
d) Manter o Benefício de Prestação Continuada - BPC vinculado ao salário mínimo;
e) Os direitos socioassistenciais devem ser defendidos e enfrentados pelos Conselhos de Assistência Social;
f) O co-financiamento ainda se coloca como um desafio para a assistência social;
g) Completar, especificar e avançar nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 que ficaram genéricos em relação à assistência social.

d) Painéis Simultâneos

Painel 1 : Os usuários e o controle social

Ementa Oficial:

Discutir a importância, organização e o protagonismo dos usuários no Controle Social da política de assistência social. Questões:

- Formas organizativas próprias dos usuários;
- Dificuldades e desafios;
- Depoimentos e experiências de controle social na política de assistência social.

Sinopse:

O painel teve como objetivo o debate sobre o controle social, sob a perspectiva do usuário e a sua representatividade no exercício de seus direitos de cidadão. Participaram desse painel o Prof. Dr. Edval Bernardino Campos – Professor em Ciências Políticas e Serviço Social da Universidade da Amazônia – UNAMA/PA; o Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira – Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua e o Sr. José Carlos Aguilera – Conselheiro e Representante da Comissão de Conselhos CNAS.

Os expositores destacaram a urgência em consolidar um campo conceitual sobre o controle social como exercício da democratização da gestão direta e indireta e da participação popular, portanto, no âmbito da participação de atores coletivos.

Nesse sentido, um papel dos Conselhos deve, segundo os expositores, ter como fundamento político e técnico a defesa intransigente dos interesses da coletividade, dos interesses públicos que assegurem a distribuição dos bens produzidos pela nação, o efetivo acesso às políticas sociais, à justiça e à eqüidade social. Somente assim é possível, objetivar a definição dos direitos sociais, já que a sua internalização torna imprescindível um controle social efetivo por parte dos usuários do SUAS. Por fim, foi salientado que os Conselhos são espaços de participação que devem permitir autonomia e segurança, abrangendo as

dimensões: política, técnica e ética. A dimensão ética na ação do Conselho deve ser a formulação de um elenco de ações objetivando deixar de considerar 'natural' a pobreza, e os usuários do SUAS devem ser compreendidos como sujeitos reais e não sujeitos virtuais.

A plenária ressaltou alguns itens tais como: a necessária legitimação da representação dos usuários no processo de concessão dos benefícios e serviços SUAS, bem como a ampliação do espaço para participação e organização dos usuários da AS, para que estes possam efetivamente ocupar e fazer uso de sua representatividade; a urgência em desenvolver processos de capacitação diferenciada dos conselheiros, observando o porte dos municípios; a articulação com os formadores de opinião; a ampliação do debate na perspectiva de gênero como, por exemplo, nas próximas conferências.

Finalmente, a plenária manifestou-se quanto à necessidade de apoio institucional no sentido de financiar a participação dos usuários da AS nos Conselhos e nas conferências, e no de empenho na intersetorialidade.

Alguns desafios aparecem pontuados, como resultados do painel:

- Assegurar, nos vários níveis, condições efetivas de deliberação, numa dimensão ética valorizando a presença da sociedade civil (estabelecendo conceitos e paridade que assegure representatividade efetiva dos usuários);
- Avaliação dos serviços: procedimento que indicará efetividade da ação (deverá compor a agenda da conferência);
- Criação de instrumentais para participação do segmento dos usuários, reforçando a sua visibilidade e a apropriação dos conteúdos da política, possibilitando sua afetiva organização;
- Instrumentalização dos Conselhos, de forma que suas deliberações tornem-se agenda de governo;
- Valorização e favorecimento da organização dos movimentos sociais e populares, fóruns e instâncias próprias da sociedade civil, como espaços efetivos e apropriados de desempenho para o controle social;
- Garantia de participação dos usuários nos Conselhos, oportunizando a inclusão dos segmentos que tradicionalmente estão alijados do processo de representação (catadores, moradores de rua, mulheres vítimas de violência, entre outros).

Painel 2 : Gestão do trabalho no SUAS

Ementa Oficial:

Discutir as dificuldades e desafios a partir da NOB-RH, enquanto condição para a qualidade e ampliação da cobertura dos serviços e programas da política de assistência social. Questões:

- Relação entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos e criação de planos de carreira;
- Capacitação permanente.

Sinopse:

O painel teve como objetivo o debate sobre a gestão do trabalho no SUAS, tomando como base os avanços e desafios relativos à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Participaram desse painel a Profa. Dra. Raquel Raichelis – Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – EE/PUC-SP; a Sra. Simone Aparecida Albuquerque – Diretora do Departamento de Gestão do SUAS – SNAS/MDS e Vice-presidente do CNAS; a Sra. Margareth Alves Dallaruvera – Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS.

Os principais apontamentos do painel estiveram direcionados para a macroavaliação sobre as transformações do mundo do trabalho, para o reconhecimento da precariedade que o caracteriza e a importância de a gestão do trabalho no SUAS tornar-se matéria constante de estudos, avaliação e iniciativas efetivas, visto que esse é um campo fundamental para o desenvolvimento do sistema e o alcance de suas finalidades.

Os expositores consideraram que as transformações do mundo do trabalho podem aprofundar ainda mais a precarização dos vínculos e das condições trabalhistas. Por isso, na avaliação dos expositores, a gestão do trabalho não pode ser desvinculada dos processos e das estruturas, mas antes deve ser tratada em uma dimensão de totalidade, onde precisam ser considerados componentes como as atividades desenvolvidas, as condições materiais, físico-financeiras, a qualificação profissional, os cargos e salários, perpassando os direitos dos trabalhadores.

Outras questões, nessa abrangência de totalidade, como o trabalho desprotegido trazendo como riscos a desconstrução de direitos, a lógica de mercado penetrando nas estruturas estatais e atingindo as relações de trabalho, e a atuação profissional não devem ser desvinculadas e nem individualizadas. Devem, sim, ser tratadas como trabalho coletivo, vinculado a um projeto ético-político e com respeito à autonomia técnica dos profissionais. Não é toa, segundo os expositores, que a ficha de monitoramento aponta que 48% dos profissionais não têm vínculo trabalhista. Os expositores consideraram que a política de assistência social agrega profissionais muito distintos, com muita defasagem quantitativa e qualitativa, e que a abertura de um CRAS deve levar em conta essas questões e atentar para a precarização do trabalho representada, muitas vezes, por contratos que não permitem a criação de vínculos.

Nesse sentido, foi destacado que esses fatos não representam apenas questões de gerência, porém, sim, expressam situações referentes às formas e estruturações sobre as quais esse trabalho se organiza, como o pacto federal, a gestão compartilhada e a qualificação dos trabalhadores da área.

O painel apontou para a necessidade de revisão de conceitos, tendo em vista a segurança dos trabalhadores do SUAS, e, de forma clara, indicou a necessidade de uma gestão democrática nessa área, conjugando os esforços de governo, gestores, trabalhadores, usuários, entidades e sociedade civil.

A mesa nacional de negociação do SUAS foi considerada uma avanço para a gestão do SUAS, o que indica o momento peculiar da política da assistência, ao trazer para o campo da política a questão dos trabalhadores, o que requer alianças e estratégia de negociação.

Os trabalhadores do SUAS, segundo os expositores, são o recurso mais importante da assistência social. Como tal, requerem estabilidade. Porém, igualmente requerem um grande discernimento de sua prática e capacidade para realizá-la com o suporte de diagnósticos e estratégias de gestão.

Finalmente, foi pontuado que o problema dos trabalhadores é um problema de todos: dos gestores, dos próprios trabalhadores, dos usuários e do controle social. Nesse sentido, o papel das universidades precisa ser repensado, visto que os profissionais não saem delas formados para atuar na política da assistência social. Possuem formação muitas vezes precária e pouco qualificada, por isso o processo de capacitação é central.

Alguns desafios e encaminhamento apresentados pela plenária podem ser assim especificados:

- A situação dos trabalhadores das entidades conveniadas;
- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobretudo em prefeituras de pequeno porte, o que incorre em limites para aumentar o número de profissionais;

- A transição para a educação infantil;
- Realização de pesquisa qualitativa sobre a questão do trabalho no SUAS;
- Falta de hegemonia no projeto ético-político e permanência de projetos diversificados;
- A implantação do SUAS exigindo novas formas de gestão do trabalho, com a ampliação dos quadros da assistência social;
- Identificação da rede de Proteção Socioassistencial, para capacitar os trabalhadores e promover campanhas sobre a matéria;
- Estabelecimento de padrões de qualidade dos serviços, como a definição de indicadores para monitoramento e avaliação;
- Incremento das atividades de capacitação de recursos humanos, a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBRH;
- Qualificação da coordenação da rede de serviços, nos âmbitos estadual e municipal, visando superar a fragmentação e superposição de ações, e a articulação entre os serviços e benefícios da assistência social, e deste com outras políticas sociais;
- Integração com outras políticas sociais, bem como definição de responsabilidades da assistência social e dessas políticas no desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Grande desafio: efetivação da NOBRH (gestão e qualificação) e envolvimento de reflexão coletiva dos próprios trabalhadores;
- A valorização profissional requerendo austera política de RH, para garantir: a desprecarização das relações de trabalho; abertura de concurso público nas 3 (três) esferas; aumento efetivo de cargos, para atendimento das demandas; fim do damismo; fim da gestão por políticos não eleitos e/ou reeleitos.

Painel 3 – Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social
Ementa Oficial:
Discutir as interfaces, relações e articulações entre a Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social. Questões:
- Como trabalhar articulado e integrado?
- A inclusão produtiva é “porta de saída” para os programas de assistência social?

Sinopse:

O painel introduziu o debate específico sobre os relacionamentos e a intersetorialidade entre dois campos de política pública, a segurança alimentar e nutricional e a assistência social. Compareceram como expositoras nesse painel a Sra. Shirlei Aparecida da Silva – Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a Sra. Marília Mendonça Leão – Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA e a Dra. Márcia Helena Carvalho Lopes – Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

O painel se iniciou com a consideração da área da economia solidária como estratégia de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional e ampliação dos direitos econômicos, além do devido aprofundamento da concepção e compreensão da economia solidária, como instrumento de acesso a direitos.

Os expositores apontaram que o Brasil é um dos 23 países que têm o direito humano à alimentação adequada, o que incide em conseqüências favoráveis nessa área de política pública, tais como: superação do paternalismo e autoritarismo; institucionalização do processo participativo; existência de um instrumento para a redução das desigualdades.

A presença da Secretária Executiva do MDS no painel reforçou a oportunidade de debater tais temas em uma perspectiva de síntese histórica da construção das políticas públicas vinculadas ao MDS, com destaque para o orçamento, para a construção da política social no Brasil como política de estado e para o debate sobre os desafios e resultados do FOME ZERO.

A plenária produziu alguns comentários e debates sobre o campo conceitual, político e institucional-regulador nas áreas da inclusão produtiva, inclusão social e da economia solidária. Dessa forma, podem ser destacados os seguintes itens, que foram matéria de debate no painel: o caráter consultivo do CONSEA; a garantia dos direitos trabalhistas aos trabalhadores inseridos nos projetos/cooperativas/associações na Economia Solidária e Inclusão Produtiva; a revisão da linha de crédito para as mulheres no PRONAF; o sistema de segurança alimentar e nutricional orgânico; a regulamentação da destinação de impostos para essas políticas; o aprimoramento do Programa Bolsa Família na garantia de trabalho e renda; a necessidade de investimento nos equipamentos públicos para garantir o processo de inclusão das famílias nos programas, projetos, ações e serviços; e a efetivação das intersetorialidade.

Os debates oportunizaram a definição de alguns desafios e encaminhamentos, no que tange ao tema, e que podem ser assim apresentados:

- Necessidade de ampliar o diálogo entre os fóruns das três políticas (Economia Solidária, Segurança Alimentar e Assistência Social), para estabelecer estratégias comuns;
- Consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Aprofundamento do conceito e orientação sobre geração de renda e trabalho, criando unidade estratégica com sustentabilidade;
- Criação de secretaria específica no MDS, para articulação da área de geração de trabalho e renda;
- Articulação com as empresas participantes das obras do PAC, para empregar a população usuária da assistência social;
- Revisão dos critérios do Sistema S para acesso aos cursos de qualificação;
- Necessidade de ampliar a articulação e interface com a política de meio ambiente, que está criando um amplo campo de mercado.

Painel 4 – A inclusão da juventude – desafio para a assistência social

Ementa Oficial:

Discutir, a partir de dados nacionais, a configuração da juventude brasileira, problematizando as demandas específicas para a política de assistência social. Questões:

- De que maneira é possível articular e integrar as ações voltadas para a juventude?
- Como os programas de assistência social podem ser mais efetivos para a juventude em situação de vulnerabilidade e risco?

Sinopse:

A situação da juventude hoje no país e os desafios da área da assistência social na inclusão desse grupo de usuários foi a matéria central desse painel simultâneo. Foram os debatedores a Dra. Aidê Cançado Almeida – Diretora do Departamento de Proteção Social Básica – SNAS/MDS, o Sr. Pedro de Carvalho Pontual – Coordenador do Instituto Polis e a Sra. Cinthia Nascimento Cruz – Representante da Rede Jovem do Nordeste.

O painel foi iniciado com uma síntese da pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas”, realizada por redes de instituições parceiras, sob a coordenação do IBASE – Instituto Braileiro de Análises Sociais, e o POLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. A evidência central foi de que a vivência da

juventude é marcada por profundas desigualdades sociais, regionais e intra-regionais. Os resultados e os marcos dessa pesquisa assinalaram os debates iniciais do painel.

Foi também apresentado o programa Projovem, um programa nacional de inclusão dos jovens que agrega e organiza seis programas dos seguintes órgãos: Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação e Secretaria Nacional da Juventude. O programa se desenvolve em quatro modalidades: Projovem Adolescente (15 a 17 anos), Projovem Urbano (15 a 29 anos) e Projovem Trabalhador (18 a 29 anos).

Na seqüência da apresentação, foi indicado que o programa visa assegurar direitos e gerar oportunidades, tendo como metas a permanência na escola, aquisições importantes para a vida, geração de trabalho e renda, e o desenvolvimento humano. O Projovem adolescente integra o SUAS, como um serviço de proteção social básica ofertado no território, observando o princípio da matricialidade familiar. Ele é operacionalizado nos CRAS, ou em outra unidade na sua área de abrangência.

Esse programa foi apresentado como resultado da reformulação do Agente Jovem. Atualiza a base conceitual e propõe um novo traçado metodológico, além de ampliar o atendimento, saindo de 112.468 jovens, em 2007, para 498.175, em 2008, com a projeção de atender 1.000.400 jovens, em 2010. Institui novo piso variável e financiamento no SUAS, além de elevar o valor de referência no repasse mensal. Ainda foi indicado que o Projovem Adolescente aumenta o período de permanência dos jovens de 12 meses para 24 meses, possibilitando gerar mais impacto na escolaridade e na formação geral do jovem, prevenindo a inserção precoce e precária no mercado de trabalho, investindo no desenvolvimento de habilidades e criando espaços de participação, e convivência familiar e comunitária.

As principais indicações apresentadas pela plenária foram dirigidas para a articulação do MDS com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional da Juventude. Houve um debate específico sobre a necessidade de aprimoramento do Cadastro Único para a inserção dos jovens e o melhor cadastramento pelos municípios.

Alguns desafios e encaminhamentos foram identificados no curso dos debates:

- Necessidade de superação dos estereótipos relacionados ao jovem;
- Esforço para a democratização do espaço da escola;
- Praticar o conceito de município educador, no sentido de que todas as ações desenvolvidas nas políticas sociais gerem espaços de convivência;
- Planejamento e execução das políticas públicas contemplando diversidades e evitando desigualdades;
- Promoção de gestão articulada entre serviços e benefícios, com a territorialização da informação.

Painel 5 – A assistência social superando a intolerância e promovendo a inclusão

Ementa Oficial:

Discutir as diversas formas de reprodução da intolerância na sociedade brasileira e importância da política de assistência social contribuir para a explicitação e superação. Questões:

- Quais as diversas formas de reprodução da intolerância na sociedade brasileira?
- Quais as possibilidades de contribuição da política de assistência social?

Sinopse:

O significado e a importância da assistência social, na reversão de variados níveis de intolerância hoje observadas na sociedade e na urgência da inclusão social foi o tema definidor

do painel simultâneo de número 5. Os expositores foram o Sr. Marcelo Garcia – Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e Conselheiro Nacional de Assistência Social , o Sr. Benedito Medrado Dantas – Coordenador do Instituto Papai e a Profa. Ana Maria Quiroga – Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ.

Foi destaque no painel o reconhecimento da importância do tema estar presente na pauta da Conferência, ampliando os debates no campo da gestão, para as transformações culturais.

O debate se iniciou com a consideração de que as práticas de intolerância são múltiplas e comuns em nosso país, o que implica em desproteção social. Nessa medida, é importante discutir como os CRAS podem contribuir com a superação das intolerâncias, garantindo os direitos a todos os cidadãos e cidadãs. Em tal direção, foram colocadas algumas indagações sobre o papel das políticas sociais e, especificamente, da política de assistência social para a superação dessa cultura de intolerância e preconceito, como o despreparo para trabalhar com a diversidade na área da assistência social e o desrespeito a negros, aos deficientes e aos homossexuais.

O painel apontou que é preciso reconhecer a existência da intolerância, para a devida afirmação da necessidade de promover a inclusão e o trabalho com os direitos, no campo da cultura. Isso porque as questões relacionadas ao preconceito e à intolerância estão impregnadas nas instituições, na cultura, muitas vezes não sendo, sequer, percebidas. São barreiras invisíveis que estão presentes no cotidiano e que precisam ser debatidas e ter conseqüências concretas. A discussão relevou a questão de que, no Brasil, mitos envolvendo democracia e cordialidade prejudicam o reconhecimento da intolerância, o que, de certa forma, prejudica o enfrentamento da discriminação e da intolerância.

Foi apontado que a mudança de paradigmas na assistência social pode ser comprometida, se aspectos culturais não forem matéria de atenção, principalmente no se refere à qualidade de atendimento, já que, conforme debatido, ao defender a assistência social como política pública, é preciso olhar para essas questões discriminatórias. Os Conselhos precisam ter atenção para com essas intolerâncias e preconceitos, para evitar que os profissionais continuem reproduzindo barreiras invisíveis.

Ainda que o movimento de mulheres, movimento negro e de homossexuais tenham conquistado avanços na promoção de direitos, na discussão sobre diversidade e afirmação de identidades, muito ainda está por ser feito para a garantia dos direitos em todos os âmbitos e, sobretudo, na esfera institucional.

A plenária manifestou-se de diversas maneiras, levantando pontos para o debate e denunciando formas de discriminação e intolerância, inclusive com o auto-reconhecimento de vítimas de discriminação.

Algumas questões permanecem como contribuição do painel para reflexão: Como fazer com que profissionais das políticas sociais, nas suas intervenções, garantam direitos? Como trabalhar contra a intolerância, se temos uma mídia intolerante? O nível das intolerâncias é relativo, tomando-se como base os vários grupos discriminados?

Os principais desafios e encaminhamentos produzidos nos debates do painel podem ser assim organizados:

- Garantir a presença da diversidade e a voz para todos nas mesas de eventos.
- Inclusão do debate sobre intolerância, preconceito, discriminação e diversidade nas capacitações e eventos da área;
- Atenção no exercício de contribuir e incorporar as lutas daqueles que são discriminados, com cautela para não se deixar usar por representações políticas;

- Esforço para eliminação, no cotidiano profissional e de militância, da reprodução da visão de mercado que desqualifica grupos, por motivo de suas especificidades;
- Qualificação do trabalho da política de assistência social para a superação da intolerância, em seus diversos níveis.

2.2 Relato sobre as Oficinas

As oficinas abordaram questões relacionadas a experiências e a discussões acumuladas no processo de consolidação em curso da política de assistência social, do SUAS e do Plano Decenal de Assistência Social, marco atual de relevância dessa política, sua articulação e integração com as demais políticas públicas.

As oficinas tiveram por objetivos:

- Socializar experiências que facilitem a implantação de mecanismos para a articulação entre gestão, financiamento e controle social da política de assistência social;
- Facilitar a estruturação de instrumentos que favoreçam aos atores da política de assistência social o desempenho efetivo de seus papéis específicos;
- Contribuir para a consolidação de uma nova cultura participativa, com base no controle social do Estado pela sociedade;
- Contribuir com o processo reflexivo e deliberativo da VI Conferência Nacional de Assistência Social, criando condições para que as metas a serem deliberadas se constituam, de fato, em prioridades para o avanço da política de assistência social no país;
- Possibilitar a construção de uma agenda política para os Conselhos de Assistência Social, que contemple as grandes questões tratadas nas oficinas e aponte para os encaminhamentos no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Cada oficina contou com 01 (um) ou mais expositores, um (1) coordenador e um (1) relator, que teve como atribuição o registro e sistematização de pontos relevantes tratados na oficina.

Assim, neste item do Relatório da VI Conferência, segue o registro das 24 (vinte e quatro) oficinas, com sua ementa oficial e a sistematização dos trabalhos. Esses relatos não objetivam abranger todos os conteúdos trabalhados, mas apenas ressaltar seus principais apontamentos.

Oficina 1 – Estratégias de fortalecimento do controle social e participação social

Ementa Oficial:

A articulação entre os Conselhos setoriais de políticas e de direitos, bem como a busca da participação e do fortalecimento da organização dos usuários tornaram-se alvo de discussões atuais entre os atores comprometidos com a consolidação da democracia participativa. Construção dos pontos de convergência, transformando-os em pontos comuns de trabalho nos aspectos pertinentes, onde confluem as temáticas específicas das diversas áreas de atuação. Assim, se manterá a perspectiva dos Conselhos na consolidação do controle social e no avanço da conquista de direitos.

Expositores:
Edval Bernardino – Secretário Municipal de Assistência Social de Ananindeua – Pará
Iolete Ribeiro Silva – Representante do Fórum Nacional de Assistência Social

Sinopse:

Foi reafirmada, na oficina, a importância da participação popular, uma vez que esta torna o indivíduo conhecedor de seu meio e capaz de construir sua autonomia. E a participação desenvolvida na perspectiva de sujeitos coletivos oferece a possibilidade de exercer o controle social. Este, entendido como um conjunto de ações políticas, técnicas e éticas que tornam possível a alteração da agenda governamental.

O debate manteve-se na perspectiva de que é papel dos fóruns e Conselhos a consolidação do controle social e na questão do avanço da conquista de direitos. Embora exista dificuldade de articulação entre ambos, a exemplo do Fórum Nacional Assistência Social e o CNAS, se apontou a falta de infra-estrutura para o funcionamento dos Conselhos e a pouca participação da sociedade civil das instâncias de defesa de direitos. Foram levantadas na oficina, algumas questões postas para o debate na direção do fortalecimento do controle social, como o papel efetivo dos Conselhos na condução da política de assistência social e a participação da sociedade civil, no que tange à representatividade e a qualidade da representação, entre outros.

Além de identificar esses pontos, foram identificados desafios e recomendações pertinentes à temática:

- Aprimoramento da adesão governamental dos Conselhos;
- Fortalecimento de instrumentos legais;
- Consolidação do rompimento com a tradição assistencialista;
- Superação da idéia de 'preparação' de conselheiros;
- Conversão dos Conselhos em instâncias mobilizadoras, atuantes e em espaços de intervenção nas decisões locais, a respeito da política de assistência social;
- Alteração da rotina enfadonha dos Conselhos;
- Viabilização da participação dos usuários nos Conselhos, com linguagem inclusiva;
- Fortalecimento da representatividade e da participação da sociedade civil nas instâncias como fóruns e Conselhos;
- Luta para a mudança na postura do Conselho diante das demandas do exercício da representação;
- Esforço para a eliminação da manipulação política nos Conselhos;
- Busca por maior mobilização da sociedade civil;
- Criação de fóruns de assistência social para auxiliarem na construção do SUAS.

Oficina 2 – Planos de Assistência Social – SUAS Plano 10

Ementa Oficial:
A implantação do modelo unificado de assistência social preconizado pela PNAS 2004, cuja expressão maior é o SUAS, regulamentado em 2005, requer estratégias e metas para a sua consolidação, e estas se materializam no Plano de assistência social. O SUAS – Plano 10, meta deliberada pela V Conferência Nacional de Assistência Social, demarca um horizonte de 10 (dez) anos na perspectiva da consolidação do SUAS em todos os municípios brasileiros. A concepção de plano deve incorporar, em seu conteúdo, os novos instrumentos e aplicativos previstos no SUASWeb, como o plano de ação, o demonstrativo sintético físico-financeiro,

informações essenciais para os gestores, expressando o fluxo da Rede SUAS que possibilita a visibilidade, transparência e controle social das ações de assistência social.

Expositores:

Rosângela Dias Oliveira da Paz – Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP

Renato Francisco dos Santos Paula – Coordenador Geral de Apoio às Instâncias do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS

Sinopse:

As exposições indicaram para a necessidade de mudar a cultura patrimonialista brasileira e discutir com a sociedade o significado sócio-político do planejamento na área da assistência social, como exemplifica o Plano 10, que estabelece metas de consolidação do SUAS em todos os municípios brasileiros, no decênio 2006-2015.

Levantou-se a necessidade de superar a percepção de que *planos e pactos* tendem a se transformar em documentos engavetados, se a sua função for meramente "protocolar", para fins de repasse de recursos. E ainda se identificou que é preciso assegurar o debate e a pactuação entre as esferas de governo, com atenção para a progressiva articulação entre as determinações diretivas, por parte das esferas federais, a partir do debate com as instâncias executivas baseadas em territórios municipais.

Três destaques fundamentais foram realizados para a concretização dos Planos de assistência social. O primeiro sobre a centralidade do planejamento, a exemplo do Plano 10, na condição de conter a metodologia estratégica que permite definir planos, programas e projetos para a viabilização do SUAS. O segundo sobre a qualificação técnico-profissional de quadros, gestores e conselheiros para atuar na área da Assistência, que tem sofrido modificações inovadoras, que precisam ser devidamente acompanhadas pelos agentes que nelas atuam ou com elas interagem. O terceiro sobre a qualificação das entidades de atendimento, de defesa de direitos e de assessoramento, na área da assistência social.

Ainda foram aventadas, na oficina, questões referentes ao terceiro setor e ao Plano Decenal, bem como sobre a efetividade do conceito de intersetorialidade e relativas às dificuldades para apresentar a sua importância a atores externos à área da assistência social.

Foram levantados como desafios e recomendações:

- Concretização de processo de planejamento em uma área como a da Assistência Social, marcada pela transitoriedade e por ações descontínuas;
- Articulação do Plano de Ação (Plano de Assistência) ao Plano Municipal;
- Definição da relação entre Estado, mercado e sociedade civil, no tocante à execução do SUAS;
- Garantia da participação ampliada e irrestrita de todos os agentes envolvidos na dinâmica do SUAS (gestores, profissionais, conselheiros e usuários), bem como em todo seu o processo de planejamento;
- Instituição de sistema continuado de planificação, monitoramento e avaliação de resultados, de forma a promover a transparência e o acompanhamento desses resultados pela sociedade;
- Criação de sistemas públicos de gestão instrumentalmente qualificados;
- Utilização sistemática de recursos do planejamento e da capacitação técnica;
- Construção de redes socioassistenciais, atribuindo a primazia da atenção básica ao Estado e, ao mesmo tempo, requalificando conceitos e procedimentos que permitam uma frutífera interação com o setor não governamental;
- Implantação efetiva da vigilância social;

- Superação das incompreensões acerca da efetividade do conceito de intersetorialidade e quanto às dificuldades para apresentar a sua importância a atores externos à área da assistência social.

Oficina 3 – Vigilância Social no SUAS

Ementa Oficial:

A vigilância social no SUAS, referência para os serviços socioassistenciais, demanda capacidade e meios de gestão para produzir e sistematizar informações, e para construir indicadores que possibilitem detectar a presença de vulnerabilidades e riscos sociais da população. Aliada às referências de proteção social e de defesa socioinstitucional, a vigilância social possibilita mensurar, na perspectiva da territorialidade, as situações não só de riscos sociais, mas ainda as situações de violação de direitos. O debate do novo conceito de vigilância no SUAS, para conhecer práticas positivas realizadas que possam ser socializadas com os demais.

Expositores:

Miguel Sebastian Ibarra – Coordenador Geral do Sistema Municipal de Vigilância da Exclusão Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro/RJ

Jaime Adriano Rabelo - Coordenador Geral de Regulação da Gestão Intergovernamental da Secretaria Nacional de Assistência Social SNAS/MDS

Professor Jan Bitoun – Representante do Observatório de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco

Sinopse:

Dentre as principais questões levantadas, assinala-se principalmente que vigilância social é um tema novo, sobre o qual existem poucos especialistas e que, em geral, estão relacionados a outras áreas. Foi destacado, na oficina, que esse é um conceito ainda pouco elaborado e que tem uma similaridade com o conceito de vigilância epidemiológica, vinculado ao campo da saúde.

Foi indicado que a vigilância social se refere à produção sistemática de indicadores de risco, tendo o território como base. A vigilância, portanto, deve buscar: compreender as precarizações que trazem riscos e vulnerabilidades ao cidadão; analisar sistemas de notificação de risco e vulnerabilidade que possam identificar violação de direitos; fazer estudos de vulnerabilidades e riscos da população e analisá-los. Aliada às referências de proteção social e de defesa socioinstitucional, a vigilância social deve possibilitar mensurar, na perspectiva da territorialidade, as situações não só de riscos sociais, mas ainda as situações de violação de direitos.

Foi destacado que a vigilância social é uma estratégia para, com base na realidade e a partir de informações, estudos e análises, construir propostas, no campo dos serviços, programas, projetos e benefícios que visem à redução de riscos e vulnerabilidades quanto à violação de direitos.

Houve divergência de compreensão, no decurso do debate, no que se refere à instância de efetivação da vigilância social. Por um lado, se apontava que os equipamentos sociais, como por exemplo, os CRAS, não são o lugar de atuação da vigilância social, e que é preciso formar especialistas nessa área. Por outro lado, se argumentava que o CRAS é a

referência para implantação da vigilância social, dado o entendimento de que a garantia dos direitos a serviços públicos tem que trabalhar de maneira transversal.

Assim, a partir do debate, foram levantados como desafios e recomendações:

- Estabelecimento de normas, diretrizes e princípios que orientam quais são os serviços e responsabilidades dos entes federados;
- Definição de padrões de tipificação de riscos, vulnerabilidades e agravos;
- Desenvolvimento de sistemas de planejamento, de coleta de dados e de notificação de violação de direitos com acompanhamento em tempo real; definição de quem vai notificar e de onde se vai implantar o serviço;
- Desenvolvimento de sistema teórico-conceitual-metodológico para estudos de natureza causal orientadores das ações e dos estudos;
- Definição de funções e atribuições dos serviços, perfil de equipe, capacitar equipes e estruturar o serviços;
- Necessidade de estabelecer parâmetros para além do porte populacional, tais como quanto às desigualdades microrregionais (por exemplo, a situação de distância territorial e municípios com distâncias acentuadas);
- Desenvolvimento de sistema de vigilância social considerando as diversidades, o território, o usuário e a capacitação sistemática de RH, e evitando-se o superdimensionamento de indicadores e tecnicidade excessiva.

Oficina 4 – Rede SUAS e seus aplicativos

Ementa Oficial:

Na perspectiva de uma nova lógica de concepção, planejamento e gestão da área social o MDS implementa, como uma de suas metas, condições institucionais e materiais para responder adequadamente às graves e profundas questões sociais. A aprovação da PNAS 2004 e da NOB SUAS 2005 baliza as ações e estas demandam incremento no setor de tecnologia e informação do SUAS. O sistema é alimentado por subsistemas e aplicativos, tais como o GEO-SUAS, INFO-SUAS, SUAS-WEB, CAD-SUAS, SICNASWEB, SISFAF, SIAORC, SIGSUAS, SISCON, SICNAS, na perspectiva da eficácia, efetividade e transparência das ações de gestão e controle social da política. Nesse sentido, a REDE SUAS constitui-se em marco relevante na melhoria das condições para o atendimento das metas da Política Nacional de Assistência Social.

Expositores:

Gilvan de Barros Coelho Júnior – Coordenador Geral de Informática CGI/SPOA/MDS

Estefânia Maria Pereira Pontes – Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco/AC e Presidente do COEGEMAS/AC

Gerusa Ster Vieira da Silva Narciso – Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória/ES

Sinopse:

A oficina explicitou a convergência de que a informática vem proporcionando ferramentas importantes para comunicação entre o MDS, os estados, o Distrito Federal e os municípios, e para gestão do SUAS. Ressaltou-se na oficina como é interessante já poder refletir sobre as estratégias e os problemas ligados à tecnologia da informação, no âmbito do SUAS, como algo inédito no espaço das conferências.

Foi ressaltado que, no período anterior, as dificuldades na troca de informações eram mais significativas, principalmente com os municípios. As informações existentes não estavam integradas e, muitas vezes, eram apropriadas somente por alguns, politicamente acercados ao grupo gestor federal. O acesso às informações não era democratizado. Em uma política articulada e descentralizada, com um sistema de informação como a Rede SUAS, são destacados os ganhos referentes à operacionalização cotidiana do financiamento, da contabilidade, a perspectiva de avanço no controle social, o repasse direto de informações dos municípios ao governo federal, sem a mediação dos estados. A reestruturação contínua do Sistema SUAS é uma ação estratégica, pois esse aporte tecnológico traz melhoria à política de assistência social. Essas ações visam, como grande finalidade, beneficiar o usuário, sobretudo melhorando o acesso e a qualidade dos serviços socioassistenciais.

Antes de 2005, os municípios enfrentavam muitas dificuldades com relação à prestação de contas. O envio ao governo federal de grande volume de documentos produzia um processo excessivamente moroso, dentre outros prejuízos. O sistema de automação vem superar e ajuda a enfrentar essas dificuldades. Atualmente o sistema SUAS disponibiliza de nove grandes sistemas, que estão em contínua reestruturação/atualização.

Houve o registro de que prefeituras já estão se readequando, nesse âmbito de tecnologia da informação, citado exemplo de alguns municípios. Ficou registrada a necessidade da continuidade de um planejamento integrado sobre a matéria, envolvendo a União, estados, Distrito Federal e municípios, de forma a garantir a integralização dos processos, tendo, como base de registro de usuários para todos os sistemas, os dados do cadastro único.

No entanto, constituem-se, segundo o debate, dificuldades a serem superadas: a não disponibilidade de Internet em muitos municípios brasileiros, ou mesmo o uso de Internet discada; a não incorporação da Rede SUAS como instrumento de gestão, recursos humanos não qualificados para o uso dos sistemas de informação e seu desconhecimento pelos gestores; e a resistência dos Conselhos em trabalharem com os sistemas e aplicativos da Rede SUAS.

A partir dos debates, foram indicados como desafios e recomendações:

- Colaboração do MDS com os estados, Distrito Federal e municípios, para a melhoria contínua dos sistemas de informação;
- Integração de tecnologias entre estados, Distrito Federal e municípios;
- Fomento do uso das tecnologias como instrumentos que melhoram a política de assistência social;
- Incentivo à construção da cultura do uso da informática como ferramenta de consolidação do SUAS;
- Integração da Rede SUAS e Cadastro Único;
- Disponibilização de ferramentas para as entidades e outros entes da federação;
- Investimento em capacitação, com apoio do MDS, para estados, Distrito Federal e municípios e disseminação dos sistemas da rede SUAS, para maior acesso;
- Reavaliação e aprimoramento dos sistemas para maior usabilidade (como o SISCON) devido às dificuldades de rede; melhor definição do controle de segurança, como senhas ligadas à carteira do idoso;
- Avaliação, pelo MDS, da possibilidade de criar uma linha de financiamento para que os municípios sejam estimulados a investir em sistemas de informação.

Oficina 5 – Os desafios da gestão dos Fundos de Assistência Social na consolidação do SUAS

Ementa Oficial:

Embora, desde a LOAS, os Fundos de Assistência Social estejam previstos como condição de repasse de recursos na política de assistência social, os novos instrumentos (PNAS e NOB SUAS) viabilizam princípios ali contidos. A definição por pisos, os critérios de partilha aprovados pelos Conselhos, a pactuação nas comissões intergestores constituem-se em nova configuração dos mecanismos de transparência e descentralização político-administrativa da política de assistência social.

Expositores:

Maria Roberta Albanita de Lima – Subsecretária de Estado de Assistência Social e Gestora do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais

Fernando Antônio Brandão – Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social/MDS

Sinopse:

Nessa oficina debateu-se o caminho percorrido, a partir de 2005, no aprimoramento da nova sistemática de financiamento fundo-a-fundo, na definição de critérios de transferência por pisos, nos critérios de partilha bem como os avanços e desafios nesse contexto.

Considerou-se que implantar uma nova gestão para os fundos de assistência social pressupõe partir das funções da política: proteção social, defesa social e vigilância social, adotando diretrizes do SUAS para avaliar a gestão dos fundos. A definição de pisos, os critérios de partilha aprovados pelos Conselhos e a pactuação nas comissões intergestores constituem-se em mecanismos de transparência e descentralização político-administrativa da política de assistência social.

No entanto, existem ainda desafios a serem enfrentados e dificuldades a serem superadas, tais como: evitar a improvisação e trabalhar com as ferramentas de planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados alcançados na materialização da oferta das proteções sociais; o desconhecimento da política de assistência social e das diretrizes do SUAS pelos gestores; a dificuldade dos Conselhos para efetuar o controle social dos recursos públicos, por desconhecerem os instrumentos de gestão e as peças orçamentárias; recursos repassados sem tempo hábil para aplicação, gerando necessidade de reprogramação e dificultando a avaliação pelo Conselho.

Para implantar uma nova gestão para os fundos de assistência social, foram listados alguns desafios principais a serem enfrentados:

- Aprimoramento da contabilidade, tendo como objetivos: fundos como unidade orçamentária; demonstração do financiamento; alocação dos recursos por pisos de proteção; demonstração das obrigações e responsabilidades inerentes ao nível de gestão no SUAS; prestação de contas periódicas ao Conselho; alimentação da base de dados do SUASWEB;
- Integração do planejamento: do plano plurianual com as metas do Plano Decenal da Assistência Social, LDO e LOA;
- Exercício do controle social com o estabelecimento de parâmetros de avaliação;
- Estabelecer critérios de avaliação e gestão dos Fundos;
- Garantia de eficiência, eficácia e efetividade das ações;
- Rever o índice de cobertura dos serviços e benefícios.

Oficina 6 – Política de capacitação para implementação e controle social do SUAS

Ementa Oficial:

A capacitação de profissionais, conselheiros, gestores, além de ser exigência para a implantação da Política Nacional de Assistência Social contida em suas normas operacionais, constitui demanda recorrente na área, desde a promulgação da LOAS. Dessa forma, a oficina apresenta, através do pacto de responsabilidade compartilhada entre os governos, a proposta do MDS e seus parceiros PNUD, BID, UNESCO, o Programa de Capacitação à Distância e Presencial para agentes da política de assistência social e do Programa Bolsa Família. Essas capacitações permitirão novas práticas e tecnologias que atendam com eficiência à população brasileira e, com certeza, à integração das políticas sociais.

Expositores:

Laura da Veiga – Secretária de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI/MDS

Márcia Maria Biondi Pinheiro – Consultora do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome/MDS

Márcio Eduardo Brotto – Coordenador da Escola Carioca de Gestores da Assistência Social – SMAS do Rio de Janeiro/RJ

Sinopse:

Os debates formam unânimes em concluir pela importância do Programa de Capacitação à Distância e Presencial para agentes da política de assistência social e do Programa Bolsa Família - PBF.

Foram levantados aspectos sobre o Programa e sobre a relevância das iniciativas de capacitação para a consolidação de um sistema da magnitude do SUAS. Nesse sentido, uma política integrada de capacitação pode fornecer unicidade aos entes federados, no que tange às necessidades, no âmbito conceitual e no campo da gestão, do financiamento e da gestão do SUAS.

Os expositores aventaram que é preciso agregar conhecimento a partir de uma bibliografia que verse sobre metodologias de capacitação na área de assistência social e, dessa maneira, ampliar e socializar essas metodologias, como uma forma de consolidar práticas em todo o país. Também foi apontada a necessidade de garantir estrutura, equipamentos acessíveis e espaços adequados às pessoas com deficiência.

Foram levantados como principais desafios e recomendações:

- Adequação da metodologia de ensino/aprendizagem dos cursos de capacitação à realidade local;
- Considerar a escolaridade dos conselheiros (perfil Brasil), ao implantar cursos de capacitação à distância, adequando conteúdos e volume de estudos;
- Formar os conselheiros municipais como multiplicadores.

Oficina 7 – A mulher no contexto das Políticas Sociais

Ementa Oficial:

As intolerâncias e violências que afetam a mulher brasileira geram demandas para as políticas sociais que exigem respostas adequadas. As perspectivas de superação dessas situações, apontadas em Conferências Nacionais da Mulher, da Saúde, da Assistência Social, dentre outras, precisam ser enfrentadas e efetivadas em ações concretas. Essa oficina proporciona o debate e o estabelecimento de estratégias das políticas públicas, na perspectiva do SUAS, bem

como apresenta o Termo de Cooperação entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Ministério de Desenvolvimento Social, para o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, na perspectiva da garantia de direitos das mulheres e no seu empoderamento.

Expositores:

Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Dalila Maria Pedrini – Assessora de Política Públicas da Cáritas Brasileira
Silvia Maria Sampaio Camurça – Secretária Executiva do Movimento da Articulação de Mulheres Brasileiras

Sinopse:

Os debates foram realizados em torno das condições para enfrentamento de riscos sociais e contingências diferenciadas entre homens e mulheres, uma vez que a desigualdade social é marcada historicamente pela desigualdade de gênero, fundamentada na divisão social do trabalho e na organização de diferentes aspectos da vida em sociedade.

A intersetorialidade das políticas públicas deve ser cunhada pela transversalidade de gênero, como meio de garantir a autonomia dos direitos das mulheres. Para isso é imperativo que o SUAS contemple entre os benefícios e serviços as mulheres como grupo social que está sujeito à vulnerabilidade. Para tanto é necessário ações conjuntas voltadas ao fortalecimento das políticas intersetoriais tendo como referência o "Termo de Cooperação Técnica" entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Social, pautado nos eixos: mulheres em estado de prisão; direitos sexuais reprodutivos; combate ao tráfico de mulheres; e, na implementação da Lei Maria da Penha visando consolidar uma Política Nacional na garantia dos direitos das mulheres e sua autonomia.

No entanto foram ainda pontuadas 03 (três) questões fundamentais a serem enfrentadas: a primeira está em modificar a lógica dos orçamentos, pois devem ser construídos também na perspectiva de gênero, levando em conta as necessidades especificas de homens e mulheres, sua condição e papéis, estimulando eqüidade, prestação de contas, eficiência, transparência. A segunda se refere às ações intersetoriais que não estão cumprindo a proposta de sustentabilidade, devendo merecer novo foco que possibilite integrar e articular serviços e benefícios, visando consubstanciar a proteção social às mulheres. E a terceira questão diz respeito ao SUAS – este deve incluir as mulheres como grupo social sujeito a vulnerabilidade, qualificando seus recursos humanos permanentes para atuarem na perspectiva do gênero.

Foram levantados ainda como desafios e recomendações:

- Garantia de Campanha Nacional em defesa das mulheres, coibindo a violência;
- Formação e capacitação de recursos humanos voltados ao recorte de gênero, protagonizando a transversalidade de gênero nas políticas sociais da SUAS;
- Ampliação de objetivos das casas de abrigo, devendo incluir ações que contemplem uma nova política de abrigamento, geração de renda e mecanismos que possibilitem romper com a violência;
- Garantia que seja assegurado no eixo programático das próximas conferências (nos diversos níveis) análises e trabalhos na perspectiva de gênero.
- Construção de condições de proteção social às mulheres vitimitizadas pela violência, estabelecendo mecanismos que possibilitem a redução da vulnerabilidade e fragilidade

(mulheres em estado de prisão, centros de referência para atendimento de mulheres, casas de abrigo);

- Contribuição para resiliência de mulheres portadoras de doença (AIDS), no enfrentamento das desigualdades sociais e exclusão social;
- Articulação, no campo da proteção social da SUAS, de ações voltadas para implementação da Lei Maria da Penha, fazendo enfrentamento para coibir a violência;
- Articulação de ações no SUAS que inclua o grupo social das mulheres, a partir do contexto de construção histórica de sujeitos subjugados a outros, não só em relação à sua classe social, mas também pela construção sociocultural das relações homens e mulheres;
- Introdução, no plano de políticas para mulheres, do eixo que inclui ações, possibilitando a participação das mulheres nos espaços de poder.

Oficina 8 – CRAS Indígenas e Quilombolas

Ementa Oficial:

Em 2006, um Grupo de Trabalho foi instituído, no CNAS, com o objetivo de "acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, os impactos sociais e o desempenho das ações da Rede de Serviços de Proteção Social Básica nas comunidades indígenas e quilombolas". Tal grupo, além de debater a definição e as características dessas comunidades, apresentou dois relatórios, um sobre cada uma dessas populações, e um outro contendo um conjunto de recomendações, buscando o planejamento e acompanhamento desses trabalhos. Objetiva, essa oficina, a retomada da temática, trazendo novamente seus atores à cena, na perspectiva de dar visibilidade a essas comunidades, como usuárias e protagonistas da política de assistência social.

Expositores:

Aderval Costa Filho – Coordenador do Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria de Articulação e Parcerias – SAIP/MDS

Bernadete Fernandes Gregolim Oliveira – Secretária Municipal de Assistência Social de Barra do Bugres/MT

Maria de Lourdes Santos da Silva – Secretária Municipal de Assistência Social de Parelhas/RN

Sinopse:

Os debates realizados indicaram que o trabalho junto às comunidades é dotado de grande complexidade, em função das formas diferenciadas de organização (distintos formatos de família, de organização das atividades produtivas ou divisão do trabalho).

Existe a necessidade da qualificação técnica para as intervenções, como também uma adequada capacitação para a composição das equipes. Assim, é fundamental que o MDS desenvolva um processo de capacitação para equipes que atuem nesses espaços.

Houve também a apresentação de duas experiências com populações indígenas e quilombolas: a de Barra do Bugre (MT), que relatou as ações desenvolvidas em CRAS, apontando avanços e desafios. E a de Parelhas (RN), que relatou a experiência com quilombolas. Ambas apontaram para a necessidade de fortalecimento dessas culturas, na perspectivas de valorizá-las como protagonistas da política de assistência social.

No entanto, foram registradas 02 (duas) questões que são de fundamental importância. Primeiramente o fato de que nem sempre as comunidades se agradam da divisão regional/municipal realizada. Para tanto, é necessário que, antes de iniciar qualquer trabalho,

a comunidade seja consultada sobre a qual território deseja se vincular. E, como segunda questão, quando da instalação dos CRAS em uma comunidade, é preciso, além de preparar as equipes, reconhecer o processo de segregação a que essas comunidades estiveram expostas.

Além dessas questões, foram pontuados os seguintes desafios e recomendações:

- Instalação de CRAS nas comunidades de difícil acesso, como áreas nos estados da Amazonas, Pará, Acre, MS, MT e outros onde estão essas populações;
- Ampliação de recursos financeiros para os benefícios e serviços que atendem essas comunidades;
- Articulação junto às universidades para que contemplem, nos seus currículos, as temáticas que envolvem populações indígenas e quilombolas;
- Aceleração do processo para certificação dessas comunidades;
- Inclusão das representações das comunidades quilombolas na elaboração de editais relacionados aos financiamentos das políticas públicas voltadas ao atendimento dessas populações.

Oficina 9 – Papel das Frentes Parlamentares em Defesa da Assistência Social

Ementa Oficial:

O sistema democrático brasileiro pressupõe a harmonia entre os poderes constituídos, emanados da Constituição Federal 88. Nesta, a participação direta da população é pressuposto do artigo 1º. No entanto, nenhuma dessas esferas de poder prescinde da outra, na busca de melhores condições de vida para a população. A esfera parlamentar tornou-se importante aliada na construção da política de assistência social e, hoje, as diversas Frentes Parlamentares em Defesa da Assistência Social instaladas poderão consolidar em legislação os avanços das lutas populares. A oficina objetiva retratar o papel das mesmas e o trabalho desenvolvido, na busca do conhecimento e da ampliação para outras instâncias do Estado.

Expositores:

Raimundo Gomes Matos – Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social

André Quintão – Deputado Estadual e Representante da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social do Estado de Minas Gerais

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra – Deputado Estadual e Representante da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social do Estado do Ceará

Sinopse:

A oficina iniciou com breve explanação sobre a recente história da criação de Frentes Parlamentares e sobre a sua caracterização. Uma Frente Parlamentar caracteriza-se pela associação de interesse público, com natureza política e de caráter suprapartidário.

Sobre a Frente Parlamentar Nacional, foi informado que a mesma foi criada em Junho de 2007 e sobre a Frente Parlamentar Estadual de Minas Gerais, em outubro de 2007.

No caso da Frente Parlamentar Nacional, destaca-se a sua participação na elaboração do orçamento, no incentivo de emendas parlamentares e no monitoramento junto à Comissão mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização da elaboração e aprovação do LBO e LOA. Também são importantes iniciativas como a apresentação de orçamentos e discussão do Plano Decenal. Trata-se, efetivamente, do exercício de democracia do Poder Legislativo como aliado dos políticos públicos e do controle social.

Os debates da plenária apontaram para a necessidade da atuação das frentes, na luta pela ampliação dos serviços voltados a públicos ainda não alcançados pela política de assistência social e sobre a questão das emendas parlamentares.

A partir da discussão ocorrida, foram indicados como desafios e recomendações:

- Avanço na construção da intersetorialidade das políticas públicas;
- Desenvolvimento de trabalho sistemático de sensibilização para criar Frentes nos estados onde elas ainda inexistem;
- Modificação da visão profissional, de redito da emenda parlamentar, destinando somente como emendas coletivas e poder discutir e modificar todo o orçamento;
- Priorização, por parte dos Conselhos, da articulação para a criação de Frentes Municipais;
- Defesa da transferência de Renda – Programa Bolsa Família – como direito à alimentação e à renda.

Oficina 10 – O processo de envelhecimento da população brasileira e os serviços socioassistenciais

Ementa Oficial:

As projeções em relação ao aumento da expectativa de vida apontam para uma população idosa, no Brasil, em 2020, da ordem de 14% em relação à população total (Beltrão, Camarano e Kanso, 2004 *in* Idosos Brasileiros – Indicadores de Condições de Vida e de Acompanhamento de Políticas 2005). Considerando os impactos e transformações nas políticas públicas, daí decorrentes, a busca pela qualidade de vida dessa população ocupa lugar de destaque na perspectiva da política de assistência social. Assim, essa oficina pretende possibilitar espaço de exposição, reflexão e debate acerca dessa temática da relação intergeracional e de como a política de assistência social torna-se relevante, ao assegurar a esse contingente populacional a proteção social básica, na prevenção de riscos sociais e provendo atenções socioassistenciais quando da violação de direitos e rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Expositores:

Patrícia Souza De Marco – Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS/MDS
Jussara Rauth – Representante do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos – CNDI
Maria Machado Cota – Membro da Associação dos Aposentados do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações – SINTEL e Representante da Rede Ibero-Americana de Associações de Idosos.

Sinopse:

Inicialmente os expositores apresentaram uma visão das deliberações do Conselho Nacional dos Direitos do IDOSO – CNDI, no que se refere ao processo de envelhecimento da população brasileira e aos serviços assistenciais estabelecidas na LOAS, SUAS e Proteção Social à Pessoa Idosa, como contribuição para o processo de reflexão e debate dos atores governamentais e não governamentais presentes na conferência.

Na oficina foram fornecidas muitas informações sobre a população idosa no Brasil que, de acordo com dados da PNAD de 2006, já chegou aos 19.100 milhões, perfazendo 11% da população total do Brasil, confirmando a necessidade de ocupar lugar de destaque na perspectiva da política de assistência social.

Foram também matéria de debate algumas informações sobre a caracterização de pessoas idosas e sobre os serviços e benefícios da Proteção Social do SUAS referentes a essa

população usuária, com destaque para a oferta dos serviços que visam prevenir situações de risco, desenvolver potencialidades e fortalecer vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, foram apresentados os indicativos da primeira Conferência Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, já implementadas em 2007, no âmbito da política de assistência social.

A partir dos debates realizados, foram indicados como desafios e recomendações:

- Articulação com o Ministério Público, visando garantir as deliberações dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, bem como promover a defesa, garantia e fiscalização dos direitos da pessoa idosa;
- Garantia de estrutura física, recursos humanos e equipamentos, aos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, possibilitando o cumprimento de seus objetivos;
- Sensibilização e capacitação de profissionais, trabalhadores voluntários e familiares para o atendimento à pessoa idosa portadora de necessidades especiais e de Alzheimer, sem núcleo familiar;
- Articulação e interface com as diversas políticas públicas, nas três esferas de governo, bem como dos Conselhos de Idosos com os demais Conselhos, visando garantir o atendimento dos direitos da pessoa idosa;
- Articulação com a mídia, visando reconhecer as reais condições e necessidades da pessoa idosa, objetivando o enfrentamento do processo acelerado do envelhecimento populacional;
- Criação de serviços especiais destinados à população que se encontra na 4ª e 5ª idades;
- Inclusão, no conjunto de ações do SUAS, de capacitação para o trabalho para pessoa idosa que apresenta capacidade laborativa, objetivando garantir renda mínima;
- Desenvolvimento de programas de fiscalização junto às instituições de longa permanência em todo o país, visando evitar que as mesmas se apropriem do total dos benefícios pecuniários da pessoa idosa;
- Capacitação de recursos humanos para prestarem atendimento à pessoa idosa nas diversas modalidades, incluindo a formação de cuidadores da pessoa idosa dentro da família;
- Desenvolvimento de programas de ações integradas, intergeracionais, governamentais e não governamentais, voltados para o envelhecimento ativo da população brasileira, reconhecendo o idoso como protagonista de suas ações, e visando a construção de uma sociedade saudável para todos;
- Ampliação da capacidade orçamentária, em todos os níveis, e definição do co-financiamento dos entes federados envolvidos nos serviços de proteção ao idoso;
- Qualificação da coordenação da rede de serviços, nos âmbitos estadual e municipal, visando: superar a fragmentação e superposição de ações; a articulação entre os serviços e benefícios da Assistência Social, e deste com outras políticas sociais;
- Integração com outras políticas sociais, bem como definir responsabilidades da assistência social e, destas políticas, no desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Criação de mecanismos de atendimento à pessoa idosa que reside na zona rural, destituída de benefícios e serviços básicos;
- Revisão conceitual de certos parâmetros, no que se refere à atenção à pessoa idosa e à rede de atendimento; e qualificação dos serviços para esse público.

Oficina 11 – Assegurando direitos no SUAS: O papel da Ouvidoria Pública, Ministério Público e Defensoria Pública

Ementa Oficial:

A sociedade civil brasileira conquistou importante marco na Constituição Federal de 1988, na busca dos princípios da descentralização e participação popular. A processualidade do direito representado pela defesa social e institucional encontra, nos órgãos acima, sua expressão. Essa oficina possibilita o conhecimento pelos atores da política de assistência social dos papéis desempenhados pelos diversos órgãos, na busca da proteção social como direito.

Expositores:

Rejane Maria de Oliveira – Ouvidora Geral do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome – MDS

Representante da Defensoria Pública Geral da União

Leila Machado Costa – Representante do Fórum Nacional de Coordenadores do Centro de Apoio aos Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação – Foncaje

Sinopse:

Durante a exposição e o debate realizados foram indicados pontos fundamentais para a compreensão acerca do papel dos órgãos acima citados, principalmente quanto à finalidade dessas instâncias, que está em garantir as informações ao cidadão brasileiro, visto que todo cidadão tem direito a saber o início e o fim de sua ação.

A oficina debateu a importância de uma política nacional de ouvidorias em Assistência Social no âmbito do SUAS, pois essa estratégia significa um canal muito importante para a transparência e para o controle social. Significa, segundo os debatedores, em última instância, uma oportunidade para o aprimoramento dos serviços e para a revisão de cursos iniciados a bem do usuário dessa política. A ouvidoria, como modelo de democracia participativa popular, foi mencionada como um avanço nas relações entre Estado e sociedade.

Foi também matéria de debate na oficina a positividade de iniciativas como a promoção de discussões com os outros órgãos do Ministério, para maior rapidez e eficácia nas ações.

Um destaque da discussão, advindo da plenária, foi que a Ouvidoria Pública deve servir não apenas para receber as reclamações do cidadão, mas para encaminhá-las aos setores e acompanhar os resultados ocorridos após essas manifestações.

Foram indicados como grandes desafios e recomendações:

- Proposição, implementação e coordenação da política nacional de ouvidoria em assistência social no âmbito do SUAS;
- Promoção de discussões com os outros órgãos do Ministério para maior rapidez e eficácia nas ações;
- Criação de Promotoria Especializada na operacionalização do SUAS;
- Garantia de acompanhamento das perícias médicas (BPC) por profissionais de serviço social;
- Garantia de resposta sobre os direitos da população (Ouvidoria), conhecer a situação, encaminhar, acompanhar e encerrar o caso.

Oficina 12 - Transparência na gestão pública do SUAS: Controle interno e externo

Ementa Oficial:

Sendo o Tribunal de Contas da União – TCU o órgão que auxilia o Congresso Nacional no exercício do controle externo, realizando a fiscalização quanto à legalidade e legitimidade na aplicação das subvenções e renúncia de receitas, tornou-se parceiro dos Conselhos de assistência social. Inclusive editou, em 2007, um caderno com orientações para esses Conselhos, no qual reafirma o fortalecimento da cidadania. Assim também, a Controladoria Geral da União – CGU, responsável pela supervisão técnica dos órgãos que compõem o sistema de controle interno, é um aliado e parceiro da assistência social. A oficina proporciona aos atores da política de assistência social aprofundar e debater os diversos papéis dos referidos órgãos e sua integração entre si e com a política de assistência social, bem como a descentralização de suas orientações para estados e municípios.

Expositores:

Marcelo Chaves – Diretor Técnico da Secretaria de Controle Externo da 4ª Secex do Tribunal de Contas da União – TCU

Raildy Azevedo Costa Martins – Assessora Especial de Controle Interno do Gabinete do Ministro/MDS

Sinopse:

Foi bastante consensual, durante a oficina, o reconhecimento da importância do controle interno e externo fundamentado na Constituição Federal, diante da necessidade de zelar pela transparência e probidade na administração pública. Destaque igual foi dado ao papel dos Conselhos nesse processo, acompanhando e analisando as prestações de contas.

Com relação especificamente aos Conselhos, se debateu sobre a responsabilidade que eles têm de efetuar as verificações e relatar as irregularidades à prefeitura e aos órgãos de controle, conforme o caso. É importante também que os Conselhos percebam qual é o seu papel em relação à aprovação dos balancetes, pois, às vezes, o documento é apenas para leitura na plenária do Conselho, e não para deliberações dos conselheiros.

É importante, conforme manifestou o debate, que os conselheiros saibam que desempenham atividade pública atribuída por lei (LOAS) e, portanto, são investidos de funções, por designação, para o exercício de atribuições legais. Os órgãos de controle externo esperam do Conselho iniciativa para buscar as informações que permitam conhecer a execução do programa; participação, para que, com a ajuda de todos os conselheiros, a atuação dos Conselhos seja eficiente; bom senso, para distinguir as falhas que possam ser corrigidas pela prefeitura das irregularidades graves que precisam ser relatadas aos órgãos de controle; responsabilidade, para efetuar as verificações e relatar as irregularidades à prefeitura e aos órgãos de controle, conforme o caso; independência, porque o compromisso do conselheiro não é com a administração local, mas com a sociedade.

Mencionou-se também a falta de conhecimento em relação aos instrumentos de controle externo e interno por parte dos agentes públicos, tendo como conseqüências problemas com a gestão e prestação de contas. E que os contadores dos municípios têm receio de utilizar recursos financeiros da assistência social devido ao rigor da fiscalização do TCU, tendo como conseqüência recursos remanescentes em contas do Fundo Municipal de Assistência Social.

Foram indicados ainda como desafios e recomendações:

- Integração das ações dos Conselhos, ministério público, tribunais de contas, entre outros órgãos;

- Capacitação dos conselheiros e gestores para melhor entendimento aos órgãos de controle externo e interno, para possibilitar encaminhamentos sobre as irregularidades identificadas nos Conselhos municipais de assistência social;
- Empenho para que os conselheiros de assistência social possam ser de fato agentes públicos no município, atuando de forma diferente, sem assistencialismo e sem permitir cooptação de membros dos Conselhos por órgãos do executivo e legislativo;
- Esforço para que os conselheiros da assistência social possam se apropriar dos instrumentos de controle interno e externo, para fiscalizar os recursos públicos.

Oficina 13 – A natureza e o papel das entidades e organizações de assistência social e o vínculo SUAS

Ementa Oficial:
A Resolução CNAS 191/2005, que regulamenta o Art. 3º da LOAS que versa sobre organizações e entidades de assistência social, através da definição de suas características essenciais, aprofunda o papel da inscrição desses nos Conselhos. Aprofundar a discussão do reconhecimento da natureza da assistência social nos serviços, programas, projetos e/ou benefícios, bem como suas implicações, constitui-se o tema referencial dessa oficina.

Expositores:
Carolina Gabas Stuchi – Coordenadora Geral de Regulação Público e Privado da SNAS/MDS
Michelline de Carvalho Santos – Representante da União Maristas do Brasil
Denise Ratmann Arruda Colin – Superintendente da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná

Sinopse:
As entidades, por cultura histórica, se depararam, em sua grande maioria, com a lógica da beneficência, uma política com bases assistencialistas. Contudo, já podem ser aferidos avanços no reconhecimento pelas entidades, a partir da PNAS / 2004, de uma aproximação com o modelo do SUAS.

Foi destacado que as organizações não governamentais acabam por cumprir um duplo papel nesse contexto. De um lado, integram a rede de prestação de serviços socioassistenciais e, de outro, exercem o papel de controle das políticas públicas através de Conselhos e fóruns.

Foram apresentados alguns resultados da pesquisa de entidades privadas de assistência social, realizada pelo IBGE em 2006, onde se constata que, no universo das entidades pesquisadas (38.000 mil), somente 16.089 podiam ser classificadas como entidades de assistência social, sendo menor a distribuição geográfica no norte e sendo a maior parte de âmbito municipal. Somente 15% eram de âmbito nacional. As informações dessa pesquisa retratam a situação preocupante dessas entidades e apontam para elementos que devem ser considerados no planejamento do setor.

As premissas e antecedentes históricos, legais e teóricos dificultam a caracterização de "entidade" e "assistência social" –a legislação traz diferentes termos para se referir à assistência social, resultando em uma precariedade na tipificação dos serviços socioassistenciais, em uma cultura política vinculada à visão tradicional da assistência social e ao Estado patrimonialista. Outro aspecto importante a ser considerado é quanto ao processo de certificação exercido pelos Conselhos, uma vez que se identifica uma proliferação de organizações não governamentais nos municípios.

As preocupações expressas no debate com a plenária foram com a caracterização dessas entidades de assistência social, com relação às entidades de áreas correlatas que prestam serviços socioassistenciais, ao processo de transição da legislação sobre a certificação e, nesse bojo, com respeito à desburocratização e ao decreto sobre o CEBAS.

Foram indicados ainda os seguintes desafios e recomendações:

- Definição de indicadores, parâmetros e critérios de qualidade para a caracterização de entidades, para o monitoramento e para a avaliação de suas práticas;
- Promoção de maior aproximação entre Estado e as entidades, no que diz respeito às ações de complementaridade dos serviços por elas assumido;
- Reforço e consolidação do conceito de entidade e organizações de assistência social; e revisão de conceitos atinentes às entidades;
- Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais;
- Vinculação das atribuições de reconhecimento e fiscalização dos serviços às respectivas políticas e Conselhos setoriais;
- Capacitação de Recursos Humanos de entidades sociais.

Oficina 14 – O CREAS no atendimento a situações de vulnerabilidade e violação de direitos de indivíduos e famílias

Ementa Oficial:

A proteção social especial, referência da assistência social, a ser ofertada no CREAS, por meio de serviços especializados regionalizados, a famílias e pessoas com direitos violados, requer a integração de esforços, recursos e meios que potencializem ações nessa área. É uma modalidade de atenção especializada e precisa superar desafios para restituir direitos sociais e reconstruir vínculos familiares e comunitários perdidos. Essa oficina oportuniza a exposição do tema e favoreceu o debate para que os participantes avancem para bem compreender o que seja o CREAS, no contexto do SUAS, e buscar estratégias para a oferta desses serviços regionalizados à população.

Expositores:

Valéria Maria de Massarani Gonelli – Diretora do Departamento de Proteção Social Especial – SNAS/MDS

Ieda Maria Nobre de Castro – Secretária Municipal de Assistência Social de Maracanaú /CE

Maria José Medeiros – Diretora da Proteção Social Especial da Secretaria Estadual do Trabalho, Habitação e Assistência Social do Rio Grande do Norte

Ana Paula Motta Costa – Consultora do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Sinopse:

A oficina se iniciou com a apresentação das principais orientações sobre a compreensão e o funcionamento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, que é uma unidade pública estatal e pólo de referência da proteção social especial. Essa unidade deve interagir para além do sistema de garantias, fazendo a interlocução com outros atores e segmentos. O CREAS opera com as referências específicas, como medidas e ações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, Plano de Ação de Enfrentamento da

Violência Contra Pessoa Idosa, Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso à Exploração Sexual Contra Criança e Adolescentes.

O CREAS constitui-se em porta de entrada e referência para os serviços de proteção especial, não podendo ser confundido com um "balcão de atendimento", porém precisando trabalhar na perspectiva das seguranças sociais, na articulação com a proteção social básica; no atendimento a situações de risco e desproteção social, e no atendimento a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social.

No debate ainda foram aventados os princípios e a metodologia de trabalho de um CREAS, e indicada a necessidade de se equacionar as disparidades entre o SUAS e o Sistema Nacional de Atendimento SocioEducativo – SINASE.

Houve destaque para a questão de que, em vários estados, as medidas socioeducativas em meio aberto estão atreladas à outras políticas, contrariando as orientações da PNAS. Desenvolver um bom trabalho no CREAS, segundo o debate ocorrido, significa imprescindivelmente trabalhar na perspectiva da intersetorialidade.

A plenária ainda levantou a perspectiva de que o CREAS é uma unidade em construção, havendo necessidade de contínua orientação e capacitação sobre os serviços e a unidade por parte dos órgãos gestores.

Assim observou-se que existem grandes desafios em relação aos CREAS:

- Fortalecimento do CREAS e ampliação do co-financiamento;
- Ampliação de seus índices de atendimento;
- Regulação dos serviços ofertados;
- Aprimoramento da relação SINASE e SUAS;
- Desenvolvimento de programa de capacitação continuada;
- Aprimoramento da estruturação da rede de proteção social especial.

Oficina 15 – Integração de Serviços, Benefícios e Renda no Centros de Referência da Assistência Social - CRAS

Ementa Oficial:

A proteção social básica, referência da assistência social e ofertada no CRAS, por meio de um conjunto de ações de enfrentamento de riscos e vulnerabilidades sociais, requer superar desafios de seu cotidiano. Na perspectiva da superação da exposição a situações de risco, busca-se a garantia da convivência familiar e comunitária, na oferta e integração de benefícios e serviços de convivência, socialização, atendimento a necessidades e orientações a indivíduos e famílias. Essa oficina pretende fazer essa abordagem e possibilitar o debate acerca dos desafios e formas estratégicas de fortalecer e integrar as ações do CRAS, na perspectiva de potencializar resultados e minimizar as situações de risco social.

Expositores:

Rômulo Paes – Professor da Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC/MG

Yolanda de Oliveira Santos – Coordenadora da Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social de Aracajú/SE

Sinopse:

A oficina favoreceu a possibilidade de relatos de situações específicas, onde diversos participantes expressaram as experiências locais na área da proteção social básica, sobretudo no âmbito dos CRAS.

A experiência do Município de Aracaju/SE, que conta com 12 CRAS implantados, a partir do grau de vulnerabilidade dos territórios do município, foi relatada com maiores detalhes.

Os relatos e as exposições foram incontestes quanto à importância da integração de serviços e benefícios nos territórios dos CRAS, o que reafirma os princípios fundamentais da PNAS quanto à descentralização de atendimentos, cadastramento e acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF nos CRAS.

Outros aspectos bastante ressaltados foram a necessidade de todos os CRAS possuírem equipe do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF e de os serviços serem desenvolvidos por essa equipe, compreendendo a economia solidária como estratégia de inclusão produtiva para trazer as famílias aos CRAS.

No entanto, identificou-se ainda a necessidade de superar desafios em seu cotidiano:

- Trabalho intersetorial efetivo;
- Utilização de instrumentos de monitoramento e avaliação;
- Elaboração e aprovação o plano de cargos/carreira e salários na instância municipal;
- Realização de concurso público para a atuação nos CRAS.

Oficina 16 – BPC: O novo decreto de regulamentação e as ações intersetoriais

Ementa Oficial:

A luta da sociedade em busca de novos parâmetros para o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que ampliassem o direito mais concreto da assistência social, constituiu-se objeto de deliberação em todas as conferências nacionais de assistência social. No momento em que o BPC consegue ser regulamentado na perspectiva da política de assistência social, ampliando direitos, é importante que o Decreto seja conhecido e divulgado pelos militantes e por toda a sociedade, bem como que se compreenda o seu significado e relevância na área. A oficina oferece essa oportunidade aos participantes, do debate acerca do BPC, na perspectiva de sua articulação com ações intersetoriais.

Expositores:

Lúcia Lopes – Coordenadora Geral de Regulação e Ações Intersetoriais do Departamento de Benefícios Assistenciais – SNAS/MDS

Maria José de Freitas – Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais SNAS/MDS

José Rafael Miranda – Representante da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH

Sinopse:

A oficina se iniciou com comentários acerca do estabelecimento da política, no contexto da regulação, apontando os importantes avanços ocorridos na área de regulação, com o recente decreto e normas operacionais.

Um variado conjunto de informações foi apresentado pelos expositores, como o fato de o Benefício de Prestação Continuada – BPC contemplar atualmente uma cobertura de 48% das pessoas idosas e 52% das pessoas com deficiência.

Junto à afirmação da busca da universalização de acesso ao direito, o debate considerou outras questões fundamentais, como a vinculação e o reconhecimento do benefício para o âmbito da assistência social, como integrante da proteção social básica, reafirmando-o como benefício assistencial articulado com os demais benefícios. Nesse sentido,

o debate apontou para a importância da atenção aos beneficiários e para a necessidade de ações integradas com outras políticas.

Manifestou também a preocupação com profissionais atuantes na área, a falta de recursos humanos habilitados e com a definição mais precisa em torno de conceitos essenciais para o processo de concessão, como o conceito de família, bem como com questões afetas à perícia médica.

Além do acima citado, também foram levantados os principais desafios e recomendações:

- Publicização do BPC e seus processos;
- Responsabilidade com os usuários;
- Universalização do Benefício até 2010;
- Implementação melhor qualificada, com novas condições;
- Garantia de pelo menos 1 (um) assistente social em cada agência da previdência;
- Esforço para articular os processos de trabalho entre as equipes profissionais;
- Efetivação de concurso público: 1.600 (mil e seiscentos) assistentes sociais.
- Ajustes da nova normativa frente o SUAS.

Oficina 17 – Benefícios eventuais: Quais estratégias para avançar na conquista de direitos

Ementa Oficial:

Os Benefícios Eventuais foram objeto de análise pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução 212/2006, cumprindo o Inciso 3 do artigo 22 da LOAS, que lhe atribui tal prerrogativa. A continuidade da discussão sobre esse Benefício, a divulgação da Resolução, seu andamento para transformação em decreto, os mecanismos para efetivação dos mesmos nos estados e municípios, são os objetivos dessa oficina.

Expositores:

Ana Ligia Gomes – Secretária Nacional de Assistência Social/MDS

Valquíria Moreira Rezende – Secretária Estadual de Assistência Social de Tocantins, representando o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Júlia Maria Muniz Restori – Secretária Municipal de Assistência Social de Coronel Fabriciano/MG, representando o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

Sinopse:

O debate sobre os benefícios eventuais foi realizado a partir de uma breve retomada sobre o contexto em que foram criados, por ocasião da assinatura da LOAS, e como vêm sendo objetivados. Para tanto, foram apresentados os resultados de uma pesquisa em 600 municípios brasileiros, cujas respostas indicaram uma variedade de ações desenvolvida pelos assistentes sociais, em seus plantões sociais, a partir das demandas dos usuários dos serviços sociais.

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, os benefícios eventuais constantes na LOAS foram objeto de discussão e elaboração de um decreto que acaba de ser assinado (14 de dezembro de 2007), regulamentando e normatizando esses benefícios.

Essa regulamentação dos benefícios de prestação continuada, traduzidos como direito em nível municipal, tem prazo até outubro de 2008 para a sua aplicação. O debate da oficina deu relevo para o fato de que cada município brasileiro deverá elaborar uma resolução para regulamentar o decreto em nível local. Foi informado que é necessário cobrar dos estados o co-financiamento para distribuição desses benefícios, observando as especificidades do poder local.

Nesse sentido, foram indicados como desafios e recomendações:

- Divulgação ampla do decreto presidencial sobre os benefícios socioassistenciais;
- Organização, junto às entidades socioassistenciais e aos movimentos de apoio ao SUAS, da efetivação dessa conquista juntos aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal;
- Envolvimento do CNAS nessa divulgação, emanando as diretrizes e realizando os ajustes necessários à concretização dessa campanha;
- Garantia da universalização desse direito, tendo em vista a autonomia dos indivíduos;
- Desenvolvimento de ações no sentido de regulamentar os benefícios eventuais em nível municipal;
- Atuação junto aos gestores municipais para efetuar a regulamentação em nível municipal. Esses benefícios deverão ser integrados aos demais serviços assistenciais;
- Inclusão, na agenda política das entidades socioassistenciais, da efetivação dos benefícios eventuais.

Oficina 18 – Política para a população em situação de rua, na perspectiva do SUAS

Ementa Oficial:

A população de rua é o alvo, hoje, de um grupo de trabalho interministerial, composto por 6 (seis) ministérios e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos. Integrado a esse grupo, representantes do movimento nacional de população de rua estudam estratégias de inclusão social desse segmento da população. O governo federal iniciou, em 01/10 /2007, um censo para a contagem nacional dessa população, visando subsidiar políticas públicas voltadas a para ela. Assim, a oficina objetiva divulgar as iniciativas e as perspectivas de atuação para tal segmento que, como usuário da política de assistência social, teve sua inclusão assegurada como direito, em 2005, por meio do Artigo 21, inciso II da LOAS .

Expositores:

Solange Stela Serra Martins – Coordenadora de Regulação das Ações de Proteção Social Especial e Coordenadora do Grupo Interministerial para discussão sobre Política para População em Situação de rua – SNAS/MDS.

Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski – Representante do Movimento Nacional de meninos e meninas de rua.

Samuel Rodrigues – Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua

Sinopse:

O tema foi abordado inicialmente com o reconhecimento de que a população em situação de rua é um grupo populacional que tem em comum a pobreza, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, desfiliação social e a ausência de espaço de moradia. Foi reconhecido, segundo os debates da oficina, que tanto os agentes públicos como a população ainda têm forte resistência para compreender os indivíduos em situação de rua, criando estereótipos os mais perversos para identificá-los.

Sobre a estratégia de atuação do Grupo de Trabalho Interministerial, foi informado que se baseia em caracterizar a população, identificar as políticas públicas e elaborar a política para a inclusão social dessa população em situação de rua. O coordenador nacional do grupo é o MDS. Trata-se da atenção específica a esse público, algo nunca antes visto no campo das políticas sociais.

Também foi ressaltado o resultado da pesquisa do IBGE com o perfil da população de rua, que indicou essas questões fundamentais acima e ainda que tal população é vítima da exclusão social, demandando políticas de resgate dos seus direitos violados.

A discussão com a plenária apontou para a necessidade de se alterar conceitos e de se criar novos modelos de atenção pública para o resgate à dignidade dessa população, consolidando um espaço de agendamento político para essa questão social.

A partir dos debates realizados foram indicados como desafios e recomendações:

- Empenho para que o PETI possa incluir crianças e adolescentes em situação de rua;
- Facilitar o acesso à bolsa família;
- Readequação da rede de acolhida, com espaços mais humanizados de atendimento;
- Articulação das políticas setoriais para o atendimento dessa população (Intersetorialidade);
- Priorização da população em situação de rua no atendimento do CRAS e CREAS;
- Incentivo à organização desses usuários;
- Implementação de ações de saúde mental para esses usuários;
- Oferta de ensino regular de alfabetização de jovens e adultos e adequação à matricula e permanência na escola para épocas variadas;
- Debate em torno da política nacional para a população em situação de rua;
- Criação de banco de dados sobre essa questão social.

Oficina 19 – Trabalho com famílias nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS

Ementa Oficial:

O trabalho com famílias, no CRAS, constitui-se estratégia da política de assistência social, na perspectiva de ser a família um lugar privilegiado de pertencimento, de prevenção de situações de risco, de inclusão social e do fortalecimento e/ou resgate de vínculos familiares e, inclusive comunitários. Os programas com famílias devem, na ótica da territorialidade, possibilitar a potencialização dos serviços socioassistenciais ofertados no CRAS. A oficina possibilita a exposição e o debate do tema, e a expressão de idéias acerca da metodologia de trabalho com famílias, na busca da convergência da mesma, sem perder de vista a diversidade sociocultural do país.

Expositores:

Darci Maria Souza Vilaça – Gerente de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte/MG

Maria Luiza Amaral Rizzotti – Secretária Municipal de Assistência Social de Londrina/PR

Margarete Cutrim Vieira – Secretária Estadual de Desenvolvimento Social do Maranhão

Sinopse:

A oficina equiparou o trabalho com famílias a um fundamental espaço de socialização de informações, de acesso aos serviços socioassistenciais e às políticas públicas.

Nessa direção, os expositores manifestaram a importância do trabalho ser subsidiado por instrumentos de gestão e planejamento, como o geo-referenciamento, elaboração de diagnóstico, monitoramento e avaliação.

Item muito destacado, a intersetorialidade no trabalho com famílias foi percebida como fundamental para que a ação no território se consolide em uma dimensão de integralidade. Nesse contexto, a priorização do atendimento das famílias beneficiárias do PBF, do BPC e aquelas com situação de trabalho infantil foi reconhecida como umas das estratégias mais importantes.

O debate com a plenária ressaltou preocupações com o financiamento da proteção social básica, além de oferecer interessantes relatos sobre a questão da metodologia do trabalho com famílias, bem com de seu acompanhamento. Uma das questões mais discutidas foi a situação de contratação, considerada precária, de pessoal qualificado para a unidade, dificultando o trabalho continuado e sua qualidade.

Os principais desafios e encaminhamentos indicados no debate foram:

- Ampliação dos CRAS e dos serviços socioassistenciais;
- Construção de redes intersetoriais;
- Efetivação da NOB/RH – SUAS.

Oficina 20 – Equipamentos da assistência social: Espaços públicos territorializados, na perspectiva do direito

Ementa Oficial:

Matricialidade do SUAS – o território se constitui no espaço no qual alteram-se as articulações. As vulnerabilidades poderão ser acolhidas e atendidas de forma interdisciplinar, superando a fragmentação e a segmentação. Os equipamentos sociais da rede SUAS deverão expressar, ao mesmo tempo, as peculiaridades do território, guardando a perspectiva de universalização da política de assistência social. A oficina versa sobre esses conceitos materializados em equipamentos que traduzam o direito.

Expositores:

Flávio José Rodrigues de Castro – Consultor do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Dirce Haurue Ueno Koga – Professora e Pesquisadora da UNIC/Sul

Joelma Gomes Aguiar – Secretária Municipal de Assistência Social de Coari/AM

Sinopse:

Os debates realizados tiveram como referência a retomada do uso do conceito de "equipamento social", que historicamente é registrado como presença tradicional na construção da política de assistência social no Brasil, com predomínio da lógica funcional, tendo o equipamento como centro. Essa noção clássica de equipamento contrapõe-se à noção de território como a totalidade onde se inserem os atores, as famílias, os serviços, os programas, benefícios e projetos da assistência social e de outras políticas públicas. No território, as relações é que possuem centralidade, a partir do local comum.

Os serviços, embora do mesmo tipo, terão nessa lógica dinâmicas diferenciadas. Assim, o local de atendimento como equipamento acaba por refletir uma tendência à homogeneização e como espaço vincula-se ao objetivo de dar respostas administrativas a determinados problemas e público-alvo.

Os serviços devem ser pensados a partir do território, que é algo vivo, relacional. Portanto, segundo os debates, o ponto de partida para a ativação dos serviços socioassistenciais é o território, e não o equipamento. A própria PNAS se inspira na mudança desse olhar homogêneo, e as características dos serviços socioassistenciais permitem essa dinâmica de mão dupla.

Foram apresentados os resultados de um estudo arquitetônico sobre os CRAS, que revelou uma série de componentes sobre determinado o padrão de equipamento que está sendo estabelecido.

Finalmente, foram relatadas várias experiências, na busca de compreender essa dinâmica de organização dos territórios e para definição mais produtiva desses equipamentos, conforme apresentado pela gestora de Coari, que relatou a experiência do município com CRAS itinerantes.

A partir dessas contribuições foram indicados os desafios e recomendações:

- Localização e planejamento dos serviços, tendo por base o território vivo e vivido a partir de: reconhecimento do território; incorporação de instrumentos de gestão – indicadores de vulnerabilidade social; articulação com atores em ação; desenvolvimento de competências.
- Incorporação de instrumentos de gestão;
- Investir significativamente em aquisições para o CRAS, no campo de infra-estrutura e capacidade profissional;
- Construção de marca visual que identifique o equipamento como o espaço físico de acesso a direitos sociais;
- Alteração da estética da pobreza em favor de uma estética da dignidade;
- Distinção do CRAS em relação à rede socioassistencial, devido ao domínio sobre o território – vigilância social.

Oficina 21 – O SICNAS como instrumento de controle social

Ementa Oficial:

Trata-se do sistema que integra as operações referentes ao CNAS à Rede SUAS. Desenvolvido dentro dos parâmetros propostos pela PNAS/2004, num primeiro momento permite o acompanhamento da tramitação dos processos de registro e certificação de entidades. Posteriormente, a nova qualidade dos dados permitirá análises da Rede e o desenvolvimento de outros aplicativos. Esses elementos possibilitam, além de transparência, maiores condições do exercício do controle social.

Expositores:

Silvio Iung – Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.
Genilson Nassur Moreira – Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas da Coordenação Geral de Informática – CGI/MDS
Cláudia Saboia – Secretária Executiva do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Sinopse:

A oficina demonstrou o momento atual de desenvolvimento do SICNAS e suas funcionalidades.

As exposições apontaram para o debate sobre o significado do controle social e sua relação com um sistema informatizado, bem como suas formas de acesso.

O foco de um sistema complexo como o SICNAS pode ser dimensionado, nas esferas interna e externa, através dos objetivos de acompanhamento e de avaliação.

Em última instância, o sistema e suas funcionalidades estão voltados para o controle social e para uma modernização gerencial que o favorece o exercício do controle social, de maneira muito determinada.

O sistema constitui uma possibilidade de atualização de dados cadastrais das entidades constantes no SICNAS pelas próprias entidades, contribuindo assim no processo de controle social.

Foi destacado e aplaudido o fato de ter sido planejado e desenvolvido um recurso que possibilita às entidades acessarem certidões pelo Sistema.

Foram indicados ainda como desafio e recomendação:

- Aprimoramento do Sistema;
- Integração do SICNAS aos Conselhos Municipais para possibilitar a inscrição das entidades e posterior registro no CNAS.

Oficina 22 – O SUAS e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Ementa Oficial:

O SUAS pressupõe a integração com as demais políticas públicas, na busca da efetividade de suas ações. O Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, na perspectiva de uma gestão social inovadora, articula-se com o SUAS no enfrentamento a questões cruciais referentes à fome e desnutrição no país, para que se consolidem políticas públicas tanto de assistência social quanto de segurança alimentar, com vistas à garantia de direitos básicos de cidadania. A oficina favorece a exposição e o debate dessa temática, bem como das possibilidades de enfrentamento dos desafios para a articulação dessas políticas, colocadas como prioridade da agenda nacional.

Expositores:

Adriana Veiga Aranha – Assessora Especial do Gabinete do Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

Onaur Ruano **–** Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/MDS

Sinopse:

Foi bastante consensual, na oficina, a compreensão de que a política nacional de segurança alimentar se relaciona diretamente com uma série de outras políticas e possui reflexos e impactos em cada uma delas.

No entanto, foram igualmente debatidas as repercussões da melhoria da alimentação sobre a política de assistência e seus usuários, sobretudo no que se refere à redução do grau de desigualdades de renda e a redução da extrema pobreza.

Um dos focos do debate foi a necessária articulação com essa políticas, entendidas e situadas como prioridades da agenda nacional, uma vez que a segurança alimentar, assim como a política de assistência, decorrem de uma construção política recorrente e, portanto, de legislação como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Lei Orgânica de Segurança Alimentar – LOSAN.

As duas leis determinam aparatos legais que possuem caminhos de regulamentação diferenciados, como, por exemplo, a LOAS indicando o comando único, enquanto a LOSAN compõe diversos sistemas.

A partir da construção desse aparato legal mínimo, passou-se a estruturar novos modelos de gestão e controle social, como os Conselhos estaduais e municipais, incentivando a criação e fortalecendo os Conselhos já existentes.

Segundo os expositores, o que está em jogo é a integração de todos os sistemas que compõem as políticas públicas de seguridade, de forma a estruturar serviços e fortalecer os sistemas públicos.

Um dos desafios, na área da segurança alimentar, é a reorganização da rede de atendimento, que sempre foi de responsabilidade da sociedade civil, bem como a sua integração.

Tendo como referência os debates realizados, foram indicados os desafios e recomendações:

- Criação de um sistema de controle social sobre as ações de segurança alimentar e nutricional, sobretudo quanto ao processo de merenda escolar;
- Integração da agricultura familiar nas ações de segurança alimentar nutricional, fortalecendo as famílias mais vulneráveis e gerando renda;
- Preparação e capacitação dos atores que executam as ações de segurança, para melhoria da qualidade;
- Consolidação da idéia de que a segurança alimentar não é uma garantia mínima e nem clientelismo;
- Fomento de controle e incentivo à regulação da política pelos Conselhos;
- Esforço para consolidação da autonomia de Conselhos deliberativos fortes, para encaminhar questões;
- Fortalecimento e articulação dos Conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional;
- Integração dos sistemas existentes e dos entes federados;
- Fortalecimento dos espaços de participação popular;
- Uso de tecnologias para a territorialização dos programas;
- Associação de conteúdos da educação alimentar com a assistência social;
- Aproveitamento do aspecto mobilizador da segurança alimentar.

Oficina 23 – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária: a implementação das ações de assistência social

Ementa Oficial:

Esforço governamental em suas diversas esferas e da sociedade civil através dos Conselhos de assistência social e da criança e adolescente, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária define estratégias e metas para o desenvolvimento de ações que garantam a segurança da vivência familiar. A oficina apresenta o momento atual de consolidação desse Plano, no campo da assistência social, os elementos facilitadores e dificultadores na sua operacionalização, bem como as experiências exitosas em curso.

Expositores:

Juliana Pereira – Assessora do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS/MDS

Roberto Franca Filho – Secretário Municipal de Políticas Sociais de Olinda/PE

Vânia Tardin de Castro – Assessora Especial de Atenção à Criança, ao Adolescente e à Juventude da Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social do Espírito Santo.

Sinopse:

A oficina debateu sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC e o situou como produto histórico importante, no campo do atendimento aos interesses de crianças e adolescentes.

O PNCFC, segundo a exposição e debates, funda-se em três princípios básicos e complementares, a saber, a valorização da família, o reordenamento da rede de abrigos e a adoção centrada no interesse da criança e adolescente.

Na oficina, foi apresentado o momento atual de consolidação desse Plano, no campo da assistência social, os elementos facilitadores e as principais dificuldades vivenciadas na sua operacionalização. Ela contou também com o relato de experiências de sucesso em curso.

Com base nos debates realizados, foram indicados como desafios e recomendações:

- Convergência de trabalhos no campo preventivo, visto que essa área ainda possui trabalhos prioritariamente no campo do abrigamento como segregação, sendo necessária a mudança de paradigma;
- Articulação do trabalho em redes, pois as entidades ainda trabalham isoladamente;
- Incremento de projetos preventivos nas periferias das cidades, onde será possível garantir a centralidade da família;
- Reordenamento da área protetiva de crianças e adolescentes em caráter de urgência, com o objetivo de tirar o abrigo do lugar da violação de direitos para compor o sistema de proteção;
- Trabalho intensivo e sistemático com as escolas, para lidarem adequadamente com as diferenças, pois esses equipamentos têm sido um dos lugares de reiteração da discriminação;
- Mobilização de grupos de trabalho com a Comissão Nacional, para garantir o Plano;
- Compromisso com a centralidade do poder público na condução da política;
- Garantia de trabalho conjunto entre Conselhos das áreas de políticas afins;
- Debate sobre o Programa de Família Acolhedora, apontando para sua efetividade.

Oficina 24 – Financiamento da Assistência Social

Ementa oficial:

A Constituição Federal de 1988 buscou assegurar a articulação entre planejamento e orçamento, por meio do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, assim como as respectivas fontes de financiamento e a extensão de fundos específicos para políticas sociais. O olhar mais específico nessa oficina será sobre o financiamento para a assistência social destinado pelas três esferas de governo à área, de forma a explicitar o co-financiamento previsto pela NOB-SUAS. A oficina aprofunda o debate com atores da política de assistência social sobre a ampliação do reconhecimento dos gastos na função 08 em cada esfera de governo.

Expositores:

Gisele de Cássia Tavares – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina/PR

Ronaldo Alves Nogueira – Coordenador Geral de Planejamento e Administração da Subsecretaria de Planejamento e orçamento – SPOA/MDS

Evilásio Salvador – Representante do Fórum Brasil do Orçamento – FBO

Sinopse:

A oficina teve como pontos fundamentais, debates e informações sobre os investimentos na área da assistência social no Brasil. Foi destacado que hoje esses investimentos estão assim distribuídos: a União despende 77% dos recursos, os estados e o Distrito Federal 9% e os municípios 14%.

Outra indicação foi sobre a evolução dos gastos dos estados, Distrito Federal e municípios, sendo que, de 2002 a 2004, houve uma queda na implementação de recursos por parte desses entes federados, que foi sendo recuperada de 2004 a 2006.

Outro aspecto central da discussão foi o da importância de se conhecer mais sobre financiamento, para garantir mais qualidade aos compromissos e responsabilidades, com vistas a assegurar a proteção social a partir do SUAS. Para tanto, é necessário enfrentar questões como essas: De que forma serão garantidos os direitos socioassistenciais? A partir do que hoje é praticado é considerado o que é necessário? Onde está situado o investimento com assistência social no orçamento dos entes federados?

A plenária, em termos gerais, afirmou a importância do debate, reconhecendo as contribuições dos expositores para o amadurecimento sobre a temática. A partir de questionamentos e argumentações, foram indicados como desafios e recomendações:

- Integração ao financiamento da assistência social também de ações consideradas meio e não só das ações finalísticas;
- Mobilização para que as emendas parlamentares sejam revertidas para o Fundo de Assistência Social;
- Afirmação de fontes de recursos para financiar a assistência social – recursos da DRU;
- Pleito sobre a implementação do Conselho Nacional de Seguridade Social;
- Gestão para que haja tributação sobre juros de capital;
- Realização de debates sistemáticos sobre orçamento/financiamento no CNAS e agenda para março de 2008, preferencialmente, com a presença dos expositores.

3 Deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social

3.1 Metas nacionais aprovadas para serem incorporadas ao Plano Decenal de Assistência Social

Eixo: Financiamento
Item do Plano Decenal: Investimento em Assistência Social

1 Alocar no Fundo de Assistência Social todos os recursos para as ações finalísticas da assistência Social, inclusive de emendas parlamentares, multas e doações.

2 Regulamentar a destinação de jogos de prognósticos, loterias e multas para financiamento da assistência social e que sejam alocados nos Fundos de Assistência Social, bem como regulamentar a utilização de recursos de isenções fiscais na política de assistência social.

3 Garantir a aprovação da PEC no. 431/2001 e aplicá-la em consonância com as deliberações da VI Conferencia Nacional de Assistência Social, garantindo o co-financiamento com destinação orçamentária nas 3 (três) esferas governamentais, sendo 10% do orçamento da seguridade social da União e nas demais esferas de governo, no mínimo 5% do orçamento geral em serviços socioassistenciais, sendo 4% em 2008, 5% em 2009, 7% em 2010, 9% em 2011 e 10% em 2012, definindo que 40% do orçamento estadual seja para co-financiamento direto para os municípios.

4 Garantir co-financiamento nas esferas municipal, estadual, federal e Distrito Federal por meio de critérios técnicos, transparentes e republicanos, em consonância com as instâncias de pactuação, CIT e CIBs e de deliberação, dos respectivos conselhos, tendo como base o diagnóstico sócio-econômico e territorial.

Eixo: Controle Social
Item do Plano Decenal: Democratização do Controle Social

1 Capacitar os conselheiros e fortalecer, potencializar e reforçar a autonomia de 100% dos Conselhos de Assistência Social e Conselhos de Direitos, na perspectiva do exercício do controle social e da participação popular.

2 Estabelecer mecanismos de cobrança das obrigações do Estado, no que tange à política, por meio de articulação com os COEGEMAS, CIBs, fiscalização do TCE, Poder Judiciário, Ministério Público e dos Conselhos de Assistência Social.

3 Incentivar a implantação e/ou ampliação de espaços de defesa social, defensoria pública, delegacias especializadas, ouvidorias, centrais de atendimento e fomentar a organização de fóruns de caráter regional ou municipal.

4 Criar, garantir e implantar mecanismos de informação, integração e reuniões descentralizadas dos Conselhos de Assistência Social nas 3 (três) esferas governamentais, articulação entre eles e publicização, em tempo hábil, de seus calendários e suas resoluções.

Eixo: Recursos Humanos
Item do Plano Decenal: Gestão do Trabalho

1 Instituir, a partir do Plano Nacional de Assistência Social, escola de qualificação permanente em parceria com as universidades, públicas, privadas e confessionais, para os gestores, trabalhadores da área, conselheiros e usuários, respeitando as diferenças regionais e diversidades na proteção social básica e especial.

2 Permitir que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) possam co-financiar o pagamento de salários do quadro efetivo das equipes de referências, conforme preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH).

3 Criar, efetivar e manter equipe técnica para realizar o monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial b) Vigilância Social e Defesa Social e Institucional

1 Criar plano de comunicação e marketing do SUAS, no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com estratégias de disseminação de informação, tornando-o mais acessível e de domínio público reafirmando os Direitos Socioassistenciais, divulgando os serviços, benefícios, programas e projetos e garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência.

2 Equiparar as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência com aquelas aplicadas ao idoso, não computando o valor do benefício já concedido ao idoso ou à pessoa com deficiência, no cálculo da renda *per capita* familiar para fins de acesso de outro membro da família.

3 Elaborar padrões de qualidade da gestão e do funcionamento de Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional de Assistência Social para efetuar o monitoramento e avaliação da gestão e do controle social.

4 Implantar um banco de dados integrado referente aos indicadores socioassistenciais, a partir dos dados contidos no CADÚNICO e outras fontes existentes, objetivando fundamentar os Municípios, Estados e Distrito Federal na elaboração do diagnóstico social, na perspectiva da implantação do sistema de vigilância social.

5 Articular com o Poder Legislativo norma legal para incluir as pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Eixo: Gestão
Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial c)Níveis de Proteção Social e Integração de Serviços e Benefícios

1 Elaborar conjuntamente com os órgãos gestores, com a rede socioassistencial e com os respectivos conselhos, a saber: saúde, educação, segurança pública, entorpecentes, assistência social, conselhos tutelares, indígena e conselhos de direitos, política de enfretamento a dependência de substâncias psicoativas, nas 3 (três) esferas de governo.

2 Universalizar as políticas voltadas para a juventude, implementadas pelo Governo Federal, Estadual para todos os municípios garantindo acesso às áreas urbanas e rurais.

3 Criar estratégias que potencializem a proteção e o protagonismo dos usuários (as) da política de assistência social que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial d)Regulação

1 Garantir o modelo de gestão do SUAS, como sistema descentralizado e participativo da assistência social, em legislação específica.

2 Regulamentar, por meio do instrumento jurídico cabível, o Art. 28 da LOAS que trata do co-financiamento das 3 (três) esferas de governo, prevendo mecanismos de controle social.

3 Integrar a política de assistência social nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vista, preferencialmente, à geração de empregos para famílias do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

4 Acompanhar junto ao Legislativo Projeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição pelo descumprimento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 à luz da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nos 3 (três) níveis de governo.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial e)Informação, Monitoramento e Avaliação

1 Organizar sistema específico de informações, acessível aos usuários e à sociedade em geral, sobre os serviços, orçamentos e investimentos das 3 (três) esferas de governo na área da política de assistência social.

2 Implantar, nas 3 (três) esferas de governo, sistema de comunicação para agilizar a relação entre os Conselhos de Assistência Social, como aperfeiçoamento do SICNASweb.

3 Desenvolver, nas 3 (três) esferas de governo, indicadores e índices de acompanhamento e avaliação da gestão e estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade, compartilhando-os com toda a rede socioassistencial.

4 Criar subsistema informatizado específico para os conselhos de assistência social, que permita a informatização completa do processo de inscrição/retificação e fiscalização das entidades, garantindo, inclusive, consulta aberta e em rede, aos interessados sobre a situação processual, bem como sobre os critérios de parceria com organizações e entidades de assistência social.

5 Elaborar e efetivar, com os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, os planos de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da política de assistência social.

6 Mapear as áreas de vulnerabilidades social do país com atualização sistemática, a partir da base de dados do CADÚNICO, com a disponibilização, pelo MDS, de módulo de gestão municipal de construção de indicadores de risco e vulnerabilidade social integrado com os demais sistemas e bancos de dados nacionais.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social básica

1 Criar e fortalecer com estrutura, equipamentos e corpo técnico adequado, os centros governamentais e não governamentais de formação profissional e inclusão social para todos os usuários da assistência social, em especial para jovens em situação de risco, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

2 Articular com outras políticas setoriais a implementação de atividades produtivas, a partir de um estudo de viabilidade econômica que considere as potencialidades de cada município, garantindo o desenvolvimento sustentável.

3 Garantir eqüidade de atendimento entre áreas urbanas e áreas rurais.

4 Municipalizar as ações de proteção social básica, realizadas pelos estados.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social especial

1 Ampliar o co-financiamento para alcance de 100% da cobertura de serviços de média e alta complexidade do SUAS.

2 Elaborar e implementar política nacional intersetorial para migrantes, pessoas em situação de trânsito e pessoas em situação de rua, a partir de 2008.

3 Realizar diagnóstico de vulnerabilidade social dos usuários da rede de proteção social especial, visando o aprimoramento das políticas.

4 Ampliar e garantir serviços e programas de atendimento à criança e adolescente em situação de risco por meio de contra-turnos intersetoriais com atividades na área do esporte, lazer, teatro, música, programas de profissionalização, visando atender, inclusive, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Aprimoramento da gestão

1 Promover o fortalecimento dos municípios de pequeno porte I, pequeno porte II e médio porte, dotando-os de equipamentos para viabilizar as ações socioassistenciais com garantia do co-financimento nas 3 (três) esferas.

2 Promover o reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social para adequação ao SUAS.

3 Regulamentar e aprimorar os processos de monitoramento e avaliação, por meio de visitas técnicas, no sentido de adotar maior rigor e penalização aos entes federados que não cumprirem com as exigências da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.

4 Instalar rede de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e rede intragovernamental, de forma a ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão, disponibilizando-os para toda a rede socioassistencial.

5 Efetivar o Plano Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, revisando as ações na perspectiva do SUAS, respeitando a intersetorialidade e a competência das políticas públicas para garantir o direito da criança e do adolescente.

3.2 Estratégias a serem consideradas para a implantação das Plano Decenal:

Eixo: Financiamento
Item: Investimento em Assistência Social

1. Ampliar o co-financiamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, na perspectiva de valorização do potencial das famílias com equivalência nas áreas rural e urbana;
2. Ampliar o co-financiamento e alocação de recursos próprios nos fundos de assistência social;
3. Ampliar o valor dos pisos de proteção social atualmente praticados na transferência de recursos federais;
4. Assegurar que, na elaboração e aprovação do PPA, LDO e LOA, a assistência social seja reconhecida como política pública;
5. Co-financiar programas intersetoriais de geração de ocupação e renda para jovens, adultos e idosos nas áreas rurais e urbanas nos municípios;
6. Criar e investir na criação de Lei Federal que normatize o financiamento e a prestação de contas nos Tribunais de Contas, das três esferas;
7. Definir vinculação legal de destinação de percentual no orçamento público para a assistência social, conforme deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social;
8. Desburocratizar a relação convenial imprimindo maior agilidade na efetivação de repasses de recursos para programas e projetos mediante mobilização para alteração na legislação específica, como a Instrução Normativa STN No. 01/97;
9. Estabelecer mecanismos para transparência constante na gestão e na prestação de contas;
10. Estabelecer percentual mínimo de participação das três esferas de governo no co-financiamento.
11. Garantir o co-financiamento do Governo Estadual para os benefícios eventuais;
12. Garantir a continuidade dos recursos do IGD, destinados ao trabalho com as famílias, com maior transparência na aplicação dos recursos, viabilizando acompanhamento e assessoramento técnico por parte do Estado a sua para utilização;
13. Garantir critérios de partilha para a implantação de CRAS de acordo com as especificidades locais, regionais e em regiões metropolitanas em consonância com as necessidades e complexidades sócio-territoriais, bem como para municípios localizados em áreas de proteção ambiental;
14. Garantir dotação orçamentária para efetivar sistema de informação; consórcios públicos; eventos; capacitação; campanhas; monitoramento e avaliação; projetos de defesa dos direitos socioassistenciais; construção, reforma, implantação e implementação dos CRAS e CREAS e da rede socioassistencial; pesquisas e diagnósticos sociais; manutenção dos conselhos;
15. Garantir que a aplicação do recurso do orçamento destinado ao fundo de assistência social (PPA/LDO/LOA) seja aprovado pelos conselhos de assistência social;
16. Garantir que as deliberações aprovadas nas conferências a curto prazo sejam incluídas como prioridades nos orçamentos de 2008 e 2009;
17. Garantir que as Emendas Parlamentares sejam propostas em consonância com as diretrizes do SUAS;

18. Garantir que os gestores da assistência social sejam ordenadores de despesas e que os fundos de assistência social sejam constituídos como unidade orçamentária, garantindo sua autonomia;
19. Incrementar o índice SUAS para o alcance do objetivo de equalização previstos na NOB/SUAS;
20. Potencializar os fundos de assistência como instâncias de financiamento, inclusive com a alocação dos recursos captados pelos fundos de combate à pobreza ou similares, submetendo ao controle cocial dos conselhos com a adoção de critérios de partilha pactuados no SUAS, permitindo a ampliação do investimento na área;
21. Propor legislação específica sobre o financiamento do SUAS;
22. Publicizar, convocar e capacitar a comunidade para participar de todas as fases da elaboração do orçamento (PPA/LDO e LOA) e também da sua implementação, adequando-os a uma linguagem popular;
23. Realizar campanhas de incentivo pelo conselho municipal de assistência social para que a iniciativa privada destine recursos financeiros para o fundo municipal de assistência social;
24. Realizar orçamento participativo para a política pública de assistência social;
25. Repassar recursos financeiros do fundo estadual ao fundo municipal, excluindo a exigência da CND e CADIN, abolindo a relação convenial para os serviços continuados, conforme referência nacional;
26. Revisar os procedimentos de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da proposta orçamentária e dos planos anuais e plurianuais, tendo em vista, a agilização e racionalização desses processos;
27. Tornar crime de responsabilidade o não cumprimento do co-financiamento pelas três esferas com repasse fundo a fundo do percentual estabelecido em Lei.

Eixo: Controle Social
Item: Democratização do Controle Social

1. Acompanhar e avaliar a implementação do Pacto de Aprimoramento de Gestão estadual e Planos Decenais;
2. Articular os conselhos de direitos e os de políticas públicas na perspectiva da efetivação dos direitos socioassistenciais;
3. Capacitações regionalizadas, tratando de financiamento, prestação de contas, contabilidade, benefícios eventuais, entre outros, com os Colegiados Estaduais de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS);
4. Capacitar e conscientizar os conselheiros para a efetivação do controle social das operações financeiras;
5. Capacitar os conselheiros para melhorar sua atuação quanto à temática da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
6. Co-financiar e apoiar tecnicamente os conselhos para a sua estruturação e das secretarias executivas;
7. Criação e/ou resgate de fóruns de debate de políticas públicas;
8. Elaborar e implantar o Plano Nacional e Estadual de Capacitação de conselheiros;
9. Estabelecer como critério a inscrição das entidades e organizações de assistência social nos conselhos de assistência social para efetivar o vinculo SUAS;
10. Garantir prestação de contas trimestrais aos conselhos de assistência social;

11. Garantir que nas Leis de criação dos conselhos de assistência social, assegurem a presença dos usuários e de entidades dos trabalhadores, além de garantir a alternância entre governo e sociedade civil na presidência;
12. Mobilizar o Ministério Público e as Câmaras Municipais para acompanhar a destinação e aplicação de recursos financeiros;
13. Realizar fóruns e audiências públicas com a parceria do Ministério Público e poder Judiciário, buscando a intersetorialidade.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial b) Vigilância Social e Defesa de Direitos

1. Articular com o Sistema de Garantia de Direitos a implantação de espaços de defesa social, defensoria pública, delegacias especializadas, fóruns de caráter regional ou municipal e ouvidorias;
2. Consolidar parceria com o Ministério Público e Juizados;
3. Construir e socializar diagnóstico do estado com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade, risco social e potencialidades;
4. Criar mecanismos intersetoriais para a garantia do registro civil a 100% das crianças;
5. Criar Ouvidoria no âmbito dos órgãos gestores para recebimento de denúncias por parte da comunidade;
6. Efetuar diagnóstico e parcerias para subsidiar a implantação/implementação de CREAS regionais e serviços afins consorciados;
7. Elaborar padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais para orientação aos municípios;
8. Fortalecer e envolver a sociedade civil na defesa e elaboração das políticas públicas, articuladas intersetorialmente;
9. Garantir a efetivação dos benefícios eventuais e expandir o per capita para meio salário mínimo;
10. Garantir, de forma sistemática, os fóruns regionalizados visando a defesa dos direitos;
11. Implantar e Implementar a vigilância social em todos os municípios;
12. Incentivar, junto ao poder Legislativo, a criação de Frentes Parlamentares da Assistência Social;
13. Produzir material educativo ilustrado com linguagem simples para a reflexão e disseminação dos direitos socioassistenciais a partir de situações reais (cartilhas, gibis, literatura de cordel), com padrões de acessibilidade;
14. Realizar mapeamento da realidade social para garantir o acesso da população à todos os serviços e programas socioassistenciais;
15. Realizar pesquisas sobre a realidade social para subsidiar projetos que respondam as necessidades territoriais;
16. Realizar, de forma articulada e intersetorial, campanhas anuais educativas e informativas de incentivo à denúncia e prevenção à violência doméstica; à violência sexual contra crianças e adolescentes; ao enfrentamento da exploração do trabalho infantil, que possam estimular a denúncia e divulgar os serviços existentes.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial c) Níveis de Proteção Social e Integração de Serviços e Benefícios

1. Construir um Plano de Acompanhamento e Monitoramento das famílias do Programa Bolsa Família;
2. Fortalecer articulação com as demais políticas públicas para garantir instalação de unidades técnicas de capacitação, destinadas a jovens e adultos;
3. Implantar e fortalecer programas de segurança alimentar e nutricional articulados com a política de assistência social;
4. Implantar plano de inserção e acompanhamento dos beneficiários do BPC;
5. Promover e adequar atividades sócio-educativas do PETI às especificidades da zona rural
6. Realizar ações conjuntas entre o CNAS e o Ministério da Justiça para agilizar a emissão da certidão de nascimento civil aos povos indígenas;

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial d) Regulação

1. Definir novas diretrizes e regras para a concessão de título de Utilidade Pública;
2. Estabelecer novas regras e diretrizes para a promoção e isenção de encargos sociais patronais para entidades e organizações de assistência social com vínculo ao SUAS;
3. Garantir no Plano Diretor do município previsão de diretrizes e recursos para financiamento da estrutura física e para aquisição de equipamentos destinados ao atendimento socioassistencial;
4. Regulamentar o Artigo 3º da LOAS;
5. Regulamentar o PETI e sua integração ao programa Bolsa Família;
6. Rever a regulamentação do BPC, tal como expresso no Relatório de Deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social (Meta 18 do eixo gestão do SUAS);
7. Rever critérios de inscrição das organizações e entidades de assistência social no conselho de assistência social e imprimir agilização a esse processo.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial e) Informação, Monitoramento e Avaliação

1. Aperfeiçoar a Rede SUAS, o sistema SUASweb bem como aprimorar o suporte técnico necessário para sua efetivação;
2. Avaliar sistematicamente a gestão do SUAS;
3. Construir indicadores de resultados, implicações e impactos da ação da política e das condições de vida dos usuários, para implementação do sistema de monitoramento e avaliação;
4. Criar uma ficha de referência e contra referencia para os usuários do SUAS;
5. Elaborar pesquisas na área de vitimização e exploração de crianças e adolescentes; da situação de trabalho infantil; de potencialidades regionais e viabilidade de mercados para subsidiar projetos de inclusão produtiva dos usuários da assistência social;
6. Fortalecer e monitorar os benefícios: eventuais e continuados;
7. Implantar e efetivar um sistema integrado de informação, monitoramento e avaliação da política, possibilitando a realização de diagnósticos socioterritoriais;
8. Implantar formulário único informatizado de cadastro dos usuários da assistência social;

9. Monitorar e avaliar a execução dos planos decenais;
10. Qualificar as informações do Cadúnico, através da inclusão de dados de serviços e programas desenvolvidos no município.

Eixo: Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social básica

1. Construir metodologias voltadas para inclusão produtiva;
2. Construir, reformar e/ou ampliar as unidades de CRAS em conformidade com as diretrizes e princípios da PNAS e NOB/SUAS;
3. Definir política de expansão dos serviços socioassistenciais destinados ao atendimento da população rural;
4. Definir políticas públicas de geração de trabalho e renda;
5. Efetivar o apoio dos estados para implantação de CRAS nas comunidades quilombolas e indígenas, respeitando as suas culturas;
6. Garantir a expansão de CRAS em territórios vulneráveis (Urbano, Rural, Itinerante, móvel, outros);
7. Implantar o programa Projovem Adolescente.

Eixo: Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social especial

1. Apoiar os municípios na implantação de núcleos (CREAS) para atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e no cumprimento das medidas socioeducativas, em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade), para que os municípios possam cumprir os parâmetros técnicos e pedagógicos estabelecidos nos SINASE;
2. Elaborar Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária;
3. Fortalecer a atuação dos CREAS no que tange ao atendimento às vítimas de violência doméstica;
4. Fortalecer a rede socioassistencial nas ações preventivas à violência sexual contra crianças e adolescentes;
5. Instituir nos CREAS o atendimento especializado à mulher em situação de violência;
6. Municipalizar as medidas socioeducativas de meio aberto;

Eixo :Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Aprimoramento da gestão

1. Acompanhar e avaliar o Plano de Assistência Social e o Relatório de Gestão com a participação e aprovação dos Conselhos;
2. Alocar no órgão gestor da assistência social a execução do Cadastro Único e programas vinculados;
3. Ampliar a capacidade e o domínio da gestão orçamentária, tornando-a participativa e transparente ao controle social;
4. Ampliar parcerias com as Universidades para capacitação e pesquisa;
5. Apoiar tecnicamente os municípios para efetivação da mobilização e articulação da rede socioassistencial;
6. Assegurar comando único na gestão da assistência social;

7. Criar estratégias de atendimento, visando a humanização dos serviços prestados;
8. Criar estrutura responsável pelo desenvolvimento, atualização e manutenção de banco de dados e mapeamento de vulnerabilidades;
9. Elaborar um Plano Governamental de ação intersetorial, em parceria com a sociedade civil;
10. Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente os conselhos, seu papel decisório e deliberativo;
11. Garantir a criação de mecanismos para a fiscalização de concessão e manutenção do BPC;
12. Garantir a efetivação das deliberações das Conferências por meio da construção e implementação dos Planos de Assistência Social;
13. Garantir condições de acessibilidade em todas as unidades da assistência social;
14. Garantir que o Estado tenha núcleo regionalizado com equipe técnica multidisciplinar para dar suporte aos municípios na implementação do SUAS;
15. Habilitar 100% dos municípios na gestão básica e plena até o ano 2015;
16. Implantar auditorias da gestão financeira do SUAS;
17. Implementar os planos decenais das 3 esferas de governo, de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF;
18. Incentivar a participação popular nas diversas ações da rede socioassistencial;
19. Inserir as deliberações de conferências nos planos anuais e plurianuais nas três esferas de governo;
20. Instalar rede de comunicação informatizada integrada entre União, estados e municípios e entre órgãos intragovernamentais e conselhos para assegurar a gestão financeira transparente e criar outros meios de divulgação entre gestores, operadores, conselheiros e parceiros necessários a adequada gestão dos recursos financeiros e de monitoramento das ações da rede socioassistencial;
21. Intensificar o processo de articulação com os gestores das três esferas de governo;
22. Mapear os serviços oferecidos pela rede e definir infra-estrutura adequada para execução dos serviços socioassistenciais;
23. Monitorar a execução dos planos de assistência social e, sistematicamente, dos Pactos de Aprimoramento da Gestão Estadual;
24. Promover articulação entre a rede municipal e regional de assistência social, com apoio jurídico, objetivando a implantação dos consórcios;
25. Publicizar o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual firmado com o Gestor Federal;
26. Realizar estudos para a definição de custos médio dos serviços socioassistenciais considerando as diversidades regionais;
27. Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais.

Eixo: Recursos Humanos
Item: Gestão do Trabalho

1. Articular parcerias com instituições de ensino superior para oferta de especializações e intercâmbio nas áreas de especificidade da assistência social;
2. Capacitar os gestores municipais para operação dos fundos municipais;
3. Construir Plano de Capacitação para Gestores, Profissionais, Conselheiros e Prestadores de Serviços;

4. Criar programa de monitoramento e avaliação de desempenho e produtividade dos trabalhadores do SUAS para a garantia da qualidade do atendimento aos usuários, considerando a proporcionalidade entre o número de trabalhadores e usuários;
5. Definir estratégias para a construção do PCCS;
6. Definir estratégias para a efetivação da NOB/RH;
7. Dotar os órgãos estaduais de equipe técnica para operar os sistemas de informação, de monitoramento, avaliação e vigilância e assessorar os municípios;
8. Efetivar a criação de Comissão para implementação da NOB/RH, nas três esferas de governo, através de Portarias garantindo a representatividade dos profissionais do SUAS;
9. Fazer gestão junto ao Congresso Nacional para legislação específica na área de recursos humanos do SUAS;
10. Garantir capacitação continuada para os trabalhadores do SUAS visando a qualificação no atendimento às famílias com foco nas necessidades sociais dos territórios conforme enfoque da Política Nacional de Assistência Social;
11. Garantir condições adequadas de trabalho em todas as unidades de gestão e de prestação de serviços socioassistenciais;
12. Garantir programa de capacitação para profissionais executores de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com: comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas, entre outras especificidades;
13. Manter e alimentar o Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS (CADSUAS);
14. Oportunizar a troca de experiências entre os profissionais, através de fóruns e encontros formando uma rede permanente de informações;
15. Realizar concurso público para contratação de servidores em consonância com NOB/SUAS e NOB/RH.

3.3 Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais

Nós, Delegados, convidados e observadores presentes à VI Conferência Nacional de Assistência Social, que mobilizou 90% dos municípios brasileiros e as 27 unidades da federação, num esforço coletivo de participação que envolveu mais de 500 mil pessoas, convocamos a sociedade brasileira a assumir, de forma coletiva, a luta pelos *compromissos e responsabilidades para assegurar os direitos socioassistenciais* previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993.

Urge estabelecer estratégias para exercer a defesa e o controle social sobre a efetivação dos direitos socioassistenciais, que, com muito esforço, começam a ser implementados e já se encontram sob diversos níveis de críticas. Para a garantia da efetivação desses direitos socioassistenciais, necessário se faz o reconhecimento de que:

- a vulnerabilidade social é histórica, cultural e socialmente construída e requer a efetivação e o cumprimento da ordem jurídica que garanta a assistência social como direito, não contributiva e universal, e prestada a quem dela necessitar;
- o acesso às proteções da renda básica, dos benefícios, à convivência familiar e comunitária, deve ser assegurado com eqüidade;
- o usuário dessa política é protagonista e deve exercer o controle social, sem discriminações, restrições ou atitudes vexatórias;
- as oportunidades para a construção da autonomia pessoal passam pelo direito à igualdade e completude de acesso aos benefícios, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial;
- os serviços devem ser ofertados por profissionais qualificados e em espaços com infra-estrutura adequada e inclusiva;
- em todas as etapas dos ciclos de vida, o convívio familiar e comunitário tem prioridade ante às soluções institucionalizadas;
- a articulação intersetorial da assistência social com as demais políticas públicas, na perspectiva da integralidade, deve garantir a efetiva qualidade de vida;
- a renda, expressão de cidadania, é direito fundamental de sobrevivência.

Os direitos socioassistenciais são conquistas do povo brasileiro, garantias da Seguridade Social. É preciso que cada um assuma o compromisso e a responsabilidade, a fim de que se fortaleça a assistência social como política pública orientada pelos direitos de cidadania, na perspectiva de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Construir e disseminar uma sociedade em que todos os homens e mulheres operem sua plena cidadania requer a superação de desafios historicamente gerados por uma sociedade excludente.

Conclamamos a sociedade brasileira a assumir os desafios que garantam a efetivação dos direitos socioassistenciais, deliberados na V Conferência Nacional de Assistência Social (íntegra dos Direitos – anexo “B”), realizada em 2005, e reafirmados na VI Conferência Nacional de Assistência Social:

- Direito à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas;
- Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade dos serviços da rede socioassistencial;

- Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva;
- Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais;
- Direito à renda;
- Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos;
- Direito de eqüidade social e de manifestação pública, e acesso à informação;
- Direito a ter garantida a convivência familiar, comunitária e social;
- Direito de eqüidade rural-urbana na proteção social não contributiva;
- Direito à igualdade do cidadão e cidadã no acesso à rede socioassistencial.

Para publicizar o compromisso com o processo, solicitamos a todos aqueles que se comprometem com a efetivação dos direitos socioassistenciais que ratifiquem a presente carta, assinando-a no endereço eletrônico: www.mds.gov.br/cnas no *link:* Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

VI Conferência Nacional de Assistência Social
Brasília/DF, em 17 de dezembro de 2007.

3.4 Moções aprovadas

Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social aprovaram as seguintes moções:

- **Moções de Repúdio e Indignação**

Moção no. 1
Nós delegados(as) da VI CNAS vimos através desta manifestar a nossa Indignação e repudio às empresas de empréstimos consignados, que induzem, seduzindo os idosos e pessoas com deficiência beneficiários do BPC, a realizarem empréstimos que comprometam a maior parte da sua renda mensal, sendo que uma grande parcela destas empresas retêm os cartões. Esta situação traz inúmeros prejuízos aos direitos básicos e a dignidade da pessoa humana que dele são usuários.
Assinaturas: 150 Participantes.

Moção no. 2
Os delegados presentes na VI Conferencia Nacional de Assistência Social repudiam à câmara de vereadores do município de Nova Iguaçu/RJ pela não aprovação do PL 277/07 que garante melhoria salarial para os trabalhadores da assistência social exclusivamente por falta de quorum.
Assinaturas: 104 Participantes.

Moção no. 3
Os delegados presentes na VI Conferência de Assistência Social repudiam os gestores que não pagam salários compatíveis com a atividade dos servidores e não lhes dão condições dignas de trabalho. Isto nas três esferas de governo.
Assinaturas: 110 Participantes

Moção no. 4
Os delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o curso de serviço social à distância em nível de graduação, entendendo que ocorrerá real desqualificação no exercício profissional.
Assinaturas: 133 Participantes

Moção no. 5
Nós participantes da VI Conferência Nacional de Assistência Social, vimos demonstrar nossa indignação diante da incoerência por presenciarmos crianças trabalhando, ou em situação de trabalho infantil, como ambulantes em frente a porta de entrada do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
Assinaturas: 115 Participantes.

Moção no. 6
Os delegados presentes na VI Conferência de Assistência Social repudiam o projeto de lei conhecido como BOLSA ESTUPRO que prevê pagamento de 1 salário mínimo por 18 anos às mulheres que tendo engravidado em decorrência de estupro decidam manter a gravidez. A maternidade deve ser livre decisão das mulheres e não é ético “comprar” esta decisão. Esta não é a assistência social que defendemos. O estupro é um crime hediondo e sua reparação

pela via monetária é desrespeitosa para com as mulheres e desumana para com crianças que venham a nascer nestas condições, além de contribuir para banalização desta violência contra as mulheres.
Assinaturas: 287 Participantes

Moção no. 7
Os delegados, delegadas, participantes, convidados e observadores da VI Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o projeto de legalização do aborto ou a sua discriminalização que está no Congresso Nacional para ser votado. A vida inicia-se na concepção e o direito à vida é inviolável, garantindo pela Constituição Brasileira.
Portanto, a legalização do aborto é inconstitucional, pois afronta o artigo 5º da Constituição do nosso país. Como legalizar a morte quando todos querem a vida!
Assinaturas: 268 Participantes

Moção no. 8
Nós, delegados observadores e convidados da VI Conferência Nacional de Assistência Social, repudiamos as ações higienistas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, denominadas movimento dos "BACANAS". Este movimento é uma prática de recolhimento compulsório, com uso da força policial, que muitas vezes atua com truculência, onde crianças, adolescentes, idosos e famílias são retirados das ruas dos bairros da Zona Sul, principalmente da orla, caracterizando a completa violação de direitos dos cidadãos cariocas que se encontram em situação de rua. Esta ação é promovida pelo Governo do Estado, que entende que a população de rua "enfeia" a Zona Sul da cidade do RJ, podendo ser retirada e tratada sem nenhum respeito.
Assinaturas: 184 Participantes

Moção no. 9
Nós, delegados e delegadas da VI Conferência Nacional de Assistência Social, vimos a público repudiar o descaso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba, no tocante ao deslocamento terrestre por parte da delegação, sem condições de segurança com tratamento desigual, financiando apenas as passagens aéreas de uma parte da delegação, em descumprimento a moção de repudio aprovada na V Conferência Estadual de Assistência social, ocasionando diversas tentativas de assaltos, comprometendo assim a representatividade mínima e qualidade desta e infringindo a NOB-RH/SUAS no que diz respeito à viabilização de participação dos atores sociais em eventos de capacitação e formação.
Assinaturas: 110 Participantes.

Moção no. 10
Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social manifestam-se contrários à proposta de Fundação Estatal de Direito Privado – PLC 92/07, por ser um retrocesso na política de assistência social.
Assinatura: 116 Participantes.

- **Moções de Apoio**

Moção no. 11
Os delegados e delegadas na VI Conferência Nacional de Assistência Social realizada nos dias 14 a 17 de dezembro em Brasília, no Centro de convenções Ulysses Guimarães, vem

apresentar moção de apoio no sentido que as três esferas do governo implantem políticas de incentivos à criação de cooperativas para reciclagem de resíduos sólidos, com a participação das associações de pequenas mineradoras e outras organizações da Sociedade Civil.
Assinaturas: 147 Participantes.

- **Moções de Recomendação**

Moção no. 12
A delegação governamental do Pará torna público a esta plenária, que veio a VI Conferência Nacional de Assistência Social apenas com ajuda de custo parcial do governo do estado, ou seja, passagem aérea e diária de valor irrisório. A constituição brasileira diz que: "todos são iguais perante a lei". Diante desse contexto sugerimos que o Governo do Estado do Pará, bem como de outros estados, garantam aos delegados e a delegação os mesmos direitos, tanto para os governamentais, como para os não governamentais, pois, afinal, eles vem às Conferências Nacionais para representar os interesses da sociedade de seus estados.
Assinaturas: 120 Participantes.

Moção no. 13
Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social defendem a implantação de no máximo 30 horas semanais para os trabalhadores da assistência social.
Assinaturas: 133 Participantes.

Moção no. 14
Defendemos, com a maior urgência, a criação e funcionamento imediato em cada Município, Estado-Membro, Distrito Federal e União, da Mesa de Negociação da Nob-RH, paritária entre os trabalhadores da área e os governos, nos termos da Resolução específica do CNAS nº 172 de 20 de setembro 2007. É importante pactuar sobre todas as condições de trabalho, no sentido de sua melhoria substancial, sobre o concurso público e a carreira de trabalhador do SUAS, para que na ponta da assistência social sejam ofertados serviços de qualidade ao cidadão usuário, universalizando a inclusão social.
Assinaturas: 139 Participantes

Moção no. 15
"Pela não transposição do Rio São Francisco e por sua revitalização". Nós participantes delegados da Conferência Nacional de Assistência Social defendemos a paralização das obras de transposição, reivindicamos a retomada do dialogo Governo e Sociedade, de forma ampla, organizada e intensa. Comprometemos-nos também com a Campanha Nacional de Jejum e Oração, proposta pela CNBB, em solidariedade ao Dom Luiz Cappio e a sua luta pelas famílias nordestinas e pela revitalização do Rio São Francisco.
Assinaturas: 121 Participantes.

ANEXOS

ANEXO A:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 208, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007

Aprova o Regulamento da VI Conferência Nacional

O **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**, em Reunião Plenária, realizada no dia 04 de dezembro de 2007, de acordo com suas competências conferidas pelo artigo 18 inciso VI, da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

I - Aprovar o Regulamento da VI Conferência Nacional, conforme anexo.
II - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SILVIO IUNG
Presidente do Conselho

ANEXO

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art.1º - A VI Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria nº 292, de 30 de agosto de 2006, assinada conjuntamente pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Presidente do CNAS, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei n. º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e no inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS nº 177/2004, tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Art.2º - São Objetivos específicos da VI Conferência Nacional:

I. Debater o balanço de implantação do SUAS;
II. Aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social;
III. Afirmar nos compromissos e responsabilidades com Plano Decenal da Assistência Social;
IV. Avançar nos compromissos e responsabilidades para assegurar a proteção social pelo SUAS;
V. Aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO

Art.3º - A VI Conferência Nacional tem como tema "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social"

§ 1º - São considerados como subtemas desta Conferência:

I. O Plano Decenal;
II. Os direitos socioassistencias;
III. O Controle Social e o protagonismo dos usuários;
IV. Financiamento
V. Gestão do Trabalho;
VI. Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO III
DA REALIZAÇÃO

Art. 4º - A realização da VI Conferência Nacional será precedida de etapas Municipais e Estaduais e do Distrito Federal e de debates do CNAS.

§ 1º - As conferências Estaduais e do Distrito Federal e os debates do CNAS tiveram como tema "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social".

Art. 5º- Nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram eleitos, garantida a paridade, os delegados de âmbito estadual e municipal, titulares e suplentes para a VI Conferência Nacional.

Art. 6º- A VI Conferência Nacional será realizada em Brasília, no período de 14 a 17 de dezembro de 2007.

CAPITULO IV
DOS PARTICIPANTES

Art. 7º- São participantes da VI Conferência Nacional:

I. delegados credenciados com direito a voz e a voto, em número de 1.178 (mil e cento e setenta e oito);
II. convidados do CNAS com direito à voz , em número de 300 (trezentos).
III. observadores com direito a voz, em número de 400 (quatrocentos), sendo 50 (cinqüenta) destes para usuários observadores.

§ 1º - São convidados do CNAS à VI Conferência Nacional autoridades, profissionais e representantes de entidades e organizações da área, trabalhadores, usuários, e painelistas e expositores de oficinas, mediante critérios aprovados pelo Colegiado do CNAS.

§ 2º - São observadores aqueles que se inscreveram, no sistema de credenciamento"on line" na página eletrônica do CNAS, seguindo critérios de ordem de acesso. O sistema prevê a substituição automática de observadores, caso haja desistência.

§ 3º - São usuários observadores aqueles que se inscreveram, até o dia 5 de dezembro, considerando os critérios previamente definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 8º- São delegados, indicados de forma paritária:

I. Natos: Conselheiros titulares e suplentes do CNAS, devidamente credenciados, em número de 36 (trinta e seis);

II. representantes da esfera municipal e estadual, eleitos nas Conferências Estaduais de Assistência Social, em número de 1.042 (mil e quarenta e dois);
III. representantes da esfera distrital, eleitos na Conferência de Assistência Social do DF, em número de 12 (doze);
IV. representantes da esfera federal, indicados pelo Governo Federal e pelo CNAS, em número de 88 (oitenta e oito).

CAPITULO V
DA ESCOLHA DOS DELEGADOS

Art. 9º- A definição do número de delegados, eleitos nas Conferências Estaduais e no DF, levou em consideração o critério populacional das Unidades da Federação e do Distrito Federal .

Art.10 - As Conferências Estaduais e do Distrito Federal, na definição de seus delegados, titulares e suplentes, respeitaram o critério da paridade entre representantes Governamentais e Sociedade Civil.

Art.11 - As relações de delegados, titulares e suplentes, eleitos nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram encaminhadas ao CNAS até o dia 5 de novembro de 2007, com os respectivos relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e atas, contendo nome completo e número do CPF, devidamente assinadas pelos Presidentes das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e via sistema "on line".

Art. 12 - O credenciamento de delegados é prévio e de forma "on line" e sua confirmação dar-se-á da seguinte forma:
I. Representantes da Sociedade Civil: no local de hospedagem, no dia 14/12/2007, no horário de 12h00 as 17h00.
II. Representantes Governamentais: no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 14/12/2007, no horário de 14h00 às 17h00.
III. Convidados, Observadores, Painelistas, Expositores de Oficinas, Relatores, Apoio Técnico Operacional, no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 14/12/2007, no horário de 14h00 às 17h.
IV. substituições de delegados e outras situações de credenciamento que poderão ocorrer: no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 15/12/2007, no horário de 8h00 às 18h00.

Parágrafo Único - Na ausência de titulares, os respectivos suplentes serão credenciados como delegados, mediante documento assinado pelo Presidente da Conferência Estadual e do Distrito Federal ou pelos responsáveis pela delegação, a ser apresentado com antecedência ao CNAS, devendo a indicação de suplente observar a ata de eleição das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

CAPÍTULO VI
DOS RELATÓRIOS

Art. 13 - Conforme orientações disponibilizadas na página eletrônica do CNAS, os relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram encaminhados, por e-mail e

impresso, devidamente assinados pelo Presidente do Conselho Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social, até o dia 5 de novembro de 2007.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 14 - A VI Conferência Nacional terá como Presidente da Conferência, o Presidente do CNAS e como Presidente de honra o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente, a Vice-Presidente do CNAS assume a Presidência da VI Conferência Nacional.

Art. 15 - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a VI Conferência Nacional contará com uma Comissão Organizadora, constituída por meio da Resolução nº 260, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações com a seguinte composição atual:

I. Coordenadores: Presidente do CNAS, Silvio Iung e Vice-Presidente do CNAS, Simone Aparecida Albuquerque;
II. Representantes Governamentais: Edna Aparecida Alegro, Marcelo Garcia e Patrícia Souza De Marco;
III. Representantes da Sociedade Civil: Ademar de Oliveira Marques e José Carlos Aguilera.

Art. 16 - A Comissão Organizadora, responsável pela realização da VI Conferência Nacional, subdivide-se em dois grupos (logística e programação e sistematização) e tem as seguintes atribuições:

orientar e acompanhar a realização e resultados das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social;

preparar e acompanhar a operacionalização da VI Conferência Nacional;

propor e encaminhar para aprovação do Colegiado, materiais relativos a critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização e composição a ser utilizada durante a VI Conferência Nacional;

organizar e coordenar a VI Conferência Nacional;

promover a integração com os setores do MDS, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar de assuntos referentes à VI Conferência Nacional;

dar suporte técnico-operacional durante o evento;

acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela empresa organizadora do evento;

subsidiar a empresa organizadora, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CNAS;

manter o CNAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da VI Conferência Nacional;

apresentar memórias de reunião ao Plenário.

Art. 17 - A Comissão Organizadora contará com o suporte técnico e administrativo do MDS, necessários à realização das atividades relacionadas à organização e desenvolvimento da VI Conferência Nacional.

Art.18 - A VI Conferência Nacional será constituída de conferência de abertura, painéis, painéis simultâneos, oficinas, grupos de trabalho, debates e plenária final.

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS

Art. 19 - As despesas com a organização geral e realização da VI Conferência Nacional correrão à conta de dotação orçamentária consignada pelo MDS e apoio institucional de patrocinadores.

Art. 20 - A operacionalização da VI Conferência Nacional dar-se-á pela empresa que sagrou-se vencedora no procedimento licitatório, na modalidade de "Pregão Eletrônico".

CAPÍTULO IX
DO REGIMENTO INTERNO DA VI CONFERENCIA NACIONAL

Art. 21. A Comissão Organizadora apresentará proposta de Regimento Interno a ser submetido à aprovação, por maioria simples dos Delegados credenciados até às 15h45 do dia 14/12, em Plenária.

Parágrafo único: As regras para a leitura, discussão e aprovação do Regimento Interno serão apresentadas pela coordenação da plenária de aprovação do Regimento Interno da VI Conferência Nacional.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pela presidência da VI Conferência Nacional em conjunto com a Comissão Organizadora.

ANEXO B:

REGIMENTO INTERNO
VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. A VI Conferência Nacional de Assistência Social será realizada de 14 a 17 de dezembro de 2007, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, Distrito Federal, e será presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 2º. A VI Conferência Nacional foi convocada pela Portaria/MDS Nº 292, de 30 de agosto de 2006, assinada, conjuntamente, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Silvio Iung, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS Nº 177/2004.

Art. 3º. A VI Conferência Nacional constitui-se em instância máxima de participação da sociedade civil e governo, com a finalidade de avaliar a política da assistência social e deliberar diretrizes para aperfeiçoar, implementar e consolidar o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, de acordo com o art. 18, inciso VI, da LOAS.

Art. 4º. São objetivos da VI Conferência Nacional:

I. Avaliar e debater a implantação do SUAS;
II. Aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social, através da inclusão de novas metas nacionais;
III. Afirmar compromissos e responsabilidades com o Plano Decenal da Assistência Social;
IV. Reafirmar os compromissos e responsabilidades para assegurar a proteção social pelo SUAS;
V. Aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO

Art. 5º. A VI Conferência Nacional tem como tema Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social, e como subtemas para discussão e deliberação:

I. Plano Decenal;
II. Direitos socioassistenciais;
III. Controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias;
IV. Financiamento;
V. Gestão do trabalho;
VI. Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

Art. 6º. A VI Conferência Nacional deliberará, na Plenária Final, sobre:

I. Inclusão de novas metas nacionais no Plano Decenal, oriundas dos trabalhos de grupo;
II. Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais;
III. Moções.

CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES

Art. 7º. São participantes da VI Conferência Nacional:

I. Delegados e delegadas credenciados com direito à voz e voto;
II. Convidados e convidadas com direito à voz;
III. Observadores e observadoras com direito à voz.

§ 1º – São convidados e convidadas do CNAS à VI Conferência Nacional: autoridades, profissionais e representantes de entidades e organizações, usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras da área.
§ 2º – São observadores e observadoras aqueles que se inscreveram previamente por meio de critérios definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 8º. São delegados e delegadas:

I. Natos, conselheiros e conselheiras titulares e suplentes do CNAS, devidamente credenciados e em número de 36 (trinta e seis);
II. Representantes governamentais e da sociedade civil, eleitos nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal e em número de 1054 (mil e cinqüenta e quatro);
III. Federais, observada a paridade entre governo federal e sociedade civil, em número de 88 (oitenta e oito);

Seção I
Do Credenciamento

Art. 9º. O credenciamento de delegados e delegadas é prévio, via eletrônica, e sua confirmação dar–se–á da seguinte forma:
(Para todos os delegados e delegadas inscritos previamente no Centro de Convenções Ulysses Guimarães no dia 14/12/2007, no horário de 19h às 23h e, no dia 15/12/2007, das 9h às 18h;) aprovado

I. Para representantes da Sociedade Civil;

a) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o horário de credenciamento será encerrado no dia 15/12/2007, às 18h.

II. Para representantes Governamentais, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, até o dia 15/12/2007, às18h.

§ 1º – As substituições de delegados e delegadas e credenciamentos não possíveis até os horários indicados no primeiro dia, ocorrerão no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no dia 15/12/2007, até às 18h.

§ 2º – Na ausência de titulares, os/as respectivos/as suplentes serão credenciados como delegados ou delegadas, mediante documento assinado pelo Presidente do Conselho Estadual Assistência Social e do Distrito Federal ou pelo responsável da delegação, respeitando a indicação das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

§ 3º – Os casos não solucionados nos setores de credenciamento serão tratados pela Comissão Organizadora, no local do evento.

Art. 10 – A inscrição de convidados, convidadas, observadores, observadoras e os expositores convidados ocorre no dia 15/12/2007 até às 18h.

Parágrafo Único – Os expositores convidados de painéis e oficinas podem ser inscritos até o horário da sua participação.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZACÃO

Art. 11 – Os subtemas da VI Conferência Nacional serão apresentados por conferencistas, painelistas e expositores, conforme programação, respeitando–se a divisão de tempo nela estipulada.

Art. 12 – A VI Conferência Nacional contará com equipe de relatoria e sistematização.

Seção I
Dos Painéis

Art. 13 – Os subtemas da VI Conferência Nacional serão apresentados sob a forma de painéis.

Art. 14 – Os painéis, visando subsidiar os grupos de trabalho, abordarão os seguintes temas: SUAS Plano 10: avaliação e perspectivas da implantação do SUAS e dos Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS; Os Usuários e o Controle Social; Gestão do Trabalho no SUAS; Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social; a Inclusão da Juventude – Desafio para a Assistência Social; A Assistência Social: Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão.

Parágrafo Único – Os painéis simultâneos possuem número limitado de 250 (duzentos e cinqüenta) participantes, exceto para o painel *Os Usuários e o Controle Social*.

Art. 15 – Após apresentação dos painéis, os/as participantes poderão fazer inscrição para discussão, de acordo com o tempo definido na programação.

Parágrafo Único – Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

Seção II
Dos grupos de Trabalho

Art. 16 – Os trabalhos de grupos devem aprofundar a avaliação do SUAS, tendo como base os 04 (quatro) eixos temáticos (gestão, financiamento, recursos humanos e controle social), constantes dos relatórios consolidados das conferências estaduais e do Distrito Federal.
Art. 17 – O grupos serão compostos por delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores e observadoras, previamente distribuídos.

Parágrafo Único – Apenas terá direito a voto no grupo, o delegado e a delegada credenciados na VI Conferência Nacional.

Art. 18 – Os grupos reunir–se–ão, conforme definido na programação, em dois momentos específicos.

§ 1º – Cada grupo terá um/a coordenador/a, que será eleito/a delegados e delegadas presentes, com as atribuições de:

a) coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos/as os/as participantes;
b) controlar o uso da fala pela ordem de inscrição;
c) assegurar que as propostas sejam encaminhadas de acordo com a deliberação do grupo;
d) cronometrar o tempo de intervenção de cada participante;
e) apurar a votação de cada proposta.

§ 2º – Cada grupo contará com um/a facilitador/a, indicado/a pela Comissão Organizadora, com a atribuição de orientar a discussão dos temas.

§ 3º – Cada grupo terá um/a relator/a, previamente definido pela Comissão Organizadora, com as atribuições de:

a) abrir os trabalhos, apresentar o/a facilitador/a e encaminhar a eleição do/a coordenador/a;
b) registrar as conclusões do grupo no sistema próprio da relatoria;
c) apresentar o registro à coordenação de relatoria da VI Conferência Nacional.

Art. 19 – Os grupos obedecerão à seguinte metodologia de trabalho:

I – Quanto aos compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social no SUAS – metas nacionais do plano decenal:

a) analisar os desafios e as proposições apresentadas pelo relatório consolidado das conferências estaduais e do Distrito Federal à luz das metas nacionais do Plano Decenal, aprovadas pelo CNAS;
b) propor, identificada a necessidade do grupo, a inclusão de meta nacional para votação da plenária final, considerando os desafios e proposições analisados;
c) cada grupo poderá apresentar até 2 (duas) propostas de inclusão de meta nacional por eixo ou, por item do eixo, desde que, aprovadas por 2/3 dos delegados presentes;
d) todas as propostas aprovadas pelos grupos serão matéria de deliberação na plenária final;
e) os desafios e as proposições apresentadas pelo relatório consolidado e que não foram contempladas como meta nacional serão incorporadas ao Plano Decenal como estratégias para efetivar as metas nacionais.

II – Quanto aos direitos socioassistenciais:

a) tendo como base os 10 (dez) direitos socioassistencias, aprovados na V Conferência Nacional, o grupo deverá indicar o grau de dificuldade de concretização destes junto aos/às usuários/as;

b) a ordem de prioridade, aprovada por maioria simples dos delegados e das delegadas presentes, será encaminhada à equipe de relatoria, a quem cabe consolidar o resultado dos grupos por grau de incidência;
c) o resultado consolidado constará da Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais a ser deliberada pela VI Conferência Nacional.

Art. 20 – A sistematização dos grupos deverá ser entregue à equipe de Relatoria, nos seguintes horários:

a) Nos trabalhos do dia 15 de dezembro, até às 21h deste;
b) Nos trabalhos do dia 16 de dezembro, até às 21h deste.

Seção III
Das Oficinas

Art 21 – A VI Conferência Nacional contará com 24 (vinte e quatro) Oficinas, com o objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no campo da Assistência Social.

§ 1º – As oficinas acontecerão, simultaneamente, no dia 15 de dezembro, das 18h às 20h;
§ 2º – As inscrições para as oficinas serão realizadas no dia 15 de dezembro, das 8h às 15h, no Centro de Convenções;
§ 3º – As oficinas possuem número limitado de 50 (cinqüenta) participantes, preenchidas por ordem de inscrição.

CAPÍTULO V
PLENÁRIA FINAL

Art. 22 – A Plenária Final da VI Conferência Nacional, de caráter deliberativo, é constituída pelos delegados e delegadas, devidamente credenciados/as, com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho.

Art. 23 – O processo de apreciação e aprovação do relatório final que trata das propostas de inclusão de novas metas nacionais e da Carta Nacional, dar–se–á da seguinte forma:

I. Leitura do relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
II. Apresentação dos destaques solicitados;
III. Uma defesa a favor e uma contra, dos destaques, quando for o caso, obedecido o tempo máximo de 3 minutos, cada;
IV. Esclarecidas as propostas, estas serão submetidas à votação pela Plenária;
V. Serão aprovadas aquelas propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos delegados e delegadas presentes, identificada por contraste e recorrendo–se à contagem, preferencialmente, uma única vez, em caso de dúvida.

Art. 24 – As moções deverão ser apresentadas à coordenação de relatoria, em formulário próprio fornecido pela Comissão Organizadora, até às 19h do dia 16 de dezembro, com assinatura de pelo menos 10% (dez por cento) do total de delegados e delegadas, credenciados, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária.

Parágrafo Único – As moções serão aprovadas ou rejeitadas pela Plenária, não cabendo defesas a favor ou contrária.

Art. 25 – A Plenária contará com uma mesa de apoio que auxiliará a coordenação dos trabalhos.

Art. 26 – Assegura–se o questionamento, pela ordem, à coordenação da mesa, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 27 – Instalado o processo de votação, é vedado o levantamento de questão de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 – Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, conforme estabelecido no art. 9º deste Regimento, o número de delegados e delegadas da VI Conferência Nacional, bem como o número de convidados, convidadas, observadores e observadoras.

Art. 29 – As deliberações aprovadas na VI Conferência Nacional serão publicadas no Diário Oficial da União, pelo CNAS, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas no portal do CNAS.

Art. 30 – Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da VI Conferência Nacional de Assistência Social e submetidos à aprovação da Plenária.

ANEXO C:

OS 10 DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.

2. Direito de eqüidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

3. Direito de eqüidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.

7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o co-financiamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

ANAIS

Compromissos e Responsabilidades para Assegurar
Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social

14 a 17 de dezembro de 2007
Brasília/DF

S U M Á R I O

1. Apresentação, 8

2. Programação Oficial, 9

3. Solenidade de Abertura – Pronunciamentos, 11

Sr. Sílvio Iung - Presidente do CNAS
Sr. José Roberto Arruda – Governador do Distrito Federal
Sr. Ademar de Oliveira Marques – conselheiro do CNAS
Sr. João Paulo Lima e Silva - Prefeito do município de Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos
Sr. Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

4. Conferência de Abertura - Desenvolvimento social e econômico: desafios para as políticas sociais, 32

5. Painel I - SUAS PLANO 10: avaliação e perspectivas da implantação do SUAS, 48

6. Painel II - Direitos Socioassistenciais: compromisso com as proteções do SUAS, 93

7. Painéis Simultâneos, 124

Painel 1 - Os Usuários e o Controle Social, 124
Painel 2 - Gestão do Trabalho no SUAS, 131
Painel 3 - Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social, 134
Painel 4 - A Inclusão da Juventude - Desafio para a Assistência Social, 162
Painel 5 - A Assistência Social: Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão, 183

8. Deliberações, 212

Metas nacionais, 212
Estratégias para o Plano Decenal, 217
Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais, 224
Moções aprovadas, 226

Anexos , 229

Anexo A – Regulamento da Conferência Nacional, 229
Anexo B - Regimento Interno aprovado, 234
Anexo C - 10 Direitos Socioassistenciais, 240
Lista de Siglas, 242

Apresentação

A VI Conferência Nacional de Assistência Social ocorreu no período de 14 a 17 de dezembro de 2005, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília – DF, sob a coordenação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O evento contou com a participação de cerca de 2000 pessoas na condição de delegados, observadores, convidados, expositores, painelistas, debatedores, facilitadores, intérpretes de LIBRAS, equipe de relatoria, relatores de grupos e de oficinas, agentes culturais, acompanhantes e integrantes de equipe de apoio.

A VI Conferência Nacional representou o primeiro momento de avaliação do Sistema Único de Assistência Social e seu tema central foi "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)". Os subtemas para discussão e deliberação na VI Conferência Nacional, foram: o Plano Decenal SUAS PLANO 10; os direitos socioassistenciais; o controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias; o financiamento; a gestão do trabalho e a intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

De enorme relevância, o evento resultou na pactuação de compromissos e responsabilidades pela consolidação do SUAS como sistema federativo e republicano conjugados no Plano Decenal SUAS PLANO 10.

A presente publicação contém os principais pronunciamentos do evento, assim como o seu Regimento Interno e o conjunto de deliberações ali produzidas. Com a apresentação dos Anais do evento, o Conselho Nacional de Assistência Social disponibiliza uma documentação central para o processo de consolidação do SUAS.

Com um conteúdo de extrema importância para o atual momento do SUAS, a VI Conferência Nacional de Assistência Social entra para a história da política pública como o espaço onde, coletivamente, foram responsavelmente confirmados os mais importantes pactos para a edificação da política nacional de assistência social.

Conselho Nacional de Assistência Social
- Brasília, fevereiro de 2008 -

2. Programação Oficial

Dia 14 de dezembro

14h - Credenciamento dos Delegados
15h30 – Abertura dos trabalhos
15h45 - Regimento Interno
18h – Solenidade de Abertura
Evento de Reconhecimento pela Adesão ao SUAS

20h - Apresentação cultural – Vander Lee

Dia 15 de dezembro

08h - Programação Cultural
08h30 - Conferência de abertura: desenvolvimento social e econômico: desafios para as políticas sociais
- Patrus Ananias – Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
- José Antônio Moroni – Representante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC
10h – Painel I
Suas Plano 10: Avaliação e Perspectivas da Implantação do SUAS
- Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek - Professora e Pesquisadora da PUC/SP
- Ana Lígia Gomes - Secretária Nacional de Assistência Social / MDS
- Margarete Cutrim Vieira - Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS
- Rosilene Cristina Rocha - Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS
- Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo - Representante do Fórum Nacional de Assistência Social
12h15 - Debate

14h30 - Programação Cultural
15h - Grupos de Trabalho
18h - Oficinas

16 de dezembro

8h - Programação Cultural
08h30 - PAINEL II
Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS
- Luciana Jaccoud - Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
- Aldaíza Sposati - Professora Dra. e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS da PUC/SP
- Raimundo Gomes de Matos - Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social
10h às 11h – Debate

11h20 - Painéis Simultâneos:

1. Os Usuários e o Controle Social
- Edval Bernardino Campos
Professor em Ciências Políticas e Serviço Social da Universidade da Amazônia - UNAMA /PA
- Sebastião Nicomedes de Oliveira - Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua
- José Carlos Aguilera – conselheiro e Representante da Comissão de Conselhos CNAS

2. Gestão do Trabalho no SUAS
- Raquel Raichelis - Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – IEE/PUC-SP
- Simone Aparecida Albuquerque - Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - SNAS/MDS e Vice-Presidente do CNAS
- Margareth Alves Dallaruvera - Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS

3. Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social
- Shirlei Aparecida da Silva - Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- Marília Mendonça Leão - Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA
- Márcia Helena Carvalho Lopes - Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

4. A Inclusão da Juventude - Desafio para a Assistência Social
- Aidê Cançado Almeida - Diretora do Departamento de Proteção Social Básica - SNAS/MDS
- Pedro de Carvalho Pontual - Coordenador do Instituto Pólis

5. A Assistência Social Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão
- Marcelo Garcia - Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e conselheiro Nacional de Assistência Social
- Benedito Medrado Dantas - Coordenador do Instituto Papai
- Ana Maria Quiroga - Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ

14h - Programação Cultural
14h30 - Grupos de Trabalho
18h - Final dos trabalhos do dia

17 de dezembro
08h - Programação Cultural
08h30 - Plenária Final
14h - Programação Cultural
14h30 - Continuação da Plenária Final
18h - Encerramento

3. Solenidade de Abertura da VI Conferência Nacional de Assistência Social [Dia 14 de dezembro]

Cerimonial

Boa noite. Pedimos a todos os presentes a gentileza de manterem seus celulares desligados.

Anunciamos a presença do Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar, acompanhado do Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Patrus Ananias de Sousa e do Sr. Sílvio Iung, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, para recebê-los nessa solenidade de abertura da VI Conferência Nacional de Assistência social.

Convidamos para compor a mesa de honra o Sr. José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal, a Sra. Nilcéia Freire, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Sr. Paulo Sidnei Antunes, Vice-Governador do estado do Tocantins, o Sr. Raimundo Matos, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social da Câmara dos Deputados, o Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito da cidade de Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, a Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, a Sra. Ana Lígia Gomes, Secretaria Nacional de Assistência Social, o Sr. Ademar de Oliveira Marques, conselheiro Nacional de Assistência Social, nesse ato representando a sociedade civil, a Sra. Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social, o Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante dos usuários da Política de Assistência Social e a Sra. Arlete Sampaio, Secretaria Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Convidamos todos a ouvir o Hino Nacional Brasileiro, executado ao piano pela Profa. Beatriz Salles, Chefe do Departamento de Musica do Instituto de Artes da Universidade da Brasília e cantado pela Profa. Denise Tavares, soprano.

A VI Conferência Nacional de Assistência Social foi convocada em caráter extraordinário pelo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – MDS por meio da Portaria No. 292 de 30 de agosto de 2006, tendo como tema compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social. A VI Conferência foi precedida de etapas municipais estatuais e do Distrito Federal mobilizando cerca de 550 mil pessoas em todo o Brasil. A VI Conferência Nacional tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social.

Sras. e Srs., convidamos o Sr. Sílvio Iung, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social para fazer uso da palavra.

Sr. Sílvio Iung

Excelentíssimo Sr. José Alencar, Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, Excelentíssimo Sr. José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal, aqui representando os governadores dos estados brasileiros, excelentíssimo Sr. Ministro de

Estado Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, excelentíssima Sra. Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, excelentíssimo Sr. Vice-Governador, Paulo Sidnei Antunes, representante do Governador do estado de Tocantins, Sr. Marcelo Miranda, excelentíssimo Sr. Deputado Raimundo Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social da Câmara dos Deputados, excelentíssimo Sr. José Paulo Lima e Silva, Prefeito da cidade de Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, excelentíssima Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, excelentíssima Sra. Arlete Sampaio, Secretaria Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e colega conselheiro nacional, Ademar de Oliveira Marques, representante da sociedade civil nesse ato, em nome de quem saúdo também os demais conselheiros nacionais, excelentíssima Sra. Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social e caro amigo Sebastião Nicomedes de Oliveira, representantes dos usuários da política de assistência social, colega conselheira nacional e Secretária Nacional de Assistência Social, Ana Ligia Gomes. Senhoras e senhores Prefeitos, Senhoras e senhores Secretários Estaduais e Municipais de Assistência Social, Senhoras e senhores delegados dessa Conferência e, em especial, todos os conselheiros de assistência social nacionais, estaduais e municipais. Senhoras e senhores convidados, observadores, enfim, a todos vocês que estão conosco na abertura dessa VI Conferência Nacional.

Quero saudá-los muito cordialmente em nome do Conselho Nacional de Assistência Social, desejando-lhes boas vindas e dizer que é um enorme orgulho recebê-los para avaliar o Sistema Único da Assistência Social – SUAS e, juntos, assumir compromissos e definir responsabilidades que garantam o direito dos brasileiros à proteção social preconizada em nossa Carta Magna.

Eu quero de imediato, nesse início, pedir desculpas por alguns transtornos. Vários, aliás, que têm trazido dificuldades involuntárias. Tenho a certeza que contamos com a colaboração, com a compreensão de vocês. A nossa equipe do Conselho, a equipe do Ministério, enfim, todas as pessoas aqui estão fazendo o esforço possível para que tudo seja superado.

Quero mais uma vez agradecer a presença de todos e informar-lhes que essa Conferência Nacional é o resultado do trabalho de 4.935 municípios brasileiros e o esforço de todos os estados e do Distrito Federal, na realização de suas conferências.

Nós chegamos aqui representando, senhoras e senhores, cerca de 500 mil pessoas que participaram, desde maio de 2007, de todo o processo das conferências municipais e estaduais. Uma mobilização social bem ao estilo das grandes transformações que uma sociedade pode fazer.

Eu tenho a satisfação de anunciar também que viemos aqui com o sentimento de dever cumprido em relação às deliberações da V Conferência Nacional de 2005, a partir de um

trabalho bastante árduo do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dos Secretários Municipais de Assistência Social, muitos aqui presentes e dos Secretários Estaduais. Aprovamos documentos importantes nesse período, como a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB RH, atuamos no fortalecimento do controle social mediante a estruturação de conselhos e, em relação aos órgãos de controle interno e externo, investimos em tecnologias, negociamos com o órgão gestor federal incrementos orçamentários e percebemos, sobretudo, uma consciência de que o SUAS é o modelo de gestão para a área de assistência social. A essência dessa consciência tem dois movimentos, a aprovação das metas nacionais do Plano Decenal em reunião do CNAS realizada em novembro passado, onde esse documento foi apresentado pelo MDS e discutido com a sociedade brasileira. Trazemos a essa conferência as metas já aprovadas do Plano e essa Conferência pode ainda acrescentar mais metas e decidir o que ainda pretende incrementar no Plano Decenal.

O outro movimento é aquele que mais genuinamente representa o SUAS na vida das pessoas e que saiu como principal deliberação na Conferência de 2005. Poucos dias atrás, recebi a informação, Sr. Ministro, de que foi rompida a barreira dos quatro mil Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, nesse país.

Impressiona, em verdade, a unidade produzida em torno do SUAS, onde conceitos convergem e move pessoas desde as metrópoles até as pequenas cidades, desde as terras mais férteis até o semi,-árido como tive a oportunidade de conhecer esses dias lá no Rio Grande do Norte. O CRAS é hoje um conceito presente na sociedade brasileira, com depoimentos de gestores que compreendem nele a essência da gestão do SUAS. Disse-me um Prefeito que não entende como era possível trabalhar com a assistência social sem esse equipamento. E é bem provável que não fosse possível mesmo.

Sabemos que ainda estamos longe do nosso destino. Nosso destino está em outro porto, mas para ele nos dirigimos resolutos. É com o Estado social e a vitória da democracia social que vem a justiça e, sobretudo, evita-se o retorno dos sonhos totalitários e das ideologias redentoras. A assistência social, assim, e podemos dizer com altivez, ascendeu ao patamar dos direitos. E direito é justiça.

Nos ensinamentos de Rui Barbosa, na palavra justiça cabe quase inteira a noção de felicidade na terra e a substância da civilização, a essência da sociedade, a síntese da política cristã. As nações medram ou desmedram, ou seja, desenvolvem ou não, segundo sabem, ou não sabem, guardar a justiça e estamos no caminho.

Nossos desafios enormes ainda estão expostos aos nossos olhos e um ponto positivo é que enxergamos com maior nitidez algo antes não disponível. Vocês vão receber na pasta de vocês, tão logo aconteça o credenciamento, uma pasta completamente recheada de material, onde fornecemos estudos, instrumentais, pesquisas para o nosso trabalho.

Dentre as pesquisas está uma que não vai estar no material, mas que foi disponibilizada na semana passada no sítio eletrônico do IBGE e do MDS. Trata-se da Pesquisa de Entidades de Assistência Social – PEAS, sobre as entidades privadas de assistência social, que foi divulgada no dia de aniversário da LOAS, 07 de dezembro. O material produzido pelo IBGE, bastante abrangente, localiza 16 mil entidades de assistência social no país. Dentre as constatações está de que cerca de 1/3 das entidades não possuem inscrições nos Conselhos Municipais de Assistência Social. Há muitas leituras possíveis para esse dado, dentre elas está, certamente, a falta de adesão que reflete a histórica descrença na regulação que o Estado faz para a área.

No CNAS insistimos que as entidades precisam de um novo tratamento, por respeito a sua história e por sua imprescindibilidade contemporânea. Especialmente no que se refere às entidades beneficentes de assistência social assim conhecidas como filantrópicas. Urge uma nova legislação capaz de pacificar entendimentos na sociedade, mas, sobretudo, também no governo. Temos conversado sobre isso, não é, Ministro?

O caminho dos desafios requer efetivar também a estruturação do próprio Ministério que abriga hoje a assistência social. As dificuldades históricas na área podem ser contadas também pelos constantes reabrigamentos daquilo que é hoje a Secretaria Nacional de Assistência Social. O MDS atingiu uma relativa maturidade, e, com ela, a própria Secretaria Nacional. Perenizar o MDS representa avalizar o SUAS. Um aval fundamental para o SUAS é convertê-lo em Lei.

O CNAS é tocado diretamente por tudo isso, vinculado que está ao MDS. Por ser instância de controle social precisa estar acima das vontades de governo, porque essa é uma decisão política da sociedade brasileira que as estruturas estatais devem assegurar. Em período de governos mais longos, como este, temos a oportunidade de deixar legados duradouros, cito: podemos deixar o Ministério consolidado, um conselho autônomo e um SUAS convertido em Lei, são as oportunidades desse momento.

Nossa vigilância também deve estar atenta para manutenção de conquistas. Recentemente o CNAS pediu um posicionamento sobre a importância, manutenção e preservação do valor do salário mínimo para o pagamento do BPC e eu faço questão de registrar isso aqui. A grande mobilização constatada nessa Conferência demonstra que a adesão ao SUAS avança firme e queremos que continue assim.

O CNAS, Governador Arruda, Prefeito João Paulo, em decorrência do esforço dos entes federados na consolidação do SUAS entrega nessa abertura da Conferência Nacional, portanto na instância máxima da Política Nacional de Assistência Social, um reconhecimento aos 26 Governadores de estados e do Distrito Federal, pela assinatura do Pacto de Aprimoramento da Gestão com o Governo Federal. Esse reconhecimento reforça o compromisso de que a gestão do SUAS descentralizada e participativa compete a cada ente federado assumir seu papel pactuado e, posteriormente, aprovado na Norma Operacional Básica – NOB SUAS. Nessa mesma direção também, também os 362 municípios brasileiros que até outubro passado tinha assumido a gestão plena da

assistência social em seus municípios, em reconhecimento ao esforço para a qualificação da gestão da assistência social, vão receber aqui um reconhecimento.

Agradeço a presença dos excelentíssimos Srs. Governadores e Prefeitos pelo compromisso com a assistência social, em especial pela convicção de que ainda temos muito trabalho conjunto. Inerente ao pacto de gestão e a gestão plena dos municípios estão a maior transparência e a efetiva garantia do controle social da política de assistência social. A credibilidade e qualidade de um governo é diretamente proporcional quanto mais exigente a sociedade pelo controle social pode oferecer.

O ano tem sido agitado e essa Conferência Nacional consumiu energia de incontáveis pessoas, mas algumas delas em especial. E eu quero fazer alguns registros para finalizar.

A viabilidade dessa Conferência passa pelos apoios institucionais do MDS, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS – SAIP, dos patrocinadores, pelo apoio dos estados ao trazer os estandes, dos conselheiros nacionais, que eu gostaria que se pusessem de pé. Em especial, a própria comissão organizadora dessa Conferência, o Ademar, o Aguilera, o Carlos Rogério, a Patrícia, a Edna, o Marcelo e os vários colaboradores. A equipe do MDS que não mediu esforços pelas mãos e a inteligência da Magdalena Queiroz, do José Crus, da Luziele Tapajós e tantos outros que poderia citar aqui e passa evidentemente pelo o apoio incondicional da Secretária Ana Ligia, da Secretária Adjunta Arlete Sampaio, da Secretária Executiva Márcia Lopes e do Ministro Patrus.

Mas a Conferência passou decisivamente pelos nossos técnicos do Conselho Nacional, liderados pelas nossas coordenadoras e pelas nossas coordenações a Liliane Carmo, a Auxiliadora Pereira (Dorinha), e a Mercês Carvalho, a nossa mulher- conferência e o Célyo Nunes, enfim, todo o pessoal que não mediu esforços para estar presente em todos os estados brasileiros durante as conferências estaduais e na preparação desse evento. E, evidentemente, a nossa Secretária Executiva, Claudia Sabóia. A todos vocês eu quero desejar, agradecer muito especialmente.

Evidentemente tem uma pessoa que talvez achasse que eu tivesse esquecido de citar, mas não é. Ela é umas das artífices, não somente dessa Conferência, mas fundamental na edificação do próprio SUAS. Eu preciso fazer um destaque aqui é pela clareza e pela retidão. Essa Conferência aqui é possível justamente pelo esforço da nossa Vice-Presidente do CNAS, Simone Albuquerque. A Simone é dessas pessoas que tem a clareza definida por Darci Ribeiro, que disse que na vida só tem duas opções, ou se resignar ou se indignar. Evidentemente, a Simone não se resigna nunca. Simbolizo na indignação militante dela o fato de estarmos aqui.

Agradeço mais uma vez a cada um de vocês pela construção recente da história da assistência social no Brasil, e pela oportunidade de dividir esse momento com vocês. Finalizo pedindo mais uma vez desculpas, conto com a colaboração de vocês. Tenho

certeza que nós vamos fazer uma grande Conferência com a colaboração de cada um aqui e nessas palavras eu também quero declarar aberta a VI Conferência Nacional da Assistência Social.

Cerimonial
Gostaríamos de convidar para compor a mesa de honra o Sr. Governador do estado do Piauí, Sr. Wellington Dias.

O Conselho Nacional de Assistência Social e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entregam, nesse momento, peça artística em reconhecimento em adesão pelos estados da federação e o Distrito Federal ao Sistema Único de Assistência Social. Para fazer a entrega da peça artística ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, convidamos excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da República, José Alencar.

Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. José Roberto Arruda Governador do Distrito Federal.

Sr. José Roberto Arruda
Boa noite a todos e a todas, Presidente José Alencar, Ministro Patrus Ananias, Governador Wellington Dias, Ministra Nilcéia Freire, Srs. Deputados Federais Robson Rodovalho, Raimundo Matos, Sr. Vice-Governador Paulo Antunes, Sr. Sílvio Iung, Sr. Prefeito João Paulo, Deputada Arlete Sampaio, Senadores Benedita da Silva, Carlos Patrocínio, autoridades presentes, Sras. e Srs.

Em primeiro lugar, sejam todos muito bem vindos a Brasília. Brasília cumpre nesse momento o seu papel constitucional de capital do país e cada um de vocês cumpre, nesse instante, uma missão de cidadania ao trazerem na bagagem dessa viagem as conclusões, as críticas, as sugestões colhidas nas conferência municipais e nas conferências estaduais de assistência social.

Ministro Patrus Ananias, estou convencido que desta Conferência sairão idéias basilares para o aprimoramento da rede de proteção e assistência social no Brasil.

Em nome dos Governadores, eu recebo essa homenagem com a humildade de quem sabe que sem o programa nacional de assistência social, nós Governadores e, penso que os Prefeitos também, teriam muita dificuldade em estabelecer os programas que hoje estão implantados em todo o país. Penso também que o amadurecimento político da sociedade brasileira permite que as políticas públicas implantadas na área de assistência social tenham um conceito suprapartidário.

Estamos todos aqui reunidos pensando no interesse público, pensando em diminuir as desigualdades sociais históricas desse país. Pensando nos milhares de brasileiros mais humildes que necessitam dessa rede de proteção para terem a chance e a esperança de sobrevivência digna que merecem, que é nada mais que o cumprimento de um preceito

constitucional e do desejo de todos os brasileiros que tem uma visão crítica sobre as desigualdades históricas que ainda assolam a sociedade brasileira.

Peço desculpas, e já o fiz ao Presidente José Alencar, por não poder ficar aqui até o final dessa cerimônia. Como Governador de Brasília eu vou sair rapidinho para inaugurar agora um presépio muito bonito, feito pelo Joãozinho 30 na Esplanada dos Ministérios, que é o início da celebração das festas natalinas aqui em Brasília, na capital do país.

Mais uma vez dou as boas vindas a todos e a todas que vieram dos mais distantes municípios brasileiros, de todos os estados da federação. Desejo que tenham em Brasília, nesses dias, a melhor acolhida e, principalmente, reforço aqui a minha convicção de que essa Conferência apresentará resultados positivos para rede de proteção e assistência social do nosso país.

Ministro Patrus Ananias, parabéns e obrigado.

Cerimonial
Convidamos agora o Sr. Ministro Patrus Ananias para fazer a entrega da peça artística ao Sr. Wellington Dias, Governador do estado do Piauí.

Convidamos o Sr. Presidente do CNAS, Sr. Sílvio Iung para fazer a entrega da peça artística ao Sr. Paulo Sidnei Antunes, Vice-Governador do estado do Tocantins.

Nesse momento o Conselho Nacional de Assistência Social e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome farão homenagem aos 362 municípios que se encontram habilitados em gestão plena no SUAS. Convidamos a Sra. Ana Lígia Gomes, Secretaria Nacional de Assistência Social para entregar ao Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito do Município de Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, nesse ato representando os demais Prefeitos, peça artística em reconhecimento a gestão plena do SUAS. Encontram-se presentes nessa solenidade Prefeitos e Vice-Prefeitos dos municípios habilitados em gestão plena e a relação desses municípios está sendo apresentada nesse momento em nossos telões.

Ouviremos agora o Sr. Ademar de Oliveira Marques, conselheiro nacional de assistência social, nesse ato representando a sociedade civil.

Sr. Ademar de Oliveira Marques
Boa noite a todas e a todos. Permita-me, Sr. Vice-Presidente José Alencar e Sr. Ministro Patrus Ananias e demais autoridades dessa mesa, inverter o protocolo, mas gostaria de cumprimentar inicialmente o Presidente dessa Conferência, o companheiro Sílvio Iung, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social juntamente com a companheira Simone Albuquerque, Vice-Presidente do Conselho. Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, José Alencar, excelentíssimo Sr. Ministro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, excelentíssima Sra. Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Política para as Mulheres,

excelentíssimo Sr. José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal, excelentíssimo Sr. Wellington Dias, Governador do estado do Piauí, excelentíssimo Sr. Vice-Governador Paulo Sidnei Antunes, representante do Governo do estado de Tocantins, excelentíssimo Sr. Deputado Raimundo Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social da Câmara dos Deputados, João Paulo Lima e Silva, companheiro Prefeito de Recife e Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretária Executiva do MDS, Sra. Arlete Sampaio, Secretária Executiva Adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, companheira Ana Lígia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social, a Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social e o companheiro Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante de usuários e usuárias da política de assistência social.

Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente José Alencar, de fato, o Presidente Lula representa o desejo do povo brasileiro em ter um líder máximo da nação identificado e comprometido com as necessidades e anseios da população e muito nos orgulha esse lugar em que ele está, porque é ocupado com muita competência.

Cumprimento também os Governadores, os Prefeitos, Secretários e Secretárias Estaduais e Municipais de Assistência Social, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, na pessoa do Secretário Municipal do Rio de Janeiro, Marcelo Garcia, Presidente desse colegiado, ao Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS, na pessoa da Secretária Estadual do Maranhão, Margarete Cutrim. Cumprimento a Frente Parlamentar Em Defesa da Política de Assistência Social, membros da coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social, senhoras e senhores parlamentares aqui presentes.

Quero cumprimentar, também, de forma especial meus companheiros e companheiras do CNAS, representantes da sociedade civil dos segmentos dos trabalhadores, das entidades e dos usuários, bem como do governo, representando os diversos Ministérios, aos conselheiros estaduais, municipais e do Distrito Federal, aos delegados e delegadas representando todos os estados, o Distrito Federal e os municípios deste país, os usuários e usuárias, técnicos, dirigentes e representantes das entidades e organizações e movimentos populares, senhoras e senhores.

O nosso mais ilustre profeta Helder Câmara disse: *Não acredito no desenvolvimento que não seja feito pelo povo*. De fato, o nosso profeta diz que a verdadeira revolução vem da base, do povo organizado e comprometido com a construção de uma sociedade justa livre e solidária.

A Constituição de 1988, a qual o Sr. Presidente ajudou a construir, consagra essa idéia no seu artigo 1°., quando diz: Todo o poder emana do povo que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa constituição, e propõe a efetiva participação da população no processo de definição e decisão das políticas públicas para efetivar e consolidar a democracia participativa. A eleição e reeleição do companheiro e

Presidente Lula tem significado histórico especial, pois se abre um novo ciclo de mudanças sociais e políticas, no qual a sociedade brasileira pode definitivamente libertar-se do seu caráter oligárquico e autoritário para, finalmente, instalar-se a república e a democracia.

Sr. Vice-Presidente, a realização dessa VI Conferência, e de muitas outras realizadas pelo seu governo, são uma demonstração inequívoca do seu compromisso e respeito com a construção de um país que tem na democracia o seu fundamento, fazer um governo do povo, pelo povo e para o povo. Um governo que reconhece o direito e o acesso universal, como fundamento básico para a construção da cidadania. Os resultados inequívocos divulgados pelos institutos de pesquisas e pelos organismos da ONU, acerca da melhoria da qualidade de vida do nosso povo é fruto desse compromisso do seu governo em atender a população mais vulnerável que, ao longo dos anos, foram excluídas do processo de construção dos bens e serviços produzidos por esse país. Sr. Vice-Presidente, esses resultados, embora sejam mérito do seu governo, também devem ser compartilhados com a sociedade civil que tem nas suas organizações sociais, movimentos populares, usuários e usuárias, parceiros silenciosos e anônimos no atendimento às necessidades de educação, saúde, habitação, segurança alimentar, geração de renda, esporte, profissionalização, cultura e lazer, dentre outras. Muitas destas existiram antes mesmo de qualquer iniciativa do Estado no atendimento às necessidades da população.

Sou testemunha dessas muitas experiências espalhadas por todos os cantos desse imenso país que, aliado ou não, aos benefícios tributários constitucionais, têm assumido ônus e bônus na prestação de serviços que são inerentes às necessidades do nosso povo. São religiosos e religiosas, profissionais da área de educação, da área de saúde, assistentes sociais, técnicos, líderes populares e comunitários, jovens, homens e mulheres, comprometidos em assegurar dignidade ao seu povo. Temos ainda muitos desafios a serem enfrentados para libertar nosso povo do alto grau de vulnerabilidade as que estão submetidos, como conseqüência de uma herança histórica e maldita que privilegiou a construção dessa nação baseada no ter e não no ser e no conviver.

A assistência social como política pública se insere nesse grande esforço, Sr. Ministro Patrus Ananias, da nação, na organização de um Estado pautado na efetivação dos direitos, na primazia desse Estado e na oferta de serviços públicos. Essa conjuntura nos impõe superar esses, dentre outros desafios, mudanças no modelo de desenvolvimento econômico, culturalmente e institucionalizado pautado nos interesses da elite política e econômica, da exploração do homem pelo homem e do ganha-perde, para um modelo que tem no desenvolvimento humano seu pilar fundamental. Pactuar um modelo de desenvolvimento que possa conjugar os verbos articular e integrar o econômico e o social e o cultural como premissas para o desenvolvimento humano integral e sustentável de uma nação.

Segundo desafio, os conselhos. O fortalecimento dos Conselhos Municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional como expressão do controle social e canal de

representatividade da democracia participativa, tendo como perspectiva o aprofundamento da democracia na sociedade brasileira e a consolidação do conjunto de programas de reformas do seu governo.

Terceiro desafio, o protagonismo dos usuários e das usuárias. Nesse sentido, incentivar e criar os mecanismos necessários que viabilizem a participação protagônica dos usuários e usuárias como portas vozes de si e de suas necessidades, superando a representação tecnicista e instrumental.
Quarto desafio, o SUAS. O Sistema Único de Assistência Social se constitui numa importante conquista da sociedade brasileira, como marco legal e mecanismo concreto para assegurar as proteções socioassistenciais da população mais vulnerável e excluída. Os benefícios, as transferências de renda, os programas, projetos e serviços se constituem em mecanismos importantes para alcançar a cidadania. Fortalecê-los implica na efetiva destinação de recursos, financiados pela união, estados, municípios, Distrito Federal e sociedade.

Quinto desafio, rede socioassistencial. Romper com a cultura da relação do Estado com a sociedade para além da relação convenial para uma relação de parceiros. É imperativo, como forma de comprometer e envolver a sociedade com as metas estabelecidas no Plano Decenal da Assistência Social - SUAS PLANO 10. Nesse sentido, aprimorar a legislação capaz de atender as necessidades de cumprimento na Política Nacional de Assistência Social é uma tarefa que envolverá a todos nós aqui presentes, governo e sociedade civil, parlamentares, usuários, líderes municipais e estaduais, técnicos, gestores. Um novo marco legal no campo de filantropia é fator decisivo para uma nova sociedade de direitos, re-significando a importância histórica das entidades beneficentes, como rede complementar do poder público.

Sr. Vice-Presidente José Alencar, a ti e por ti, leve ao Presidente Lula nosso respeito e abraço e afirme a ele que contamos com o compromisso desse governo para tornar a política de assistência social como política republicana e de Estado.

Sr. Presidente do CNAS Sílvio Iung, Sra. Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, companheira Simone Albuquerque, em nome de todos os conselheiros e conselheiras do CNAS recebam o nosso carinho, nossa disponibilidade e nosso reconhecimento pela postura ética e humana com que conduzem esse colegiado de decisão superior sobre a política pública de assistência social.

E, para finalizar, quero deixar com todos e todas, pelos desafios que temos nessa Conferência, uma frase, um texto do nosso querido Carlos Drummond de Andrade quando ele diz: Queira o melhor do melhor. Se pensarmos pequeno, coisas pequenas teremos. Mas, se desejarmos fortemente o melhor e, principalmente, lutarmos pelo melhor, o melhor vai se instalar em nossa vida. Porque sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura. Boa noite.

Cerimonial

Gostaríamos de registrar e agradecer a presença da Sra. Maria Júlia Chaves, Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Rogério Sotile, nesse ato representando o Sr. Ministro Paulo Vanucchi e dos Secretários e Secretárias Estaduais e Municipais de Assistência Social aqui presentes.

Ouviremos agora o Sr. João Paulo Lima e Silva, Prefeito do município de Recife e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos.

Sr. João Paulo Lima e Silva

Quero dar meu boa noite a todas as companheiras e companheiros. Quero fazer minha saudação especial aqui ao nosso Vice-Presidente da República, excelentíssimo Sr. José Alencar, ao qual eu faço uma saudação ao nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nosso Ministro Patrus Ananias, que vem revolucionando, através de seu trabalho e da política do Presidente Lula, a política da assistência social em nosso Brasil, no Ministério de Desenvolvimento social e Combate à Fome. Ministra Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para Mulher, Sr. José Roberto Arruda Governador do Distrito Federal teve que se ausentar, nosso companheiro Wellington Dias, companheiro de partido e Governador do Piauí, nosso Sílvio Iung, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, do Vice-Governador Paulo Sidnei Antunes, representando o Governador do estado de Tocantins Sr. Marcelo Miranda, o Deputado Raimundo Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social na Câmara dos Deputados, da Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretária Executiva e da Sra. Arlete Sampaio, companheira Arlete Sampaio, Secretária Executiva Adjunta e da Sra. Ana Ligia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social, Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social, Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante dos usuários da política da assistência social e de Ademar Oliveira Marques, conselheiro nacional da assistência social, representante da sociedade civil.

Primeiro, eu quero agradecer aqui, do fundo do coração, ao convite para participar dessa VI Conferência e representando aqui a Frente Nacional dos Prefeitos do Brasil, uma entidade suprapartidária, que representa principalmente as capitais do Brasil e as regiões metropolitanas.

Eu quero dizer, nesse momento, que eu acho que valeu a luta e a mobilização e, acima de tudo, a força da mulher por garantir, através da luta, da combatividade, uma política de assistência social brasileira, sendo fruto não de políticas isoladas, mas acima de tudo a partir da luta e da organização do nosso povo que começa a ter um papel fundamental a partir de 2004, com o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E digo isso, porque nós Prefeitos do Brasil inteiro, em particular, companheiro Wellington, os Prefeitos e Governadores do Nordeste do Brasil têm a clara compreensão da desigualdade, da exploração histórica de parcela significativa do povo brasileiro, muitas vezes entregue a própria sorte, sem nenhuma política de proteção, sem nenhuma política de segurança.

Havia a necessidade da política da assistência social ser compreendida, acima de tudo, como uma política estratégica do governo que pudesse ter ação integrada dos mais diversos Ministérios da República e articulada com os Governadores e com os Prefeitos, garantindo assim a possibilidade de termos uma política vitoriosa. E quero dizer que na nossa região, no Nordeste, em particular na nossa cidade, nós estamos vendo, estamos passando, a partir da política do Presidente Lula, uma verdadeira política de uma revolução social em nosso Brasil.

Para uma cidade como Recife, que tem um milhão e meio de habitantes e um milhão e cinqüenta mil pessoas que vivem na pobreza ou abaixo da linha da pobreza, nosso querido Vice-Presidente José de Alencar, eu quero dizer que só em um dos programas do Presidente Lula, o Bolsa Família, nós temos 105 mil famílias contempladas no Programa Bolsa Família e isso injeta na economia da nossa cidade, mais de oito milhões de reais, aquecendo a micro economia das nossas comunidades, nas comunidades de baixa renda, nas feiras livres e nos mercados.

Então, eu quero dizer que, na condição de Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, nós temos a clareza da importância de uma Conferência como essa, que vai analisar os avanços que nós tivemos até agora que vai preparar os próximos passos para que a gente possa, cada vez mais, termos uma política que possa garantir a integração social e a inclusão de pessoas. E nesse momento em particular, meu querido Vice-Presidente, meu querido Ministro, Ministras, Governadores, eu quero falar da nossa preocupação do Frente Nacional dos Prefeitos do Brasil em relação a postura vergonhosa do Congresso Nacional que barrou a CPMF, através de uma medida antidemocrática que não soube compreender, Governador Wellington, justamente o que o Presidente Lula tanto fala e colocava no seu governo: uma política de Estado. E havia a necessidade, sobre um grave comprometimento, de garantir as políticas públicas, de garantir a melhoria e a inclusão de milhares de pessoas no nosso Brasil, na verdade, a retirada de quarenta e um bilhões do nosso orçamento, acima de tudo, pode prejudicar, principalmente, as pessoas mais carentes do nosso Brasil. Mas quero dizer que confiamos no Presidente Lula, confiamos no nosso governo e no que depender de nós, Prefeitos do Brasil, da sociedade civil organizada, nós vamos continuar lutando para dar continuidade nesse verdadeiro programa de revolução que estamos vivendo em nosso Brasil. E eu digo que em Recife, Sr. Presidente, nós vamos sair de 23% da cidade saneada, que eu encontrei, para 86% do final do meu governo do ano que vem e tudo isso é fruto da política governamental do nosso Presidente Lula. No mais, uma grande Conferência e um abraço do fundo do coração e firme, porque a luta é isso, a luta tem altos e baixos, mas o importante acima de tudo é continuar lutando, boa noite e um abraço para todos e todas.

Cerimonial

Nesse momento convidamos o Sr; Presidente Sílvio Iung para fazer entrega de uma peça artística a Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em reconhecimento pelo seu compromisso na efetivação do SUAS.

Fará uso da palavra o Sr. Patrus Ananias, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sr. Patrus Ananias

Boa noite. Antes mesmo de saudar as autoridades que compõem a nossa mesa, eu quero saudar todas as pessoas aqui presente, os delegados. Quero saudar o excelentíssimo o Sr. Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, aqui representando formalmente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, José Alencar Gomes da Silva. Saudá-lo e agradecer de coração pela sua honrosa presença entre nós. Saudar a Secretária Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, Ministra Nilcéia Freire. Já não está mais conosco, mas quero também prestar aqui minhas homenagens ao Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. Quero saudar o Governador do estado do Piauí, nosso companheiro Wellington Dias, grande parceiro que vem fazendo mudanças históricas no seu estado. Saudar o Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e, na sua pessoa, saudar todos os integrantes do CNAS, Sílvio Iung, parabenizá-lo também pela sua participação nesse evento. Saudar o Sr. Vice-Governador, Paulo Sidnei Antunes, aqui representando o Governador do estado de Tocantins, Marcelo Miranda. Saudar o Deputado Raimundo Matos, Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social da Câmara dos Deputados. Saudar com grande carinho, especial apreço, a nossa Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, figura de referência na construção da política de assistência social no Brasil, Márcia Helena Carvalho Lopes. Saudar a Secretária Executiva Adjunta do nosso Ministério, Arlete Sampaio, a Secretária Nacional de Assistência Social do MDS, Ana Lígia Gomes, Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social, Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante dos usuários da política de assistência social, Ademar de Oliveira Marques que aqui falou, conselheiro nacional da assistência social, representante da sociedade civil. Quero saudar também o nosso Prefeito de Recife, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva, agradecendo também suas palavras de apreço e de estímulo.

Quero saudar todos os Secretários Estaduais de Assistência Social e de políticas congêneres, integradas com a assistência social aqui presentes, na pessoa da Secretária Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro, ex- senadora, ex-ministra Benedita da Silva. Quero saudar também os secretários executivos aqui presentes na pessoa do Secretário Executivo da Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nosso companheiro e parceiro Rogério Sotile. Quero saudar todos os Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos, parlamentares, Vereadores, Deputados estaduais e Federais, Secretários Municipais, todos os delegados, delegadas, convidados, observadores dessa VI Conferência.

Eu quero também prestar homenagem a uma colega nossa, Secretária de estado de Trabalho e Assistência Social do estado de Roraima, Marluce Pinto, que não está aqui presente, mas queremos manifestar aqui a nossa solidariedade pelo falecimento do seu

marido, ocorrido aqui em Brasília essa semana, Governador Otomar Pinto do estado de Roraima.

Nós estamos vivendo no Brasil, sob a liderança do Presidente Lula e do nosso Vice-Presidente José Alencar, um momento histórico. E nós devemos ter consciência desse momento. Um momento em que nós temos estabilidade econômica, a inflação sob controle. Nós aprendemos, ao longo da história, que a inflação é perversa, sobretudo com os pobres, com os trabalhadores, atingindo também a classe média, assalariados, agricultores familiares, pequenos e médios empresários, mas no limite penaliza toda a sociedade. Tivéssemos hoje no Brasil inflação, e os reajustes vigorosos, fortes que tivemos no salário mínimo, benefícios como Benefício de Prestação Continuada, os benefícios do Bolsa Família, as políticas de apoio a agricultura familiar, de assistência social não estariam tendo os resultados que estão apresentando. Porque esses benefícios, o valor do salário mínimo seriam rapidamente corroídos pela inflação.

Avançamos! O país está crescendo! Assustando inclusive a própria imprensa que ontem manifestava o seu espanto com os indicadores do crescimento econômico, batendo 6% e a expansão do PIB. E estamos realizando, efetivando vigorosas políticas públicas voltadas para a proteção e a promoção dos pobres. Vivendo um momento de que o país, claramente, está se confrontando com esse desafio histórico que é o desafio da marginalização, da exclusão social, das desigualdades, das iniqüidades sociais que historicamente marcam a história do Brasil e que nós agora estamos determinados, no nosso governo sob a liderança do Presidente Lula, a resgatar essa dívida e os resultados estão presentes. As pesquisas da PNAD, mostrando que 14 milhões de pessoas pobres saíram da pobreza extrema para melhores e mais dignas condições de vida. As pesquisas da Organização das Nações Unidas – ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, colocando pela primeira vez no Brasil no rol dos países desenvolvidos em termos de indicadores sociais de desenvolvimento humano, em face desse desenvolvimento histórico, porque sempre houve essa dúvida. Crescer ou ter estabilidade econômica? Crescimento econômico ou políticas de justiça e inclusão social? Nós estamos mostrando, hoje no Brasil, que é possível e mais do que possível, é necessário integrar as três dimensões, porque elas se enriquecem e uma garante a sustentabilidade e a expansão da outra.

Pois bem, diante disso uma palavra de agradecimento e outra palavra mais voltada para a reflexão. Agradecimento, as pessoas que estão aqui presentes. Essas conquistas estão vinculadas ao trabalho, muitas vezes anônimo, discreto, silencioso das pessoas de bem, das pessoas de boa vontade que constituem a grande maioria do povo brasileiro e que estão hoje aqui tão bem representadas. São os militantes, são os trabalhadores dos movimentos sociais, dos Conselhos Municipais da assistência social, como também da saúde, da educação, dos conselhos dos direitos da infância e da adolescência, de idosos, das pessoas com deficiência e tantos mais que vão se espalhando pelo Brasil, agora também os conselhos de segurança alimentar e nutricional. Pessoas que muitas vezes tiram do seu próprio bolso para dar a sua contribuição ao bem comum, e é com certeza e convicção de vocês que a gente pode afirmar que não há mais retorno! Que o Brasil

tomou o caminho certo e que nós vamos avançar, apesar das dificuldades! E aqui um ponto para a nossa reflexão.

Não quero, Sr. Vice-Presidente, Governador Wellington, demais autoridades, delegados, não quero julgar a consciência de ninguém. Cada um responde pelos seus atos perante si mesmo, perante a sua consciência, perante Deus, perante o Brasil, perante as nossas crianças, perante os pobres, perante as gerações futuras. Mas eu fico me perguntando, se os senadores que votaram contra a CPMF votaram pensando no Brasil, votaram na fidelidade a suas convicções ou se votaram única e exclusivamente para impedir que o Brasil encontre consigo mesmo no desenvolvimento econômico, na estabilidade econômica, no desenvolvimento social, na liberdade e na democracia. Se colocaram uma pedra para impedir essas conquistas que nós estamos mencionando hoje aqui, e se ao fizerem isso, se fizeram movidos por sentimentos menores, se fizeram, aqueles que votaram nas suas fidelidades e convicções mais profundas, nós respeitamos. É a democracia. Mas, se porventura, alguém votou para impedir maiores e melhores conquistas no governo do Presidente Lula e do Vice-Presidente José Alencar, infelizmente não votou contra o governo, votou contra o Brasil, votou contra o povo brasileiro, votou contra os pobres, votou contra nossas crianças, votou contra o nosso futuro. Mas o momento aqui é de celebração.

Eu quero dar as minhas boas vindas aos valorosos construtores das nossas políticas públicas de assistência social. Nós estamos juntos consolidando o Sistema Único da Assistência Social. Nós estamos avançando historicamente e colocando a questão social no campo das políticas públicas, das políticas do Estado dos direitos. Trabalhando numa linha republicana, suprapartidária, estabelecendo ações integradas com governos estaduais e municipais sem nenhuma questão menor, sem nenhuma questão política ou partidária dentro de critérios juridicamente fundamentados, procedimentos legais trabalhando numa linha de integração com os entes federados e colocando as exigências superiores do bem comum, do interesse público, acima de eventuais diferenças político-partidárias ou ideológicas.

No contexto do SUAS, eu quero mencionar aqui alguns avanços, eu vou ser mais objetivo, porque precisamos ouvir também o Vice-Presidente José Alencar. Eu não quero abusar de vocês nessa abertura, mas quero mencionar o que nós conquistamos juntos no contexto da assistência social da consolidação do SUAS. Nós temos, Sr. Vice-Presidente, o Benefício de Prestação Continuada, investimentos sociais superiores ao Bolsa Família, 11 bilhões de reais, mais ou menos no orçamento desse ano, não sei se temos que repensar para o próximo ano. Benefícios voltados para as pessoas idosas e para pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho, pobres, mais de dois milhões e quinhentos mil idosos e pessoas com deficiência pobres, recebem o beneficio que corresponde ao salário mínimo que lhes está assegurando as condições básicas de alimentação, direitos essenciais para enfrentar as limitações do tempo e do corpo com um mínimo de decência e dignidade. Estamos avançando com o Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF, dentro da opção que fizemos juntos de trabalhar a pessoa no contexto familiar e comunitário. O PAIF materializa através dos Centros de Referência de

Assistência Social - CRAS e hoje aqui a noticia de nosso Presidente, ultrapassamos os quatro mil CRAS. Quando me perguntam se a CPMF vai incidir no Bolsa Família eu digo: No Bolsa Família talvez não, mas temos outros programas sociais. Nós não temos o Bolsa Família sozinho. O Bolsa Família interage com o Programa de Atenção Integral às Famílias, com Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e todos esses programas tem recursos sim da CPMF.

Estamos consolidando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Sentinela, os nossos programas de prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescente através dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para trabalhar essas situações mais dramáticas de vulnerabilidade humana. O Agente Jovem vai ganhar agora novas dimensões com o Projovem Adolescente, integrando mais ainda o Bolsa Família com os programas da assistência social e que, por sua vez, se integram cada vez mais com os programas de segurança alimentar e nutricional. Assim como estamos consolidando o SUAS, a partir da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, estamos construindo também, dentro da linha das políticas públicas, dos direitos, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Eu quero terminar compartilhando com vocês alguns desafios. Desafios que abrem também horizontes e responsabilidades, também algumas reflexões. Uma delas, sobre os meios de comunicação social, vários segmentos da sociedade já pautou as eleições de 2010. O Presidente Lula e o Vice-Presidente José de Alencar foram reeleitos por votação consagradora no ano passado. Nós temos ainda três anos de governo, hora de trabalhar de colocar em prática, como estamos fazendo, os compromissos que assumimos com o povo brasileiro nas eleições do ano passado. E o que vale para o nosso governo nacional vale também para os governos estaduais. Três anos de trabalho e a discussão esta sendo colocada de forma prematura. Agora tem outra eleição que é importante e não está sendo discutida. Essa sim... Está na hora e no ano que vem, são as eleições municipais. E quando falam das eleições municipais falam de nomes. Responsabilidade nossa, responsabilidade de militantes como vocês, pessoas consciente, mostrar a importância das eleições municipais. As nossas políticas públicas, as nossas políticas de assistência social, de segurança alimentar e nutricional, de saúde, a grande maioria quase todas são implementadas através do município. Agora também as obras do PAC, através de governos estaduais e municipais: um bom Prefeito muda o município, muda a vida das pessoas, um Prefeito ou uma prefeita honesta, comprometido com as políticas sociais, sensível ao povo, aos pobres, que tenha competência também, capacidade de gestão, determinação, vontade política muda seu município, muda a vida das pessoas com os recursos que estão recebendo do Governo Federal, com os novos investimentos, com essa integração do desenvolvimento econômico com as políticas sociais, com a estabilidade econômica e possibilidades inclusive de desenvolver o desenvolvimento regional. Nós temos um desafio, um campo aberto com os consórcios, a Lei que mais que do possibilita, estimula, cria alternativas, possibilidades para a criação de consórcios intermunicipais. Os municípios hoje podem mudar a face de uma região.

Bons prefeitos podem trabalhar integrados e desenvolver programas de desenvolvimento regional.

Esse é um tema que nós devemos estar atentos porque, em grande parte, ainda, uma parcela do nosso povo ainda não percebeu a importância do município. A Constituição de 88 colocou o município como ente constitutivo do Estado nacional brasileiro e deu a ele um espaço e atuação jurídica, política, administrativa, financeira, autonomia muito grande. Outro ponto que eu queria compartilhar com as pessoas aqui presentes, os delegados as delegadas, os construtores, a partir da base, das nossas políticas públicas de assistência social, é a questão do financiamento dessas políticas. O Governo Federal vem fazendo a sua parte. Queremos fazer mais, infelizmente enfrentamos obstáculos como já mencionamos aqui, e não quero insistir tanto. Mas é preciso também, dentro do pacto federativo, que nós aprofundemos a reflexão.

Estamos celebrando o pacto com os Governadores, com os Prefeitos. Daí a importância da presença aqui, dos Governadores Arruda, Wellington Dias representando os demais Governadores, o Prefeito João Paulo, em nome dos prefeitos. Mas há um longo caminho ainda, para que nós tornemos prioridade também no plano dos municípios e no plano dos estados, as políticas sociais e façamos prevalecer a compreensão que a questão dos pobres não é uma questão de filantropia. Por mais que nós queiramos a boa vontade e a generosidade das pessoas, mas é uma questão de políticas públicas. É uma questão de investimentos e isso implica em garantir prioridades com recursos. O governo nacional, por si só, não vai garantir a sustentabilidade, a continuidade do SUAS, das nossas políticas de assistência, de proteção, de promoção social. O Brasil é um pacto federativo, portanto, os estados e municípios devem também cada vez mais compartilhar essa responsabilidade conosco.

Outro ponto para essa VI Conferência, avançar no sentido da normatização. Esse é um ponto que nós estamos trabalhando no Ministério, no Conselho e eu quero compartilhar com vocês. Nós precisamos dar uma base jurídica mais sólida ao SUAS. Vamos ser claros aqui: o Sistema Único da Assistência Social está referenciado juridicamente na LOAS, do início dos anos 90, e numa Portaria do Ministro. Estamos priorizando hoje no Ministério, mas é fundamental essa participação generosa dos Conselhos Municipais, dos Conselhos Estaduais, mobilizando também os governos estaduais, municipais, a sociedade e os nossos demais parceiros nessa construção. Nós temos, por exemplo, essa coisa notável mencionada aqui, o Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF. E aqui eu quero prestar uma homenagem à ex-ministra Secretária Benedita. Quando eu assumi no lugar dela ela me pediu, Ministro Patrus queria um favor: tenha um cuidado especial com o PAIF e nós tivemos. E os resultados estão presentes hoje no trabalho que ela lançou. Pois bem, o PAIF que se materializa através dos CRAS, exige de nós hoje novos olhares no campo da normatização jurídica, mas também no campo da metodologia, como trabalharmos com as famílias na perspectiva do seu crescimento, como fazer com que as pessoas pobres, as famílias e as comunidades com as quais nós trabalhamos possam desabrochar seus talentos, suas potencialidades, possam destravar a mente, destravar o coração, expandir a consciência e se tornarem sujeitos e exercerem

efetivamente os seus direitos e deveres de cidadania. Isso implica em nós desenvolvermos juntos uma metodologia, uma pedagogia, que não seja autoritária, doutrinária, impositiva, mas que seja construída democraticamente com as pessoas, mas que possibilite a sua autonomia e o seu desenvolvimento.

Temos desafios no sentido de tornamos mais públicos. Vamos tocar aqui num assunto que é delicado, mas temos que enfrentar. Nós temos que tornar mais públicos, mais republicanos os procedimentos de contratação dos nossos companheiros e companheiras que trabalham nos CRAS, os psicólogos e os assistentes sociais. Temos. Não pode ser escolha subjetiva. Ah, mas o município é pequeno, não pode fazer o concurso, mas um edital, uma comissão representativa da sociedade. Vamos examinar os currículos, vamos ver a experiência das pessoas.

Teria muito mais coisas para a gente falar. Eu senti aqui que estou falando muito já, recebi aqui até um recado para anunciar que o Presidente Lula já assinou os dois decretos: a regulamentação do artigo 3º da LOAS e o que dispõe também sob Benefícios Eventuais que serão publicados no Diário Oficial de segunda-feira. Eu quero, finalizando então, gente, deixar um abraço muito fraterno com vocês. Reiterar aquilo que eu comecei dizendo: o que nós estamos vivendo no Brasil hoje é uma conquista das pessoas de bem. O Brasil vai avançar na dependência da nossa capacidade de sermos ousados, criativos e determinados.

Uma Conferência como essa, e é bom lembrar que já realizamos dezenas de conferências no nosso governo, a construção da democracia participativa, a construção da cidadania passa por eventos conferências como essa. Que a VI Conferência seja um marco na história das políticas da assistência social, mas um marco também na abertura das políticas públicas da assistência social para outras políticas sociais para que possamos, efetivamente, promover as ações intersetoriais e alcançarmos o nosso objetivo fundamental: assegurar e promover a vida das pessoas, famílias e comunidades pobres do nosso país. Muito obrigado, um abraço fraterno, uma feliz Conferência e que os frutos sejam fecundos.

Cerimonial
Com a palavra, o excelentíssimo Sr. José de Alencar, Vice-Presidente da República.

Sr. José Alencar
Senhoras e Senhores. Todos vocês sabem, o Presidente Lula gostaria muito de estar presente aqui hoje. Nem sempre as coisas acontecem como a gente planeja e ele me pediu que eu o representasse aqui e que trouxesse o seu abraço a todos vocês e os votos para que os trabalhos desenvolvidos aqui na VI Conferência que alcancem os resultados que todos nós desejamos.

Outra coisa que ele me pediu que dissesse para vocês e é muito simples. Se aqueles que votaram ontem, no senado, contra a CPMF votaram para prejudicar o governo a atender as questões sociais levadas a efeito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome estão enganados. Porque não faltarão recursos para a continuidade desse trabalho.

Quero cumprimentar nosso estimado co-estaduano, e grande brasileiro. Patrus Ananias. Cumprimento também nosso querido Governador do Piauí, Wellington Dias, nossa querida Nilcéia Freire, o excelentíssimo Sr. Governador José Roberto Arruda que teve que se afastar, o excelentíssimo Sr. Paulo Sidnei Antunes, Vice-Governador do estado do Tocantins, o excelentíssimo Sr. Sílvio Iung, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, o excelentíssimo Sr. Deputado Raimundo Matos, em nome de quem eu comprimento todos os deputados aqui presentes, o excelentíssimo Sr. João Paulo de Lima e Silva, ilustre Prefeito do Recife e Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, em nome de quem saúdo os Prefeitos aqui presentes, a excelentíssima Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes, Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, excelentíssima Sra. Ana Ligia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, excelentíssimo Sr. Ademar de Oliveira Marques, conselheiro nacional de assistência social, nesse ato representando a sociedade civil, excelentíssima Sra. Cibele Sebastiana Lins, representante do Fórum Nacional de Assistência Social, excelentíssimo Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira, representante de usuários da política de assistência social. Cumprimento também aos senhores conselheiros nacionais do CNAS que é o Conselho Nacional de Assistência Social. Quero também levar o meu abraço e cumprimentar a minha querida colega de senado, nossa Governadora Benedita da Silva. Quero cumprimentar também meu colega de senado, Carlos Patrocínio, representando no senado o estado de Tocantins. Cumprimento todos os dirigentes e que colaboram com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aqui presentes.

Nós todos sabemos que eles trabalham muito e ainda nem estrutura adequada possuem e não reclamam, porque o Presidente Patrus é desses que dão um jeito. Dizem que os mineiros dão sempre um jeito, e ele é desses mineiros que dão jeito e vai em frente. Mas nós não temos dúvidas de que o Ministério vai merecer uma atenção especial, até também na sua estruturação adequada para atender a todo território brasileiro.

Senhores participantes dessa VI Conferência, senhoras e senhores, minhas mais sinceras e respeitosas saudações a todos os valorosos companheiros e companheiras que concretizam no dia a dia a luta pela atenção e proteção social aos mais pobres e necessitados em nosso país. Aos que convivem no cotidiano do seu trabalho com todas as mazelas de uma sociedade de que ainda revela profundas desigualdades sociais e injustiças. É com imensa satisfação que saúdo os Prefeitos, Governadores, parlamentares, Ministros, conselheiros, Secretários e Secretárias Estaduais, gestores, trabalhadores e, especialmente, os cidadãos usuários da política pública de assistência social, cuja realização tem merecido inestimáveis esforços de todos vocês.

O processo de realizações das conferências, iniciado no âmbito municipal, que teve seqüência nos estados, culminando agora com a VI Conferência Nacional de Assistência Social, a terceira conferência de assistência social no governo Lula, é um exemplo de

força na democracia brasileira e da participação social nas políticas públicas em nosso país.

Meus cumprimentos agradecidos também a toda a equipe do Ministro Patrus Ananias e os conselheiros do CNAS, responsáveis pela a organização dessa VI Conferência Nacional que culmina em amplo processo de participação de inúmeros atores, envolvendo mais de 90% dos municípios brasileiros, envolvendo também todas as unidades federadas. Esses 90% dos municípios estão presentes em todas as unidades da federação, em todos os estados. Com certeza, essa VI Conferência representará mais um passo a frente na construção em nosso país de um efetivo Sistema Único de Assistência Social, implantado de forma republicana e participativa, garantindo importantes direitos de cidadania.

Minhas breves palavras de saudação pretendem expressar a todos que somos cientes de nossa enorme responsabilidade diante do imperioso resgate da incalculável e odiosa dívida social, acumulada em séculos, da desigualdade social. Somos conhecedores de nossas plenas responsabilidades e mais, estamos profundamente compromissados com os passos mais decisivos para a reversão do quadro estrutural de pobreza, violência e desigualdade social que nos desafia a cada dia. Dentre as nobres tarefas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a implantação do Sistema Único da Assistência Social é uma prioridade que o Presidente Lula coloca nas mãos do Ministro Patrus Ananias e aplaude o esforço que ele está realizando para concretizar esse objetivo.

Essa VI Conferência tem como foco justamente a implantação desse sistema que a exemplo do que já foi feito na área da saúde, o SUS, visa alcançar brasileiros de todos os quadrantes que necessitem ou venham a necessitar dos cuidados confiados a assistência social. Com a participação dos governos municipais, estaduais e federal, de gestores, técnicos e da sociedade brasileira, o governo do Presidente Lula busca consolidar as políticas sociais no campo das políticas públicas, evitando o assistencialismo e o clientelismo. Nesse contexto, a VI Conferência, além de uma excelente oportunidade de avaliação do trabalho já realizado, é mais um passo que se dá na implantação de uma rede de proteção e promoção social em todo o país.

Não custa lembrar, mais uma vez, que a superação da pobreza e das desigualdades sociais do país não é uma tarefa de responsabilidade única do Governo Federal. Por sua dimensão e complexidade, esse é um problema que demanda a união de esforços dos estados, ou do Estado como um todo, das três esferas de governo e da sociedade representada pelos movimentos sociais, entidades civis e por todas as pessoas de bem. Porque comentava aqui durante a reunião com o Ministro Patrus, as pessoas de cada um dos municípios que se engajam num movimento dessa natureza e dessa significação são, antes de tudo, pessoas de bem que estão ocupadas e preocupadas com o próximo. E que desejam colaborar para diminuir ao máximo a desigualdade, que é um problema que a todos nós, que temos um mínimo de sensibilidade, nos preocupa e nos acorda, às vezes, a noite. E quantas vezes. Especialmente quando realizando alguma missão no

interior em região mais pobre, é que nós deparamos com quadros que nos deixam muitos preocupados, o Brasil tem muito a fazer, muito a fazer. Então, eu quero também aproveitando que sai do script para dizer, Patrus, que Vice-Presidente não manda nada, mas o meu gabinete está as suas ordens, porque a sua causa é nobre e pelas causas nobres, o Vice-Presidente pede com empenho e, às vezes, consegue.

Cumprimento o Ministro Patrus Ananias pela oportunidade da realização desse evento. Dou as boas vindas aos brasileiros de outras unidades da federação que aqui vieram, a capital da República, trazendo sua valiosa experiência e sua disponibilidade em contribuir para o Sistema Único de Assistência Social. Quero que esse objetivo se torne uma realidade. Aproveito para desejar-lhes, e o faço também em nome do Presidente Lula, um feliz natal e um feliz ano novo que alcance toda a família brasileira, especialmente as famílias engajadas nesse admirável esforço, nessa nobre missão social.

Sucesso absoluto aqui na VI Conferência e na continuidade dos trabalhos que temos pela frente. Parabéns, Patrus Ananias, todos nós acreditamos muito em você. Muito obrigado.

Cerimonial

E dando por encerrada essa cerimônia, agradecemos a presença das autoridades da mesa que nesse momento será desfeita, enquanto as autoridades se retiram do palco, convidamos a todos para assistirem o vídeo da VI Conferência Nacional de Assistência Social.

Lembramos ainda que estão disponíveis os serviços de áudio de inscrição podendo o vídeo ser ouvido a através dos fones. Em seguida, teremos a apresentação do show do cantor Vander Lee.

4. Conferência De Abertura - Desenvolvimento social e econômico: Desafios para as políticas sociais [Dia 15 de dezembro]

Patrus Ananias
Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

José Antônio Moroni
Representante do Colegiado de Gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

Coordenação de mesa: conselheiro Carlos Rogério Nunes e conselheira Ana Tereza H. de Albuquerque

Cerimonial
Sejam bem vindos ao primeiro dia de atividades da VI Conferência Nacional da Assistência Social. Para darmos início aos trabalhos de hoje será apresentada a conferência de abertura com o tema “desenvolvimento social e econômico desafios para as políticas sociais”. Convidamos para compor a mesa o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Sr. Patrus Ananias. Convidamos também o representante do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Sócio Econômico – INESC, Sr. José Antônio Moroni, o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, Sr. Carlos Rogério Nunes e a conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Ana Tereza de Albuquerque. Com a palavra o senhor Carlos Rogério Nunes que coordenará os trabalhos dessa mesa.

Coordenação de mesa
Bom dia senhores e senhoras conferencistas. É com muita satisfação que nós vamos iniciar os trabalhos de hoje um pouquinho atrasado. O tema da Conferência de abertura é “desenvolvimento social e econômico, desafios para as políticas sociais”. Essa mesa vai ser coordenada por mim, Carlos Rogério e pela Ana Teresa. Os dois conferencistas já foram anunciados? Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, do MDS e José Antônio Moroni, do INESC. Nós fizemos um acordo para que cada conferencista tenha 30 minutos e faltando 5 minutos, nós avisamos. Então passo a palavra ao Sr. José Antônio Moroni.

Sr. José Antônio Moroni
Bom dia a todos e a todas, primeiramente gostaria em nome do INESC - Instituto de Estudos Sócios Econômicos, organização não governamental, uma organização da sociedade civil daqui de Brasília que foi fundado em 1979 e da ABONG - Associação Brasileira de ONGs, da qual faço parte da diretoria nacional, agradecer ao convite para participar aqui da Conferência Nacional da Assistência Social. E ao mesmo tempo, chamar a atenção para a importância sobre o tema desse primeiro painel, dessa primeira conferência de abertura da assistência social.

Tem um bom tempo, boa parte das organizações e movimentos sociais vem discutido a necessidade da sociedade civil estar discutindo melhor a questão do desenvolvimento.

Portanto, a questão da economia, da política econômica e das políticas de desenvolvimento. Nós nos constituímos, e acho que é interessante que a Conferência da Assistência Social colocar isso em uns dos eixos ou quase como central do seu debate. Que ao longo do tempo nós nos constituímos, aí eu falo, nós, esse campo de organizações e movimentos da sociedade civil, como de costas ao debate sobre a economia, sobre o desenvolvimento. Isso ficou muito evidente no processo constituinte de 88, quando tinha um jargão assim que a gente dizia: bom, eu quero cuidar das pessoas, então eu vou para a área social, eu vou para a questão social. Não quero saber de número, não quero saber de economia, não quero saber dessas coisas aí...isso são outros que vão cuidar.

Essa forma de pensar as políticas públicas, primeiro deu origem a uma idéia que a gente só acha política pública as políticas chamadas políticas sociais. Mas essa forma de se pensar as políticas públicas, nos levou a uma dicotomia na qual a gente coloca de um lado as políticas sociais e do outro lado as políticas econômicas e as políticas de desenvolvimento. E construímos praticamente dois mundos com lógicas totalmente diferentes e aonde, quase, nós não conseguirmos nos comunicar. Até em termos da própria linguagem, dos próprios termos, não é? E nós precisamos, no mínimo, construir uma ponte entre as chamadas políticas sociais e as políticas econômicas e as políticas de desenvolvimento.

Eu acho que é importante que uma Conferência Nacional de Assistência Social, até pelo estágio que está a construção da política pública de assistência social, a questão toda do SUAS, colocar esse debate. O INESC, no qual eu trabalho, desde 92 trabalha com a questão do desenvolvimento público e desenvolve toda uma metodologia de acompanhamento do orçamento público federal. Como o INESC é também integrante desse movimento da constituinte de 88, nós só começamos a trabalhar sobre política econômica, mais precisamente a partir do ano 2000, tentando juntar no ponto de vista do orçamento público, o debate sobre a alocação de recurso tanto nas políticas sociais como os recursos alocados na via política econômica, que determina a alocação de recursos das políticas sociais.

A primeira questão que eu queria colocar é que nós precisamos romper essa concepção nossa, de está pensando de um lado, o social e de outro lado, a questão do desenvolvimento e da economia. Então nós precisamos criar, no mínimo, nesse primeiro momento, pontes entre um mundo e o outro, porque são dois mundos com lógicas muito diferentes, não é? Essa nossa forma de pensar, forma dicotômica, essa dicotomia também gerou um certo maniqueísmo, onde o bom está aqui no social e o ruim está aqui na economia e no desenvolvimento, não é? Essa estratégia nos leva a pensar nessa forma e eu acho que a gente precisa romper isso. Levou também a um outro grande problema. Se a gente for ver todos os espaços que nós criamos a partir, principalmente, da Constituição de 88, de participação e controle social que a gente chama de todo o sistema descentralizado e participativo, só existem nas chamadas políticas sociais. Não existem esse espaços nas políticas econômicas e nas políticas de desenvolvimentos. Começaram a ser criados com outras características, agora principalmente a partir do

governo Lula algumas experiências, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social chamado ‘conselhão’, do qual eu sou conselheiro, que tenta, de certa forma, ser uma ponte entre esse debate do social e do econômico.

Mas nos levou a pensar esse sistema de participação só nas chamadas políticas sociais. Por exemplo, nós não temos conferências nacionais para discutir políticas econômicas. Nós não temos isso e acho que vai um bom tempo isso para a gente construir isso, não vai ser de imediato, não é? É fruto dessa nossa maneira de pensar as políticas públicas. Só que com o tempo, principalmente pela experiência dos conselhos, e aí quando falo conselhos, eu falo de todo esse sistema descentralizado e participativo, que algumas políticas criaram conselhos, outras comitês, outros fóruns, umas com conferência, enfim, todo esse sistema que nós criamos com o tempo, começaram a perceber que um dos seus limites para exercer as suas atribuições, inclusive as suas atribuições legais, e na Lei Orgânica da Assistência Social garante o caráter deliberativo desses espaços, era justamente o limite sobre as questões orçamentárias.

Então nós acabamos entrando nesse debate sobre a política econômica, muito do ponto de vista das políticas orçamentárias e das políticas de alocação de recursos públicos que é importante. Mas não podemos reduzir a questão do desenvolvimento, que eu vou tocar mais na frente, e a questão das políticas econômicas unicamente à questão do orçamento. Porque boa parte do recurso público, chamam-se de recurso para-fiscais que estão fora da questão do orçamento público, por exemplo, os recursos do BNDES que são 60 bilhões de reais ano que estão fora da questão do orçamento.

Então eu quero dizer que a questão do orçamento, ela pode ser uma porta de entrada para discutir a questão da política econômica e os modelos de desenvolvimentos presentes, mas não se reduz a isso. Senão vamos pensar estratégias que daqui a 15, 20 anos, nós vamos ver que se a gente tivesse tido outra concepção, poderíamos ter pensado outras estratégias mais amplas. O fato é que nós só estamos conseguindo discutir isso nesse momento, nesse momento político, que um momento político rico. O Chico Oliveira, que é um sociólogo, um pensador brasileiro, ele disse que a política foi seqüestrada pela a economia. Então, estamos nesse movimento agora de resgatar e ver qual é o preço do regaste da política.

Nessa lógica que eu estava colocando, onde a economia passa a ter quase que uma vida própria, que ela cria um mundo próprio, ela passa a ter quase que uma vida própria e aí também desvinculada da questão política. E aqui eu não estou falando de política partidária, estou falando da política. Hoje parece que a economia não tem nada a ver com a política. E o sistema, se a gente for ver toda a questão, por exemplo, da arquitetura da governança mundial está desenhada dessa forma. Quando você pensa a questão da OMC - Organização Mundial do Comércio, os acordos que são feitos nesse âmbito e o engessamento que fazem dos estados nacionais, no caso desses acordos, dessas regras internacionais, sobra muita pouca margem para os Estados nacionais poder estar definindo suas políticas, que a gente fala, as suas políticas domésticas.

Então, não é só um fenômeno brasileiro, é um fenômeno mundial e que pode estar caracterizando o que é o modelo chamado neoliberal, no qual você retira o poder do Estado em várias questões, entre essas, o de regulamentar a economia. Daí, o próprio mercado, esse ente que a gente não sabe quem que é, que não tem endereço, telefone, nem e-mail, e em página na internet, nem CEP, nem nada, como se tivesse uma vida própria que não fosse fruto também de interesse e deixa o Estado muito mais como um fiador desse mercado. Esse é um pouco o modelo chamado modelo neoliberal e que também retira o Estado das chamadas questões sociais.

Eu sempre me lembro de um congresso que teve em Belo Horizonte, terra do Ministro, sobre seguridade social em 95 e que teve uma palestra do Milton Santos. Ele dizia o seguinte, que o problema não era o Brasil ou o mundo ter entrado nessa chamada globalização e as políticas neoliberais. O problema era sair dela, ou seja, o problema ia ser sair dela. É o grande desafio nosso hoje. Se a gente for pegar América Latina como indicador, a questão eleitoral, praticamente todos os países os governos que estão sendo eleitos são governos que nascem, ou se constituem, como forças políticas contrárias a essas políticas, mas com grandes dificuldades de romper com essas lógicas e com essas políticas. Porque não é fácil mesmo, porque os Estados nacionais têm uma arquitetura de pouca autonomia da definição de suas próprias políticas. Basta ver que se houver qualquer resfriado num desses países despenca a bolsa e não sei o quê e desorganiza tudo. Então, é um sistema bem montado que tem uma inteligência, que tem uma lógica, não é? E o grande desafio é como a gente sair disso. E essa saída não é algo fácil, mas ao mesmo tempo dá oportunidade de a gente pensar coisas novas.

Outro ponto que eu gostaria de abordar é quando a gente fala na questão de desenvolvimento. O que a gente entende com a palavra desenvolvimento? Teve um debate dos desenvolvimentistas. Nós entramos de ABONG e também os movimentos sociais e trabalhamos com a questão de conceitos e da noção de desenvolvimento muito mais amplo do que simplesmente a questão do debate ou dos modelos das políticas econômicas. Para nós, o modelo de desenvolvimento tem que ser, na verdade, está embutido o modelo de sociedade que nós queremos construir. Portanto, a partir do modelo de sociedade que nós queremos construir, nós também temos que pensar que modelo de Estado nós queremos construir. Porque é a sociedade que funda o Estado. Então, dentro desse conceito de desenvolvimento, nós colocamos, por exemplo, para nós é fundamental, no debate sobre o modelo de desenvolvimento, a questão do combate de todas as formas de desigualdades que não são unicamente pela questão econômica, portanto pela questão de classe.

Se a gente for pegar os nossos indicadores no Brasil, e isso não difere na maioria dos países latinos americanos, a questão da desigualdade se estrutura em processos muito complexos, por isso que as políticas públicas para enfrentar as desigualdades são complexas mesmo. Com relação à questão de questão de gênero, fato de você ser homem ou mulher difere, te dá condições e patamares diferentes de acesso às riquezas, às rendas e às políticas públicas; o fato da sua etnia, da sua raça, o fato de você ser homem branco te coloca num patamar acima da mulher negra. Então, o processo da

desigualdade é estruturado a partir da questão gênero, da questão raça e etnia, da questão idade. A questão da idade, é importante a gente ter um olhar sobre isso, principalmente se a gente pensar na questão do mercado de trabalho. A questão do território, aí a questão do Estado brasileiro tem as questões das regiões Sul, Sudeste, Centro Oeste, Norte, Nordeste. Mas também dentro de como os serviços públicos são distribuídos nas diferentes regiões, mas dentro dos próprios estados, capital, interior, cidades pólos, dentro do próprio município. Dependendo de onde você mora, você tem mais acesso a determinados serviços públicos ou não tem. Então a questão de gênero, a questão étnica, racial, a questão de idade, a questão de território, não é? E tem a questão de classe. Então esses cincos elementos que se estruturam, que na verdade não são elementos separados, que para nós tem que estar no centro do debate da questão do modelo de desenvolvimento. Porque, na verdade, nós queremos discutir que sociedade nós queremos construir, se é essa sociedade que continua reproduzindo essas desigualdades.

Então, quando a Conferência coloca o painel com a questão do desenvolvimento e o social, é importante a gente não ficar só com o olhar sobre a questão da economia ou do crescimento econômico. Porque ainda hoje, e eu respeito todas as opiniões, só que eu gosto de deixa bem evidente, bem claras as minhas posições, até para poder receber a crítica. Se a gente não coloca as decisões da gente a gente também não oportuniza que o outro possa fazer a crítica. Ainda hoje tem quem acha que as questões das desigualdades vão ser resolvidas simplesmente pela questão do crescimento do econômico, como se fosse um processo natural, desconhecendo os outros elementos que interagem na construção da desigualdade brasileira. Além desses que eu coloquei, por exemplo, tem a questão cultural, histórica e tudo, não é? Então, tem que separar a questão do desenvolvimento do crescimento econômico.

Se a gente for pegar, tem regiões, por exemplo, da índia onde o IDH, o indicador proposto pela ONU, é baixíssimo, mas eles têm um patamar de igualdade muito grande. Portanto, eles não têm vários problemas. Por exemplo, a questão da fome, não acesso a saúde, não acesso a educação, a moradia ao trabalho estão resolvidos porque eles têm um patamar, o patamar deles.

Então, isso está embutido no que nós chamamos de desenvolvimento. Se a gente for olhar a questão do desenvolvimento do ponto de vista sócio ambiental, nós temos que discutir o patamar de consumo. Por essa história de ter criado esses conceitos dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento parece que o ‘sonho de consumo’ dos países em desenvolvimento, é chegar a ser país desenvolvido com um patamar de consumo que os países desenvolvidos têm. Do ponto de vista ambiental, isso não é possível. Eu acho que do ponto de vista ético, essa também não deve ser a nossa luta. Porque nem um desses países chamados desenvolvidos resolveram questões chamadas essenciais para o ser humano. Basta ver todo o conflito que tem na Europa com a questão dos imigrantes, que é o quê? Preconceito.

Então, eu acho que essas coisas, país desenvolvido, país em desenvolvimento, parece que estamos querendo chegar lá. A minha luta não é chegar lá, porque para mim, na minha concepção de sociedade não é a sociedade norte americana, tanto do ponto de vista do consumo, como dos seus valores, nem a européia. Então, o que nós estamos realmente falando quando a gente coloca a questão do desenvolvimento. Quando a gente pensa, por exemplo, a questão da seguridade social como um motor na questão do desenvolvimento, não só do aspecto da economia, portanto, geração de empregos e tal mas nesse contexto que eu estava colocando, eu gostaria de fazer algumas reflexões, pontuar algumas questões.

Acho que um dos grandes avanços que nós tivemos com a Constituição de 88 foi ter criado o conceito de seguridade social, que no Brasil chegou tardiamente. Nos EUA já tinha em 1935 e na Europa foi logo após a segunda guerra, o conceito de seguridade social, que é um conjunto de políticas, serviços e programas que garantam a questão da segurança de maneira, ampla, universal, portanto para todos e para todas. Esse conceito de seguridade social na nossa constituição tanto no ponto de vista conceitual (de ter criado isso) foi um avanço, tanto também do ponto de vista da questão do orçamento, de ter criado o orçamento da seguridade social para dar mais visibilidade a questão do controle social e tal. Acontece que naquele momento de construção, o contexto internacional não era de construção dessas políticas chamadas políticas universais ou políticas que universalizam direitos. Pelo contrário, estava dentro daquela lógica, que eu estava colocando anteriormente, do Estado ser simplesmente o fiador do mercado.

Na década de 90, houve um desmonte quase que por completo do pouco que nós tínhamos criado enquanto sistema de proteção social de seguridade social. E Alguns dados são importantes. Se a gente for pegar a questão tributária, que eu acho que deve ser uma agenda nossa, enquanto esse campo de organizações, tanto organizações da sociedade civil como organizações governamentais. A lógica das questões dos impostos, dos tributos seria a sociedade dar poder para o Estado e o Estado deveria arrecadar de quem tem mais poder de contribuição para distribuir para quem tem menos. No Brasil não é isso, é inverso. Por exemplo, boa parte, em torno de 90% dos recursos da seguridade social, portanto da assistência, saúde e previdência social vem de tributos embutidos nos preços de bens e serviços do consumo, 62% e 26% sobre a renda. Como nós temos uma inversão nessa pirâmide na questão da contribuição, porque quem ganha até dois salários mínimos compromete em torno de 49% da sua renda com tributos, contribuições e impostos, quem ganha mais do que 30 salários mínimos, compromete em torno de 26%. Então quanto menos você ganha, ou seja, quanto mais você está na base da pirâmide social, mais você está contribuindo na arrecadação dos recursos públicos. Quanto está mais no topo, quem ganha mais do que 30 salários mínimos, você chega a 26%. 49% na base da pirâmide e 26% no topo. Isso quer dizer que quem está financiando as políticas de seguridade social são os pobres. Numa reforma tributária, nós precisamos inverter isso. Isso é uma das raízes do processo de desigualdades.
Pegando a questão também da cobertura. Exemplo, a cobertura da previdência social. Os últimos dados apresentam que, no Brasil, a previdência social tem uma cobertura em torno de 47% de trabalhadores. A maioria que está descoberta da previdência social são

os jovens e as pessoas que estão acima de 55 anos, em torno de 47, 48% de cobertura da previdência. Se, nesses dados, a gente incluir, por exemplo, os outros tipos de proteção como o Bolsa Família, Beneficio de Prestação ,Continuada chega a um percentual de cobertura de 64%, conforme dados atuais de 2006. Acontece que esse 64% de cobertura é mais ou menos, um pouco acima da cobertura que nós tínhamos no início da década de 90. Aí a gente vê o quanto foi destruidora a década de 90 para a questão dos direitos, entendeu?

Com todo o processo que teve na questão de transferência de renda, Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família e tal, nós estamos chegando num patamar que nós tínhamos de cobertura da previdência social no início dos anos 90. Nós estamos discutindo de como chegar ao patamar que nós tínhamos no início dos anos 90. Então, eu acho assim, que são algumas questões sobre as quais nós vamos realmente ter que se debruçar. Eu acho que a agenda da reforma tributária deve ser uma agenda assumida por nós, de como está sendo discutida no Congresso Nacional e pelos empresários é muito mais a desoneração da chamada produção, como se isso automaticamente fosse gerar menos desigualdades e mais empregos. É mentira! Quando teve desoneração de vários produtos da cesta básica, isso não gerou menor preço da cesta básica, pelo contrario, gerou mais lucro para os empresários.

Então, o grande desafio é como que nós saímos da nossa especificidade, de discutir a política de assistência social e fazer essas pontes com as outras questões, mas ao mesmo tempo não perder o nosso lugar, da onde nós falamos. Que são pessoas, homens e mulheres comprometidas com a questão de construir outra sociedade, uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais fraterna e mais feliz. Obrigado.

Coordenação de mesa
Muito obrigado ao conferencista José Antonio Moroni. Apenas lembrando que nessa conferência de abertura não haverá debates. Então, agora eu transmito a palavra ao conferencista, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministro Patrus Ananias.

Sr.Patrus Ananias
Bom dia, eu quero saudar todas as pessoas aqui presentes, quero saudar o José Antonio Moroni que fez a sua boa e consistente exposição, representante do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Sócio Econômicos, o INESC, saudar o Vice-Presidente da Federação Nacional dos Assistentes Sociais, Carlos Rogério Nunes, a conselheira do Conselho Nacional de Assistência Social e representante do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, coordenadora desse debate, Ana Tereza Albuquerque. Quero saudar o Presidente do CNAS, conselheiro Sílvio Iung. Na pessoa dele, saudar os demais integrantes do CNAS, os delegados e delegadas, convidados e observadores aqui presentes. Quero saudar também toda a nossa equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de outros Ministérios, agentes públicos na pessoa da nossa Secretária Executiva Márcia Lopes e da nossa Secretária Executiva adjunta Arlete Sampaio.

Eu não sei, gente, vou até pedir para descontar esse tempo aqui. Eu não sei se já foi colocado aqui para vocês, por alguém do Ministério ou do próprio Conselho, mas eu me senti no dever. È uma questão moral, uma questão de ética, concreta. Nós estamos tendo alguns problemas aqui nesse evento, nessa VI Conferência Nacional. Acho que, em respeito aos delegados e delegadas que vieram de lugares distantes ou próximos, não importa, mas que vieram, que estão aqui, muitas vezes com o sacrifício do tempo pessoal familiar, do descanso e do lazer. Então, não sei se vocês perceberam que ontem nós tivemos aqui alguns desencontros, na abertura do evento e não é responsabilidade do Ministério, nem das pessoas que estão aqui se multiplicando, lá do Ministério, setor de eventos, comunicação. Eu quero fazer aqui uma colocação objetiva, nós contratamos uma empresa através de processos limpos, licitatórios obedecendo as diretrizes da lei e a empresa não cumpriu aquilo que se propôs a fazer. Eu quero então, inclusive publicamente, como Ministro, orientar a equipe do Ministério para que tenha, na hora de fazer os acertos com essa empresa, a mesma boa vontade que eles tiveram. Eles não devem ser remunerados porque não cumpriram o contrato que fizeram conosco e desrespeitaram as pessoas que aqui vieram. Eu queria fazer essa colocação, porque é desagradável, têm acontecido coisas desagradáveis. Ontem, agora de manhã eu também fiquei sabendo, tive conhecimento direto e queria compartilhar isso com vocês. Porque é isso, justiça começa em casa e nós temos que começar a reivindicar direitos, exigir também não só dos políticos. Exigir também as entidades, das pessoas que cumpram aquilo que elas se comprometeram. Isso posto vamos a nossa reflexão.

Ontem eu fiz um discurso e hoje eu vou tentar elaborar aqui alguns pontos numa linha mais reflexiva mesmo. Na verdade, o tema proposto aqui nessa Conferência de abertura, junto com o Moroni, é que nós abordemos o tema “desenvolvimento social e econômico - desafios para as políticas sociais”. O Moroni já colocou aqui que nós devemos buscar superar essa falsa dicotomia, entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Nós devemos buscar um desenvolvimento integrado e integral conciliando a estabilidade, o crescimento econômico e a justiça social, as políticas vigorosas de combate a todas as formas de discriminação e as desigualdades sociais. O Amartya Sen, economista que entrou muito na moda, Prêmio Nobel de economia, ensina que a finalidade do desenvolvimento não é fazer do crescimento econômico, e da ampliação da renda, fins em si mesmo, mas que constituem instrumentos fundamentais na sociedades contemporâneas, para que as pessoas inseridas do contexto familiar, comunitário, nacional ampliem e exerçam sua capacidade de escolha e possam realizar mais plenamente as suas vidas, desenvolvendo as suas potencialidades, os seus talentos.

Na verdade, outros estudiosos, economistas, com uma visão mais ampla da questão social, já vinham colocando isso há alguns anos. No Brasil nós tivemos um grande economista, um grande pensador do nosso país, o Celso Furtado, que já ensinava que o crescimento econômico não é um fim em si mesmo e que o desenvolvimento econômico só se justifica na medida em que ele possibilite uma vida mais digna, uma melhor distribuição das rendas, das riquezas do país. No plano internacional também o economista sueco chamado Gunnar Myrdal, nos Estados Unidos, o economista John

Kennedy Galbraith, todos eles já vinham desenvolvendo desde os anos 50, 60 essa idéia de que o crescimento econômico por si só não produz uma sociedade mais justa.

Na linha da tradição cristã existe um documento, uma encíclica do Papa Paulo VI, publicada em 1967, que eu considero um documento muito importante, ela chama-se em latim, *populorium progressio* e é sobre o desenvolvimento dos povos. Esse documento foi inspirado num religioso francês, que conheceu muito bem o Brasil, estudou muito bem o nosso país e buscou caminhos para o desenvolvimento das então chamadas nações subdesenvolvidas, nós falamos hoje países emergentes, nações em desenvolvimento, numa perspectiva cristã buscando superar também a dicotomia posta naquela época, entre capitalismo versus comunismo, que foi o padre Lebret. Fundador de uma revista e de um movimento chamado economia e humanismo que se traduz muito hoje nas nossas experiências na economia solidária, da agricultura familiar, das experiências de corporativismo de associativismo enfim, formas alternativas de produção, mas compatíveis com as exigências da justiça social e do meio ambiente.

Nessa Encíclica do Papa Paulo VI, inspirada pelo padre Lebret, a concepção do desenvolvimento é representada de forma integral, desenvolvimento no sentido mais holístico. Nós queremos um desenvolvimento político, na perspectiva da democracia participativa, do fortalecimento das instituições democráticas, no sentido de termos cada vez mais ética, transparência, prestação de contas. Queremos sim o desenvolvimento econômico, fundamental para gerar possibilidades de trabalho, emprego, renda, incorporar novas tecnologias, mas queremos também, sobretudo, o desenvolvimento social através das políticas sociais, inclusão. Podemos falar também do desenvolvimento do sentido ético espiritual, aquele desenvolvimento das pessoas, no sentido de alargar as possibilidades de conhecimento, de reflexão, ampliar a consciência. O que eu falava ontem à noite aqui, destravar o pensamento, a consciência, a mente e o coração das pessoas. No limite, o desenvolvimento visa isso, a emancipação das pessoas, das famílias, das comunidades, das nações, dos povos até chegarmos a humanidade inteira.

Há também uma idéia de que o Estado não tem um papel importante a cumprir. Nós ainda estamos pagando o preço disso que o Moroni falou, a idéia de que o crescimento econômico por si só produz mais eqüidade e também a idéia de que tentaram passar para nós, a idéia de que o mercado, por si só, poderia organizar as relações e os conflitos sociais. Quando o mercado apresentou a sua altíssima conta social alguns disseram - mercado não, mas as ONGS sim. Eu tenho o maior respeito pelas organizações não governamentais sérias, pelos movimentos sociais, pela sociedade civil organizada, tanto que estamos aí com os conselhos, municipais, estaduais, nacional da assistência social e tantos outros. Mas há uma compreensão da nossa parte, de que o Estado é fundamental para promover a inclusão, a justiça social, corrigir os desníveis e as desigualdades sociais e regionais. As ONGs e os movimentos, por melhores que sejam e são muitos, são localizados, trabalham setorialmente, crianças, adolescentes, idosos, comunidades indígenas, trabalhos da maior relevância ou regionalmente. Só o Estado democrático mobilizando a sociedade pode pensar o conjunto, integrar e, sobretudo, fazer o

planejamento para o futuro, lançar as pontes que assegurem os direitos e a dignidade para os nossos netos, para as gerações vindouras.

Nesse sentido, uma referência importante para nós são os países escandinavos, que mostram que a forte presença do Estado na garantia de direitos sociais não compromete a prosperidade econômica. Pelo contrário, estudiosos hoje mostram, a partir da experiência dos países escandinavos, que uma sociedade com mais coesão social, com mais justiça, que estabeleça a vida, o direito concreto à vida, que pressupõe alimentação, assistência social, moradia, água potável, saneamento básico, educação, saúde, uma sociedade que estabeleça esse patamar civilizatório básico de se coesionar em torno do direito à vida, da dignidade da pessoa humana, cria condições melhores para o crescimento econômico. Se há uma dimensão ética, moral nas políticas públicas da assistência social e outras políticas públicas voltadas para a proteção, promoção, emancipação dos pobres, há também uma dimensão prática, concreta. Nós formamos cidadãos e também consumidores de bens e serviços básicos. Isso garante a sustentabilidade do crescimento econômico, do desenvolvimento regional. Nós temos pesquisas mostrando o impacto positivo dos nossos programas nas economias locais, porque pessoas que nunca compraram estão comprando, alimentos, roupas, material escolar, medicamentos, melhorando suas casas e tendo acesso a equipamentos básicos para uma vida mais decente.

Nós sabemos que o Brasil acumulou ao longo da sua história uma dívida social muito alta. A pobreza e a desigualdade do Brasil caminham juntas desde os tempos iniciais da colonização até os nossos dias. Dois pontos que eu vou mencionar. Um é a questão da terra. O Brasil não colocou em prática até hoje, estamos lutando para fazer agora, essas conferências apontam nesse sentido, mas nós temos o desafio de tornar, colocar em prática um princípio formulado na idade média, no ponto de vista conceitual, e que está em todas as constituições do Brasil desde 1934, o princípio da função social da propriedade e agora também o princípio da função social do lucro.

O direito de propriedade é uma conquista, as empresas são necessárias para prover a sociedade de bens e serviços básicos, gerar empregos, incorporar nova tecnologias mas a propriedade e o lucro não são direitos absolutos. Eles devem estar compatibilizados com as exigências superiores do bem comum nacional, do interesse público, do direito à vida. No Brasil, a questão da propriedade é muito séria, ela é quase que sagrada até hoje. Começou, como eu lembro sempre, com as capitanias hereditárias. O Brasil começa sendo dividido em quinze grandes áreas em todo litoral brasileiro e entregue para os donatários que tinham poderes públicos e benefícios privados. Começa aí um problema que nós temos que confrontar no Brasil, para que o país possa se encontrar, a relação promíscua entre o público e o privado.

O Estado brasileiro, no sentido amplo, também os estados e os municípios colocados a serviço do setor privado, é um desafio para nós hoje. Nós estamos enfrentando e avançando, a desprivatização do Estado brasileiro. Muitas pessoas que falam assim - vocês estão gastando muito no social, o governo Lula gasta muito no social -, na verdade

é um olho gordo de alguns setores que sempre se apropriaram das rendas, das riquezas e da maior parte do orçamento brasileiro. Quando um Ministério como o nosso, para viabilizar as nossas políticas, o BPC, o Bolsa Família, o PAIF e os CRAS vinculados, os Programas de Apoio à Agricultura Familiar, quando o nosso Ministério tem um orçamento de 25 bilhões, quando o MDA recebe recurso de 12 bilhões para financiar o PRONAF - o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, quando no governo Lula os investimentos na área social, em quatro anos, mais do que duplicam em relação ao período anterior, então há essa crítica. Porque nós estamos disputando em nomes dos pobres, dos trabalhadores de baixa renda, dos excluídos, da agricultura familiar. Nós estamos disputando uma participação cada vez maior no orçamento do país.

Eu dizia então, na linha das capitanias hereditárias vieram as sesmarias, vieram os latifúndios improdutivos, o coronelismo, o mandonismo que nós estamos virando a página, mas tem muitas reminiscências no Brasil ainda. O fato é que nós atravessamos os séculos 19 e 20 e não fizemos uma reforma agrária. Hoje nós deveríamos estar discutindo mais profundamente, não mais a questão da terra rural, e sim a reforma urbana, a função social da terra, da propriedade, também nas cidades.

E a outra questão é a escravidão, tardiamente abolida, permanece aberta em nosso tecido social, porque o poder público não assumiu naquele período, e durante muitos anos, nenhuma responsabilidade no sentido de integrar na vida nacional com direitos os nossos antepassados escravos. Apenas 100 anos depois da abolição da escravatura, gente só um lembrete: eu acho importante isso, a questão da história para nós é uma referência, uma pessoa que não tem a memória da sua vida não pode compreender o seu presente e projetar o seu futuro. Isso vale também para as comunidades, para os povos. Nós temos que cada vez mais nos apropriar da nossa história para termos uma leitura correta dos desafios do presente e projetarmos o futuro que nós queremos para as nossas vidas e para o nosso país. Então, na época da escravidão, é uma coisa triste mas o que se discutia às vésperas de 13 de maio de 1888, era se os senhores escravos seria ou não indenizados pela perda da sua propriedade. Essa que era a discussão e quem quiser aprofundar mais essa questão da compreensão da escravidão no Brasil e a questão da África, eu terminei de ler um livro esses dias que eu recomendo com muito interesse chama-se “O trato dos viventes: a formação do Brasil no atlântico Sul” do historiador Luiz Felipe de Alencastro.

Avancemos então. A Constituição de 88 foi um momento histórico, importante, muitos de nós aqui participamos do processo constituinte 86, 87. O Brasil se pôs de pé e a Constituição de 88 instaura o modelo de atuação do Estado pautado na garantia de direitos sociais para toda a população, a partir, é claro, do atendimento aos mais pobres, direito à educação, à saúde, trabalho, moradia, lazer, à segurança, à previdência social, à assistência social, na proteção a maternidade, a infância, aos desamparados, fragilizados no direito que não está formalizado na constituição, mas que é um direito fundamental, o primeiro de todos, à alimentação com regularidade, qualidade e quantidade. Um dado importante também para a nossa reflexão é que o Brasil cresceu muito no século 20. Em 1973, período da ditadura, do chamado milagre brasileiro nós chegamos a 14% de

crescimento, mais do que a China hoje. O que aconteceu? Nós não distribuímos renda, não viabilizamos as políticas sociais que estamos implementando e consolidando agora, não garantimos a sustentabilidade do crescimento econômico. Para que nós tenhamos conjuntamente uma idéia do desafio brasileiro, para que nos mobilize, em 1970 nós tínhamos uma dívida social altíssima. Já naquela época, o ditador do período de maior repressão, o período do governo Médici, mas eu não esqueço que o Médici disse uma vez, claro, demagogicamente. Ele tinha um redator de discursos para ele, ele fazia discursos muito impactantes literariamente bem escritos, ele disse: o país vai bem, o povo vai mal. Isso em 1970 quando nós éramos 90 milhões (a música da seleção). 38 anos depois nós somos mais de 190 milhões, nós acrescentamos mais de 100 milhões de pessoas no país em menos de 40 anos. Se nós já tínhamos uma dívida social alta em 1970, período do crescimento econômico, a partir da segunda metade dos anos 70, o país pára de crescer.

Tivemos as décadas perdidas de 80 e 90, o crescimento desordenado das grandes cidades. Chegaram mais 100 milhões e nós não preparamos a casa, a mesa, a cama para acolhê-los. Estamos aqui discutindo como confrontar e vencer esse desafio que é grande.

Hoje, o Governo Federal está convencido de que o desenvolvimento deve ser concebido em sua acepção ampla, segundo a qual não há dicotomia entre econômico social e devemos incorporar outras dimensões, como eu disse, a dimensão cultural, a dimensão ambiental, a dimensão ética, a dimensão dos valores das relações humanas. O desenvolvimento deve ser visto em sua integralidade e não reduzido, como tem sido, a um dos seus aspectos como do crescimento econômico.

O desenvolvimento integral deve abranger as diversas dimensões da vida individual, familiar, comunitária, social e nacional buscando também hoje a compreensão dos desafios que se colocam para a humanidade, para a perspectiva mesmo do planeta como um todo. O desenvolvimento deve beneficiar a todos e, de forma prioritária, aos historicamente excluídos. Também considerar, como dissemos e reiteramos, a sustentabilidade ambiental, a finitude dos recursos naturais, em face da insaciabilidade dos apetites humanos. Aqui mais uma reflexãozinha é importante para nós. Nós temos que pensar um modelo desenvolvimento novo. Qualquer pessoa hoje que esteja atenta aos acontecimentos, percebe que o modelo de crescimento esta se exaurindo. Primeiro, não resolveu a questão social. Participei agora um grande encontro da China para discutir a questão da pobreza no mundo. São 800 milhões de pobres na face da terra, vivendo em condições sub-humanas. Há o problema social não resolvido, fome, desnutrição, exclusão social, carências básicas, problemas graves de água, de moradia, de saneamento básico, de acesso, enfim, aos bens básicos na vida. Acresce agora, de forma dramática, o problema ambiental. O planeta não resistirá a esse modelo de crescimento e de consumo que nós estamos vivendo.

Uma vez perguntaram para o Gandhi, que é uma pessoa para a qual nós temos que nós voltar cada vez mais, uns dos grandes sábios e militante. Perguntaram para o Gandhi - o

senhor que fazer da Índia uma nova Inglaterra? Ele disse, de jeito nenhum, se o povo da Índia consumir igual o povo da Inglaterra consome, nós vamos explodir o planeta.

Gente, meu tempo aqui está completamente esgotado e eu nem comecei. Bom eu vou fazer o seguinte aqui, mas eu vou cumprir o tempo direitinho. Eu tinha levantado aqui toda uma prestação de contas do que nós estamos fazendo no Ministério, mas isso eu falei ontem aqui, vocês sabem disso, eu vou pular. Eu só vou mencionar o que estou pulando, então eu ia falar do SUAS e, no contexto do SUAS, a proteção social básica. Vou fazendo as referências, vocês conhecem os dados e depois pode ser divulgado também, na pastinha que vocês receberam, eu espero que a empresa ao menos tenha feito isso, não é? Estou sendo informado também que o próximo painel é sobre o SUAS, então vocês vão discutir o SUAS direitinho. A bolsa é aquela que vocês devem ter recebido se a empresa não sumiu com ela, então está tudo direitinho também aqui viu, gente?

Vocês podem ler aí que tem as informações básicas todas, então vocês vão discutir o SUAS. Um tema que ia abordar com vocês agora é essa mudança importante do Agente Jovem para o Projovem, integrando aí com o Bolsa Família, a implantação dentro do PAIF, dos CRAS e dos CREAS para o atendimentos as situações mais dramáticas. Queria falar um pouquinho com vocês também da segurança alimentar e nutricional. O Secretário Ruano está aqui, mas teremos outras oportunidades. Um dado importante é essa integração de sistemas, o SUAS, estamos agora consolidando também o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Aí coloca um ponto importante para nós, para a nossa reflexão, para essa Conferência: a questão da intersetorialidade. O nosso Ministério já apresentou um passo à frente e nós temos que dar outros. Nós temos a assistência social, a segurança alimentar e nutricional e a transferência de renda e vamos entrar com mais força ainda nos programas de geração de oportunidade, inclusão produtiva, capacitação profissional. Um desafio importante que se coloca para nós hoje: como integrar as políticas sociais sem que as áreas específicas percam a sua identidade? Nós sabemos que cada um tem sua marca histórica, as suas conquistas. A saúde, a educação, a assistência social, a segurança alimentar e nutricional, os movimentos que agora lutam também pelo direito à moradia vinculada ao direito à cidade, a moradia vinculada ao saneamento básico, urbanização de vilas e favelas, transportes coletivos de massas os movimentos pela reforma agrária, democratização da terra, apoio a agricultura familiar. Como integrá-los na perspectiva do desenvolvimento social?

Nós todos temos o mesmo objetivo, possibilitar que nós todos tenhamos uma vida mais digna. Então, como integrar essas ações e evitar que haja uma quebra na integração dessas políticas sociais? Está aqui previsto, eu também tinha colocado aqui para falar com vocês, sobre os nossos resultados, o que nós já conquistamos. Muita coisa boa, mas temos muito caminho pela frente, muitos desafios. Então o que nós publicamos, vocês vão ver, também nas explicações, eu vou pular e vou encerrar agora falando dos desafios já falei um pouco, sistematizar e nós encerramos. Aí eu elimino também a conclusão, vocês viram que eu fiz um corte grande, viu coordenadora?

Gente, quais são os desafios que nós temos hoje? Eu quero compartilhar com vocês. Um desafio do Ministério especificamente, que nós estamos discutindo no Ministério e eu acho que uma Conferência como essa, os Conselhos Municipais, estaduais e nacional de assistência social, temos compartilhado isso também com o CONSEA, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. O nosso Ministério bateu no limite e nós vamos precisar do apoio de vocês, inclusive para eventuais projetos de Lei que possibilitem a reestruturação do nosso Ministério.

Nós somos hoje, isso reflete inclusive no conselho, o Sílvio falou sobre isso ontem também aqui... Nós somos hoje mil e trezentos funcionários, mais da metade terceirizados. Nós estamos em cinco ou seis pontos diferentes em Brasília e somos a maior concentração de servidor público por metro quadrado em Brasília. Em síntese, nós somos poucos, pouquíssimos, dispersos, amontoados, a grande maioria mal remunerada e muito demandados. O Presidente Lula já está participando conosco e já sinalizou, estamos tomando medidas para reestruturar e garantir a consistência de uma base para o nosso Ministério. Não queremos um Ministério inchado, mas não é possível um Ministério com pouco mais de mil funcionários atender sessenta milhões de pessoas, como estamos fazendo hoje e com presença, com as nossas políticas sociais, o Bolsa Família, mas também os outros BPC, PAIF, aquisição de alimentos, agricultura familiar, e tantos mais, em todos os municípios do Brasil. Então, é importante compartilhar isso. Nós estamos com uma proposta de reestruturação, discutindo no interior do governo. Ontem o Vice-Presidente José Alencar mencionou isso aqui. É importante essa compreensão de vocês para a gente ter, a partir da base, essa solidariedade nessas mudanças, porque tem sempre aqueles que acham que dar novos cargos é o inchaço da máquina e a gastança, como eles gostam de dizer.

Outro desafio que eu acho importante e mencionei ontem, garantir o adequado financiamento das políticas sociais com a participação solidária das três esferas de governo. Aquele ponto que eu falei ontem gente e quero reiterar. Vamos valorizar, ajudar as pessoas a ter consciência da importância das eleições municipais do ano que vem. O papel que as prefeituras cumprem hoje na implementação das nossas políticas públicas, em geral e especificamente, das políticas públicas da assistência social.

Outro desafio, falei também ontem aqui e reitero, acho que deve ser um tema presente para todos nós, é consolidar juridicamente as políticas de promoção e proteção social e desenvolvermos também metodologias. Pensarmos formas cada vez mais adequadas, respeitosas mais também eficazes no sentido da emancipação com as famílias, pessoas e comunidade que trabalhamos. Aprimorar os mecanismos de gestão, acompanhamento, controle e avaliação das políticas sociais, considerando a implementação descentralizada do paradigma nos marcos do federalismo brasileiro. Aqui um dado importante, gente, nós que defendemos mais, investimos na área social nós temos também que ter um compromisso: as pessoas, o contribuinte, que paga impostos e os pobres também pagam direta ou indiretamente, enfim a sociedade tem o direito de saber, onde e como estão sendo aplicados seus recursos os seus impostos. Mais ainda, a importância da avaliação dos programas, avaliação de impacto, acompanhamento na ponta, monitoramento e

construção de indicadores. Em que medida os programas estão efetivamente cumprindo as suas finalidades, mudando as vidas das pessoas? Se nós estamos cumprindo os prazos, as metas, se estamos aperfeiçoando os procedimentos. É um outro momento, as pessoas além de saberem, onde e como, também tem o direito de saber os benefícios diretos e indiretos que estão tendo, os benefícios que os impostos estão trazendo para a sociedade, para os mais pobres e, conseqüentemente, os benefícios que se estende à toda sociedade.

São questões muito concretas, eu acho, avalio, que nas políticas sociais no Brasil, não na assistência que vem se consolidando agora, mas em algumas outras áreas que tem recursos vinculados há mais tempo, eu acho que houve certo descuido com essa parte de transparência e de avaliação. Dizer a sociedade - olha fizemos isso e os resultados são esses. O desafio de sempre, não é, promover a integração e a complementaridade das políticas e ações das diferentes áreas, das políticas públicas voltadas para os mais carentes e excluídos e a integração das três esferas de governo e a adequação também da presença do Estado com a participação da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados e etc.

Por ultimo, eu quero dizer para vocês que nós estamos num caminho bom. Se nós continuarmos fazendo o que estamos fazendo, nesse processo que vem da Constituição, que passa pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que passa pela Lei Orgânica da Assistência Social, que passa pela construção do Plano Decenal da Assistência Social, que passa pelo SUAS, pelo Estatuto do Idoso, pela Lei que instituiu o Bolsa Família. Se nós continuarmos consolidando, aperfeiçoando, ampliando, integrando as nossas políticas, eu estou convencido de uma coisa, gente, estou convencido e quero compartilhar, e esse convencimento decorre do trabalho que vocês realizam, não é coisa para amanhã. Mas, se nós continuarmos nesse rumo, colocarmos as políticas sociais como uma conquista do povo, da sociedade brasileira, o espaço de uma geração, quinze, vinte anos, historicamente é um tempo muito curto. É um tempo que conta nas nossas vidas, mas na vida de um povo, de uma nação é um tempo curto. Se nós continuarmos nesse rumo, em vinte anos o Brasil terá uma face social muito mais justa, muito mais humana. O Brasil será um país mais sorridente, o Brasil será um país mais esperançoso, onde todas as criança e pessoas estejam sendo bem cuidadas.

É com essa perspectiva que nós devemos trabalhar e ter claro também, os governos devem ser cobrados, devem ser fiscalizados. Aquela imagem que alguns usam é boa, governo é que nem feijão na panela só cozinha com pressão, não é mais ou menos assim a brincadeira? Pois bem, isso vale também para os governos municipais, estaduais e para o governo nacional, mas vale também para cada um de nós. A construção de um país, de uma pátria que acolha efetivamente. Nós tornarmos realidade o hino nacional que diz que dos filhos desse solo, és mãe gentil. Fazer com que o Brasil se torne cada vez mais a mãe e o pai gentis e acolhedores de todo nosso povo, de todo os nossos 190 milhões de compatriotas e tantos mais quantos forem no futuro, é tarefa de todos nós. Um país se põe de pé quando seu povo se põe de pé e o povo não é uma coisa abstrata. O povo se forma de pessoas, de individualidades, conscientes e responsáveis, e aí a

gente termina como sempre citando o velho, e sempre presente, Mahatma Gandhi, *façamos em nós a mudança que cobramos nos outros*. Muito obrigado.

Coordenador de mesa

Nós agradecemos as falas do José Moroni e do Ministro Patrus Ananias que, nessa primeira conferência, trouxeram um tema importante que é ‘o desenvolvimento social e econômico’ e pela coordenação da mesa, eu e Ana Tereza desfazemos agora a mesa e iremos para o próximo painel, muito obrigado a todos e a todas.

5. Painel I - SUAS PLANO 10: Avaliação e Perspectivas da Implantação do SUAS [Dia 15 de dezembro]

Maria Carmelita Yazbek
Professora e Pesquisadora da PUC/SP

Ana Lígia Gomes
Secretária Nacional de Assistência Social / MDS

Margarete Cutrim Vieira
Presidente do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social - FONSEAS

Rosilene Cristina Rocha
Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS

Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo
Representante do Fórum Nacional de Assistência Social

Coordenação de mesa: conselheiro José Carlos Aguilera e Conselheira Patrícia Souza De Marco

Coordenação de mesa
Boa tarde a todos, delegados, convidados, observadores da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Nós agora daremos início ao primeiro painel desta Conferência, intitulado SUAS Plano 10: avaliação e perspectiva da implantação do SUAS. Eu sou a Patrícia de Marco, sou assessora do gabinete da Secretaria Nacional da Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e conselheira governamental do Conselho Nacional de Assistência Social. Eu e o Aguilera, que vai se apresentar também, companheiro do Conselho Nacional de Assistência Social, iremos conduzir os trabalhos.

Coordenação de mesa
Boa tarde! Almoçaram bem? Nosso trabalho hoje vai ser com o painel 1. Eu, José Carlos Aguilera junto com a conselheira Patrícia de Marco, ela representante do Ministério como já foi informado, e eu represento a sociedade civil, no segmento de entidades prestadoras de serviço.

Coordenação de mesa
Bem, o objetivo deste painel é bastante importante. É apresentar e debater a síntese dos relatórios das conferências estaduais. Então nós faremos basicamente dois trabalhos nessa tarde, nesse painel: um balanço das dificuldades, dos desafios para a gestão do SUAS, tanto dentro do município, do estado e do distrito federal, com relação a gestão, a financiamento, recursos humanos e controle social, a partir das metas que nós estabelecemos coletivamente em 2005.

Também faremos aqui uma avaliação do balanço das discussões que ocorreram nas conferências, sobre os direitos socioassistenciais, a ausência de serviços, programas,

projetos, benefícios, os avanços, nos municípios, nos estados, no distrito federal, as principais dificuldades e desafios encontrados para garantir os direitos socioassistenciais, aos usuários da política de assistência social.

Também trataremos aqui das ações prioritárias que ainda não foram realizadas, mas com certeza são bastante necessárias, para garantir os direitos socioassistenciais no âmbito das três esferas de governo. E, por fim também, fazer um balanço das deliberações realizadas pelas conferências estaduais.

Então nós vamos iniciar agora a composição da mesa, convidando a professora Maria Carmelita Yazbek, que é professora e pesquisadora da PUC São Paulo. A professora Carmelita realizou um excelente trabalho, que vai apresentar a todos aqui, de análise de todos os relatórios das discussões que as conferências estaduais realizaram. Também convidamos para a mesa, a Sra. Maria Rosa Silveira Aguiar Azevedo, representante do Fórum Nacional de Assistência Social, que trará o olhar do fórum, sobre o balanço da implantação do SUAS. Convidamos também a companheira Rosilene Cristina Rocha, que é Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS, que trará uma avaliação, uma análise do olhar da gestão municipal sobre a implantação do SUAS. Convidamos ainda a companheira Margarete Cutrin Vieira, Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social, FONSEAS, que mostrará a avaliação que o gestor estadual tem da implantação do SUAS, e por fim, Ana Ligia Gomes, nossa Secretária Nacional de Assistência social do MDS, fazendo um balanço do Governo Federal sobre a implantação do SUAS.

Bem, nós vamos iniciar as apresentações seguindo a ordem de convite para a mesa. Então, a professora Carmelita apresentará esse estudo, esse levantamento muito importante, do que foi produzido nas esferas estaduais por meio das conferências estaduais, e a partir daí os nossos outros convidados iram debater e apresentar a sua avaliação sobre a implantação do sistema. Passamos a palavra à querida professora Maria Carmelita.

Sra. Maria Carmelita Yazbek
Muito boa tarde a todos. Eu tenho aqui uma tarefa difícil, porque o material das conferências estaduais e municipais, a sistematização chega a quase duas mil páginas. Duas mil páginas de reflexão, de polemização, de posicionamentos. Então não é fácil, em um tempo relativamente pequeno, fazer essa síntese, mas eu vou apresentar algumas das principais questões que aparecem no conjunto desses relatórios, sempre com uma preocupação, de colocar em questão, de colocar para nossa reflexão, os rumos da assistência social, quer dizer, para onde vamos, que contribuições esses relatórios trazem para uma definição do caminhar político desta política social.

Os relatórios são precedidos de uma apresentação, alguns deles de certa problematização sobre assistência social, e eu gostaria de colocar muito rapidamente uma posição sobre essa política de seguridade, considerando que ela avançou muitíssimo no país ao longo dos últimos anos, nos quais foram, e vêm sendo, construídos

mecanismos para viabilizar a construção de direitos sociais da população usuária dessa política. Esse conjunto de mecanismos dentre os quais se destacam, nos últimos anos, a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social, vem criando, sem dúvida, uma nova arquitetura institucional, uma arquitetura ética, política, informacional para a assistência social brasileira. E, a partir desta arquitetura e das mediações que a constituem, entendo que podemos, efetivamente, avançar na construção, no âmbito dos direitos concernentes à assistência social. Desse modo, eu considero que esses relatórios e esse momento em que vivemos, expressão um momento decisivo para a concretização da assistência social como política prioritária no campo da proteção social, direcionada a realização de direitos, interesses e projetos das classes subalternizadas da nossa sociedade. Efetivamente, eu entendo que o Sistema Único, como um sistema de política pública, e em especial, seu modo de gestão, enfrenta nesse momento o desafio de dar materialidade, de dar concretude à política e aos direitos que ela realiza.

Pela minha leitura mais global, eu entendo que o SUAS está em processo. O SUAS está em movimento de efetiva implantação, diversificado, desigual, com convívios de posições divergentes, mais conservadoras, mais avançadas, configurando o convívio do velho com o novo. Mas é um sistema em construção. Então eu organizei os dados de uma forma mais sintética que eu consegui e a gente poderia iniciar então a apresentação.

(seguindo apresentação)
Primeiro com alguns dados informativos, sobre o índice de realização das conferências estaduais e municipais realizadas. As conferências estaduais foram realizadas em 100% dos estados e do Distrito Federal, e as conferências municipais, os dados mostram muito positivos, mostram que 88% dos 3.994 municípios de pequeno porte I fizeram conferência, 91.3% dos 1.008 municípios de pequeno porte II, 95% dos 309 municípios de médio porte e 100% das dezesseis metrópoles do país realizaram as conferências. Em alguns estados, no âmbito municipal, 100% dos municípios realizaram as conferências. Em destaque, obviamente, na região Norte o Acre, Amapá, Rondônia, Roraima. No Nordeste, o Ceará. No Sudeste o Rio de Janeiro. No Sul o Paraná e no Centro Oeste, o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Então, eu organizei esses dados dessa coleta, nessa apropriação preliminar, em dois grandes blocos. Um bloco é a construção do SUAS e o outro bloco é a construção do direito socioassistencial. Na construção do SUAS, eu incorporei contribuições das conferências municipais e estaduais da assistência social e na construção dos direitos socioassistenciais, trabalhei mais no âmbito das conferências estaduais, mas também incorporei dimensões das conferências municipais.

Para avaliar as conferências municipais, eu organizei em duas frentes de análise. Primeiro, a avaliação de implementação do SUAS a partir dos eixos: gestão, financiamento, controle social e recursos humanos, e, no segundo momento, a discussão dos direitos socioassistenciais, as dificuldades para realização desses direitos e as ações prioritárias para realização desses direitos. Considerando que eu tive que escolher, por

exemplo, em um elenco de dificuldades ou em um elenco muito grande de definições de prioridades, você elege aqueles que tem maior representatividade, seja pela quantidade de vezes que eles aparecem, seja pela natureza das questões levantadas. Então organizados esses dois conjuntos, eu queria passar primeiro para a avaliação das conferências municipais cujo objetivo foi avaliar então, a implantação do SUAS, que é o primeiro tema em debate. O SUAS foi avaliado no ponto de vista dos avanços, das dificuldades e dos desafios. Eu escolhi, obviamente, os mais representativos seja pela incidência em todos os portes de municípios, isto é, alguns avanços que são observados e aparecem nos relatórios de todos os municípios e alguns específicos que aparecem em municípios de médio porte, grande porte e nas metrópoles.

Aparecem em todos os relatórios, o processo de implantação de CRAS e CREAS, a questão da estruturação ou reestruturação ou redimensionamento do órgão gestor. A perspectiva de ampliar serviços, aparece em praticamente todas as análises da gestão dos municípios, ampliar serviços socioassistenciais, e sobretudo os federais, aqueles que o Governo Federal suporta nos municípios. E também a questão da importância do diagnóstico da realidade municipal e do cadastro, quer dizer menção a essas questões aparecem como avanço em todos. Particularmente nos municípios de grande e médio porte, os serviços de proteção básica e proteção especial, já em processo de implantação, a perspectiva de construir articulações intersetoriais e interinstitucionais também é uma marca forte das metrópoles, dos maiores municípios e a questão da unificação dos cadastros. Vocês vão observar uma coisa interessante. Por vezes, o mesmo componente que aparece como avanço aparece como dificuldade e como um desafio.

As dificuldades, elas referem-se ao fato de que, se todos estão pensando na construção do CRAS e investindo nisso, as dificuldades estão exatamente na precariedade desse processo de estruturação, tanto do próprio CRAS como dos órgãos gestores.

Outra dificuldade que aparece muitíssimo, em vários itens do relatório, é a insuficiência de recursos humanos. Essa parece ser também uma tônica dos relatórios, a precariedade da inserção dos recursos humanos nos CRAS, nos CREAS, o contrato de trabalho precarizado é uma marca forte. A falta de articulação da rede também aparece como uma marca forte, tanto do ponto de vista da rede socioassistencial, como do ponto de vista das políticas intersetoriais, ou seja, as questões de articulação da integração da política aparecem fortes também como dificuldades. A insuficiência de diagnósticos da realidade municipal também aparece.

Nos municípios maiores aparece a questão da juventude, como uma temática que emerge muita força, a insuficiência de serviços de proteção especial e de atenção especial à juventude. A ausência de regulamentação de benefícios eventuais também aparece com muita freqüência. E uma perspectiva muito positiva que aparece como um avanço, mas que aparece, sobretudo, como uma dificuldade, que é o respeito a eqüidade rural urbana. Quer dizer, há uma consciência, uma preocupação acerca dessa equidade. Há também, como dificuldade, a grande demanda acerca da situação da violência que

apareceu muito claramente em muitos relatórios. A questão da violência contra a mulher, contra a criança, violência doméstica e o abuso sexual também é uma marca de muitos relatórios municipais. Há uma conscientização de que essa questão tem uma dimensão a ser abordada pela assistência social. E a última dificuldade que aparece também em vários âmbitos é a questão do sistema informacional, não do sistema em si, mas da apropriação e uso do sistema informacional do SUASWeb.

E também é muito interessante, os desafios repetem. Não é porque foi um avanço e está tendo dificuldades em realizar esse avanço que a situação se mantém como desafio. Então, há certa repetição, vamos dizer, de posições. Entre os desafios, adequar a política municipal à nova lógica, que é um dado muito interessante, que eu vou mencionar mais adiante, é uma questão que me chamou a atenção. A nova lógica, a política e o SUAS passam a referenciar todas as análises que os municípios realizam de si próprios, que os estados, quer dizer, eles vão assumindo o caráter de balizamento, quer dizer, eu comparo aquilo que eu construí com este referencial. Quer dizer, o que significa um grande avanço, um grande reconhecimento deste poder dessa nova arquitetura, dessa nova lógica de balizar e de orientar a política.

Desafio importante é a compatibilização entre recursos humanos, desafios colocados pela realidade e exigências da política. A demanda aparece sempre pressionando por mais recursos e por mais ações. Então, há uma tensão colocada aí no campo dos desafios. A articulação da rede e das políticas intersetoriais, esse é um eterno desafio e não poderia deixar de aparecer com força essa necessidade de expandir a rede, de articular a rede, da apropriação das tecnologia de informação, de trabalhar com os dados e a implementação de ações sistemáticas de vigilância social, isso também aparece como um desafio. Quer dizer, como avançar na construção efetiva da vigilância social que a assistência social deve garantir?

Em relação aos municípios de médio e grande portes, praticamente são as mesmas questões, ou melhor, retornam-se algumas questões. Os benefícios eventuais não regulamentados, aparecem em muitos casos. E como eu estava meio tabulando, às vezes os dados se repetem, então isso significa que eles são uma questão de fato, porque não estão regulamentados, porque os municípios não conseguem regulamentar. A proposta de criar consórcios intermunicipais, a criação de serviços para atender a violência também é um dado interessante. Juventude e violência apareceram não como novidade, mesmo porque são questões que a gente trabalha há muito tempo, mas eles aparecem como cobrança de serviços nesse campo. A Implantação de programas de geração de renda, no âmbito do estado, do município, e a necessidade de desenvolver experiência no campo de monitoramento e avaliação da política.

Depois eu faço umas considerações mais gerais sobre a gestão, que eu praticamente comecei por elas. Houve investimento muito grande dos municípios para implantação ou ampliação dos CRAS, pelo menos um. Quer dizer, há um empenho nessa direção. Aquele aspecto que eu comentava, o SUAS passa a ser uma referência, isso para mim é um ganho enorme. Ele adquire esse poder de ser referência, para implementar a política

em nível local. A busca da equidade e a diversidade que o tempo não permite relatar, mas considera-se que aparece assim os SUAS, o SUAS rural, o SUAS itinerante, o SUAS dos quilombolas, o SUAS dos sem terra. É muito interessante. Então, a busca do atendimento equânime aparece forte, a convivência da experiência tradicional, clientelista, tuteladora, as práticas do favor, da tutela com a busca do novo, a busca de construir o direito também é uma tensão em muitas realidades. E como desafios, aparecem muito forte a questão dos benefícios eventuais, a estruturação efetiva do SUAS, a intersetorialidade e a inter-institucionalidade.

Depois eu entrei no eixo financiamento. Também o financiamento apresenta uma incidência, um conjunto de questões para todos os municípios, de todos os portes. Por exemplo, todos consideram um avanço a ampliação dos recursos, a criação do fundo, e a alocação de recursos nesse fundo e o co-financiamento dos entes federais. Essa proposta é considerada por todos um avanço. Particularmente nos maiores municípios e nas metrópoles já aparecem reflexões um pouco mais complexas, por exemplo: os pisos, a importância dos pisos, a necessária utilização dos recursos do município, como complementares em alguns programas, até de nível federal, como o Bolsa Família. Muitos municípios colocam sua parcela de complementação nos programas de transferência de renda.

Como dificuldades, aparecem a falta de flexibilidade no uso dos recursos, a falta de dotação, a dificuldade em captar recursos, a insuficiência dos recursos estaduais, a falta de definição de percentuais precisos para o orçamento da área. E, como desafios, utilizar os recursos de acordo com a política, quer dizer, incorporar a lógica da política no uso dos recursos, a definição do percentual orçamentário para a política e a previsão de recursos para capacitar recursos humanos. Esse é um ponto muito forte, a preocupação com a formação, com a capacitação, o empenho em qualificar as pessoas, quer dizer, a uma consciência de que a qualidade do SUAS dependerá da qualidade dos quadros técnicos que operarem esse sistema. A implantação do co-financiamento também é um desafio e já é realidade em muitos lugares, o aprimoramento da gestão e outras questões nesse campo. Considerações finais sobre o financiamento, o que quê fica do financiamento. É muito difícil, e eu espero não deixar lacunas, mas fica uma posição de que a ampliação de recursos para a assistência social no Brasil, a alocação dos recursos do fundo é um grande avanço, embora persista o eterno descompasso entre demanda e possibilidade de atender.

Então, quer dizer, há uma pressão da realidade, há uma pressão da demanda para um atendimento mais completo e totalizante. O estabelecimento de pisos é considerado um grande avanço, a superação da lógica convenial, o caráter referencial do SUAS. Isso me chamou a atenção em todos os relatórios. A pouca destinação de recursos para algumas demandas mais específicas, como técnicos especializados na avaliação de diagnósticos de municípios. Então se pleiteia, em certo sentido, e se constata que é preciso mais recursos para esses aspectos específicos. A manutenção da luta para se estabelecer o percentual da política, isso aparece em muitos relatórios. Retornam as propostas, desde os 5%, etc. E há uma demanda no sentido da criação de condições para democratizar a

gestão financeira e a gestão do fundo, então, da democratização da transparência de modo que todos consigam entender e participar desse processo.

No eixo de gestão de recursos humanos, aparecem em todos os relatórios ou na grande maioria deles, a perspectiva, o projeto, a necessidade de contratar profissionais de acordo com a NOB RH. Quer dizer, é um movimento forte nessa direção, embora as dificuldades e a realidade mostrem que isso não tem sido fácil. A reivindicação dos concursos públicos é presente em 100% dos relatórios assim como a implantação de planos de carreira, cargos e salários também é uma reivindicação forte. A capacitação dos gestores, conselheiros e da rede dos trabalhadores acompanhada, de um outro lado, de dificuldades grandes, como a insuficiência do número de profissionais, a alta rotatividade dos profissionais em função exatamente da precariedade dos vínculos trabalhistas dos profissionais desta área. Fica muito claro que a assistência social, como outros serviços e políticas, não consegue passar ilesa das transformações que ocorrem no mundo do trabalho e das tendências que a gente observa em relação dos vínculos trabalhistas dos profissionais dessa área, em relação às condições de trabalho daquele que vivem do trabalho, trabalhos terceirizados, trabalhos precários, contratos por tarefa. Isso aparece sob o titulo da precarização do trabalho. A insuficiência de programas de capacitação continuada é forte presença nos relatórios e a discussão da capacitação aparece sob vários ângulos. A necessidade de ampliar o quadro aparece como um desafio e a realização de concursos públicos, porque muitos lugares conseguiram chegar a realização desses concursos, outros não. A implantação de uma política de recursos humanos, conforme a NOB, e a implantação de uma política efetiva de capacitação continuada também aparecem como desafios.

Em termos de considerações gerais sobre recursos humanos, observa-se uma coisa muito interessante. A centralidade que a discussão dos recursos humanos encontrou no SUAS. O tema ampliou espaço nas preocupações. A preocupação com a ampliação de quadros e qualificação é uma tônica nos conjuntos dos textos e muito se explica porque essa preocupação. É pela qualidade do serviço a ser prestado ao usuário, quer dizer, a ênfase é o atendimento qualificado à população usuária. A grande referência é a NOB RH e os problemas são esses que eu já apontei, a rotatividade, a precarização na contratação, que realmente parece ser um dos grandes entraves para construir o direito nesse campo.

Depois no eixo controle social, os grande avanços dizem respeito à retomada da reestruturação e organização dos conselhos, a preocupação da formação dos conselheiros a capacitação dos conselheiros, a realização de pré-conferência também em muitos estados, a certificação da rede, a criação de fóruns (mais de um fórum), a criação de instância local de controle social e a maior participação do usuário. Embora o usuário permaneça, gostaria muito de chegar numa conferência e não ter que afirmar isso, do grande ausente, da precária presença do usuário. Mas há uma preocupação, a gente observa uma preocupação com essa participação. Falta de estrutura para funcionamento dos conselhos, falta da participação efetiva de conselheiros, a ausência de capacitação, a pouca participação da população usuária, a falta de interlocução entre

os conselhos, interferências políticos partidárias na vida dos conselhos, a despolitização dos conselhos também são preocupações e a incidência, ainda forte, de posições assistencialistas e clientelistas.

Então, os desafios são todos na direção de superar esse quadro, dotar de recursos os conselhos, recursos humanos, informacionais, financeiros, porque há conselhos que não têm instalações, que não tem um computador. Então há demandas por esse conjunto de recursos de equipamentos, demanda forte pela capacitação, pela participação do usuário a participação em debates, fóruns e etc.

Eu vou começar a pular uns pedacinhos. As considerações gerais sobre o controle mostra o seguinte. Cresceu o papel dos conselhos como órgãos de controle. É como se eles ressurgissem. Houve um momento de certo refluxo e eles voltam fortes. A preocupação com o conselho, com a sua interferência, volta forte como órgão de controle e, sobretudo, uma reivindicação da participação ativa na aprovação de planos e relatórios municipais. Também é percebido que os conselhos ampliam o seu acesso a informação, principalmente pelo SUASWeb, e lutam pela ampliação da participação dos usuários, tanto nos conselhos como nas conferências. Mas, requer ainda um grande investimento político. Há necessidade de conscientizar os conselhos como espaço político, gerando falta de autonomia nas deliberações. Quer dizer, são espaços de controle, espaço de disputa e de luta realmente por posições.

Eu vou entrar nas conferências estaduais diretamente nas metas, que é muito material. Isso aqui é uma síntese, sintética e riquíssima. Dá muitos estudos, muita leitura. Sobre as metas, porque nas conferências estaduais tanto há uma referência aos eixos, como há uma referência às metas. Eu estou deixando as referências aos eixos, porque elas são muito semelhantes às condições que a gente observou nas conferências municipais.

Em relação às metas, é um elenco enorme de metas que aparecem e algumas aparecem como realizadas, outras não realizadas e outras ainda em processo. No que tange à gestão, como metas realizadas, por exemplo, a implantação de CRAS e CREAS e não realizadas aquelas referentes à construção de diagnóstico. Como realizadas, a instituição da política como referência, isso também é interessante, a realização de monitoramento na gestão, e como não realizada, aquelas referentes aos diagnósticos. Não tem sido fácil fazer os diagnósticos. Ainda no âmbito das não realizadas, o aprimoramento do canal de comunicação entre as instâncias, a elaboração do Plano Decenal no âmbito do estado e do município e a implantação de instrumentos de monitoramento e avaliação. Metas em processo de realização, aparecem a ampliação de serviços da proteção básica e especial, a construção e manutenção de banco de dados e a implantação do sistema de monitoramento de avaliação.

No eixo controle social, como metas realizadas, a assessoria dos Conselhos Estaduais aos municipais, a colocação de técnicos de nível superior na Secretaria dos conselhos, a utilização dos meios informacionais no campo da comunicação e a criação de equipes técnicas itinerantes nos Conselhos Estaduais para acompanhar e assessorar os

municipais. As ouvidorias, a estruturação de muitos Conselhos Estaduais, a realização de fóruns e debates e o apoio técnico aos municípios aparecem como metas não realizadas. Como metas em processo toda a publicização dos recursos do fundo, o fortalecimento do controle social, a capacitação dos conselheiros de gestores, técnicos da rede e o acompanhamento e avaliação efetiva da política.

Em relação a recursos humanos, aparecem também como metas realizadas a contratação de pessoal com a ampliação da rede, a implantação de planos de cargos, carreiras e salários, a realização de concursos e investimento em capacitação. Aparecem como realizadas e também como não realizadas, porque dependendo do lugar se conseguiu ou não, não é? A elaboração de uma política de RH, a realização de diagnóstico de RH e a capacitação são metas consideradas não realizadas. E também aparece e, é muito interessante, como metas em processo de realização, a própria NOB RH, o diagnóstico de recursos humanos, o concurso público e a capacitação continuada. Quer dizer, a gente observa pelos relatórios que é um movimento de construção dessas principais exigências da política.

No campo de financiamento aparece como metas realizadas, o funcionamento dos fundos, o co-financiamento do estado, do município e do Governo Federal, a elaboração de propostas orçamentárias, a partir da NOB SUAS e, em alguns estados, a fixação de percentual para a destinação orçamentária. O campo de metas não realizadas vai seguir o mesmo caminho. As considerações mais importantes que eu posso fazer sobre esse aspecto do financiamento, e sobre a construção do SUAS nos estados, é a identificação da importância e da necessidade de ampliar a presença dos estados no SUAS. Aparece forte, quer dizer, a ampliação dessa presença, da suas atribuições, das suas tarefas, não é? A referência na definição das suas atribuições e a necessidade de maior organização da gestão do estado tanto quanto ao financiamento, quanto aos recursos humanos, quanto a estrutura.

A Segunda parte é sobre a construção dos direitos socioassistenciais. Essa parte é mais simples. Porque foi solicitado aos municípios que apresentassem duas ou três dificuldades para assegurar os direitos socioassistenciais, e muitos apresentaram muito mais que duas e três, não é? Então o critério para eleger é a incidência, o quanto eles se repetiram, o quanto eles são fundamentados.

Para municípios de pequeno porte I, as dificuldades para assegurar os direitos dizem respeito a questão do financiamento, a falta de recursos humanos, a falta de esclarecimento e divulgação para a população quanto as seus direitos e a falta de conhecimento na rede, também por parte dos usuários.

Nos municípios de pequeno porte II, onde cada um tem as suas particularidades, a falta de regulamentação dos recursos. Principalmente, a falta de regulamentação para os benefícios, para os custeios dos benefícios eventuais, as dificuldades em garantir a equidade rural urbana e a falta de incorporação da mudança de paradigma nos planejamentos e ações desses municípios.

Em municípios de médio porte, a ausência de definição do percentual aparece também muitas vezes como dificuldades, incluindo a frágil intersetorialidade entre as políticas públicas. Na verdade, eu acho que isso é um traço de todos os níveis, não é só em municípios de médio porte. Aparece também a inexistência de mapeamento sócio econômico das vulnerabilidades de cada município.

Nos municípios de grande porte, são consideradas dificuldades a falta de publicização, de visibilidade da política, do SUAS e da desinformação sobre direitos socioassistenciais junto à sociedade.

Bom, eu vou direto para as metrópoles para pegar um pouquinho das ações. Nas metrópoles, a incompletude da implementação do SUAS parece ser um traço complicado e característico das metrópoles. O SUAS está incompleto nas metrópoles, em especial em relação aos procedimentos para efetivar a rede, em relação à consolidação de mecanismos de referência e contra-referência através das portas de acesso ao sistema, aos CREAS os CRAS, etc. A ausência de Planos Decenais estaduais e municipais que, principalmente nas metrópoles, seriam imprescindíveis. A frágil organização da sociedade civil na participação dos processos decisórios da política.

Depois, as ações prioritárias para assegurar os direitos socioassistenciais aparecem num âmbito municipal, no âmbito estadual e federal e sempre com essas características: ampliar recursos, criar mecanismos de planejamento e gestão do sistema, definir percentual na lei, ampliar investimentos, ampliar o co-financiamento, definir o percentual fixo para a assistência social no PPA, consolidar o comando único, definir e instituir em lei o percentual, o que ainda é uma luta histórica.

O apoio dos estados e municípios para implementar a política de recursos humanos e a revitalização da rede no que tange à cobertura, qualidade de serviços, estrutura física garantindo a adaptabilidade da política às populações tradicionais e específicas. Isso é muito interessante, aparecem novas populações, quer dizer, novas questões... a população é a mesma. Como que eu lembrava aqui as questões da juventude, as questões da violência e as questões relativas à rede, a construção da rede.
(finaliza apresentação)

Eu só queria agora terminar fazendo uma rápida reflexão que o tempo terminou. Eu comecei dizendo que está em construção a nova matriz. É muito claro isso nos relatórios. Está em construção uma nova referência. Está em construção essa nova arquitetura institucional para a nossa assistência social. E compromissos e responsabilidades, nesse trabalho de construção, aparecem permeando todos os relatórios com ênfase diversas. Há muito a fazer e a luta pela construção democrática, porque não é qualquer construção que se propõe para o sistema. Isso passa pela gestão dos interesses, das demandas, das necessidades da população.

Algumas questões devem ser destacadas. A centralidade do usuário tem que ser uma marca desse processo, que está sendo construído por causa deles. A qualificação dos

quadros que trabalham na assistência para aperfeiçoar, desenvolver suas capacidades, para articular serviços, programas, projetos, benefícios, para elaborar diagnóstico de vulnerabilidade, para estabelecer padrões de qualidade, de custeio, dos serviços, para estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. Ampliação do financiamento e a alocação de recursos, considerando o direito a igualdade, a expansão e a multiplicação de mecanismos participativos, a redefinição das relações públicas e privado apoiado pela provisão de bens e serviços sociais são questões que reforçam essa nova institucionalidade.

Para terminar, fica muito claro que nós temos muito ainda a investir para construir uma nova cultura, essa cultura do direito, essa nova matriz, essa nova referência. Para que ela deixe de ser uma referência e se transforme realidade. Porque eu entendo que o ato tecnológico, fazer bem as coisas, definir padrões é, sobretudo, um ato político. E o desafio de construir a política, o desafio de construir o SUAS, na esfera pública, tem como pressuposto o reconhecimento público dos direitos sociais dos nossos usuários. Não posso ser um gestor da pobreza, eu tenho que trabalhar politicamente. Tarefa difícil construir o político na política social. Nós não podemos esquecer, construir hegemonia. Ou seja, eu entendo que essa nova cultura que nós estamos criando é criar uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas pela população com a qual nós trabalhamos. Não dá para escapar delas, elas são as medidas. A Vera Telles fala tão bem - o direito é a medida-, as questões que a população traz são indeclináveis, não tem negociação para ser feita. Elas têm que ser atendidas e, para fazer isso, criar essa cultura que nos comprometa, que nos responsabilize, que nos obrigue realmente a investir nessa direção, é necessário que a gente se desvencilhe de muitas determinações, de muitos preconceitos, de muitos condicionamentos que historicamente foram sendo impostos a nós, pela própria realidade que estamos inseridos e, de algum modo, limitados.

Estamos no olho do furação, embora a gente saiba que escapa às políticas sociais, às suas capacidades, aos seus desenhos, aos seus objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdades como os encontrados no Brasil, nós não podemos duvidar do poder, da potencialidade dessas políticas, que podem ser a possibilidade de construir direitos e, mais do que isso, iniciativas de contra desmanche de uma ordem social injusta e desigual. Obrigado.

Coordenação de mesa
Nós agradecemos imensamente a professora Carmelita, que sempre tem abrilhantado os eventos da assistência social, contribuindo com a reflexão dessa política e agradecemos pelo imenso trabalho de sistematização e avaliação das questões das conferências estaduais. O José Aguilera vai dar alguns pequenos avisos para organizar nosso trabalho e logo depois passaremos para o próximo palestrante.

Coordenação de mesa
Para favorecer nossa metodologia a mesa propõe que preferencialmente aqueles que quiserem realizar suas questões e suas perguntas, já podem fazê-lo por escrito e

encaminhá-las a nossa mesa de apoio logo aqui a frente. A gente dará prioridade, nesse sentido, de organizar as perguntas. O microfone também estará disponível, mas queremos favorecer já aqueles que têm as suas questões para encaminhá-las. Assim cada conferencista já poderá elaborar sua resposta.

Queremos também em nome da comissão organizadora pedir o efetivo apoio dos chefes e responsáveis por delegações para que compartilhem conosco a responsabilidade de, como aqui estamos nesse momento em todos os painéis, cada painel, cada coordenador, chefe de delegação assegure que sua delegação esteja presente aqui no plenário. Porque esse é o nosso desafio, junto com a fala de cada conferencista, irmos para os trabalhos em grupo. Informo também que todo o material apresentado em *power point* estará disponível no site do CNAS.

Todas as falas também serão degravadas e comporão a publicação do SNAS que serão os Anais dessa VI Conferência. Peço, encarecidamente, evitem trazer *pen drive* para a mesa de apoio porque não será fornecido o material nesse momento. O momento agora é de ouvirmos, vermos, prestarmos a atenção e elaborarmos as questões. Daqui de cima eu e a Patrícia constatamos que ninguém cochilou e que assim continuem com todos os conferencistas.

Coordenação de mesa
Dados os avisos, convidamos então a Maria Rosa Azevedo, representante do Fórum Nacional de Assistência Social.

Sra. Maria Rosa Azevedo
Boa tarde a todos. O Fórum Nacional de Assistência Social agradece o convite para participar dessa mesa e debater as questões que foram trazidas a partir da realização das conferências municipais e conferências estaduais de assistência social. Diante da exposição da professora Carmelita, a quem aproveito para parabenizar, pelo trabalho que ela teve de sistematizar todo o material que chegou para ser, para produzir essa mesa aqui.

O Fórum Nacional faz algumas reflexões, em primeiro lugar apontando avanços que são inegáveis e que eram desejados há muito tempo por todos que estão na execução e na militância da assistência social.

Um primeiro ponto seria a organização da política com a construção do Sistema Único que pelo que a professora expôs, já é uma idéia assimilada e que todo o país está trabalhando a favor da consolidação desse sistema. Outro avanço importante e inegável é a estruturação desse sistema com base em territórios e centralidade na família e no usuário na política de assistência social. E um terceiro ponto fundamental para a suas consolidação é a questão da regulamentação. Isso também contribui bastante para que essas avaliações positivas que podemos fazer a partir das conferências de 2007 tenham ocorrido.

Mas aí a gente vem com aquela pergunta que traz as nossas inquietações: e daí? Com todos esses avanços, como que está hoje o usuário de frente para a política nacional de assistência social, para a política municipal e como que ele se depara com esse direito e reconhece para si esse direito? Os pontos que foram trazidos como eixos centrais dessa discussão, nos traz, e nos fazem também trazer, a realidade que as entidades vivenciam na ponta para execução nessa perspectiva de implantação do SUAS.
Tentando seguir aqui a ordem de apresentação da professora Carmelita, nós fazemos aqui uma reflexão a respeito da gestão social. Todos já compreenderam que é uma responsabilidade dos estados e entidades a questão da complementaridade do atendimento. Quando isso é posto, nós verificamos algumas posições atuais na execução da política que trazem as mazelas para comprovação dessa complementaridade. Em primeiro lugar, as entidades compreendem as necessidades para se adequarem às diretrizes do SUAS, tentando obedecer a critérios para atendimento. Mas ainda falta clareza do seu papel nessa rede de proteção. Elas se queixam que o financiamento é pouco, que o financiamento é incompatível, mas, ao mesmo tempo, elas não se aprofundam na qualidade do serviço que deve ser apresentado e vice e versa.

O Estado transfere para as entidades esse papel de complementaridade e também não se ocupa dessa questão do custo desse atendimento para que a entidade possa manter a qualidade. Isso a gente vê na prática. É uma questão assim dolorosa quando você vê, em qualquer dos atendimentos que você presta, quando você se depara com essa realidade cruel. Um exemplo que a gente dá aqui para ilustrar, por exemplo, a atenção à pessoa idosa. Quando ele chega ao atendimento e vai ser encaminhado para um entidade e depende da vaga, ele só vai receber o atendimento se tiver a vaga e o que ocorre nesses casos? Nós sabemos que a vaga numa instituição de atendimento de idosos, ela vai aparecer na grande maioria dos casos, se um idoso vier a falecer, porque não há ampliação de metas. E as entidades também, na sua simplicidade de atendimento, ao longo desse país afora, não tem condição de buscar alternativas.

Com relação ainda a essa compreensão por parte das entidades, para executar a política no âmbito do SUAS, algumas exigências a gente se preocupa. Quando elas transpõem a autonomia das organizações e também tentam interferir na forma de participação da sociedade civil. Um exemplo claro disso é o que nós vamos viver daqui a uns meses, quando o Conselho Nacional de Assistência Social renovará a representação da sociedade civil e o próprio conselho aprova normas, que tem o consentimento da representação da sociedade civil, que determina quem pode ser indicado pelas entidades para fazer representação no conselho. Isso é uma ingerência na forma de organização das entidades e é uma ingerência também na participação das pessoas na discussão da política nacional de assistência social.

Sobre o eixo financiamento, eu queria antes de trazer qual a posição do Fórum, queria só recuperar uma fala do Ministro de ontem a noite que traz grande preocupação. Acho que todos devem estar preocupados que é a extinção da CPMF para o ano de 2008. Nós entendemos, o Fórum Nacional entende, que essa extinção da CPMF não pode representar nenhuma ameaça para o orçamento da assistência social. Isso seria um

retrocesso sem tamanho para a política e traria grande ameaça para a sua consolidação. Na esteira dessa fala do Ministro, ele destacou também a importância do montante de recursos que são alocados no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Destacou o montante que é aplicado em BPC, mas ressaltou também a ameaça desses valores não poderem se ampliar no ano que vem também por conta da CPMF. E isso traz junto a nossa preocupação daquela discussão que acontece de desvinculação do valor do BPC do valor do salário mínimo. Nós não podemos deixar de prestar atenção nisso, ficarmos bastante atentos, porque nós não podemos conceber isso, de que essa extinção da CPMF venha trazer essa ameaça e reacender esse discurso desvinculação do valor do beneficio do salário mínimo.

Uma conclusão que a professora Carmelita apresentou aqui para nós e que todos têm no material que a gente recebeu, é a necessidade de ampliação do financiamento da assistência social. Embora isso tenha ocorrido em determinada escala, ainda está longe de atender as necessidades da política. Hoje o financiamento socioassistencial representa apenas 8% do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social e 1% do orçamento da seguridade social. Esse valor de 1% está inclusive no material que está na nossa pasta sob financiamento. Tem um gráfico que mostra a participação dos serviços socioassistenciais no orçamento da seguridade, que de fato é esse patamar de 1% que a gente vem trabalhando com esse número há muito tempo. O Fórum Nacional, com isso continua na sua prioridade nessa gestão de lutar pela vinculação orçamentária, a vinculação constitucional. Pode parecer contra-senso, pode parecer que a gente está nadando contra a maré por conta da conjuntura, mas, de fato, esse tema nunca foi simpático a nenhum dos governos. Então, o Fórum decide não desistir dessa luta e vamos tentar aqui nessa Conferência fazer um encontro com as entidades aqui presentes para cuidarmos dessa mobilização nacional.

Sobre o eixo gestão de RH também a gente observou, na síntese dos resultados das conferências, o clamor pela qualificação e capacitação de recursos humanos. Isso também traz consigo a necessidade de ampliação do financiamento para essa área e o Fórum Nacional pensa que é impossível vislumbrar o alcance daquela meta de 10% de um orçamento da seguridade social incluindo nas despesas a serem cobertas por esse percentual, as despesas de RH. Porque fazendo pagamentos de despesas de recursos humanos, pagamentos de benefícios, a tendência é que os recursos destinados aos serviços socioassistenciais venham a ser reduzidos, ao invés de ampliados. Outra questão é sobre a escolaridade das pessoas que trabalham com recursos humanos na assistência social. O que traz a NOB RH é o que é realidade no Brasil lá fora mostra o grau de escolaridade o grau dos trabalhadores que é mais ou menos 50% de trabalhadores com nível médio.

Sobre o controle social uma preocupação grande que trazemos é que a síntese que a professora apresentou traz a questão da autonomia dos conselhos de assistência social como espaço político da discussão da política. É preciso, além da qualificação e capacitação de conselheiros, o reconhecimento das entidades da sociedade civil que compõe a rede de proteção social como agente de consolidação do SUAS e,

conseqüentemente, o reconhecimento dos fóruns e outros espaços de discussão como agente de articulação da política capitalizadora de propostas. Isso exige uma abertura para o diálogo que a gente não tem verificado pelo Fórum Nacional, de registro especificamente com relação ao Conselho Nacional de Assistência Social, que é um espaço institucionalizado de debate da política, o que deveria representar a ponte entre as demandas e as alternativas em busca de soluções a respeito da política. O Fórum traz também aqui uma reflexão, puxando o que nós discutimos na ultima Conferência Nacional de Assistência Social. Fomos representados aqui pelo Moroni que proferiu hoje a palestra magna. Já na V Conferência Nacional está discutido de que forma a assistência social dialoga com as outras políticas e aí vem o desafio da intersetorialidade e que seria um meio da assistência social ser executada como um direito de fato. Mas até hoje ela é pensada de forma isolada. Não só a política de assistência social, mas como o desenho das políticas sociais de forma geral traz a assistência social, vê a política de assistência social apenas como uma política compensatória e transfere para os indivíduos a responsabilidade pela sua incapacidade de prover, não levando em conta o contexto social, econômico e cultural.

Por isso a necessidade de trazer para o direito socioassistencial, a integralidade que já é discutida nos direitos humanos econômicos, sociais culturais. Os 10 (dez) direitos trazem uma concepção de direito com base na integralidade e por isso não se pode fragmentar as políticas sociais para evitar conflitos de interesse nos campos de direito. O conflito com o modelo antigo, que ainda não se havia encerrado e o conflito do antigo com o novo também foi colocado aqui pela professora e a contradição entre as políticas sociais como direito das pessoas e a política econômica que desmonta os conceitos de direito social.

Então isso está vivo até hoje. Foi a preocupação que o Fórum de Assistência Social trouxe na conferência de 2005 e a gente reafirma nessa Conferência. Então temos aí o desafio para ampliação de cobertura de serviço, o investimento em proteção especial, a universalização do Bolsa Família. Na realidade, o Fórum, só para concluir, a gente pensa que o estágio de implantação do SUAS está muito aquém das necessidades dos usuários. Ainda há muito para se construir, existem situações que o município não dá conta de responder. Perguntas como, por exemplo, o atendimento de pessoas na faixa etária adulta. Existe uma lacuna na política na faixa etária entre jovens e idosos. Que existe ações para as quais há pouca destinação de recursos para atendimento dessas demandas especificas.

Por fim, o Fórum Nacional de Assistência Social pensa que o esgotamento do SUAS pode se dá com a ausência da ingestão de recursos para a consolidação do atendimento. Muito obrigado.

Coordenação de mesa

Nosso agradecimento a representante do Fórum de Assistência Social, Maria Rosa Silveira Azevedo. Está todo mundo acordado? Então, acordados, vamos continuar e motivados para a fala da nossa Secretária do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, Rosilene Rocha.

Sra. Rosilene Rocha

Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar aqui os meus colegas e as minhas colegas dessa mesa, meu colega José Aguilera, conselheiro do CNAS, Patrícia, Ademar, também meus colegas no Conselho Nacional. Cumprimentar a Margarete, Secretária do estado do Maranhão, Presidente do FONSEAS. Cumprimentar a Rosa do Fórum, a professora Carmelita Yazbek. Dizer que é uma honra compartilhar de uma mesa com a professora Carmelita e a Secretária Ana Ligia, Secretária Nacional da Assistência Social. Queria agradecer, em nome do CONGEMAS o convite do CNAS para participar dessa mesa. Dizer que é uma honra para o Colegiado Nacional dos Secretários Municipais de Assistência Social participar desse debate de avaliação e perspectivas do SUAS. Queria também agradecer ao Presidente do CONGEMAS, Marcelo Garcia, pela oportunidade de participar dessa mesa. Queria também agradecer a professora Luziele Tapajós, que muito contribuiu para a preparação aqui dessa mesa que foi um desafio enorme, conforme já disse a professora Carmelita, por conta da quantidade de material que a gente recebeu, cerca de duas mil folhas, mas das quais vocês podem ter muito orgulho. Nós temos todos que ter muito orgulho, porque é de uma riqueza imensa o material sistematizado das conferências municipais e estaduais realizadas aí por esse Brasil afora.

Dizer que eu vou tentar me manter ao máximo a temática dessa mesa que é avaliação e perspectiva da implantação do Sistema Único da Assistência Social, na ótica de gestores municipais, não só porque eu os represento nessa mesa, mas também para fazer uma reflexão do papel fundamental da gestão municipal na implantação do Sistema Único da Assistência Social, recuperando aquele debate nosso histórico da primazia do Estado sobre a coordenação e condução da política assistência social. Também queria dizer que é uma fala, na medida do possível, baseada no relatório, nesse relatório de duas mil páginas que nós recebemos das conferências estaduais e municipais. Nem de longe com o resultado brilhante feito pela professora Carmelita Yazbek, que se deteve nos vários eixos. E, também, na discussão dos direitos socioassistenciais por porte de municípios.

Eu, na verdade, vou tentar fazer uma contribuição muito mais singela, abandonando os eixos de gestão, controle financiamento e recursos humanos e tentando levantar um pouco alguns aspectos dos eixos que nos dão unidade por porte populacional dos municípios.

Quais são as diferenças dos conjuntos de municípios brasileiros agrupado por porte, que a professora Carmelita também fez aqui, ao final, no eixo dos direitos socioassistenciais.

A primeira conclusão, então da leitura do relatório, bastante interessante, e que é uma frase que foi inclusive cunhada pela professora Luziele Tapajós é que a gente pode falar dos vários Brasis do SUAS. Nós temos graus muito distintos na implantação do SUAS a partir do porte populacional dos municípios, a despeito da região do país que o município esteja. A gente, por porte, tem um grande unidade de municípios das regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste, muito mais do que, sob alguns aspectos, do que ser agrupado por região. Uma excelente noticia é que há propostas muito semelhantes para nós

enfrentarmos os desafios necessários para implantarmos o Sistema Único da Assistência Social no Brasil. Há uma grande unidade nacional em torno das propostas para nós superarmos as dificuldades. E, como disse a professora Carmelita, em torno da idéia da construção de um Sistema Único. De fato, o SUAS é um paradigma para todos os municípios brasileiros, independentes dos seus portes, para os grandes municípios, para as metrópoles e para municípios pequenos. Todas as suas dificuldades, os seus desafios são colocados na perspectiva de implantação de um Sistema Único. Isso é muito importante, porque é uma unidade construída em dois anos.

Esse é também um aspecto que eu queria levantar, que dizer, do grande avanço que nós tivemos. Essa é um avaliação do Colegiado Nacional, dos avanços que tivemos em um período de prazo tão pequeno, um consenso criado, uma leitura de uma unidade nacional num território desse tamanho, criado em apenas dois anos de deliberação, conforme foi na nossa última Conferência nacional.

Por último, dizer que eu tentei traçar modestos paralelos entre os aspectos de cada eixo por porte, com alguns itens do relatório da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, conhecida como MUNIC, de 2005 onde há suplemento dedicado à assistência social. É um documento bastante estratégico e importante, fundamental se a gente quiser ter um retrato dos municípios brasileiros na área da assistência social. Eu digo modesto, porque são dois pares de exemplos de alguns aspectos que foram identificados pela MUNIC, e que aparecem nos relatórios dos municípios, agrupados aqui por porte.

Dizer também que, em termos do Sistema Único da Assistência Social, sob alguns aspectos, segundo a própria MUNIC, as diferenças nacionais não seguem o padrão clássico de como a gente comumente entende o Brasil, assim muito mais desenvolvido no Sul e mais precarizado em alguns aspectos no Norte, Nordeste brasileiro. Nós temos, no ponto de vista do Sistema Único, segundo algumas demandas e desafios que apareceram nos relatórios, e dados da própria MUNIC, alguns aspectos mais avançados em estados do Norte e do Nordeste do que do Sul e do Sudeste brasileiros. Um exemplo, guardada a proporção dos números de municípios das regiões, é que embora a gente tenha tradicionalmente um acesso mais facilitado de ensino no Sul, nós temos, por exemplo, 266 gestores com nível superior no Nordeste contra 129 no Sul do Brasil. Do total de 1.188 gestores no Sul para 1.739 no Nordeste. É só para dar uma idéia de que uma avaliação do Brasil por porte nos traz um desafio importante de pensar em estratégias distintas para ajudarmos no conjunto dos municípios brasileiros, pelo seu tamanho, a enfrentar a implantação do Sistema Único da Assistência Social. Então, algumas características pinçadas do relatório dos vários eixos, por porte.

No pequeno porte I, primeiro a gente vê que todos os serviços dos municípios, que não são especificamente saúde e educação, estão alocados na assistência social. Então isso dá à assistência social, nesses municípios menores, uma questão de identidade um pouco mais difícil de construir do que em municípios maiores e um grau de responsabilidade também de execução das tarefas muito maior do que em município que você tem órgão gestor de assistência social exclusivo dessa política, com as atribuições

mais e melhores divididas por outros órgãos gestores, outras secretarias. Então, uma questão que apareceu no pequeno porte I é a ausência, por exemplo, de órgão gestor da assistência social. Você ainda tem a assistência social como departamentos de outras políticas ou como sub-departamento, enfim, a falta de uma estrutura um pouco mais arrojada, um pouco mais identificada com a implantação da política da assistência social.

Outra questão que também apareceu, professora Carmelita também se referiu, é a questão de ausência de recursos humanos pelas dificuldades clássicas de falta de recurso, falta de concurso, e também pela falta mesmo da presença do profissional para ser contratado. Essa também é uma realidade de municípios menores, a falta de disponibilidade, algumas vezes, dos profissionais de nível superior, enfim, do perfil necessário para a execução da assistência social. Os municípios falaram da falta de transporte, essa é uma dificuldade. Falta de capacitação, demandas por ações por oportunidades de emprego e renda, a necessidade de colaboração para convencer outros atores da importância da assistência social. Há uma demanda dos municípios de pequeno porte I, de uma necessária ajuda, colaboração, enfim, movimentação política de convencimento de outros atores, Prefeitos Municipais, outros secretários para a importância da assistência social e das novidades postas como implantação do Sistema Único e a discussão da demanda reprimida.

Nos municípios de pequeno porte II. Um exemplo que eu tirei lá da MUNIC. A MUNIC diz que dos 5.574 municípios brasileiros, 3.273 tem órgão exclusivo da assistência social, em 1.173 a gestão dessa política está em outro órgão. Então, aqui esse desafio está mais localizado nos municípios menores de pequeno porte I e II e precisam de uma estratégia de enfrentamento que não é exclusiva de cada um desses municípios. Esse não é um problema de cada um desses municípios, mas necessita de uma estratégia um pouco mais ampla de enfrentamento.

Nos municípios de pequeno porte II apareceram questões que não são exclusivas desse porte. Apareceram em outros, mas o que me chamou a atenção foi a diferença de zona rural, zona urbana e comunidades tradicionais. Isso também passeou em outros portes, como dificuldades de fazer ações preventivas, aqui já aparece um nível de elaboração um pouco maior. Falta de capacitação, a falta de diagnóstico, a ausência de RH e também a questão de diferença entra a oferta e a demanda. Uma questão retirada da MUNIC para a questão da capacitação é que de 53.513 trabalhadores da assistência social no Brasil, 16.098 tem ensino fundamental, 21.288 tem ensino médio, 12.367 tem ensino superior e 2.046 tem pós-graduação. Então uma discussão fundamental é de qual capacitação nós estamos falando, se os dados nessa área da assistência social do Brasil enfrentam discussões que são, ainda do ponto de vista estrutural, bastante comprometidos, sobretudo se compararmos com as exigências da Norma Operacional Básica da Assistência Social. Isso também exige um enfrentamento nacional mais estruturado, porque a questão de RH, como disse a professora Carmelita, perpassa todos os portes. Todos os portes colocaram a problemática dos recursos humanos.

No médio porte já parecem questões como a falta de implantação do CREAS, a questão da ausência de política de empregos, geração de renda, aqui tinha colocado como falta de política, e não só de programas e de ações, já há um nível de elaboração maior. Falta de intersetorialidade, falta de definição de pisos, fortalecimento do trabalho de redes de equipe e falta de vaga para usuários. Um dado tirado da MUNIC aponta que dos 5.564 municípios brasileiros, 1.870 tem alguma modalidade de atendimento de geração trabalho e renda. Então, no universo de 5.564 apenas 1.870 tem algum programa, algum projeto ou alguma ação voltado para o atendimento da geração do trabalho e renda. Essa também é uma questão que perpassou todos os portes.

Em municípios de grande porte e nas metrópoles, eu vou juntando aqui porque o tempo já vai acabar, já apareceram algumas questões bastante elaboradas e mais complexas, como o desafio da intersetorialidade, que apareceu bastante. A incompletude da implantação do SUAS, a falta de referência e contra referência, falta do Plano Decenal, falta de transversalidade e ausência da proteção especial. Aqui, embora a MUNIC não tenha nenhuma questão voltada especialmente para a questão da intersetorialidade, tem um dado importante. Nos municípios brasileiros, quem são os responsáveis pelo Cadastro Único? Aí eu já falo qual é a conexão que me veio a cabeça, dos 5.564 municípios brasileiros em 5.075 os gestores do CadÚnico são os gestores da assistência social, 285 são gestores da educação e 132 são gestores da saúde. Isso mostra a potência da assistência social para promover, para suscitar um trabalho, um debate intersetorial. O CadÚnico tem informações valorosas para o desempenho das políticas públicas em todas as áreas e para um entrelaçamento e um debate de enfrentamento do conjunto das políticas públicas, e não só da assistência social.

Meu tempo já esta acabando sem a menor perspectiva e chance de concluir. Só algumas idéias que já nos dão algumas luzes para o enfrentamento da necessidade de uma estratégia nacional, que olhe para o Brasil a partir das diferenças dos portes dos seus municípios. Porque comumente a gente tem trabalhado, esse é um instrumento poderoso que está na Política Nacional, que essa Conferência Nacional, que o Conselho Nacional já introduziu, mas que nos aponta para um desafio para essa Conferência. Quer dizer, que estratégia nós vamos utilizar para tratar os municípios com as diferenças que eles têm em cada porte? E levantar então algumas questões, fora todas que professora Carmelita já levantou, mas que trazem uma unidade nas perspectivas e nos desafios.

A primeira é que sem uma estratégia para portes diferentes, nós dificilmente vamos conseguir implantar o Sistema Único da maneira que desejamos. Temos que tratar os municípios de maneira diferente, porque os municípios são diferentes. A segunda é que é uma grande função para os estados brasileiros que, além de se pensarem regionalmente, pensarem os seus municípios por porte, a despeito da região dos estados onde esses municípios estão localizados. O terceiro é da demanda por transparência e visibilidade para as ações da assistência social e para o SUAS, como forma de garantia e direitos, ou seja, uma discussão da informação como direito, direitos dos usuários, direito da sociedade brasileira e aqui como uma questão estratégica para um diálogo da assistência

social para além dos seus próprios atores, que eu vou falar um pouquinho aqui também no final.

O outro ponto é a questão dos recursos humanos, como um problema comum em todos os portes. Aqui eu acho que demonstra a força dos trabalhadores, o tanto que a questão de recursos humanos é estratégica na assistência social. Nós não temos raios-x, não temos remédios, não temos livros, não temos quadro negro: nós temos recursos humanos e é deles que nós precisamos essencialmente para implantação da assistência social. Mas precisamos ir para além só da discussão da necessidade do concurso público, isso é compromisso e é necessário, mas discutirmos, inclusive, para fora da assistência social sobre as dificuldades que os municípios brasileiros têm com a Lei da Responsabilidade Fiscal – LRF e com a falta de possibilidade da remuneração dos trabalhadores concursados com as fontes de financiamentos que temos hoje. Então, precisamos fazer uma discussão de dialogo da assistência social com outros atores para que a gente possa enfrentar essa questão tão central.

Também uma questão que uniu bastante o conjunto dos municípios, e a gente vê isso bem claramente nos relatórios, é a questão do co-financiamento estadual e a implantação do repasse fundo a fundo de governos estaduais a governos municipais. A discussão da cobertura e da demanda, a histórica questão da falta de vagas, que é um debate que nós também viemos fazendo da discrepância entre a cobertura dos benefícios e os serviços. Ou seja, nos avançamos enormemente no Brasil, felizmente, na cobertura dos benefícios e precisamos enfrentar agora, o Plano Decenal traz uma proposta bastante ousada nesse sentido, no acompanhamento disso, na cobertura dos serviços. Porque nós acreditamos que os benefícios sozinhos, em algumas famílias, eles não fazem a promoção dos usuários que a gente defende.

Uma unidade também em todos os portes é a demanda por programa de geração de trabalho e renda e de oportunidades. Esse também é um desafio muito colocado para a assistência social no conjunto dos municípios brasileiros, a despeito do porte, como também a busca pelo Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Isso também apareceu de uma maneira clara, outro grande sucesso, grande vitória da assistência social que é a unidade em torno da necessidade e pela busca da implantação desse equipamento, inclusive com financiamentos próprios dos municípios brasileiros.

Eu queria terminar dizendo que o CONGEMAS tem uma avaliação de que a gente avançou muito, sobretudo, de novo dizendo, que nós só temos dois anos da deliberação do Sistema Único da Assistência Social. E lembrar e fazer um apelo a todos os delegados e delegadas, observadores e delegados dessa Conferência de que nós não temos governabilidade, só a assistência social, sobre todos os temas que se apresentaram como um desafio nos relatórios das conferência municipais e estaduais. Que nós temos um desafio importantíssimo que é sair do nosso casulo, que é de falar para fora, de ter outros interlocutores também fora da assistência social, para que a gente ganhe potência, ganhe visibilidade e consiga enfrentar o conjunto das nossas

dificuldades e ter uma estratégia nacional, estratégias estaduais e estratégias municipais nesse sentido.

Nessa direção, eu queria parabenizar o CNAS pelo evento de ontem a noite com Governadores e Prefeitos e aqui relembrando a professora Carmelita, com a questão que ela falou aqui no final, que a gente não pode ser gestor da pobreza. Não é esse nosso papel, não é isso que a gente quer. Para isso nós temos que dialogar com outros atores que historicamente nos vêem assim. Nós só vamos fazer isso se a gente for para um enfrentamento e para discussão desse projeto que também é um projeto político, que tem um caráter político para a gente ir ganhando hegemonia na sociedade para além dos nossos próprios meios. Assim eu termino, muito obrigada a vocês e aqui ao CNAS pelo convite.

Coordenação de mesa
Nós agradecemos a Rosilene pela importante reflexão que nos trouxe sobre os desafios das esferas de governos especialmente a dos municípios.

Lembramos que continuamos recebendo por escrito, questões, reflexões, perguntas para a mesa. Isso nos ajuda muito a organizar o nosso tempo, organizar os debates e, tendo em vista que nós temos ainda uma ampla programação pela frente, nós vamos convidar agora a Presidente do Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social, o FONSEAS, a Margarete Cutrim Vieira.

A apresentação poderá ser feita aqui na mesa em frente, então o pessoal técnico fique atento. Por favor, Secretaria Margarete.

Sra. Margarete Cutrim
Boa tarde a todos e todas aqui presentes, delegados, delegadas, convidados e convidadas, observadores e observadoras que estão com esta disposição de discutir a política de assistência social no nosso país. Sejam bem vindos a essa Conferência.

Eu quero também cumprimentar a todos os companheiros de mesa, na pessoa da professora Carmelita YasbeK, que tem também contribuindo muito com as reflexões da política da assistência social no país e dizer que todo esse esforço que ela fez de sistematização dos dados, das reflexões, das avaliações das conferências municipais e estaduais, é realmente um esforço muito grande. Foi um trabalho grandioso e que ela coloca, inclusive, para todos nós, todas essas informações pois é importante que todos nós tenhamos esse conhecimento, de como as coisas estão ocorrendo no Brasil, por municípios, por estados e também num âmbito federal. E todas às vezes que uma professora como a Carmelita faz uma apresentação dessa, e depois vem o município e já coloca a coisa mais pormenorizada, mais detalhada, vai também nós ajudando, aos estados, a fazer uma reflexão um pouco mais enxuta. Nós, então, fizemos uma opção de destacar aquilo que foi mais incidente, que foi mais presente nas conferências estatuais a partir do relatório que foi disponibilizado pelo CNAS para que todos nós pudéssemos trabalhar.

Eu vou trabalhar muito na linha de fazer um breve resgate histórico desse processo de afirmação da política de assistência social como política pública estatal. Um movimento que não é uniforme no país no âmbito dos municípios, nem, portanto, no âmbito dos estados. Existem diferenciações e essas diferenciações foram muito bem colocadas aqui pelos que me antecederam. Coloca a nós, inclusive, o retrato das regiões com uma diferenciação grande entre as regiões Norte e Nordeste e as demais regiões do país. Nas conferências foram trabalhadas as metas que estabelecidas no Plano decenal, por eixo e as novas proposições ou deliberações no momentos das conferências que nos possibilitam o aprimoramento da política pública de assistência social. E é a partir, então, dessa lógica que nos estaremos trabalhando: avanços, dificuldades e desafios que temos que enfrentar agora, mas precisamente nos últimos oito anos previstos no Plano Decenal.

Assim como a conferência passada nos colocou diante de uma urgência muito grande, mas fundamentalmente, o retrato de uma ansiedade muito grande, de todos nós avançarmos e avançarmos rapidamente na execução, no aprimoramento dessa política. Quando defendíamos, quando deliberamos a grande maioria das metas como metas de curto prazo nessas últimas conferências, nesse momento, nós estamos também identificando, essa mesma ansiedade, essa mesma disposição, essa mesma vontade de fazermos avançar e avançar com qualidade a política de assistência social.

Mas temos que reconhecer que temos ainda muitas dificuldades. Dificuldades, inclusive, de compreensão dos papéis dos entes federativos. Apesar de todo o esforço realizado durante esses anos todos na definição desses papéis, esses ainda são confusos quando nas conferências estaduais se define como competência do estado aquilo que é competência do município ou da União. Mas, nesse breve histórico do papel do Estado, é importante fazer isso, eu considero, porque nós vamos identificando as diferentes fases em que nós construímos e vivenciamos nesse processo todo de aprimoramento da política pública. Eu quero destacar que realmente o processo de municipalização da política pública de assistência social nos trouxe muita clareza das responsabilidades, principalmente dos municípios brasileiros. Com o Sistema descentralizado e participativo da assistência social, que foi organizado a partir da Política Nacional de Assistência Social e posteriormente, o desenho do Sistema Único de Assistência Social, nós podemos resgatar um pouco as diferentes fases.

Nós tivemos uma fase de estadualização da prestação dos serviços. Posteriormente, uma fase mais intensa de municipalização e aí todos nós vivenciamos muito o desafio realmente de assumir a municipalização dos serviços, sem a correspondente condição, mas os municípios foram construindo isso e têm realmente avançado muito. Para o estado, nesse momento, nessa construção, na primeira fase, digamos assim, depois da estadualização, já no processo de municipalização mais intenso, ficou claro que o estado não deveria executar serviços, programas e projetos. Ao ente estado competia, e continua competindo, a responsabilidade de coordenar um sistema estadual que se materializa na gestão de um conjunto dos municípios que fazem parte desse espaço geográfico.

Então, ao estado compete a coordenação, a regulação, o monitoramento, o co-financiamento e a capacitação. Mas, ao avançarmos mais, ao discutimos e aprofundarmos mais ainda esse processo, a realidade está sempre a nos dizer que os estados precisam sim executar, de forma regionalizada, e isso, para todos nós, é novo, é recente, é a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social e, mais especificamente, com a aprovação da NOB SUAS.

E como é que o estado deve executar? Quando ele deve executar? Quando a demanda municipal não justifica a implantação do serviço local, e quando o município, devido ao seu porte ou nível de gestão, não tem as condições de um serviço no seu território. Aí surgem os serviços regionalizados, de forma consorciada ou execução direta, principalmente naqueles municípios que têm realidades mais semelhantes e não tem essa condição de estruturação dos serviços.

Também surge outro grande desafio para os estados, que é a gestão nos municípios desabilitados e que nós estamos realmente experimentando e vivenciando com muita dificuldade. Mas nós queremos, a partir dessa colocação, destacar então alguns avanços, algumas dificuldades e alguns desafios que nós conseguimos identificar de forma mais freqüente no relatório, e a partir também das nossas discussões, da nossa vivência. Um grande avanço é, em termos mais genéricos, é o processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social, a partir da PNAS de 2004 e da Norma Operacional de 2005, com a definição de pressupostos, de diretrizes, de princípios que orientam a gestão da política de assistência social. Possibilidades efetivas para fazer avançar a intervenção, a partir desses princípios, são criadas e colocadas a disposição de todos. A fixação de parâmetros na direção de uma nova cultura institucional no campo socioassistencial, as estruturas administrativas que são criadas, que são reordenadas, elas contribuem para uma nova visibilidade institucional da política de assistência social e, nesse processo, a intensa regulamentação que nós estamos vivendo no país. Apesar dela, uma exigência de medidas legais para que se possa, de fato, ganhar mais significação e consistência na política em todo o território brasileiro. O que passa, como nosso Ministro ontem falou na abertura, por uma Lei que realmente institua o Sistema Único de Assistência Social, que passa por uma definição, uma legislação no âmbito dos estados e dos municípios que garanta as transferências de recursos fundo a fundo, considerando, inclusive, o que a União já avançou nesse aspecto.

Outro avanço é a expressiva adesão dos municípios ao Sistema Único de Assistência Social, a partir da NOB de 2005, a partir do processo de vinculação dos municípios ao sistema. O sistema de informação on-line integrado, disponibilizado pelo MDS a todos os estados e municípios facilitando a interlocução imediata, a conversa, o dialogo e os estados inseridos no sistema. A concepção da política de assistência social, numa lógica de direito, tem possibilitado a todos nós atores, trabalhadores dessa política, a construção de uma cultura do direito da população, uma cultura de que as políticas públicas e, principalmente a assistência social, devem garantir as seguranças das famílias e seus membros. Esses avanços são, entretanto, novos, na medida em que estamos trabalhando com novos conceitos e com novas idéias que ainda passam por um

processo de assimilação de incorporação por todos os atores que executam a política. São níveis diferenciados sim, em âmbito de estado, em âmbito de município, é o que a professora Carmelita acabou de nos dizer, é que há uma convivência do velho com o novo.

Mas nós estamos avançando e construindo uma política pública. Avançando, por exemplo, na reorganização das estruturas administrativas reordenadas na lógica do Sistema Único de Assistência Social nos estados. Isso é visível. Temos aprimorado essa lógica de intervenção de execução a partir da estrutura, os pactos de aprimoramento da gestão estadual que foram assinados agora recentemente, no mês de outubro, por todos os estados e pelo Distrito Federal. Através deles nós todos estamos assumindo compromissos de avançar numa política de capacitação, por exemplo, para os trabalhadores e conselheiros da política de assistência social, de avançar na gestão da informação com indicadores, com índices territorializados da realidade de vulnerabilidade e risco, na regionalização dos serviços sim e numa política de monitoramento e avaliação desses indicadores, desses resultados e dos impactos que essa política tem gerado nos territórios municipais e estaduais e no Brasil como um todo.

Os avanços de co-financiamentos, apesar de uma avaliação muito crítica que todos nós temos de que os estados não co-financiam as ações nos municípios, isso é histórico e tem a ver com todas essas fases que o estado foi passando, com todo o processo de definição de municipalização que nós construímos e não expansão de recursos, no âmbito dos estados, que dessem conta desse co-financiamento. Nós, a partir de 2005, começamos a identificar com mais freqüência, esse esforço de co-financiamento das ações. Por isso eu, inclusive antes deste painel, tive a preocupação de fazer um mapeamento de como se dá esse co-financiamento hoje, principalmente na proteção social básica, que é o que nós queremos universalizar no país. Nós estamos com o co-financiamento na maioria dos estados. Alguns iniciaram esse co-financiamento lá em 99 e outros só estão iniciando agora em 2007. Mas quais são as perspectivas que nós temos? Estão assegurados nos PPAs dos estados e nos próprios pactos de aprimoramento a implantação desse co-financiamento para os que ainda não implantaram, e a expansão para aqueles que já implantaram. Nós temos uma variação muito grande da forma de como esse co-financiamento ocorre? Temos sim. Alguns estados co-financiam a partir do piso que foi estabelecido numa pactuação de todos os níveis do governo, mas é o piso de co-financiamento do Governo Federal. Nós temos outros estados que co-financiam tendo como referência o valor per capita do trabalho com família e temos estados que definiram seu co-financiamento por um valor calculado do serviço. Como se dá a aplicação desse recurso? Na sua grande maioria, concentrado no custeio e um índice bem menor em investimento, tudo isso respeitando as instâncias de pactuação, de deliberação que são as CIBS e os Conselhos Estaduais. Na elaboração dos PPAS, é perceptível um avanço na questão mais participativa de toda a sociedade, de parte da sociedade, de alguns membros da sociedade. E também se percebe a reestruturação dos programas no PPA já com o desenho e a organização dos eixos de proteção social básica e especial.

Destacamos também a crescente realização de conferências nos municípios. Isso, claro, cria um impacto e vai adensando vantagens nas conferências estaduais. E o co-financiamento dos serviços de proteção especial, timidamente iniciado, mas com uma grande discussão de como deve ser mantido.

Quais as dificuldades mais destacadas, mais presentes nesse relatório? O processo de assimilação e incorporação das novas concepções, apesar de todas as capacitações realizadas nos estados brasileiros. Significa que temos aí um grande desafio de garantir realmente que o Sistema Único de Assistência Social seja aquilo que todos nós concebemos e pactuamos no Brasil todo. Significa ir para os municípios, discutir com os municípios e aprimorar realmente a compreensão desses conceitos, das metodologias de intervenção.

Outra dificuldade é a de clareza dos papéis e responsabilidades dos entes federados. Ainda se faz muito presente, por exemplo, nós conseguimos identificar deliberações de conferências estaduais, dizendo que deveriam ser implantados CREAS em todos os municípios daquele estado e colocando como responsabilidade para o estado. Acho que temos muito ainda que discutir e que aprimorar essas compreensões. Outra dificuldade é a insuficiência de dados da realidade para subsidiar a gestão. É necessário realizar estudos, termos dados quantitativos, mas é necessário também trabalharmos com os dados que já estão aí disponíveis para todos nós. Outra dificuldade é a inexistência de sistemas informatizados para monitoramento e avaliação da política de assistência social, só seis estados no nosso país tem esse sistema implantado. Articulação e complementariedade entre as políticas públicas e a incompletude das políticas públicas exige de todos nós uma ampla articulação. A inexistência de mecanismos permanente de divulgação dos direitos socioassistenciais, ou seja, precisamos traduzir esses direitos, no concreto, na prática, na prestação do serviço. Traduzir para os usuários, para a população de um modo geral. E a grande, a maior dificuldade é a falta de recursos humanos, a ausência de uma política de recursos humanos, de uma política salarial para uma operacionalização da política assistência social. Os municípios reclamam, e nós estamos aí nesse acompanhamento percebendo que o número de técnicos nos municípios ainda está muito aquém para dar conta da ampliação da cobertura dos serviços que nós queremos realizar.

E, por último, os desafios e as proposições que estão também colocadas nas conferências estaduais como deliberações. A implantação de serviços regionalizados, os estados estão aí com esse compromisso no Pacto e já trabalhando, na linha da discussão com os municípios e da definição de como implantar serviços regionalizados. O co-financiamento na proteção social básica e especial, que nos coloca também um grande desafio de construir de forma gradual, com pactuações gradativas, para que possamos avançar e resgatar uma dívida que é muito grande e que foi construída ao longo desses anos todos.

Sobre a discussão e implantação de políticas de interiorização de recursos humanos, é preciso que os estados, com os municípios e com outras instâncias, possam avançar

nessa discussão porque não dá para exigir de técnicos nos municípios, e aí principalmente os municípios mais distantes da capital, com os salários que os municípios estão pagando hoje, uma mudança destes técnicos. Inclusive, estamos localizando a formação se dá muito na capital, e a estruturação de suas vidas em torno do município da capital. Quer dizer o deslocamento para o interior do estado é feito com muita penalidade do ponto de vista pessoal, com muito sacrifício também profissional.

A transferência de recurso fundo a fundo para os estados e municípios é um desafio que precisa ser enfrentado. Uma política de capacitação permanente que possa trabalhar concepções, metodologias, temáticas específicas, trabalhar e aprofundar o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, a realização e a socialização de diagnóstico nos estados com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade, riscos e, sobretudo, potencialidade desses territórios. Estou acabando. A articulação com outras políticas para implementação de ações estruturantes que promovam a autotomia dos usuários, e aí é aquela questão da intersetorialidade, da complementaridade das ações e das políticas focando, sobretudo, nesse público mais vulnerável que vive em situação de risco. A ampla articulação com atores estratégicos para cumprimento da NOB RH. Nós temos clareza que o cumprimento dessa NOB, a saída dela do papel, de todos aqueles princípios e diretrizes que nós todos aprovamos, exige outros interlocutores que não nós mesmos. Não está no âmbito da nossa governabilidade, por exemplo, a discussão e a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal e aí é um grande limite para o avanço da política de recursos humanos no país. E as pactuações permanentes e graduais, como eu já falei, para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social, a partir das metas deliberadas nas conferências, considerando que são muitas e que são amplas e que exigem realmente que as enfrentemos. Mas exige que as enfrentemos de forma gradual. De forma bastante sintética e tentando correr contra o tempo, esse o produto que nós estamos trazendo de avaliação das conferências estaduais no nosso país. Muito obrigado.

Coordenação de mesa
Bem, agradecemos a Secretária Margarete pela contribuição com as reflexões sobre o balanço do SUAS e então convidamos para finalizar as exposições dessa mesa e depois entramos no debate, a Secretária Nacional de Assistência Social, Ana Ligia Gomes.

Sra. Ana Ligia Gomes
Boa tarde, delegados e delegadas, convidados, convidadas, observadores, trabalhadores, gestores, delegados nacionais, companheiros e colegas de trabalho do Ministério de Desenvolvimento Social. Quero cumprimentar, com muita satisfação, as minhas companheiras de mesa, a professora Carmelita e as companheiras de gestão, Margarete Cutrim do FONSEAS e Rosilene do CONGEMAS e a Rosa, que representa aqui a organização do Fórum Nacional de Assistência Social.

Eu queria começar não deixando de registrar a importância sempre que nos emociona do movimento político que redunda na construção desse momento de debate, que é a VI Conferência Nacional. Sempre para nós um processo que movimenta todo o Brasil de

acúmulo de debates nos municípios e nos estados e que ontem o Presidente do CNAS dizia os números do Brasil envolvendo nesse debate. O ar do trabalho de todos, os esforços de todos para fazer as conferências municipais e as conferências estaduais e que traz aqui um processo de todo o acúmulo desse debate, já que estamos aqui na condição de operadores, de agentes públicos para deliberar. É uma caminhada democrática bonita que sempre nos emociona, participativa, de uma construção coletiva que ilumina inspira os nossos compromissos e desafios para a realização do direito da população brasileira, a proteção socioassistencial.

Assim, essa Conferência, para quem eu passo e faço minhas primeiras palavras, é um movimento político socialmente representativo, democrático, institucional, que reforça a legitimação do SUAS, contribui com o aperfeiçoamento e a expansão qualitativa e quantitativa de nossas ações diante da participação dos delegados aqui representando todos os setores, como sabemos. Por essa razão, eu ouso afirmar, e vimos nos resultados rapidamente e sinteticamente aqui tão ricos apresentados pela professora Carmelita, e no balanço que fazem as companheiras responsáveis pela organização dos gestores municipais e estaduais, que essa Conferência catalisa, agrega, junta o nosso processo de acumulação mais consistente, que busca fazer a melhor tradução possível para os rumos tomados para a consolidação do SUAS desde 2004.

Em outras palavras, estamos aqui com muita coisa acumulada. Não somos os mesmos. Andamos e caminhamos com acúmulo de todo o tipo, de pesquisa, de consolidação, de informações, de retratos da nossa realidade, dos defeitos, dos limites, dos problemas de todos os pontos de vistas. Nós estamos aqui, de algum modo, senhores desse processo e com todas as condições de fazê-lo caminhar do melhor modo possível. Mais do que continuar afirmando e reafirmando o SUAS, essa Conferência deve, a nosso ver, se concentrar, sobretudo, em quais as melhores estratégias de qualificar e interpretar o que consolidamos aqui. Eu acho que isso é muito importante. Agora nós já temos muito mais condições de não sair só da Conferência, como em outras, afirmando e reafirmando os direitos. Mas agora, com tudo que foi feito, é com o acúmulo que temos de buscar as melhores estratégias para enfrentar os desafios. Quer dizer, olhar para cada um deles e pensar na nossa mobilização, enquanto agentes públicos, enquanto agentes políticos, quais são as estratégias para enfrentamento dessa realidade e, com toda a clareza, com toda a tranqüilidade, sem colocar nada embaixo do tapete. Com toda convicção nós sabemos que, no ponto de vista de que o Governo Federal, mas especialmente aqui falando por toda a construção coletiva, na Conferência de 2005, nós, todos os atores, assumimos compromissos com aquelas deliberações e todos podemos aqui dizer com muita satisfação o que conseguimos fazer.

Essa Conferência tem na mão, de maneira inédita, uma construção coletiva, uma formulação que traduz uma maturidade na assistência social que é o Plano Decenal. Vocês têm um instrumento na mão com compromissos claros, com metas nacionais e a esse Plano Decenal nós agregamos já os compromissos do Governo Federal, de forma que vocês possam discutir e criticar. O Plano Decenal balizou a realização de todas as conferências. Esse é, sem duvida, uma razão que mostra diferença e a condição de

qualificação e acúmulo que nos coloca aqui nesse momento. Tem um plano, planejamento com compromissos de curto, médio e longo prazo para dez anos da assistência social. Quem ousaria dizer, pensar que seríamos capazes de pensar na política pública dessa forma. Pois bem, chega nessa Conferência um Plano Decenal depois de um ano de construção e formulação, aprovado pelo CNAS para que vocês possam agregar novas propostas, se for o caso, dos resultados que vieram das conferências, mas, sobretudo pensar e discutir, com muita responsabilidade, os desafios e as melhores estratégias dos agentes políticos e públicos.

Outra questão importante é que essa Conferência deve levar muito a sério, e pensar muito, em quais são as melhores estratégias para que não precisemos fazer tantas mediações para que o usuário possa vocalizar por si, por sua própria voz, dizer o que ele acha. o que ele entende, como ele participa da política. Esse é um desafio que reiteradamente ratificamos como deliberações de todas as conferências. Só que agora, o que é diferente, é que não adianta só reafirmar isso. Nós temos que sair com estratégias muito claras de que os usuários, com o nosso apoio, com o nosso investimento, com o nosso trabalho, que é para isso que estamos aqui, é isso a razão do nosso trabalho, para que eles tenham condições de chegarem na VII Conferência e por si só falarem por sua própria voz, sem mediações de quaisquer outras representações. É preciso que a gente leve isso a sério. Há muito tempo que a gente repete esse negocio de participação do usuário ou então a gente vai desistir e vai ficar repetindo e na mesma conferência acontecendo isso.

E aí eu queria chamar atenção para o nosso compromisso, posição, compreensão, sobretudo ética, entendendo que o trabalhador da assistência social, os operadores da assistência social não podem, como todos os agentes públicos não podem, ter qualquer tipo de preconceito ou pré-julgamento moral, ou seja o que for. Parece um absurdo dizer isso em uma Conferência Nacional que acumulou tanto, mas nós sabemos que ainda não é um absurdo. É preciso repetir que os trabalhadores, que traduzem a compreensão do sistema, por isso que interpretar e qualificar, lá na ponta são fundamentalmente os responsáveis. É a concepção de cada um que passa lá e é a maneira que trata os usuários, é a maneira de como eles acessam o direito, é a maneira de como se trabalha, e como a participação dele é conduzida, inclusive, que pode fazer com que eles estejam numa conferência estadual, municipal. Ontem, o Sebastião Nicomedes foi barrado três vezes ao tentar entrar na sala vip, em determinados momentos. Certamente o Sebastião estava com o crachá e não estava de terno e gravata, não é? E o que mais, que o Sebastião significa usuário que entrava na sala vip, porque ia estar na mesa de abertura conosco. Isso não é um atributo de Brasília ou da organização, isso é resultado do julgamento nosso. Os trabalhadores que estavam na mesa incorporam os micro poderes e os nossos olhares para barrar um usuário. Isso é uma realidade que acontece todo o dia, não é? E era a sala vip, a sala das pessoas, enfim, das autoridades. Eu acho que esse é um desafio que o agente pensa e constrói claramente e os conselhos tem uma grande responsabilidade sobre isso. Todos os conselhos, porque é por si. Já falei dos trabalhadores, mas os conselhos, eles é que tem a função fundamental de representação, de agregar, de catalisar o controle social. Então, esse chamamento eu

faço para reflexão da nossa posição ética, em razão desse desafio que, desde 1994, nós repetimos sem parar. Repetimos e não sei o que podemos, sinceramente, falar do ponto de vista da evolução consistente substancial e significativa, do que aconteceu da deliberação da primeira conferência para cá.

Eu sempre tenho muito prazer em saudar todo esse processo coletivo e, como disse, sem mascarar a realidade. Um processo coletivo que eu também, sem mascarar a realidade, digo, com muito orgulho, um processo coletivo de construção de atores, enfim, de trabalhadores, de entidades, de todo o mundo que teve uma acolhida no governo do Presidente Lula, que foi catalisado pelo governo do Presidente Lula e capaz de assumir uma liderança que acreditamos, fez uma diferença fundamental nessa liderança e nessa coordenação para a construção e consolidação do SUAS.

Se a gente for fazer um balanço e eu gostaria, a gente tem notícias boas. Foi muito falado o que foi feito, eu gostaria de passar muito rapidamente para que a gente possa do olhar nacional que temos, não é? Cada olhar diferente, mas esse acúmulo do olhar nacional, para que a gente possa, de fato, mostrar os problemas e desafios.

Vários avanços foram colocados. Eu queria nomear rapidamente a indiscutível diferença de qualidade na transformação e na concretização dos direitos socioassistenciais. Nós avançamos para além de só reafirmá-los e afirmá-los como princípios, como fizemos em todas as conferências. O SUAS é uma realidade, com todos os seus problemas. Mas nós conseguimos, de algum modo, traduzir e concretizar, já disse com limites, o conteúdo da política que é serviços, benefícios, projetos concretos para os usuários. E aí nos cabe, nesse balanço, dizer quais são os desafios, o que falta. Nós conseguimos inegavelmente, fazer essa tradução e, importante, assumir essa expansão de cobertura de 2005 para cá. Na construção da porta preventiva da assistência social, do nível de proteção preventiva da assistência social, que é a proteção social básica, através do Programa de Atenção Integral à Família e dos CRAS. Nós conseguimos agora, com o preenchimento da ficha de monitoramento dos CRAS, acessaram para preencher a ficha de monitoramento, de algum modo, 4.400 CRAS. Do exame dessa ficha, que ainda não está concluso, nós descobrimos, assim num sentido simplista, de que além dos 3.248 CRAS que o Governo Federal co-financia, existe, de algum modo, o país que se coloca como tal, mais 700 CRAS co-financiados por municípios e governo do estado. Isso é uma noticia boa. Agregam-se aos 3.248 CRAS e, por isso que o Ministro Patrus dizia ontem, chegamos a quatro mil, ultrapassamos a barreira de quatro mil CRAS.

Evidente que temos aí um trabalho de análise que estamos concluindo e um tratamento a essa questão. Mas para mostrar para vocês a iniciativa dos municípios e estados, a colaboração e o trabalho na construção do sistema. É muito importante, eu sei que isso já foi dito nessa avaliação, que vocês fazem conseguir diferenciar a avaliação do sistema da construção do sistema do que é avaliação dos feitos, vamos dizer, assim do Governo Federal, do Governo Municipal, do Governo Estadual. Senão a gente fica trabalhando do modo fragmentado e não consegue compreender o sistema como um todo. Estou chamando a atenção de vocês para, nas vossas reflexões e decisões, incorporarem essa

compreensão. Avaliar o sistema não é avaliar o gestor federal, somente. Avaliar o sistema é avaliar tudo que ele traz em si e o que ele representa, com todas as instâncias, com o controle social, é importante que vocês agreguem essa compreensão. Senão a gente vai fica falando mesmo de feitos e do que falta. Então o sistema é tudo, toda a sua composição de gestão, de controle social, de todos os atores que participam.

Avançamos nessa cobertura, avançamos na cobertura dos benefícios não resta dúvida. Financiamos projetos de estruturação da rede porque, além dos serviços continuados, é preciso e nem sempre tem visibilidade, os projetos que são financiados, como as ações e medidas de inclusão produtiva. É importante ter claro que nós temos que enfrentar a realidade.

Primeiro, de que a proteção especial, nesse momento, com todo um trabalho de aprimoramento da proteção especial, que o orçamento da proteção especial para o ano que vem tem uma ampliação, uma expansão de 30%. É que cuidamos um tempo da proteção básica, todos nós. Mas agora vamos cuidar da proteção básica e da proteção especial articuladamente. As diferenças ou os limites entre as duas são tênues, não é? E nós precisamos ter esse olhar articulado, precisamos de um trabalho firme, sério e com a ajuda de todos os gestores de não mascarar a realidade, não permitir e enfrentar isso com toda a responsabilidade. O que fizemos até aqui fizemos, ganhamos base, legitimidade política, estamos institucionalizados, o SUAS é uma realidade. Agora temos que olhar para frente, qualificar e interpretar. Por isso, não podemos permitir que um grande número dos Centros de Referências de Assistência Social, dessa porta de entrada de referência e contra-referência, fundamental e estratégico, na construção da proteção básica, mas da assistência social, virem vários tipos de CRAS, modalidades, plantão social, Secretaria e alguma coisa. Isso não é CRAS, não é PAIF. E a gente não pode seguir negando isso, temos que reconhecer que há problemas e temos que compreender que todo mundo, eu entendo, tem que pegar essa bandeira.

Que o Governo Federal, que os Governos de estado e o município, a Comissão Intergestores Tripartite – CIT e o CNAS, nós vamos ter que apertar a corda, nós vamos ter que apertar o cerco. O momento de construção foi fundamental, os CRAS se instalaram. As traduções dos CRAS nem sempre é igual à tradução e concepção do SUAS. E nós não podemos permitir e continuar a expansão dos CRAS dessa maneira. E, além de não permitir as expansões dos CRAS dessa maneira, nós temos que correr atrás, sem nenhum problema de arrependimento de tudo que fizemos. Fizemos como pudemos e todos juntos, sem nenhum problema desse tipo. Mas agora é hora de pegar na mão e cortar na carne, se for o caso. Portanto, desabilitar se for o caso, suspender recursos, se for o caso, com toda tranqüilidade e responsabilidade, com a discussão coletiva, mas é preciso que os companheiros sejam parceiros desse enfrentamento. Todos juntos para qualificar e interpretar.

Esse destino de construção está em nossas mãos. Se a gente não tiver competência para qualificar e interpretar, a luta por orçamento, por mais financiamento, pela expansão, ela se esvai e se perde no ralo. Não adianta pôr mais, e eu falo como gestora agora, no

lugar que estou, no Governo Federal. Por mais que se diga - quero mais dinheiro, mas para conseguir mais dinheiro, nós precisamos mostrar serviço. Isso é uma realidade política. O orçamento é uma peça. O orçamento é tradução de vontade política, mas é de disputa política fundamentalmente, e nós não vamos continuar conseguindo mais recursos, se a gente não trabalhar seriamente na compreensão e na qualificação.

O CRAS que só recebe todo mundo e encaminha para todo o lugar não é CRAS! O CRAS que só funciona três dias por semana, não é CRAS! Os CRAS no qual os assistentes sociais, pedagogos ou psicólogos trabalham em três municípios ao mesmo tempo, não é CRAS, porque ninguém dá conta de um serviço assim! Ninguém mandou, nem nenhuma direção de nenhum de nós de companheiros gestores, está dizendo que o CRAS tem que substituir uma Secretaria precarizada, com todos os méritos que o trabalho construído até agora já teve, sem voltar atrás em nenhum. A nossa discussão de força de trabalho é uma discussão fundamental. Pois vamos traçar o mapa da batalha! É concurso público? Vamos traçar o traço da batalha e parar de ficar só repetindo que tem que ter concurso público, que tem...vamos enfrentar a realidade. Como podemos fazer? Porque, para além de diretrizes de afirmação política, que são fundamentais, só estou dizendo que os companheiros aqui gestores tem que nos dar elementos para estratégia, para traçar o mapa da batalha. Que municípios são fundamentais? Como é que faz? Que luta que temos que fazer? Até onde que tem que ter concurso público? Até onde é possível, não é? Porque não adianta a gente só ficar repetindo e dizer que tem que ter concurso público. De hoje em diante em todos os municípios brasileiros: faça-se a luz e a luz foi feita! Não é assim! Por isso que nós temos que traçar esses mapas e montar essas estratégias, falando do ponto de vista da gestão.

Eu me empolgo e perco o tempo não é? Vocês já viram. Nós crescemos muito na regulação e já estamos com o plano de monitoramento em andamento. E é preciso que todos nós nos responsabilizemos e queiramos o controle, o nosso rumo político tem que ser a qualificação, a busca de competência, as melhores condições de gestão. Não é possível capacitar trabalhadores que passam três meses na prefeitura, e daqui a pouco a gente volta e não acaba nunca isso. Não adianta, a cada três meses, você capacita outras pessoas. Então essa compreensão, da nossa maior tecnologia que é a força de trabalho, tem que ficar muito claro o rumo político disso, tem que ficar muito claro, para que a Conferência tome suas melhores decisões.

Do ponto de vista da regulação, queria dizer para vocês que nós já temos uma minuta, até agora com a melhor aproximação, estamos discutindo internamente no Ministério do Desenvolvimento Social, uma minuta do projeto de Lei que institui o Sistema Único de Assistência Social como Lei. Ainda que ele exista, do ponto de vista da institucionalidade política, da compreensão política, da vontade política de todos os entes, de fato. Por isso que a política é importante e precisa ser muito qualificada desse ponto de vista. Foi nela e pela política que nós construímos o SUAS, a partir de uma portaria, de uma NOB e da Política Nacional com a Resolução do CNAS.

Hoje com muito prazer, com muita satisfação mesmo, com quatorze anos de atraso, eu tenho o prazer de dizer, como disse o Ministro Patrus Ananias ontem, que segunda-feira vai estar no Diário Oficial da União, um Decreto que, em seu artigo primeiro, diz que os *benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e família em virtude do nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, de calamidade pública*. Ele diz mais uma coisa que nos emociona, e me emociona profundamente. O Decreto assinado pelo Presidente Lula diz: *os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social.* Está escrito! Não é só portaria! É o Decreto de regulamentação dos benefícios eventuais, é lindo isso, não é?

O Decreto do BPC que já está em vossas mãos, o novo Decreto de regulamentação do BPC, foi o primeiro Decreto que pronunciou o nome do SUAS. Antes o SUAS só tinha Portaria e Resolução. Pois bem, há outro Decreto que dispõe pelas entidades de organizações de assistência social. É a regulamentação do artigo 3° da Lei Orgânica da Assistência Social, que tanto nós falamos e repetimos que era necessário. Que muitos outros atores acharam que era dizer a mesma coisa. E eu quero, com toda a justeza e o reconhecimento, reconhecer o esforço do Conselho Nacional de Assistência Social e creio que estar reconhecendo esse esforço é, de algum modo, agradecer o empenho de todo mundo, de Márcia Pinheiro e Rosângela Paz e, sobretudo, com a colaboração da PUC de São Paulo e a partir, também, da contribuição da professora Aldaíza Sposati.

Um dos artigos desse Decreto diz o seguinte. Eu estou lendo somente esse artigo de propósito: *somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único de Assistência Social* (está escrito no Decreto de novo), *as entidades e organizações inscritas de acordo com o artigo 3*°. Essa realidade política é uma realidade também que se regulamenta, e que nós vamos coroar com um projeto de Lei instituindo o sistema. Então, ontem o Ministro Patrus passou rapidamente no discurso, mas eu acho que, sinceramente, é motivo de comemoração que quatorze anos depois, que os benefícios eventuais não sejam tratados de modo estigmatizados, como alguma doação, alguma coisa para alguém, mas que ele tenha valorização orgânica e um lugar dentro da política de assistência social. E só nós sabemos o que é isso. Só nós sabemos o que é pedir comida, o que é precisar de um dinheiro para transporte para acessar até outras políticas, isso nós sabemos, o que é isso aí. O que é ter uma rede na região Norte, o que é ter um mosquiteiro na região Norte e tantas outras coisas. Você sabem tanto quanto eu e eu vou concluir, está na hora, não está?

Era só para dizer, gente, que nós avançamos no planejamento e a gente não pode deixar de comemorar, quando vocês recebem uma mochila que dá dor nas costas, não é à toa. Não é à toa que a mochila está dando dor nas costas. É o produto do trabalho de todo mundo, nós temos informações, pesquisas, diagnósticos. Por isso que eu disse, é um acúmulo que dá para a gente tirar uma grande agenda. E também com muito orgulho, com muita satisfação, o Ministério do Desenvolvimento Social encomendou ao IBGE, é o Ministério, quer dizer, é o Governo Federal e todos os agentes investindo em pesquisas

em informação. O instrumento que é o cadastro único! E agora nós podemos dizer que a política de assistência social não é mais aquela política precária, porque ninguém sabe nada dela, ninguém sabe fazer nada, porque a gente não sabe planejar.

Nós encomendamos, na parceira do Instituto Florestan Fernandes, a tipificação de todos os serviços socioassistenciais. Podemos dizer agora, porque o grande problema nosso era uma crise se identidade, não é? A gente andava um pouco pela saúde, pela educação, mediava em todo o lugar e era um 'negócio' de processante. Conseguimos construir nossa identidade, mas precisava avançar mais. O que é mesmo o serviço socioassistencial? Que chega ao Prefeito e a gente não sabe dizer direito, e o Prefeito, na hora do discurso, não sabe tornar aquilo como força política. É traduzir o que a gente faz e não sabe, fica falando um monte de palavras difíceis, às vezes. E o que vocês fazem? O atendimento. Como assim? O atendimento, entendeu? Essa tradução é aonde a gente precisa chegar para valorizar o nosso trabalho. As nossas responsabilidades, o que é acolhimento, o que é convívio, garantia de sobrevivência de renda, todas as garantias valorizam isso.

Pois bem, nós temos pesquisas para todo o lado, nós temos diagnósticos para todos os lados, tem mais pesquisa sendo feita, tem informações, com destaque enorme ao Cadastro Único, que é um instrumento que nos municípios nós não estamos dando conta de ler nem de trabalhar. Tem municípios que nem o sujeito que opera o Cadastro Único se entende com a pessoa do CRAS. Gente, não é possível! Isso não é um problema do Governo Federal, nem do municipal, nem do estadual. E veja, encomendamos as pesquisas de entidades públicas e encomendamos e saiu. No dia do aniversário da LOAS, nós tivemos o prazer de ir ao IBGE, saíram poucos exemplares e não deu para trazer para todo mundo, se não ia dar briga. Mas eu queria, com muito prazer, mostrar para vocês a pesquisa que o MDS encomendou ao IBGE com todas as informações, a partir de um questionário que foi muito pensado, sobre as entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos no Brasil. É inédita, é a primeira vez que nós temos um dado desse e eu queria, só pedi mais tempo pra mostrar a vocês, vocês terão nas mãos mais instrumentos de trabalho que dão conta de como que é a realidade disso, um desafio muito grande.

Sem fazer nenhuma discussão de responsabilidades, a gente precisa enfrentar, e a proteção especial já começou a fazer isso, nesse momento agora, só nesse ano, nós estamos tanto financiando R$ 9 milhões em projetos, mas estamos também expandindo a proteção especial como serviço, para cobrir a rede. Mas para cobrir a rede que atenda algumas obviedades, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, o que traz na legislação sob convivência familiar e comunitária...e nós temos que enfrentar essa realidade. As entidades ainda não alcançaram um nível de reordenamento de seu trabalho e qualificação dentro do Sistema Único. Também não se pode colocar essa poeira debaixo do tapete e a responsabilidade é de todos nós, agentes públicos, não das entidades. E todas às vezes que a gente fala tudo que estamos fazendo rompe com a cultura de mais de meio século, esse é o sentido do nosso trabalho, não estamos querendo falar de mazela, de que a responsabilidade é da entidade. A responsabilidade

é, fundamentalmente, dos estados. Ai de nós outros se não fossem as entidades que cumpriram, e muito, o papel negligente e omisso do Estado. Mas é preciso que elas se direcionem no sentido das diretrizes e dos princípios do sistema público de política. Só isso. Só que só isso não é pouco. Isso não aconteceu e nós temos que enfrentar isso. Esse é outro mapa da batalha, esse é outro lugar de estratégia. Ainda há pouco eu perguntava: professora, isso apareceu muito? Ela disse que não. Aparece muito que o pessoal está pedindo mais financiamento. Nós reconhecemos que o financiamento para rede não é suficiente, mas é preciso entender que já estamos fazendo reajuste de financiamento da proteção especial. Vai sair uma portaria segunda-feira expandindo e reajustando o piso da proteção especial. Mas, para ter isso, nós vamos cobrar e monitorar o reordenamento sim, do ponto de vista da convivência familiar e comunitária, de tudo o que pregam todos os Estatutos.

Eu vou, enfim, concluir mesmo dizendo, por último, que nós então que nós temos todos os elementos. Quer dizer, o Plano Decenal foi acolhido pelo Plano Plurianual e pelo nosso orçamento de 2008 que nós esperamos, esperamos mesmo, que não seja atingido pela extinção da CPMF. E não adianta a Conferência só dizer que o Governo Federal tem que garantir. Tem que ter luta política, gente! Essa Conferência tem que tirar claras reivindicações e direção para que o investimento na área social seja mantido, enfim, que todas as perdas da CPMF, que nós consigamos achar as melhores estratégias para o momento que, eu presumo, que foi uma decisão que eu acho muito peculiar e que nós deixa muito preocupados. Eu acho que ela foi, em muitos casos, tratada de modo por demais politizada e eu acho que de maneira irresponsável.

Nós vamos buscar nosso orçamento de volta no Congresso Nacional. Porque um orçamento não vira alguma coisa de uma hora para outra com 40 bilhões de fora. Sabe o que vai acontecer? Vamos puxar o orçamento de novo no Congresso. É bom que vocês saibam disso, vamos refazer o orçamento sem os 40 bilhões, que só vai ser votado em fevereiro e olhe lá. Depois de fevereiro, nós vamos esperar o Decreto que autorize o gasto e, depois do Decreto que autorize o gasto, é que nós vamos começar a expandir o que tiver que expandir o que está no orçamento da proteção especial e os novos 600 CRAS que, para serem criados, novos 600 a mais, com 40 milhões que estão assegurados, e esperemos que continue assegurado no orçamento de 2008. A expansão da proteção especial, o investimento no desabrigamento das crianças que estão em abrigo porque são pobres, o co-financiamento das medidas sócios educativas em meio aberto, o Projovem Adolescente, que reestrutura e aperfeiçoa o Agente jovem, que sai de 112 mil para mais de 400 mil jovens, que ganha escala na nossa diretriz de expansão de serviços e todas as questões, como todas as capacitações do Projovem, por exemplo. O recurso da administração direta nosso, no orçamento de 2008, está com 148% de reajuste a mais, só por conta da implantação do Projovem Adolescente. O nosso orçamento no Fundo Nacional, 14% de expansão, e desses 14% de expansão, um percentual no tocante a 345 milhões em serviços socioassistenciais.
O orçamento da assistência social vem crescendo e não é só no BPC. Não é verdade! Não é só no BPC, e vocês têm que ter muito cuidado com esse discurso, porque tem

hora que fica dizendo que parece que o BPC cresce demais, e parece que começa a combater o crescimento do BPC. Tem que ter muito cuidado.

O orçamento da assistência social vem crescendo, pode não ser e deve ser muito mais e nós estamos lutando para ser mais. Agora não vai ser mais, com um congresso votando desse jeito. Certamente a gente precisa de muita luta e luta política. O Ministro deu um recado aqui muito claro, para qualquer bom entendedor. Ele disse – a panela cozinha o feijão precisando de muita pressão. Não precisa dizer mais nada para ninguém e foi o nosso Ministro quem disse isso aqui. E que orçamento é orçamento em disputa, inclusive na Esplanada dos Ministérios, assim como de secretarias. É preciso que secretários de assistência social tenham poder, autonomia e que sejam valorizados como qualquer outro Secretário do município. Que os secretários de estados também. E isso é a luta política. E que a gente precisa conseguir, cada vez mais, deixar muito claro que a assistência social é profissionalizada, é uma política importante, em parceria com a saúde e a educação. E que, de novo, não é coisa de primeira dama, é coisa de agente público, agente político e de luta política. Um abração para vocês, muito obrigada e desculpe o tempo.

Coordenação de mesa
Está todo mundo acordado? Depois dessas informações certamente todos estamos acordados. Vamos agora avançar no debate e a conselheira Patrícia fará aqui os encaminhamentos, pois recebemos muitas perguntas por escrito. A mesa já está com muita informação a ser repassada para o plenário. Eu passo a palavra para conselheira Patrícia organizar novamente agora com os inscritos que já chegaram os crachás.

Coordenação de mesa
Bem com os encerramentos das exposições com a fala da Ligia acho que todos estamos bastante empolgados, motivados e ainda mais fortalecidos para continuar no processo de implantação do SUAS, não é? Chegaram muitas questões à mesa por escrito e dois crachás para apresentação de questão oral. Nós vamos já entrar nos trabalhos. Não vamos mais receber inscrições pois não temos mais tempo para isso. Já temos bastante questões aqui na mesa. Então nós vamos seguir a seguinte metodologia. Cada expositor já esta com suas questões postas, então a gente vai passando a palavra para cada expositor que já vai também lendo as perguntas e já fazendo as suas colocações e também as suas considerações finais, professora Carmelita Yazbek.

Sra. Maria Carmelita Yazbek
Há uma primeira questão que não tem uma relação direta, mas interferirá, com certeza, na questão das políticas, de qualquer política, na verdade. Considerando grave a precarização das estruturas, serviços e contratações, ausência de política de recursos humanos, que reflexões você pode fazer em relação a proliferação de cursos à distâncias de serviço social? Só em Pernambuco temos quase dois mil alunos nesses cursos, implantados indiscriminadamente e precariamente. Essa questão é uma questão bastante grave. O Conselho Federal de Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social já se posicionou contrariamente a precarização que esses

cursos vão representar do ponto de vista do trabalho profissional e do ponto de vista dos impactos desses trabalhos sobre a população. Há toda uma movimentação no âmbito das escolas no sentido contrário, mas parece que apesar disso, esses cursos apenas vem crescendo. É uma realidade que nós vamos ter que lidar com ela e há muitos debates que eu não queria entrar aqui, porque num certo sentido, desfoca. Por exemplo, uma hipótese de ter um certo controle sobre esse profissional formado a distância, com exames equivalentes aos exames da Ordem dos Advogados do Brasil, são questões muito polêmicas. Mas de todo o jeito é importante saber que há uma movimentação contra essa proliferação de cursos. Embora cursos à distâncias de uma outra natureza de atualização, capacitação não são considerados problemas. Problema é a formação de um profissional, em nível de graduação à distancia, com todas as exigências, com demandas cada vez mais premente.

Quando a Ana Ligia respondeu, ou abordou a questão do Sebastião e fez um comentário de que é por nosso trabalho, e pelo modo como a gente vai chegar até essa população que ela chegará mas perto da política, um profissional formado precariamente, um profissional sem qualificações para fazer esse trabalho, só prejudicará esse processo. Então essa é uma questão bastante delicada e está em outro âmbito. Já se procurou ter um envolvimento com o Ministério da Educação. Por outras razões já se procurou, mas é muito difícil, eu acho que isso vai caminhar assim, temos que continuar enfrentando.

A outra é sobre usuário. Entendendo ser o usuário o principal ator do sucesso, e sendo os CRAS, os maiores agentes de interlocuções desses usuários, porque não conseguimos avançar, porque não conseguimos trazê-los na efetiva participação desse atores nas variadas instâncias que envolvem nossa área? Eu acho que foi colocada aqui já alguma coisa. Há muitas razões, várias razões que vão desde a ausência, de sua sobrevivência dessa população, pessoas que vivem na situação limite, muitas vezes, até o fato de que vivemos numa sociedade que trata os pobres com desconfiança, com preconceito que culpam os pobres por suas pobrezas. Então é um processo aonde um trabalho profissional, o trabalho de trazer com respeito e dignidade, a participação dessas pessoas é fundamental.

Há outra pergunta aqui, com a qual eu concordo plenamente. Diz o seguinte: considerando que os beneficiários da política de assistência social devem ser o foco das ações dessas políticas como classifica a metodologia utilizada para o processo de implantação do SUAS tendo em vista toda a linguagem técnica muitas vezes inacessível a esses usuários. São os mesmos cuidados que nós temos que tomar com a questão anterior. No caderno de texto tem um artigo do Sebastião, aonde ele faz um comentário sobre linguagem. É muito interessante. Vocês podem ler o artigo dele aonde ele faz um comentário sobre os conceitos, sobre os nossos discursos e a nossa linguagem fechada.

Então eu acho que é preciso todo cuidado. Que nós nos expressemos com clareza. Não é porque o texto é técnico que ele tem que ser incompreensível! Isso é um grande equivoco! Do ponto de partida então, nós temos que estar atentos para isso.

Depois tem outra questão. As duas seguintes são na mesma direção: Não são apenas os conselhos que sofrem interferência política partidária, mas também algumas secretarias. Nós sabemos muito bem disso e qual é o caminho, que caminhos podem ser trilhados no sentido de efetivar a assistência como política pública, política de direito. É um longo processo também, porque o direito se constrói na esfera pública. É preciso que a valorização do público, a cultura do público se desenvolva na nossa sociedade. E acho que nosso trabalho tem que contribuir para essa forma, para que eliminemos, de uma vez, as interferências políticas, clientelistas que oferecem serviços sociais sim, mas, por favor, por benemerência, isso tem que acabar! Realmente tem que extirpar isso da política social.

E a outra, na mesma linha também: *mesmo sabendo que uma nova matriz está sendo construída, qual seria a dificuldade mais proeminente que poderia emperrar esse processo de construção dessa nova arquitetura, dessa nova forma de lidar e trabalhar com a assistência*? Eu acho que as duas questões anteriores, e essas são questões que tem como base a cultura política que se construiu na sociedade brasileira e essa cultura política que nós estamos tentando eliminar da política social e da política brasileira, ela pode sim, permear as engrenagens de um sistema como o SUAS que tem tudo para ser realmente um lugar de reconhecimento, da legitimidade das demandas dessa população. O SUAS tem tudo para ser isso, tem tudo para ser um espaço desse reconhecimento e ele não pode ser, portanto, direcionado ou apropriado de outra forma. Acho que você muda a cultura política construindo outra cultura política, construindo outros valores que eu acho que é esse processo que nós estamos vivendo desde a LOAS. É um longo processo, caminhará por muito tempo, mas é um processo de construção.

E antes de me despedir de vocês, eu só queria fazer um agradecimento que eu esqueci de fazer no início para a Dra. Luziele Tapajós, do MDS, que me ajudou. Um trabalho difícil de fazer, uma primeira sistematização dos dados, colocou sua equipe à disposição. E depois, num segundo momento, agradeço às minhas companheiras Denise Colin e a Maria Luiza Rizotti, que também ajudaram na versão final do *power point* para ser apresentado a vocês. Eu acho que é no grupo que a gente se constrói, como a Ana Ligia tão bem lembrou aqui, tudo que viemos construindo, que todos nós viemos construindo é fruto de um grande esforço coletivo, de um grande projeto que eu espero que vire realidade.

Coordenação de mesa

Bom. gostaria que Jardel Viana e Moacir João se dirigissem a Claudia Sabóia, Secretária Executiva do CNAS, para dizer para quem que está destinado a pergunta. Enquanto isso, a gente gostaria de lembrar que não estamos mais recebendo inscrições. Tem muitas inscrições na mesa. Nós teremos um trabalho de grupo logo após o encerramento desse painel. Depois teremos as oficinas que é um momento privilegiado para que muitas das questões possam ser mais bem trabalhadas, porque são vinte e quatro oficinas com vários temas específicos. As questões que não puderem ser tratadas aqui nós teremos oportunidade de tratar nas oficinas, passamos a palavra agora para, já tem as

identificações das perguntas se é do Jardel ou do Moacir? Claudia já tem a identificação? (conversa paralela)

Sr. Moacir

Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Moacir como já foi dito eu sou de Pernambuco e de Feira Nova, terra da farinha de mandioca. Eu lembro que um dos maiores poetas do mundo, Ivanildo Vila Nova, que hoje a gente tem a honra de estar morando em Feira Nova, ele fez um trabalho há 20 anos e ele dizia mais ou menos assim: para que fazer eleição com mais de trinta partidos? Se os votos são decididos na propina ou na pancada e para que uma rede armada com tanto sonho perdido? Eu gostaria de dizer, o tempo se passou e depois de tudo que a gente está vendo aqui participando a gente percebe, a [ ] falou um pouco da importância de outros atores também estarem se mobilizando na tentativa de chamar as pessoas a participar desse processo participativo na área da gestão social. Mas a gente percebe que muitos não têm interesse, inclusive o Prefeito. Porque as pessoas começam a entender o que é orçamento, licitação, peça orçamentária. Então muitos não têm interesse, mas hoje a gente já percebe, com essa provocação do Governo Federal, do Governos dos estados de realizarem as políticas, as conferências municipais, então a gente já percebe que o estado mesmo de Pernambuco sempre teve presente em todas as conferências municipais em Feira Nova. Então, o Prefeito não quer que o estado veja dez pessoas lá, então ele já começa a chamar o povo - vamos para a conferência? Vamos, então a gente começa a ver que está sendo mudado que o poeta escreveu há vinte anos atrás e sobre a rede armada contando sonho perdido. Eu falava, a gente consegue é que não tem só uma rede armada, tem muitas redes armadas e muito sonho e a gente percebe que estamos conseguindo mudar a realidade. Porque tem muita gente sonhando com o Governo Federal, a sociedade, com um mundo melhor, com um país melhor. Então, o Presidente Lula, eu lembro ele dizia, eu vou concluir, se arme e cobre do governo. Então me deram um bocado de armas, de metralhadoras que eu vou descarregar na sociedade, na tentativa de ela entrar conosco para discutir as coisas públicas e participar e influenciar para um país mais justo. E vou descarregar também em cima do poder público, para eles abrir as portas da Câmara dos Vereadores, das Secretarias e das Prefeituras e chamar a sociedade para discutir e sentar com ele as coisas públicas porque a gente (ininteligível) e o Brasil esta avançando no processo democrático. Então eu não podia vir de Feira Nova e deixar de dizer isso. Desculpa pelo tempo, mas gostaria de parabenizar todos vocês, todos estão de parabéns, muito obrigado.

Coordenação de mesa

Muito abrigada, Moacir João. Próximo é o Jardel e depois nós retornamos para a mesa para o encerramento.

Sr. Jardel

A Pergunta é para Margarete Cutrim, do estado do Maranhão. Quando ela tocou no assunto da competência dos estados e municípios, eu me recordei de algumas discussões que aconteceram no ano passado, final do ano passado, com os encontros regionalizados sobre BPC, sobre benefícios eventuais e que infelizmente nós não

chegamos a um denominador comum. Pelo menos é o que eu consigo observar no meu estado, no estado do Piauí. E eu não sei se isso é extensivo as outras unidades da federação no tocante ao artigo 13 da LOAS que diz o seguinte: A competência dos estados de destinar recursos financeiros aos municípios à titulo de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de assistência social. No nosso estado, o nosso município de Floriano já fez algumas demandas em relação a isso e nós não tivemos resultados satisfatórios. Levando-se em consideração, esse artigo 13 da Lei Orgânica da Assistência Social, eu gostaria de perguntar para Sra. Margarete, ela que tem uma visão mais ampla das unidades federativas, para saber se essa é uma realidade particularizada do Piauí, no caso no nosso município, dos outros municípios ou se isso existe em todo o território nacional.

Coordenação de mesa
Passamos agora a palavra para Rosilene Rocha, do CONGEMAS, para responder as questões.

Sra. Rosilene Rocha
Tem uma questão aqui de Abaetetuba-PA que pergunta pelos critérios para um município passar da gestão básica para gestão plena e o papel da CIB e da CIT. Eu queria pedir licença para quem fez a questão. Isso está muito claro na NOB SUAS. Só para ganhar tempo porque tem muitas perguntas. Mas tem a ver com a complexidade de tarefas que o município tem que assumir, implantar CRAS, fazer diagnóstico acompanhar os usuários do BPC. Mas isso está muito claro aqui nessa versão aqui, esta na pagina 100, tá?

A outra questão, duas questões, três na verdade. Perguntam como que o CONGEMAS está fazendo para se relacionar com a Frente dos Prefeitos para discutir a questão de RH e NOB SUAS, levando em consideração que muitos Secretários Municipais de Assistência Social têm pouca autonomia ou pouco poder de decisão. A outra questão correlata é a questão sobre se há uma política para os profissionais concursados, sobre plano de carreira indagando qual é a discussão em torno dessa questão. E outra ainda sobre a NOB RH, considerada como um grande avanço como instrumento de efetivação do SUAS, como que os municípios vão fazer para enfrentar a responsabilidades fiscal. O que eu queria comentar muito rapidamente é o seguinte: eu não conheço ninguém da área social, nenhuma das instituições, fóruns que sejam contra o concurso público. O FONSEAS é a favor, o CONGEMAS é a favor, o Ministério é a favor. Via de regra, todos os municípios, prefeituras, estados são a favor. O que nós temos que fazer é começar a discutir isso. Já está dado, todo mundo é a favor. Está lá na NOB que foi pactuada com esses atores todos. O que nós temos que fazer é, objetivamente, começar a discutir saídas para os problemas que impedem a NOB RH sair do papel. É isso que nós temos que fazer. Isso vai exigir esforço político, muita articulação, criatividade, porque tem a ver com a legislação. Uma delas é Lei de Responsabilidade Fiscal. Todo mundo aqui sabe muito bem como é. Embora a gente vá discutir com o Prefeito, nós temos que fazer concurso público, sobretudo para os municípios menores e a maioria dos brasileiros são municípios de pequeno porte I e II que enfrentam grandes dificuldades. Os Prefeitos

sofrem pressão da educação, pressão da saúde e aí a força política da assistência social é que precisa ir crescendo para enfrentar também essa questão. Você tem o limite para fazer a folha de pagamento nos orçamentos municipais, e tem efetivamente a LRF. O que nós temos que fazer é: como é que nós vamos fazer nacionalmente, nos estados e municípios para enfrentar isso a partir de desse ponto, porque que há consenso. Não tem ninguém contra. A dificuldade é como que a gente se alia e pensa uma estratégia para que isso saia, de fato, só da nossa discussão aqui.

E aí eu queria comentar que o Colegiado Nacional e também os estados, porque a gente tem Presidente de Colegiados Estaduais, vem fazendo alguns movimentos que também são difíceis, arranjar pauta na agenda dos Prefeitos para discutir a assistência social, não é só ligar e pedir não. As pautas são cheias, estão discutindo os assuntos, enfim esses assuntos como reforma tributária, são assuntos importantes, fundamentais para os municípios brasileiros e para a execução das políticas públicas nos municípios brasileiros. Mas a gente vem fazendo esse movimento e aí só para exemplificar. Lá em Minas, a gente pediu recentemente pauta na reunião de Prefeitos de municípios pólo para discutir o CRAS, a implantação, o co-financiamento municipal e a qualidade dos serviços prestados como disse aqui a Secretária Ana Ligia. Eles nos atenderam três pautas para frente, porque eles mandaram avisar, foram super gentis, que tinham pauta com a saúde, com a educação, com a reforma tributária, reunião que ia ter com o Presidente Lula, enfim. Nós estamos num momento de disputar a assistência social com o conjunto da sociedade brasileira. Isso inclui os Prefeitos, os Governadores, os Vereadores, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, que nós já estamos todos muito bem convencidos.

As outras duas questões. Uma é uma proposta que as Secretarias de Assistência Social devem submeter, antes de mandar para o Tribunal de Contas, suas execuções orçamentárias, os seus balanços, submeter aos Conselhos Municipais. Eu sou absolutamente a favor, a legislação é muito clara, inclusive sobre o envio dos orçamentos e da execução orçamentária para os Conselhos Municipais. Esse é um papel fundamental dos conselhos que devem ficar no pé do gestor para que o gestor cumpra, porque isso, inclusive, está na legislação.

Duas outras questões. Como que ficam os municípios que não levam a sério o SUAS, inclusive, com problemas sérios de recursos de qualidade, enfim, termina com reticências. Eu queria dizer que aqui tem um papel, que é inclusive de cidadãos, papel ético que é de denuncia. Inclusive de procurar Ministério Público. Isso não deve ser só na área da assistência social, deve ser em qualquer uso e aplicação de recurso público.

A outra questão que veio para mim é um pouco uma discussão da qualificação, da discussão dos gestores da assistência social com relação à qualidade da assistência social. Queria dizer também que o Colegiado Nacional tem feito reuniões regionais. Esse ano a gente fez em todas as regiões do Brasil, e a gente tem levado essa discussão para os secretários municipais. Nós temos feito encontros anuais com secretários. Fizemos esse ano na Bahia, tínhamos cerca de dois mil secretários municipais lá, ou seja, um

número significativo de secretários do Brasil inteiro. Esse é o nosso compromisso e a gente não abre mão dele. A gente comunga com esse objetivo aqui, de discussão de qualidade e da melhor formação e capacitação dos gestores municipais de assistência social.

Agora eu queria para terminar, pedir um minuto da coordenação da mesa e da plenária, porque o Colegiado Nacional queria prestar uma homenagem muito singela a uma pessoa que, sem a qual, nada disso que a gente falou aqui, de avanços, isso que a Ana Ligia falou, que nós emocionou demais, nada disso teria sido possível. Eu queria entregar aqui uma placa em nome do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social para a Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretária Márcia Lopes.

Coordenação de mesa
Uma homenagem muito merecida a nossa querida Secretária Executiva pela grande contribuição compromisso com a implantação do SUAS. A gente passa a palavra agora para a Secretária Margarete Cutrim.

Sra. Margarete Cutrim
Vamos começar pelo Jardel que foi o último e que abordou a questão dos benefícios eventuais questionando como que os estados, ao longo desses anos, não começaram ainda a destinar recursos para os municípios para operarem os benefícios eventuais. Jardel, eu acho também que precisaria a gente lembrar um pouco essa historia, a partir da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social e toda uma discussão de quem era a competência de regulamentar os benefícios eventuais e o que competia ao conselho ou não competia conselho, enfim. Só no ano passado é que nós conseguimos, com maior clareza desse processo todo, discutir no Conselho Nacional e aprovar uma resolução que orienta a regulamentação desses benefícios para que realmente possamos co-financiar.

Agora estamos com o Decreto do Presidente da República, porque toda a discussão era de que a competência de deliberar, de definir sobre essa matéria é de âmbito do executivo. Então se é do âmbito do executivo, e compete ao município prestar o atendimento, toda a discussão vem sendo de que é necessário que os municípios regulamentem os benefícios eventuais para que o estado, a partir dessa regulamentação, defina o co-financiamento. Nós já deveríamos ter feito tudo isso na última Conferência Nacional, inclusive apontamos, deliberamos que até final de 2007 esse processo todo já teria que ter sido vencido. Para que os municípios e os estados pudessem garantir orçamentos de 2008, que todos nós sabemos que é aprovado ainda em 2007. E nós estamos, nos estados, nesse processo de discussão e de orientação aos municípios para regulamentação dos benefícios. Hoje à noite tem uma oficina sobre benefícios eventuais e eu acho que é muito interessante essa discussão, esse aprofundamento, a partir do Decreto. Estamos, então, no aguardo da regulamentação pelos municípios para que os estados possam co-financiar.

Tem outra pergunta da Maria de Jesus, de Guarulhos-SP, que coloca o seguinte: *se uma das funções do estado é coordenar o Sistema Único de Assistência Social e contribuir para seu processo de consolidação, porque alguns estados ainda exigem a CND como condição para fazer o repasse financeiro emperrando o trabalho dos fundos municipais?* Maria de Jesus, na minha fala, na minha apresentação eu foquei isso. Apesar de todos os avanços de regulamentações no âmbito dos estados e dos municípios, nós não avançamos tanto naquilo que se refere especificamente, inclusive, na transferência de recurso. E eu dizia que uma exigência fundamental para esse avanço, e é urgente, são as medidas legais. Inclusive citei uma das medidas legais é realmente a definição de uma legislação no âmbito dos estados e dos municípios para que possamos transferir recursos fundo a fundo, sem a exigência de documentação e superando a relação convenial entre estados e municípios. E também entre municípios e entidades que compõem a rede socioassistencial. É uma decisão política? Sim, é uma decisão política, mas que exige a alteração da legislação, tanto no estado quanto no município. E isso tem impactos, tem exigências, mas nós precisamos iniciar. Alguns estados já estão discutindo isso e trocando informações, figurinhas desse processo todo de regulamentação.

São essas duas questões e queria, então, aproveitar para fechar me reportando ao Moacir. Quando ele falou dos sonhos e de tudo que nós temos conseguido realmente construir. E eu diria que nós já caminhamos muito, em pouco tempo, mas há muito ainda a fazer. Quando ele fala dos sonhos, lembro-me de um pensamento que nós trabalhamos muito no estado do Maranhão e, muito especificamente na capital, que diz mais ou menos assim, sonho que se sonha só, pode até não se concretizar, mas sonho que se sonha junto transforma-se em realidade. Eu acho que é o que nós estamos construindo nesse país, a partir dos nossos sonhos, dos nossos desejos, das nossas aspirações por justiça social nesse país. E tudo isso só tem sido realmente possível por conta dessa ampla articulação das três esferas de governo, estados municípios e o Governo Federal, com a sociedade civil, com todos os cidadãos que discutem e que defendem maior igualdade de oportunidades nesse país. As conferências se constituem realmente em passos importantes e fundamentais para esse processo. As Comissões Intergestores Bipartite, Tripartite, os conselhos. E é importante também dizer que nós temos divergências, nós temos tido divergências, claro, nesse processo todo, nessa construção. Mas nós temos superado as divergências, na medida em que entendemos que precisamos construir em função da população, em função de um contingente populacional muito grande que vive situação de vulnerabilidade e risco social. Nós nos respeitamos nessa diversidade. Isso é muito importante, é uma lição para todos nós que fazemos, que executamos políticas públicas. Então esse é o nosso principio, de realmente executar a política de forma complementar, entre políticas públicas e entre níveis de governo. Muito obrigado.

Coordenação de mesa

Agradecemos a Secretária Margarete e passamos imediatamente para Rosa, representante do Fórum Nacional de Assistência Social.

Sra. Rosa Azevedo

Bom, o Fórum trouxe aqui as suas posições, muito baseadas nas discussões que a gente vem mantendo, nas nossas reuniões periódicas. Porque não tivemos essa participação decisiva como as secretárias estadual e municipal, nem como tivemos também a oportunidade de trabalhar em cima do material que veio dos estados, como fez a professora Carmelita e que nós deu esse socorro aqui para fazer a nossa apresentação.

As nossas posições, nós podemos verificar que embora os avanços apontados sejam reais, sejam importantes, e a gente está junto lutando para que eles ocorram, a gente trouxe aqui uma reflexão de que ponderações feitas há algum tempo atrás, ainda estão em aberto, ainda não evoluíram para um desfecho. Onde as soluções que tivessem advindo do trabalho encerassem de vez a discussão sobre esses temas que nós ponderamos aqui. Mas isso a gente considera importante. Também é processo. Todos nós, acho, que temos esse entendimento de que é processo, embora muitas vezes, precisemos de uma discussão política mais franca, mais sincera, numa articulação que vise trazer mesmo o consenso. Mas estamos caminhando e também a democracia, ela prevê dissenso e nós aceitamos isso com muita tranqüilidade. Agradecemos o convite do CNAS, esperamos poder nos reunir aqui com os representantes da sociedade civil que estão presentes a essa Conferência. Ainda não foi possível conseguirmos um local apropriado para a nossa reunião, mas, enfim, temos esperança de que isso se resolva o mais breve possível e tão logo ocorra nós vamos comunicar. Pedimos a todos que pudessem comparecer para a gente fazer uma discussão ampliada sobre as posições dos fóruns estaduais, municipais e o fórum nacional junto. Muito obrigado.

Coordenação de mesa

Obrigado, Rosa. Passamos, então, para as últimas palavras da Secretária Ana Ligia nesse debate.

Sra. Ana Ligia Gomes

Gente, tem uma solicitação de reproduzir cópia dos Decretos na segunda, porque aí ele sai no Diário Oficial com o numero. Adianto que eles entram no site e não vejo problema deles serem impressos e entregar a vocês, não é? Então só tem que ter cuidado se não vocês fazem um tumulto lá fora para pegar papel, que vira uma confusão nacional. É por isso que a gente tem receio de distribuir papel, porque fica aquela confusão. Agora, gente, por falar nisso, eu não tinha que me meter nisso não, mas vou me meter, viu? Vocês tem que ter clareza que são delegados na Conferência. Esse vazio no plenário, tudo bem que é cansativo. Vocês não tem nada com isso porque estão aqui, não é? Eu estou falando para quem está lá fora agora. Se todo mundo, daqui a pouco os trabalhos de grupos vão ficar vazios, vocês vieram para cá com dinheiro público para trabalhar, entendeu? Porque se começar essa moda, vocês não estão em um congresso, o pessoal não está em um congresso. Os trabalhos de grupo vão esvaziar, é? E as oficinas? A proporção que chegar a noite, eu não sei, onde está o povo? Está no lanche? Negócio de comida, não é? Não, gente, de repente eu me precipitei, vai ver que não é nada disso, está tudo certo, tá bom? Eu não quis criar confusão não, pelo amor de Deus.

Olha só, a Rosilene já falou de concurso. Eu acho que ela foi muito clara. Nós precisamos ver exatamente as questões, não basta a gente só ficar dizendo que precisa todo mundo consensuar que tem que ter concurso ou a CIT aprova e todo mundo vai fazer concurso. Existe um monte de mediações, um monte de dificuldades, é a precarização, é a mão de obra brasileira, a começar pelo Governo Federal e muita gente metendo o pau no Estado, que está gastando muito dinheiro com o pessoal. Prestem atenção, isso é luta política também! Porque tem muitos pensamentos que acham que tudo é terceirizar e precarizar. Então tem que olhar isso.
Teve uma pergunta sobre os CRAS rapidamente. Porque as pessoas perguntaram de desabilitação, até esse momento foram desabilitados 30 municípios do SUAS, desabilitados com todas as conseqüência e suspensão. Além disso, mais 33 municípios tiveram seus recursos suspensos a partir desse mês. Porque não preencheram a ficha de monitoramento dos CRAS. Nós não queremos fazer nenhum terrorismo, nós estamos dizendo que isso é o começo de um monitoramento muito sério, que nós temos que enfrentar. Não temos nenhum interesse de que a população saia perdendo.

Tem uma questão aqui da eleição do Prefeito, da importância, do empoderamento. O Ministro Patrus ontem chamou muito a atenção para que sejam discutidas, nas propostas, nas plataformas dos municípios, a questão da política da assistência social para emponderar. Agora, gente, não se ganha luta política, nem se adquire força política com o usuário da assistência social chegando num balcão morto de vergonha de pedir, entendeu? Essa é a ruptura da cultura, enquanto o usuário fica cabisbaixo e a imprensa inteira dizendo que você esta dando esmola para ele. E esse trabalho de ruptura é nosso, não é de ninguém não, é nosso, do trabalhador. De os usuários pararem de se sentir pedindo uma esmola, eu acho que deu para entender não é? Porque ele faz parte dessa luta política, ele é cidadão político. Precisa de protagonismo. Nós temos que construir. Agora ele ainda continua um ser humano envergonhado, pedindo favor do governo ou do estado e não é isso, então é isso que tem que ficar muito claro.

Eu acho que juntando todas as perguntas, era isso. Perguntaram sobre fiscalização. Eu acho que, de algum modo, nós já respondemos do monitoramento, do controle, do gasto público, do nosso compromisso com resultado, com impacto, com efetividade. Nós já falamos disso tudo e queria falar duas coisas num minuto só que eu não falei. Essa discussão do controle social, ela é muito importante. Vocês vão ter oficina. Nós, do ponto de vista do Governo Federal e das outras gestões, os Conselhos Municipais estão adquirindo muito mais poder do que eles estão preparados para exercitar. O Governo Federal não recebe um demonstrativo de prestação de contas e nenhum Plano de Ação sem ser aprovado pelo conselho. E a gente fica repetindo para as controladorias, para todo mundo. Agora a gente sabe dos limites, da precarização, da fragilidade dos conselhos. Então assim, só estou dizendo que os conselhos estão cada vez mais emponderados e toda essa problemática de precarização que temos que discutir. Eu não queria deixar de dizer pela valorização que isso tem, para concluir.

Nós estamos com todas as condições e tudo pronto para implantar, implementar uma das funções da Política Nacional de Assistência Social, que é fundamental, que é a função de

vigilância social e defesa de direito. Eu passei por isso e não falei e dizer com muita satisfação, que está registrado no PPA. Nós conseguimos colocar a inclusão de uma ação orçamentária no PPA, chamada serviço de vigilância social no território no âmbito da gestão da política do desenvolvimento de assistência social, para garantir a estruturação dos serviços locais, regionais e nacional de vigilância social. O SIGSUAS, que é o sistema de informações gerencias do SUAS, o CADSUAS, todos os sistemas que agregam as informações diferenciais e as condições de recursos para que nos territórios, em cada município, de fato, busque-se consolidar essa função preventiva da assistência social através da função da vigilância social. Esse tema não tinha passado no meu balanço e penso que é fundamental para instalar isso, o trabalho com os dados, monitorar o sistema de informação para que a gente consiga monitorar riscos. Fazendo esse monitoramento, a gente consegue dar visibilidade às situações que muitas vezes, para a imprensa e para a sociedade, ninguém sabe o que é isso, não tem visibilidade e concluindo, por fim tirar os benefícios eventuais do papel e a luta política, viu? Não é fácil a luz se a luz não foi feita não. Com todos os esforços dos estados, ainda que esteja nos Decretos, vai ter luta por esse co-financiamento. Quer dizer, tudo é assim. A Lei é fundamental, mas a gente sabe do tamanho da confusão para tirar ela do papel e como é fundamental o empoderamento dos usuários, que devem ser protagonistas e participarem da luta política conosco, tá bom? Era isso então.

Coordenação de mesa

Nosso agradecimento a todas as painelistas e, enquanto a conselheira Patrícia agradece pessoalmente a cada uma delas e as acompanha até a escada para que desçam devidamente, vou passar rapidamente alguns recados importantíssimos para o andamento dos nossos trabalhos.

6. Painel II - Direitos Socioassistenciais: compromisso com as Proteções do SUAS [Dia 16 de dezembro]

Luciana Jaccoud
Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Aldaíza Sposati
Professora e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS da PUC/SP

Raimundo Gomes de Matos
Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social

Coordenação de Mesa: conselheiro Márcio José Ferreira e conselheiro Daniel Avelino

Cerimonial
Senhoras e senhores, bom dia. Daremos início ao segundo painel da sexta Conferência Nacional de Assistência Social: Direitos socioassistenciais: compromisso com a proteção da SUAS. Convidamos para compor a mesa, a Sra. Luciana Jaccoud, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a Sra. Aldaíza Sposati, professora e coordenadora do Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social da PUC de São Paulo, o Sr. Raimundo Gomes de Matos, Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, da Câmara dos Deputados. Convidamos para coordenar a mesa, o Sr. Márcio José Ferreira e o Sr. Daniel Avelino. Informamos que o senhor Raimundo Gomes de Matos teve um pequeno incidente no trânsito e logo mais estará presente.

Coordenação de mesa
Bom dia a todos. Vamos dar início a esse segundo painel. Espero que todos tenham tido uma boa noite de descanso (ou de farra). Mas que todos possamos ter uma grande manhã de trabalho. Em virtude do adiantado da hora, vamos dar início a esse segundo painel. Queremos desde já, sabendo que todos os nossos painelistas já foram apresentados, passar de imediato a palavra para a Doutora Luciana.

Sra. Luciana Jaccoud
Bom dia a todos eu gostaria de começar saudando meus companheiros de mesa, saudando a professora Aldaíza Sposati, os conselheiros nacionais Márcio Ferreira e Daniel Avelino. E também saudar a todos que estão aqui, para mais um dia de trabalho da VI Conferência.

A pauta dessa mesa são os direitos socioassistenciais. Eu gostaria de começar, lembrando que tratar direitos sociais é um grande desafio no Brasil. É um desafio porque nós estamos falando em igualdade. E falar em igualdade causa um desconforto numa sociedade como a brasileira, que se organiza com base no reforço das hierarquias e na própria reprodução das desigualdades. Falar em direitos é falar em bens em serviços públicos. Isso é outra desigualdade. Faces históricas e resistências entre o serviço privado e o público no Brasil e também face ao ataque realizado contra os estados, contra a sua intervenção social, classificado como a anacrônica e como ineficiente.

Falar em direitos no Brasil é falar de solidariedade e esse valor parece antiquado, numa época onde o mito da competência, da modernidade, reforça o individualismo a competição. E, nesse contexto, parece que as condições satisfatórias de vida são produtos de uma conquista individual. Falar em direitos sociais é falar em bem estar, e isso parece uma contradição, num país com enormes desigualdades e carências. Desigualdades essas que parecem atestar a própria impotência dos direitos sociais.

No entanto,é preciso falar sobre direitos. Os direitos se assentam em demandas por mais igualdade e por mais justiça social. E, por isso, eles buscam instituir prerrogativas que compensam certas desigualdades, desigualdades econômicas e desigualdades sociais. Eles procuram fornecer proteções para incertezas que se produzem no mundo do trabalho, nos ciclos de vida e em condições variadas de vulnerabilidades.

Falar sobre direitos é especialmente importante no momento como o atual. Hoje, a violência, a pobreza, a precariedade colocam em questão a própria organização social brasileira. E, nesse contexto, torna-se extremamente necessário refazer o debate sobre as responsabilidades do espaço público e da ordem privada na configuração de maior proteção social. Para isso, é preciso reconhecer as conquistas já efetuadas pelos direitos existentes e aprofundar o compromisso público em torno dos direitos da igualdade e da justiça social. Se é importante falar em direitos, ainda mais importante discutirmos os direitos socioassistenciais, direitos que mal começam a ser implementados e que já se encontram sobre críticas.
De fato, a Constituição de 1988 institui um conjunto de direitos sociais, entre os quais, direitos que devem ser garantidos pela política de assistência social. E nós conhecemos bem as suas características. São direitos não contributivos, são direitos prestados a quem deles necessitar e são parte dos direitos da seguridade social. No entanto, existem algumas outras características que devem ser ressaltadas, quando discutimos os direitos e, em especial, os direitos socioassistenciais. Alguns vêm da própria Constituição, da definição dos direitos da seguridade, e outros são estruturantes de uma leitura de direitos sociais universais. A gente deve lembrar de que quando estamos falando em direito estamos falando em universalizar acesso a bens, serviços, benefícios, ou seja, atender toda população beneficiada por aquele direito em todo território nacional.

Os direitos devem ser ainda uniformes no atendimento. Isso significa garantir o mesmo padrão de atendimento em todo território nacional. Os diretos devem ser seletivos e distributivos na prestação, ou seja, universais para o grupo que precisa e atuando de forma distributiva. Eles devem ser garantidos pelo Estado e, por serem uma obrigação do Estado, reconhecida pela sociedade. E devem ser passíveis de demanda pelo cidadão, ou seja, cada cidadão pode acessar por mecanismos administrativos ou jurídicos, aquele direito social. E aqui se referem as proteções dos direitos socioassistenciais.

A partir da Política Nacional de Assistência Social, ancorada na LOAS, na Constituição, nós podemos identificar, com clareza, as proteções que cabem aos direitos socioassistenciais. Eles devem garantir segurança de renda, segurança de autonomia, segurança de convívio, segurança de acolhida. E essas proteções são operadas

basicamente por benefícios e por serviços socioassistenciais. Mas nós sabemos que o direito não se realiza de forma automática e, em especial, no país federativo como o Brasil, a questão que nos desafiava, era de como integrar as três esferas do governo em prol da efetivação desses direitos e dessas proteções.

E o SUAS vem responder esse desfio. O SUAS opera a integração e a coordenação das três esferas de governo em torno de um objetivo comum. Garantir os direitos socioassistenciais. É bom lembrar que, acompanhando o que determina a LOAS, O SUAS atribui responsabilidades diferentes, entre os três entes federados, na oferta de benefícios e serviços. Cada uma das três esferas têm responsabilidades específicas, no que se refere ao planejamento, ao financiamento e à implementação de benefícios e serviços. Mas essa é uma pauta específica e eu gostaria agora de falar um pouco dos benefícios assistenciais e da segurança de renda que eles devem garantir.

Os benefícios assistenciais, hoje no Brasil, se realizam por duas prestações. O Benefício de Prestação Continuada - BPC, nosso velho conhecido, e o Programa Bolsa Família. Os dois têm o mesmo objetivo, garantir renda para o enfrentamento de situações de extrema pobreza ou de indigência e ambos se ancoram no princípio de solidariedade nacional. Ou seja, são financiados pela mobilização de recursos públicos gerais, ao contrário dos demais benefícios da seguridade nacional, e isso ocorre porque a sociedade entende que essa parte da população deve ser protegida independente de contribuição.

Eu gostaria de explicar porque o entendimento do Programa Bolsa Família como parte da Assistência Social. Do meu ponto de vista são, basicamente, três os motivos. O benefício do Programa Bolsa Família é um benefício não contributivo. Ele opera no âmbito da segurança de renda, tal como definido na Política Nacional de Assistência Social. E ele tem uma cobertura universal para o grupo beneficiário. Sendo um programa do campo da assistência também deve ser considerado um programa de seguridade social. E mais, um novo pilar de proteção social, complementar aos demais pilares da seguridade. Porque é um novo pilar? Porque ele atende a um público que estava absolutamente desprotegido no campo dos direitos de renda da seguridade. O Programa Bolsa Família, pela primeira vez, opera na política social brasileira com um benefício permanente de distribuição de renda, independente de comprovação de incapacidade, de comprovação de contribuição ou de afirmação do mérito do beneficiário. Se ele ainda não pode ser considerado um direito social pleno pois não tem garantia de financiamento, de reajuste de benefício ou de exigibilidade do cidadão, ele começa efetivamente a constituir um caminho para ser reconhecido como direito. Especialmente porque, com a sua universalização, ele já começa a ser compreendido como um direito passível de demanda e como uma obrigação do Estado.

Eu queria mostrar um pouco uma idéia para subsidiar os nossos debates dos impactos desses dois benefícios assistenciais no quadro social Brasileiro, olhando esses dois benefícios juntos, com o conjunto dos benefícios da seguridade social. É o que a gente pode ver nessa figura que nos mostra o que aconteceria, no Brasil, se nós retirássemos da renda das famílias, o conjunto dos benefícios da seguridade social. A gente vê pela

coluna menor, a situação atual, as taxas atuais de pobreza e de indigência no Brasil. O primeiro bloco de 13% representa o percentual da população em situação de indigência no Brasil, ou seja, com uma renda baixa de ¼ de salário mínimo. Se nós formos somar a essa população aquela que tem até meio salário mínimo, nós temos 32% da população brasileira. Aproximadamente 57 milhões de pessoas. Se nós retirássemos da renda dessas famílias aquela renda que vem do Benefício de Prestação Continuada, do Programa Bolsa Família e da previdência do Regime Geral da Previdência Social. Nós aumentaríamos esse índice para quase metade da população brasileira. A seguridade social permite que se reduza praticamente a metade o percentual da indigência no Brasil e reduz significativamente de 44% para 22%, as taxas de pobreza no país. Dessas 17 milhões de pessoas que saem de uma situação de indigência em decorrência dos benefícios da seguridade social, 13 milhões são pessoas que moram em localidades urbanas e 4 milhões da população rural. Eu queria lembrar que esses benefícios da seguridade social são benefícios complementares e que é muito necessário nós termos isso em mente. Um exemplo bem claro é o BPC. Ele é majoritariamente, 98% um benefício prestado a população urbana e por quê? Porque a população rural, que majoritariamente poderia se beneficiar do BPC está sendo beneficiada pela previdência rural. Esse efeito positivo dos benefícios da seguridade social sobre o nosso quadro de pobreza é uma tendência que vem sendo observada desde meados dos anos 90.0

É interessante lembrar que em meados dos anos 90, de 1995, 1996 até dois anos atrás, a nossa taxa de indigência e pobreza se mantinha praticamente estável, mais ou menos, em torno de 20%. No entanto, durante esse período, também até dois ou três anos atrás, o quadro do mercado de trabalho, estava em constante degradação.

Ou seja, a gente assistiu no Brasil o momento do desemprego, a diminuição da renda média do trabalho, o aumento da informalidade, e essa precarização do mercado de trabalho não repercutiu numa elevação dos índices de pobreza no Brasil. E isso deveu ao fato que, no mesmo momento em que o mercado de trabalho se comportou de uma forma tão negativa, nós tínhamos acabado de instituir, na prática, o BPC, a previdência rural e a vinculação dos benefícios assistenciais e previdenciários ao salário mínimo. Esse impacto pode ser explicado pela dimensão do conjunto de benefícios que são operados pela seguridade social.
No quadro seguinte, eu queria mostrar para vocês o que é que significam os benefícios da seguridade social brasileira. Às vezes a gente não tem idéia do volume que implica esse esforço social em torno da proteção.

Ele opera hoje três milhões de Benefícios de Prestação Continuada (estou incluindo aqui a Renda Mensal Vitalícia – RMV), onze milhões de benefícios do Programa Bolsa Família, vinte e um milhões de benefícios do Regime Geral da Previdência Social, totalizando 36 milhões de benefícios pagos todo mês pela seguridade social. Mas isso nem é o mais importante. O que eu queria chamar a atenção de vocês com esse quadro é que desse total de benefícios, 28 milhões, ou seja, 78%, quase 8 em cada 10 desses benefícios tem o valor de até um salário mínimo. Todos são benefícios altamente

distributivos, os benefícios de um salário mínimo que compõem a grande maioria dos benefícios da seguridade social.

Ora, se hoje nós temos um conjunto importante de benefícios previdenciários e assistenciais, pilares novos de garantia de renda que se acrescem ao nosso sistema de proteção social, seus impactos não se reduzem apenas a diminuição da indigência, a diminuição da pobreza, mas também a redução da desigualdade de renda, como tem atestado vários estudos. Não apenas o impacto de dezessete milhões de pessoas que são retiradas da situação de indigência, mas a gente precisa começar a avaliar esses impactos sob grupos específicos.

Um grupo bem conhecido é o de idosos. E hoje nós podemos afirmar que nós temos no Brasil uma proteção social em nível dos países desenvolvidos. Oito entre cada dez idosos no Brasil estão recebendo ou um benefício previdenciário ou um benefício assistencial. Contudo, garantir segurança de renda pela seguridade nacional, pela assistência e pela previdência, ainda implica enfrentar alguns desafios. O primeiro deles é manter, como já foi dito ontem, o BPC vinculado ao salário mínimo. Essa é uma questão que ainda está em pauta e que cabe a nós refletir sobre o perigo dessa proposta. Afirmar o Bolsa Família como um direito de seguridade social é outro desafio que ainda se impõe a nós. Reconhecer que o emprego não pode ser a base para a universalização da seguridade social. Outros mecanismos devem ser incluídos no campo da garantia de renda, mecanismos universais, contributivos, combinados com subsidiários, enfim, formas que já começam a fazer sua aparição no sistema de proteção social e que devem ser expandidas.

E, por fim, os desafios que já foram lembrados aqui, nos primeiros dois dias de trabalho, de que se os programas de transferência de renda da seguridade são imprescindíveis para uma política pública de direito, de combate e prevenção a pobreza e a vulnerabilidade, essa não deve ser entendida como uma única ação. Ela deve ser acompanhada, pelo aprimoramento, pelo aprofundamento, pela qualidade dos serviços socioassistenciais, das políticas sociais e de um projeto de desenvolvimento, que vise a ampliação do trabalho e da renda.

Por fim, eu queria falar um pouco dos serviços socioassistenciais. Como já foi lembrado ontem aqui, os direitos da assistência social, no campo dos serviços, ainda está em construção. De fato, o processo de disponibilizar um conjunto amplo, complexo e diversificado de serviços só poderá se realizar no Brasil progressivamente, inclusive em função da sua alta demanda. E é com base no planejamento da oferta e planejamento da rede de serviços, que se poderá construir a universalização da proteção social garantida pela assistência. E porque planejamento? Porque para se consolidar como direito, a oferta de serviços depende, em primeiro lugar, de um pacto de prioridades para permitir graduar o processo de universalização. Ou seja, olhando os exemplos da educação e da saúde, que já estão em patamares mais adiantados, que já estão a mais tempo buscando universalizar uma pauta de ofertas também complexas de serviços, nós vemos que não é possível assegurar tudo de uma vez. É preciso priorizar coberturas, pactuando etapas e

esse é um dos objetivos do Plano Decenal que estamos construindo no país. Além do pacto sobre o que priorizar, é preciso regular um padrão de oferta de serviços: o que deve ser ofertado em cada serviço e um pacto de qualidade dessa oferta, como esse serviço deve ser ofertado. A partir desses pactos nós podemos falar que estamos construindo direitos através da oferta de serviços socioassistenciais. Por fim, é preciso instituir sistemas de formação que permitam acompanhar em cada município, estado, e em contexto nacional, o processo de universalização e as conquistas gradativas de universalização dessas coberturas.

Para concluir, eu gostaria de lembrar que direitos sociais se constroem, mas também podem ser desconstruídos. Nós devemos lembrar que alguns instrumentos são usados para desconstruir direitos, alguns de forma muito clara, mas outros de forma mais sutil. Quando a gente fala na desconstrução de direitos, a gente pensa nas reformas constitucionais. Efetivamente, é um instrumento mais radical, ele elimina, na origem, o direito. Mas as legislações específicas também podem operar nesse campo, limitando a oferta de serviços, tornando mais seletivo o seu acesso. Também a ausência de planejamento da oferta e da rede de serviços em cada território pode ser um processo de desconstrução desses serviços enquanto direitos sociais. A não garantia do financiamento, provocando a descontinuidade dos serviços e a sua não universalização é também um desafio de grandeza. E por fim, mas não menos importante, a má qualidade que pode provocar a sensação da inutilidade do direito que estamos tentando garantir. E dessa forma provocando a deslegitimização social desse direito e do campo que tenta operá-lo e implantá-lo.

Para concluir eu gostaria de lembrar que se muitos avanços foram realizados, e nós estamos efetivamente construindo uma nova matriz de direito de proteção social no Brasil, os desafios que se apresentam ainda são grandes. Eles se referem a persistência para dar continuidade a esse processo, mas também para resistir aos riscos de sua desconstrução e de reafirmar que o direito social é um caminho insubstituível para construção de maior justiça social no Brasil. Obrigado.

Coordenação de mesa
Agradeço a Senhora Luciana por suas palavras e para compor a mesa eu convido Excelentíssimo Deputado Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Assistência Social. E nesse momento passo a palavra para a professora Aldaíza Sposati, por favor.

Sra. Aldaíza Sposati
Meu bom dia a todos. Eu quero agradecer essa possibilidade de estar nessa mesa, partilhando desta mesa, com o Deputado Raimundo, com a Luciana Jaccoud e, na verdade, também com os conselheiros Márcio e Daniel. Mas, sobretudo, eu queria agradecer e cumprimentar o Senhor Presidente do CNAS, e com ele toda a equipe, e a Vice-Presidente Simone Albuquerque, por todo o empenho de realização dessa Conferência. E solidarizar com todas as angústias que eles tiveram que viver, enfrentar, sofrer e superar em todo esse momento. Parece que esse é o ‘carma’ da assistência

social, mas eu creio que a gente consegue mesmo com os revezes, enfrentar, caminhar e consolidar. E esta é a força que temos que aplicar em tudo.

Nós estamos nessa VI Conferência a dezenove anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. E embora ela tenha sido, marcantemente, como dizia Ulisses Guimarães, a Constituição cidadã, que inaugura os direitos humanos e sociais mais amplamente. Dezenove anos passados, nós estamos discutindo a convalidação, a concretização de direitos ainda, numa das políticas sociais.

Eu sempre digo que o tempo do social é sempre um tempo lento. Mas que nós não podemos nos conformar com essa lentidão, porque o social provoca mudanças estruturais, mudanças na cultura sócio-política, extremamente difíceis de serem concretizadas e de ganharem consenso. Mas tenho certeza de que o SUAS, e o que já bem disse aqui a Luciana, ao criar essa unidade, ele facilita, ele cria a condição de construirmos a unidade do direito em todo o território nacional para a política de assistência social. Nós caminhamos da V Conferência para o decálogo dos direitos socioassistenciais. Seguramente uma grande construção que foi pactuada e agora temos, daquela Conferência para essa, dois anos de experiência para poder 'inteligir' esses direitos e para poder aplicá-los ou até saber, dos desafios e dos confrontos, a sua efetivação. E ontem nós assistimos à professora Carmelita Yazbek, fazendo a síntese do que as conferências municipais falaram desses direitos, e principalmente, a apresentação dos grandes desafios a sua concretização. Ainda estamos esquematizando os desafios para. Nós não temos ainda um acervo, um reconhecimento, da consolidação desses direitos.

É nessa direção que essa Conferência se põe ao avaliar compromissos com os direitos sociais. Eu diria talvez um pensamento estratégico para gente poder aqui sair com uma proposta de como sair dos ensaios para entrar na era da consolidação. Eu diria que para essa conquista, de fato, ainda nos falta um pouco mais da clareza dos direitos socioassistenciais. Seguramente entre nós, qualquer um de nós, diz quase assim numa fala seqüente: a assistência social é política de direito de cidadania e dever de Estado. Mas na hora da segunda pergunta: - que direitos são esses? Isto já começa a ficar titubeante ou divergente. E é a redução dessa divergência, é superar esta ausência de clareza que nós temos que caminhar.

De fato, como política de direitos, o que cabe a ela assegurar como direito? A professora Luciana Jaccoud já nos deu aqui, inclusive, toda uma perspectiva mostrando como que ela é campo, inclusive, de direitos advindos do próprio campo das políticas públicas, e nos deu também todo um referencial para direitos específicos. Na esteira de muito do que ela falou, eu vou fazer algumas ponderações sobre essas dificuldades e abordar três questões para o nosso debate.

Uma primeira questão do que eu falava dessas dificuldades, é que nós precisamos ter presente que discutir direito supõe dar centralidade, no nosso debate, aos usuários. E nós temos feito, ainda muito, a discussão do direito pelos meios, ainda que fundamentais.

Mas eu acho que a questão do direito está diretamente relacionada com aquele cidadão que usufrui e vai usufruir daquilo que é prestado, como disse muito bem a professora Luciana. Portanto, esta centralidade do usuário, na nossa discussão, parece que ainda é um ponto que tem fragilidades. E nós não avançaremos, na concretização dos direitos, se nós não trabalharmos esta centralidade.

Olhando o caderno lendo o caderno de textos, vendo os artigos não só da professora Luciana, o artigo do usuário Sebastião Nicomedes (o nosso poeta usuário da assistência social), o artigo da professora Berenice Rojas, nós podemos verificar várias questões que estão postas enquanto este aclarar, este limpar, efetivamente, essa centralidade do usuário para concretizar os nossos conteúdos dos direitos. Então, a questão que fica para gente poder caminhar, na discussão do direito, diz respeito à tangibilidade, isto é, a concretização. E é esta tangibilidade também necessária, para que a gente possa até avaliar os nossos serviços, monitorar os nossos serviços. Não basta dizer que foram atendidas ‘x’ pessoas, mas disse bem professora Luciana. É preciso saber a qualidade, a produção do que essa atenção traz, efetivamente, para o usuário. Na assistência social forma e conteúdo não têm suficiente nitidez e distinção. São campos que se interpenetram e levam algumas conclusões, eu diria, até enganosas. Por exemplo, não é imediatamente com mais recurso financeiro que se produzirá o direito na assistência social. Mas, ao mesmo tempo, é com recursos financeiros que se poderá estender a atenção e viabilizar a sua qualidade. Todavia, se essa atenção estendida contiver equívocos em seu processo para a produção de resultados que afiancem direitos, não adianta meramente nós estendermos na quantidade estas atenções, se nós não fizermos realmente a revisão do seu conteúdo para dados, resultados que, de fato, atendam, tenham uma clareza de responder direitos dos usuários.

A assistência social, e isso nós já sabemos, mas eu quero sublinhar, ela herdou a prática secular da ajuda ao próximo e com ela a naturalização de um equivocado princípio, pelo qual é considerado como valor religioso, que qualquer ajuda é um bem em si. Isto é, um exercício de amor, de caridade, de doação, do não egoísmo humano. Do ponto de vista do direito da cidadania, qualquer ajuda não é um bem em si. Pelo contrário, ela pode ser a negação do outro como sujeito, ser de direito, de idéias, de condições, de proposta, enfim cidadão que se relaciona e diz o que quer de si, para si, para a sua família, para os seus relacionados, e para a sociedade. A ajuda pode ser um meio de seduzir o outro, a ficar meu subordinado, a sentir-se fraco, dependente do meu favor agradecido. A noção de ajuda não é fundada na igualdade, e sim na desigualdade: um tem o que o outro não tem. E com isto pode, facilmente, tornar-se caminho da prepotência e da sujeição.

A noção de direito, e professora Luciana afirmou isso o que eu também aqui reafirmo, tem por base a igualdade e a equidade. Isto muda completamente a natureza de uma relação. Na verdade, eu não vou depender do que o outro tenha e que o outro tenha que reconhecer que eu não tenho. Porque isso? Porque nós, humanos, somos frágeis e vulneráveis. Todos nós. Isso é universal a condição humana, ainda que em circunstâncias e graduações diferentes. Uma sociedade justa constrói condições de respostas a essas fragilidades e vulnerabilidades que fortaleçam, e não que

enfraqueçam. E esta é uma questão fundamental no direito. O direito vem para fortalecer. E é por isso a insurgência que sempre possível deve ser feita, não cabe medir no outro o que ele não tem, mas a perspectiva de direito nos exige realmente trabalhar com possibilidades e não com ausência. Apresentar-se como um pedinte, assistido, vulnerável, carente, é um modo de, imediatamente, se discriminar pelo negativo. Na assistência social temos reiterado o hábito de discutir o chamado destinatário, a população alvo, o pobre. Eu tenho dito aqui paras pessoas que doravante eu vou chegar para todas as pessoas que eu me relaciono e dizer: - Oi pessoa rica! Como você vai? Porque que a gente tem que dizer que a assistência social trabalha com a pessoa pobre? Quer dizer, é alguma coisa que é ininteligível do ponto de vista do direito e da cidadania.

Isto é, nós, na verdade, temos que pensar, quando discutirmos o direito, na atenção em si. A noção de direito, dizia já, tem como base a igualdade, e nós vimos desde a mesa de abertura desta Conferência múltiplos modos de ver, entender, verbalizar o sentido político da política de assistência social. E posso afirmar aqui, as formas de verbalizar não foram absolutamente convergentes com as políticas de direito. Nós temos efetivamente que mudar. Há uma dificuldade em objetivar a distinção entre uma ação humanitária entre pessoas, servidores, entidades sociais, e o compromisso com direitos sociais e humanos a serem afiançados. Percebe-se claramente nesse debate duas tensões. Uma, nós afirmamos (os textos aqui também do nosso caderno de textos convergem para isso) que assistência social não é caridade, ela é distinta de caridade e outra que diz assim: assistência social só resolve se for intersetorial. Entre dizer ela não é caridade e ela só é se for intersetorial, nós temos um vácuo entre uma posição e outra. Eu creio que temos aqui nesse lapso, um espaço real e concreto a ser preenchido. Há um lugar entre essas duas tensões que são dois movimentos efetivos que precisam ganhar luz, clareza, debate. Eu sintetizaria numa pergunta: o que a assistência social faz, ou tem compromisso em fazer, que a distingue das outras áreas, da ação governamental? Afinal saúde, educação, habitação também constroem atenções. Porque que elas não se confundem com caridade ou com ação intersetorial? Porque eu não digo que a saúde só é saúde se ela não for intersetorial?

É evidente que nós temos, na perspectiva do social mais abrangente, ter essa inter-relação. Mas absolutamente, a perspectiva dos pactos interinstitucionais e inter-setoriais podem fugir daquilo que é o conteúdo político, da política. Principalmente para a perspectiva do usuário. Para complicar um pouco mais essa discussão, aparece uma outra tava na relação entre serviços prestados pelo poder público e por entidades sociais no campo da assistência social. Na saúde, na educação, na habitação, as organizações privadas são lucrativas, daí não concorrem diretamente com as iniciativas públicas, não lucrativas, portanto. Embora boa parte dessas organizações de saúde, de educação acorra ainda à assistência social para dizer uma parte de suas atenções é não lucrativa, para daí pedirem isenções de impostos, mediante o *bay pass* da assistência social. Às vezes, parece que se faz da assistência social mais um campo de avaliação financeira de pessoas e organizações, do que um campo de respostas de proteção social. Cabe, portanto, aqui como clara posição estabelecer que direitos sociais do cidadão não significa excluir a relação da assistência com entidades sociais, mas mudar o patamar

dessa relação. É comum nos encontros de assistência social, a presença de discursos laudatórios do trabalho de entidades sociais, na educação, na saúde, no trabalho, como que uma reação de defesa a um possível ataque. Quanto a essa questão é preciso tornar claro, que a relação entre Estado e sociedade, mediada pelas entidades sociais, não é de competição, mas de democratização!

É difícil, sem dúvida, articular democracia política com democracia social, mas este é o campo em que estamos, e não adianta buscar rota de fuga! Nós temos que democratizar efetivamente todas as relações do Estado brasileiro. Isso é a perspectiva de avanço também. A consolidação de direitos sociais exige a presença do Estado, e não só do executivo. E acho muito importante ter nessa mesa aqui um deputado, porque sem transitar pelo legislativo e mais, sem transitar pelo judiciário, nós não consolidaremos direitos sociais na assistência social. Como falou há pouco a professora Luciana, essa desconstrução do direito, é uma das grandes lutas que nós temos que enfrentar. Isto é, encará-los, efetivamente, como política do Estado e da sociedade brasileira e não ações de um ou outro governo. Portanto, o acesso a um usuário operado por um serviço prestado diretamente pelo órgão público ou em parceria com uma entidade, sempre exigirá a necessidade da regulação das três instâncias do Estado e, ainda, do Ministério público. A relação com a entidade social precisa sim ser formalizada por um instrumento legal que gere direitos entre as partes! Não estou entendendo o que começa a surgir aqui nesta Conferência, de um repúdio a formalização de um convênio com entidades sociais. É preciso ter sim, uma documentação legal entre as partes, e que a grande questão é tornar o direito das partes voltado para os direitos do cidadão usuário.

Não estamos discutindo aqui direito de Estado ou direito de entidade. Nós estamos discutindo aqui, direito de cidadania, direito de pessoas, direitos de brasileiros. As parcerias não podem ser parametradas entre responsabilidades institucionais do Estado, ou da entidade como organizações de direito. O cerne da parceria deve ser o direito do cidadão. Ainda isto não é claro entre nós. Por vezes parece que nós estamos tão arraigados ao passado, que terminamos por criar dificuldades à construção de um novo futuro para a política pública de assistência social. Nesta introdução alongada que eu fiz aqui, eu quero dizer que é preciso ter coragem de experimentar o novo para poder avançar.

Para ajudar nessa direção é que eu vou indicar três questões, e com elas eu vou encerrar. Primeira questão para enfrentar os direitos. Para instituir os direitos socioassistenciais, significa romper preconceitos com a população de classe que apresenta, neste país, maior incidência de riscos e vulnerabilidades sociais e demanda por proteção social não contributiva, enxergando-os como cidadão e não como pobres que precisam ter analisados os seus méritos de ajuda. Ontem, Ana Lígia falou inclusive da barreira do preconceito em relação ao Sebastião aqui mesmo nessa Conferência. Há pouco tempo eu lia nos jornais, certamente vocês também, que um Juiz, em Apucarana no Paraná, não atendeu a um trabalhador a uma causa trabalhista porque ele estava de sandália havaiana, certamente a Gisele Bündchen, de sandália havaiana não teria problema, mas o trabalhador sim. Nós estamos enfrentando, na cidade de São Paulo, de

acordo com os jornais, uma desconstrução dos direitos da população em situação de rua. Pelo o que eu li nos jornais, dentro da nova orientação da população em situação de rua, em São Paulo, é preciso agora que para freqüentar o albergue, essa pessoa em situação de rua tome banho, faça a barba e corte o cabelo. Eu acho que estão confundindo o albergue com Pet Shop para fazer banho e tosa. Mais do que isso, nós temos em São Paulo uma Lei, quis o destino de minha autoria, sobre os direitos da população em situação de rua, e essa Lei estabelece claramente todas as garantias. Mas o que mais me marca, é que se aquilo que está nos jornais está acontecendo, é que eu não ouvi uma palavra do Conselho Municipal de Assistência Social, uma palavra do Conselho Estadual de Assistência Social sobre essa questão. Ora, os espaços de defesa dos direitos da população usuária da assistência social têm que ser afiançadas no conselho. Não é só ter representante do usuário no Conselho, é voltar o Conselho para defesa dos direitos dos usuários da assistência social.

Nós temos enfrentamentos sim na nossa sociedade. Por quê? Aí eu lembro a vocês já que estamos revendo, pelo aniversário da vinda de Dom João VI, Brasil Colonial, os negros se escravos andavam descalços e com chapéu na cabeça. Para quê? Porque era vergonhoso ele mostrar a cabeça para patrão ou por não tirar aquele chapéu para fazer a mesura ao seu dono? Se ele estava com o pé sem sapatos, isso não importava, mas importava sim ele não fazer a mesura. Então, nós temos questões herdadas, extremamente sérias, do ponto de vista do preconceito. Então a pergunta é: quais as situações de desproteção que se apresentam na sociedade, para as quais o Estado deve se comprometer, realmente, a garantir proteção? O que significa a indignação nessas situações todas de preconceito, com várias condições de vida da população, que repousa no direito a dignidade da pessoa humana posta na nossa constituição? Quais e a quem devem as atenções não contribuídas serem prestadas? Temos tendências reducionistas da sociedade brasileira quanto uma e outra resposta. Primeiro, reduzindo o alcance da condição da proteção social. Segundo, reduzindo o conteúdo do benefício de serviço. No *paper* escrito, nos documentos da Conferência, assinalo o que denomino de âmbito singular da proteção social da assistência social. A capacidade protetiva da família, o que supõe desde a ausência da família, sua negligência, o abandono, as agressões, mas também a perspectiva de fortalecimento. Um segundo campo, a densidade das relações de convívio e sociabilidade, desde a esfera do cotidiano até nos diversos momentos do ciclo de vida do cidadão e da cidadã. Terceiro, as fragilidades da vivência, e sobrevivência, no desenvolvimento bio-psico-social do ciclo vida humano, da presença da dignidade humana, a ausência de proteção à renda e numa sociedade de mercado que, evidentemente, coloca isso como um fator de travamento.

Segunda grande questão. Instituir os direitos socioassistenciais significa completar, especificar aquilo que está posto na Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal aponta para o direito genérico à assistência social e a seguridade, diz, deve afiançar os direitos relativos à assistência social. O nosso trabalho é, portanto, de avançar o disposto na Constituição muito mais trabalhando com a intenção do constituinte do que propriamente ter já na Constituição todo o conteúdo explícito afiançado. Não havia maturação naquele momento. Os enunciados da assistência social

como direito social humano, no caso brasileiro, só se tornaram possíveis a partir da constituição, mas foi a PNAS 2004 que nos diz claramente - o campo da assistência social é da proteção social. E isso significa que o direito da assistência social surgiu primeiro como construção legal do que como construção político-social do usuário dos serviços socioassistenciais como ser de direitos. Lembremos que o ECA só surgiu após a Constituição, ou seja, após ter sido entendido na própria constituição que a criança e o adolescente eram ser de direitos. Portanto, podemos perguntar quem é o ser a qual se reconhece e compromete com o direito de proteção social? Evidente que são todos os cidadãos. Mas aí a segunda questão, o que cabe assistência social afiançar? A emanação do direito Constitucional à assistência social fluiu menos, portanto, da consciência social madura à proteção social, e mais de uma divisão político institucional de atribuições da previdência social premida pela regulação do seu financiamento como o seguro. Portanto, não havia naquele momento uma base humanista pré-construída na sociedade brasileira, propugnando por um conjunto de proteções sociais fora das relações de trabalho, fora das relações do emprego, asseguradas genericamente ao cidadão, fora, portanto, da legislação social do trabalho, ou da condição sócio ocupacional. À época, o debate político sobre a política de assistência social estava restrito a alguns pesquisadores do Rio, ligados a ABRASCO, de São Paulo, ligados à PUC e à Própria ANASELBA, que era a Associação Nacional de Servidores da LBA. Após a Constituição de 1988 pesquisadores da UNIBAM também se juntaram a isto.

A não ocorrência de uma situação ampliada na sociedade, portanto, determinou, eu diria assim, que a Constituição não revelasse para nós, de pronto, o conjunto desses direitos. Por isso nós temos ainda o caminho de transitar pelo legislativo também quanto a esses direitos. Pelo contrário, na verdade, havia até uma discriminação, à época, para discutir assistência social, confundida com assistencialismo e por isso negadora de direitos. Antes mesmo da Constituição Federal de 1988, Sônia Fleury Teixeira, da FGV do Rio, mostrava o paradoxo em que se assentavam as atenções de assistência social, e ela denominou esse paradoxo de cidadania invertida, que muitos usam isso sem citar a sua autora. O usuário de atenções da assistência social primeiro, dizia ela, precisa mostrar que não tem condições para depois poder ser incluído. Sua avaliação, portanto, a avaliação deste usuário não é pelas suas capacidades, mas pelas suas incapacidades. Ora, as incapacidades são a negação do próprio direito. Esse procedimento discriminatório retira o conteúdo sócio-educativo das aquisições dos serviços socioassistenciais. Nós só podemos ter dimensão sócio- educativa quando enxergamos no outro capacidades, não insuficiências. Portanto, com isso não tendo esta leitura, nós terminamos por reduzir a assistência social, somente acessos materiais. Os benefícios são acessos materiais. O que significa uma parte da responsabilidade da política, mas cabe o desenvolvimento das potencialidades do cidadão, da capacidade protetiva da família, da conviviabilidade através dos serviços, fazendo esse *link* entre o beneficiário e a rede de serviços. Mais pactos institucionais e intersetoriais completam esta sustentabilidade das ações de assistência social.

Chamo agora a atenção para terceira e ultima questão no meu tempo, que já está terminado. O avanço dos direitos socioassistenciais está diretamente relacionado a

efetiva criação de vínculos entre beneficiários a serviços socioassistenciais. Não temos ainda, o claro dimensionamento da rede de serviços necessária. Luciana já nos mostrou isso também. Chegamos, dizia o nosso Presidente do CNAS, na abertura dessa Conferência, a quatro mil CRAS no país. A próxima pergunta seria: - Quantos beneficiários nós temos? Luciana nos respondeu a pouco, que nós temos por volta de quinze milhões famílias beneficiárias. Fazendo uma avaliação entre cinco mil referenciados por CRAS*,* nós precisaríamos de três [ ] mil CRAS no país. Mas o que acontece? Nós temos 5.564 municípios. Portanto, se eu tiver, no mínimo, um CRAS por município e a multiplicação de *CRAS* conforme o tamanho populacional da cidade, e nela, da incidência de número de beneficiários. Eu me assustei aqui, quando o Prefeito de Recife falou que quase a totalidade da população do Recife seria demandatária, imagine aí o numero de CRAS que teria que ter. Isto nos faz, praticamente, avançar numa previsão que nós precisaríamos alcançar acerca de 10 mil CRAS no país. E, como disse Luciana, nós temos que ter esta perspectiva e ir constituindo essa rede progressivamente. Estimo ainda que a atual rede instalada de serviços socioassistenciais próprios e em parcerias, sobre várias formas, esteja por volta de quinze mil unidades. A PEAS, pesquisa sobre as entidades de assistência social, identificou dezesseis mil unidades, mas disse que 30% não estão registradas nos Conselhos. Então, estamos falando de um universo de dez mil organizações, quatro mil CRAS, nós estamos aí por quatorze mil e mais um tanto. Entendo que aproximadamente a rede instalada no país está por volta de quinze mil unidades. Mas nós não conhecemos, em detalhe, a capacidade e a qualidade dessa rede. Exatamente aquilo que também dizia Luciana, para nós fazermos esta relação entre oferta e demanda, este dimensionamento. Porque esse dimensionamento é essencial para concretização do direito.

Pra concluir, eu retomo um aspecto aqui do caderno de texto, onde digo que na construção do decálogo dos direitos socioassistenciais, nós mostramos forte preocupação com a igualdade e com a equidade, no sentido de construir acesso a toda a demanda, incluir tanto a população urbana, como a população rural, respeitar a sua diversidade. Dissemos que nós queremos a ruptura com as formas da tutela, da discriminação, de desrespeito à diversidade no processo de atenção aos usuários, direcionando serviços para a construção da autonomia. Todavia, nós ainda não construímos, pelos exemplos que acabamos de dar a pouco, mecanismos e ações concretas mostrando, que, na verdade, a assistência social confronta mesmo essas discriminações a partir dos seus próprios serviços.

A professora Carmelita nos mostrou ontem que há um vazio do assumir pelas gestões estaduais de ouvidoria, de campos de defesa do direito que são essenciais neste processo. A qualidade das atenções, dizemos nós também no decálogo, inclui infra-estrutura, capacidade técnica, a sensibilidade, prioridade na atenção, co-financiamento entre os entes federativos. Este co-financiamento ainda também está posto como um grande desafio pelas conclusões apresentadas ontem. A presença de espaço para o usuário, por meio da efetiva gestão democrática da política, também nós colocamos como um direito a ser assegurado. A perspectiva do desenvolvimento social sustentável, por meios de pactos mecanismos articulação setorial.

Portanto este decálogo de direitos precisa ser consolidado, acrescido evidente aqui no nosso debate, para que de fato se torne fortalecedor das proteções a serem asseguradas pela assistência social. Esta consolidação supõe ainda a constituição, no âmbito da justiça, da processualidade jurídica desses direitos, para que eles não sejam tão só mais direitos de papel, e aí eles ficam mais alinhados com a desproteção do que de fato com a proteção social. Muito obrigado.

Coordenação de mesa
Nós gostaríamos de agradecer a professora Aldaíza, pela brilhante exposição, ela colocou muitos ingredientes para utilizarmos, daqui a pouco no debate. Aproveitando o ensejo, eu gostaria de dizer que o debate será a pós a apresentação do Deputado Raimundo. Já gostaria de orientar as pessoas que queiram participar do debate que possam encaminhar os crachás para a mesa receptora de apoio, se quiser fazer utilização dos microfones. Caso queiram fazer por escrito, que também encaminhem a pergunta por escrito à mesa de apoio. Lembrando ainda que faremos no debate, bloco de três perguntas, sejam escritas ou orais, e a intervenção máxima de três minutos, porque temos uma hora para debate, e pretendemos atender, pelo menos, quatro blocos de três intervenções. Muito obrigado.

Coordenação de mesa
Passo a palavra para o deputado Raimundo Gomes de Matos.

Sr. Raimundo Gomes de Matos
O nosso bom dia a todos os presentes. Quero dizer da satisfação de estar ocupando essa mesa, dividindo esse espaço representando aqui a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, representando aqui o legislativo, queremos expressar o reconhecimento ao Conselho Nacional de Assistência Social em abrir esse espaço, através do Presidente Sílvio, através de todos esses que fazem o Conselho nacional. E a partir desse momento, nós teremos, com certeza, novos momentos na Política Nacional de Assistência. No momento em que o parlamento não só a nível federal, mas também através das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais, poderá ter espaços suprapartidários para debater a questão da política da assistência social. Nós acreditamos que para fortalecer o pacto federativo, nós precisamos aprimorar as relações entre os poderes e essa relação entre aos poderes dar-se-á tanto quanto nossa capacidade de engajarmos entidades não governamentais, entidades governamentais, numa proposta de transparência, de ética, para atendermos realmente e fazer com que tudo que é preconizado na nossa Constituição possa realmente ser cumprido, possa realmente ser estabelecido.

Nós tínhamos preparado algumas apresentações, mas depois das duas catedráticas que forem expor aqui eu vou me reservar na minha humildade, na minha falta de grandes conhecimentos específicos na área da assistência, até porque a minha formação é de medico e a experiência que eu estou tendo, e que tive na assistência social, foi com a nossa equipe lá do estado do Ceará, algumas das meninas estão aqui presentes. Aprendi

muito no Ceará na área da assistência, junto com os demais Secretários de Estados, quando à frente do FONSEAS, lado a lado também com a equipe do Ministro Patrus Ananias na construção do SUAS. E, nesse momento, nós acreditamos que todos os delegados, todos que estão presentes a essa Conferência, todos os observadores, têm essa grande missão de, através de tudo que foi repassado, de todo esse material que precisa ser, lido, discutido, mais amplamente também nos estados e municípios, nós possamos ter essa perspectiva de um novo rumo e a clareza de termos todo esse processo de amadurecimento de um Sistema Único de Assistência Social. Não é uma questão só de recursos financeiros, é muito mais que isso. São metodologias que precisam ser aplicadas, são pactuações que precisam ser firmadas, é a questão do monitoramento, é a questão de a quem esses serviços devem ser prestados, para que nós possamos cumprir os preceitos constitucionais e o parlamento possa adequar. A professora Aldaíza falou muito bem, a Constituição está há vinte anos, é de 1988. O sistema de direitos foi preconizado em uma visão que hoje está muito mais avançado, muito mais moderno, então em vinte anos, aquela constituição cidadã, precisa ainda muito dos seus termos serem regulamentados, alguns precisam ser modificados, para que nós possamos ter todo esse avanço na assistência social.

Rapidamente, vamos passar a nossa apresentação. A gente coloca o tripé da sociedade social como esse conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade. É muito importante nós termos a sociedade como um participante ativo, a clareza da missão das articulações não governamentais, a clareza do Conselho Nacional de Assistência Social, de fazer todo o reconhecimento, dentro do tripé da assistência social, da saúde, ter esse acompanhamento. Não só o Conselho Nacional, mas o Conselho Municipal, a instância do Conselho Estadual. E a gente observa as grandes disparidades que acontecem nesse tripé, na saúde, na previdência e na assistência.

E na questão da nossa área não contributiva, a gente observa com mais clareza ainda essa disparidade. O que nós pretendemos com a universalidade da cobertura do atendimento, na uniformidade e equivalência dos benefícios, na questão da equidade dos custeios, na questão das vinculações tributárias? Se nós no dia-a-dia estamos convivendo com essas disparidades e o painel de hoje é justamente para analisarmos o aprimoramento, o aprofundamento, para vermos a insuficiência de prestação de serviço, a afirmação dos direitos e o surgimento de novos direitos. À medida que se atende novos direitos, é natural do cidadão e da conjuntura do meio em que se vive, nós buscarmos outros direitos. Nós precisamos estar sempre avançando se e adequando aos novos direitos do cidadão, a partir dos impostos que pagam, exigir que o governo dê uma resposta para suas necessidades. Assim também como as proteções do Sistema Único de Assistência Social.

E nós precisamos buscar, nessa disparidade da saúde, da previdência e da assistência. E essa disparidade não se observa somente no executivo, se observa no legislativo. A nossa apresentação, não vai ser como a primeira que era uma parte mais técnica e bem exposta de forma catedrática, pela professora Aldaíza e a Luciana, mas é voltada principalmente para o aspecto legislativo. E chamar a atenção de todos para a visão de

que nós precisamos ter musculatura, articulação, precisamos estar presentes nas decisões, nos aspectos legislativos em todas as esferas para que possamos nós possamos construir um Sistema Único de Assistência Social.

Nós vemos, em épocas anteriores, uma participação mais ativa no SUS. Ainda hoje a dezesseis anos do SUS, ainda estamos para regulamentar a emenda 29 no tocante aos recursos do SUS. O SUAS já avançou bastante, mas o seu aprimoramento vai depender muito da participação dos conselhos em todos os dias. Vai depender muito da visão e da integração que possam ter todos os atores, a partir das suas mobilizações, para fazermos os grandes avanços que são necessários e os desafios que, com certeza, ao finalizar o relatório final dessa Conferência vão surgir, e necessidades de novas pactuações, a partir do auscultado no município, no estado até esse nível.

Pra se ter uma idéia a Comissão de Seguridade Social, que é a comissão da Câmara Federal, responsável em avançar no sistema da seguridade social, lá nós debatemos três itens, a previdência social, a saúde e a assistência social. A partir desse período legislativo, a idéia de se formar, de se criar uma mobilização na assistência social. É para nós avançarmos, é para nós darmos conhecimento ao parlamento das necessidades que nós temos, das necessidades que nós precisamos, de também colocar em pauta a assistência social. Pra se ter idéia, o ano de 2003 foi um ano mais vinculado a previdência social: vinte e três projetos de leis relativos à previdência social, nove audiências públicas. No tocante à assistência social, só aconteceram quatro projetos de Lei autorizados e três audiências públicas. E houve a criação do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome que o Ministério e o Ministro Patrus está tendo a capacidade, como ex-parlamentar e Ministro que tem também um grande trânsito no Congresso, tem facilitado a tramitação de alguns projetos. A gente pode citar até a LOSAN, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, que transitou praticamente durante um ano. Mas foi necessário o Ministro Patrus, diuturnamente, estar conversando com os parlamentares, estar presente na Comissão de Seguridade Social, estar presente naquela casa legislativa para que nós pudéssemos avançar.

No ano de 2004, a principal bandeira da Comissão foi a regulamentação da PEC, a que eu me referi, a PEC da saúde. E teve também a iniciativa do deputado Eduardo Barbosa da PEC, da tentativa de nós vincularmos recursos para a assistência social, que foi a PEC 431, que propõe a vinculação de recursos para assistência social e que tramita desde 2001. Nós estamos em 2007 e vamos entrar em 2008. Essa matéria da vinculação houve alguns debates, avanços, transitou em varias comissões, está pronta para ir ao plenário, mas, infelizmente dos 531 Deputados Federais, nós não temos articulação interna para levar essa matéria a plenário, até porque se precisa fazer novas pactuações, dentro do Pacto de aprimoramento, dentro das federações com os prefeitos, com os gestores, com a área econômica, desses recursos da assistência. Essa matéria sendo apreciada em 2008, provavelmente será derrotada, até porque precisamos ter a mobilização de 308 deputados federais.

A articulação máxima que nós conseguimos são 200 parlamentares, então seria um suicídio colocarmos isso em apresentação, porque seremos derrotados. É preciso ter mais mobilização nesse sentido. É preciso ter a partir dos municípios, a partir dos parlamentares que são votados nos estados, nos municípios, nos Conselhos Municipais, por exemplo, convidar um parlamentar para uma reunião no Conselho Municipal. Convidar os parlamentares para um debate nas Assembléias Legislativas, para que nós possamos ter densidade e avançarmos em todas as proposituras que apresentam na Comissão de Seguridade Social e das iniciativas que têm os parlamentares.

Então dando seqüência, a gente observa que na área da saúde, no ano de 2004, houve dezenove audiências públicas para se debater o SUS. Então houve grande mobilização do sistema SUS. Houve três audiências públicas relativas à previdência social e somente duas relativas à assistência social. Quer dizer, há uma disparidade muito grande quando a gente observa que não existe essa articulação, que tem que partir também do Conselho Nacional, tem que partir das Câmaras Estaduais, dos Conselhos Estaduais com os municipais, os avanços já a partir da Presidência do Sílvio têm feito que por mais de uma vez, o Presidente Sílvio esteve também na Câmara para expor o orçamento, para conversar com os parlamentares, nessa construção dessa proposta, para que nós possamos garantir realmente a consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

O ano de 2005 nós vamos verificar que foi mais vinculado à violência doméstica e familiar contra a mulher e que determinou a obrigatoriedade do atendimento interdisciplinar da vítima de violência. Mas mesmo assim, a gente observa que a casa trabalhou muito mais pela saúde. É claro que possa até ser que a saúde tenha um apelo mais direto, mas muito pelo contrario, a assistência social tem um apelo tão forte quanto o da saúde, quanto das demais matérias discutidas naquela casa. Nós observamos vinte audiências públicas na saúde, três na previdência social e mais uma vez somente duas na assistência social. Então a abertura, eu creio que pela primeira vez, nas cinco Conferências anteriores o parlamento não teve oportunidade de compor uma mesa. E esses dados chocam, realmente, a todos com certeza, para que nós possamos despertar. Muitas das normalizações que precisam ser construídas, algumas delas poderão ser como um Decreto Presidencial, como Medida Provisória, por Portaria Presidencial, mas mesmo que por Medida Provisória, mesmo por Decreto, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, poderá interpor em determinadas instâncias. Então, precisa ter o legislativo presente no tocante a sua participação. E há, inclusive, um questionamento nos Conselhos Estaduais se as Assembléias Legislativas poderão e deverão participar dos Conselhos Estaduais. Em determinados estados existe essa dificuldade dessa clareza, o representante da assembléia legislativa participa como governamental ou não governamental, por ser um outro poder? Precisa ser normatizada essa questão. Em muitas delas por não se ter essa clareza, às vezes é mais fácil não trazer ninguém da assembléia legislativa. Precisamos normatizar essa questão. Na nossa visão, é importante se ter o parlamento do conselho, porque pode encurtar vários passos de interlocuções, poderá dar transparência a vários aspectos da legislação, principalmente orçamentária. Agora, é preciso ter essa clareza da normatização, para

que possamos ter esse ganho. Então o ano de 2005 não foi tão diferente quanto 2004 e 2003.

Vamos agora para 2006. Pela determinação e articulação que o Ministro Patrus fez com a casa conseguiu se aprovar a LOSAN. Quer dizer, foi um ganho para o sistema de seguridade social e para o SUAS. E apesar de nós temos aprovado a LOSAN, mais uma vez a saúde realizou oito audiências públicas, a previdência social uma audiência pública e a assistência social, duas audiências públicas. E isso em virtude da LOSAN, pela primeira vez, a assistência passou da previdência social. Então a gente observa que a articulação governamental, a articulação da assessoria, das diretorias e Secretarias do Ministério, a partir da Secretária Márcia Lopes, há sempre essa construção de entrosamento entre os dois poderes e isso é salutar. A Frente Parlamentar é suprapartidária, praticamente têm 16 partidos que tem parlamentares que compõem a Frente Parlamentar e que se tenta buscar um trabalho legislativo nessa visão.

O ano de 2007, a casa possui 98 proposições referentes à LOAS. Existe propostas de todos os níveis e nós precisamos ter clareza nessas propostas. A Deputada Ângela Portela e a Deputada Fátima Pelaes, que foi relatora na época da LOAS, estão com essa missão de articular aqui com os parlamentares para que em 2007 possamos ter esses avanços, na questão dessas propositoras. A PEC de vinculação do deputado Eduardo Barbosa, nós precisamos ter uma articulação, refazer as novas propostas dentro desse pacto federativo, dentro do pacto de aprimoramento assinado pelo Ministro Patrus com os demais Secretários de estado representando os governadores, para que nós possamos ter essa articulação. A nossa proposta é que, realmente, possamos fazer com que os estados, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais, a partir dos Conselhos Estaduais e municipais, possam fazer essa articulação nessa construção de adequação das constituições estaduais à Constituição Federal e às novas normatizações. Porque muitas das vezes há uma dissonância na estrutura da organização em nível de estado, em nível de município. O próprio Ministro Patrus, já vai apresentar a proposta organizacional do Ministério, propondo uma organização de estrutura permanente, porque quem observou na palavra do Ministro Patrus, o Ministério vem fazendo milagres, pode-se dizer assim, em virtude da falta da estrutura física adequada, da estrutura organizacional para dar resposta a todas essas demandas.

E para nós avançarmos, garantirmos a resposta aos estados e municípios, a partir do próprio Ministério, nós precisamos ter esse quadro definido. Mesma coisa no tocante à NOB de Recursos Humanos. A partir das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas deveremos já começar a dialogar com o legislativo toda essa normatização, para que nós não tenhamos dificuldades mais graves ainda em implementar o sistema nos estados e nos municípios. A NOB de Recursos Humanos, precisa já ser amplamente debatida nos Conselhos estaduais com as Assembléias Legislativas, até porque muitas delas, infelizmente, a força do governo é muito presente em determinados conselhos. A força dos prefeitos é muito presente em determinados Conselhos Municipais, e se nós abrirmos esse diálogo, esse debate antecipadamente, fica menos dificultoso nós fazermos essas pactuações. E em virtude dessa dificuldade que se tem na Câmara

Federal, na Comissão de Seguridade Social de trabalhar a área da assistência, avançar desmembrando um pouco da previdência, desmembrando um pouco da saúde.

A frente parlamentar apresentou uma proposta de Resolução ao Presidente Arlindo, para que nós tenhamos comissões específicas permanentes da área da assistência social, como têm a comissão de educação, como tem a comissão de saúde, como tem a comissão de turismo. Por quê? Porque se nós ficarmos sempre a reboque da saúde, sempre a reboque da previdência não existe ainda um entendimento, não existe um conhecimento, naquela casa legislativa, da necessidade que nós precisamos avançar no Sistema Único de Assistência Social. Muitos parlamentares ainda não conhecem muito bem ainda quem é o SUAS. Nós tivemos dificuldades para garantir esse apoio dos 200 parlamentares. Então, a missão de cada Conselho Municipal, de cada Conselho Estadual é tentar reunir a bancada nos seus estados, de deputados federais e de deputados estaduais. Para que ao ser apresentadas proposituras, nós possamos ter celeridade nesse processo. Estamos concluindo.

Outro aspecto. Todas essas normatizações, é claro, que os senadores e os deputados têm a prerrogativa de apresentar as iniciativas de leis, mas as iniciativas ao legislativo, não compete somente aos parlamentares. Algumas matérias vem do próprio Planalto, do Presidente da República, outras dos Tribunais Superiores, mas a população, o cidadão pode também se mobilizar no tocante a apresentar propostas de iniciativas para serem avaliadas naquela casa, por intermédios das organizações não governamentais, por intermédio da entidade de sociedade civil e os próprios conselhos poderão também ter essa grande mobilização. É claro que existe a normatização de necessidade de 1% do eleitorado, no mínimo, de apoio do eleitorado para que se apresente uma propositura aquela casa. Em pelo menos em cinco estados da nação, nós possamos ter 3/10 de apoio, para que a casa receba alguma iniciativa. Então, existem várias formas de apresentação e de participação e nós acreditamos que com esse espaço constitucional que são as frentes parlamentares, nós possamos dar esse contributo, nós possamos avançar nessas pactuações que precisam ser feitas.

Nós acreditamos que a partir desses espaços, a gente reafirma essa grande necessidade que temos de fazer essas mobilizações. E, para concluir, a gente precisa repetir que todos os direitos de proteção social da assistência social consagrados em Lei para todos, são direitos de todos e todas de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro, a proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito. As observações da nossa professora Aldaíza são muitos importantes no sentido de nós rompermos os preconceitos. A dificuldade que se teve, em nível de parlamento, para construção dessa Frente daria um tratado. Até porque muitas pessoas diziam: - Ah, já existe o SUS para que fazer o SUAS? Quer dizer, um nível de não compreensão ainda desse novo sistema.

Então compete a todos nós termos essa compreensão, que esse exercito que é a assistência social. Em determinado momento está inerte, numa determinada força que tem de fazer mobilizações, de colocar a bandeira da assistência como prioridade, como

meta a ser estabelecida, já que existe a partir do Ministro Patrus, a partir da Política Nacional, do Conselho, essa visão. E a nossa articulação é nesse sentido: de fazer realmente com que as coisas possam acontecer. Eu me coloco a disposição de algum questionamento, mas já desejo um feliz natal e que em 2008 nós possamos inverter esses dados aqui no nosso parlamento. Muito obrigado.

Coordenação de mesa

Nós agradecemos a participação do deputado Raimundo de Matos, e informarmos que as inscrições estão encerradas, em virtude já temos mais de 20 intervenções. Eu gostaria de solicitar as pessoas que irão fazer a intervenção oral que possam ser bem concisas e objetivas na pergunta, por gentileza. Nós vamos começar para que vocês possam se organizar, com um bloco de três perguntas escritas para que vocês possam ir se organizando. Vou pedir ao meu companheiro de coordenação de mesa, para que já leia uns cinco nomes paras pessoas se posicionarem para gente agilizar. Obrigado.

Coordenação de mesa

O primeiro questionamento é para a professora Aldaíza, *explicar a universalização de atendimento. É universalização para toda a população, independente da sua situação sócio econômica, ou universalização do acesso a bens e serviços a quem dela necessitar?* Em seguida é para a professora Luciana: *no Brasil estamos avançando na implantação dos direitos de seguridade, e conforme seus estudos e de outros teóricos sobre Programa Bolsa Família, especificamente pergunto: - Diante dos problemas históricos e culturais, desemprego desigualdade em distribuição de renda, desigualdade de graduação escolar, e conseqüentemente desqualificação profissional e outros, qual é a forma de se efetuar a porta de saída, a tão sonhada autonomia socioeconômica para as famílias inclusas no Programa Bolsa Família?* Professora Lucia. De Anderson Alves Rocha, Araxá Minas Gerais, para professora Aldaíza: *primeiro, penso que para superar uns dos entraves colocados pela senhora, a respeito dos serviços prestados pelo poder público, e principalmente por organizações privadas é migrar da filantropia para a responsabilidade social. Como tornar possível essa migração? Segundo, é interessante notar que essa ideologia do coitado que legitima a pobreza, é preconizada pelos próprios técnicos, servidores da assistência social*. E para a professora Luciana: *em que sentido o BPC, equiparado ao salário mínimo, seria um perigo e caberia uma discussão?*

Sra. Aldaíza Sposati

Bem, quanto a questão da universalização, repare que a própria pessoa que perguntou, diz assim: - Quem deve ser atendido? E eu creio que tentei dizer um pouco, na minha fala, que estamos mais habituados a primeiro segregar, definir, entre aspas ‘o destinatário’ (eu não gosto deste nome porque parece coisa de envelope para correio), ou na verdade a população alvo, que também é um negócio meio da mira, mas eu acho que o que devemos colocar de fato em questão, é quais as atenções que devem ser prestadas, e isso que é difícil. Então, na verdade, se nós temos por objeto a capacidade protetiva da família, imediatamente, e é isso que eu tentei dizer, todas as famílias que por ‘n’ questões têm essa capacidade protetiva reduzida, não potenciada, eu ainda elenquei

algumas situações, até mesmo as pessoas que não contam com a capacidade protetiva, ela pode ser ausente a pleno e não só negligências e tal.

Todas essas famílias, independente de renda, elas são parte da demanda da assistência social. Então, há um conceito que se constrói de universalidade, acima do real. Então, digamos assim, todos os brasileiros, é universal, que eles sejam educados. Todavia, cada serviço da educação atende, ou a educação provê, determinadas atenções na educação, umas mais, outras menos. Então, eu acho que essa discussão mesmo, como diz a Constituição, a quem dela necessitar, então, é a quem necessitar de proteção social. E qual proteção social, neste momento histórico, a assistência social constrói respostas? E daí em que quantidade, em que qualidade? Entramos numa segunda questão. E como dizia Luciana: - E qual é a demanda que temos por essa atenção? Qual é o universo de famílias, por exemplo, em situação de negligência, ou famílias com violência ou agressão, ou famílias que demandam, nesta relação, ou demandam, digamos, o fortalecimento de sua capacidade, e não a tem? Por vezes, e é incrível, a gente faz só o raciocínio econômico. Agora mesmo ouvi uma pergunta da porta de saída e da autonomia, pensada outra vez em renda, que é o horizonte da sociedade de mercado, que é o horizonte que diz: - Com dinheiro no bolso você compara qualquer coisa. A proteção social não é uma mercadoria comprável. Ela é parte das relações, ela é parte de um investimento de desenvolvimento de condições. Ninguém compara pacote de proteção social.

Então eu acho que é claro que uma das proteções tem a ver com a segurança de sobrevivência, mas não é em absoluto a única e nem ela tem a resolutividade da proteção. Pode ser para dimensionar benefício, mas não absolutamente para dimensionar serviços. Então, na superação do estigma que o nosso amigo abordou, e fala da migração da filantropia para a responsabilidade social, eu tentei dizer embora, evidentemente isto passa pela questão da responsabilidade, mas eu acho que a migração tem que ser para o direito de cidadania. E eu tentei dizer que o paradigma da filantropia é de ajuda. Ninguém está dizendo agora - Ninguém ajuda ninguém. Não é isso.

O que estamos tentando dizer é que a assistência social não é igual a... É outra coisa, e essa outra coisa é que precisa ser implementada, do ponto de vista de ser uma atenção como direito. Envolve responsabilidade, mas é mais do que responsabilidade social, porque precisa ter garantias de direitos sociais e esse circuito, há pouco o deputado Raimundo acentuou muito bem, ele não é ainda um circuito que esteja efetivado em todas as instituições brasileiras. E daí, inclusive o nosso amigo que pergunta faz uma certa denúncia, em que muitos técnicos terminam também legitimando a pobreza porque consideram que a assistência social é uma política para o pobre. É de cansar isso, a gente dizer que nenhuma política social resolve a pobreza. Pobreza é uma situação interpretativa da desigualdade, é um termo interpretativo para não falar claramente que o país não tem distributividade, e redistributividade. Então, política social na sua perspectiva, ela trabalha com outra dimensão, ainda que possa ter efeito sobre a pobreza. Mas o horizonte, volto a dizer, pobre, pobreza são conceitos interpretativos e discriminatórios, porque retiram o cidadão dessa condição da igualdade de direito. Então,

isso precisa ser muito refletido entre nós, o que não quer dizer que os serviços de assistência social não levem a melhores acessos. Mas isso não é função única, absolutamente, da assistência social. Se assim o fosse, ela só se apresenta como um grande paliativo, um grande ilusório na sociedade.

Sra. Luciana Jaccoud

Vou aproveitar as colocações da Aldaíza, para responder a pergunta sobre as portas de saída. É uma pergunta muito boa que nos permite exatamente precisar, como já disse a Aldaíza, as proteções que cabe a assistência social garantir e elas são distintas. Uma é justamente a proteção de renda, a garantia de renda, segurança de renda que cabe à assistência social, mas no conjunto da seguridade não só à assistência social, mas também a previdência e há um conjunto de políticas intermediarias entre essas duas que começam a ser estruturadas desde a constituição da previdência rural. E além da garantia de renda, as outras seguranças que cabem a assistência social e, em especial, quando a gente pensa em porta de saída, a segurança de autonomia e a segurança de convivência.

Eu queria chamar a atenção de que fazendo essas reparações, a gente não está segmentando o usuário. A gente está apenas ganhando clareza em relação á tarefa que cabe a assistência social. E essa tarefa ela é difícil, dado a complexidade da realidade social com a qual a assistência social tem que lidar. Eu queria relembrar com relação aos beneficiários de transferência de renda e, em especial aos beneficiários do Programa Bolsa Família, quando a gente faz o levantamento do perfil desses beneficiários, a gente encontra um universo absolutamente díspare. Encontra tanto idosos que não contribuíram para previdência e estão em situação de indigência e recebem um benefício que poderia ser similar a uma aposentadoria, e que estão acima do teto de indigência, que dá acesso ao BPC, mas estão em relação a sua renda familiar ainda em condição de receber o Bolsa Família; a gente encontra pessoas que estão em dificuldade de participar do mercado de trabalho, mas encontramos desempregados temporários, pessoas que trabalham sem renda, economia de subsistência nas suas várias modalidades e nós encontramos pessoas que estão inseridas ativamente no mercado de trabalho.

Eu vou chamar a atenção, por exemplo, para as empregadas domésticas que é um público significativo entre a população trabalhadora que está sendo beneficiada pelo Programa Bolsa Família. O que eu queria chamar a atenção com relação a isso, é que quando a gente fala em porta de saída, a gente está pensando num usuário padrão e, na verdade, o Programa Bolsa Família está lidando com uma complexidade muito grande de situações sociais. Algumas dessas situações sim, cabe a assistência social ofertar não portas de saída, mas serviços de promoção de autonomia, de convívio, nas suas diversas modalidades. Outros serviços esses usuários devem sim obter, de outro conjunto de políticas sociais que possam garantir a sua proteção social, na especificidade da sua desproteção. Com relação ao Benefício de Prestação Continuada, se a equiparação do salário mínimo é um perigo, no meu ponto de vista não, absolutamente! Não é um perigo, é uma garantia importantíssima, é um direito social de maior relevância em impactos altamente positivos no país. Inaugura uma proteção e um direito para uma população que

até então não era acolhida por um sistema de proteção social brasileiro e ela é vinculada a um salário mínimo, porque, se destina as pessoas que estão dispensadas de participação no mercado de trabalho. É uma renda de sobrevivência.

E, do meu ponto de vista, não compete com benefício previdenciário, porque efetivamente se destina a uma população dispensada de participação no mercado de trabalho, mas em situação de extrema pobreza. O que nós temos que fazer para convergir a política do BPC com a política previdenciária é justamente reconhecer uma desproteção de uma parcela importante da população que nem contribui para previdência e nem está em situação de extrema pobreza que dá o direito ao Benefício de Prestação Continuada.,E essa população continua descoberta, essa ponte entre o benefício de prestação continuada e a previdência social precisa ser feita através de políticas específicas.

Coordenação de mesa
Eu gostaria de solicitar e pedir a compreensão dos amigos lá do fundão, da galera, que pudessem ter um pouco mais de concentração, que estão desconcentrando os companheiros. Vamos para o primeiro bloco de perguntas orais começando pelo Sebastião e o Daniel também já vai fazer a leitura dos três próximos para gente agilizar.

Coordenação de mesa
Temos uma quantidade grande de inscritos, quase trinta, quanto menos tempo nós levarmos com as perguntas e com as respostas, mais gente terá a oportunidade de falar. Espero que vocês tenham isso em mente. Eu convido Sebastião Oliveira, logo em seguida, Maria Aparecida Baião e André Luiz Tavares para fazerem uso do microfone. Por favor, fiquem próximos e preparados, Gilmar Aleixo, Moacir João da Silva e Solange Bergamin.

Sr.Sebastião Oliveira
Eu vou precisar aproximadamente de três minutos. Primeiramente, quero saudar a todos, assistentes sociais, trabalhadores que vieram, largaram o fim de semana, mesmo estando perto do Natal e vieram para discutir essa questão, porque é o que nós usuários muito buscamos, é o perfil daqueles que trabalham com os usuários e acolhidos da própria assistência. Primeiro isso é um agradecimento a todos vocês. E aos usuários principalmente, que desde as conferências regionais participaram, das municipais, das estaduais e assumiram o compromisso e vieram para nacional. Porque também é muito complicado você volta e o usuário reclama: - Ah! Eu não fui para Conferência. Mas você pergunta se ele participou das conferências, mas ele não quis participar, ou não ficou até o final.

Mas é uma pergunta para mesa e depois de uma carta que eu escrevi e peço aos conselheiros do CNAS, não tomem como uma crítica para que se magoem, é construtiva. Primeira pergunta para mesa, já agradeço a professora Aldaíza, muito obrigada, eu agradeço e aprendo muito com ela, ela não sabe, mas eu sou fã dela. Mas eu pergunto: por que é que o usuário não fez parte da mesa de discussão plenária, mesmo tendo

confeccionado texto para o livro texto da Conferência? Será que somos tão burros, tão incapazes assim, que não contribuiríamos? A carta. Eu quero agradecer, não quero desconstruir a porta que foi aberta, peço perdão aos usuários, que dizem: - Ah, o cara que foi lá nos abriu a porta e já se fechou. Não estou fechando. É abrindo de forma completa e melhor, mais respeito e dignidade para todos.

Do segmento dos usuários. Da parte das oficinas estamos sendo mais felizes, ontem tivemos a apresentação do GTI População de Rua. Pelo MDS estava a Solange Martins do MDS e representando o movimento nacional dos habitantes de rua, estava o Samuel e apresentaram a pesquisa da meta que está sendo feita no país sobre população de rua, estava a Júnia e alguns nomes que não precisa ser citado aqui, Carmela. O debate foi produtivo bastante. Podemos levantar contatos e articular futuros encontros para trazer para a articulação de representantes de vários estados e municípios que pode alavancar a organização do movimento nacional da população de rua e a mobilização onde não há nenhum processo ainda, e algum tipo de trabalho sendo desenvolvido. Porque o movimento hoje se concentra entre São Paulo e Belo Horizonte, e é um movimento nacional, então não pode ser dessa maneira, a gente vai querer os contatos. Hoje, ás 11h20min tem painéis simultâneos, já farei parte pelo segmento dos usuários. Eu acho que temos poucos na Conferência como delegados. O que preocupa é se foi pouco empenho da parte nossa dos usuários, ou se as conferências regionais, municipais, e principalmente, as estaduais não foram bem divulgadas ou não se empenharam no sentido de viabilizar a participação dos usuários nessa Conferência.

Seguimos firmes, gratos ao MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social pela oportunidade e pela abertura de mais esse espaço de participação. Ressalvo a crítica pela falta de direito a voz na mesa de abertura, quando tínhamos oportunidade de dizer aos governadores estaduais e aos prefeitos, enfim, aos gestores municipais, algumas verdades e fazer reivindicações e cobranças. Principalmente, exigir respeito aos direitos humanos, e da necessidade de humanização para o atendimento das pessoas que estão vivendo na margem de exclusão. E ainda tivemos de ouvir os discursos deles, assistir os governadores serem premiados com troféus e placas da Conferência. Eu estou terminando, amigo... Ou seja, aqueles que nos perseguem, nos maltratam, despejam os sem teto, fecham cortiços, pensionatos, perseguem catadores de papelão, expulsam os moradores de rua para maquiar suas cidades, por meio de ações higienistas e preconceituosas, sendo homenageados, diante de nossos olhos, pelo Conselho Nacional de Assistência Social. E nós, assistindo a tudo sem direito a voz, perdemos um grande momento, de fato, para justificar a que viemos. Cumprir a nossa missão, eu me sinto mal, constrangido, porque, para eu estar aqui hospedado num hotel muito bom, comendo do bom e do melhor, sentado numa mesa recebendo aplausos, sendo honrado, mesmo sabendo que ia entrar mudo e sair calado. Enquanto os moradores de rua e todos que viemos representar os usuários, todas as pessoas atendidas ou precisando ser atendidas pela rede socioassistencial, pessoas sem voz e sem vez, que poderiam e deveriam ter tido fala delas aqui diante dos governantes: pra que estivemos aqui? Assistir e aplaudir, calar e consentir, como se tudo estivesse muito bem, tudo vai às mil maravilhas. Esse

momento o Conselho Nacional da Assistência Social nos furtou e nos fez vestir a carapuça da omissão.

Mas vamos em frente. No futuro, outros usuários estarão aqui e quem me suceder na mesa de abertura, quem sabe seja mais feliz e respeitado, porque, lamentavelmente dessa vez eu falhei. Obrigado. Queria combinar com os usuários para nos encontrarmos aqui ás treze horas e vamos analisar quem são os usuários no Conselho de Assistência social? Como tem sido esse conselho? Os usuários estão aqui? Gostaria que os usuários viessem aqui na frente. Parei. Então vou respeitar a mesa e agradeço. Agradeço também as pessoas que brigam dentro e fora do conselho para que os usuários sejam atendidos, para que isso mude. Tem a Rosana, a Ana Lígia que estava ontem, a professora Aldaíza.

Peço aos deputados, aos Conselhos que analisem a lei que a Aldaíza fez e vamos torná-la federal. Obrigar os governadores a pararem de expulsar as pessoas e atender. No dia em que eu estava na mesa, São Paulo pegou a assistência social, GCM, foram a Praça da Sé, a pedido dos comerciantes, prenderam, obrigaram a irem para o albergue, fizeram guerra de pedras e pauladas na Praça da Sé e justificaram com a cidade que eles não querem ir para o albergue e lá não podem ficar vadiando. E a cidade, os comerciantes deram entrevista parabenizando o Prefeito dizendo: - Isso mesmo, porque, a praça é de todos nós e esses moradores não podem ficar aí 'enfeiando', e isso não deveria ter sido passado com governadores e prefeitos sendo homenageados aqui. Isso tem que mudar. O conselho tem que tomar uma posição nesse sentido também. O Conselho dos Direitos Humanos de São Paulo já está agindo, os movimentos sociais de moradia, sem teto estão somando conosco para tomar alguma posição. Obrigado.

Maria Aparecida Baião
Bom dia a todos. Primeiro eu gostaria de dirigir a minha pergunta para Aldaíza. Primeiro, nós estamos na Conferência e eu não estou vendo assistência social preocupada com a prostituição infantil. A assistência social, nós sabemos que quanto mais distante o município, quanto mais distante o trabalho dos governos, pior é a condição da prostituição, pior é a condição de trabalhar a assistência social. Eu estava sentada com o companheiro aqui no primeiro dia de Conferência, ele faz trabalhos no Maranhão, Ceará, nesses lugares por aí. O trabalho deles é gratificante e não tem mão de governo, não tem mão de Prefeito, e isso não é novidade para ninguém. Então, a nossa preocupação, Aldaíza, é que quando se fala em cidadão, eu estou perguntando para você: - Como é trabalhar este cidadão? O que é que a assistência... Como cobrar desses prefeitos, desses governos essa assistência social? Porque para nós não basta os programas, o que nós precisamos é que o governo, ou os governos, tenham condições de trabalho para famílias com um salário digno. Não precisa ser essa exorbitância que os políticos ganham, não! Mas que tenham um trabalho. O cidadão para nós é esse conceito de sair de casa, trabalhar e no fim do mês, ter o seu dinheiro. Poder comprar onde ele queira com decência. Essa coisa de CRAS, nós estamos lutando por ela, eu sou do Conselho municipal de Belo Horizonte, nós fiscalizamos, porque eu sou da entidade civil, visitamos, acompanhamos, mas existem 'n' deficiências. E os lugares que não são implantados ainda? Quanto mais distante, pior é a miséria, pior é a pobreza, pior é a condição do

assistente social, do voluntário trabalhar, porque, o Prefeito não dá condição, o governo não dá condição. Eles não têm condução, não têm alimentação, às vezes nem para ele direito. Como que ele vai trabalhar esse cidadão? Então a nossa luta maior é para esse cidadão, Aldaíza. Então as capacitações no CRAS para os conselheiros, ela não passa primeiramente para os conselheiros, tem que vir também para o trabalhador e deve ser muito boa, a capacitação. Porque ele tem que ter condições espirituais principalmente, saber que a vida não é fácil, mas dedicar com amor, saber conversar com esses gêneros diversos no dia-a-dia, para que haja um CRAS de fato. E outra coisa que nos preocupa muito, é os direitos do cidadão. Isso é uma preocupação, uma bandeira. E a bandeira que nos preocupa que temos que levantar da cidadania, essa pobreza distante, essa prostituição. Porque quando falam assim: - A prostituição é porque a mãe não cuida, o pai não cuida ou porque deixa para lá. Eu acredito e sei pelos trabalhos que a gente tem às vezes, não é bem assim. É o desespero mesmo de não ter um trabalho e ter que viver de miséria. Porque a cesta básica esta faltando em diversos lugares, por falta de interesse. De quem será? Porque já tem quatro a seis meses que em diversos lugares a cesta básica não chega. Aí vem o desespero da família, não tem dinheiro, não tem cesta básica. Não tem onde recorrer, quando ele vai buscar uma informação ele é mal atendido, muitas vezes por técnicos e por pessoas que ali o acolhem. Então essa é uma bandeira que nós não podemos deixar ficar esquecida nos cantos. Pra encerrar eu gostaria... Acho que é até mesmo um desabafo. O maior desafio para nós, conselheiros, eu estou falando em meu nome, porque, ninguém me delegou a falar em nome... mas diante de um trabalho que a gente tem grandioso, eu acho que o nosso desafio, o desafio da assistência social que está colocado para nós, Aldaíza, eu acredito que no dia em que a política tiver força sobre o político, o Congresso, a Câmara e todos os demais que o seguem, no dia em que o Presidente tiver força para fazer a reforma tributária desse país, e dividir o dinheiro desses políticos, vai dá para ter um Brasil forte, rico, produtivo e de acesso para toda essa pobreza. Não precisará que os companheiros que moram na rua vir aqui se humilhar diante de uma mesa que foi feita de enfeite e que nós temos que agüentar de goela abaixo. Muito obrigado.

Sr. André Luiz Tavares

Eu pergunto para professora Aldaíza. Eu já identifiquei o seguinte, eu trabalho com entidade civil, é uma organização espírita de assistência social. Lá não fazemos somente filantropia, nós somos uma entidade de assistência social, o centro de desenvolvimento das pessoas humanas, é o Raio de luz, atendemos pessoas adultas, homens em situação de rua. Tem quase três anos que sou gestor do Raio de luz, e identifiquei que já temos legislação que é a LOAS, PNAS LOAS, NOB, NOB RH. Temos legislação de vários jeitos. Do ponto de vista teórico, eu acho que a gente está muito avançado, então temos o objetivo e temos também alguns indicadores que estão sendo construídos. O MDS diz que já começou muitas pesquisas. A gente já viu até algumas pesquisas que estão saindo que são muito interessantes, aliás, os indicadores que podem subsidiar as nossas decisões, as nossas reflexões. Mas eu também percebo que estamos cheio de oralidade. Dou um exemplo do que aconteceu no grupo de trabalho que eu participei ontem. Nós estávamos discutindo sobre gestão e gastamos mais da metade do tempo foi discutindo qual seria a metodologia de encaminhamento dos trabalhos. Toda hora tem

proposta de encaminhamento das coisas. Então eu identifico também, por exemplo, a crítica que o Ministro fez a empresa que está realizando o evento, e com certeza muitas pessoas devem ter tido os motivos. Eu, particularmente não tenha percebido porque, eu peguei minhas coisas rapidinho. Eu adorei essa estrutura, eu amei isso aqui, porque tem aquele ditado que diz: - Pão com salame na hora da fome é banquete. Porque para quem participou das conferências municipais, que eu participei na minha cidade que é Goiânia, para quem participou da conferência estadual, que não tinha absolutamente nenhuma estrutura adequada para realização das conferências. Porque essa Conferência, com esse espaço, com essa estrutura de áudio fantástica que tem deveria acontecer nas instâncias municipais, porque as grandes decisões já foram levantadas lá. Aí chega aqui a gente já está 'engessado' porque as decisões já foram deliberadas e tomadas. Então a gente discute, e eu penso que temos que pensar, como a professora Aldaíza falou, de como fazer. Temos que focar agora é em estratégia, porque nesses dois anos de implantação do SUAS, nós já conseguimos identificar, fazer diagnóstico dessa realidade de muitas coisas. Eu pergunto o seguinte: - Como fazer para que transformemos a maior instância de reflexão estratégica de participação da sociedade civil e das organizações públicas, do meio ambiente público que subsidia as decisões para as políticas públicas de assistência social, como fazer para tornar esse ambiente das conferências, os encontros e outras coisas mais, de forma que se definam estratégias concretas? Como por exemplo, constituir comissões parlamentares de defesa da assistência social nas três instâncias, não é só no Federal. Como fazer para que o gestor, da nossa cidade, município, porque, é realmente onde as coisas acontecem... Como fazer para que esse gestor cumpra as deliberações que são estabelecidas no Plano Dez do SUAS? Como fazer para que isso aconteça? A minha pergunta é essa.

Coordenação de mesa

Gente, vocês já devem esta percebendo que eu estou fazendo o máximo possível, para conseguir o máximo de intervenções e o máximo de vozes aqui com o tempo que nos foi concedido. Mas, para isso a gente precisa muito da colaboração de vocês. É preciso que cada um faça a sua intervenção e apresente a sua idéia no mínimo de tempo possível. Porque quanto mais tempo vocês usam, são menos colegas que vem aqui na frente para poder interferir. E eu tenho certeza que todos têm opiniões igualmente importantes, para passar tanto para vocês, quanto para nós. Então, vamos fazer esse compromisso. Ok? E dentro dessa linha da gente maximizar aqui essa oportunidade de voz para vocês, vamos chamar logo em seqüência de imediato Gilmar Aleixo, logo depois Moacir João, e Solange Bergamin.

Sr. Gilmar Aleixo

Bom dia a todos, faz parte de conferência municipal, estadual e federal. Falamos aqui na busca do direito de todos, estamos aqui defendendo o direito de todos, mas em nenhum momento foi falado, em nenhuma das conferências, sobre a responsabilidade daqueles que são beneficiados indevidamente. Foi criado o Bolsa Família, com a regra de penalizar o pessoal que é beneficiado indevidamente e, no entanto, não está acontecendo como no início. As pessoas estão recebendo benefícios que não são próprios para essas pessoas. No caso do salário maternidade. Foi criado para mãe do

campo da área rural, o pessoal da área urbana está se beneficiando com esse benefício e enchendo a cidade de criança. E não sabemos a que ponto vai chegar daqui a dez, quinze anos com a cidade cheia de criança pelo benefício dado a pessoas que não tem o devido direito. Então, me dirijo para o Deputado aqui, um Presidente da frente parlamentar de assistência social, que reveja essa situação desses benefícios, que as pessoas que não são de direito estão se beneficiando. Direito sim de dar a quem tem, agora essas pessoas sim têm que ser penalizadas de uma forma eficaz, porque, estão tomando direito das pessoas, e realmente tem direito para encher as ruas de crianças por mil e trezentos reais sem pensar nas conseqüências daqui dez ou quinze anos. Muito obrigado.

Sr. Moacir Silva

A minha pergunta é para o Deputado. É que nós temos aprendido nessas conferências, da importância da gente poder conhecer as questões orçamentárias para poder interferir nas questões da LDO, da PPA, da LOA. Então em um momento, um grupo de conselheiros foi para Câmara de Vereadores e os vereadores e um advogado tentaram dizer para gente que a sociedade civil organizada, não tem mecanismos por lei de influenciar nas peças orçamentárias. Qual é o mecanismo depois disso? É exatamente o Ministério Público. Chega na promotoria e o promotor diz – Eu estou com problema do meio ambiente, da criança, do idoso, criminal, cível, e esse processo vai ser julgado daqui a cinco anos, o Prefeito já tem saído, já é outro. Então a minha pergunta para o Deputado é o seguinte. E eu acredito que a gente só vai avançar muito nessa questão de conquista de direito, que tanto está se falando, se os governadores criarem vergonha na cara e investir mais em concursos para o Ministério Público, para promotor de justiça. E se os promotores também tiverem a capacidade e a competência de cumprir com o seu papel, como fiscal da lei e defensor da sociedade, porque muitas vezes ele tem medo de brigar com o poder público, ele tenta induzir a gente a desistir daquilo. E aí, deputado? Muito obrigado. Eu agradeço a mesa, porque ontem quando eu peguei no microfone à coordenadora disse: - Conclua companheiro. Aí eu fiquei desconfiado, será que é porque eu sou negro, pobre, nordestino, com o sotaque todo esquisito? Muito obrigado.

Sra. Solange Bergamin

Bom dia, como temos sotaques diferentes, eu sou do Rio de Janeiro e primeiro eu queria me reportar ao Sebastião. E dizer para você, Sebastião, que você não é um derrotado não, companheiro! Você é um vitorioso! Nós aqui queremos saudar você, eu como uma representante de entidades de usuários, quero dizer para você que a nossa luta ela é coletiva e você sai dessa Conferência como vitorioso. Parabéns! Em seguida, dizer que eu sou representante do movimento popular, associação de moradores, e parabenizar a mesa pelo painel. Eu queria reportar a minha pergunta para professora Aldaíza. Nós como pessoas que lutamos pela cidadania, a nossa tendência, enquanto movimento popular é exatamente expandir esse conceito de cidadania para além do conceito socioassistencial, embora a mesa aqui tenha feito essa abordagem. Mas quando a senhora coloca a questão da assistência social como a questão intersetorial, é lógico que aí a gente amplia o conceito de cidadania com a garantia dos direitos. E para ter a garantia dos direitos, a gente tem que ter acesso a serviços, serviços de moradia, saúde,

educação, direito à água. Nesse contexto, inclusive, todos nós somos usuários dos serviços públicos. Existe usuário do direito socioassistencial, mas todos nós, enquanto cidadãos, somos usuários dos serviços públicos. E aí, nesse conceito ampliado de direito a cidadania do acesso a esses serviços, como a senhora vê a questão intersetorial dentro dos CRAS? Que perspectiva a gente deve ter nesse contexto intersetorial, do direito a cidadania, do acesso à água, a moradia, ao saneamento, enfim, a esse direito universal dos serviços? E segundo, eu gostaria que a senhora aprofundasse o conceito de democracia no acesso aos direitos tendo em vista as desigualdades. Obrigada.

Coordenação
Passo a palavra para os membros da mesa para responderem as perguntas. Por favor.

Sra. Aldaíza Sposati
Primeiro eu diria que nós não estivemos aqui propriamente perguntas, mas tivemos depoimentos. Então eu acho que dado o adiantado, eu serei muito breve, e até remetendo discussão sobre prostituição infantil para as mesas que vão se seguir, e dizendo que essa questão está colocada no ECA e que faz parte inclusive da atenção especializada da assistência social. Eu não sei dizer, exatamente, na cidade o que a pessoa está referindo e acho que isso é algo que deve ser discutido a partir dessa realidade. É evidente que a política de assistência social é uma das políticas na atenção à criança e ao adolescente. Então, isso não está absolutamente esquecido. Talvez a discussão seja a forma como está sendo trabalhado. Mas aí o fórum não é esse, aqui nessa mesa. Então, primeiro eu queria cumprimentar a mesa de direitos, que suscitou o espírito de cidadania dos participantes, eu acho que isso é muito bom. Mas eu faria duas considerações para o Gilmar que disse que estamos falando muito em direito, mas que tem gente que recebe o benefício indevidamente. Com medo de sempre termos aquela atitude ‘policialesca’, eu diria o seguinte, quem inclui as famílias as pessoas no benefício é a política de assistência social. Quem deve fazer um trabalho com as famílias, é o serviço CRAS da assistência social. Então, eu acho que há uma responsabilidade política da gestão da política de assistência social, se, na verdade, a gestão está distribuindo benefícios indevidamente e não esta fazendo um trabalho social com as famílias. Eu não coloco, absolutamente, aqui como uma pauta, uma atitude ‘policialesca’ em relação aos beneficiários. Eu acho que temos que colocar é qualidade no modo como nós acompanhamos as famílias e mais. O gestor da assistência social tem todo o direito de incluir e de excluir diante de uma irregularidade. Portanto, não acho que esse é um problema para Conferência, mas é um problema, na verdade, de avaliação como está sendo gerido o programa no local em que está sendo denunciado. Só. Segunda questão, quando a representante de uma associação de moradores, a Solange, coloca aqui um debate sobre a função do CRAS. Eu acho que precisamos distinguir muito, e como essa questão vem de uma associação de moradores, que o CRAS não é um centro social de bairro. Embora ele possa ter o desenvolvimento de um processo também de organização, ele tem uma função primeira que é como um serviço de assistência social, em dar completude aos beneficiários. E que, portanto, essa completude tem um campo primeiro na assistência social e, a partir da consolidação desse campo primeiro, do direito que deve ser assegurado, do fortalecimento da família na assistência social, é que outras

relações inter-setoriais evidente, pactos inter-setoriais, até mesmo projetos inter-setoriais em uma dada região, em um território de proteção social básica. Porque acho que é isso que nós temos que ter presente, e penso que em muitas falas essa dimensão da territorialização foi deixada de lado. No caso, eu diria, nós temos direto de assistência social a serem assegurados pelo CRAS e temos relações de completude intersetorial que vão exigir que as diferentes políticas também concretizem os direitos que a população tem. Não é que o CRAS vai inventar novos direitos. O CRAS tem por responsabilidade assegurar direitos no campo da assistência social. E também no sentido, pressionar para que as demais políticas cumpram o seu papel em assegurar os direitos da população. Nós não podemos fazer da assistência social, panacéia que cuida de caspa, calo e unha encravada. Ela tem na verdade um conjunto de atenções especificas. Uma função complementar do CRAS como centro social de bairro, evidente que poderá existir, mas desde que isso não negue a sua primeira função. Fazer do CRAS outra coisa a mais e deixar no CRAS aquilo que é sua função: centro de referência de assistência social, com raio de abrangência definido, com famílias referenciadas é negar essa possibilidade do direito, ao fortalecimento das condições protetivas da família. Eu acho que isso precisa ficar muito claro no nosso desenvolvimento do trabalho. Quero dizer também para o nosso amigo que falou de muita oralidade e que nós temos que ganhar mais na dimensão estratégica que isso é um processo nosso de amadurecimento. E diria que, na verdade, nós temos que chegar a um momento em que quando uma organização, uma entidade social se coloca, ela não se coloca só que está fazendo um trabalho só para a população de rua. Ela possa dizer o serviço de proteção básica ou de proteção especial da política pública de assistência social, nesse serviço nós somos parceiros. Isso é muito importante para que a gente não fragmente as atenções em trabalhos individuais, ainda que este individual seja de uma organização. Nós temos de chegar a um reconhecimento mútuo do campo de proteção social em que nós estamos trabalhando na assistência social. Aí nós podemos perder oralidade, porque nós vamos ganhar objetividade. Enquanto nós não construirmos mutuamente a identidade, e em que pedaço da proteção social nós estamos inseridos, nós ficamos tergiversando, porque o principal não é pego ali. Então eu diria isso, é até meio um desabafo, porque muitas vezes muitas vezes eu me canso de ficar correndo em volta e não pegar na verdade o ‘pião a unha’. Mas, eu acho que essa objetividade vem do nosso reconhecimento no SUAS, parte do SUAS. Aí é isto o nosso objetivo, é isto o nosso território, é aí onde nós construímos identidade. Obrigado.

Sra. Luciana Jaccoud

Queria falar rapidamente sobre as falas que foram feitas, a respeito da fiscalização e da incorporação nos espaços municipais, das deliberações das conferências e das pactuações a nível federal e estadual. Eu achei que essa é uma questão muito importante e que, de fato, os reforço do papel dos conselhos e dos sistemas de controle social são ainda para nós absolutamente estratégicos. Os conselhos, hoje, têm o momento da aprovação dos planos municipais, os planos anualmente passam a ser aprovados e depois deliberados no final do ano pelos conselhos. É, sem dúvida, um instrumento fundamental para avaliar em que medida esse esforço de convergências de metas, de prioridades, sendo feitas em nível municipal e estadual está sendo feita

também a nível municipal. E, efetivamente, o papel do Ministério público, da Ouvidoria, dos fiscais e controles sociais e não só dos conselhos em outros órgãos atuam em nome da sociedade, garantindo o direito da assistência social.

Sr. Raimundo Gomes de Matos

Só complementando aqui uma indagação, do André Tavares, e do Moacir. O André Tavares, sobre como criar as frentes parlamentares. Queira dizer que as Frentes Parlamentares foram criadas agora no meio do ano. E nós estamos tendo apoio da equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, estamos articulando junto com CONGEMAS e o DF para melhorarmos a nossa estrutura. Atualmente nós estamos no (061) 32155725 e o e-mail é fpassistenciasocial@camara.gov.br então através da nossa Secretaria Executiva Doutora Márcia e a nossa Chefe de Gabinete é a Marlene, a gente mantém contato nesse sentido. A questão do Moacir é a questão do controle, da defensoria pública, a questão do Ministério público, do apoio que tem que ser dado para termos essas instâncias. Mas até mesmo na questão do Ministério público, de defensores, nós precisamos fortalecer os Conselhos Municipais, muitos deles precisamos 'desprefeiturizar', que é uma instância de controle, e essa instância de controle passa também por uma Frente Parlamentar nas Câmaras Municipais. Então, a nossa articulação é também nesse sentido, para que tenhamos todas essas instâncias de controle de vários programas. Obrigado.

Coordenação de mesa

Com isso, o nosso tempo de debate está esgotado. Peço desculpas aos que não puderam ser suas intervenções ouvidas, nós fizemos o máximo para que isso ocorresse com a participação de todos. Agradeço aos membros da mesa, as nossas conferencistas, aos nossos palestrantes e com isso, fica encerrado o nosso trabalho nesse momento.

7. Painéis Simultâneos
[Dia 16 de dezembro]

Painel Simultâneo 1
Os Usuários e o Controle Social

Edval Bernardino Campos - Professor em Ciências Políticas e Serviço Social da Universidade da Amazônia - UNAMA /PA

Sebastião Nicomedes de Oliveira - Representante do Movimento Nacional de População em Situação de Rua

José Carlos Aguilera – Conselheiro e Representante da Comissão de Conselhos CNAS

Coordenação de Mesa: Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos,
Conselheira Elfa Maria Gomes Meinecke

Sr. José Carlos Aguilera
O nosso tema no painel simultâneo, é o usuário e o controle social, farei a exposição a partir do olhar dos Conselhos em relação aos usuários, que é uma tarefa muito desafiadora, depois do excelente painel que nós tivemos, onde nós fomos bastante provocados pelas exposições. Enquanto painel específico enquanto controle social na perspectiva do usuário, vamos fazer aqui um exercício, e eu quero apresentar pra vocês, por gentileza o data show, enquanto ajusta ali, podemos passar no seguinte.

Na compreensão, enquanto conselheiros, nós precisamos efetivar a conceituação, enquanto controle social, a partir da democratização, não apenas da gestão, o exercício de acompanhar a partir do município, a partir do estado, no DF e em nível nacional também a gestão federal, nas diferentes esferas. Eu vou precisar do suporte do data show, ou ficamos com o data show... Então vamos fazer conforme vocês melhor visualizem... Se quiserem fazer uma observação melhor, esse espaço aqui está respondendo e também na medida em que vou falando, são os tópicos que estão ali relacionados com o data show.

Então, compreendendo o controle social a partir do exercício do controle do que ocorre em nível de gestão nas diferentes esferas, e também na gestão, não somente do poder público, mas também das entidades que são complementares ao poder público no exercício da oferta de projetos, de serviços, de programas. E, aquelas que vierem assegurar, inclusive benefícios. Há que se ter a participação efetiva da população dos conselheiros e, em especial, dos usuários desses espaço na gestão direta e indireta.

Nesse sentido, o controle social facilita e proporciona a direção dessas políticas para o atendimento prioritário em nível municipal, da população no estado, das demandas nacionais que nós temos. Esse controle social, esse olhar sobre os serviços, projetos, programas e benefícios contribui para que tenhamos uma execução efetiva dos diferentes serviços, programas, projetos, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social. Isso permitirá que o olhar de quem está sendo usuário, de quem está sendo

atendido, como que é ofertado estes serviços, a qualidade dos serviços, ouvir e atender a quem é o destinatário desses serviços é o efetivo serviço também do controle social, que vai assegurar a qualidade da política como um todo no território nacional. É um exercício que, a partir da atividade de fiscalizar que compete ao conselho também, vai redirecionar a aplicação dos recursos públicos nas diferentes esferas, mediante as necessidades dos usuários. São pequenos momentos do controle social sob o olhar da gestão, não somente do poder público, mas também da gestão das entidades, enquanto rede complementar a execução direta.

Nesse sentido, o papel dos conselhos de assistência social, através da política, da organização que o SUAS efetivou, dos serviços, programas projetos, que até então estavam mais dispersos e pulverizados com a sua organização a partir da política nacional. O SUAS consolida toda essa rede e, é claro, todo o seu processo tem o seu papel do controle social fortalecido. A exigência de um controle sobre esse conjunto de ações, vai fazer com que, a partir da última conferência, onde definimos o campo dos direitos socioassistenciais, o acesso a serviços previstos nas seguranças nacionais afiançadas pela política, o controle social requer uma participação mais efetiva, para além do Conselho.

Como que asseguramos a participação dos destinatários, das pessoas homens e mulheres de direito a esses serviços? A instalação das ouvidorias, as instalações dos espaços a partir dos conselhos, de ouvir e acompanhar juntos os serviços com os usuários, o fortalecimento dos CRAS -Centros de Referencia da Assistência Social, e todo este conjunto que implica no controle social é o fundamento para que os conselhos, no município, no estado, no DF, em nível nacional, esse conjunto que implica no olhar toda a rede socioassistencial, ele é o fundamento técnico e político dos Conselhos para uma defesa intransigente dos interesses da coletividade. Os conselhos precisam se pautar numa defesa intransigente daqueles que estão sendo atendidos por essa política, a coletividade no seu território, na defesa, consequentemente, dos interesses públicos que assegurem a distribuição dos bens produzidos pela nação, o efetivo acesso às políticas sociais, o efetivo acesso à justiça e com isso assegurando a equidade social.

Que desafios temos, então, nessa conjuntura atual? Pergunto. O atual modelo que nós temos hoje, enquanto conselhos nas diferentes esferas, em que a organização da política a articulação dos programas, projetos, benefícios e serviços, o atual modelo que nós temos, responde a um cuidar, acompanhar, fiscalizar todo esse conjunto da política pública de assistência social? O nosso formato, enquanto conselho, responde a essa demanda? Os nossos espaços já consolidados, espaços públicos dos CRAS na relação com os conselhos. Como isso ocorre? A relação de comunicação, a relação de visita, os conselhos, os conselheiros acompanham os CRAS? Os usuários que lá estão, sentem essa relação ou o CRAS ainda é um espaço desconhecido para os Conselhos Municipais de assistência social? Lá encontramos, de forma orgânica, os usuários da assistência social na proteção básica. Como que ocorre essa relação do fortalecimento dos usuários a partir desse nosso espaço na política?

Enquanto fóruns dos municípios e dos estados, nas outras esferas, nós conseguimos assegurar a participação, o envolvimento, a ida e a vinda de usuários? Os fóruns conseguem assegurar a influência e a participação dos usuários junto aos conselhos nas diferentes esferas? Com este desenho que temos na política, conseguimos favorecer a representação social e popular encontrada nos diferentes municípios? Por exemplo, uma forte organização de moradores de rua, catadores, agentes ambientais, lideranças comunitárias, mães do Bolsa Família, usuários do CRAS. Enquanto conselho, nós reconhecemos e favorecemos a participação desse conjunto da população junto ao conselho, junto aos fóruns? Criamos esse espaço efetivo?

E aí outra questão que é desafiadora pra nós do reconhecimento dos usuários, asseguramos a paridade de participação? Hoje temos as entidades prestadoras de serviços, as entidades de trabalhadores. Asseguramos a efetiva paridade nesse conjunto da sociedade civil? Ou ainda temos como ouvimos recentemente a ‘prefeiturização’, isso é o controle quase que consolidado das prefeituras ou do gestor principal sobre o conselho que anula e passa por cima de toda a sociedade civil, e em especial dos usuários. Com estes desafios, já procurando encerrar esta provocação, alguns alertas. É imperativo termos a noção de que os conselhos da assistência social, no exercício do controle social, são espaços de governo. Não são espaços do governo. É importante essa conceituação para que se assegure essa autonomia e o funcionamento dos conselhos com recursos humanos, técnicos, materiais que subsidiem os conselheiros e, em especial, os da sociedade civil, usuários que muitas vezes necessitem inclusive de acesso do seu bairro até o conselho. Isso é importante sabermos, por que o conselho não é um órgão do governo, é mantido pelo governo, é um órgão de governo porque faz o seu papel frente à política pública de assistência social.

É importante também, alguns conselhos têm uma resistência muito grande ao fortalecimento e valorização de ações de organizações sociais populares, fóruns. Criam resistências com associação de moradores, com clubes de mãe, porque não têm o estatuto. Existe um movimento orgânico que funciona sistematicamente e periodicamente? Há que se ter a atenção para esses espaços, e reconhecê-los efetivamente como parte do processo da sociedade que se movimenta e que se organiza dos usuários.

A participação, outro alerta dos usuários nesse processo então dos conselhos. Se nós não temos uma organização e representatividade de conselho instalada juridicamente, deixaremos de reconhecer e apropriar um espaço de participação para estes usuários nos conselhos? Vamos consolidar somente os espaços jurídicos de organizações de usuários, que são legítimos, mas somente estes no modelo, para os conselhos de assistência social?

A autonomia da sociedade civil em seus fóruns próprios, a necessidade da formação, capacitação permanente de conselheiros, na qualificação de sua participação. E estes avanços, que estão em processo, em construção, não podem nos levar a uma acomodação. Se esses avanços nos levarem a repensar a nossa forma de organização

dos conselhos, por exemplo, o Conselho da Saúde hoje tem uma representação em que 50% do seu conjunto, historicamente no processo de sua formação, é formado somente a partir de usuários da política da saúde, que se articula em fóruns específicos, enquanto sociedade civil, para lá discutirem, deliberarem e apontarem os seus representantes.

O desenho que temos responde a nossa necessidade de inclusão da participação do usuário do conselho e no controle social? E aí também a questão das eleições para os conselhos. Nós, enquanto CNAS, vamos ter as eleições agora, no próximo ano. Como vamos favorecer a maior e efetiva representação dos usuários? Cada um de vocês recebeu na pasta, um folder que fala de processo eleitoral. Quem não recebeu pode procurar aqui no stand do CNAS. Lá tem o folder que fala quando é o processo, como se habilitar e aproveitem durante a conferência, para tirarem todas as dúvidas necessárias. para que a representação e a organização de usuários se façam presente junto a essa instância nacional, junto a instâncias nos seus municípios, nos seus estados, mesmo no DF.

Para concluir essa provocação dos conselhos, o olhar dos conselhos com relação aos usuários, quero só deixar dois exemplos de experiências que eu verifiquei. Nós temos um programa que passou na televisão de uma usuária, que está no semi-árido, aonde ela foi questionada porque ela ensinava o pessoal da sua região a encontrar água com forquilha, que ela aprendeu com técnicos como encontrar água na região onde ela estava. O lençol freático é muito fundo, então quando ele está mais próximo da superfície, essa forquilha ajudava a identificar quando se estava próximo dela. E nesse processo de aprender isso, ela passou a socializar a informação com os moradores da região. E o repórter perguntou pra ela porque ela ensinava a encontrar água, se ela podia se beneficiar dessa água e satisfazer as suas necessidades familiares e pessoais. E a resposta dela que foi muito provocante sempre me martela muito na cabeça: - Isso me deu a condição de não somente encontrar água, mas hoje eu não preciso mais vender o meu voto durante a eleição, por um barril, ou por uma pipa d’água. Então eu quero ensinar pros meus vizinhos aqui da região, pra que não necessitem trocar o seu voto por um carro ou por uma pipa d’água.

Esse exemplo tem que nos provocar muito, de como que asseguramos a autonomia da participação dos usuários em que eles mesmos sejam os próprios provocadores, capacitadores, e que eles fortaleçam seu segmento, enquanto presença no conselho, presença orgânica nos CRAS, e que tenham um olhar e uma exigência maior com relação aos nossos serviços. Como realizar isso enquanto conselheiros? Com essas provocações eu encerro a minha fala. Obrigado.

Coordenadora de mesa

Podem ser encaminhadas à mesa, as inscrições, e as questões a serrem formuladas. Agora teremos a fala do senhor Sebastião Nicodemos de Oliveira representante do movimento nacional de população em situação de rua. Fique a vontade, por favor.

Sr. Sebastião Nicomedes
É Sebastião Nicomedes. Mas falando sobre os usuários, e os direitos socioassistenciais na ótica dos usuários, eu faço parte do Conselho Municipal de Assistência Social, COMAS de São Paulo. Estou no segundo mandato, não sei se vou chegar até o final, nem sei se estou sendo conselheiro ainda. Dado essas dificuldades que já foi colocada, foi 2004, 2006, agora 2006 e 2008 voltamos para o conselho.

Quando entrei o conselho, eu percebi, pelas atas, de gestões anteriores do conselho que todos os usuários haviam renunciado, e com muito pouco tempo de presença no conselho. Mal começaram e renunciaram. Eu iniciei e tinha no conselho um usuário com deficiência física e ele usava muletas, com muita dificuldade de locomoção e o conselho não conseguiu nem pra ele, ao mínimo uma carteirinha, um passe de ônibus pra que ele pudesse vir nas plenárias do conselho. Notei que nós, usuários, enfrentávamos um problema maior porque tinha a plenária, a plenária ordinária e, em seqüência, a plenária extraordinária. Nesse intervalo entre uma plenária e outra, quem é do governo, quem é entidade, quem é trabalhador corre pra almoçar, por que eles têm ticket e se convidam pra almoçar, um paga pro outro, e nós usuários ficamos na sala do conselho, tomando café às vezes sem açúcar, esperando uma bolachinha, tomando água, esperando dar essas duas horas pra eles voltarem pra reiniciarem e começar a segunda parte da plenária. E as deliberações de votos ficam pro final da plenária. Que vantagem nós vamos ter nessas discussões, o usuário tem na construção da política numa circunstância dessa dentro do conselho e a sociedade civil. Como deliberar? Nessas horas, o governo tem uma outra vantagem no conselho. Eles se comunicam, e quando percebem que a plenária está enxuta da sociedade civil, um telefona pro outro, vem correndo que vai entrar em pauta aquele assunto. E passa que é uma beleza. De repente sai o PLAS do ano seguinte. E a gente se pergunta quando que aquilo foi discutido, e dizem que foi naquele dia que vocês tiveram que ir embora, um passou mal, faltou e tal... Mas foi discutido e foi votado. Aí você percebe que o plano da assistência para o município, entra coisas como conquistas, como avanços, no texto, coisas que não foram se quer implementadas ou que são extremamente falhas e não servem pra nada e não funcionam e que são desconstrução da política da assistência e estão lá como conquistas, avanços, e não faz uma avaliação.

Pensando isso, para construção do SUAS, implementada em 2005, que a cada dois anos se discute, a gente tem talvez muito pouco tempo, nas conferências, discutindo a avaliação dos serviços implantados durante a conferência de 2005. E se apresentam propostas novas. Conferência é conferir e ver o que funciona e o que não funciona, antes de ampliar. Porque você amplia um péssimo atendimento. E o usuário nessa situação, primeiro que cria uma tremenda confusão na sociedade civil, que não está em nenhum dos segmentos dos trabalhadores ou entidade ou governo sobre o que é usuário, cria uma grande confusão. Não fica claro quem são os usuários da política de assistência. Que nós entendemos que são todos os que dela necessita, ela é universal, não é só para moradores de rua. Tanto que no conselho quando tem pauta pra moradores de rua, eu convido o fórum, e digo que eles devem ir hoje que entrou em pauta a discussão. Mas eu atuo com sem teto, tenho grande respeito, em favelas que o pessoal dizia que são

perigosas, eu entro, eu visito as casas. Eles vêm nas plenárias, agente de saúde de proteção da família e agente de saúde da população de rua, que nós conquistamos e tem que se ampliar para o Brasil. Que atende os moradores de rua, que encaminham para os hospitais e muitas vezes não querem atender, porque não tem plantonista de assistentes sociais dentro dos hospitais. Sete horas da noite o assistente social vai embora, e entra um médico preconceituoso que não quer atender morador de rua, como um caso que eu cito nessa cartilha e ele morreu por falta de atendimento.

Tem que ter concursos públicos, que coloquem assistentes sociais de plantão pra essas horas. Porque não tem assistentes sociais dentro da Secretaria do trabalho, dentro da Secretaria da habitação? E aí fica essa peteca e um jogo de empurra. Quando precisa de se resolver uma situação, vem o Secretário do Trabalho vai a público e diz -esse aí não é o meu público, não é o meu alvo. Corta a frente de trabalho, aí você tem bolsa, aluguel, locação social, programas brigando pra conseguir moradia. Vai o Secretário da Habitação e diz -olha isso aí não é o meu público, isso é com a assistência social, eles não tem renda o trabalho é (ininteligível), eu não vou atender. E aí não combatem a pobreza, isso é engraçado.

Nos discursos da assistência social. E vão representantes nossos pra outros países, e vêm outros pro nosso país, e fazem congressos maravilhosos na França, Nova York e em tudo quanto é lugar. Mas na hora de contemplar, de fazer uma ação, não tem a clareza do que é feito, ou do que se pode fazer, porque se não é público de ninguém, eles têm uma solução única universal, que é mundial, coloca esse pessoal num albergue.

Aí não importa se ele foi despejado de um imóvel, se ele é um sem teto, se ele é de algum movimento de moradia, não é defendendo bandeiras de movimentos, porque é um dos artifícios dos gestores municipais, é não atender, até na assistência acontece isso, não vamos atender vocês, porque vocês são movimentos organizados não são moradores de rua ou não são da assistência social. Mas espera aí, são famílias que não têm comida dentro de casa, que não têm água, que não têm esgoto, que não têm saneamento básico, que têm as crianças passando fome ficando deficientes na escola. E elas não são da assistência pública, por quê? Porque não são usuários do assistente social nessa hora? Porque ela não assinou o atestado de pobreza na hora de tirar a identidade e não aceitou morar dentro de um albergue? E não aceitou morar em numa casa de convivência.

Então, os usuários da política de assistência, que nós entendemos, vão aos jovens, periferia, favela, dentro do centro da cidade, não importa, programas PETI, jovens, tem tantos programas para os jovens. A Bolsa Família que têm a princípio eles muda de nome, em São Paulo é ação família. Então atacam a Bolsa Família, mas dá prêmio todo ano para o Ação Família, que é a mesma coisa vão mudando o nome, e com recurso federal qualquer um faz o que quer. É um programa interessante, porque pra mim e pra você, que talvez não precise, bolsa ou cesta básica pode ser humilhação, pode ser esmola. Mas pra uma família de brasileiros que há anos não comia, vieram conhecer o que é alimento hoje, então cesta básica, o Bolsa Família salva vidas, não é só isso. É

inscrição na escola, acompanhamento das crianças nas escolas, combate e erradicação do trabalho infantil, afastamento das drogas.

Tudo isso fica a mercê de quem gerencia a política, corta quando quer, inscreve quem quer. Aí você vai definir, num bairro, que essa família precisa mais que do que essa. Uma vez que essa ganha 100 reais por mês, essa aqui ganha 300 reais por mês, essa aqui tem sete filhos e a outra só tem seis filhos. Então escolho essa e não escolho essa. Quais os critérios para que a pessoa torne-se usuário efetivo da política de assistência e possa ser atendido? E onde entra o papel dos usuários nos conselhos, quando se fala que as plenárias, quem tiver duas faltas consecutivas, ou três intercaladas, cada conselho tem o seu estatuto, desliga do conselho automaticamente.

Aí a plenária cai numa segunda-feira, está com greve de ônibus, está chovendo. Cai numa quinta-feira, fria gelada, está chovendo, cai num lugar descentralizado. Os usuários automaticamente que está fazendo parte do conselho, não tendo dinheiro para pegar um ônibus, para ir onde
[Final da gravação].

Painel Simultâneo 2
Gestão do Trabalho no SUAS

Raquel Raichelis
Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – IEE/PUC-SP

Simone Aparecida Albuquerque
Diretora do Departamento de Gestão do SUAS - SNAS/MDS e Vice-Presidente do CNAS

Margareth Alves Dallaruvera
Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS

Coordenação de Mesa: Conselheiro João Paulo Ribeiro e conselheiro Fernando Antônio Brandão

A gravação do referido painel teve problemas técnicos e não foi possível a disponibilização do texto referente ao mesmo. Dessa forma, repete-se abaixo o conteúdo do Relatório Final da VI Conferência Nacional sobre o Painel 2.

Ementa Oficial:
Discutir as dificuldades e desafios a partir da NOB-RH, enquanto condição para a qualidade e ampliação da cobertura dos serviços e programas da política de assistência social. Questões: Relação entre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a contratação de servidores públicos e criação de planos de carreira; Capacitação permanente.

Sinopse:
O painel teve como objetivo o debate sobre a gestão do trabalho no SUAS, tomando como base os avanços e desafios relativos à Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS. Participaram desse painel a Profa. Dra. Raquel Raichelis – Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Pesquisadora do Instituto de Estudos Especiais – EE/PUC-SP; a Sra. Simone Aparecida Albuquerque – Diretora do Departamento de Gestão do SUAS – SNAS/MDS e Vice-Presidente do CNAS; a Sra. Margareth Alves Dallaruvera – Conselheira Representante do Segmento dos Trabalhadores no CNAS.

Os principais apontamentos do painel estiveram direcionados para a macro avaliação sobre as transformações do mundo do trabalho, para o reconhecimento da precariedade que o caracteriza e a importância de a gestão do trabalho no SUAS tornar-se matéria constante de estudos, avaliação e iniciativas efetivas, visto que esse é um campo fundamental para o desenvolvimento do sistema e o alcance de suas finalidades.

Os expositores consideraram que as transformações do mundo do trabalho podem aprofundar ainda mais a precarização dos vínculos e das condições trabalhistas. Por isso, na avaliação dos expositores, a gestão do trabalho não pode ser desvinculada dos processos e das estruturas, mas antes deve ser tratada em uma dimensão de totalidade,

onde precisam ser considerados componentes como as atividades desenvolvidas, as condições materiais, físico-financeiras, a qualificação profissional, os cargos e salários, perpassando os direitos dos trabalhadores.

Outras questões, nessa abrangência de totalidade, como o trabalho desprotegido trazendo como riscos a desconstrução de direitos, a lógica de mercado penetrando nas estruturas estatais e atingindo as relações de trabalho, e a atuação profissional não devem ser desvinculadas e nem individualizadas. Devem, sim, ser tratadas como trabalho coletivo, vinculado a um projeto ético-político e com respeito à autonomia técnica dos profissionais. Não é toa, segundo os expositores, que a ficha de monitoramento aponta que 48% dos profissionais não têm vínculo trabalhista. Os expositores consideraram que a política de assistência social agrega profissionais muito distintos, com muita defasagem quantitativa e qualitativa, e que a abertura de um CRAS deve levar em conta essas questões e atentar para a precarização do trabalho representada, muitas vezes, por contratos que não permitem a criação de vínculos.

Nesse sentido, foi destacado que esses fatos não representam apenas questões de gerência, porém, sim, expressam situações referentes às formas e estruturações sobre as quais esse trabalho se organiza, como o pacto federal, a gestão compartilhada e a qualificação dos trabalhadores da área.

O painel apontou para a necessidade de revisão de conceitos, tendo em vista a segurança dos trabalhadores do SUAS, e, de forma clara, indicou a necessidade de uma gestão democrática nessa área, conjugando os esforços de governo, gestores, trabalhadores, usuários, entidades e sociedade civil.

A mesa nacional de negociação do SUAS foi considerada uma avanço para a gestão do SUAS, o que indica o momento peculiar da política da assistência, ao trazer para o campo da política a questão dos trabalhadores, o que requer alianças e estratégia de negociação.

Os trabalhadores do SUAS, segundo os expositores, são o recurso mais importante da assistência social. Como tal, requerem estabilidade. Porém, igualmente requerem um grande discernimento de sua prática e capacidade para realizá-la com o suporte de diagnósticos e estratégias de gestão.

Finalmente, foi pontuado que o problema dos trabalhadores é um problema de todos: dos gestores, dos próprios trabalhadores, dos usuários e do controle social. Nesse sentido, o papel das universidades precisa ser repensado, visto que os profissionais não saem delas formados para atuar na política da assistência social. Possuem formação muitas vezes precária e pouco qualificada, por isso o processo de capacitação é central.

Alguns desafios e encaminhamento apresentados pela plenária podem ser assim especificados:

- A situação dos trabalhadores das entidades conveniadas;

- A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobretudo em prefeituras de pequeno porte, o que incorre em limites para aumentar o número de profissionais;
- A transição para a educação infantil;
- Realização de pesquisa qualitativa sobre a questão do trabalho no SUAS;
- Falta de hegemonia no projeto ético-político e permanência de projetos diversificados;
- A implantação do SUAS exigindo novas formas de gestão do trabalho, com a ampliação dos quadros da assistência social;
- Identificação da rede de Proteção Socioassistencial, para capacitar os trabalhadores e promover campanhas sobre a matéria;
- Estabelecimento de padrões de qualidade dos serviços, como a definição de indicadores para monitoramento e avaliação;
- Incremento das atividades de capacitação de recursos humanos, a partir da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBRH;
- Qualificação da coordenação da rede de serviços, nos âmbitos estadual e municipal, visando superar a fragmentação e superposição de ações, e a articulação entre os serviços e benefícios da assistência social, e deste com outras políticas sociais;
- Integração com outras políticas sociais, bem como definição de responsabilidades da assistência social e dessas políticas no desenvolvimento de ações intersetoriais;
- Grande desafio: efetivação da NOBRH (gestão e qualificação) e envolvimento de reflexão coletiva dos próprios trabalhadores;
- A valorização profissional requerendo austera política de RH, para garantir: a desprecarização das relações de trabalho; abertura de concurso público nas 3 (três) esferas; aumento efetivo de cargos, para atendimento das demandas; fim do damismo; fim da gestão por políticos não eleitos e/ou reeleitos.

Painel Simultâneo 3
Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social

Shirlei Aparecida da Silva - Representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Marília Mendonça Leão - Representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA

Márcia Helena Carvalho Lopes - Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome -MDS

Coordenação de mesa: Conselheira Vânia Lúcia Ferreira Leite e conselheira Valquíria Moreira Rezende

Coordenação de Mesa
Boa tarde a todos. O painel simultâneo 3 com o tema Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social. Estamos com três painelistas que é a Shirley Aparecida da Silva, representante do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Marília Mendonça Leal, representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar E Nutricional e Márcia Helena Lopes, Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

O painel vai discutir as interfaces, as articulações para inclusão produtiva e a política de segurança alimentar e assistência social. Vou colocar algumas questões para vocês pensarem um pouco. Como trabalhar articulado e integrado? A inclusão produtiva é a porta de saída para o programa de assistência social? Cada painelista terá 20 minutos.

Shirlei Aparecida da Silva
Bom Dia. Queria agradecer o convite ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Agradecer a presença das minhas colegas de mesa, interessante que ser somente mulheres nessa mesa. Enfim, eu estarei falando na perspectiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária que hoje é um fórum que está presente em todo Brasil. Contamos atualmente com 27 Fóruns Estaduais de Economia Solidária que estão tentando fazer uma nova proposta na perspectiva da inclusão produtiva, acreditando, inclusive, que a economia solidária seja filha-irmã da assistência social. Assim, como não sabemos quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha, então, essas duas forças que vem fortalecendo a cidadania, a construção de direitos no Brasil, andam lado a lado, andam mostrando que um outro caminho é possível.

Vou colocar a economia solidária como uma estratégia de enfrentamento em segurança alimentar e nutricional e ampliação de direitos socioeconômicos. Colocamos aqui que trabalhar economia é trabalhar com direito socioeconômico. Não é uma perspectiva de pedinte, não é com a perspectiva de desfavorecidos. A economia, o acúmulo econômico que existe no mundo é fruto do trabalho, da ação dos trabalhadores no mundo inteiro que criaram este acúmulo. Nós temos o efeito perverso do capital, que se apropria dos meios de produção, que se apropria da riqueza humana, mas ela é nossa, de todos os seres humanos que trabalham e fazem a renda mundial e a renda nacional.

O que é essa tal de economia solidária? É um instrumento de acesso a direitos, pois apresenta alternativa viável de trabalho e renda, a satisfação direta da necessidade de todos, homens, mulheres, crianças, idosos, provando que é possível organizar a produção e reprodução da sociedade, de modo a eliminar as desigualdades sociais e difundir os valores da sociedade humana. Para nós, a economia solidária é essa afirmação. É possível pensar outra sociedade. Uma sociedade de direitos.

A economia solidária tem a sua centralidade no ser humano, compreendendo que a economia tem que estar a serviço da vida. Hoje quando a gente fala de economia a gente lembra de bolsa de valores, acúmulo de capital, de renda. Inclusive em um movimento perverso onde o dinheiro faz dinheiro hoje. A gente tem uma crítica até para o próprio Banco do Brasil, que lá você pode ser acionista, você passa de trabalhador para capitalista, a partir do momento que você pode comprar ações nas bolsas de valores. Com quinhentos reais, você começa a ser um pequeno capitalista. Então, a gente acha que tem que inverter essa lógica. Temos que tirar a lógica de acumulação de capital para gerar a vida. É uma experiência das comunidades, onde a beleza e a riqueza estão juntas também nas festas, também nas tradições.

Afirmamos que solidariedade não é um sentimento vago de tristeza e compaixão. Mas é determinação firme e perseverante de comprometer-se com o bem comum, isso é solidariedade. Não é doar coisa velha para gente pobre. No natal nós temos campanhas, onde as pessoas pegam suas quinquilharias que não querem em casa e doam para os pobres e acham que estão fazendo algum bem! Não! Solidariedade é compromisso com a distribuição de renda, compromisso com o desenvolvimento sustentável, uma comunidade fazendo o seu planejamento.

Nós vamos ter na economia solidária atividades econômicas, produção, comercialização, finanças solidárias, poupanças solidárias, organizadas democráticas e coletivamente. Talvez esse seja o principal diferencial. Coletividade são grupos, pessoas, famílias, coletivos, que se reúnem nesse sentido.

Relações de solidariedade nas perspectivas que coloquei atrás: cooperação, reciprocidade e eqüidade. Eu sou solidária com o meu igual. Sou solidário, olho no olho e onde o que eu tenho eu coloco na mesa e o que você tem você coloca na mesa e fazemos as práticas solidárias que veremos mais na frente.

Desenvolvimento local sustentável. Na nossa perspectiva, o desenvolvimento tem que ser endógeno, sai do seio das pessoas, a partir da necessidade da comunidade. Não é uma idéia importada de fora, de cima para baixo, mas, a partir das necessidades reais da coletividade. A organização, a auto-gestão e a determinação dos povos.

As lutas específicas nesse momento. A gente está lutando por um sistema de finanças solidárias. Democratizar as finanças não é tarefa fácil, democratizar o sistema financeiro não é tarefa fácil.

O desenvolvimento de cadeias produtivas solidárias. Hoje nós temos algumas cadeias produtivas e talvez a mais enigmática nesse momento seja a cadeia do algodão, onde temos produção desde o Ceará até o Rio Grande do Sul, tudo de forma coletiva, respeitando o meio ambiente, respeitando as comunidades tradicionais. O algodão, desde a semente até a roupa é orgânico, e a produção é respeitando todas as questões humanas. Hoje, estamos exportando uma moda que é a 'justatrama'.

Por uma política de economia solidária num Estado democrático. Estamos lutando também pelo PRONADES - Programa Nacional de Economia Solidária. Acabou de ser aprovado o PPA, o PRONADES. Mas, a gente ainda quer muito mais do que isso. Nesse sentido, nós temos uma ação que são os fundos rotativos, que tem um diálogo super próximo com a assistência social.

O beneficiário do Bolsa Família não consegue financiamento para realizar atividades produtivas. As micro finanças são caras. Dinheiro é, talvez, a mercadoria mais cara que se tem hoje no mercado. Então, não se consegue. Vai ao banco, tem várias linhas e é difícil, burocrático, tem que se ter um monte de documentos. Tem tanto documento que parece interminável. Tem que se ter até documento para se certificar que a pessoa está viva. Pode estar diante da pessoa, mas é necessário que se mostre esse documento. Nós temos os programas de transferências de renda, o Bolsa Família e os programas de inclusão produtiva, que às vezes tem um buraco. O Fundo Solidário é uma ponte entre os programas de transferência de renda e os programas de inclusão produtiva. Como é que é isso? São recursos financeiros não reembolsáveis para atividades solidárias. Ou seja, é passado o dinheiro para a comunidade ou grupo que administra esse recurso. Ele cria as regras para estar devolvendo, como que presta conta e a própria comunidade cria um manualzinho de quem pode ou não, quem já pegou como é que devolve, como é que paga. A comunidade seleciona a atividade apoiada.

Por exemplo, em um dos exemplos mostrados, a comunidade definiu que seria o criatório de galinhas. Tem o fundo rotativo e elas devolvem o recurso depois, com galinha. Porque elas estão produzindo galinhas e não reais. Então, o compromisso delas é passar o plantel de galinhas para outra comunidade a fim de que também outras comunidades comecem o seu plantel de galinhas.O grupo cria um mecanismo de devolução de recurso. A devolução se dá de diversas formas, produtos, serviços, moeda social etc.

O fundamental é que o recurso fica na própria comunidade e vai apoiando outros projetos. São ações integradas. O recurso financeiro não reembolsável, apóia a atividade de mobilização, organização comunitária, reuniões, assembléias, capacitação técnica e assessorias. Por exemplo, o grupo de mulheres começou a mexer com galinhas e elas começaram a morrer. Então, elas viram que era necessário chamar alguém para orientar, o que estava acontecendo com as galinhas que estavam morrendo. Vai, então, um técnico e as orienta. O grupo começa a definir a sua própria necessidade de capacitação e assessoria técnica.

Os beneficiários são pessoas que não têm acesso a outros instrumentos financeiros tais como micro crédito. Tem toda uma linha de micro crédito, mas ainda é muito caro e muito burocrático. Aí alguns exemplos, as cisternas do pessoal do nordeste, norte de Minas e região da Sudene, a gente tem acompanhado isso de perto. As famílias recebem as cisternas, contribui com pequenos pagamentos, criam fundos para novas cisternas. A família recebe um plantel de cabras. Depois tem que devolver cabritinhos, cabritinhas para outra família continuar com o programa. Um banco de semente. Cria-se uma horta comunitária, depois o compromisso é produzir semente e passar para outra comunidade. E aí tem várias.

A parte produtiva vai ter uma renda. E o pessoal não gosta de falar de lucro, fala-se de sobra sob a perspectiva da cooperativa e esse fundo vai gerar um novo fundo. E existe uma grande variedade, provavelmente vocês devem conhecer outras, nas comunidades de vocês,a gente vai enumerando, tem coisas das mais diversas, isso inclusive funcionando com moeda social.

Outra experiência que a gente tem, são os bancos comunitários com moeda social. A experiência é do conjunto Palmeiras em Fortaleza, onde tem o Banco Palmas. Então, o banco comunitário é um serviço financeiro solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária voltado para a geração de trabalho na perspectiva solidária.

A estratégia. Tem uma palavra, que para muitos é nova, é a rede local de prossumidores. O que são prossumidores? São consumidores e produtores. A perspectiva de cada um de nós gera produtos e consome produtos e serviços. Então, como é que a gente pode fazer com que isso vire uma rede aonde se fortalece a própria comunidade, não vai fortalecer Wal-Mart e outras grandes empresas que se apropriam do trabalho e da riqueza nacional. Crédito, consumo, geração de renda, crédito de produção, isso vira um ciclo e as pessoas podem adquirir produtos.

Outro exemplo é a experiência das hortas ou plantas medicinais. Tudo isso aí é remédio, que não se está na farmácia, vira farmácia, vira produtos de limpeza, vira sabonete. Isso é uma experiência da moeda social. Isso é em Alcântara, passou até no Jornal Nacional, eles não falam que é economia solidária não.

Essa moeda social é criada na própria comunidade e isso é regulamentado pelo Banco Central. Não se faz nada ilegal. A moeda social é potenciar o desenvolvimento das comunidades, é crédito para inclusão social. Isso tudo gera com moeda social que fica no próprio bairro. Com exceção de alguns locais onde a moeda já se estende para outros bairros. Hoje já se tem ônibus, posto de gasolina, cesta básica sendo pagos com moeda social.

Temos as feiras de economia solidária. Sou suspeita para falar, pois eu faço parte do programa nacional de fomento às feiras estaduais de economia solidária. As feiras têm como objetivo, dentre outros, promover e estimular o consumo de bens e serviços. É o consumo consciente. Eu sei o que estou comprando e de quem estou comprando. Essa é

uma consciência que não se tem. Consumo não é um ato voluntário é um ato político. O meu consumo define o padrão de vida que eu quero ter e o padrão de vida que a minha sociedade vai ter. É a partir do consumo que faz a vida girar ou ficar estagnada.
Outra questão que é fundamental na feira é que os empreendimentos participam ativamente da construção. Não é uma feira que vem de fora, montada e que se compra um estande em que se paga dois mil reais. Desde o momento em se pensar o projeto da feira, onde ela vai ser, até o momento da avaliação, é feita de forma coletiva.

Outro modelo que a gente tem hoje são as empresas recuperadas por trabalhadores em regime de auto-gestão. São empresas que faliram e os próprios trabalhadores ocupam a fábrica e começam a administrar essa fábrica. Eles assumem a massa falida. É coisa de doido. Massa falida ninguém quer. Todos quer correr da massa falida, mas os trabalhadores se percebem enquanto agentes de seu próprio trabalho. A partir daí, eles assumem aquela massa, negociam com o governo e continuam a manter o seu trabalho e a sua renda. Isso na perspectiva onde eles não são mais patrão ou empregados. Eles agora são associados, cooperados de um empreendimento que é deles. Isso é um negócio muito fantástico.

Alguns desafios que a gente coloca: como promover concretamente a integração e complementaridade das políticas públicas? A gente sabe que há economia solidária em vários Ministérios, mas como fazemos para juntar essas forças? Na perspectiva do SUAS, como integrar diferentes instâncias governamentais que fomentam a economia solidária e como ampliar o diálogo nos estados entre a economia solidária e a assistência social? Porque a gente percebe que tem muita sobreposição de ações. Ou, muitas vezes, estão todos num lugar só, porém, não tem diálogo. Como a gente amplia isso?

A economia solidária outra economia acontece, essa é uma logomarca que foi feita de forma coletiva por concurso nacional. Agradecemos pela mesa e abrimos para o diálogo. Obrigada.

Coordenação de Mesa
Antes de passar para a Marília, quero apresentar a coordenação da mesa. Acabei me empolgando e apresentando as painelista e esquecendo da coordenação. Eu sou Vânia do CNAS, do Conselho Nacional, representante dos usuários da sociedade civil. A entidade que eu represento é a Pastoral da Criança que é um organismo de ação social da CNBB. A outra coordenadora de mesa é a Valquíria Moreira Rezende, que é representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social. Eu vou passar a palavra para a painelista Marília que é representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Sra. Marília Mendonça Leão
Bom dia a todos. Agradeço o convite por estar aqui nesta conferência, creio que este é um exercício de cidadania. É muito importante poder compartilhar e participar desse debate. Eu vou falar sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e suas interfaces com a política de assistência social.

Peço desculpas, pois não tratarei especificamente o tema de inclusão produtiva, porque eu optei por falar de questões, de princípios da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional e das interfaces com as políticas de assistência social. Pois acho que essas questões também são importantes e permeiam toda a discussão que vem a seguir, ou seja, a questão tanto da promoção da assistência social quanto da inclusão produtiva. Então, espero contribuir com o debate sob essa perspectiva.

Represento a ABRAM-BH, que é uma ONG que trabalha e defende o direito humano de uma alimentação adequada e também faço parte do CONSEA como conselheira representante da sociedade civil. Vou trazer para vocês uma discussão do que é o direito humano à alimentação adequada, o que é o Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição que estamos construindo no Brasil e as possíveis interfaces que, certamente, existem com a política de assistência social. Vou falar sobre os desafios dessas interfaces. Só para lembrarmos, a gente trabalha com isso, mas além de ser uma das grandes características do Brasil, além de ser um país maravilhoso, continental, muito rico, somos um país desigual. E é sobre isso que trabalhamos o tempo todo, na tentativa de mudar esse país e reduzir o fosso social que nós vivemos.

Talvez, a parte mais dramática que ainda há no Brasil, fruto da desigualdade, é ainda a situação que nós chamamos de violação do direito humano à alimentação adequada. São pessoas que ainda não conseguem ter o acesso permanente, regular à uma alimentação adequada - que irei explicar mais à frente.

As populações urbanas das grandes cidades, regiões do semi-árido do nordeste, norte rural, regiões que, sabemos, há populações muito excluídas. Populações tradicionais como os indígenas, quilombolas, acampamentos de sem-terra, áreas de ocupação urbana, etc. Enfim, é o cenário da desigualdade que a gente conhece, e são com eles que trabalhamos. Além disso, a gente tem uma diversidade que, ao mesmo tempo, é riqueza, mas é também desafio das diferenças e desigualdades regionais. Temos isso muito forte no Brasil. As diferenças e diversidades sociais e culturais, as diferenças do tamanho de município, da densidade populacional. Nós temos cidades que representam algumas vezes populações de alguns países. Isso é um desafio muito grande. Ao mesmo tempo, a grande região amazônica com poucas pessoas, que não deixa de ser um grande desafio. Não deixa de ter grande desigualdade e pobreza.

Somos uma federação, temos diversas unidades administrativas e políticas onde, sabe-se, não é possível fazer nada hoje, no Estado democrático que estamos vivendo e construindo, sem a permanente pactuação entre os entes federados autônomos. Esse é um dos grandes desafios de qualquer política de qualquer sistema que se possa incluir no Brasil, ou seja, a necessidade de uma permanente pactuação, que é o que fazemos hoje nesta conferência. Discutimos e debatemos para pactuar as recomendações e o que nós queremos no futuro.

Além disso, um outro contexto que a gente vive é que o país é um grande produtor de alimento. Quando se fala de violação do direito humano à alimentação, de fome e

pobreza, se fala dentro de um país que é um dos maiores exportadores de alimento. Produtores e exportadores. Esse é o cenário paradoxal que se vive no Brasil. Somos ricos e pobres ao mesmo tempo, em algum aspecto.

Porque acreditamos que esse princípio está na base das políticas sociais, das políticas essenciais de saúde e educação. É o direito de cada um de nós. O Brasil assinou os tratados internacionais. O Brasil é um dos 23 países do mundo, que tem isso em lei. É um dos mais avançados de reconhecer, essa questão dos direitos humanos à alimentação adequada. No mundo há 186 países e apenas 23 fazem esforços para tentar cumprir esse direito. O direito humano é, ao nascer, ter a garantia de acesso físico e econômico aos alimentos adequados sob o ponto de vista nutricional e de sua cultura o tempo todo. É ter acesso ao alimento seguro, que não faça mal à saúde, que não tenha resíduo químico e que garanta uma vida digna e plena em todas as suas dimensões. Essa perspectiva da dignidade do direito humano é muito importante. Eu tenho que ter acesso ao alimento seguro, saudável e permanente pelos meus próprios esforços. Pelo esforço do meu trabalho e não por uma caridade. Se eu não tenho condições de ter acesso ao alimento, então alguém tem que me prover.

A dimensão da dignidade, quando se fala de direitos humanos, é uma dimensão importantíssima. Ter dignidade é ser respeitado porque se é ser humano. Ou seja, ser respeitado, porque se tem uma profissão. A questão do acesso à alimentação é muito mais profunda do que quando se fala do provimento do alimento. Isso é o direito humano à alimentação adequada. O que não é o direito humano? Às vezes as pessoas têm dificuldade de entender essa perspectiva. Ela é um tanto teórica. Ela traz os princípios do próprio direito. Mas o que não é o direito humano à alimentação? Ser alimentados por outros. Então, todos os programas e tudo aquilo que provê alimento tem que ser encarado como uma questão não só emergencial, como contextual e o futuro disso tem que ter a finalização daquele provimento. É claro que algumas pessoas vão sempre necessitar desse provimento. E não se pode deixar de fazê-lo. Mas, a rigor, as pessoas não deveriam ser alimentadas por outros, quer seja por caridade ou solidariedade, porque essa pessoa tem o direito garantido de ter acesso aquele alimento.

O direito humano não é uma questão de caridade. Não é uma ideologia, que algumas pessoas, ONGs, alguns organismos internacionais ficam defendendo. Mas também não é só um conceito jurídico. Não é destinar todas as finanças públicas para a alimentação da população, isso não é verdade. Aqueles que trabalham com a área social sabem disso. Para que as pessoas tenham acesso a isso, é preciso ter, na perspectiva da divisibilidade dos direitos, acesso à várias outras coisas - à saúde, à educação, por exemplo.

Para que se possa ter acesso ao alimento é preciso ter acesso às políticas públicas essenciais e que estas sejam interligadas. Inclusive a de trabalho e da inclusão produtiva. Então, não é algo que ameaça, mas é a forma que a sociedade deveria se estruturar para que as pessoas tivessem o mínimo para o ser humano, que é a alimentação adequada, contínua e permanente. O Estado tem que estar organizado para prover esse direito

humano básico, com todas as suas outras políticas que colaboram para que isso aconteça.

Então, quais são os principais valores que essa perspectiva do direito humano traz para a gente? É a superação do paternalismo e do autoritarismo das políticas puramente assistencialistas, no sentido de que se dá e há um beneficiário. Quando se fala de direitos humanos, costuma-se sugerir que se mude a terminologia, a linguagem. Por que é beneficiário? Por que o titular do Bolsa Família é um beneficiário? É um benefício que o Estado faz? Entende-se que é um benefício, mas do ponto de vista do direito humano, é um direito que aquela família tem de receber uma renda, porque está localizado em uma faixa de renda familiar que não consegue a sobrevivência digna. Então, é uma forma de complementar a renda. Ele é um titular de direitos, do ponto de vista da linguagem dos direitos humanos, e não necessariamente um beneficiário. Isso é uma mudança de paradigma que temos que trazer para nossa cultura.

Os direitos humanos à alimentação trazem uma mudança do paradigma do Estado, que é o provedor, o que dá o benefício, para aquele que cumpre e que respeita e garante o direito da população, do ser humano. Ele é um instrumento básico para a diminuição das desigualdades e discriminação e cria a importância dos instrumentos de elegibilidade. À medida que as pessoas têm consciência dos seus direitos, ela começa a ter consciência de suas formas de exigir que aquele direito seja criado.

Quando se fala do direito humano, cada direito pressupõe obrigações do Estado. Cabe ao Estado nesse caso do direito humano à alimentação e o provimento de todos os direitos (respeitando e protegendo), que é o que nós fazemos com muitas políticas públicas, promover e prover se for necessário. Essas são as obrigações do Estado. Então, uma criança desnutrida que passa fome é um problema do Estado. É obrigação do Estado resolver. Uma criança que se alimenta do lixo, pode não estar desnutrida, mas é um problema do estado, porque não é uma forma digna de se alimentar. Então é também um problema do Estado. O Brasil hoje reconhece isso.

O que o Brasil tem feito hoje para garantir, para respeitar e promover? Temos construído nas últimas décadas o Estado de Direito. Estamos construindo a nossa democracia. Desde meados dos anos 80 tudo o que vem se fazendo, enquanto sociedade civil e enquanto governo, é construir uma sociedade democrática. E a forma como o estado brasileiro optou por construir suas políticas foi na forma de sistemas. O mais antigo que se conhece é o SUS, que muitos de nós participamos dessa construção. E o SISAN e agora o SUAS, também foi optado por constituir sistemas.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar é um desses sistemas que tem como base a Lei que criou o SUS. O SISAN tem como base a LOSAN – a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Ela fala no seu caput que o objetivo primeiro é respeitar o direito humano à alimentação adequada e fazer cumprir. Como é que temos construído esse sistema? A construção é compartilhada? Isso é importantíssimo para que fortaleçamos o

processo de construção. A sociedade civil trabalhou e trabalha muito no sentido de fazer as pressões para que as coisas aconteçam.

A Constituição de 88 abriu os caminhos para garantir os direitos sociais, as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional foram importantíssimas para pautar toda essa agenda. A Lei Orgânica de SAN – Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada no ano passado, é uma celebração dessa luta e atualmente estamos regulamentando. Estamos construindo um sistema que necessariamente precisa conversar com os outros sistemas. Creio que nisso está posto um grande desafio que nós temos para fazer todas as outras políticas e tudo o que delas decorrem, o compartilhamento desses conselhos e sistemas. A LOSAN, como disse, é uma celebração de todos esses movimentos.

Como é que esses sistemas são visualizados? Como a gente visualiza essa interface com outras políticas, inclusive com as políticas de assistência social? O sistema está sendo construído, embora haja muitas instâncias a serem construídas, incluindo o setor privado produtivo que quiser fazer parte. Acredito que a grande questão do SISAN é a prática da intersetorialidade. Aí está o grande desafio da construção de uma democracia, da redução das desigualdades, da inclusão produtiva, da inclusão social é a gente conseguir potencializar todo o nosso trabalho na interface entre as políticas. Porque quando se pensa a política nacional de saúde, a política nacional de educação, a política nacional de assistência social, a política nacional de segurança, todas se complementam nos diversos cursos da vida das pessoas. A interligação dessas ações é importante para que se consiga visualizar a inclusão da população.

Para concluir, o nosso desafio, da parte do SISAN, é terminar de construir o sistema. Deixo isso para reflexão, que a prática da intersetorialidade é hoje a formulação de políticas que se comunicam em todos os níveis e é o grande desafio para a gente cumprir, incluir as pessoas na perspectiva dos direitos humanos, respeito da garantia dos direitos e o rompimento e a transcendência do que nós chamamos de assistencialismo e do paternalismo para um Estado realmente pleno de direito para todos. Muito obrigada.

Coordenação de Mesa
Obrigada Marília. Informo aos interessados que quiserem participar do debate, já estamos recebendo os crachás e também perguntas por escrito na mesa. Assim que terminar a fala da Márcia Lopes, abriremos o debate. Passo a palavra à Márcia, Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes
Boa tarde a todos e todas participantes da VI Conferência Nacional de Assistência Social. Boa tarde às minhas companheiras de mesa. Pensava aqui, olhando para essa platéia qualificada, que seria muito bom fazer uma grande roda de discussão sobre o tema, mas não temos essa condição. Então acho que o maior intuito dessa mesa é motivar todos vocês e a todos nós, da VI Conferência, a multiplicar e socializar esse conteúdo que estamos debatendo aqui. Esse é o bem maior que uma Conferência Nacional como esta pode trazer. É que saiamos daqui, para todos os lugares do Brasil, com a

responsabilidade de continuar a pensar no nosso lugar, as coisas que estamos debatendo aqui. Compartilho a minha alegria e honra de poder partilhar desta mesa.

Quando se fala da inclusão produtiva, política de inclusão alimentar nutricional e política de assistência social, já estamos nos comprometendo a fazer uma relação, fazer uma ponte, para construir referências nesse sentido. E não é um tema simples. Em função do tempo, temos que fazer escolhas de conteúdo. Quando falamos de inclusão produtiva, nos reportamos a uma das atividades humanas essenciais, para o próprio sentido da existência, que é a capacidade que cada um tem de pensar, agir, ter iniciativa, de produzir, de colocar as suas potencialidades à serviço da coletividade, do bem comum. Obviamente, sentindo-se participante da construção da riqueza do seu lugar, da sua terra, da sua região e assim por diante.

Ao mesmo tempo em que se poderia tratar, filosoficamente, do tema trabalho, do tema renda, produção, inclusão, inserção produtiva, nós podíamos fazer uma bela leitura sociológica e antropológica do que tem acontecido nos últimos anos no Brasil, América Latina e no mundo em relação à questão do trabalho, ao mundo do trabalho. Não há dúvida que os campos mais complexos de discussão, debate e entendimento estão nessa esfera, nas esferas das relações econômicas e sociais do mundo do trabalho, pensando desde a legislação, desde a posição das pessoas, dos trabalhadores, do movimento histórico de organização, de mobilização, pela garantia do direito, no sentido do trabalho, das relações de trabalho e assim por diante.

Eu penso que esse seja o grande desafio. Por isso, partilho do ponto de vista do Governo Federal e do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, esse tema tem sido um ponto tratado desde o início do Ministério. Desde fevereiro de 2004, quando nós fizemos nosso primeiro planejamento no Ministério, quando eu ainda era Secretária Nacional de Assistência Social e o Ministro Patrus que nos coordenou. Nós discutíamos onde fica, exatamente, pela história, pela realidade dessa área de produção, de mobilização, de inclusão produtiva, de todos os nomes já chamados dessa área em todo o Brasil, nas nossas experiências. Qual era o lugar disso no governo e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do ponto de vista de nossa responsabilidade, capacidade de implementação dos recursos, da natureza, da atividade em si? O que nos cabia? Tinha uma avalanche de responsabilidade quando se decidiu, que, em 2003, havia acontecido a IV Conferência Nacional de Assistência Social, deliberando pela implantação do Sistema Único de Assistência Social.

E, como e quando é também através da segurança alimentar, a II Conferência que aconteceu em abril daquele ano, também a decisão de implantação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. Então, a nossa tarefa era árdua, além de todo desafio que era reconstituirmos, darmos institucionalidade, darmos segurança ao Cadastro Único como grande instrumento de gestão das políticas públicas, fundamental para colocar o Bolsa Família no rumo, fruto de uma decisão de unificação dos programas de transferência de renda, que a gente precisava para dar conta de universalizar o programa para todas as famílias elegíveis, dentro daquilo que estabelece a Lei Federal.

Neste sentido, nós nos voltamos a esse processo de diálogo de construção com as entidades de pactuação, com os conselhos, com o CNAS, com o CONSEA, com CONGEMAS, com os estados, municípios, Prefeitos, Governadores e assim por diante.

No âmbito do Governo Federal, uma câmara de política social, que ao longo desse período, foi tratando de discutir exatamente do que se falou aqui, quando se depara com o orçamento federal e vê uma série de ações e programas que acontecem nos vários Ministérios. Como a gente pode potencializar, como é que se pode e deve integrar e fazer com que, lá na ponta, as coisas sejam facilitadas a partir de uma diretriz maior do Governo Federal, de uma articulação maior? Isso é um processo muito antigo, a crítica sob o modo de elaboração do orçamento, a gente já avançou muito nisso. Não falamos mais em peça fictícia, orçamento que se repete a cada ano. Nós estamos falando de uma ação política fundamental, de construção de um orçamento, que reflita essa visão arrojada que estamos assumindo, de implementar sistemas públicos no nosso país. Para que, de fato, a gente alcance a escala necessária, para que se cumpra a constituição, descentralização, participação, políticas administrativas, de universalização, enfim, do acesso aos direitos.

A gente sabe que se tem um mundo pela frente para a gente andar. Por um lado, o Presidente Lula com uma diretriz muito clara. Nós temos que integrar as políticas, superar as superposições, dialogar entre nós, criar uma agenda integrada e não é por menos que esse segundo mandado começa com o PAC e começa também com a organização dos vários Ministérios em torno de uma agenda social, que vai construindo eixos, que criam uma integração em relação à juventude, criança e adolescente, em relação à questão da educação, com o PDE, e assim por diante.

Nesse contexto, o tempo todo nos debates esse tema do trabalho, renda, inclusão produtiva, organização, economia solidária, os fóruns todos têm ocupado a nossa preocupação e a nossa agenda. Quero colocar uma referência de um texto que, penso, é onde a gente melhor sistematiza o que é inclusão produtiva e qualifica o que se deveria ter como referência. Ele se chama “Para uma Política de Trabalho e Emprego na Estratégia do Fome Zero” e diz: “As condições e possibilidades de geração de renda, por meio do trabalho, supõe diferenciadas formas de inserção no mundo do trabalho. No caso do Brasil, a política de trabalho e emprego deve reconhecer que o mundo do trabalho permanece heterogêneo e diversificado. Situação que foi ampliada com as transformações econômicas recentes. São diversas as relações de trabalho que permitem a obtenção de renda, trabalho subordinado, venda da força de trabalho, trabalho autônomo, incluindo os micros e pequenos empreendedores, trabalho familiar, em especial, na área rural, o trabalho associado ou cooperativado, economia solidária”. O texto continua e apresenta uma questão de princípio. Aqui nós falamos de promover o trabalho e a geração de renda, através do trabalho decente.

E o trabalho decente, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, é sinônimo de trabalho produtivo no qual se protegem os direitos, pelo qual se engendram ganhos adequados com uma proteção social apropriada. Assim, significa também

trabalho suficiente, no sentido que todos deveriam ter pleno acesso à oportunidades para obtenção de ganhos. Marca uma pauta para o desenvolvimento social conforme a qual pode cobrir a realidade do trabalho, remunerações e a proteção social, sem o menosprezo às normas sociais e relativas ao direito dos trabalhadores. Esse é o conceito que a OIT coloca e que adotamos nesse texto.

Quando falamos de algum ponto das diretrizes, estamos falando da compreensão compartilhada do conteúdo, em especial da concepção política sobre política pública de emprego e trabalho e sua articulação com as políticas de desenvolvimento. O reconhecimento das diretrizes e parâmetros comuns para planejamento e implementação das ações e programas de geração de trabalho e renda de acordo com a concepção da estratégia. Enfim, tem aqui inúmeros elementos que contribuem e muito para a nossa reflexão. Esse é o primeiro debate, nós temos que aprofundar o conceito criando uma unidade entre nós. Porque quando falamos de sistemas públicos, falamos de construção de padrões, de regulação, de normatização.

Desde antes da LBA os recursos chegavam para essa área sem nenhuma, além de não se ter continuidade na havia nenhuma diretriz de estratégia, metodologia, efetividade e impacto. Demonstrávamos muita ingenuidade e acabávamos colocando recursos no município, o Governo Federal, ou outras fontes, para fomentar trabalho, renda, criação de iniciativas na área urbana e rural, mas que não tinham nenhuma sustentabilidade. Aqui não cabe mais improviso, amadorismo e ingenuidade. Estamos falando do mundo das relações do trabalho, da produção e da organização. Daí é necessário entender de micro-economia, ter uma leitura da macro-economia do País, da América Latina, do mundo, das mudanças constantes que estão acontecendo, isso é pano de fundo para a gente, de novo, não se frustrar e para gente não desrespeitar os usuários. Acho que isso é fundamental.

Tanto no nível do Governo Federal, nós temos tido particularmente uma relação debatendo isso com o Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Políticas Públicas e Emprego, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária, com as estatais, com os bancos, com o sistema S. Temos um campo grande de debate com o sistema S, porque nós temos que nos apropriar naquilo que o sistema S está fazendo. Tem muito dinheiro e a gente sabe disso. Se não tivermos capacidade de fazer, de reconstruir uma relação e uma nova leitura no funcionamento dessas instituições a serviço, de fato, de uma nova compreensão da base econômica local, da dinâmica, da realidade das famílias, nós vamos demorar mais tempo para avançar nesse campo. E também é o nosso Ministério que tem essa responsabilidade.

Ou seja, um programa de transferência de renda que alcança 11 milhões de famílias, que assegura renda e a política de assistência social é muito clara, quando se fala na segurança. E a renda é uma segurança fundamental de direito. Por isso, a gente não admite que se fale sobre assistencialismos, caridade, favor, esmola nesse processo de transferência de renda. Renda é um direito fundamental, assim como o direito à alimentação. A renda é essência daquilo que compreende as necessidades sociais. Para

alcançar essas famílias na continuidade de um processo que se aprofunda, daquilo que hoje a mesa tratou, da garantia dos direitos sócio-assistenciais, do acesso às demais políticas setoriais, nós temos de fato que pensar em estratégias de organização das comunidades, das pessoas, das famílias, enfrentando as discussões da economia local, o funcionamento daquela cidade ou região, que não é, obviamente, homogêneo no Brasil.

No Ministério, seja na Secretaria de Segurança Alimentar, na Secretaria Nacional de Assistência Social e na Secretaria de Articulações e Parcerias, que tem uma tarefa de se relacionar com parceiros, de mapear, no Brasil, as inúmeras iniciativas. Nós temos um quadro nacional de todas as iniciativas que nós temos que estão neste campo da inclusão produtiva, na perspectiva da economia solidária, da perspectiva da capacitação, da inclusão. Temos, por último, uma experiência muito interessante com a juventude. A área de inclusão produtiva com os jovens já, no edital sendo previsto um processo de monitoramento com esses jovens. Nós temos as incubadoras via FINEP, através da coordenação da Secretaria de Segurança e Alimentar que faze um trabalho de coordenação via universidades, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Temos inúmeras iniciativas com o próprio Ministério, com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária , do Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Nós temos também quarenta Consórcios de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSADs que mobilizam e praticamente todos os projetos inovadores estão nessa linha da organização, mobilização, da inserção produtiva das famílias. O próprio programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar - PAA, quando a gente compra perto de 700 mil litros de leite por dia, como é o caso do programa do leite, dos pequenos produtores, a gente vai fechando a cadeia, porque a gente compra do pequeno produtor e esse produto é distribuído e alocado na rede socioassistencial. Enfim, as cozinhas comunitárias. Tenho alguns quadros mostrando o projeto geração quilombola, projetos das comunidades indígenas.

Isso tudo tem merecido da nossa parte, muita reflexão. Não demos conta de fazer isso de forma mais acabada no Ministério. Penso que isso é um tema central e acho que a mesa deve levar, e se a platéia entender, como tema fundamental para que os conselhos, CIBs, CONSEAS estaduais discutam e coloquem esse tema na pauta, construindo um formato de articulação para que tenhamos uma política sustentável de inserção produtiva, de mobilização, de organização das várias perspectivas e tendo o trabalho decente como diretriz fundamental.

Uma outra questão é que, nesse tempo de Ministério, nós amadurecemos e agora dentro daquilo que o Ministro falou sobre a perspectiva de uma nova estrutura do Ministério, estamos construindo uma proposta de uma Secretaria Nacional, de um setor no Ministério que organize essa área de geração de oportunidades. Isso vai integrar todas as ações, seja da segurança alimentar e nutricional, seja da assistência social, da Secretaria de renda de cidadania. Porque agora nós estamos muito mais maduros para fazer isso, do ponto de vista da leitura dos dados que nós temos, do ponto de vista das experiências que estamos acumulando, dos inúmeros editais colocados aí e são milhões de reais que estão sendo investidos. Se formos calcular todo esse quadro que apresentei

aqui, chegamos a mais de seiscentos milhões que estão sendo colocados nessa perspectiva de inclusão produtiva, de capacitação, de formação, de motivação, das pessoas, das famílias e dos jovens.

Estamos agora fazendo uma experiência com o Ministério do Trabalho, no sentido de mapear todas as obras do PAC e cruzando essa base com a base do Cadastro do Bolsa Família. Em que medida, lá no local, as empresas podem assumir o compromisso de buscar trabalhadores, de investir na formação dos trabalhadores para trabalhar, seja na construção civil, seja no trabalho indireto das famílias, etc. A gente sabe que tem já experiências nesse sentido. Agora, se não tivermos a capacidade de juntar as coisas, vamos demorar muito mais tempo para que isso tenha base, sustentabilidade e saia, de fato, daquela arena de algo que é mais ou menos sempre provisório. O usuário quer, de fato, ter acesso à informação, à formação, à capacitação, à inserção no mundo do trabalho e felizmente o nosso governo tem promovido isso. Saímos de 8 mil empregos mês a cinco anos para hoje mais de 110 mil empregos por mês no Brasil. Sabe-se que tem um contingente grande de trabalhadores desempregados que precisamos alcançá-los. E as famílias beneficiárias do Bolsa Família, os jovens, todas as pessoas da área urbana e rural estão ávidas por continuarem a ser incluídas no processo que lhe dêem autonomia, que lhes garanta essa perspectiva de integração, visão de totalidade de suas necessidades e das suas potencialidades.

Penso que o caminho está sendo trilhado. Não acho simples que se avance rapidamente, se não houver amadurecimento e sem ganhar posição mais arrojada, mais corajosa das estruturas da própria política de trabalho, do Ministério do Trabalho, das Delegacias Regionais do Trabalho, das Agências de Trabalhadores, das Secretarias de Trabalho. Aqui, tomamos uma proposta que já foi feita. Normalmente o FONSEAS e o FONSET se reúnem próximo, um do lado do outro, de onde os secretários trabalham. Esse é o tema da mais alta relevância para se por na pauta, no sentido de que o Estado crie uma estrutura de mobilização, motivação e de subsidiar. É como eu disse, não dá para ser mais amador. Nós temos que trabalhar com as informações do CAGED, trabalhar com o perfil da população, ter tecnologia, base de dados, ou seja, uma série de instrumentos para a gente não brincar com isso, para se entender que esta é uma questão absolutamente séria.

Estamos falando de desenvolvimento social e econômico sustentável, do direito, no potencial que as pessoas têm. No município, da mesma forma. O olhar do órgão gestor da assistência social, das áreas afins trabalhando unidos com a educação, saúde, cultura e com o ambiente, pois as áreas produzem espaço para isso. As políticas setoriais estimulam e estão abrindo cada vez mais esse espaço.

A questão ambiental está abrindo caminhos. Cada vez mais a história do lixo, da reciclagem, dos aterros sanitários, do lixo seletivo está abrindo um nicho novo na economia. E não podemos deixar de novo que os trabalhadores sejam subjugados com isso, e que, de novo, os empresários tenham sempre o domínio de um banco que vai entrando. Tem-se que ter esse foco do olhar local. Às vezes acontece de, na mesma

cidade, ter a mesma experiência que não dialogam e disputam. E se nós, que estamos na área pública como conselheiros, como gestores não tomarmos as rédeas, vamos demorar mais tempo para conseguirmos essa relação de trabalho, de renda, de trabalho decente, de inclusão produtiva acontecer. Espero que a gente vença esses desafios da desarticulação, da superposição, de não ter um olhar estratégico. Que vençamos a idéia de qualquer coisa serve para os nossos beneficiários.

Quando falamos de beneficiário, quer dizer benefícios como direito. Para não cair no risco de substituir coisas que a própria legislação e as leis orgânicas definem claramente. Elas estabelecem as políticas seja saúde, educação, etc. O conteúdo das políticas se traduz em serviços, benefícios através de programas de projetos. Para que venhamos criar o entendimento de que, em hipótese nenhuma, o benefício está fora do direito ou ele é quase direito ou ele é transição... nada disso. Isso é um direito. Quando se fala em ser alimentado por outros, como um não direito à alimentação, é dito claramente: não há direito fora do Estado. Se dizemos que o Estado é o ente que tem a absoluta responsabilidade por prover e garantir o direito, cabe ao Estado criar as condições, as políticas, as suas estratégias para garantir o acesso ao direito. Então, eu compreendo e concordo quanto às cestas de alimentos. Até por uma questão logística, acaba por se gastar muito para fazer uma cesta chegar a um lugar distante e remoto. Então, a política de distribuição de cestas tem que ser uma política transitória. Agora, ela é uma política e um direito. Portanto, o Estado tem que cumprir o papel. Isso é um direito fundamental.

A presença do Estado, a garantia de direito à alimentação adequada está colocada, indistintamente na constituição e é importante esse enlace da segurança alimentar com a assistência social, que, historicamente, tem uma identidade muito forte. Nos municípios, quem opera muito a segurança alimentar é a assistência social. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Coloco-me à disposição para continuar esse tema nos estados e municípios. Obrigada.

Coordenação de Mesa
Agradecemos a Márcia Lopes, Secretária Executiva do MDS. Vamos abrir para os debates. Estamos com quatro blocos de cinco perguntas já escritos. Peço a todos que sejam breves com as perguntas. Passo a palavra para a conselheira Valquíria.

Para favorecer o tempo, eu vou chamar os blocos, as cinco perguntas para andar mais rápido. Alessandra Boneli, Érnio Smith, Márcia Cassiano Rosa, Gilca Moraes, Severino Januário. Peço que os cinco se dirijam até aqui.

Sra. Alessandra Boneli
Meu nome é Alessandra. Sou assistente social. Trabalho na prefeitura de Blumenau/SC e desenvolvemos desde 2005, o programa Inclusão Produtiva na Secretaria de Assistência Social. Temos experiências bem sucedidas de uma cooperativa de costureiras e de uma associação de catadores. Em nossas discussões, recebemos algumas críticas referentes a essas ações, uma vez que podem precarizar direitos trabalhistas. E é quanto a isso que quero a leitura da Márcia acerca desse assunto.

Sra.Márcia Cassiano Rosa

Existe algum direcionamento na revisão dos programas de transferência de renda? Por que o que acontece é que nós estamos a um ano recebendo o programa de transferência de renda e não se consegue incluir, na inclusão produtiva, pensando naquele dinheiro que está entrando para aquela família. Porque eles já se organizaram recebendo aquele dinheiro. Agora é diferente, quando já se vem com o programa transferência de renda com a propositura de um projeto, de cada família ,para a produção. Então é muito diferente. Por isso, quero saber se o Sistema Único de Assistência Social pode começar a pensar nesse direcionamento para o programa de direcionamento de renda.

Sr. Erno Smith

Meu nome é Erno. Sou pastor e teólogo, Mato Grosso do Sul. Tenho duas perguntas. Todos querem comer e trabalho digno. O que está acontecendo, nosso Brasil é tão rico e passa por tantos problemas? Aonde era o berço do Brasil? Nordeste. Antes, tanta riqueza. Hoje, tanta pobreza. Em parte, já melhorou em alguns estados. O Presidente Lula vai tentar implementar o biodiesel. Em Mato Grosso do Sul está implantando 27 usinas de álcool. Álcool vai encher barriga de alguém? Não. Mato Grosso do Sul é o maior produtor de carne e, ainda assim, a carne é 35% mais cara. Imagine aqui em Brasília, 40, 50%.A minha pergunta é: onde conseguimos travar? Minha segunda pergunta: em 2003, nós conseguimos derrubar a ministra aqui. O grande problema, quando em 2003, os governantes chegaram aqui não tinha nenhuma diretriz para dar alimento ao povo. Hoje, nós estamos de parabéns. Porque o governo cresceu, ganhou mais um mandato de quatro anos e amadureceu. Agora, com a virada do governo, qual serão as novas diretrizes? Como nós vamos conseguir amarrar para que tudo aquilo que foi feito, que vocês fizeram, não venha cair por terra novamente com os novos governantes? Em 2007, no Mato Grosso, nós ficamos sem recurso algum. Agora, se inicia janeiro e nós queremos comer. Como se dará isso com um novo governante? Recomeçar uma nova ação, com novas diretrizes, a questão da segurança alimentar?

Sra. Gilca Moraes

Eu não poderia deixar de fazer alguns adendos à economia solidária, visto que sou da agricultura familiar, com muito orgulho, e também tenho a inserção dentro do processo de economia solidária, não só no estado da Bahia, na minha região, mas também o conhecimento geral do Brasil. A economia solidária é, de fato, uma inclusão social, pelo fato de que nós agricultores familiares temos tido muitos avanços e muitos projetos sendo idealizados, fomentado e executados a partir do momento que se tem o pensamento da economia solidária. A partir desse momento se tem acesso a projetos, na questão do que se refere ao molhar a terra. O molhar a terra não é apenas água para bichos, mas água para produção de alimentos de qualidade para a agricultura familiar. Tem o Luz para Todos. Hoje nós temos municípios na Bahia que tem 150 famílias produzindo produtos derivado da mandioca, e sendo comercializado diretamente para o programa de aquisição de alimentos da CONAB e distribuído em escolas para famílias carentes. Isso tudo faz parte da economia solidária, da organização das mulheres. Na linha de crédito, apesar de nós mulheres, ainda não termos uma linha específica de crédito como o PRONAF, porque dizem que nós temos o PRONAF mulher. E isso é balela. Nós

trabalhadoras rurais podemos sim acessar o crédito PRONAF, mas se o meu companheiro tomar dois mil reais, eu só posso acessar até 50% do valor do meu companheiro. Então, isso não é linha de crédito específica para as mulheres. A gente precisa melhorar nisso, mas pelo menos já se tem essa entrada para que as mulheres possam também ter acesso à esse crédito, que melhora a sua qualidade de vida dentro do mundo.

Na questão também da inserção da mulher na documentação da trabalhadora rural, o MDS junto com o INCRA e com outra instituições, o Governo Federal tem feito isso e muito bem, porque a maioria de nós mulheres nordestinas e trabalhadoras rurais somos pessoas sem documentos. E sem documentos, somos pessoas invisíveis na sociedade. E sem documento não podemos ter inserção dentro desse mundo em desenvolvimento. Acredito que uma das questões que faz com que a economia solidária não apareça tanto quanto ao seu tamanho que é pensado, é justamente essa questão da falta de intersetorialidade dentro dos órgãos governamentais, e, em específico, dentro dos nossos municípios. Há uma grande disputa e a gente sabe que os nossos municípios estão disputando um cargo, para mais tarde ser um vereador ou ser sucessor do Prefeito. Não existe a intersetorialidade devido a essa disputa de poder político no município. A pergunta é: como está sendo pensada a desburocratização dos projetos voltados para agricultura familiar? Obrigada.

Sr.Severino Januário
Por que não realizar um seminário, dentro de cada estado, levando o projeto em conhecimento da economia solidária? Porque acredito faltar divulgação. Na Paraíba, nem nos próprio conselho a gente sobre esses projetos. Os conselhos não são deliberativos e precisamos do apoio do CONSEAS nacional para se tornar deliberativo. E sofremos muitas pressões, principalmente agora, que há algumas denúncias. A política do estado da Paraíba não avança e a gente se preocupa muito com isso. Obrigado.

Coordenação de Mesa
Acabou o primeiro bloco com as cinco perguntas e vou passar para a mesa a fim de que responda na mesma seqüência. Shirley, Marília e depois a Márcia.

Sra. Shirlei Aparecida da Silva
A necessidade de dialogar é maior que o tempo que a gente tem. Agradeço as contribuições. Teve uma questão sobre direito trabalhista e precarização do trabalho. Essa é uma luta nossa muito grande, porque economia solidária não é trabalho precarizado. De forma nenhuma. Economia solidária é direito a trabalho. É direito humano. É direito econômico. O que acontece hoje, e creio ser um grande desafio, é que o trabalho associativo no Brasil tem uma base que é a Lei das cooperativas que foi uma lei criada no meio da ditadura. A Lei das cooperativas brasileiras não foi feita para o trabalho associado aos pequenos trabalhadores. Ela foi feita para beneficiar os grandes produtores agrícolas, das grandes cooperativas agrícolas. Essa é a marca, e foi se apropriando do trabalho. O que acontece hoje? A orientação nossa é que a organização do trabalho na economia solidária, seja na cooperativa, na associação, micro-empresa, o

modelo que for, não define a economia solidária. A forma de gestão do empreendimento que ela tem a garantia também. O pagamento do INSS, férias, 13º salário e por que não? Isso tem que ser feito em novas bases. As novas bases a partir do trabalho associativo. E tem experiências muito significativas nesse sentido. Por exemplo, tem grupos de trabalhadores e trabalhadoras que, ao invés de pagar a carteirinha da Unimed, se associa a um grupo de saúde alternativo e é o grupo de saúde alternativo que vai ao grupo, uma vez por semana ou por mês, e faz todo um trabalho com a saúde alternativa. Ou seja, faz uma saúde preventiva. Muda a lógica da saúde, como depois que se adoeceu e vai ter que recuperar para a perspectiva de não adoecer. Acredito que são alguns paradigmas que a gente vai ter que ir quebrando, para também trabalhar na perspectiva dos direitos. Até mesmo, por exemplo, alguns outros empreendimentos criam um fundo rotativo dentro desse empreendimento para o momento em que alguém tenha que se ausentar. A mulher que ganha menino, por exemplo, como é que ela faz? Ela sai do empreendimento e não recebe? Não. O fundo rotativo serve exatamente para isso. Na hora em que essa pessoa sair terá o seu fundo.

Transferência de renda e inserção produtiva é um desafio. O Betinho falava: “quem tem fome tem pressa!”. Então, primeiro você tem que encher a barriga mesmo. Não tem como uma pessoa com fome querer fazer a revolução das abóboras. As pessoas têm direito a isso. E aí sim, pensar alternativas. Já tivemos experiências de pessoas que vem do Bolsa Família, que se associaram no fundo rotativo, tal qual coloquei aqui no início. O interessante de se trabalhar nesta perspectiva de direito, é que as pessoas vão criando alternativas.

Mato Grosso do Sul perguntou algumas questões. Uma das perspectivas é a cidadania e garantia de política. Não adianta acharmos que está tudo dado. Sabemos que é disputa o tempo todo. E cidadania é isso, mudou o Prefeito, nós queremos continuar o trabalho. E isso só acontece quando a gente participa. Não tem política, não tem benefício de cima para baixo. Isso tudo é diálogo, construção coletiva. As pessoas que estão no governo podem ter a melhor boa vontade, mas sabemos que só isso não é suficiente. Temos que ajudar a fazer o controle social e criar idéias. Agricultura familiar. Acredito que você colocou muito bem. Acredito que o Crispim pode te responder quanto a isso.

Creio que o último desafio são os conselhos que são consultivos e não deliberativos. Esse é um debate muito grande. Tanto do ponto de vista de alguns conselhos, que se empoderam tanto, que a população não participa mais. Os conselhos criam poder paralelo. Como os conselhos que são só de fachada, só para garantir que o recurso chegue até o município. E, de novo, a resposta é participação. O conselho tem as suas reuniões e todos podem participar como ouvinte e observador. Isso também é nossa postura enquanto cidadão. Obrigada.

Sra. Marília Mendonça Leão

Farei alguns comentários aqui buscando atender as perguntas. Quanto à revisão e aperfeiçoamento de programa de transferência de renda, mal se começou fazer as portas de entrada, como é que podemos querer que haja porta de saída? Temos uma história de

exclusão de pobreza tão longa, creio que agora que a gente começa a colocar no rumo, a questão do empoderamento das pessoas quanto a sua inserção no mercado de consumo. Vivemos em uma sociedade de consumo onde o dinheiro é o que empodera as pessoas. Então, quando o País decide fazer o desenvolvimento social ou fazer política social, mudando o paradigma das políticas compensatórias, adotando um pensamento de empodera as pessoas com renda, com dinheiro vivo na conta bancária, creio ser uma revolução. Respeito e creio ser uma mudança de paradigma. Pensar como é que isso acaba, sair ou transferir é o que temos que pensar, mas não é uma solução que vem da noite para o dia. Acho que as pessoas que foram incluídas, foram emponderadas, com a moeda que o mercado de consumo exige, estão se organizando e não devemos ter pressa. Eles têm dinheiro e recurso para isso.

Agora, o aperfeiçoamento no sentido de que essas pessoas sejam empoderadas é um direito. As pessoas que são titulares desses programas têm que entender, como já entendemos, das questões trabalhistas. Qualquer brasileiro que tenha uma carteira assinada, pode ser semi-analfabeto ou não alfabetizado, ele sabe que tem direitos. O Programa Bolsa Família tem que ter esse empoderamento, mas isso tem que ser aperfeiçoado e continuado. Quando a gente fala de revisão e aperfeiçoamento é colocar as outras políticas, porque transferir renda empodera muito. Mas transferir renda com um posto de saúde que funcione, que se possa levar os filhos, onde os professores serão bons, assim empodera muito mais. Aperfeiçoamento tem que ser pensado para um futuro bem próximo.

A questão do biodiesel, creio ser um tema complexo, difícil e que ao mesmo tempo coloca o Brasil na vanguarda, mas não pode ameaçar a nossa segurança alimentar e nutricional. Os alimentos estão aumentando de preço em todo o Brasil. Isso é um fato, e tem que se pensar em medidas para reverter essa situação. Creio que não podemos ser radicais. O mundo precisa de uma nova matriz energética, mas tem que ser visto qual é o fiel da balança.

Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes

A questão de precarização, creio que o texto esteja claro. Ele fala das naturezas do trabalho. E economia solidária é um trabalho associado, cooperativado. Precarização vai haver em qualquer natureza de trabalho. Desapropriação e exploração pode ter em qualquer natureza. Por isso mesmo que nós estamos tratando da economia solidária como política publica, e não como algo passageiro, desorganizado ou só para cumprir uma iniciativa de um grupo. É um cuidado que a gente deve ter, por isso, todos os princípios colocados nesse texto são importantes.

A questão da proposta de revisão do programa de renda. A Lei Federal que instituiu o programa, fala de ações complementares. Nós estamos hoje fazendo com o Ministério da Educação, trabalho para que todos os pais das famílias sejam alfabetizados. Nós estamos discutindo com o Ministério de Minas e Energia, a tarifa social de energia. Nós estamos discutindo com o Ministério do Trabalho, uma perspectiva, internamente no nosso Ministério, de como alcançar as famílias do Bolsa Família nessa perspectiva de

inserção, capacitação e qualificação. Nós estamos fazendo um debate sobre o tempo de permanência da família no Programa Bolsa Família. Isto esta na perspectiva da proposta do trabalho. A bancarização dos beneficiários e o diálogo com as instituições publicas. Outro dia, nós fizemos uma reunião que veio todo o sistema S, as estatais, os bancos públicos e a Petrobrás-Fome Zero colocando como agora estratégia do planejamento, independente do Presidente que assume a Petrobras. Já tem um recurso lá como diretrizes estratégicas de negócio, a questão da responsabilidade social e recurso para trabalho social. Enfim, tem uma serie de medidas. Agora é uma questão de tempo para a gente integrar esse processo de políticas setoriais, inclusive aí do grande Programa de transferência de renda, o Bolsa Família, nessas políticas.

Muitas vezes, quando a gente fala de cisterna a gente pensa em um milhão de cisternas, na ASA, a gente fala da CONAB. Só para lembrar o seguinte, todo esse recurso sai do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome. A CONAB é uma grande parceira que favorece isso. Só para ficar claro que o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar está no MDS, sob a coordenação do secretario Ruano, o Crispim que é o diretor esta aí. Enfim, a questão dos projetos, depois o Crispim vai falar porque tem uma lógica, uma dinâmica, tem um desenho do programa. O que nós estamos fazendo no SUAS é o que nos queremos fazer no SISAN. É exatamente fazer transferência direta, descentralizar. É você qualificar, classificar o que esta nessa grande rede de segurança alimentar, nutricional do país. É isso que vai fazer você ter continuidade, ter sustentabilidade, e você também desburocratizar.

A questão do CONSEA, eu fiz esse debate, entendo que quem decidiu que os CONSEAS não deviam ser deliberativos, foram os próprios CONSEAS estaduais com o CONSEA nacional. Eu discuti varias vezes isso com Renato Maluf que agora assume a presidência e com o Chico. Esse foi o entendimento, mas acho que uma Lei não é para sempre. Daqui a pouco, nós podemos rever isso, de acordo com a própria discussão da implementação do sistema no Brasil.

Eu sou muito otimista e acho que estamos em um caminho sem volta, acho que nenhum governante desse país vai ousar levar a gente viver as mazelas que o Brasil já viveu, em tempos muito próximos. Está aqui, de um lado, o gráfico que mostra o nosso orçamento, saindo de seis bilhões para vinte e oito bilhões e meio o ano que vem, 2008. Está aqui o gráfico que mostra o declínio da pobreza, da miséria no Brasil. Todas as estatísticas, os estudos nacionais e internacionais estão mostrando que vinte milhões de pessoas saíram da pobreza. Não tenho dúvidas que estamos no caminho certo, e o que vai fazer isso continuar o que estamos fazendo aqui hoje é construir sistemas públicos, projetos, programas, serviços, benefícios e que sejam continuados, tenham planejamento e definição clara de metas. E tudo isso tem que se fortalecer dentro dos municípios. É preciso fazer travar politicamente uma batalha para que a assistência social e a segurança alimentar não sejam políticas subsidiárias, periféricas. Antes, caminhem junto com a saúde e educação.

Coordenação de Mesa

Peço que as pessoas sejam mais objetivos nas perguntas. Convido aos que forem fazer as perguntas, venham à frente para que encerremos o bloco. Rosani Cunha, Fátima Valéria, Maria Campos, Roberto Abreu, Elizete, Nilson Figueiredo Filho, Alexandre Bittencourt, Ivanete da Silva, Crispim Moreira e Telma Maragno.

Sra. Rosani Cunha

Uma primeira questão a ser colocada é aquilo o que une os temas desse painel, inclusão produtiva, inclusão social e segurança alimentar? A gente está falando de redução de pobreza, de combate à pobreza, de combate à desigualdade de outras vulnerabilidades. Creio que a mesa foi muito clara, e não podemos ser simplistas neste debate. Ele tem todos os desafios possíveis e creio termos avanços, sim. Mas vemos, algumas vezes, no debate com a imprensa, em algumas cobranças, como a questão da porta de saída do Bolsa Família, um simplismo. Como se conseguíssemos, em um ou dois anos, uma família no programa, uma família que na verdade nunca teve uma inserção na política pública, que não tem escola de qualidade, que está fora do serviço de saúde, que tem habitação precaríssima, ou seja, toda a pobreza se materializa em suas formas mais violentas para aquela família, e dentro de dois anos fazer como que ela consiga sair do programa. Se não tivermos uma perspectiva de curto sim, mas também de médio e longo prazo, acabamos por escamotear, esconder a complexidade desse tipo de situação.

Não podemos entender que só um governo ou só uma área de governo ou só uma política pública seja responsável por tudo. O Bolsa Família acabou ganhando tanto espaço que se cobra tudo dele, apesar de termos muitos avanços. Não é o Bolsa Família que garante escola de qualidade, o desenvolvimento de capacidade das famílias. Ou apostamos que tem que haver estratégia de governo integrada, ou apostamos que reduzir problemas de desigualdade é muito complexo. E para fazer isso, a gente não pode simplificar a política pública ou a gente vai acabar mantendo a situação que a gente viveu até pouco tempo atrás. Nós, como a Márcia disse, temos muitos avanços, de redução da pobreza, a gente já cumpriu a 1ª. Meta do milênio no Brasil, com quinze anos de antecedência. Algumas instituições, como o IPEA, falam que, se a gente continuar nesse ritmo, em três anos vamos erradicar a extrema pobreza no Brasil. Mas a gente também sabe que está longe de chegar até aonde a gente precisa. Sabe-se que há famílias que sequer têm documento de identidade, certidão de nascimento, comunidades tradicionais específicas que sofrem com a ausência de garantias de direito muito violentas, habitação digna, trabalho. Ao mesmo tempo temos que comemorar muito acerca das conquistas, temos que ter a responsabilidade de ver que andou um pedacinho do nosso caminho, e tem que ter clareza de pactuar processos que nos garantam continuar no caminho que me parece mais acertado e mais rapidamente do que a gente caminhou até agora. Quero pautar esse tema sobre o Bolsa Família, que é só um pedacinho e da sua importância, que consegue dar voz às famílias, por meio de seu cadastramento no Cadastro Único.

Sra.Fátima Valéria

Quanto à inclusão produtiva. É uma demanda muito recorrente e principalmente na área da assistência social. Na ponta, são as secretarias que vem assumido com essa demanda, porque o público mais excluído que bate à porta da assistência social. A minha

questão para a mesa comentar um pouco, sobre certa confusão, entre a inclusão produtiva e inclusão social. Acho que a gente quer inclusão produtiva com inclusão social. Não podemos achar que está se fazendo um programa que tem muito mais um caráter de inclusão social e tratá-lo como inclusão produtiva, porque a gente quer que a inclusão produtiva cumpra esse papel de gerar renda para as famílias, para que elas consigam prover seu próprio sustento por meio de trabalho digno.

Sra. Maria Campos

Pegando um gancho do que acabou de ser dito, nós que trabalhamos na área de assistência social, principalmente com os municípios, estamos vivendo um momento muito complexo. Em cima dessa colocação é que quero me direcionar. O CRAS tem atuado na integração dos serviços, mas em relação às oficinas de inclusão produtiva tem se transformado em ações pontuais, que não causam impacto nas realidades das famílias referenciadas. Pelo menos, essa é a realidade dos municípios no sertão paraibano. Os técnicos do CRAS não são capacitados para esta abordagem. Um grande exemplo é em relação à economia solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, e o tão desgastado o discurso intersetorial, que não tem se materializado. Sequer somos convidados a participar dos eventos promovidos pelo Ministério do Trabalho no estado da Paraíba.

O sistema S cobra valores absurdos para dar assessoria os municípios nessa área. Sem falar no micro-crédito do Banco do Nordeste que não chega, e o acesso ao conhecimento construído nas universidades e escolas técnicas que não são aproveitados nessa área. Não é uma pergunta e sim um apelo. Precisamos de mudanças urgentes, para termos esses instrumentos atuando com a nossa rede de serviços. O Brasil tem muitas realidades e o estado do Ceará é pioneiro em economia solidária. Há três anos eu residia lá e quando cheguei à Paraíba vi uma realidade diferente. Portanto, o Estado tem a sua obrigação, e como rede federal, tem que cobrar dos estados a sua atuação na avaliação e na capacitação dos pequenos municípios. Onde 195 municípios da Paraíba têm menos de vinte mil habitantes.

Sr. Roberto Abreu

Bom tarde. Quando a LOAS foi criada, a mesma foi criada com um único benefício. E foi regulamentado em 96 para passar a ser direito para uma pessoa idosa. Depois de onze anos da Lei Orgânica, nós tínhamos uma política nacional que organizou todo o sistema. Em 2005, em doze anos, se começa a ouvir municípios e estados em sua realidade, e se constrói o sistema que atenda essa realidade. Esse é um processo que vem de longo prazo e vai sendo construindo e aperfeiçoado. Acredito ser precipitado o desfecho em cima da cobrança quanto à segurança alimentar. O que me preocupa é a composição, o caráter do conselho. Porque ele é deliberativo no seu âmbito colegiado, mas não é normativo. Ou seja, ainda tende muito ao compromisso em atender (...) pelo colegiado. E isso pode justamente trazer prejuízo ou retrocesso. Nós tivemos um hiato no Brasil de 94 a 2003. Ficou descoberto. Não houve um único debate em nove anos. Em 2003 quando o Presidente Lula assumiu, o governo começou a voltar esse debate a nível nacional, começou a constituir programas e políticas públicas que se vê nos municípios. Quando

se tem um conselho consultivo, de aconselhamento pode-se perder muita coisa. É preciso ter um debate para mudar o caráter dos CONSEAS.

Sr. Alexandre Bittencourt

Boa tarde. Estou como Secretário Municipal da Assistência Social da cidade de Taboão da Serra, que pertence ao estado de São Paulo. Acredito que os municípios vivem a falta de política pública, direcionada para o segmento alimentar, porque nós não temos os gestores que estão lá na ponta para poderem enfrentar essa política. Nós não temos indicadores e não temos um senso adequado. Então, peço ao BNDES que trace alguma coisa para os municípios, porque não temos indicadores para a alimentação e outros setores. Outra coisa. Temos uma dificuldade muito grande para que as secretarias se falarem. E isso deveria vir desde o Ministério para o estado e para os municípios. Na Secretaria da Saúde tem um sistema que não conversa com a assistência social. A educação tem outro sistema que também não conversa com a assistência. Mas se fala que as três secretarias tem que conversar, se o próprio sistema, que vem de cima, não conversa, como pode se esperar implantar? Não temos recurso também para fazer essa implantação. Nos falta esse diagnóstico e falta critério melhor para a indicação dos delegados para participar das conferências. Fico triste quando eu vejo uma plenária cheia aplaudindo porque os prefeitos ou gestores que cumpriram com a meta, e que foram só 362 dentre mais de cinco mil e poucos municípios, serem aplaudidos pelo cidadão que disse que eles não deveriam ser contemplados. Vejam bem, apenas 362 cumpriram o seu papel. Será que aqueles que aplaudiram cumpriram? Não cumpriram. Então, porque que aplaudiram? Creio faltar uma coerência muito grande naquilo que se colocar como solução dos problemas, que nós estamos tentando conferir daquilo que foi discutido, Nas conferências municipais, estadual e aqui que estamos. Obrigado.

Sr. Nilson Figueiredo Filho

Bom dia. Quero fazer uma provocação à mesa de certas coisas que ouvi, que algumas podem eventualmente gerar alguma confusão. A primeira coisa, e no ambiente como esse, uma Conferencia Nacional de Assistência Social, creio ser da maior importância, ainda que todos saibam que há muito que fazer e reafirmar e muito vigorosamente, as questões de assistência social como direito. E de ver assistência, sem precisar ter de trocar, como se fosse uma palavra feia. Nós, numa sociedade ideal, talvez a assistência social, como ela está desenhada não fosse necessária. Infelizmente, não estamos nesta sociedade ideal. Então, quando lemos como hoje a Folha de S. Paulo publica que 20 milhões de pessoas saíram das classes D e E, isso tem muito trabalho de trabalho da assistência. E isso é uma coisa para as pessoas baterem no peito. Foi falado de quebra de paradigma. No meu ponto de vista, a grande quebra de paradigma que houve recentemente foi a questão da pobreza, da fome e da desigualdade de ter sido colocada na mais alta prioridade política, no primeiro e no segundo discurso do primeiro dia do Presidente eleito e isso ser reiterado. E o Presidente ter, durante todo esse tempo, dado a cara à tapa, em relação a essa questão. Essa é uma tremenda quebra de paradigma.

E, quando um benefício é submetido à normas, a regras claras e não mais depende da boa vontade desse ou daquele, se isso não constitui um direito, aí eu não sei o que é

direito. Creio que um ponto que muitas vezes prejudica muitas vezes o debate é a idéia, conceitos e ações. Muitas idéias e conceitos não se traduzem em ação. Há outras idéias e conceitos que traduzem em ação e mudam a realidade. Eventualmente, algumas entidades que ficam mais no campo das idéias e dos conceitos não estão preparadas. A preparação delas é para discutir um debate. A realidade mudou, essas pessoas e entidades não estão preparadas para discutir a nova realidade, então ficam se referindo às mesmas idéias e conceitos e não percebe o impacto que isso já causou na nossa realidade. Tenha o nome que tiver. Obrigado.

Sra.Ivanete Mendonça
Boa tarde. Estou aqui como sociedade civil. Represento a igreja pentecostal Unida do Brasil e também sou conselheira estadual da segurança alimentar e nutricional. Deixo um recado. Hoje, é momento de consolidar as nossas conquistas para não perder no futuro. O maior desafio que enfrentamos hoje é sensibilizar os gestores para entende e ter o comprometimento com as políticas públicas e, principalmente, a de assistência social e a política de segurança alimentar.

Hoje, os gestores não entende por que a política de segurança alimentar está dentro do MDS. E não se faz política de segurança alimentar no município. Ainda há assistencialismo com a cesta básica. Usa-se o que está sendo conseguido (as cestas básicas) para fazer assistencialismo. E isso é muito sério dentro dos municípios. E fica aqui como denúncia. Infelizmente, o que se vê nos municípios quando chegam as cestas básicas é um festival político, sem que haja prioridade para as famílias que precisam. É triste de você ver o seu vizinho que precisa sem a cesta básica. Deve-se criar critérios para isso. E, também, essa angústia que nos dá, muitas vezes, que essa política que nós estamos aqui tratando com seriedade para os nossos municípios não é tratada da forma como se deve.

Sra. Telma Maragno
Boa tarde a todos. Eu acabei de assumir no estado do Paraná, participando da política de segurança alimentar e milito muitos anos na assistência social, e em uma Secretaria que tem essas três políticas, trabalho, economia solidária, segurança alimentar e assistência social. Fiquei muito feliz com a notícia de se criar um Secretaria para se dar uma direção estratégica de articulação para se criar mesmo os programas de geração de trabalho e renda. A política de segurança alimentar, até pela sua constituição, é uma política intersetorial. Ela, no mínimo, atinge cinco políticas na sua operacionalização. A política da assistência social nós temos que pautar o avanço no direito da renda e projetos de enfrentamento da pobreza. Eu vejo que não é uma política tão valorizada, mas é fundamental para nós, que é a política de economia solidária. Nós temos que avançar nessa discussão. Nós temos uma dificuldade imensa de operacionalizar. Só para avançar nessa construção intersetorial dentro das gestões.

E mais do que isso, está na hora dos conselhos pautarem essa estratégia conjunta da, assistência social, trabalho, de segurança alimentar para poder traçar uma direção de construção de política de geração de renda, que não fiquem pontuais e programas

sociais focalistas, muito forte ainda. Vamos avançar nas políticas de construção regionais, porque temos a grande maioria dos nossos municípios pequenos, e se não avançarmos não se terá impacto de mudança e pautar a discussão do impacto do desenvolvimento. Que modelo de desenvolvimento nós vamos defender. Acredito que a gente não centraliza as três políticas como deveria. Obrigada.

Sr. Crispim Moreira

Eu sou delegado do Governo Federal e estarei apresentando quatro pontos para contribuir com a mesa. Primeiro. Os conceitos que foram trazidos, as estratégias políticas que foram apontadas e metodologia. Chamo atenção para seguinte, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária traz, por exemplo, ações concretas, meios, métodos e caminhos, como por exemplo, a Feira. Aqui é muito bom colocar, articulando a inclusão produtiva com a economia solidária e segurança alimentar, porque um desafio nosso é a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e I Congresso Nacional de Economia Solidária. Estamos falando de dois mil delegados do Brasil inteiro. E a Márcia Lopes fez referência que na IV Conferência Nacional de Assistência Social esse tema já estava presente. E, todos esses congressos, conferências, que os conselhos nacionais estão por operar, eu, por exemplo, como representando do conselho de desenvolvimento social, estamos presentes em todos os conselhos nacionais de economia solidária, segurança alimentar e assistência social. É necessário que nós possamos criar uma linha condutora para que se possa encontrar um caminho. Os serviços públicos na rede de proteção social, há oferta desse serviço público. Carecemos também de metodologia, tecnologia e equipamentos públicos. Já buscamos essa rede que opera. Conceito que não é operacional, estratégia que não é operacionalizada e déficit de tecnologia vai vir da quarta conferência, da primeira, terceira conferência e não vamos romper isso.

Na fala do fórum brasileiro, da Shirley, foi mostrado mecanismos que fazem com que o governante, a política pública, o Estado indica para o trabalho emancipado, alimento de qualidade na mesa dos trabalhadores. Houve pessoas, que assim como eu, que são conselheiras de outros conselhos nacionais. Temos um exemplo concreto que foi repetido várias vezes que é o PAA. Um desafio que está posto é organizarmos sistemas agro-alimentares. Precisamos de outro sistema que produza, distribua e que consuma alimento de outro modo de produção. Foi deixado perguntas por que não há alimento saudável para todo mundo, que não tem trabalho emancipado nas famílias? Apenas o modo de produção que exclui. Não precisa usar força de trabalho de quatro milhões de agricultores.

Encerro pedindo que de alguma forma, possamos encontrar, no Plano Decenal, os conceitos, estratégias, metodologias. Que venham ser apontadas, anunciadas para que possam virar metas. E recurso público. Só na Secretaria, nós temos seiscentos milhões de PAA, que pode gerar alimento adequado na mesa das famílias excluídas e trabalho cooperativo solidário. Mas é preciso fazer essa articulação no território.

Sra. Shirlei Aparecida da Silva
Da questões que foram colocadas, creio que a história da matriz energética, tem que dialogar com o novo modelo de consumo. Não adianta continuar com o mesmo modelo de consumo. Haja matriz energética para dar conta. O planeta não suporta isso.

O que une o painel, temos que tocar em um ponto, a mesa de abertura foi muito feliz, quando se fala sobre imposto sobre fortunas. Esse é um caminho tão espinhoso e tão difícil de fazer, mas é ali que se encontra a riqueza do Brasil. Imposto por aplicações financeiras é um outro ponto que precisa ter um debate amplo. E a assistência social é fundamental estar fazendo.

A demanda da inclusão produtiva e inclusão social vão continuar existindo, creio eu. Creio que isso está no campo da utopia que nos faz caminhar. Creio termos superado vários pontos, mas ainda falta muito mais. O pessoal da Paraíba diz que o Ministério do Trabalho não chega em municípios pequenos. A economia solidária não é do Ministério do Trabalho, não é do MDS e sim nossa. É o modelo dos trabalhadores se organizarem. Agora, tem que se buscar recursos. Tem que existir política pública. O Fórum Nacional de Economia Solidária tem três anos. A economia solidária enquanto modelo, é recente. Ela veio a partir do governo Lula, aonde os trabalhadores se organizam e reivindicam uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. Na verdade, o povo queria era o Ministério, mas como não foi possível, ficou Secretaria mesmo. Creio ser essa a demanda.

A partir do momento em que se cria um Conselho Nacional de Economia Solidária, a tendência é que se criem Leis específicas, nos estados e municípios e conselhos de economia solidária. Creio ser um desafio para os nossos municípios. Inclusive porque lá é mais fácil de fazer. Se pegarmos os grandes conglomerados urbanos, vê-se uma grande dificuldade. A questão da capacitação com o sistema S. Creio que a primeira coisa, o sistema S não foi feito para empoderamento dos trabalhadores. É um grande desafio. O sistema S foi criado para criar mão-de-obra para o modelo fabril. O sistema S vem dessa lógica. Mudar a lógica do sistema é um desafio muito grande. Ali há uma acumulação de recursos do próprio FAT, que está dentro do SEBRAE. E que a lógica do SEBRAE não é a lógica do trabalho cooperado. A lógica é do pequeno empresário. É do patrão, empregado. A gente precisa criar metodologia. Responsabilize o fórum do seu estado. O Piauí tem feito coisas interessantes, mas tem ficado apenas na capital. No Ceará a mesma coisa. No mais, agradeço a oportunidade. A economia solidária, na origem da palavra, é o cuidado com a casa. É uma aplicação do micro para o macro.

Sra.Marília Mendonça Leão
A questão dos CONSEAS terem caráter deliberativo é uma discussão importante. Creio que deveria ser em todos os níveis. Haverá a plenária final. Concordo com a colega quando diz que a conferência inaugura o diálogo. Aqui é o espaço do diálogo aberto. Todos estão devidamente empoderados, no sentido de poderem falar o que pensam. Democracia é isso, participação.

Sobre a questão de indicadores, é também uma discussão importante. Há uma importância de monitorar a realização progressiva do direito humano à alimentação, no contexto da SAN. Isso significa acompanhar em todos os níveis da federação, se não há retrocesso. E, se cada vez mais as pessoas têm seus diretos garantidos ou incluídas na sociedade. A gente não tem bons indicadores. Os indicadores de renda e pobreza são importantíssimos. Eles têm mostrado os avanços, mas há mais para conquistar. Como disse, nós estamos construindo os nossos sistemas. Estamos regulando.

É importante salientar que os espaços estão abertos e regulamentados. Na área de SAN a conferência está na lei. Então, esse é o momento que a gente vive e que o diálogo está posto, aberto. Agradeço a oportunidade. Enquanto houver uma pessoa sem acesso à alimentação nós vamos defender e falar desse tema. Obrigada.

Sra. Márcia Helena Carvalho Lopes
Para concluir. Primeiro quanto à questão da inclusão produtiva e social. Nós até sugerimos para o próprio CNAS, CONSEA, que a gente tem um grupo de estudo que traga conceitos para serem trabalhados, inclusive unificados da própria rede latino-americana dos países, estamos propondo isso. Às vezes as coisas, em cada lugar, tem uma interpretação diferente. Com isso, vem estratégias de implementação. Não há dúvida que a inclusão produtiva e a discussão da inclusão social é muito mais ampla, e o debate no Sistema Único de Assistência Social em relação à atribuição que os gestores têm, que a própria rede socioassistencial tem, faz uma diferenciação. Agora estamos construindo os guias. Isso está avançando bastante.

Essa nova Secretaria vai nos ajudar muito a sintetizar a transferência de renda com as outras áreas de assistência social e segurança alimentar, dos outros programas, projetos e serviços. Qual o papel da assistência social como política setorial no âmbito da política de trabalho e renda? Isso é um debate que os municípios e estados devem continuar fazendo.

Em relação aos CRAS, se tem uma tendência... faz parte do processo que estamos construindo. Aonde se vai pelo Brasil, se verifica nuances e CRAS diferentes, interpretações daquilo que é o seu papel. Inclusão produtiva não é o objetivo do CRAS. O CRAS é o Centro de Referência da Assistência Social, que referencia as famílias daquele território, que deve ter um cadastro único, uma base de dados principal. E, também, não fazer confusão entre cadastro único e cadastro do Bolsa Família. Eles não são a mesma coisa.

Assim como o Bolsa Família está referenciado no cadastro único, as outras políticas devem estar referenciadas no cadastro único, como já fizemos em outras ocasiões. Ou seja, quanto mais o CRAS referenciar essas famílias, identificar a realidade dessas famílias, para que a equipe técnica que tem o papel de construir as pontes, possa fazê-lo. A inclusão produtiva, a capacitação está inserida na proteção básica. Mas é o CRAS que vai fazer produção? Não. Vai ser o assistente social e psicólogo que vão fazer uma cadeia produtiva funcionar? O Plano Municipal de Assistência Social é para isso. É para

evidenciar as demandas, e para dizer quem é que vai fazer, o que e como será interagido. O SUAS que agora começa a se colocar do ponto de vista da normatização, tem um caminho imenso pela frente. Já trilhou muito assim como o SUS. Não tenho duvida que o SISAN está apenas começando, do ponto de vista dessa normatização. Essa lacuna que ficou de dez anos, atrasou muito esse processo. Não tenho dúvida do que já alçamos, tanto é que estamos criando as linhas de base, já atendendo o que o Secretário coloca como indicadores. A chamada nutricional, por exemplo, cria uma linha de base. Todas as pesquisas de transferência de renda, do próprio trabalho infantil, abuso sexual, acesso do idoso, demandas por especialização de serviços. Aí, a implantação de uma avaliação de gestão da informação no nosso Ministério, do meu ponto de vista, foi uma das coisas importantíssimas que aconteceu. Essa Secretaria está coordenando esse processo que constrói, formula os indicadores de avaliação, de monitoramento, os estudos de pesquisa, metodologia. Estamos nos inserindo na estrutura da PNAD, dos censos e serve para termos novas informações em relação às pessoas com deficiência que não tínhamos, pesquisa dos abrigos do Brasil, e assim por diante. Isso vale praticamente para todas as políticas.

Os municípios que cumpriram o papel não foram apenas os trezentos e sessenta e dois que cumpriram seu papel, segundo o meu parecer. Esses 362 alcançaram condição de gestão plena. A maior preocupação é para os municípios que não aderiram ou que não estão se estruturando para a gestão básica do SUAS, isso é motivo de preocupação. Mas isso é um processo que a gente vai trabalhando.

Os outros temas como o clientelismo, cestas básicas que foi dito, faz sentido. Entendo a angústia de algumas pessoas, que vivem processos muito atrasados. Ainda há uma cultura muito conservadora no Brasil. Mas penso termos avançado muito, vocês são exemplo disso. Quanto mais os gestores estiverem preparados e qualificados para coordenar, administrar dentro dessa nova concepção de sistemas, mais rápido nós vamos avançar. Mais a gente vai superar essas mazelas que estão colocadas ainda claramente nos municípios brasileiros.

Esse é um caminho, no meu ponto de vista que não tem volta. Precisamos investir mais na normatização, legislação, na nossa organização, no controle social. Por isso estamos assinando esses pactos de aprimoramento de gestão dos estados. Por isso nós estamos podendo falar tão francamente as coisas que não se falavam há dez, vinte anos. Antes o Prefeito fazia o que queria. O Brasil está caminhando para a superação disso. Tanto é que a adesão, participação com a presença cada vez maior dos municípios, estados nas conferências, no processo de organização é visível. Esse é o compromisso e a responsabilidade que nós temos, com a implantação dos SUAS, SISAN, implantação de sistemas de segurança, de educação, de todas as áreas do Governo Federal. Obrigado pela oportunidade.

Painel Simultâneo 4
A Inclusão da Juventude - Desafio para a Assistência Social

Aidê Cançado Almeida - Diretora do Departamento de Proteção Social Básica - SNAS/MDS

Pedro de Carvalho Pontual - Coordenador do Instituto Pólis

Coordenação de Mesa: Conselheira Margarete Cutrim Vieira e conselheiro Pe.Nivaldo Luiz Pessinatti

Coordenação de Mesa
Bom dia sejam bem-vindas e bem-vindas a esse painel. Eu quero inicialmente me apresentar, meu nome é Margarete Cotrim. Sou conselheira nacional de assistência social, representando os estados. Sou Secretária de estado do Desenvolvimento Social no Maranhão e passo o microfone para o padre Luis, para também se apresentar e depois nós falamos do painel.

Boa tarde. Juventude, é o nosso tema, não é? Eu me chamo Nivaldo Luis Pessinatti e sou sacerdote católico, salesiano e sou conselheiro titular da sociedade civil, junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, representando a CNBB. Com alegria estamos indicados, Margarete e eu, para coordenar os trabalhos desse importante assunto que vamos debater.

Com a tarefa de coordenar os trabalhos nesta mesa e o debate, num horário já bastante avançado, nós queremos inicialmente pedir a colaboração de todos, para que possamos encaminhar esses trabalhos da forma mais objetiva possível.

Este painel, ele tem como objetivo, discutir a partir de dados nacionais, a configuração da juventude brasileira, problematizando as demandas específicas para a política de assistência social. Então deveremos estar atentos para as questões. De que maneira é possível articular e integrar as ações voltadas para a juventude? Principalmente no âmbito municipal onde as ações se dão de forma mais direta, mas também em âmbito estadual, considerando a coordenação desse sistema e no âmbito federal de integração dos ministérios, com este olhar específico pra juventude, como os programas de assistência social podem ser mais efetivos, para a juventude em situação de vulnerabilidade e risco? Então nós teremos aqui hoje oportunidade de socialização de informações, de debates sobre dados, sobre a estruturação e a integração dos diversos programas e projetos, voltados para a juventude no país hoje, numa única política para a juventude. E pensar especificamente, a partir do que já está sendo colocado pra todos nós, da expansão do ProJovem Adolescente, que é o que compete mais a área da assistência social. Como estaremos implementando, realizando essa expansão e mais especificamente, aplicando as metodologias que estão sendo concebidas e aprovadas em âmbito nacional, nos municípios coordenados pelo estado e pela união.

É uma mesa rica, infelizmente estava também programado a participação de uma entidade que representa a juventude no nordeste, e houve algum problema mas a pessoa não conseguiu chegar aqui.

Nós vamos tentar também avaliar do ponto de vista do jovem, do usuário desses programas, e provocar aqui os nossos painelistas que tem uma grande capacidade, ambos com relação a esta temática. Como estamos pensando este painel? Considerando o tempo que nós temos e o avançar da hora, eu havia pensado trinta minutos para cada painelista e nós estamos solicitando-lhes que façam um esforço de trabalhar com vinte minutos. Se conseguirem ótimo. Vamos tentar. Se não for possível, vamos até os trinta minutos.Significa que teremos uma hora de painel.

Precisamos mesmo nos concentrar no debate, onde tiraremos nossas dúvidas, vamos fazer reflexões. No mínimo trinta minutos de debate, vamos fechar trinta minutos de debate. Então teremos uma hora e meia de trabalho. Estamos iniciando às doze horas e cinco, dependendo dos relógios. Estaremos concluindo os trabalhos às treze e trinta. O almoço começa às treze horas.

Dito isso, nós estaremos dividindo as tarefas de coordenação da mesa e teremos também, aqui que já está compondo a mesa conosco a Maria José de Souza Lanzetti, que é a nossa relatora deste painel. Ela é da Universidade em Mato Grosso do Sul. Estamos os três aqui, para conduzir estes trabalhos, eu vou passar agora para o padre Nivaldo, para chamar os nossos painelistas.
Pe.Nivaldo Luiz Pessinatti

Mais uma vez todos e todas que acabaram de chegar, também sejam bem-vindos e bem-vindas a esse importante espaço de debate. Com prazer gostaria de chamar a Doutora Aidê Cançado Almeida, diretora do Departamento de Proteção Social Básica do MDS e também membro do Conselho da Juventude. E, Pedro de Carvalho Pontual, que é também conselheiro do Conselho da Juventude e coordenador do Instituto Pólis.

Conforme o combinado nós passaremos primeiramente a palavra ao Pedro, para que ele nos apresente também, por entendermos que os dados da realidade que ele vai nos brindar, certamente podem oferecer e colocar uma reflexão posterior.

Sr. Pedro de Carvalho Pontual
Bom dia a todos e todas, é uma grande satisfação poder está participando desse espaço desse espaço da Conferência Nacional da Assistência Social. Eu tenho participado das lutas já há um bom tempo, pelo direito a participação ao exercício social das políticas públicas. Portanto, quando se abrem espaços como estes e que vai se consolidando o processo de participação social na discussão e na democratização das políticas públicas, é sempre um momento de grande satisfação. E, em particular, poder está participando desse painel, que trata da temática da inclusão juvenil justamente num momento onde, eu diria que de um ponto de vista histórico bastante recente, a constituição de políticas públicas especificamente voltadas à juventude.

A área de infância e adolescência tem um pouco mais de história de antecedência em relação a esse, mas o reconhecimento da juventude como público alvo específico dos sujeitos de direitos e a criação de institucionalidades que buscam construir essas políticas como é o caso, por exemplo, da Secretaria nacional da juventude, do conselho nacional de juventude, são mais recentes ainda.

Eu creio que isso é um avanço extremamente importante e esse é o objetivo dessa primeira contribuição aqui nessa mesa. O ponto de partida para a construção e democratização de qualquer política pública, é um profundo diálogo com os sujeitos dessas políticas públicas. Procurando identificar suas necessidades ou seus interesses, as suas preocupações, as suas demandas em relação essas políticas, isso que dá, efetivamente, possibilidade de um conteúdo mais democrático e mais substantivamente voltado para as finalidades a uma política pública.

Foi nesse sentido, que se pôde ver por primeiro, em meados de 2004 e meados de 2005, num contexto de bastante discussão, quais deveriam ser as políticas nacionais voltadas à juventude, criação da Secretaria nacional de juventude, do conselho nacional de juventude, que o conjunto de ONG's e universidades coordenadas por duas ONG's do Instituto Pólis de São Paulo e o IBASE do Rio de Janeiro, buscaram realizar uma ampla pesquisa a respeito da temática da juventude, centrada sobretudo na temática da participação, da construção das esferas públicas e voltada a uma contribuição as políticas públicas que iam se formulando. Esta também coincide nesse período (um pouco antes), em 2003, todo um trabalho realizado pelo instituto de cidadania, em São Paulo, também fez uma pesquisa ampla a respeito das juventudes que gerou uma publicação.

O objetivo de trazer um pouco desse universo de informações é contribuir justamente neste processo de construção das políticas públicas. Já posso antecipar que esta pesquisa, que foi realizada em uma dimensão nacional, entre 2004 e 2005, neste momento, a partir do final de 2006 e 2007, se amplia para o contexto da região do Cone Sul da juventude sul-americana. E, estamos, justamente neste final de semana, que ocorre a conferência dos chefes de estado do MERCOSUL, apresentando os primeiros resultados de um estudo inicial que fizemos sobre a realidade da juventude sul-americana, em associação com entidades universitárias e ONG's de cinco países que constituem o Cone Sul, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e novamente o próprio Brasil.

Nós estudamos dezenove situações-tipo que caracterizam diferentes configurações de demandas juvenis nesses cinco países, e estamos apresentando justamente nesse momento em Montevidéu, os primeiros resultados dessa pesquisa que nós pretendemos que tenha continuidade e que podem ser acessados já a partir da semana próxima nos sites do Instituto Pólis: www.polis.org.br ou no site do IBASE do Rio de Janeiro: www.ibase.org.br.

Essa pesquisa que eu vou me referir que é a pesquisa de 2004/2005 realizada pelo IBASE, pelo Pólis e por uma rede de Instituições apoiadas por uma instituição

canadense, que é o *Internacional Development Resort Center*. Os objetivos que nós tínhamos, com essa pesquisa, eram três. Primeiro: conhecer as possibilidades e limites da participação em atividades políticas, sociais e comunitárias de jovens de 15 a 24 anos. Então, essa foi a faixa-etária da pesquisa, em sete regiões metropolitanas e mais do DF. O segundo objetivo é ampliar o debate sobre a participação cidadã e as políticas públicas junto à juventude metropolitana brasileira. Vocês vão ver que nós adotamos além de métodos quantitativos de pesquisa, uma metodologia chamada do diálogo, então a própria realização da pesquisa se constituiu num momento de diálogo de vários grupos juvenis. E o terceiro objetivo, influenciar futuras políticas públicas de juventude, nos níveis local, estadual e nacional, a partir das informações coletadas.

Nós realizamos então dois níveis de pesquisa. Um primeiro nível é uma pesquisa de opinião, para a qual foram aplicados oito mil questionários, distribuídos nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e mais o Distrito Federal. Essa foi a primeira etapa da pesquisa, essa parte mais quantitativa. E, uma segunda etapa, é a que nós chamamos de grupo de diálogos, que é uma adaptação de uma metodologia canadense do *Choice Work Dialogs*, a partir dessa experiência nós abrangemos novecentos e treze jovens, que se agruparam em trinta e nove grupos de trabalho, cinco em cada região metropolitana, exceção de Belém, onde nós tivemos quatro grupos.

Um pouco do perfil dos jovens que foram pesquisados, apenas destacando alguns elementos para a gente passar mais rapidamente, para o maior interesse nosso, que são as preocupações e questões colocadas por esses jovens. Mas, falando um pouco do perfil, nós tínhamos então neste universo 44% dos jovens em certos níveis socioeconômicos da classe C, 25,9% das classes D e E e 24,3% das classes A e B. dos jovens pesquisados 42,3% brancos, 34,4% pardos e 16,1 negros. Predominantemente católicos 54,9% sendo que 86,2% eram solteiros e 20,9% tendo filhos e filhas. Vejam que o número de jovens com filhos é maior que os jovens com uma relação conjugal e, portanto toda temática da gravidez precoce que nós sabemos que está colocado.

Para vocês terem uma idéia dentro da faixa etária pesquisada, de 15 a 24 anos, nós tínhamos 30,1% na faixa de 15 a 17, que é faixa que mais interessa a vocês aqui. 30% na faixa de 18 a 20 anos e 39% na faixa de 20 a 24 anos. Tínhamos um equilíbrio bastante grande em gênero, metade homens e mulheres.

Agora alguns dados sobre a situação de escolaridade e trabalho destes jovens. 24,3% destes jovens tinham até o nível fundamental incompleto, sendo que 42% tinham o ensino médio incompleto e 33,2% o ensino médio completo ou já estavam cursando algum curso superior. 52,9% não estavam estudando. 60,7% dos jovens não estavam trabalhando sendo que destes 62% disseram está procurando emprego. Jovens pesquisados 25,9% só trabalhavam. 33,6% só estudavam. Trabalhavam e estudavam 13,4% e que não trabalhavam e não estudavam 27%. Peço atenção a esse dado de que não trabalhava e não estudava 27%. Aliás, foi um dado que foi bastante explorado pela imprensa por vários articulistas que fizeram matéria sobre pesquisa.

A pesquisa também constatou aquilo que já é conhecimento nosso aqui em outras pesquisas, a idéia de que essas situações de juventude são vividas desigualmente em regiões do Brasil e também por outros fatores que envolvem raça, etnia, diferenças de renda etc. Só para vocês terem uma idéia, as regiões nordeste e norte são as que apresentam os piores indicadores. Alguns dados para vocês verem isso, 45% dos jovens de classes socioeconômicas D e E, na região metropolitana de Recife versus 19,8% na região de Porto Alegre, ou seja, para ter uma dimensão da heterogeneidade regional. Também nós tivemos bastante diversidade quando é trabalhado obviamente renda e raça. Para vocês terem uma idéia significa mais de 80% dos jovens das classes A e B tem acesso a computador, sendo que das classes D e E apenas 4,2%. 50% dos jovens brancos têm acesso a internet sendo que 33, 6% de jovens negros tem acesso a internet.

Entrando agora no que eles pensaram como temas que os preocupam. Tema da violência, da falta de segurança, toda realidade conhecida nossa, dessas regiões metropolitanas e segundo do trabalho, do emprego da falta de oportunidade, da questão do primeiro emprego. O tema da educação que dá seqüência, a temática da pobreza, da miséria, da fome, da desigualdade e da má distribuição de renda. É importante observar, que, sobretudo esses três primeiros dados: da violência, do trabalho e da educação, coincidem exatamente com a pesquisa que estava fazendo aquela altura o Instituto de Cidadania, que também captou como três primeiras preocupações dos jovens, naquele contexto de temática da violência do trabalho e da educação. É importante destacar, com nosso debate depois, pode ser importante, portanto, que do ponto de vista de preocupações com relação à inclusão. O que podemos dizer, que as pesquisas têm demonstrado, é que há uma preocupação predominante entre os jovens com relação os direitos no aspecto das demandas de inclusão social, mas sem excluir demandas ligadas a liberdades políticas ou liberdades cívicas, ou seja, a um conteúdo fortemente social de preocupação com a inclusão social neste universo da juventude que nós pesquisamos.

O que os jovens estão esperando com relação à educação? Vamos passar um pouco esses três temas centrais de educação, trabalho e cultura. Esperam expansão do ensino médio, mais professores na escola, professores mais qualificados, mais currículos, mais verbas, melhores condições de funcionamento da escola e maior oferta de cursos profissionalizantes e qualidade. Vejam bem, portanto que aqui o importante, não há uma reivindicação expressa de acesso a escola até porque em algumas regiões esse acesso já está universalizado, mas há uma forte assento em relação a demanda da qualidade de educação, esse é o centro das preocupações.

Em relação ao trabalho nós constatamos que 70,2% dos jovens negros dos que não trabalhavam procuravam emprego, enquanto 58% dos brancos. Variáveis que influem nas possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. A variável sexo, faixa etária, classe social, ou seja, as mulheres, os mais jovens e os mais pobres sempre em desvantagem nesta busca de possibilidades do mercado de trabalho. A variável instrução, é uma variável também importante, 36,1% que tem ensino fundamental estava trabalhando, sendo que aqueles que tem ensino médio, tem 52% trabalhando e a variável raça, 41,5% dos jovens que estavam trabalhando era cor branca, e 37,9%, negros. Quais

são as principais preocupações dos jovens em relação ao trabalho? A questão do restrito mercado de trabalho, a questão de conseguir um primeiro emprego, e o problema dos preconceitos que os jovens sentem que enfrentam pela sua condição de inexperiência, e condição de entrarem para o mercado de trabalho.

A escola, entrando agora nos aspectos ligados à cultura, lazer e formação. É muito interessante um dado à tônica desta pesquisa, que embora haja uma forte crítica à escola, tal como ela está estruturada hoje, ao mesmo tempo, uma valorização ainda da escola com espaço fundamental de nucleação da comunidade, e um espaço importante, além da educação *stricto sensu*, para um passo fundamental de incentivo das atividades ligadas à área de cultura e lazer, porque, inclusive, em várias destas comunidades, territórios, nas regiões metropolitanas, a escola é um dos únicos equipamentos de espaço que as comunidades pobres possuem.

A principal preocupação dos jovens neste item de cultura, lazer e formação - a falta de acesso. Aqui sim, ainda, reivindicações de acesso, a falta de acesso aos espaços de cultura e lazer, a concentração da oferta nas zonas de maior poder aquisitivo, nas regiões metropolitanas. A pouca valorização, os jovens expressando os sentimentos de pouca valorização da cultura brasileira e regional, a falta de apoio e patrocínio visando baratear os custos tanto das atividades culturais quanto da própria produção cultural dos jovens. Aqui aparece a preocupação com a falta de segurança. O que podemos tirar de conclusão em relação a essas questões ligadas a educação, trabalho, cultura e lazer? O que os jovens expressaram foi o desejo de mudanças, que convirjam no sentido de garantir direitos e oportunidades para a juventude como um todo. Há, nos jovens, uma preocupação com a universalização destes direitos, ao mesmo tempo, o acento de como existe profunda desigualdade ao não acesso a esses direitos, que essas políticas sejam predominantes voltadas para os segmentos mais carentes. A demanda por oportunidade, a idéia por mais oportunidade é bastante recorrente nos discursos dos jovens, o que revela uma clara percepção das desigualdades em relação às vivências juvenis. Mas, ao mesmo tempo, esses jovens expressam o desejo de democratização do acesso às condições necessárias do pleno desenvolvimento pessoal e profissional. Uma frase de uns dos jovens pesquisados: “Sem justiça não tem democracia”.

Agora entrando no aspecto que foi bastante destacado na repercussão da pesquisa, que é a visão que os jovens apresentam a respeito da política e da participação e dos políticos. Existe um descrédito, bastante grande, 64,7% dos jovens, disseram que os políticos não representam os interesses da população. Mas esse descrédito, que é nos políticos e nas instituições de exercício ou institucional da política, não significa um descrédito na política, que continua vista pelos jovens como um espaço de conquista e garantia de direitos, como um caminho possível para as transformações sociais. Esse é um dado muito importante, porque o pensamento conservador procurou a todo tempo caracterizar a juventude, como a juventude que estaria se alienando politicamente, que estaria descrédito da política, da ação que teria se tornado absolutamente individualista. Os dados da nossa pesquisa não confirmam, em hipótese alguma, esse tipo de discurso e apontam que os jovens continuam sim acreditando na possibilidade de transformação

social, no exercício da política, embora rejeitem e sejam extremamente críticos em relação à maneira como ela vem sendo exercida, tanto pelos políticos, como pelas instituições a que eles estão ligados. As ações governamentais são vistas pelos jovens como aquelas que são capazes de resolver, com mais efetividade e universalidade, os problemas dessa juventude, em relação à educação, trabalho e cultura. Portanto o grande desafio que essa pesquisa apontou, em relação a esse universo da juventude, é a necessidade de restabelecer as bases de confiança entre os jovens e o exercício das políticas.

Alguns dados sobre a questão do exercício da participação são bastante importantes, para romper certos estigmas e entender como as dinâmicas estão se operando: 28,1% dos jovens entrevistados participam de algum grupo, declaram que estão associados e participam de algum grupo social. Observamos, por outro lado que quanto maior a escolaridade, maior a participação nesses grupos. 18,5% dos jovens entrevistados disseram já ter participado de algum movimento ou reunião para melhorar a vida e qualidade de vida no seu bairro ou cidade, sendo que destes 18,5% que declararam que já participaram de alguma atividade. 42% declararam que exerceram essa ação através de grupos religiosos, 32% através de atividades esportivas, 26,9% através de grupos artísticos e culturais e 4,3% declararam já ter alguma filiação, algum partido político. Portanto vocês vejam por onde que está passando essa participação juvenil. Vejam, apesar de toda a criticidade em relação aos espaços da política, 85% dos jovens, ouvidos na primeira etapa, acham que é preciso abrir canais de diálogos entre governos e cidadãos.

Para concluir, nós, nas fases dos grupos de diálogos, apresentamos isso faz parte da própria metodologia, três caminhos possíveis de participação e abrimos o diálogo com jovens sobre como eles se sentiam em relação a esses três caminhos. Um caminho é o da participação de institucional, outro caminho para participação em ações voluntárias, e outro caminho a participação em grupos juvenis, culturais, etc.

O que nós pudemos observar é que houve um grau diferenciado de adesão a esses caminhos, entre os jovens e também manifestações diferenciadas conforme a região metropolitana. Em relação ao caminho institucional, foi a opção preferencial revelada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Distrito Federal. Em relação às ações voluntárias, em primeiro lugar, as ações voluntárias, foi o caminho mais expressado nacionalmente. Pegando o agregado nacional da pesquisa, podemos dizer que os jovens se inclinaram mais para o caminho da participação e da ação voluntária, com destaque para as regiões metropolitanas São Paulo, Porto Alegre e Belém. E no caso de participações em grupos juvenis de cultura, etc. foi a opção preferencial nas regiões do Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Os jovens revelaram que embora reconheçam limites nestas três alternativas de caminhos de participação, nenhuma delas, foi rejeitada. O produto final deste diálogo, foi o que chamamos de um caminho híbrido que incorpora aspectos positivos identificados nas três alternativas; ou seja, depois de estabelecidos os diálogos, os jovens reconhecem

e aqui tem uma citação que diz o seguinte, de um dos jovens: “No fim o objetivo é proporcionar uma mudança, uma melhoria, seja para o país, seja para sua rua, seja para sua vila, não importa. Uma via complementa a outra, este é o ponto fundamental, podemos buscar soluções, acima de tudo exercendo a nossa cidadania.”

Passando para as nossas considerações finais a respeito do que podemos captar na pesquisa. Primeiro, os jovens revelam uma visão crítica e ‘antenada’, usando uma linguagem própria, da realidade de vida e dos processos que agravam as condições de vida da juventude, o que contradiz o estereótipo do jovem alienado e apático. Os jovens cobram responsabilidade do estado e ao mesmo tempo, reconhecem a sua parte da construção do Brasil que desejam. Os jovens se identificam nas ações governamentais, na esfera da política, a maior efetividade para resolução dos problemas, apontados sobre tudo no que se refere à possibilidade de universalidade das soluções. As ações individuais e coletivas são vistas como necessárias e desejáveis, mas insuficientes para equacionar os problemas nacionais, ou seja, há uma grande expectativa em relação ao papel do estado em assegurar direitos, em dar a dimensão de universalização das políticas.

A pesquisa revelou a existência de um desejo de participação latente entre os jovens. As manifestações, desejo latente, se expressaram na reivindicação por espaços em que eles efetivamente possam expressar suas opiniões. Os jovens não sentem que os espaços atualmente existentes, sobretudo nos espaços institucionais, não se reconhecem como espaços em que eles possam ser ouvidos, e reivindicam uma relação mais horizontal com o poder público. Portanto, de maior escuta e com a defesa bastante forte da idéia de que é preciso agir e não ficar de braços cruzados. Foram bastante enfáticos na sua disposição em participar na construção do Brasil que desejam.

Os jovens demandam sua inclusão social, ao mesmo tempo em que anseiam pela inclusão política. Esse é um dado importante, que eles reivindicam, tanto inclusão social como inclusão política. É bastante forte a demanda por espaços de interação qualificada entre jovens, entre eles mesmos, e destes com o poder público, hoje espaços invisíveis e pouco atrativos para essa nova geração.

Para reverter esse quadro, eles apontaram algumas ações como fundamentais: 1º- Socializar informações sobre os canais e formas de participações existentes, pois há muito desconhecimento a respeito de quais são esses canais, assegurando-lhes o direito de conhecer diversas modalidades de inserção no espaço político, ampliando suas opções de escolhas enquanto aos caminhos a serem trilhados. 2º- Fomentar a constituição de mecanismos de expressão e de participação que façam sentido para os jovens, e criar estratégias para criar o seu envolvimento em assuntos públicos. Tendo em vista, a importância que os jovens atribuem à educação, num espaço privilegiado de formação, tomar a escola como lugar privilegiado de cultura participativa, ou seja, a cultura aparece como uma demanda fundamental, e a escola como um espaço que pode contribuir para o desenvolvimento desta cultura participativa. Eu vou parando por aqui no debate nós podemos conversar mais.

Coordenação de Mesa
Agradecemos ao professor Pedro e passamos a palavra para a Aidê.

Sra. Aidê Cançado Almeida
Obrigada. Eu queria primeiro cumprimentar meus companheiros de mesa, os conselheiros, o Conselho de Assistência Social, na nossa trajetória, que nós viemos construindo ao longo desse tempo intensamente e de uma forma muito próxima. A oportunidade também de poder compartilhar essa mesa com o Pedro, quem eu admiro profundamente, e poder especialmente compartilhar com vocês hoje, desta proposta que o Governo Federal já vem elaborando algum tempo, e que se coloca como um desafio para nós, que é enfrentar, pelo menos em parte, essas questões que estão colocadas para a juventude.

Eu vou ficar num lugar mais 'espremido' e eu vou falar mais rapidamente buscando não ter grandes prejuízos nas questões que eu acho mais importantes. Porque hoje na verdade, eu gostaria de compartilhar uma série de novas informações, para várias pessoas que hoje estão aqui, para quem não nos ouviu no Programa Ponto a Ponto do Banco do Brasil. Também eu gostaria de falar mais da proposta em si, da concepção etc. eu não sei se eu vou ter tempo, mas depois nós vamos ter um debate. Eu vou pedir licença porque eu vou ficar do lado de lá, como eu não imprimir as lâminas eu vou passando.

A primeira questão que eu queria ressaltar é que essa proposta, eu vou entrar mais especificamente na proposta que nós estamos em já processo de discussão, estamos apresentado aos municípios, discutindo na CIT, que é o ProJovem Adolescente. Mas antes de entrar no ProJovem Adolescente, eu tenho que pelo menos fazer duas grandes considerações, e aqui hoje eu queria também focar um pouco a questão do ProJovem Adolescente na perspectiva do fortalecimento desse novo modelo, que nós estamos discutindo na Conferência, que é o SUAS e, nele, a proteção básica. Queria ressaltar alguns elementos que eu acho que esse serviço - que é um serviço de proteção social básica - agrega nesse sentido também.

Nós já começamos a colocar proteção básica na rota do Sistema, e como ele foi desenhado, é uma modalidade do programa como um todo, mas o que acontece, aqui na verdade nós fizemos um amplo debate no âmbito da política da juventude e no âmbito do Governo Federal. Foi criada uma câmara de políticas sociais, o ano passado e já vem discutindo e debatendo as principais questões selecionadas na juventude, que também bebeu muito na fonte das pesquisas, foi muito feliz nesse momento, nós termos podido ouvir antes os dados da pesquisa, assim eu vou poder pular uma parte inclusive da pesquisa na minha apresentação.

Toda a preocupação o Governo Federal se debruçou muito sobre essas questões. Os principais gargalos onde estavam e hoje foram aqui colocados, não é preciso repetir, o desafio de buscar, desenhar um programa nacional de inclusão de jovens. O programa que não tenha pretensão de ser igual à política nacional de juventude, mas ele pretende

ser isso mesmo, um programa nacional de inclusão e que inclui, claro, não é um programa nacional que inclui todos, nós vamos incluir uma parte e uma parte que é abrangida por essas estratégias aqui desenhadas. Que pegam especialmente, a partir do diagnóstico da questão escolar, dessas questões selecionadas a trabalho, da qualificação profissional, e mais na frente a inserção no mercado de trabalho. Mas também que diz respeito a toda essa questão da cidadania e da participação, a importância da participação dos jovens e de elementos de cidadania que se incorporem nessas modalidades.

O ProJovem é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens e é composto de quatro modalidades. A modalidade ProJovem Adolescente, exclusivamente para jovens de 15 a 16 anos e a que mais nós vamos poder está aprofundando aqui hoje. Mas existem três outras modalidades, o ProJovem Urbano, ele se destina a jovens de 15 a 29 anos que estejam fora da escola e especialmente que sejam alfabetizados. Esses jovens freqüentam um serviço durante um ano e meio, tem uma bolsa de cem reais e a principal função e complementar o ensino fundamental, dar um início de qualificação profissional para esses jovens e inserir conteúdos relacionados à participação e a cidadania. E os jovens de 15 a 17, vão poder participar dessa modalidade, nos centros a partir dos 18 anos nas diversas cidades no Brasil e etc.

O ProJovem no Campo é destinado a jovens de 18 a 29 anos que também não complementado o ensino fundamental mas que estão alfabetizados e o ProJovem no Campo vai se dar durante dois anos e ele visa também complementar também a escolaridade. Mas também fornecer uma série de outras aquisições relacionadas ao trabalho e relacionados à cidadania. Vai ficar durante dois anos porque existe aquela metodologia da alternância, como aqui é prioritariamente o campo é a metodologia da alternância.

E o ProJovem Trabalhador, que se destina a jovens de 18 a 29 anos e na verdade isso aqui é modalidade especificamente profissional. Essa modalidade pode tanto dar seqüência a qualquer uma dessas outras modalidades, ela visa especialmente à qualificação. Todas as modalidades do lado de lá destinam bolsas de cem reais durante o período de permanência nessas modalidades. Depois eu volto um pouco e aprofundo. Já falei do ProJovem, no geral assegura direitos, oportunidades, mas eu vou pular isso aqui, porque não vai dar tempo.

O ProJovem Adolescente também desenvolve um serviço aliado e se aproxima de outra estratégia de outra agenda social do Governo Federal, que é do enfrentamento a pobreza, depois mais na frente nós vamos ver por que. Portanto o ProJovem Adolescente ele integra serviços e benefícios. Uma questão que hoje foi discutida e ontem também na Conferência, como estratégia também de enfrentamento da pobreza. Nós vamos então passar a bolsa Agente Jovem que era destinada a 112 mil jovens de 15 a 17 anos, 65 reais. A nossa proposta é passar a incorporar uma quarta e quinta variáveis no Programa Bolsa-Família, que vai ser destinado as famílias que tenham jovens de 15 a 17 anos, com isso abranger cerca de um milhão e setecentos mil jovens no Brasil. Vamos agregar o

serviço do ProJovem Adolescente aos jovens de famílias beneficiárias do Bolsa-Família e outros que eu vou falar. É uma estratégia para aprofundamos o serviço, enfrentamos esse desafio de articular serviços e benefícios concretamente. Isso vai ser um exercício, vai ser muito importante para nós, pois estamos na concretude total, para falar a verdade. É que vai dar muito trabalho para nós.

O quarto e quinto nível de variáveis têm a questão da busca da superação do ciclo da pobreza, com a questão das condicionalidades de freqüência à escola, ou seja o quarto e o quinto variáveis são passados para a família e a condicionalidade de freqüência à escola desses jovens vai ser feita e operada pelo Bolsa Família. Destaca-se aqui que o campo do serviço sócio-educativo não é só nosso. Aqui nós temos um desafio importantíssimo, que é o desafio dessa gestão integrada! Como nós vamos fazer essa gestão integrada, serviços e benefícios nos municípios e para isso o Governo Federal vão ter também um papel importante.

O ProJovem Adolescente no Sistema Único, ele é um serviço como eu já disse aqui, um serviço sócio-educativo de proteção social básica. Ele é uma reformulação do Agente Jovem e feito com base em pesquisas avaliativas, que em vários elementos, convergem para algumas questões apontadas aqui pela pesquisa apresentada aqui hoje, e que nos fez refletir muito nesse processo de construção e do trabalho.Nós nos utilizamos muito dessas pesquisas, que eu não vou ter tempo de tratar também agora, mas atualiza também a base conceitual do Agente Jovem. Vou tentar entrar um pouco nisso, não sei se vou ter tempo e proponho um novo traçado metodológico em relação ao Agente Jovem.

Com o ProJovem Adolescente, o que vamos fazer? Primeiro vamos sair da escala. Nós vamos sair do projeto Agente Jovem, que tinha 112 mil quatrocentos e oito jovens, em 2008, para um pouco mais de quatrocentos e setenta e dois mil jovens, e pretendemos chegar em 2010 com um milhão de jovens freqüentando o serviço. A outra questão é que ele dá qualidade, questão levantada hoje na mesa de manhã, e pensando também nos atrativos para a permanência dos jovens no serviço, esse serviço vai durar por dois anos. A perspectiva é conseguirmos obter resultados mais consistentes, uma vez que esses jovens estarão freqüentando a escola e com uma série de aquisições que vão ser feitas ao longo desses dois anos de freqüência.

Aqui nossa proposta é instituir um novo piso variável que eleva o valor de referência do repasse mensal, nós vamos passar de R$ 458,33 por grupo de 25 jovens para R$1.256,25 por um grupo. É um coletivo e, não é à toa, tem toda uma fundamentação que eu não sei se nós vamos ter tempo de discutir, para o trabalho com o coletivo de 25 jovens, podendo ter no máximo trinta jovens. Com isso, queremos exatamente dar qualidade ao serviço. Quando estamos falando de piso, estamos falando de serviço, naquilo que será ofertado diretamente para os jovens, nesses espaços sócios- educativos de proteção básica, oficinas, etc., porque espero conseguir falar também um pouco mais a frente. Nós vamos também dar qualidade. Nesse sentido, nós vamos aumentar o período de permanência de 12 meses para 24 meses, buscando ter um maior impacto,

tanto na escolaridade, na formação geral dos jovens, um ponto frágil do Agente Jovem, detectado na pesquisa. Prevenir a inserção precoce e precária no mercado de trabalho, que foi outro ponto frágil encontrado na pesquisa Agente Jovem. Investir no desenvolvimento básico de habilidades, de capacidade e competências fundamentais para o mundo do trabalho e criar instâncias de participação, ampliar espaços de convivência familiar e comunitária, esses vão ser os nossos focos nesse serviço.

A outra questão é adequar também o ProJovem Adolescente à nova lógica de sistema, ele sendo ofertado no território de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social, com a perspectiva da matricialidade sócio-familiar. Nós não estamos separando, aqui tem um programa para jovem, ali tem um trabalho com família, que é feito no CRAS. Não vai ser feito assim, será explicado um pouco mais na frente. As famílias referenciadas no CRAS, o CRAS como sendo como equipamento e com a equipe que faz o acompanhamento as famílias, são fundamentais nessa referência ao serviço e esse acompanhamento das famílias desses jovens, pelo Centro de Referência por meio de sua equipe, a equipe que desenvolve o Programa de Atenção Integral à Família.

Quando estamos falando de Sistema Único, estamos falando de Sistema Único, então todo CRAS desenvolve atenção integral à família, não é o CRAS co-financiado pelo Governo Federal que tem atenção integral às famílias e os outros não tem. E a NOB diz que a principal função da proteção básica é fazer o trabalho com a família. É esse o grande recheio do CRAS, acho que essa questão da identidade do CRAS, esse serviço ele provoca, ele traz pra dentro do CRAS aquilo que é sua competência, nós estamos vendo vários tipos de CRAS, estamos tendo um bom debate sobre essa questão.

Esse serviço vai ser instituído por Lei, esse desenho contribui para organização do Sistema Único, então vou entrar nessa questão, vou falar do serviço, mas nessa perspectiva do fortalecimento do sistema e dessa nova lógica, que a professora Carmelita abordou ontem na mesa, como precisamos convergir, mas isso já está apontado inclusive nas aspirações dessas conferências municipais e estaduais. Primeiro pelos critérios de elegibilidade dos municípios. O critério de elegibilidade dos municípios é esse. Quem são os municípios que irão participar de vagas? Dessa partilha de recursos para o ProJovem Adolescente? Primeiro: municípios habilitados nos níveis de gestão básica ou plena do SUAS, municípios que demonstraram a capacidade de implementar proteção social básica. Segundo: a existência de CRAS em funcionamento independentemente de fonte de financiamento, não interessa se é financiado pelo Governo Federal, não interessa, tenha CRAS em funcionamento e informado na ficha de monitoramento dos CRAS. Agora a ficha não está mais aberta, vamos tomar como base o banco de dados que nós já temos; e, ter uma demanda mínima de 40 jovens de 15 a 17 anos de famílias do Bolsa família residindo no município, isso é porque o público do Bolsa Família, os jovens do Bolsa Família são públicos prioritários. Então temos um grupo pequeno de municípios que não vão participar, porque tem poucos jovens do Bolsa Família.

O segundo, o que ele contribui também para organização do Sistema Único? Porque ele vai ser ofertado no espaço do CRAS, sob determinadas condições, nós vamos também

dizer, tem CRAS que hoje, essa questão alguém levantou, não estou lembrada quem, acho que foi hoje a Aldaíza, não dá para resolvermos implantar e desenvolver o serviço para o jovem dentro do CRAS abrindo mão daquilo que função primordial dele, que é fazer acompanhamento às famílias. Então, não é em detrimento de espaços fundamentais para aquilo que é sua atribuição. Então, somente será feito no CRAS, se tiver um espaço compatível para isso, para além desse espaço que é necessário - espaços mínimos que estão hoje em todos os nossos documentos que orientam quais são os espaços mínimos que todo CRAS tem que ter. Como nós temos as informações da ficha de monitoramento, também vamos dizer que em alguns municípios não vai poder ser no CRAS. Se o CRAS não tem espaços compatíveis, porém tendo outros espaços, podem fazer fora do CRAS, não tem nenhum problema, pois pode ser desenvolvido em outros equipamentos públicos ou em outras entidades de assistência social, agora tem que ser no território. A idéia mesmo é constituir as redes nos próprios territórios de vulnerabilidade e ser referenciado ao CRAS; ou seja, tem que ter ir e vir, isso daqui dá um longo debate para nós, nós vamos dar as orientações aos municípios, etc. e nessa relação inclusive, com as entidades de assistência social.

A outra questão que contribui para a organização do SUAS, é que, as vagas são públicas, as vagas mesmo sendo operadas, mesmo sendo um serviço operado por entidade de assistência social, a vaga é pública e tem todo um processo de preenchimento de vagas, etc., que estamos orientando também.

A outra questão é que ele nos provoca e contribui para a organização do SUAS, na medida em que ele coloca o CRAS como um espaço de referência e contra-referência, ele vai ter um papel fundamental no reconhecimento dessas famílias que estão no território, vai ter um papel fundamental no preenchimento dessas vagas. Mas também na gestão articulada entre proteção básica e especial e na gestão articulada entre serviços e benefícios. Claro que isso é papel do gestor, nem tudo está no CRAS, mas o CRAS vai operar. Claro que gestor vai dar a direção, vai regular e no CRAS e a assistência social vai ter que operar isso aí, o acompanhamento das famílias dos jovens pelo técnico do Centro de Referência e assessoramento ao orientador social. Isso vai ser também o papel do técnico do CRAS - fazer uma orientação acompanhar mais de perto, mas ele acompanha diretamente as famílias dos jovens, porque essas famílias já estão no território de abrangência do CRAS, já é função dele fazer isso.

Coordenação de Mesa
Aidê, só um minuto. Gostaria de encaminhar que fossem escrevendo os questionamentos e trazendo aqui para irmos organizando, então para considerando o tempo, se abrirmos inscrição para manifestação oral, nós vamos prolongar muito o debate, talvez seja mais objetivo vocês irem escrevendo e trazendo e nós organizaremos aqui. Obrigado.

Sra. Aidê Cançado Almeida
Agora o público destinatário, a Aldaíza criticou isso aqui, jovens de 15 a 17 anos . Na verdade ele é um público só, não separamos aqui porque temos estratégias diferenciadas na implementação do serviço.Temos jovens pertencentes as famílias beneficiarias do

Bolsa família e temos no máximo 1/3 das vagas, independentemente de renda familiar, para jovens nas seguintes situações: egresso de medida de internação, egresso ou em cumprimento de medidas de internação em meio aberto, egresso ou sob medida de proteção, egressos do PETI, egressos ou vinculados a programas ou serviços de enfretamento ao abuso e a exploração sexual. Então a idéia nossa é criar espaços de convívio, de convívio da diferença, de criar identidade, de criar o coletivo na diferença e de respeitar as diferenças existentes.

Agora isso, aqui para gente, como nós vamos operacionalizar uma coisa dessa monta? Nós temos vários desafios, estamos pensando em várias coisas, aqui eu só coloquei, eles são de famílias pobres no Brasil e de distribuição de CRAS que é muito interessante. Estamos com os mapas e eles vão convergindo então para desenhar uma estratégia como essa. Nesse momento, nós já temos um número de CRAS significativo no país, ele representa um potencial muito grande e importante para nós todos, mas não vou ter tempo de entrar no detalhe dos mapas.

Bom, já falei que atualiza a base conceitual e inaugura um novo traçado metodológico. Aqui os grandes eixos, os eixos estruturantes deste traçado metodológico que estamos propondo é a convivência. Hoje de manhã estávamos discutindo, vamos afiançar as seguranças de convívio. E a convivência vai ser um alimento extremamente importante do serviço do primeiro ano, especialmente. Nós vamos ter muitas ações e no traçado metodológico. Nós estamos pensando em algumas etapas do percurso, focados na questão do convívio, na participação cidadã como elemento importante, que acho que não preciso de mais palavras, depois da exposição. Que nesse momento e posição aqui considerando no serviço, o jovem como alguém que interfere que diz como quer, que constrói junto as regras de participação, ampliando também os canais de participação e a formação geral para o mundo do trabalho. Esse dado nem é muito bom, nós estávamos pensando qual seria o melhor nome, porque não queremos qualificar, não queremos acelerar o processo de entrada desses jovens no mercado de trabalho, mas temos que desenvolver competências mais gerais, que são extremamente importantes para a vida de qualquer um de todos nós aqui, mas também para inserção do trabalho. Isso gera polêmica, mas uma boa polêmica.

A base conceitual, vou pular, se for o caso voltaremos, esse material temos disponibilizado no site do MDS, talvez não com todas essas lâminas, mas posso disponibilizar este também que vou pular. O orientador social, então é uma função que já existe hoje no Agente Jovem, digamos, só que lá é bolsa e aqui nós estamos criando uma função. Ele tem que ter idade mínima de vinte e um anos, escolaridade mínima de nível médio, compatível com a equipe de referência do CRAS, se for desenvolvida dentro do CRAS. É responsável por quatro coletivos, ele pode ficar responsável por até 100 jovens. Nesse formato que estamos pensando, dá pra ser assim e dá pra ocupar um mesmo espaço físico, fechado, digamos uma sala, em regime de alternância para 100 jovens - vinte e cinco, vinte e cinco, vinte e cinco e vinte e cinco - dá pra fazer assim também, dá pra fazer de várias outras formas, e os municípios também vão ter que pensar a adequação dessas propostas, ela vai como uma referência.

Nessa fórmula que trabalhamos, o orientador social trabalha sete horas e meia por semana, com cada coletivo de jovens e tem que ter algumas horas de planejamento. Ele vai ter uma interação com o técnico de orientação do CRAS. Ele precisará planejar as ações, então isso tem que ser previsto nas horas dele. Um técnico do CRAS é referência para até duzentas famílias de jovens naquele território, ele assessora os orientadores sociais, ele faz trabalho de acompanhamento às famílias. O preenchimento das vagas é de responsabilidade intransferível dos municípios.

Quando estamos falando na gestão articulada dos benefícios e serviços, estamos falando desse desafio, se por um lado inserirmos jovens de famílias beneficiárias, isso não é simples, então estamos pensando como? Assim que a Medida Provisória começar a tramitar no Congresso Nacional, nós vamos informar cada município e DF sobre o número de vagas disponíveis para cada um. Nós fizemos um critério de partilha extremamente democrático e público, mas já está no nosso site. Todos os municípios que tem jovens do Bolsa família e que são elegíveis vão ter vaga. O processo vai ser assim: vamos informar a cada um qual o número de vagas que cada município tem, claro que em relação com o número de jovens que tem do Bolsa família. Esse critério foi desenvolvido com base especialmente nisso, no número de CRAS que cada município tem, cada gestor municipal vai receber um arquivo com os jovens que estão no Cadastro Único, que estão nesse corte do Bolsa Família, nesse corte de idade (faixa-etária) e com varias informações sobre esses jovens. O município vai ter uma tarefa de verificar se os jovens que estão no território de abrangência do CRAS e esperamos para o próximo ano, já começamos a territorializar um pouco melhor os CRAS, para mandarmos uma informação completamente territorializada, nesse sentido, esse primeiro momento será mais demorado.

O gestor municipal define e regula como será feito o encaminhamento dos jovens da proteção especial, que são aqueles egressos de medidas, etc. Para o CRAS, isso será regulado pelo gestor, como vai ser feito esse encaminhamento, com essas regras que foi falado, que é limite de vagas de 1/3, tem outras questões que não vou entrar, o município preenche um termo eletrônico de adesão e compromisso, no qual ele explicita o conhecimento e aceitação das responsabilidades de gestão das regras e condições para oferta do serviço. Ele aceita expressamente todas ou parte das vagas a que tem direito - eu não tenho condições de implementar agora tudo isso, estou aceitando tantas vagas no CRAS- , referencia os jovens ao coletivo, informa a data de inicio das atividades de cada coletivo e informa a demanda por novas vagas se houver. Vamos supor que um município preencheu todas as vagas, ele tem condição de ofertar mais, então ele vai indicar isso no termo de adesão. Porque podemos vir a ter municípios que devolvam vagas etc., e no mês subseqüente ao do início das atividades indicada no termo de adesão, o município passa a receber o piso variável.

Coloquei alguns desafios superinteressantes, mas acho que não vai dar tempo de discutir. Fui falando um pouco ao longo do tempo, mas vou finalizar minha apresentação. Estamos trabalhando intensamente na implantação desses serviços em várias frentes, como regulação e capacitação, com empenho para capacitar antes de começarmos a

implantar, sistema de informação, estamos com uma grande frente de trabalho para implementação desse serviço, mas acho que esse espaço é extremamente privilegiado para trocarmos algumas questões até relativas ao próprio serviço, adequação dele e trocar um pouco mais de impressões entre nós, muito obrigada. (Aplausos)

Coordenação de Mesa
Agradecemos essa importante apresentação da Aidê e agora abriremos para o debate, já recebemos muitas questões então nós vamos iniciar pelo Pedro e enquanto isso organizamos também as perguntas das questões da Aidê.

O Pedro está pedindo que eu faça a leitura da questão: de fato, a pesquisa apresentada rompeu com a visão que eu tinha de uma juventude apática e indiferente. Diante da necessidade de participação, faz-se mister, ressaltar que indubitavelmente a escola deve criar e proporcionar espaços verdadeiramente democráticos de participação. Sou educador e recentemente fiz uma pesquisa em várias escolas da rede municipal e estadual, e constatei a ausência de grêmios colegiados, conselhos escolares, postos de participação democrática, por excelência. A LDB preconiza a gestão democrática, contudo na realidade não é o que se vê. Levando em consideração a educação - enquanto formar cidadãos - penso ser a escola o caminho direto de participação da juventude. É muito mais na linha dos comentários, porque ele faz uma reflexão. A outra é: Pedro verificando os dados da pesquisa, o qual aponta a realidade da região norte e nordeste do país, surge um questionamento: a realidade do jovem no nordeste é diferenciada, eles sofrem com falta de transporte escolar, disponibilidade para o desenvolvimento profissional, devido a necessidade de trabalho braçal ou para a auto-sustentação e o crescente número de casos de prostituição. Se os anseios são diferenciados não seria oportuno uma verificação dessa necessidade, para que haja uma implantação melhor de programas nessa região? Depois pra você informar o e-mail do Instituto Pólis.

Pedro de Carvalho Pontual
O primeiro comentário é a respeito do colega, educador ou educadora, enfatizando esse desafio de garantir o espaço da escola para que ela possa ser de fato um espaço de participação juvenil. Eu tenho total concordância com isso e nós estamos agora na fase preparatória da 1ª. Conferência Nacional de Educação Básica, que deve ser realizada no mês de abril de 2008 e estamos nas etapas preparatórias das conferências municipais e etc. Saúdo com grande alegria a realização dessa Conferência, que é a primeira Conferência Nacional de Educação Básica. Eu penso que colocar ali o tema da gestão democrática é um desafio muito importante. Agora eu queria dizer o seguinte, ainda que a escola seja um espaço por excelência para isso, ela não pode ser vista como o único espaço de participação e desenvolvimento da cultura juvenil. Eu tenho trabalhado muito com um conceito que me parece bastante importante que é o conceito de uma cidade educadora, se quiserem, de um município educador, para ser mais abrangente. E o quê que é esse conceito de um município educador? É justamente pensar o conjunto dos espaços públicos, incluindo os equipamentos públicos, como possibilidades de se transformar em espaços educadores, desde que, as ações ali desenvolvidas tenham a

intencionalidade de gerar espaços de convivência, de aprendizagem, de desenvolvimento e de participação. Por um lado, eu acolho muito essa idéia da escola como um espaço muito importante, mas por outro lado me sinto na obrigação de alertar que não é o único espaço. Equipamentos como, por exemplo, o CRAS, quanto mais se transformar em um espaço efetivamente educativo dá uma enorme contribuição. Assim como o nosso sonho, a nossa utopia de que a cidade como um todo, o município como um todo, se torne um espaço efetivamente educador.

Em relação às perguntas sobre a questão da especificidade da realidade dos jovens norte-nordeste, eu penso que o que está por trás dessa pergunta, é justamente essa idéia que uma política pública, ela por um lado tem essa preocupação com a universalização do atendimento. Faz parte do conteúdo democrático dela, ao mesmo tempo em que contempla a universalização, contemplar a mais ampla diversidade dos territórios, diversidade dos sujeitos.

Então, sem dúvida, um programa nacional, ele não pode fazer vistas grossas ao fato de que existem, além das desigualdades sociais e gerais da sociedade brasileira, existem desigualdade que são regionais. Existem características também culturais que são regionais, existem histórias que são regionais e, portanto quanto mais, essa riqueza dá noção do território, com possibilidade de espaço de articulação das políticas públicas, das políticas sociais de modo mais completo. Quanto mais um programa nacional conseguir se ancorar, num conhecimento efetivo de cada território, especificidade dos sujeitos, das suas história, da sua cultura e das suas demandas, tanto mais essa política pública estará atingindo os objetivos eficiência e de eficácia e, sobretudo, o sentido democratizador que nós esperamos delas. Os dois comentários que eu tinha que fazer. Eu vou dar o site www.polis.org.br e meu e-mail pessoal se alguém quiser continuar esse debate é ppontual@polis.org.br.

Sra. Aidê Cançado Almeida

Vou tentar responder as perguntas rapidamente. Uma delas é: como que nós vamos nos articular com a Conferência Nacional da Juventude e também com a Secretaria de Direitos Humanos. Estou entendendo que é nessa perspectiva do público alvo inclusive desse serviço. Na verdade nós já estamos articulados, não tive tempo de falar, nós já estamos num intenso trabalho com a Secretaria de Direitos Humanos e com a Secretaria de saúde, de meio ambiente, de cultura, de esportes, de trabalho e emprego. Então são esses três ministérios, nós estamos trabalhando intensamente, e a Secretaria Nacional de Juventude, que foi quem coordenou todo processo até a elaboração das modalidades do ProJovem. Nós temos trabalhado intensamente nestes tempos para poder produzir, e claro estaremos na Conferência Nacional da Juventude, e queremos inclusive levar esse debate à Conferência Nacional, momento que estaremos iniciando a implantação dos serviços. Tem uma pergunta aqui sobre início de implantação.

Coordenação de Mesa

Eu não sei se interpretei errado, mas quem fez a pergunta está preocupado também com a gestão no âmbito do estado que se dá na política de Direito Humanos, isso que eu

compreendi. Eu acho que nós temos que fazer uma discussão posterior sobre essa questão, mas o ProJovem Adolescente é de responsabilidade da política de Assistência Social. Não sei se este estado que a pessoa fez a pergunta, a política de assistência social, está junto com Direitos Humanos. Fez a ocorrência dos estados de ação de várias políticas, se não está eu acho que é necessário verificar isso. E nós estamos discutindo com a Secretária de Alagoas, o ProJovem Adolescente. Vamos ver como nós vamos conseguir casar essas coisas.

Sra. Aidê Cançado Almeida

Eu não tinha entendido dessa forma mesmo. Outra pergunta é a seguinte: se o estado, não tem hoje um ProJovem bem estruturado, ou seja, têm poucos jovens incluídos no Cadastro Único, ele vai ser prejudicado ou vai ser revisto? Hoje se ele tem poucos jovens no Cadastro Único vai ter poucas vagas. Se ele for melhorando seu cadastro, ele pode vir a ter mais vagas. Nós estamos pensando numa extensão progressiva ao longo dos anos, então eu acho que isso também é um elemento importante que é induzir a melhoria do cadastro. Outro objetivo importante nosso. Qual a previsão de início de atividades? Início do ano. Março ou abril nós estaremos fazendo a capacitação de todos os municípios e a partir da capacitação, os municípios poderão começar a implementação. Mas o termo de adesão já vai ser encaminhado em fevereiro, talvez até janeiro, estará disponibilizado. Como sabemos que tem muita gente de férias, provavelmente nós vamos fechar isso em fevereiro. Nós vemos essas datas para pensar a capacitação com certeza.

Já foi formulada uma proposta de avaliação para o ProJovem, considerando os erros do Agente Jovem. Uma proposta de monitoramento do que está em curso, nós já estamos fazendo. Já licitamos agora, a contratação da empresa para nós começarmos a fazer, mas já estamos elaborando os conteúdos no ministério. Quanto à avaliação, nós já temos uma conversa com a Secretaria, na questão da informação, inclusive, nós estamos querendo fazer um processo de monitoramento da implantação, como uma nova experiência e com estes desafios de inserção no Sistema Único. A idéia desse sistema de monitoramento é ficar em aberto continuamente e os municípios podem alimentar mensalmente e nós vamos recolher as informações trimestralmente. A idéia é essa.

Agora, quantos jovens por núcleo familiar poderão ter acesso a bolsa do ProJovem? Essa pergunta é importante porque tem algumas coisas aqui que eu queria esclarecer. Primeiro não é bolsa do ProJovem. É quarto e quinto variáveis do Bolsa Família, não é a bolsa do ProJovem. Quarto e quinto variáveis significa que pode ser até dois jovens por família. A família vai poder receber, mas hoje recebe até três, pra crianças e adolescentes até quinze anos, ela vai pode receber mais dois pra jovens de dezesseis e dezessete anos, ela recebe dois. E a outra pergunta importante, como incentivar os jovens, esse aqui é 65 reais de bolsa, a permanecer no programa. Aqui tocamos em algumas questões importantes, nós fizemos uma discussão muito grande sobre esta questão da bolsa, se deveríamos destinar a bolsa ao jovem ou se deveríamos incrementar como uma estratégia de enfrentamento à pobreza via Bolsa Família. Nós chegamos a uma conclusão que essa bolsa dá uma escala, que a gente não teria com nenhuma outra estratégia. Ela é extremamente importante e são 30 reais/mês, até

completar dezoito anos, para o Bolsa Família. Se você for somar, no total, vai dar muito mais que um jovem receberia em um ano lá no Agente jovem.
A bolsa vai para a família, também isso foi muito discutido e achamos que deveríamos empoderar a família nesse momento. Ele é um jovem adolescente, é uma faixa de idade convergente, achamos que era uma estratégia importante, é uma aposta, vamos ter que monitorar e verificar os efeitos disso. E, sobre a existência da Segunda família, constituir uma outra família, e tiver um recorte do Bolsa Família, ele vai receber via bolsa e se ele constituir uma outra família vai entrar no cadastro?

No ano de 2008 nós vamos ter uma convivência do Agente Jovem e do ProJovem Adolescente sem interferir nas respectivas bolsas. Bolsa família é uma coisa, e quem tiver executando o Agente Jovem, os 65 reais não se alteram. Aqui nós estamos fazendo processo muito diferente da migração do PETI. Nós vamos finalizar um serviço, até com tudo que aprendemos, nós vamos finalizar um serviço que é o Agente Jovem, vamos paralelamente implementar um outro, cujo benefício será operado via Bolsa Família nessas questões já colocadas. Para quem está executando, está garantido até dezembro de 2008 ou até a data de término do último núcleo. Essas datas de término dos núcleos foram vocês que informaram e vamos considerar aquelas datas ali registradas. Com algumas exceções, por exemplo, os municípios, que não são elegíveis para a implantação do Projovem Adolescente estão fora, no ano de 2008, esses vão poder prorrogar o Agente Jovem até dezembro, continuando com a bolsa até dezembro e vão ter o ano de 2008 para correr atrás do prejuízo e se habilitar, ter CRAS em funcionamento para em 2009 entrar na nova partilha.

Aqueles que são elegíveis e que estão em processo de implementação do Agente Jovem. Vamos supor, finalize em agosto, a partir de setembro não tem mais Agente Jovem, realizou em dezembro e é elegível já vai começar o ano que vem com o novo? Sim, vai até dezembro, paralelo. Não tem nenhum problema desde que a questão vai ser ter espaço físico. Nós estamos falando de oferta de serviço, esse é um problema. Uma das perguntas aqui foi assim: escala. Então nós vamos dar uma escala enorme para o benefício e não vamos conseguir ter vaga pra todo mundo. Uma coisa é dar escala em benefício, que chega à casa da pessoa, outra coisa é dar escala em um serviço com qualidade. Nós não conseguimos, se a gente colocar vaga hoje, para todos eles, um milhão e setecentos mil jovens, não tem espaço físico para fazer esse atendimento hoje. Temos que fazer um processo progressivo de implantação do serviço, mas nossa idéia é chegar com os benefícios em massa para termos ganhos a partir de agora.

(Pergunta fora da gravação) - acho assim, casos particulares, podia me procurar e a gente resolve, é melhor do que ficarmos discutindo uma regra geral.

(Pergunta fora da gravação) - não, nós, eu não dei orientação, eu já dei a geral e o Ministério não deu nenhuma orientação de que qualquer município seria obrigado a colocar tal data. Tudo tem orientação no site, então sendo um problema, depois deveríamos conversar, acho que é melhor do que ficar tratando aqui deste problema,

você me procura logo depois, a gente conversa. Então mais cinco minutinhos, só para fechar aqui

(pergunta fora da gravação) - agora outra pergunta e eu não tenho resposta. É *o que fazer com a evasão dos jovens da sala de aula*. Primeiro se estamos falando da sala de aula ou escola temos um desafio sim, ele também é um desafio do sistema de ensino, e ele vai ser um desafio conjugado, inclusive na transferência de benefícios e acompanhamento na permanência desse jovem na escola. Não é o problema só da assistência social, para falar a verdade, nós temos um trabalho coletivo a ser feito, mas ele não é um problema da questão social. Temos problemas que não são nossos e sim uma questão da educação. Importantíssimo o que o Pedro colocou aqui sobre a questão da qualidade da educação. Nós estamos com uma questão muito séria, nós temos um problema também que é manter esse jovem nos serviços. Isso não vai ser brincadeira, por isso mesmo a nossa proposta de fazer um piso que dê qualidade ao serviço.

Então a nossa intenção é no primeiro ano ter muitas atividades de cultura e esporte como sendo, inclusive, estratégias agregadoras do grupo, do convívio, da constituição de identidade, mas também com uma formação voltada para a cidadania e os direitos já provocando a questão da participação. No segundo ano, focar um pouco mais nessas aquisições mais gerais para o mundo do trabalho.

Estamos querendo fazer um investimento na inclusão digital, não sei se conseguiremos fazer em todos os lugares, mas estamos com uma proposta de tentar enfrentar esse desafio, que seria em 2009, nós temos ainda o ano que vem para nós organizarmos para fazer isso. E também com foco muito grande, no segundo ano, na questão da participação e desenvolvimento de projetos coletivos. Projetos coletivos, mas também projetos individuais de vida, nós estamos já pensando e estaremos disponibilizando material para vocês a partir de fevereiro, materiais mais concretos de apoio e tal, para gestores, técnicos e para os orientadores sociais que vão trabalhar diretamente.

(Pergunta fora da gravação) - Acho que essa frente, realmente nós vamos ter muito cuidado com ela, por isso mesmo vamos ter que tratar devagar, ao longo do ano que vem e eu queria aproveitar para me despedir.

(Pergunta fora da gravação) - Acho que essa discussão é super importante. Ela certamente ocorreu no painel que está tratando da questão de trabalhadores e de RH, com certeza, essa conferência tem que tirar indicativos. Agora, acho que passa também por uma mobilização nossa, porque nós vamos ter que aprovar alguma Lei, e que esses recursos de piso possam ser destinados ao pagamento de pessoal. Nós temos que pensar em estratégias, mas são estratégias que se a gente não se articular com o Legislativo (como colocado na mesa que tratava da questão), como colocou o expositor: “Se a gente não se mobilizar, se a gente não conseguir chamar os nossos deputados, lá nos municípios e nos estados, convocar e fazer essa discussão, nós vamos andar um pouco mais devagar, nós vamos andando devagar”. Aí tem uma questão muito séria, que não tenho a menor dúvida. Acho que ela de fato ela vai depender de estratégias muito

mais amplas do que estratégias coletivas. Espero que isso tenha saído lá no grupo, vai passar por um processo, aqui pode sair, eu só estou colocando a minha posição, devíamos traçar algumas estratégias. Muito obrigada.

Coordenação de Mesa

Não vamos esgotar todas as discussões aqui, tem muito para ser construído. O recurso, os pisos principalmente da proteção básica que são repassados para os municípios eles não estão carimbados, não estão ditos que não podem pagar recursos humanos. Muito pelo contrário, nós estamos pagando lá nos CRAS, porque não pagar no ProJovem? Se não é uma coisa carimbada, você contrata, tem recursos do Governo Federal. Nós estamos fazendo isso no CRAS. Nós temos que caminhar para lá. A NOB está aí, a NOB-RH. Muito obrigada, eu acredito que foi produtivo, agora nós temos que também nos articular com os parlamentares no âmbito dos estados, dos municípios. Há uma grande corrente de defesa para a execução da NOB-RH, caso contrário, vai ficar no papel.

Painel Simultâneo 5
Assistência Social: Superando a Intolerância e Promovendo a Inclusão

Marcelo Garcia - Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e conselheiro nacional de assistência social

Benedito Medrado Dantas - Coordenador do Instituto Papai

Ana Maria Quiroga - Professora do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ

Coordenação de Mesa: Conselheira Edna Aparecida Alegro e conselheiro Euclides da Silva Machado

Coordenação de Mesa
É um prazer estar aqui com vocês. Nós vamos compor a mesa do 5º painel simultâneo cujo tema é “Assistência Social, Superando a Intolerância e Promovendo a Inclusão”. Aqui na mesa, eu, Edna Aparecido Alegro, do Conselho Nacional de Assistência Social e, o conselheiro Euclides da Silva Machado, representante de entidades de usuários da Sociedade Civil.

Vamos convidar os nossos expositores: Marcelo Garcia, Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro e Conselheiro Nacional da Assistência Social; o professor Benedito Medrado Dantas, Coordenador do Instituto Papai e professor da Universidade Federal de Pernambuco e a professora Ana Maria Quiroga, professora do Departamento de Serviço Social da PUC-RJ.

O objetivo de nosso painel é discutir as diversas formas de reprodução da intolerância da sociedade brasileira e importância da política de assistência social contribuir para a explicitação e a superação. Teremos algumas questões como: Quais as diversas formas de reprodução da intolerância na sociedade brasileira? Quais as possibilidades de contribuição da política de assistência social?

O tempo estimado para cada um de nossos expositores são vinte minutos e faremos também a abertura para perguntas. Se alguém quiser fazê-las por escrito, à medida que forem surgindo, já podem ir anotando e encaminhando para a Mesa. Haverá também intervenção oral. O primeiro a usar da palavra será o Conselheiro Marcelo Garcia.

Sr. Marcelo Garcia
Boa tarde! Quero agradecer a presença de todos nesse painel. Trata-se de uma questão nova que estamos introduzindo nas conferências, a questão da intolerância. Só para situá-los como este debate surgiu dentro do Conselho, no momento em que estávamos montando a Conferência, tratamos sobre o compromisso de assegurar direito. No entanto, existem direitos que entram no campo da cultura, ou no campo do imaginário da própria população e que ela se coloca através de práticas de muita intolerância. Então, trouxemos o assunto para o Conselho Nacional, eu faço parte da comissão organizadora da Conferência, argumentando que estamos em um momento importante para

começarmos a discutir a intolerância. Virou, mexeu, observamos caso de intolerância publicado nos jornais. Eu posso citar alguns exemplos aqui: intolerância contra os negros, intolerância contra os deficientes, intolerância contra as mulheres, intolerância contra os homossexuais, intolerância contra os travestis, e uma série de intolerâncias que também são desproteções.

Temos adiado um debate que é muito importante, o debate sobre qual é o papel que um Centro de Referência da Assistência Social pode cumprir para construir uma cultura de tolerância, uma cultura de combate ao preconceito, uma cultura que vai além da proteção do direito que estamos acostumados a compreender - o direito à habitação, o direito à saúde, o direito à educação-, mas o direito de poder ser negro sem ser ofendido, o direito de poder ser deficiente e ter acessibilidade e não ser tratado como coitado, o direito de ser homossexual e poder dizer claramente para as pessoas onde você trabalha que o seu amor termina com “o” e não termina com “a”.

Esses são direitos que precisamos avançar significativamente dentro da política de assistência social e que, por muitas vezes, não conseguimos avançar porque não conseguimos romper a barreira do preconceito nem a barreira da intolerância. Somos intolerantes uns com os outros! É a primeira afirmação que faço para mim, todos os dias. Sou intolerante com o meu irmão, pois o conheço faz 38 anos e sou intolerante com ele por conta de uma série de defeitos que ele tem, mas eu o amo, é meu irmão e eu aprendi a superar essas intolerâncias. Convivemos perfeitamente bem, mas somos intolerantes. Aprendi a construir com ele e ele comigo. Isso só foi possível, depois que paramos de morar juntos. Conseguimos construir respeito na relação, mas precisou superar uma série de preconceitos que um tinha com o outro. Pois bem, lá atrás essa era a idéia deste painel, ou seja, discutir qual é o papel que a política pública de assistência social pode ter para ajudar essa sociedade, que já é tão desigual, a combater questões que também são tão desiguais, a questão do preconceito e a questão da intolerância.

O Ademar foi um parceiro importante nesta discussão, ele também é da comissão organizadora. Ocorreu que o Aguilera, que também é da comissão organizadora de Brasília, me ligou e me perguntou se eu já havia visto Piaf. É um filme que trata sobre a trajetória de Edith Piaf, não sei se a professora e o professor já assistiram. Bem, eu que sou um solteirão, domingo vou a cinema e assisto duas sessões. Então fui assistir Piaf, que é a história daquela cantora francesa, Edith Piaf, uma biografia. Entrei no cinema, domingo, tinha tudo a ver, porque tinha ocorrido a Parada Gay no Rio de Janeiro e eu sempre vou representando o Governo na questão da diversidade, etc. saí da Parada Gay fui para o cinema assistir Piaf. A história desta pessoa, que é a maior cantora francesa de todos os tempos, me fez sair do cinema com uma convicção, ela foi um personagem que deu certo, mas uma pessoa que deu completamente errado. E deu errado porque ela teve inúmeras desproteções e conviveu com inúmeras intolerâncias e, ao conviver com inúmeras intolerâncias, ela construiu diversas intolerâncias para com as outras pessoas.

No meio disto tudo, comecei a pensar que esse debate é realmente um debate urgente. No ano passado, enfrentei como todos os brasileiros, a crise da aviação. Sou uma

pessoa muito intolerante com horário, gosto de chegar na hora, sair na hora, gosto de cumprir horário e eu tinha duas ou três opções: a primeira era brigar, essa eu não queria fazer; a segunda parar de viajar, essa não era possível; a terceira, me conformar. Eu abri meu laptop, tinha um contrato com uma editora para escrever um livro técnico sobre a história da assistência social no Brasil, estava com um contrato assinado, tinha recebido uma parcela de adiantamento para pode financiar a pesquisa, então pensei, vou fazer isso, meu trabalho sobre a história da assistência social no Brasil nos últimos cinqüenta anos. Mas eu comecei a escrever outra coisa, comecei a contar a história de um menino que, aos sete anos de idade, começa a perceber claramente que olha com uma atenção especial para os meninos e não para as meninas e esse menino é filho de uma família evangélica e ele ouve desde cedo que ser homossexual é coisa do diabo e que se você for homossexual você irá para o inferno. Então, comecei a contar a história deste menino, ele vira adolescente e começa a perceber, cada vez mais claro, que ele é diferente e que essa diferença dele é completamente intolerável para a família dele, para a igreja que ele freqüenta, para a escola que ele estuda. Esse menino com doze, quinze anos de idade começa a ter desejo por meninos e não por meninas. Esse menino vai, com muita dificuldade, compreender que vai ter que enfrentar a vida à frente, baseado em um mundo de intolerâncias. Esse menino vai escutar da mãe e da avó o tempo inteiro: descruza a perna! Fala grosso! Na escola, ele vai passar por diversas brincadeiras, pois a intolerância é reproduzida na escola e não construímos ainda a possibilidade de discussões. Eu presumo que o que acontece com esse menino que é homossexual, acontece também com meninos negros, com meninos deficientes.

Esse menino viveu isso, viveu essas intolerâncias todas na adolescência, viveu com muita culpa e não teve apoio da família, pois a família não conseguiu compreendê-lo de forma alguma. Pelo contrário, essa família tinha um verdadeiro pânico com a suspeição de esse menino de dezesseis anos de fato ser um homossexual. A família tinha pavor com essa possibilidade. Esse menino também tinha pavor de o que ele sentia pudesse se tornar uma realidade. Esse menino sou eu, comecei a contar essa história livremente. Conclusão: não entreguei o livro técnico, cheguei na editora com outro livro que era contando a minha trajetória entre a dor e a delícia de me descobrir homossexual no Brasil. A editora olhou para mim e disse assim - Marcelo, você ganhou dinheiro para escrever um livro sobre a história das políticas sociais no Brasil. Eu disse, - olha, eu devolvo o dinheiro, mas foi o que eu fiz. Foi uma experiência enriquecedora contar essas histórias, lembrar, resgatar, pensar. Eu tenho uma história, eu me lembro, eu tinha dezesseis anos de idade e o pastor falava assim - se o menino olhar para a menina e só de olhar, querer cobiçar o corpo do menina, ele já é pecador. Eu me achava um santo, porque eu não olhava para as meninas, eu me achava consagradíssimo, pensava que estava vivendo a plenitude da vida espiritual, porque eu não peco! Evidentemente, o desejo é algo incontrolável e o desejo entrou na minha vida. Eu olhava para os meninos e me apaixonava por eles. Eu tinha uma mãe e uma avó que era um exército para que eu não fosse um pecador, e essas duas fizeram o que puderam e o que não puderam para que eu não descobrisse que essa vida podia ser uma vida sem culpa. Agora, eu também não culpo minha mãe e minha avó, ambas vivas até hoje. Elas também não tinham nenhuma informação do Estado brasileiro, que as pessoas podem ser diferentes e ser

respeitadas. Na realidade, minha mãe e minha avó tinham medo de que o filho dela, o neto dela fosse viver um mundo de intolerância no futuro, que não fosse conseguir emprego, que não fosse conseguir ser feliz, que fosse descriminado. Elas, numa guerra de proteção tentavam dizer para mim que eu não podia continuar nessa minha vida, porque eu não teria futuro. Ninguém falava para elas, na década de 80, claramente, como aqui estamos falando que, independente de qualquer coisa, seu filho é um ser humano. Isso não chegava lá em casa, eu só escutava o contrário! Eu vivi com muita culpa até os vinte e dois anos de idade, mas tem uma diferença, uma diferença que é uma sorte perversa! Eu sou gay, mas eu sou branco, eu tenho olho verde e na época eu tinha cabelo e ele era loiro. Essa diferença é marcante! Eu vivi preconceitos e intolerâncias, mas nessa sorte perversa que o Brasil produz, eu era branco, eu era louro, tinha olhos verdes e era de uma família de classe média. Isso me oferecia algumas proteções, mas não são proteções oferecidas a todos brasileiros.

E quando a pessoa é negro e gay? Há uma dupla intolerância em cima dela! Como podemos construir um pacto pelo respeito pela diversidade neste país? Eu já conheci negro que é gay e deficiente, esses vivem triplamente a intolerância e o desrespeito da sociedade.

Isso tudo era cinicamente tratado dentro da minha casa, dentro da minha igreja, mas eu vivia uma profunda desproteção sobre o que estava acontecendo na minha vida. Quando eu entrei na Universidade, então foi o divisor de águas. A Universidade me ofereceu alternativas para repensar a minha vida. Eu cheguei a ir para um Seminário, busquei qualquer alternativa que pudesse. No livro eu falo que fui buscar a cura. Nunca tratei deste assunto com ninguém, mas eu queria desesperadamente me curar, porque eu não queria ser, agora vou utilizar a expressão que as pessoas utilizam, o ‘veadinho’ da casa, do bairro ou da escola. Eu sabia que isso seria algo carregado de preconceito para o resto de minha vida. Eu acho que nem para mim mesmo, eu falava, aos meus dezenove anos de idade, com clareza, que eu era gay. Mas eu sentia claramente o que estava acontecendo comigo e é claro que eu busquei todas as formas de me curar e não me curei! Ainda bem! Desculpem-me, estou fazendo muito mais uma mesa de depoimento do que uma mesa técnica e a idéia não era bem essa.

A Universidade mudou minha vida completamente, a Universidade fez uma bagunça com a minha vida! Eu tive uma chefe, uma professora, isso quando eu era estagiário na pró-reitoria de extensão, que ela disse para mim o seguinte: - Marcelo, você tem o olhar triste e você sabe o porquê. Só você pode mudar isso na sua vida. Aquilo me doeu tanto, porque eu tinha descoberto que o meu grande segredo não era mais segredo para ninguém. As pessoas comentavam que eu era homossexual, as pessoas debochavam de mim, por eu ser homossexual. Ela foi a primeira pessoa que trouxe para eu enfrentar essa questão e ofereceu ajuda. Não foi a família, não foi nenhum centro de assistência, nenhum centro de saúde, muito menos a escola, que está completamente despreparada para tratar da diversidade. Isso foi muito rápido e eu, um dia, muito chateado com isso, já com 22 anos de idade, todos meus amigos e amigas já namoravam, todos tinham uma

vida coletiva e eu viva a culpa, eu vivia o medo, eu vivi o tormento da descoberta de que as pessoas pudessem me acusar de ser homossexual.

Eu me lembro que eu estagiava em uma creche, pois sou assistente social, eu e uma amiga que hoje trabalha na Pestalozzi, e um dia eu disse para ela assim - esse final de semana eu não vou sair! Não vou sair porque estou cansado, tenho 22 anos e não consegui construir nenhuma intimidade na minha vida. Eu já tinha perdido a esperança de que pudesse me considerar uma pessoa normal. Eu não me considerava uma pessoa normal. Eu me considerava uma pessoa anormal, eu não tinha apoio de ninguém para me considerar uma pessoa normal. E nesse dia, uma sexta-feira de 1992, eu falei - não vou sair com ninguém esse final de semana, não vou ser 'vela' - como se dizia na minha terra. Meus amigos olhavam para mim e viam que eu era um solitário, nunca tinha namorado ninguém, também não tratavam do assunto comigo. Mas deviam imaginar , - pô! O cara tem 22 anos de idade. Modéstia a parte, naquela época eu era bastante bonitinho, - eu nunca o vi com ninguém! Ele tem algum problema!, mas ninguém sentava para tratar o assunto comigo.

Nesta sexta-feira, eu fui a uma livraria comprar um livro para poder passar o final de semana com um companheiro, que seria meu livro. Nesta sexta-feira de 1992, quando eu abri a porta da livraria, em Niterói, o meu coração olhou o olhar de um outro garoto que tinha as mesmas questões que eu e nós nos apaixonamos naquele momento. Nos aproximamos sem saber o nome um do outro, eu tive pela primeira vez a coragem de chegar e conversar, e essa paixão foi uma paixão que vivemos intensamente. Foi meu primeiro namorado e eu tive coragem de viver coisas com eles muito tardias, de viver um namoro muito tardio. Mas ali, quando eu me apaixonei, eu tive certeza que seria eu o responsável para que as pessoas deixem de ser intolerantes. Foi através da minha relação com o Léo que eu construí a possibilidade de dizer para as pessoas que eu não estava mais preocupado com os preconceitos dos outros. Agora, você não poderá demonstrá-lo de forma pública, porque eu vou exercer o meu direito de amar uma pessoa que termina com a letra "o".

A partir daquele dia, já namorando, já vivendo uma relação com um homem, eu tive coragem de superar todas as intolerâncias e fui conversar com a minha mãe, com a minha avó, com os meus amigos, com as pessoas que trabalhavam comigo e deixar claro que eu era homossexual e que eu não tinha nenhum problema mais com isso. O que estava importando para mim, naquele momento, era ter descoberto que eu podia deixar de ser intolerante comigo mesmo, com o preconceito que eu carregava comigo mesmo em relação a minha sexualidade.

Eu sei que tenho que terminar. Esse debate é o seguinte: eu só consegui fazer essa travessia, entre um mundo de profunda dificuldade de sobrevivência e a liberdade, porque eu me apaixonei e porque ele se apaixonou por mim também, porque nós vivemos está relação e tivemos coragem de juntos enfrentarmos tudo, mas não é essa a grande realidade no Brasil.

O Brasil está longe de respeitar a diversidade, o Brasil não respeita negro, o Brasil não respeita homossexuais, o Brasil não respeita os deficientes, o Brasil não respeita os ciganos. O Brasil gosta muito de respeitar os brancos, de olhos verdes e que usam terno. A esses, tudo; aos outros, nada! É por isso que uma Conferência como essa tem o papel importantíssimo de dizer o seguinte: Nós estamos do lado de quem vive o preconceito e a intolerância diariamente, seja na escola, no trabalho, na praia, na rua! Nós não vamos concordar com o desrespeito aos negros, não vamos mais concordar com o fato de haver deficientes que não conseguem utilizar um banheiro público, porque não é acessível! Não vamos concordar com um homossexual morto a cada três dias no Brasil! Queremos dizer para o Brasil que não concordamos mais com a intolerância à diversidade! É isso que essa Conferência tem que afirmar! Temos que dar um passo significativo para isso. E esse exercício do livro, que é este aqui, está lá em baixo vendendo, e ninguém tinha nada com isso. Por que teve esse nome? Porque eu percebi o seguinte, cheguei aos 22 anos de idade e nenhum amigo, professor, assistente social, médico ou dentista veio conversar comigo. É porque ninguém tinha nada a ver com isso, todos lavavam a mão e deixavam que eu me virasse e construísse minha própria identidade. Não dá! As pessoas estão sofrendo enquanto ninguém tem nada a ver com isso. O desafio é que todos tenham a ver com isso, as pessoas sofrem.

Então construí um livro, acabei, entreguei, sei que o tempo já está esgotado, eu já estou acabando, mas é uma coisa importantíssima. Eu li muito Clarice Lispector enquanto fiz o livro, que é uma pessoa para mim fundamental, e uma das frases dela que mais me encanta é *liberdade é pouco, o que eu quero ainda não tem nome*. Obrigado!

Coordenação de Mesa
Vamos passar a palavra para a professora Ana Maria Quiroga.

Ana Maria Quiroga
Talvez eu não tenha essa veemência, esse entusiasmo que o Marcelo demonstrou. De qualquer a maneira, em primeiro lugar quero agradecer à oportunidade de participar desta Conferência. Comparando-a com a anterior, eu acho que essa Conferência, muito mais do que a última, está tratando de coisas da realidade política e cultural brasileira.

Em segundo lugar, quero dizer que de fato não sou uma especialista neste tema, mas eu me motivei a vir exatamente pelo que o Marcelo colocou inicialmente, pela importância da introdução deste tema em uma Conferência como esta. Sem dúvida, a assistência vem se preocupando muito mais com as questões do financiamento, de um marco regulatório, as questões organizativas, enfim, toda uma série de questões que vem mobilizando as discussões da assistência. Já essas discussões que dizem respeito ao mundo cultural, ao mundo da história, ao mundo da sociedade, a essas questões que penetram e estão presentes, seja ao nível das instituições, seja ao nível dos profissionais, e estão impregnadas no substrato cultural desse país, essas questões não aparecem, nem nas discussões, nem nas estatísticas. É muito difícil que elas virem à tona nas estatísticas. É necessário que os grupos atingidos, os indivíduos atingidos, sejam aqueles que indiquem, que denunciem e que coloquem a questão para o restante da sociedade.

Na verdade, o tema da tolerância e da intolerância é um tema que entrou na agenda internacional. Tivemos, em 2001, um encontro internacional contra o racismo, a descriminação racial, a xenofobia e a intolerância. É um tema que estava na pauta internacional. Esse tema estava na pauta internacional, por quê? Porque vivemos uma globalização que rompeu barreiras internacionais, comerciais, informacionais, mas criou barreiras internas. Trata-se de barreiras mais invisíveis, sustentadas na cultura, nas religiões, nos imaginários, nas preferências, nas análises políticas. Esses tipos de barreiras foram construídos internamente. Por outro lado, a própria globalização projeta, engendra uma série de movimentos populacionais. Não tivemos só uma globalização econômica, mas uma globalização de força de trabalho. Então, os países mais desenvolvidos se viram confrontados com novos grupos sociais, uma nova população que vinha disputar com eles os seus postos de trabalho.

Essa é a disputa, porque a rigor, a intolerância, os racismos, as descriminações são uma das armas fortes de desqualificar e de reduzir o número de competidores. Saiu uma pesquisa em Brasília, do professor Carlos Costa Ribeiro, onde ele mostra que por causa da descriminação racial, eles fizeram um estudo sobre a educação e o mercado de trabalho. Na educação, para os postos do mercado de trabalho, nos postos de nível mais baixo na sociedade, o preconceito que predominava era o preconceito de classe, mas o preconceito racial não ficava explícito. O preconceito racial começava a ser usado como arma, nos níveis médios e superiores. Era ali que pessoas com o mesmo nível de educação começavam a ser descriminadas em função da cor da pele, da origem étnica, etc., ou seja, são nos níveis altos que a competição vai se instalar com mais violência, que as armas culturais da descriminação, da xenofobia, do preconceito começam a ser utilizadas.

Na verdade, há fenômenos objetivos das mudanças do mundo, da produção e do trabalho que também ajudaram a construir esse ambiente. Por outro lado, há também outro fenômeno que é extremamente importante. Houve uma extensão do padrão ou do ideário dos direitos e, conseqüentemente, da questão da igualdade. A igualdade, mesmo que não seja uma realidade, passa a ser um horizonte, passa a ser uma utopia para os diferentes grupos. Assim, vai se constituindo outro fenômeno importante atualmente: a organização das minorias. Quando me refiro à minoria não se trata de uma questão quantitativa, mesmo porque algumas dessas minorias são imensas. Trata-se de uma minoria nas relações de poder. Não é inferioridade numérica, é inferioridade nas relações de poder. É ocupar o lugar socialmente desvalorizado, ou é ter atribuído a si uma identidade desqualificada ou desvalorizada. Para este tipo de questões, os grupos sociais atingidos por esses fenômenos começam a ser organizar, obviamente que alguns deles já estão bem avançados, como é o caso dos movimentos negros. Já há uma organização.

Mas a questão principal não é pensar nestes grupos, enquanto grupos organizados como pensamos ‘movimentos sociais de organização para tomada de poder’. Não é isso! O que vai caracterizando a luta desses grupos é um processo de questionamento, um processo de luta anti-hegemônica, de não aceitar mais o lugar social deste indivíduo. Quando o

Marcelo, individualmente, faz um movimento desses, não há uma questão organizada, mas há uma atitude de luta anti-hegemônica, uma postura de não-aceitação de um lugar social e de uma identidade desvalorizada. Esse tipo de questão é o que vai caracterizando as chamadas minorias hoje.

O caso brasileiro tem algumas coisas que prejudicaram muito a consciência do país em relação a isso. Os mitos de democracia racial que nós tivemos, os mitos do homem cordial brasileiro. Esses tipos de mitos vão fazendo com que a sociedade até se convença de que, efetivamente, aqui temos uma democracia racial, ou seja, os negros aqui têm as mesmas chances que os brancos; somos um país cujo o caráter básico do brasileiro é o de ser um homem cordial. Com isso ficam escamoteadas todas as formas de violência que vão sendo praticadas em todo o país, violências essas cuja maioria absoluta não consegue ser identificada nas estatísticas. Essa é uma das questões que ajudar a piorar, ou ajuda a manter este véu, essa dificuldade da sociedade de assumir esta questão como uma luta que ela deve empreender.

No nível da assistência social, eu trabalhei durante dez anos em um instituto de pesquisa no Rio de Janeiro que chama Instituto de Estudos da Religião. Participei de várias pesquisas, algumas com instituições religiosas, confessionais que faziam trabalhos com assistência social vinculados à política de assistência. Há duas questões que me impressionaram: a primeira, como o critério religioso ainda influenciava no recrutamento de profissionais, pertencer à religião ou à denominação era importante, era um dos critérios básicos da seleção. Influenciava na questão dos atendidos, influenciavam nas temáticas que as família dos assistidos tinham nas reuniões dominicais das organizações. Isso era tratado como uma questão extremamente tranqüila. Obviamente que todas as organizações confessionais, ou vinculadas a algum ideal religioso, têm total direito de fazer, total direito de se organizar, direito de fazer seu trabalho de convencimento e conversão, etc. desde que esse trabalho seja feito a um nível particular, a um nível da Instituição.

Agora, como política pública, eu acho que isso nós não podemos continuar aceitando. Isso porque estamos em um Estado Republicano. Eu acho que precisamos estar atentos para isso, porque aí mudamos o patamar de atendimento, mudamos o patamar dos critérios e os critérios públicos, mais universalizados e republicanos devem dominar.

Outra questão que me chamou a atenção, não apenas nisto, mas em outra pesquisa, também em lugares públicos, tinha uma pergunta que era assim - o que você considera um usuário difícil? O que esperávamos que o ‘usuário difícil’ seria aquele usuário que acumula problemas, não apenas o problema da pobreza, mas também deficiência, problemas com os filhos, enfim, pensávamos sempre em uma acumulação de vulnerabilidade. Mas a grande maioria das respostas para a pergunta - o que você considera um usuário difícil - era o usuário que questionava o atendimento, o que reclamava. Isso remete a uma visão não-cidadã de usuário, ou seja, é o usuário que recebe agradece e diz que aquilo foi o melhor que ele podia receber. O usuário que ousa

falar - não é assim, isso eu não quero, isso não tá certo - esse usuário passa a ser considerado um usuário problemático e se puder isolá-lo, isso será feito.

Acho importante colocar este tema na Conferência de Assistência porque quando estamos discutindo uma mudança de paradigma, um serviço que agora é prestado ao nível das entidades, numa assistência que agora é prestada como um direito e como um serviço público que o cidadão tem direito. Se nós não nos atentarmos a essas questões elas continuarão minando os mecanismos internos das instituições, continuarão minando o tratamento dos profissionais aos atendidos. É óbvio que o profissional tem todo o direito de gostar disto ou não, mas isso, individualmente, mas como atendimento público ele não tem esse direito. Assim também a instituição pode ter essa ou aquela opção, mas se ela se articula a um sistema público, isso não pode mais ser feito. Neste sentido, meus amores, eu digo que não adianta assumirmos a linguagem do direito, assumirmos uma linguagem mais politicamente correta de cidadania, se esses 'nós' não foram desatados. Se esses 'nós' não forem desatados eles continuarão perversamente corroendo as nossas relações com os usuários, as relações das nossas instituições. Neste sentido, esses temas não somente devem vir para uma Conferência Nacional, mas também devem comparecer também nas esferas de conselho estaduais e municipais e em várias outras instâncias. De tal forma que comece a se ter uma atenção a esses mecanismos discriminatórios, preconceituosos. É preciso que esses níveis de acompanhamento das políticas comecem a atentar para a busca e para o alerta das instituições em relação a isso. Só assim poderemos fazer uma reforma, não só política, mas também cultural e moral. Muito Obrigado!

Coordenação de Mesa
Vamos passar agora a palavra para o professor Benedito Medrado Dantas.

Sr. Benedito Medrado Dantas
Agradeço o convite do Conselho, cumprimento a Mesa e a todos vocês pela possibilidade de poder compartilhar um pouquinho algumas idéias, a partir das experiências de dois lugares institucionais que faço parte. A primeira, o Instituto Papai, uma organização que teve como primeiro projeto um programa de apoio aos pais. Trabalhava também com gravidez na adolescência, mas trabalhava, em geral, para uma figura que é vista como se não existisse, como se todos os filhos de mães adolescentes fossem como o que aconteceu com Jesus Cristo, ou seja, por obra e graça de outra ordem que não fosse a participação paterna direta, biológica.

Então, não se falava em paternidade quando se falava em gravidez na adolescência. Até hoje, quando se fala, é como se gravidez fosse sinônimo de maternidade. Então, montamos um projeto pensando em trabalhar com os homens e pensamos em um cenário de gravidez na adolescência, que é um cenário pensado eminentemente como feminino. Esse é o primeiro projeto da Instituição, mas a Instituição como um todo sempre teve a perspectiva de trabalhar com a população masculina, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero. Na medida em que eu for apresentando vou falando um pouco sobre isso. Quando eu recebi o convite para falar sobre a questão da intolerância, a partir

da experiência na Instituição, obviamente que eu trago traços de outra Instituição que trabalho que é a Universidade de Pernambuco. Então, eu dialogo muito com minha formação em psicologia e hoje também como formador em psicologia, tanto na graduação como na pós-graduação, mas basicamente, eu acho que vem muito mais dessa trajetória dos movimentos sociais.

Eu queria começar pontuando isso, eu gostei muito das duas falas que me antecederam, porque de, certo modo, abrem o espaço para compreendermos claramente. Não haverá nada de novidade no que vou dizer aqui. O que estamos falando aqui não se construiu através de nossas vidas particulares. Isso vem de um movimento longo e histórico. Especialmente no Brasil, no final do século passado, se estabeleceu uma outra forma de olhar para as pessoas.

Devemos fazer referência a isso, pois às vezes aparenta que as coisas aconteceram por combustão natural. O fato de hoje, por exemplo, contarmos com uma presença maior de mulheres do que de homens não foi por acaso, historicamente, que isso aconteceu. Isso vem a partir de pessoas que, incomodadas pessoalmente com alguns processos, como o Marcelo inclusive colocou muito claramente quanto à experiência pessoal dele, transformam isso em livros, em disciplinas nas universidades, em movimentos sociais e especialmente, na construção dos movimentos sociais, a questão da intolerância, especialmente no Brasil, década de 60 em diante. Ou seja, o momento quando começamos a pensar e viver muito fortemente a expressão do poder ditatorial, e aí poder transformar isso e criar outras formas tanto de resistência quanto de propostas também, fez emergir vários movimentos sociais, especialmente o movimento de mulheres. Eu acho que esse movimento conseguiu, no Brasil, um impacto maior que outros movimentos. Se observarmos hoje, o que foi conquistado, principalmente em políticas públicas. Também o movimento negro tem conseguido efetivamente espaços, mas ainda observamos que, olhando para essa sala, é possível perceber que ainda há muito para avançar na questão da igualdade racial no Brasil. O movimento homossexual também conseguiu se estabelecer fortemente no Brasil, ainda também precisando avançar muito.

É óbvio que há outros movimentos, mas vamos pensar nestes três movimentos em particular, eles se baseiam em duas coisas, simplificando: a) A questão da promoção de direitos. Isto está muito claro. Trata-se de promover direitos para uma população que, efetivamente, em uma lógica de minoria, como a professora muito bem colocou aqui, era também minoria nos seus direitos. Então, era necessário enfatizar muito isso; e b) A visibilidade e a afirmação da identidade. Isso trouxe a possibilidade de auto-reconhecimento. O que temos trabalhado no Instituto Papai tem sido paralelo a isto, ou melhor, de certo modo, junto a isso trabalhamos outra coisa que é a noção de diversidade. Porque na medida em que afirmamos alguns direitos, afirmamos também que existe uma desigualdade, que existe uma intolerância que precisa ser corrigida.

Ao mesmo tempo, quando afirmamos algumas identidades, também corremos um risco, o risco de criar intolerâncias dentro do processo de inclusão. Essa imagem que trabalhamos muito traz um pouco desta reflexão que temos feito, ou seja, poder trabalhar

com a diversidade, e estamos trabalhando com diversidade sexual, pois este é um projeto que resolvi trazer para falar dele um pouquinho para vocês. Mas entendam isso da seguinte forma ampla, ou seja, quando falamos de população masculina, a partir da perspectiva de gênero, não estamos entendendo o homem como único, mas o homem na sua diversidade, na diversidade sexual, na sua diversidade de gênero, de cor, de raça. Na sua identidade, também marcada pela questão da idade. Quando falamos de homem, imaginamos logo: homem branco, heterossexual, adulto e assumindo local de poder. Inclusive homem é tido como valor - você é homem ou não é?-. Usa-se a expressão 'seja homem' ou 'essa mulher é cabra macho'. A referência da masculinidade como valor está muito marcada por isso. Assim, desconsideramos outras expressões que estão marcadas por esta diversidade que buscamos enfatizar.

O Instituto Papai foi fundado há dez anos, em 1997, e esse ano faz dez anos. É uma organização feminista formada por homens e mulheres que tem por missão promover cidadania com justiça social e contribuir para a garantia dos direitos humanos, ou seja, fazemos parte de um conjunto de organizações da sociedade civil que tem falado há muito tempo sobre a questão da cidadania a partir dos Direitos Humanos, mas particularmente atuando com homens, a partir da perspectiva feminista de gênero, em prol da eliminação de desigualdades e da promoção da diversidade.

Acho que esses dois conceitos são fundamentais: eliminação da desigualdade e promoção da diversidade, ou seja, para eliminar a desigualdade, precisamos respeitar e promover diversidade. Caso contrário, como foi dito, podemos criar outras formas de intolerância. O Instituto Papai tem três grandes programas, um programa mais geral, que fala na perspectiva da saúde pública, então o título desse programa é Homens, Gêneros e Políticas Públicas de Saúde, onde trabalhamos com questões especialmente de direitos reprodutivos, pensando nos homens, principalmente no contexto da paternidade. Paternidade que ainda é pensada única e exclusivamente a partir do referencial financeiro. Se vocês quiserem pesquisar o tema paternidade, trata-se de um assunto muito interessante.

Quando iniciamos as nossas pesquisas, que ainda continuam, colocávamos naquelas bases de dados de Internet ou de bibliotecas, isso por volta de 1993 a 1994, eu estava começando a organizar essas questões utilizando as bases de dados e você tinha dois grandes bloco: um era o reconhecimento de paternidade, muita coisa na área do Direito, muito ligado a questão da pensão, de processos de DNA, muito a ver com a paternidade quando ela é negada e não quando era ela valorizada. Ao mesmo tempo, muitas pesquisas feitas na área da biologia, relacionado à questão do DNA, mas de certo modo indo contra, ou no caminho contrário, àquilo que a própria discussão feminista vem trazendo ao longo do tempo, que é sair da referência do corpo e pensar na referência da cultura. Pensar como que esse corpo se constrói na cultura. Não precisa necessariamente ser pai biológico para ser um cuidador.

O próprio Código Civil, hoje, mudou a noção de família, mas continuamos insistindo que o DNA é uma prova de paternidade. DNA é uma prova de paternidade para garantia de

direito da criança, mas não uma prova de paternidade no sentido que gostaríamos de pensar, ou seja, re-significar e transformar a paternidade em alguma coisa da ordem do valor simbólico.

Trabalhamos muito no serviço de saúde em parceria com 'maternidades' (veja com algumas palavras traduzem o foco que damos para nossos trabalhos) e também junto à sociedade civil através de várias redes que integramos, buscando exatamente criar novas legislações ou transformar a legislação já existente. Temos trabalhado muito a questão da licença paternidade. É impressionante! A licença paternidade é pensada única e exclusivamente dentro do modelo heterossexual. Então, se dois homens resolverem adotar uma criança, eles têm o mesmo direito, cinco dias úteis? Não! Cinco dias consecutivos. Se houver o azar de ser em feriadão prolongado, entra todos os dias. Enquanto temos conseguido avançar nos direitos das mulheres, eu acho muito importante que amplie, mas quando você não consegue ampliar na mesma dimensão a questão da paternidade, você reafirma o lugar da mulher como cuidadora.

Então, você avança por um lado, mas pode ser um retrocesso por outro, se você não mexe em outras estruturas também. É nesse sentido que vamos pensando em avanços e pensando também em possibilidades de acompanhar as diversidades dessas questões.

A questão da juventude, nós partimos de um trabalho amplo, mas com um foco específico na questão da participação política dos jovens. Não é o famoso protagonismo juvenil. Esse é um conceito que quem trabalha com juventude ouviu muito e que trata a questão quase como se os jovens fossem resolver problemas que nem criaram. Eu falo muito isso, eles nascem em uma sociedade onde os problemas que são relacionados à juventude, vêm de muito tempo. Os jovens são cidadãos em formação, precisam ter apoio e precisam ser escutados, mas isso não pode ser feito em uma perspectiva unigeracional, tem que ser intergeracional. Trabalhamos muito neste sentido com adultos e jovens construindo políticas públicas para a juventude, para que possamos efetivamente transformar. Se não escutamos os jovens, não trabalhamos com jovens, efetivamente, não haverá uma política adequada. Por outro lado, se entregamos nas mãos deles e eles não escutam aos adultos, certamente também, não será gerado nenhum produto. Então é necessário trabalhar neste jogo intergeracional, que consideramos fundamental, tanto em relação aos homens, na saúde pública, como também a participação juvenil.

Já nas questões de violência de gênero, incluímos todas as violências baseadas em gênero. Gênero também virou sinônimo de mulher, quando falamos de violência de gênero imediatamente associamos a violência contra a mulher. Trabalhamos sim com a questão da violência contra a mulher, mas trabalhando com os homens, tantos os homens autores de violência, quanto àqueles homens que nunca agrediram a mulher, mas também nunca fizeram algo publicamente para se expor e dizer - eu sou contra a violência contra a mulher e vou fazer ações da mesma forma que as mulheres fizeram -. Da mesma forma que houve uma necessidade de afirmação do sujeito mulher, importantíssima essa afirmação, mas ao mesmo tempo se você trabalha única e

exclusivamente com esse sujeito, você não entende que a violência contra a mulher é um problema de todos e de todas.

Neste sentido, trabalhamos em duas direções: em uma perspectiva, trabalhar com os homens para entender a construção desta idéia de masculinidade como sinônimo de violência, aquilo que eu brinquei neste instante - você é homem ou não é? -. Isso quando você é pequenininho ouve, mas ouve para que você possa se afirmar enquanto homem. Então, homem é aquele que consegue se arriscar e não aquele que sabe se prevenir. Depois queremos falar em prevenção e queremos que usem camisinha, mas o homem aprende desde pequeno que tem que correr mais que os outros amigos, tinha que saltar sobre determinados espaços para obter uma distância maior do que a dos outros. Eu tinha que estar constantemente me arriscando e agora alguém vem falar de prevenção. Neste sentido, a violência também é construção, desde muito pequenininho, na vida dos homens. Tanto que os principais atingidos pela violência no Brasil, seja como autores ou vítimas, são homens jovens, negros, pobres. Se não percebermos isso e continuarmos imaginando que é uma questão que surge a partir, única e exclusivamente, da questão estrutural, do ponto de vista da falta de recursos, da má distribuição de rendas, isso é importantíssimo que falemos, mas que não se esqueça também que tem um estrutural na base de gênero.

Enquanto continuarmos socializando homens e mulheres a partir de parâmetros tão distintos, a mulher como aquela que brinca de casinha, brinca de boneca e vai ficar em casa. Não damos um escritório para a menina, eu nunca vi uma Barbie de escritório, mas se ela tiver, vai ter aquela roupinha de Barbie cuidando da casinha, com fogãozinho e tudo mais. Para o menino damos bolas, carros, armas de brinquedo. Em algum momento teremos que parar para repensar em que medida isso simbolicamente vai construindo o que temos hoje, que é 94% da população carcerária do Brasil constituída por homens. Alguém diz: - ah! É porque o homem é mais agressivo- . Ok! Então a cultura não tem nada a ver com isso, não é verdade? Assim estamos matando nossos homens jovens, negros, pobres.

Temos que marcar essas quatro categorias, pois são importantes para entender o que tem acontecido quando falamos de violência. Quando falamos de violência de gênero, estamos falando deste tipo de violência. Violência baseada nesta idéia, neste modelo de masculinidade. Aqui estão os projetos, cada um desses programas, como já falei, desdobram-se em projetos. O primeiro Homem, Gênero e Saúde Pública, este é o mais geral, o outro é Homem, Gênero e Redução de Danos, pensado especificamente para a questão de como trabalhar com usuários de drogas ilícitas no Brasil. Aqui há uma longa discussão do ponto de vista dos direitos humanos. Há ainda muito a avançar, ainda não conseguimos desenvolver, na prática, um modelo muito forte, muito prático. Por que assim, quem é aqui... não preciso nem perguntar, pois consciente ou inconsciente, todos nós usamos drogas em algum momento de nossas vidas. Seja ao tomar um cafezinho, com a cafeína que está ali, seja na coca-cola, seja ao utilizar as drogas medicinais. As drogas fazem parte da história da humanidade, desde que o mundo é mundo e não só para questões funcionais.

Pesquisas feitas com comunidades indígenas tradicionais mostram que as drogas também foram usadas para uma relação com o transcendente, como uma possibilidade de se desligar da vida material. Então, precisamos entender que droga dá prazer e negamos isso, falamos apenas do ponto de vista negativo, mas temos que afirmar que dá prazer, mas também há os prejuízos. As pessoas, munidas de seus direitos garantidos pela Constituição Federal, garantidos por vários outros canais, possam efetivamente optar por querer ou não querer. E não sob o ponto de vista da intervenção que tem sido feita ultimamente, cada vez mais forte, depois do filme Tropa de Elite fica muito claro qual é o caminho que temos proposto, que é o caminho de violência, de intolerância, um caminho que efetivamente não tem mudado a vida dessas pessoas.

Novamente, no conjunto total da população quem consome mais drogas ilícitas, quem está mais envolvido com isso? Caímos no mesmo padrão: homens jovens, negros, pobres. Precisamos reafirmar isso, reconhecendo toda a diversidade que esta aí. Vão existir homens jovens, negros, pobres, homossexuais, homens jovens, negros, pobres com dificuldades de locomoção ou alguma outra questão. Isso tudo temos que considerar, mas não podemos deixar de perceber que existe uma marca de gênero. Isso é fundamental para que entendamos esse jogo.

Sobre a juventude eu já falei sobre o projeto e, quanto à violência de gênero, temos esses dois projetos Ações estruturais para o fim da homofobia e Homens e violência contra a mulher; O homens e violência contra a mulher tem essas duas, promovemos dentro do projeto a Campanha do Laço Branco, não sei se vocês já ouviram falar, que é uma campanha dos homens para o fim da violência contra a mulher. Essa Campanha teve origem no Canadá e no Brasil, em todas as capitais brasileiras, há pelo menos uma cidade que já fez a Campanha. Eu sou o coordenador nacional desta Campanha, temos conseguido fazer um intercâmbio forte com o Canadá, exatamente para pensar estratégias de envolvimento dos homens em ações pelo fim da violência contra a mulher, mostrando que, se existem homens que agridem mulheres, existem muito mais homens que não agridem, não violentam e que também são contra a violência.

É nesse sentido a idéia de transformação simbólica. Isso vai mudar muita coisa? Efetivamente, não muda diretamente, mas criamos um cenário para que políticas públicas possam ser implementadas com o aval da sociedade como um todo. Para finalizar, apenas para ilustrar um pouco o projeto de Ações Estruturais para o Fim da Homofobia, eu trouxe algumas imagens para vocês entenderem como funciona esta questão. Aqui tem um projeto que estamos desenvolvendo, vou mostrá-lo rapidamente, apenas uma ilustração que, creio eu, dialogará um pouco com a fala do Marcelo. Esse projeto tem o objetivo de desenvolver um conjunto de ações pelo fim do preconceito e descriminação contra gays, lésbicas e transgêneros em Pernambuco, por um lado, apoiando iniciativas do movimento LGBT em nosso estado. Por outro, intervindo em instituições estruturais, tais como, educação e saúde, como forma de quebrar o círculo da violência.

Temos trabalhado em dupla direção: fortalecer o movimento que trabalha com a perspectiva da identidade sexual, mas ao mesmo tempo trabalhar com pessoas que não necessariamente se identificam com esse modelo de identidade sexual, mas que tem muito a ver com isso e que precisamos envolvê-los, sim, nesta discussão. Trabalhamos as homossexualidades de uma forma bem ampla, vamos encontrar aqui diversidades muito grandes, porque felizmente a nossa sexualidade não tem limites e então conseguimos criar. Mas a questão da homofobia é muitas vezes consensuada, uma forma de expressão que, muitas vezes, não respeita a diversidade, enquanto a sexualidade é diversa, a inscrição de resposta da rede de intolerância, como a homofobia, é bastante particular. Trabalhamos exatamente com uma estratégia de envolver as pessoas a pensarem que também isso é um problema delas. A homofobia enquanto expressão é uma expressão que não respeita direitos humanos, portanto estaria contra aquilo que nós todos construímos ao longo de todos esses anos.

Temos trabalhado nestes cinco eixos: mobilização política, fortalecendo o Fórum LGBT de Pernambuco, através de diferentes estratégias; apoio ao desenvolvimento de grupos de jovens, principalmente o grupo ‘gueimada’, que é um grupo de jovens que resolveram se organizar a partir de um jogo chamado queimada, muito comum em Pernambuco. O nome gueimada veio como uma forma de resistência. Inclusive um dos componentes, certa vez disse assim - eu andava só de cabeça baixa aqui no bairro, até o dia que eu resolvi entrar no jogo, e fui percebendo que as pessoas passaram a me olhar de uma forma diferente porque viam que eu me exibia, porque percebiam que eu não me escondia mais -. Isso é a visibilidade como uma forma de resposta, trabalhamos muito com esses jovens, pois muito deles são vítimas de violência.

A partir de uma pesquisa que fizemos, que é o terceiro ponto, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que fez pesquisa na Parada Gay de São Paulo, do Rio de Janeiro, Porto Alegre e em Pernambuco, que foi a primeira do Nordeste, conseguimos entrevistar 780 pessoas. A Parada de Pernambuco é chamada de Parada da Diversidade, não é Parada Gay, nós trabalhamos exatamente com as pessoas perguntando especialmente sobre violência, sobre intolerância e o resultado foi impressionante.

Saiu um livro publicado pelo CLAM – Centro Latino-Americano de Pesquisas sobre Sexualidade, quem tiver interesse em obter essa publicação eles doam, é gratuito, o sítio é www.clam.org.br. De acordo com essas publicações, as expressões de violência foram muito mais institucionais do que particulares. Eles falaram que nos lugares onde há vítimas de violência é na saúde, na educação, na escola, entre outros.

Agora os dois últimos pontos, para finalizar: formação e capacitação. Temos feito cursos, justamente cursos de extensão em parceria com as Universidades; e as Estratégias de Comunicação que são os eventos e produtos. Exemplos de materiais são: vídeos, camisetas da campanha. Há o trabalho que fazemos com os jovens, a parada de Pernambuco, o grupo que se organiza e aí é interessante porque, uma vez estávamos falando sobre a diversidade com os jovens e eles falaram que tinham aprendido muito a

conviver com a diversidade no Papai. Eu imaginava que eles iriam falar da diversidade sexual, diversidade de raça. Não! Eles disseram que conseguiam entender hoje porque alguém gosta de pagode, um deles afirmava que antigamente era roqueiro e achava um absurdo alguém gostar de pagode. Eu creio que este rapaz entendeu o que estamos querendo dizer. Se conseguirmos a partir dessa base, conseguiremos transformar qualquer outra forma de respeito à diversidade. É isso! Obrigado!

Coordenação de Mesa
Foram esclarecedoras as falas, mas tenho certeza que vários de vocês desejam fazer intervenções e perguntas. Então, por uma questão de organização, vou pedir para as meninas do apoio para recolherem os crachás de vocês, na ordem, e a Conselheira Edna chama-os para fazerem as suas colocações e então devolveremos o crachá.

Propomos dois minutos para cada um, para sua fala, sua intervenção. Assim, teremos condições de atender a todos. Vamos iniciar com a Nailuce.

Sra. Nailuce
Bom dia! Meu nome é Nailuce, sou de Manacapuru, Manaus, Amazonas. Na verdade é um município do Amazonas, mas 79 Km tem que se atravessar de balsa e eu ia falar em relação à fala do Marcelo, mas me senti como os adolescentes lá do Papai que passaram a entender quem gosta de pagode e foi mais ou menos assim que entendi a fala do Marcelo. Marcelo, antes queria te dizer que não sei como você era com o cabelo, mas você é lindo agora! Mas é lindo porque é corajoso e nos faz criar coragem para falar também.

Eu quero dizer que no meu estado, o Amazonas, nós nos sentimos vítimas dessa intolerância, por sermos amazonenses, ou por morar em um município do outro lado do Brasil, onde se tem que atravessar de avião, e muito de nós, atravessar de barco, seja quatro dias, quatro horas, no meu município são apenas duas horas. Quando chegamos no 'Brasil', somos tratados com se fôssemos até E.T, às vezes, sabe? Falam, - você vem de lá do Amazonas, você é índia, o que você faz? Eu fico indignada com isso, porque minha cidade que é Manaus, onde nasci, agora é uma metrópole. Temos coisas maravilhosas lá.

Talvez, não sei se por falta de informação da escola, como o Marcelo falou. Sentimo-nos muito excluídos e, quando eu, como assistente social lá do meu Município, levo o meu usuário para o INSS, por exemplo, e o gerente do INSS não é amazonense, não é do meu estado, é do Rio Grande do Sul, por exemplo, não falando só do gaúcho, ele trata com muito mais diferença ainda o meu povo, o povo de lá, porque ele não entende. Ele não entende porque o ribeirinho vem de lá sem entender nada, analfabeto, com falta de documentação, enfim, com monte de problemas e ele não sabe como resolver porque ele não é de lá, então, eles não se sentem nem preocupados em tentar atendê-los. Foi só um desabafo meu. Senti-me na obrigação de desabafar, porque o Marcelo desabafou também. Obrigado!

Coordenação de Mesa
Vamos chamar de três em três. Paramos a cada vez que completarmos três, para que a Mesa possa fazer os devidos comentários.

Sra. Ângela Maria do Vale
Estamos entrando em um horário em que já podemos dizer boa tarde! Porque entramos nesses processos de discussão nas conferências e, é um momento que aproveitamos para pular e ganhar etapas, socializar conhecimentos. Trata-se da nossa capacitação, em cada momento que participamos e assim marcamos os processos históricos. Cumprimento a mesa, agradeço a gama de informações, o processo como vai se desenvolvendo e os depoimentos sempre estarão acontecendo, faz parte de nosso trabalho e são muito importantes. Isso porque o que percebemos é que, normalmente, nos escondemos atrás de várias coisas, preferindo não contá-las, ficando quieto.

Quando falamos de intolerância, da questão da descriminação, dos preconceitos, acho que temos algumas vantagens, nós membros, porque quando levantamos, em qualquer lugar que estivermos, as pessoas vão nos identificar e então verificamos no olhar onde está ou não o preconceito e a descriminação. Então isso é muito gostoso! Há o lado ruim e há o lado bom. Quero falar justamente em relação a essas questões de desafios e mudanças.

O que gostaria de colocar para a Mesa nesta questão do desafio são os nossos profissionais da área, porque hoje percebo nos trabalhos que vamos desenvolvendo, nos projetos todos, nos Ministérios, no terceiro setor, que há um item que está sendo muito colocado que é a questão da etnia. Quando se fala em etnia está se falando realmente do índio, do negro, do homossexual, do portador do HIV/AIDS, que inclusive é uma das áreas que eu abraço, que trabalho em São Paulo. Meu nome é Ângela e eu sou do estado de São Paulo, mais exatamente do Município de Taboão da Serra, como é que colocamos então o negro portador de HIV ou o deficiente toda essa gama, numa pesquisa que vai trabalhar avaliação, monitoramento, todos os programas e projetos, mas fazer com que esses profissionais ao terem essas informações, de fato, concretizem o que ainda está no papel. Então isso já era uma preocupação que eu já trazia comigo, que é a de que nós precisamos estar nas capacitações revendo isso também, senão torna-se apenas mais um dado informativo.

Coordenação de Mesa
Muito bem, obrigado! A próxima.

Jocelene de Assis Inácio
Primeiramente, boa tarde para todos! Sou Jocelene Inácio, assistente social da Secretaria Municipal de Assistência do Rio de Janeiro, além de assistente social tenho também outras identidades, sou militante do movimento dos pré-vestibulares para negros e carentes, não sei se todos aqui conhecem pré-vestibulares para negros e carentes, ou seja, negros e brancos pobres, certo? Essa temática me chamou bastante atenção, primeiro até pela minha história.

O Marcelo contou a dele, infelizmente nem todo mundo consegue, quem nasce com a pele preta terá dificuldades de negociar identidade. Independente do nível de formação, sempre estará ocupando o lugar errado. Também sou estudante de doutorado, aluna da Ana Quiroga, na PUC RJ. Então o fato de você ser negra, oriunda do meio popular, estar no doutorado, vai fazer com que você esteja sempre envolvida em situações de intolerância, seja no seu local de trabalho, porque você sendo de nível superior e servidora pública você ocupa o lugar errado, então você sempre será tratado com intolerância, e nem sempre você tem condições de poder conversar a respeito disso.

Vou voltar para a temática porque trabalhar a questão da intolerância e inclusão social é para nós, assistentes sociais, um desafio. Isso porque, enquanto assistentes sociais, trabalhamos com a questão da defesa dos direitos dos nossos usuários e, desde algum tempo, do processo de renovação e de reconstrução, de ser repensado o assistente social preocupado não só com o enquadramento das políticas e desses sujeitos as propostas e políticas públicas, mas também, com a inclusão. Eu acho que o ideal seria uma inclusão não subordinada. Isso vai fazer com que nós, enquanto profissionais de serviço social, em nosso cotidiano de trabalho, estejamos rotineiramente enfrentando desafios.

Vou concluir: com a inclusão não subordinada você tem muitas vezes que viver situações de intolerâncias. Só mais uma questão, até como crítica positiva, com relação a estarmos aqui em uma VI Conferência da Assistência Social. Fiquei olhando no primeiro dia da Mesa, falamos de um público que é formado, na grande maioria dos usuários, por negros. E só tínhamos um na mesa de abertura, que era o usuário. Falamos de um grupo que é de assistente social, que é constituído em sua grande maioria por mulheres, as poucas que estiveram na mesa de abertura, não tiveram voz. Como discutimos essa intolerância dentro do pensar, inclusive na constituição deste evento.

Coordenação de Mesa
Muito bem, obrigado! Então já completaram três, logo a Mesa pode fazer suas observações.

Sr. Marcelo Garcia
Vou apenas comentar, porque foram mais três comentários do que três perguntas. A colega do Rio de Janeiro, acho que estamos incluídos nesta subordinação mesmo. Teremos que enfrentar esse problema cotidianamente. Presumo que quando você fale - eu faço doutorado -, as pessoas olhem com uma certa cara assim - nossa! Você faz doutorado? -, existem questões deste tipo. Agora eu acho que precisamos dar visibilidade para as conquistas que conseguimos obter. É claro que são poucos os negros no Brasil que, aliás, são poucos os negros no Brasil que terminam o ensino fundamental quiçá alcançar o doutorado. Temos que dar visibilidade a essas questões também. De fato, temos no Brasil um olhar de surpresa com as conquistas de quem vive a intolerância e de quem vive o preconceito. É a surpresa mesmo! As pessoas ficam estupefatas porque alcançamos algumas conquistas. Eu, durante alguns anos, já ocupo cargo público faz dez anos, durante os dois primeiros anos várias pessoas me alertavam de que eu não devia

me expor como homossexual, que isso era um risco para minha carreira. Eu achava o contrário, eu tinha que colaborar me expondo. Você é negra, as pessoas vão dizer que você é negra. Eu ainda podia ficar ali - não, eu não casei, quis viver minha vida, quis ficar solteiro -. Não! É importante para o menino de quinze anos, como o professor bem falava, é importante que ele perceba, como eu acho que é importante que o menino de quinze anos da favela também perceba, que você chegou no doutorado, para que ele sinta que é possível mobilidade. É possível mobilidade social.

Eu acho que era importante que eu me colocasse na primeira pessoa sempre, para que as pessoas que viviam a culpa que eu vivia aos quinze anos também pudessem ter algum tipo de ajuda. Acho que isso tudo é muito complicado, não estou simplificando, é muito complicado.

Em VI Conferências, é a primeira vez que estamos trazendo este tema. O tema do preconceito, o tema da indignação, o tema da intolerância. Acho que podemos propor nos grupos de trabalho. Porque que não torna, porque que não vem uma moção para termos esse tema incorporado nas nossas capacitações, pegando a fala da colega de São Paulo, nas qualificações? Porque isso não entra nas discussões? Porque não prestamos um pouco mais de atenção sobre as nossas primeiras fileiras, sobre as nossas Mesas de Abertura? Não que queiramos fazer como o Faustão, só pra dizer que tem, mas para garantirmos de fato a voz e a participação das pessoas. Acho que isso, seis conferências depois, já tem bastante importância.

Vou pegar a fala da Neiluce, lá do Amazonas, e vou concluir dizendo o seguinte para ela: no Rio de Janeiro tem outro problema, que é a pessoa da favela, que é o favelado e o asfalto. Quem é favelado fica lá! Então tem uma discussão que fazemos que é o seguinte: essa história de ficar construindo tudo quanto é equipamento dentro de favela é pra não deixar o favelado sair da favela, é para ele não acessar a cidade. Então fazemos uma discussão, o que é isso? A cidade é de todo mundo, ou seja, é difícil, mas temos que dizer para a classe média do Rio de Janeiro, que é uma classe média egoísta, que a cidade não começa na Lagoa Rodrigues de Freitas, nós temos seiscentos mil indigentes lá. Acho que é isso. E como você disse que eu ainda sou bonito eu vou te dar um livro, certo? Com dedicatória! Obrigado!

Coordenação de Mesa
Pessoal, vamos chamar cinco agora e assim darmos mais agilidade.

Sra. Sônia Regina da Cruz
Boa tarde! Gostaria de saber quem aqui é usuário do meio rural? Quem aqui é de uma entidade prestadora de serviços às formulações rurais? Sou a Sônia, conselheira estadual do conselho de assistência social do Rio Grande do Sul, trabalho em uma entidade chamada Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural. Sinto-me contemplada com a fala da Ana quando ela disse que a igualdade passa a ser utopia e se constitui em minorias. Gostaria de deixar para vocês o seguinte: o meio rural também é um meio rural discriminado, mal atendido, mal assistido pelas políticas públicas de

assistência social. Nós, como entidade, entra aqui a questão das intolerâncias Marcelo, sofremos intolerâncias muito grande com entidades prestadoras de serviços a esses usuários. Porque pensam que os usuários que nós atendemos, e como somos uma instituição ligada à Secretaria de agricultura, não temos a necessidade de estar em um conselho de assistência social. Então sofremos intolerâncias entre entidades. Isto é algo que poderia ser abordado nas próximas conferências. Muito cuidado, muita atenção com os conselhos, porque isso fica muito difícil e, se há uma política pública não pode haver intolerância.

Mais outra questão que gostaria de deixar para vocês também é o cuidado com a intolerância entre os profissionais que 'intoleram' outros profissionais e 'intoleram' as entidades que não são dirigidas, que não tenham um assistente social na ponta. Não tenho nada contra esse profissional, mas acredito que não existe só esse profissional que trabalha com assistência social. Já está na hora destes profissionais começarem a evoluir, parar com as intolerâncias, fazer parcerias realmente efetivas e não competir com as entidades e com os profissionais e sim, democratizar a participação em todas as instâncias. Era isso que eu queria falar, mais como reflexão. Muito obrigado!

Sra.Ruth Sérgio de Oliveira Keller
Sou assistente social. Escutei todos falarem sobre tudo: sexualidade, juventude. Lembrei-me da intolerância com os idosos. Os idosos são pessoas que passaram pela vida, criaram todo mundo, deixaram, colocaram, educaram e hoje são tratados com uma indiferença muito grande. Podemos ver que até os estatutos, tais como o Estatuto do Idoso, ainda não está bem definido. Vim aqui exclusivamente para defender os idosos e terminei porque está na hora do almoço!

Coordenação de Mesa
Obrigado! A próxima.

Paulino Souza do Rosário
Bom dia! Sou o professor Paulino Souza do Rosário, estou vindo do estado do Amapá, onde nós brincamos de pular corda com a linha do equador e queremos dizer também que o nosso estado tem 97% da sua cobertura preservada, estamos em franco desenvolvimento e estamos olhando o futuro com muita perseverança. Eu trabalho na Secretaria Extraordinária de Políticas para os afro-descendentes. A professora se referiu a esse documento. Nós participamos da I Conferência Nacional sobre Xenofobia, Racismo, Intolerância e coisas correlatas. Achei, meus debatedores, até o presente momento, felizes em suas temáticas. Marcelo, muito corajoso. A professora, não me recordo o nome dela, mas ela me emocionou quando ela fala com muita propriedade sobre a questão da intolerância neste país. Eu, como uma pessoa que trabalho com 75 comunidades, em um universo de quase trezentos e cinqüenta mil pessoas afro-descendentes do meu estado, queria fazer uma pergunta para a professora aqui, mas é uma pergunta um pouquinho pesada no termo, mas eu não poderia deixar de fazer essa pergunta. Quero pedir desculpas antecipadamente para a Mesa e para a assembléia, mas ela falou de intolerância, e, todos nós sabemos que esse país é formado de um tripé:

os eurasianos, os africanos e os povos nativos. A minha pergunta para a Mesa é a seguinte, estou observando que o grupo dominante neste país teve o cuidado, talvez consciente ou inconsciente, de manter o grupo dominante como o bonzinho para passar a mensagem da assistência como (desculpe-me a mesa), a questão não é da mesa, mas é o nosso universo, se ele fosse o detentor da riqueza, do saber e do poder neste país. Então, eu queria que ela me respondesse dentro daquela linha de raciocínio, porque a mesa é constituída basicamente de pessoas eurasianas?

Sra. Rosa Maria

Agradeço à mesa, agradeço ao pessoal. Esse tema de intolerância é muito importante, ele é vital para nós. Sou Rosa Maria, sou gaúcha, e por ser gaúcha quando chego em qualquer lugar perguntam-me - você é estrangeira? -. Eu faço pesquisa social, sou assistente social, entro em qualquer casa, em qualquer lugar, e sempre acontece isso. Se fosse apenas um caso, tudo bem, mas eu passo por cem ou duzentas pessoas e a pergunta é sempre a mesma - você é estrangeira? -. Isso me causa uma indignação, o que é estrangeiro? Isso é uma intolerância! Isso vem me atingindo.

A primeira coisa que quero colocar para vocês, isso é bem vital para mim. Eu trabalho com migrantes, então imagina a situação, eu, além de tudo sou religiosa, tem irmão, irmã não tem problema. Trabalho com migrantes, eu apelo, vou com migrante, defendo imigrante e passo como estrangeira. Eu digo, sou bem gaúcha, sou bem brasileira, mas é uma questão muito séria. A sociedade tem um preconceito tão grande que ela coloca assim: pessoa, ela não é pessoa, ela só vale por aquilo que tem. Eu sou uma pessoa que defendo e sou indignada com a intolerância e gostaria de pedir, não se trata nem de uma pergunta, mas quero dizer que precisamos mudar o nosso conceito de migrante, de pobre, de idoso, de mulher, porque temos um preconceito tão claro e nós mesmos discriminamos outras pessoas. É isso o que peço para vocês.

Sr.Jorge Tavares

Boa tarde! Meu nome é Jorge, sou usuário de São Paulo. Serei breve. Uma pergunta objetiva e uma reflexão rápida. Não sei de quem é a frase, mas vou lê-la e*nquanto houver uma pessoa discriminada, todos seremos discriminados, porque é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito*. Essa é uma frase que acompanha a Campanha de Assinaturas do Livro Acessível, o Livro do Desenho Universal. Agora minha pergunta, vou me dirigir ao Marcelo, porque você falou de uma pessoa muito conhecida, o tal do Faustão. Como realmente trabalhar a questão de uma contracultura de intolerância se temos uma mídia intolerante? Porque nossa mídia, infelizmente trabalha excluindo. Observa-se em todos os setores da mídia, seja no telejornal à telenovela. A descriminação é grande, há intolerâncias. Muito obrigado!

Sr. Benedito Medrado Dantas

Na verdade, eu acho que foram mais comentários do que questionamentos. Acho que, de certo modo, vou tentar comentar um pouco essa questão da comunicação. Assim, gostaria de resgatar algo que acho importante. Todas as pessoas podem passar por situações que levem-nas a sentirem-se humilhadas, agredidas. Todos nós podemos

passar por diversas situações, independente de nossa classe social, de nossa raça, cor, etnia. É preciso que separemos um pouquinho o joio do trigo.

Uma coisa é o sofrimento do ponto de vista individual, outra coisa é o sofrimento do ponto de vista de uma categoria coletiva. Isso é muito delicado, ou seja, eu estava ouvindo agora a pouco a fala da senhora e pensando assim: estrangeiro no Brasil é bem diferente de estrangeiro na Europa. Estrangeiro na Europa é mal tratado, porque em geral ele não é europeu. Então, se ele está lá, vem geralmente da África, da América Latina. Se você vai aos Estados Unidos, percebe que o estrangeiro também é mal tratado, principalmente se for mexicano ou latino-americano. Temos que observar muito isso para não fazermos a mesma leitura que já fazemos. Aqui no Brasil temos uma legislação que favorece muito alguns estrangeiros, mas temos uma legislação que ainda dificulta muito a vida das mulheres, em vários aspectos, e o Movimento de Mulheres vem trabalhando sobre isso. Em relação aos homossexuais, porque um casal homossexual pode ter quantos anos quiser de relacionamento, que não será reconhecido como uma família, a não ser que você nasça no Sul, pois lá já existe jurisprudência que garante isso. Mas em todos os estados do Brasil, a legislação que orienta não é a penal, mas é a cível, mas não é a familiar. Isso porque não se considera que um casal de homens seja uma família.

É a mesma coisa com relação à população negra, quando percebemos que temos ainda forma de manutenção desta população, quando não implementamos da forma que deveríamos, por exemplo, a questão da lei contra o racismo. Temos uma lei, mas ela não é implementada da forma que gostaríamos. Existe algo que passa pela ordem coletiva, creio que é essa que temos que enfrentar mais fortemente enquanto coletivos.

Enquanto pessoa, em nosso cotidiano, é importantíssimo que saibamos lidar com o outro, respeitar o outro, agora precisamos ter uma ordem social coletiva que também busque criar, por exemplo, se pensarmos a lei Maria da Penha, todo mundo de certo modo já ouviu falar da lei Maria da Penha. Por que ela é muito importante para todos nós? É porque hoje, uma criança que nasce, vai ser educada neste país não achando mais que violência contra a mulher é uma coisa de marido e mulher, é uma coisa do privado. Não! Está na lei e está dito que é crime. Portanto, a educação destas crianças, no ponto de vista simbólico e também obviamente prático, vai se orientar por outro horizonte. Pouco tempo atrás, era totalmente natural, na legislação havia ‘legítima defesa da honra’, o homem poderia matar uma mulher, e justificar-se dizendo que sua mulher o traiu. Finalizando, esta é uma questão importantíssima.

A outra questão é assim: olhem para a categoria de vocês. Se vocês olharem para a categoria de vocês, eu olho muito para a minha, eu sou psicólogo e sei o lugar que o psicólogo ocupa na sociedade brasileira. Quando converso com assistentes sociais, eu percebo isso. Nunca se sabe o que faz, nunca se dá importância para o que se faz e muitas vezes você chega, e a não ser que você seja da área, é uma categoria extremamente desconsiderada do ponto de vista dos próprios direitos no espaço de saúde, educação e tudo mais. Se olharmos para este aspecto da intolerância como relacional e percebermos que muitas vezes quem produz a intolerância é, às vezes,

vítima de outras formas de intolerância. Vamos quebrar um pouco esse círculo de apenas observar a intolerância do ponto de vista de quem sofre, isso é importante, mas também observar a intolerância de quem age. Assim vamos criar efetivamente uma mudança mais radical.

Sr. Marcelo Garcia

Acho que surgiu um assunto aqui que não tínhamos valorizado, a questão da regionalização e da migração do interior do país. De fato, tratamos o interior como se estivéssemos tratando do 'caipira', não sabe nada, é de uma outra terra. Acho que é importante trazer este debate para aqui também. Temos que pensar em um Brasil para todos, com as diferenças, mas não tratar a regionalização como se fosse uma questão menor. Acho que estamos tratando como se fosse uma questão menor. Não temos debatido sobre o Amapá, sobre o interior do Amazonas, sobre o interior do Pará, sobre o interior da Bahia, etc. e essas são questões importantíssimas.

Vou falar sobre uma coisa que o professor falou que considero importante, a questão do assistente social. Vale dizer o seguinte, existe um estudo da professora Sueli Gomes, do Rio de Janeiro, que trata sobre o porquê do desprestígio da profissão e o porquê da profissão passar para uma quarta categoria também na questão do trabalho. Porque ela é feminina, negra e formada pela maioria das pessoas oriundas das classes populares. Esses três símbolos vêm para a profissão e ela é reafirmada como uma profissão menor. Temos que entender que não é apenas a profissão que é desqualificada. São desqualificados os profissionais que estão vindo para esta profissão.

Os assistentes sociais sempre trabalharam com pobres, mas na década de 50 quem eram os assistentes sociais? Eram as filhas da sociedade que saiam do colégio e iam para os cursos de assistência social. Essas seriam as caridosas, aquelas que organizariam a caridade. Quando ocorre uma mudança, a partir dos anos 70, e as classes populares, os negros vão fazer Serviço Social.

Já sobre a mídia, eu exemplifiquei o Faustão porque ele é colorido. Mas me incomoda profundamente o debate no Brasil sobre a questão do beijo entre dois homens na televisão. É algo inacreditável que isso vire um debate. E o beijo, eu quero dizer isso em público, eu beijo outro homem e é muito bom inclusive, eu não vejo nenhuma dificuldade que meu sobrinho compreenda isso, que a minha mãe compreenda isto, se a mídia não consegue traduzir isto como normalidade, as pessoas vão continuar achando que isso é um problema. Então eu digo para meu irmão inclusive, qual é a nossa diferença? Você anda de mão dada com a Ana Cristina. Eu, a priori, não poderia andar com o meu namorado; a priori, não posso dar um beijo em meu namorado. A priori, porque eu dou. Nesta questão, a mídia não colabora em nada porque ela trata isso como um mito, e não é. Isso está no campo da normalidade: beijar, andar de mãos dadas, dormir juntos, está absolutamente no campo da normalidade. Se sairmos desta mitificação da relação entre dois homens, entre duas mulheres, com certeza irá facilitar bastante.

Sra. Ana Maria Quiroga

Eu também recebi uma pergunta que diz o seguinte: *as instituições podem segregar e discriminar, mas são necessárias. O que fazer? Como superar este paradigma?* Acho que fizemos uma primeira rodada tratando sobre essa questão. Trata-se de um campo imenso, não apenas no que se refere à origem desses processos, como também às formas que esses processos assumem e às conseqüências que existem em relação aos diferentes grupos. Quando foram colocadas aqui as discriminações em relação aos lugares, isso é uma outra questão fortíssima. A questão da territorialização, ela vai ter que se enfrentar com esta questão. A assistência está com equipamentos ou com serviços em territórios estigmatizados. Este estigma, certamente, contagiará o equipamento, então é importante que os profissionais saibam disso e em relação a como se comportar frente a isso. Aliás, é o mesmo que eu diria para essa pergunta sobre as instituições.

Obviamente, tanto as instituições como os profissionais, instituições privadas e as próprias instituições públicas, todas estão passíveis deste tipo de comportamento. Há uma política na saúde, quem se interessar pode ver no site do PNUD, que é sobre o racismo institucional. Eles estão trabalhando isso na saúde, ou seja, a partir de algumas pesquisas onde eles foram vendo que as mulheres negras esperavam mais nas filas do que as brancas, as mulheres negras enfrentavam questões como uma não completude em seus exames ginecológicos, não recebimento de anticonceptivos, entre outras várias questões.

Essa constatação do tratamento diferenciado, ao nível das instituições, está sendo hoje trabalhada neste programa do racismo institucional. Isso é uma questão que atinge as instituições. É interessante começarmos a prestar atenção nisso, ao nível das instituições e das relações sociais. Na verdade, são várias as origens, eu penso aqui em quem falou dos idosos e do meio rural. Sem dúvida, hoje temos uma lógica de sociedade que é a lógica da produtividade, da racionalidade, da rapidez, da ciência, etc. Quem não é produtivo, rápido e eficiente é um individuo ou é um grupo social sujeito à desqualificação. Os vagarosos, os poucos produtivos, então, os idosos, o produtor rural, são todos grupos que estão na contramão desta lógica de rapidez, de produtividade, e que, um trabalho como esse implicaria num maior tempo, num maior conhecimento, num outro ritmo que não o ritmo das estatísticas rápidas. Todas as pessoas que, de alguma forma, estão na contramão desta lógica produtivista. São vários os setores, por isso é que estou falando que, na verdade, estamos apenas começando este tipo de debate aqui, porque na verdade são várias as questões e as dimensões que um debate deste, ou uma questão desta merecia ter. Muito obrigada!

Coordenação de Mesa
Vamos chamar as pessoas que estão escritas pedindo a compreensão de todos, no sentido de acelerar, pois daqui a pouco teremos outras atividades.

Sr. André [ ]
Sou André, trabalho com pessoas em situação de rua na cidade de Goiânia. Quero identificar algumas variáveis psicológicas que constatei aqui e que está relacionado com

a questão da discriminação e do preconceito. Quando a senhorita, que é doutora, manifestou que muitas vezes não é reconhecida, que as pessoas têm essa dificuldade. Eu vivi isso, na entidade em que trabalho e sou gestor. A psicóloga é um pouco mais negra do que você. Quando fiz contato com ela por telefone, porque eu fui indicado para fazer uma entrevista com ela, para verificar se eu iria contratá-la. Eu tinha um estereótipo já pré-concebido de como que é o psicólogo. Quando eu chego no portão da Entidade, vejo uma senhorita negra, com sandálias rasteiras, calça jeans desbotada, com uma série de coisas no braço. Eu procurei o carro dela. Na hora eu senti aquela questão e algo mexeu comigo, mas como sou observador de mim mesmo, deixei que o sentimento fluísse e continuei e pensei - bom! Isso não é impedimento para que nós nos conheçamos-. Essa é uma variável psicológica que está impregnada historicamente. Depois identifiquei na logomarca, acho que é a logomarca do Instituto Papai, e perguntei-me - eles só atendem a realeza? Tenho certeza que não, não estou fazendo uma crítica é uma constatação. A própria logomarca tem um reizito, um principezinho e uma princesinha. Quem é o principezinho e a princesinha? É o Europeu, é o branco e toda aquela característica burguesa que nós herdamos.

Depois eu percebi na fala de uma companheira que disse assim para o Marcelo - olha! Você tem muita coragem! Eu escutei isso ontem com o Sebastião falando sobre situações de rua ontem. O Samuel disse - parabéns pela sua lucidez!, tipo assim, - pô cara, você está em situação de rua, mas parabéns – ou, -você é homossexual, mas parabéns por sua coragem. Temos que começar a discutir quais os valores que estaremos incorporando as nossas políticas públicas de assistência social e as demais políticas para o desenvolvimento humano e da pessoa humana, que considere as variáveis psicológicas que estão impregnadas que se manifestam de forma sem controle.

Sr. Valter [ ]
Estou muito feliz de, nos altos dos meus sessenta e sete anos, está prevendo muita coisa. Quero apresentar algumas coisas rápidas. Tolerar é respeitar, é concordar. As intolerâncias são iguais para todos os grupos diferentes? Como poderemos trabalhar os aspectos morais, religiosos, espirituais e éticos? Eu não tenho dificuldade em tolerar o negro, deficiente, idoso, até porque estou no meio, mas tudo isso é igual?

Sra. Maria Isabel
Sou assistente social, gestora do município de Itaguaí e atualmente assumo a presidência do COEGEMAS estadual. Quero observar quanto à ordem cultural. A questão da ordem cultural é o pensar, o sentir e o fazer diferente. O indivíduo em si não está imbuído dessa questão. Então, ele não consegue fazer diferente e se vê fazendo defesas para si. O que observo também, é a questão da própria educação já que tem uma grande responsabilidade junto à assistência, nos parâmetros curriculares dela, quando lá, nos temas transversais, pode trabalhar a questão da cultura como outras. Não como enfoque que muitos vêem, de forma distorcida, por profissionais quando se tenta falar de RH, capacitações de profissionais que não estão tão preparados para trabalhar essa questão. Então, distorcem e, em alguns momentos, você observa a criança pensar a cultura com um olhar somente, visualizar o folclore em si, não perceber a dimensão

maior da autonomia, não de estarmos pensando de olhar um indivíduo crítico, autônomo, participativo. Marcelo em Belo Horizonte pode estar criando a nossa intolerância na questão de gestão.

Sr.Ademar

Primeiro quero dizer que o Marcelo é muito bonito. Ele sabe, e quero cumprimentá-lo de fato, pois me orgulho de dizer que ele é meu amigo. Gosto muito do Marcelo e de poder compartilhar o Conselho Nacional com o Marcelo, porque eu sei as posições que o Marcelo defende e sei a luta para que fosse colocada esta mesa, iniciada realmente por ele. A trajetória dele é muito linda! E a nossa mestra, Ana Quiroga, que bom pelas contribuições que você nos trouxe. E o Benedito, sei de seu compromisso, a sua luta, militante de fato contra o tema da intolerância e tem nos ajudado a construir uma sociedade bastante diferente.

Queria agradecer a contribuição de vocês nesta Conferência. Sobre esse tema da intolerância, às vezes fico pensando, também quem sou eu? Não sou branco, também não me consideram negro, então que cor é? Há intolerâncias em todos os aspectos. Ah! não! Você é pequeno! Também há intolerância. Ah, mas o Sílvio Iung é grande demais!, também há intolerância. É complicado demais! Há algum tempo atrás, eu era discriminado porque era amigo de um rapaz que usa óculos de garrafa, lembram? Quem usava óculos antes era discriminado, hoje não, nesse aspecto já somos tolerantes. Mas olhem que situação, essa é a cara da nossa sociedade que está baseada não em cima do ser, entende? Mas precisamos avançar na questão do conviver. Esse é o desafio que queria colocar e se vocês pudessem gostaria que comentassem depois sobre isso.

Eu explico melhor: Bruna nasceu, eu tenho o Lucas de oito anos. Desculpem-me, mas quero só trazer essa experiência para cá. Lucas tem oito anos e Bruna tem quatro anos. A Bruna nasce e o Lucas diz: - pai, eu quero uma boneca!. O garoto vê que estamos dando banho em Bruna com aquele cuidado todo e diz - quero uma boneca!. Tive que ir até o mercado com ele e pedi que ele escolhesse, ainda bem que ele é econômico, nunca comprou o carro mais caro, ou qualquer outra coisa. Ele disse - quero essa! Pronto! Perguntei para ele qual seria o nome dela e ele me disse que seria Bruna. Então ele passou a dar banho na Bruna e, com pouco tempo, ele esqueceu da boneca. Mas quando eu comentava isso nas minhas capacitações, as pessoas diziam - você não pode estar fazendo isso! Você vai ensinar seu filho a ser gay. Esse é o olhar que temos. Eu tenho uma experiência em minha casa, porque ser especialista na área de criança e adolescente, e agora? Eu tive que pôr em prática aquilo que falamos e sobre o sistema que estamos falando. Então, certo dia, Lucas chega em casa chorando porque o Davizinho, melhor amigo dele, é negro, e os outros colegas dele que são brancos dizem que ele não podia mais ser amigo de Davi. Então quando vocês estavam falando, eu digo para vocês, eu estava lá na mesa, eu também sou negro, eu também sou pessoa com deficiência. Estou dizendo que eu também sou, porque eu incorporo todas essas questões. É isso que nós temos que fazer. Essa mesa aqui é de negros, de heterossexuais, de homossexuais. Essa é a postura que vamos ter enquanto sociedade, se quisermos mudar e alterar, sem deixar de reconhecer que, de fato, há um sofrimento.

Havia uma pessoa ali e sabe o que ele me disse? À medida que ouvia as falas e os depoimentos de vocês, sentia vontade de se jogar. Nesta Conferência, houve alguns momentos em que minha vontade era descer abaixo. Uma pessoa com deficiência estava ali conosco e fez esse depoimento na hora desta mesa.

Uma pergunta: os nossos programas são para atender, não foram criados para ser. Esse é um desafio. Como que os CRAS, nossos programas da assistência social das políticas públicas não seja para atender objetivamente, dar arroz, feijão, coisas bastante objetivas e pensarmos em ser e conviver.

Sr. Givanildo

Boa tarde a todos! Meu nome é Givanildo sou da cidade de Nanuque-MG, sou Vereador e Secretário de Assistência Social de meu município, com quarenta mil habitantes. Gostaria de expor aqui uma situação que aconteceu comigo, por eu ter me tornado deficiente. Vivi preso até os onze anos e tive minha cadeira de rodas aos quinze. A partir do momento em que tive minha cadeira eu me formei e hoje vou fazer faculdade em minha cidade que, porventura, inaugurou uma faculdade faz pouco tempo.

O que acontece aqui e que o Marcelo colocou é muito bonito, temos que ser aquilo que realmente somos, não esconder nossos problemas, nossas dificuldades. Muitas vezes as pessoas chegam e dizem assim - olha o aleijadinho ali! Por exemplo, meu filho falou :
- papai, hoje na escola falaram que você é aleijadinho! Eu falei - meu filho ,você gosta de mim?Gosto!Então pronto! O importante é você gostar de mim. Aquelas pessoas que estão próximas de mim, se eu demonstrar que eu sou uma pessoa do jeito que sou não importa, não importa se alguém me critica. Eu quero saber é como eu estou, demonstrar para a minha família, aos meus amigos. Existem pessoas que descriminam, mas às vezes, é uma forma de nem ele gostar de si próprio. Primeiro, é necessário gostar de si para depois gostar dos outros. Eu gosto do jeito que sou, demonstro em todos os lugares que vou e que tem conferências sobre as pessoas que portam deficiência. Em todos os lugares, eu estou presente, mostrando que sou deficiente, não escondo a minha deficiência física e não escondo a classe que represento. Por isso é que fui eleito Vereador na minha cidade. Eu não morava lá, estou há dois anos por lá, me candidatei e ganhei a eleição e luto pela minha classe, pelo meu grupo. Hoje, como assistente social, estou com todos os grupos, mas antes de ser assistente social, lutei pelo meu grupo e por isso cheguei aonde cheguei. Muito obrigado!

Coordenação de Mesa

Vamos agora passar a palavra de imediato para os expositores para que eles façam as considerações após a fala de vocês e as considerações finais. Posso passar primeiro para o professor aqui, vamos nesta ordem.

Sr. Benedito Medrado Dantas

Dois alertas ou dois pensamentos altos. Um deles é que eu acho importante reconhecermos que nós somos racistas, que somos homofóbicos, que somos sexistas. Se não formos assim, não somos desta cultura. Aprendemos desde pequenininho a

sermos isso. Então, acho que reconhecer é a primeira coisa. Reconhecer e ficar satisfeito com isso é um problema. É reconhecer para fazer mudança, neste sentido acho que é o primeiro passo. Negar jamais, porque dizer que não é, eu acho muito complicado, é como dizer que não existe. Ficar parado também não adianta.

Outra coisa, a segunda questão é que não é um problema ter pessoas eurasianas aqui. O problema é não ter pessoas negras aqui também. Acho que devemos ser inclusivos, temos que fazer, acho que sua reivindicação está completamente correta. Não ter significa que precisamos mudar ainda muita coisa para que se possa ter. Agora, ter também pessoas que respeitam a diversidade, que estão promovendo e que vão trabalhar juntamente para poder transformar a sociedade em prol do respeito, da diversidade, acho que isso é fundamental.

A última coisinha, em relação à provocação do Ademar, eu acho que é o seguinte, seguindo um pouco a direção do que o Marcelo vinha falando sobre as nossas funções de assistente social, serviço social, psicologia. Eu acho que essas funções fazem parte de áreas que não visam produção. Elas trabalham muito com a reprodução, no sentido do cuidado, isso não é valorizado na nossa cultura. Para que nós consigamos mudar essa nossa forma de trabalhar com as pessoas, é primeiro passar por uma reversão simbólica mesmo, passar a perceber que tanto é importante você ter um emprego para garantir a construção de uma fábrica de um carro, como também cuidar dos filhos.

Na medida em que conseguirmos reverter isso, conseguiremos ter homens e mulheres, lá e cá, pessoas de um modo geral fazendo, e sendo valorizadas por isso. Eu acho que a questão de trabalharmos com o cuidado, valorizar mais o cuidado como uma prática humana que merece o valor que não tem, infelizmente não é valorizado. Eu acho que esse é o caminho.

Sr. Marcelo Garcia

Eu vou discordar um pouquinho do Ademar na questão da representação. Acho que uma coisa é incorporamos a luta de todos os movimentos, outra coisa é a identidade do movimento ser afirmada nos espaços públicos. Então tenho absoluta certeza que você incorpora a luta dos negros, dos gays e dos deficientes, mas acho que nós, enquanto gestores públicos de uma conferência, temos que ter cuidado com as identidades, porque de fato, a representação dos negros é pequena na conferência e isso não colabora com o fortalecimento do movimento negro. Não colabora para que o meu sobrinho olhe para os negros e passe a valorizá-los e não a desvalorizá-los.

Não podemos incorporar, por exemplo, eu represento o outro, mas eu apoio e compro a luta do outro. Eu me lembro que tive um namorado que tinha AIDS, ele era a maior liderança do mundo. Ele coordenava a Rede Nacional de Pessoas que vivem com AIDS no Brasil. Eu nunca vi tanta dificuldade, porque eu não tinha AIDS, eu não queria ter AIDS, eu não ia ter AIDS e eu tinha essa discussão, mas eu sou do movimento de AIDS, e o movimento dizia assim para mim - você não tem AIDS, não queira falar por nós, nos apóie, mas não queira falar por nós. Não nos roube nossa representação.

Até nisso somos cruéis com as classes populares no Brasil, falamos por elas, dizemos ser representantes delas. Temos que ter um pouco de cuidado com a questão das identidades, das representações. Eu, como comissão organizadora, não tenho nenhuma dificuldade de falar que de fato não nos preocupamos com essas identidades, com essas representações e que deveríamos ter nos preocupado sim.

Agradeço realmente por termos tido essa conversa, temos uma série de debates que o Conselho Nacional pode puxar, há uma série de encontros que podemos fazer. Termino com Clarisse novamente: *a salvação é pelo risco, sem o qual a vida não tem a menor graça*. Temos que nos arriscar mais em debates que estão bastante parados na sociedade brasileira, entre os quais, a questão de ocuparmos representações que não são nossas, e a questão de não trabalharmos com temas que precisam ser trabalhados com urgência no Brasil. Obrigado!

Sra. Ana Maria Quiroga
Eu não vou falar mais nada, só quero agradecer a todos pela sensibilidade que demonstraram ao comparecer a este debate. A presença de vocês é uma presença que nos ajudou a sinalizar a importância desse tema dentro da categoria e como esse tema deve continuar. Muito obrigado por esse apoio.

Coordenação de Mesa
Bem, agradecemos o conselheiro Marcelo, o professor Benedito, a professora Ana, a nobre Conselheira Edna e a todos vocês pela tolerância. Um bom almoço para todos e boa continuidade de Conferência.

8. Deliberações da VI Conferência Nacional de Assistência Social

Metas nacionais aprovadas para serem incorporadas ao Plano Decenal de Assistência Social

Eixo: Financiamento
Item do Plano Decenal: Investimento em Assistência Social

1 Alocar no Fundo de Assistência Social todos os recursos para as ações finalísticas da assistência Social, inclusive de emendas parlamentares, multas e doações.

2 Regulamentar a destinação de jogos de prognósticos, loterias e multas para financiamento da assistência social e que sejam alocados nos Fundos de Assistência Social, bem como regulamentar a utilização de recursos de isenções fiscais na política de assistência social.

3 Garantir a aprovação da PEC no. 431/2001 e aplicá-la em consonância com as deliberações da VI Conferencia Nacional de Assistência Social, garantindo o co-financiamento com destinação orçamentária nas 3 (três) esferas governamentais, sendo 10% do orçamento da seguridade social da União e nas demais esferas de governo, no mínimo 5% do orçamento geral em serviços socioassistenciais, sendo 4% em 2008, 5% em 2009, 7% em 2010, 9% em 2011 e 10% em 2012, definindo que 40% do orçamento estadual seja para co-financiamento direto para os municípios.

4 Garantir co-financiamento nas esferas municipal, estadual, federal e Distrito Federal por meio de critérios técnicos, transparentes e republicanos, em consonância com as instâncias de pactuação, CIT e CIBs e de deliberação, dos respectivos conselhos, tendo como base o diagnóstico sócio-econômico e territorial.

Eixo: Controle Social
Item do Plano Decenal: Democratização do Controle Social

1 Capacitar os conselheiros e fortalecer, potencializar e reforçar a autonomia de 100% dos Conselhos de Assistência Social e Conselhos de Direitos, na perspectiva do exercício do controle social e da participação popular.

2 Estabelecer mecanismos de cobrança das obrigações do Estado, no que tange à política, por meio de articulação com os COEGEMAS, CIBs, fiscalização do TCE, Poder Judiciário, Ministério Público e dos Conselhos de Assistência Social.

3 Incentivar a implantação e/ou ampliação de espaços de defesa social, defensoria pública, delegacias especializadas, ouvidorias, centrais de atendimento e fomentar a organização de fóruns de caráter regional ou municipal.

4 Criar, garantir e implantar mecanismos de informação, integração e reuniões descentralizadas dos Conselhos de Assistência Social nas 3 (três) esferas governamentais, articulação entre eles e publicização, em tempo hábil, de seus calendários e suas resoluções.

Eixo: Recursos Humanos
Item do Plano Decenal: Gestão do Trabalho

1 Instituir, a partir do Plano Nacional de Assistência Social, escola de qualificação permanente em parceria com as universidades, públicas, privadas e confessionais, para os gestores, trabalhadores da área, conselheiros e usuários, respeitando as diferenças regionais e diversidades na proteção social básica e especial.

2 Permitir que os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) possam co-financiar o pagamento de salários do quadro efetivo das equipes de referências, conforme preconizado na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH).

3 Criar, efetivar e manter equipe técnica para realizar o monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial b) Vigilância Social e Defesa Social e Institucional

1 Criar plano de comunicação e marketing do SUAS, no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com estratégias de disseminação de informação, tornando-o mais acessível e de domínio público reafirmando os Direitos Socioassistenciais, divulgando os serviços, benefícios, programas e projetos e garantindo a acessibilidade às pessoas com deficiência.

2 Equiparar as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para as pessoas com deficiência com aquelas aplicadas ao idoso, não computando o valor do benefício já concedido ao idoso ou à pessoa com deficiência, no cálculo da renda *per capita* familiar para fins de acesso de outro membro da família.

3 Elaborar padrões de qualidade da gestão e do funcionamento de Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional de Assistência Social para efetuar o monitoramento e avaliação da gestão e do controle social.

4 Implantar um banco de dados integrado referente aos indicadores socioassistenciais, a partir dos dados contidos no CADÚNICO e outras fontes existentes, objetivando fundamentar os Municípios, Estados e Distrito Federal na elaboração do diagnóstico social, na perspectiva da implantação do sistema de vigilância social.

5 Articular com o Poder Legislativo norma legal para incluir as pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Eixo: Gestão

Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial c)Níveis de Proteção Social e Integração de Serviços e Benefícios

1 Elaborar conjuntamente com os órgãos gestores, com a rede socioassistencial e com os respectivos conselhos, a saber: saúde, educação, segurança pública, entorpecentes, assistência social, conselhos tutelares, indígena e conselhos de direitos, política de enfretamento a dependência de substâncias psicoativas, nas 3 (três) esferas de governo.

2 Universalizar as políticas voltadas para a juventude, implementadas pelo Governo Federal, Estadual para todos os municípios garantindo acesso às áreas urbanas e rurais.

3 Criar estratégias que potencializem a proteção e o protagonismo dos usuários (as) da política de assistência social que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

Eixo Gestão

Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial d)Regulação

1 Garantir o modelo de gestão do SUAS, como sistema descentralizado e participativo da assistência social, em legislação específica.

2 Regulamentar, por meio do instrumento jurídico cabível, o Art. 28 da LOAS que trata do co-financiamento das 3 (três) esferas de governo, prevendo mecanismos de controle social.

3 Integrar a política de assistência social nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com vista, preferencialmente, à geração de empregos para famílias do Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada.

4 Acompanhar junto ao Legislativo Projeto de Lei de Responsabilidade Social que possibilite a punição pelo descumprimento da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 à luz da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, nos 3 (três) níveis de governo.

Eixo Gestão

Item do Plano Decenal: Modelo Socioassistencial e)Informação, Monitoramento e Avaliação

1 Organizar sistema específico de informações, acessível aos usuários e à sociedade em geral, sobre os serviços, orçamentos e investimentos das 3 (três) esferas de governo na área da política de assistência social.

2 Implantar, nas 3 (três) esferas de governo, sistema de comunicação para agilizar a relação entre os Conselhos de Assistência Social, como aperfeiçoamento do SICNASweb.

3 Desenvolver, nas 3 (três) esferas de governo, indicadores e índices de acompanhamento e avaliação da gestão e estabelecer padrões de eficácia, eficiência e efetividade, compartilhando-os com toda a rede socioassistencial.

4 Criar subsistema informatizado específico para os conselhos de assistência social, que permita a informatização completa do processo de inscrição/retificação e fiscalização das entidades, garantindo, inclusive, consulta aberta e em rede, aos interessados sobre a situação processual, bem como sobre os critérios de parceria com organizações e entidades de assistência social.

5 Elaborar e efetivar, com os Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, os planos de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da política de assistência social.

6 Mapear as áreas de vulnerabilidades social do país com atualização sistemática, a partir da base de dados do CADÚNICO, com a disponibilização, pelo MDS, de módulo de gestão municipal de construção de indicadores de risco e vulnerabilidade social integrado com os demais sistemas e bancos de dados nacionais.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social básica

1 Criar e fortalecer com estrutura, equipamentos e corpo técnico adequado, os centros governamentais e não governamentais de formação profissional e inclusão social para todos os usuários da assistência social, em especial para jovens em situação de risco, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

2 Articular com outras políticas setoriais a implementação de atividades produtivas, a partir de um estudo de viabilidade econômica que considere as potencialidades de cada município, garantindo o desenvolvimento sustentável.

3 Garantir eqüidade de atendimento entre áreas urbanas e áreas rurais.

4 Municipalizar as ações de proteção social básica, realizadas pelos estados.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social especial

1 Ampliar o co-financiamento para alcance de 100% da cobertura de serviços de média e alta complexidade do SUAS.

2 Elaborar e implementar política nacional intersetorial para migrantes, pessoas em situação de trânsito e pessoas em situação de rua, a partir de 2008.

3 Realizar diagnóstico de vulnerabilidade social dos usuários da rede de proteção social especial, visando o aprimoramento das políticas.

4 Ampliar e garantir serviços e programas de atendimento à criança e adolescente em situação de risco por meio de contra-turnos intersetoriais com atividades na área do esporte, lazer, teatro, música, programas de profissionalização, visando atender, inclusive, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares.

Eixo Gestão
Item do Plano Decenal: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Aprimoramento da gestão

1 Promover o fortalecimento dos municípios de pequeno porte I, pequeno porte II e médio porte, dotando-os de equipamentos para viabilizar as ações socioassistenciais com garantia do co-financiamento nas 3 (três) esferas.

2 Promover o reordenamento institucional e programático dos órgãos gestores da assistência social para adequação ao SUAS.

3 Regulamentar e aprimorar os processos de monitoramento e avaliação, por meio de visitas técnicas, no sentido de adotar maior rigor e penalização aos entes federados que não cumprirem com as exigências da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.

4 Instalar rede de comunicação informatizada e outros meios entre os órgãos gestores e rede intragovernamental, de forma a ampliar a capacidade de utilização de ferramentas de trabalho e instrumentos de gestão, disponibilizando-os para toda a rede socioassistencial.

5 Efetivar o Plano Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, revisando as ações na perspectiva do SUAS, respeitando a intersetorialidade e a competência das políticas públicas para garantir o direito da criança e do adolescente.

Estratégias a serem consideradas para a implantação das Plano Decenal

Eixo: Financiamento
Item: Investimento em Assistência Social

1. Ampliar o co-financiamento e a cobertura dos serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, na perspectiva de valorização do potencial das famílias com equivalência nas áreas rural e urbana;
2. Ampliar o co-financiamento e alocação de recursos próprios nos fundos de assistência social;
3. Ampliar o valor dos pisos de proteção social atualmente praticados na transferência de recursos federais;
4. Assegurar que, na elaboração e aprovação do PPA, LDO e LOA, a assistência social seja reconhecida como política pública;
5. Co-financiar programas intersetoriais de geração de ocupação e renda para jovens, adultos e idosos nas áreas rurais e urbanas nos municípios;
6. Criar e investir na criação de Lei Federal que normatize o financiamento e a prestação de contas nos Tribunais de Contas, das três esferas;
7. Definir vinculação legal de destinação de percentual no orçamento público para a assistência social, conforme deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social;
8. Desburocratizar a relação convenial imprimindo maior agilidade na efetivação de repasses de recursos para programas e projetos mediante mobilização para alteração na legislação específica, como a Instrução Normativa STN No. 01/97;
9. Estabelecer mecanismos para transparência constante na gestão e na prestação de contas;
10. Estabelecer percentual mínimo de participação das três esferas de governo no co-financiamento.
11. Garantir o co-financiamento do Governo Estadual para os benefícios eventuais;
12. Garantir a continuidade dos recursos do IGD, destinados ao trabalho com as famílias, com maior transparência na aplicação dos recursos, viabilizando acompanhamento e assessoramento técnico por parte do Estado a sua para utilização;
13. Garantir critérios de partilha para a implantação de CRAS de acordo com as especificidades locais, regionais e em regiões metropolitanas em consonância com as necessidades e complexidades sócio-territoriais, bem como para municípios localizados em áreas de proteção ambiental;
14. Garantir dotação orçamentária para efetivar sistema de informação; consórcios públicos; eventos; capacitação; campanhas; monitoramento e avaliação; projetos de defesa dos direitos socioassistenciais; construção, reforma, implantação e implementação dos CRAS e CREAS e da rede socioassistencial; pesquisas e diagnósticos sociais; manutenção dos conselhos;
15. Garantir que a aplicação do recurso do orçamento destinado ao fundo de assistência social (PPA/LDO/LOA) seja aprovado pelos conselhos de assistência social;
16. Garantir que as deliberações aprovadas nas conferências a curto prazo sejam incluídas como prioridades nos orçamentos de 2008 e 2009;
17. Garantir que as Emendas Parlamentares sejam propostas em consonância com as diretrizes do SUAS;

18. Garantir que os gestores da assistência social sejam ordenadores de despesas e que os fundos de assistência social sejam constituídos como unidade orçamentária, garantindo sua autonomia;
19. Incrementar o índice SUAS para o alcance do objetivo de equalização previstos na NOB/SUAS;
20. Potencializar os fundos de assistência como instâncias de financiamento, inclusive com a alocação dos recursos captados pelos fundos de combate à pobreza ou similares, submetendo ao controle cocial dos conselhos com a adoção de critérios de partilha pactuados no SUAS, permitindo a ampliação do investimento na área;
21. Propor legislação específica sobre o financiamento do SUAS;
22. Publicizar, convocar e capacitar a comunidade para participar de todas as fases da elaboração do orçamento (PPA/LDO e LOA) e também da sua implementação, adequando-os a uma linguagem popular;
23. Realizar campanhas de incentivo pelo Conselho Municipal de assistência social para que a iniciativa privada destine recursos financeiros para o fundo municipal de assistência social;
24. Realizar orçamento participativo para a política pública de assistência social;
25. Repassar recursos financeiros do fundo estadual ao fundo municipal, excluindo a exigência da CND e CADIN, abolindo a relação convenial para os serviços continuados, conforme referência nacional;
26. Revisar os procedimentos de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação da proposta orçamentária e dos planos anuais e plurianuais, tendo em vista, a agilização e racionalização desses processos;
27. Tornar crime de responsabilidade o não cumprimento do co-financiamento pelas três esferas com repasse fundo a fundo do percentual estabelecido em Lei.

Eixo: Controle Social
Item: Democratização do Controle Social

1. Acompanhar e avaliar a implementação do Pacto de Aprimoramento de Gestão estadual e Planos Decenais;
2. Articular os conselhos de direitos e os de políticas públicas na perspectiva da efetivação dos direitos socioassistenciais;
3. Capacitações regionalizadas, tratando de financiamento, prestação de contas, contabilidade, benefícios eventuais, entre outros, com os Colegiados Estaduais de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS);
4. Capacitar e conscientizar os conselheiros para a efetivação do controle social das operações financeiras;
5. Capacitar os conselheiros para melhorar sua atuação quanto à temática da violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
6. Co-financiar e apoiar tecnicamente os conselhos para a sua estruturação e das secretarias executivas;
7. Criação e/ou resgate de fóruns de debate de políticas públicas;
8. Elaborar e implantar o Plano Nacional e Estadual de Capacitação de conselheiros;
9. Estabelecer como critério a inscrição das entidades e organizações de assistência social nos conselhos de assistência social para efetivar o vinculo SUAS;
10. Garantir prestação de contas trimestrais aos conselhos de assistência social;

11. Garantir que nas Leis de criação dos conselhos de assistência social, assegurem a presença dos usuários e de entidades dos trabalhadores, além de garantir a alternância entre governo e sociedade civil na presidência;
12. Mobilizar o Ministério Público e as Câmaras Municipais para acompanhar a destinação e aplicação de recursos financeiros;
13. Realizar fóruns e audiências públicas com a parceria do Ministério Público e poder Judiciário, buscando a intersetorialidade.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial b) Vigilância Social e Defesa de Direitos

1. Articular com o Sistema de Garantia de Direitos a implantação de espaços de defesa social, defensoria pública, delegacias especializadas, fóruns de caráter regional ou municipal e ouvidorias;
2. Consolidar parceria com o Ministério Público e Juizados;
3. Construir e socializar diagnóstico do estado com mapeamento dos territórios de vulnerabilidade, risco social e potencialidades;
4. Criar mecanismos intersetoriais para a garantia do registro civil a 100% das crianças;
5. Criar Ouvidoria no âmbito dos órgãos gestores para recebimento de denúncias por parte da comunidade;
6. Efetuar diagnóstico e parcerias para subsidiar a implantação/implementação de CREAS regionais e serviços afins consorciados;
7. Elaborar padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais para orientação aos municípios;
8. Fortalecer e envolver a sociedade civil na defesa e elaboração das políticas públicas, articuladas intersetorialmente;
9. Garantir a efetivação dos benefícios eventuais e expandir o per capita para meio salário mínimo;
10. Garantir, de forma sistemática, os fóruns regionalizados visando a defesa dos direitos;
11. Implantar e Implementar a vigilância social em todos os municípios;
12. Incentivar, junto ao poder Legislativo, a criação de Frentes Parlamentares da Assistência Social;
13. Produzir material educativo ilustrado com linguagem simples para a reflexão e disseminação dos direitos socioassistenciais a partir de situações reais (cartilhas, gibis, literatura de cordel), com padrões de acessibilidade;
14. Realizar mapeamento da realidade social para garantir o acesso da população à todos os serviços e programas socioassistenciais;
15. Realizar pesquisas sobre a realidade social para subsidiar projetos que respondam as necessidades territoriais;
16. Realizar, de forma articulada e intersetorial, campanhas anuais educativas e informativas de incentivo à denúncia e prevenção à violência doméstica; à violência sexual contra crianças e adolescentes; ao enfrentamento da exploração do trabalho infantil, que possam estimular a denúncia e divulgar os serviços existentes.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial c) Níveis de Proteção Social e Integração de Serviços e Benefícios

1. Construir um Plano de Acompanhamento e Monitoramento das famílias do Programa Bolsa Família;
2. Fortalecer articulação com as demais políticas públicas para garantir instalação de unidades técnicas de capacitação, destinadas a jovens e adultos;
3. Implantar e fortalecer programas de segurança alimentar e nutricional articulados com a política de assistência social;
4. Implantar plano de inserção e acompanhamento dos beneficiários do BPC;
5. Promover e adequar atividades sócio-educativas do PETI às especificidades da zona rural
6. Realizar ações conjuntas entre o CNAS e o Ministério da Justiça para agilizar a emissão da certidão de nascimento civil aos povos indígenas;

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial d) Regulação

1. Definir novas diretrizes e regras para a concessão de título de Utilidade Pública;
2. Estabelecer novas regras e diretrizes para a promoção e isenção de encargos sociais patronais para entidades e organizações de assistência social com vínculo ao SUAS;
3. Garantir no Plano Diretor do município previsão de diretrizes e recursos para financiamento da estrutura física e para aquisição de equipamentos destinados ao atendimento socioassistencial;
4. Regulamentar o Artigo 3º da LOAS;
5. Regulamentar o PETI e sua integração ao programa Bolsa Família;
6. Rever a regulamentação do BPC, tal como expresso no Relatório de Deliberação da V Conferência Nacional de Assistência Social (Meta 18 do eixo gestão do SUAS);
7. Rever critérios de inscrição das organizações e entidades de assistência social no conselho de assistência social e imprimir agilização a esse processo.

Eixo: Gestão
Item: Modelo Socioassistencial e) Informação, Monitoramento e Avaliação

1. Aperfeiçoar a Rede SUAS, o sistema SUASweb bem como aprimorar o suporte técnico necessário para sua efetivação;
2. Avaliar sistematicamente a gestão do SUAS;
3. Construir indicadores de resultados, implicações e impactos da ação da política e das condições de vida dos usuários, para implementação do sistema de monitoramento e avaliação;
4. Criar uma ficha de referência e contra referencia para os usuários do SUAS;
5. Elaborar pesquisas na área de vitimização e exploração de crianças e adolescentes; da situação de trabalho infantil; de potencialidades regionais e viabilidade de mercados para subsidiar projetos de inclusão produtiva dos usuários da assistência social;
6. Fortalecer e monitorar os benefícios: eventuais e continuados;

7. Implantar e efetivar um sistema integrado de informação, monitoramento e avaliação da política, possibilitando a realização de diagnósticos socioterritoriais;
8. Implantar formulário único informatizado de cadastro dos usuários da assistência social;
9. Monitorar e avaliar a execução dos planos decenais;
10. Qualificar as informações do Cadúnico, através da inclusão de dados de serviços e programas desenvolvidos no município.

Eixo: Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social básica

1. Construir metodologias voltadas para inclusão produtiva;
2. Construir, reformar e/ou ampliar as unidades de CRAS em conformidade com as diretrizes e princípios da PNAS e NOB/SUAS;
3. Definir política de expansão dos serviços socioassistenciais destinados ao atendimento da população rural;
4. Definir políticas públicas de geração de trabalho e renda;
5. Efetivar o apoio dos estados para implantação de CRAS nas comunidades quilombolas e indígenas, respeitando as suas culturas;
6. Garantir a expansão de CRAS em territórios vulneráveis (Urbano, Rural, Itinerante, móvel, outros);
7. Implantar o programa Projovem Adolescente.

Eixo: Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Proteção social especial

1. Apoiar os municípios na implantação de núcleos (CREAS) para atendimento aos adolescentes em conflito com a lei e no cumprimento das medidas socioeducativas, em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviço a comunidade), para que os municípios possam cumprir os parâmetros técnicos e pedagógicos estabelecidos nos SINASE;
2. Elaborar Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária;
3. Fortalecer a atuação dos CREAS no que tange ao atendimento às vítimas de violência doméstica;
4. Fortalecer a rede socioassistencial nas ações preventivas à violência sexual contra crianças e adolescentes;
5. Instituir nos CREAS o atendimento especializado à mulher em situação de violência;
6. Municipalizar as medidas socioeducativas de meio aberto;

Eixo :Gestão
Item: Rede Socioassistencial e Intersetorialidade - Aprimoramento da gestão

1. Acompanhar e avaliar o Plano de Assistência Social e o Relatório de Gestão com a participação e aprovação dos Conselhos;
2. Alocar no órgão gestor da assistência social a execução do Cadastro Único e programas vinculados;
3. Ampliar a capacidade e o domínio da gestão orçamentária, tornando-a participativa e transparente ao controle social;
4. Ampliar parcerias com as Universidades para capacitação e pesquisa;

5. Apoiar tecnicamente os municípios para efetivação da mobilização e articulação da rede socioassistencial;
6. Assegurar comando único na gestão da assistência social;
7. Criar estratégias de atendimento, visando a humanização dos serviços prestados;
8. Criar estrutura responsável pelo desenvolvimento, atualização e manutenção de banco de dados e mapeamento de vulnerabilidades;
9. Elaborar um Plano Governamental de ação intersetorial, em parceria com a sociedade civil;
10. Fortalecer as instâncias de articulação, pactuação e deliberação do sistema, principalmente os conselhos, seu papel decisório e deliberativo;
11. Garantir a criação de mecanismos para a fiscalização de concessão e manutenção do BPC;
12. Garantir a efetivação das deliberações das Conferências por meio da construção e implementação dos Planos de Assistência Social;
13. Garantir condições de acessibilidade em todas as unidades da assistência social;
14. Garantir que o Estado tenha núcleo regionalizado com equipe técnica multidisciplinar para dar suporte aos municípios na implementação do SUAS;
15. Habilitar 100% dos municípios na gestão básica e plena até o ano 2015;
16. Implantar auditorias da gestão financeira do SUAS;
17. Implementar os planos decenais das 3 esferas de governo, de acordo com as deliberações da V Conferência Nacional de Assistência Social e as Conferências Municipais, Estaduais e do DF;
18. Incentivar a participação popular nas diversas ações da rede socioassistencial;
19. Inserir as deliberações de conferências nos planos anuais e plurianuais nas três esferas de governo;
20. Instalar rede de comunicação informatizada integrada entre União, estados e municípios e entre órgãos intragovernamentais e conselhos para assegurar a gestão financeira transparente e criar outros meios de divulgação entre gestores, operadores, conselheiros e parceiros necessários a adequada gestão dos recursos financeiros e de monitoramento das ações da rede socioassistencial;
21. Intensificar o processo de articulação com os gestores das três esferas de governo;
22. Mapear os serviços oferecidos pela rede e definir infra-estrutura adequada para execução dos serviços socioassistenciais;
23. Monitorar a execução dos planos de assistência social e, sistematicamente, dos Pactos de Aprimoramento da Gestão Estadual;
24. Promover articulação entre a rede municipal e regional de assistência social, com apoio jurídico, objetivando a implantação dos consórcios;
25. Publicizar o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual firmado com o Gestor Federal;
26. Realizar estudos para a definição de custos médio dos serviços socioassistenciais considerando as diversidades regionais;
27. Tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais.

Eixo: Recursos Humanos
Item: Gestão do Trabalho

1. Articular parcerias com instituições de ensino superior para oferta de especializações e intercâmbio nas áreas de especificidade da assistência social;
2. Capacitar os gestores municipais para operação dos fundos municipais;

3. Construir Plano de Capacitação para Gestores, Profissionais, Conselheiros e Prestadores de Serviços;
4. Criar programa de monitoramento e avaliação de desempenho e produtividade dos trabalhadores do SUAS para a garantia da qualidade do atendimento aos usuários, considerando a proporcionalidade entre o número de trabalhadores e usuários;
5. Definir estratégias para a construção do PCCS;
6. Definir estratégias para a efetivação da NOB/RH;
7. Dotar os órgãos estaduais de equipe técnica para operar os sistemas de informação, de monitoramento, avaliação e vigilância e assessorar os municípios;
8. Efetivar a criação de Comissão para implementação da NOB/RH, nas três esferas de governo, através de Portarias garantindo a representatividade dos profissionais do SUAS;
9. Fazer gestão junto ao Congresso Nacional para legislação específica na área de recursos humanos do SUAS;
10. Garantir capacitação continuada para os trabalhadores do SUAS visando a qualificação no atendimento às famílias com foco nas necessidades sociais dos territórios conforme enfoque da Política Nacional de Assistência Social;
11. Garantir condições adequadas de trabalho em todas as unidades de gestão e de prestação de serviços socioassistenciais;
12. Garantir programa de capacitação para profissionais executores de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com: comunidades tradicionais, rurais, quilombolas e indígenas, entre outras especificidades;
13. Manter e alimentar o Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS (CADSUAS);
14. Oportunizar a troca de experiências entre os profissionais, através de fóruns e encontros formando uma rede permanente de informações;
15. Realizar concurso público para contratação de servidores em consonância com NOB/SUAS e NOB/RH.

Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais

Nós, Delegados, convidados e observadores presentes à VI Conferência Nacional de Assistência Social, que mobilizou 90% dos municípios brasileiros e as 27 unidades da federação, num esforço coletivo de participação que envolveu mais de 500 mil pessoas, convocamos a sociedade brasileira a assumir, de forma coletiva, a luta pelos *compromissos e responsabilidades para assegurar os direitos socioassistenciais* previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, de 1993.

Urge estabelecer estratégias para exercer a defesa e o controle social sobre a efetivação dos direitos socioassistenciais, que, com muito esforço, começam a ser implementados e já se encontram sob diversos níveis de críticas. Para a garantia da efetivação desses direitos socioassistenciais, necessário se faz o reconhecimento de que:

- a vulnerabilidade social é histórica, cultural e socialmente construída e requer a efetivação e o cumprimento da ordem jurídica que garanta a assistência social como direito, não contributiva e universal, e prestada a quem dela necessitar;
- o acesso às proteções da renda básica, dos benefícios, à convivência familiar e comunitária, deve ser assegurado com eqüidade;
- o usuário dessa política é protagonista e deve exercer o controle social, sem discriminações, restrições ou atitudes vexatórias;
- as oportunidades para a construção da autonomia pessoal passam pelo direito à igualdade e completude de acesso aos benefícios, programas, projetos e serviços da rede socioassistencial;
- os serviços devem ser ofertados por profissionais qualificados e em espaços com infra-estrutura adequada e inclusiva;
- em todas as etapas dos ciclos de vida, o convívio familiar e comunitário tem prioridade ante às soluções institucionalizadas;
- a articulação intersetorial da assistência social com as demais políticas públicas, na perspectiva da integralidade, deve garantir a efetiva qualidade de vida;
- a renda, expressão de cidadania, é direito fundamental de sobrevivência.

Os direitos socioassistenciais são conquistas do povo brasileiro, garantias da Seguridade Social. É preciso que cada um assuma o compromisso e a responsabilidade, a fim de que se fortaleça a assistência social como política pública orientada pelos direitos de cidadania, na perspectiva de uma sociedade justa, solidária e igualitária.

Construir e disseminar uma sociedade em que todos os homens e mulheres operem sua plena cidadania requer a superação de desafios historicamente gerados por uma sociedade excludente.

Conclamamos a sociedade brasileira a assumir os desafios que garantam a efetivação dos direitos socioassistenciais, deliberados na V Conferência Nacional de Assistência Social (íntegra dos Direitos – anexo “B”), realizada em 2005, e reafirmados na VI Conferência Nacional de Assistência Social:

- Direito à proteção social por meio da intersetorialidade das políticas públicas;

- Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade dos serviços da rede socioassistencial;
- Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva;
- Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais;
- Direito à renda;
- Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos;
- Direito de eqüidade social e de manifestação pública, e acesso à informação;
- Direito a ter garantida a convivência familiar, comunitária e social;
- Direito de eqüidade rural-urbana na proteção social não contributiva;
- Direito à igualdade do cidadão e cidadã no acesso à rede socioassistencial.

Para publicizar o compromisso com o processo, solicitamos a todos aqueles que se comprometem com a efetivação dos direitos socioassistenciais que ratifiquem a presente carta, assinando-a no endereço eletrônico: www.mds.gov.br/cnas no *link:* Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

VI Conferência Nacional de Assistência Social
Brasília/DF, em 17 de dezembro de 2007.

Moções aprovadas

Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social aprovaram as seguintes moções:

- **Moções de Repúdio e Indignação**

Moção no. 1
Nós delegados(as) da VI CNAS vimos através desta manifestar a nossa Indignação e repudio às empresas de empréstimos consignados, que induzem, seduzindo os idosos e pessoas com deficiência beneficiários do BPC, a realizarem empréstimos que comprometam a maior parte da sua renda mensal, sendo que uma grande parcela destas empresas retêm os cartões. Esta situação traz inúmeros prejuízos aos direitos básicos e a dignidade da pessoa humana que dele são usuários.
Assinaturas: 150 Participantes.

Moção no. 2
Os delegados presentes na VI Conferencia Nacional de Assistência Social repudiam à câmara de vereadores do município de Nova Iguaçu/RJ pela não aprovação do PL 277/07 que garante melhoria salarial para os trabalhadores da assistência social exclusivamente por falta de quorum.
Assinaturas: 104 Participantes.

Moção no. 3
Os delegados presentes na VI Conferência de Assistência Social repudiam os gestores que não pagam salários compatíveis com a atividade dos servidores e não lhes dão condições dignas de trabalho. Isto nas três esferas de governo.
Assinaturas: 110 Participantes

Moção no. 4
Os delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o curso de serviço social à distância em nível de graduação, entendendo que ocorrerá real desqualificação no exercício profissional.
Assinaturas: 133 Participantes

Moção no. 5
Nós participantes da VI Conferência Nacional de Assistência Social, vimos demonstrar nossa indignação diante da incoerência por presenciarmos crianças trabalhando, ou em situação de trabalho infantil, como ambulantes em frente a porta de entrada do Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
Assinaturas: 115 Participantes.

Moção no. 6
Os delegados presentes na VI Conferência de Assistência Social repudiam o projeto de lei conhecido como BOLSA ESTUPRO que prevê pagamento de 1 salário mínimo por 18 anos às mulheres que tendo engravidado em decorrência de estupro decidam manter a gravidez. A maternidade deve ser livre decisão das mulheres e não é ético “comprar” esta decisão. Esta não é a assistência social que defendemos. O estupro é um crime hediondo e sua reparação pela via monetária é desrespeitosa para com as mulheres e

desumana para com crianças que venham a nascer nestas condições, além de contribuir para banalização desta violência contra as mulheres.
Assinaturas: 287 Participantes

Moção no. 7
Os delegados, delegadas, participantes, convidados e observadores da VI Conferência Nacional de Assistência Social repudiam o projeto de legalização do aborto ou a sua discriminalização que está no Congresso Nacional para ser votado. A vida inicia-se na concepção e o direito à vida é inviolável, garantindo pela Constituição Brasileira.
Portanto, a legalização do aborto é inconstitucional, pois afronta o artigo 5º da Constituição do nosso país. Como legalizar a morte quando todos querem a vida!
Assinaturas: 268 Participantes

Moção no. 8
Nós, delegados observadores e convidados da VI Conferência Nacional de Assistência Social, repudiamos as ações higienistas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, denominadas movimento dos "BACANAS". Este movimento é uma prática de recolhimento compulsório, com uso da força policial, que muitas vezes atua com truculência, onde crianças, adolescentes, idosos e famílias são retirados das ruas dos bairros da Zona Sul, principalmente da orla, caracterizando a completa violação de direitos dos cidadãos cariocas que se encontram em situação de rua. Esta ação é promovida pelo Governo do Estado, que entende que a população de rua 'enfeia' a Zona Sul da cidade do RJ, podendo ser retirada e tratada sem nenhum respeito.
Assinaturas: 184 Participantes

Moção no. 9
Nós, delegados e delegadas da VI Conferência Nacional de Assistência Social, vimos a público repudiar o descaso da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba, no tocante ao deslocamento terrestre por parte da delegação, sem condições de segurança com tratamento desigual, financiando apenas as passagens aéreas de uma parte da delegação, em descumprimento a moção de repudio aprovada na V Conferência Estadual de Assistência social, ocasionando diversas tentativas de assaltos, comprometendo assim a representatividade mínima e qualidade desta e infringindo a NOB-RH/SUAS no que diz respeito à viabilização de participação dos atores sociais em eventos de capacitação e formação.
Assinaturas: 110 Participantes.

Moção no. 10
Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social manifestam-se contrários à proposta de Fundação Estatal de Direito Privado – PLC 92/07, por ser um retrocesso na política de assistência social.
Assinatura: 116 Participantes.

- **Moções de Apoio**

Moção no. 11
Os delegados e delegadas na VI Conferência Nacional de Assistência Social realizada nos dias 14 a 17 de dezembro em Brasília, no Centro de convenções Ulysses Guimarães, vem apresentar moção de apoio no sentido que as três esferas do governo implantem

políticas de incentivos à criação de cooperativas para reciclagem de resíduos sólidos, com a participação das associações de pequenas mineradoras e outras organizações da Sociedade Civil.
Assinaturas: 147 Participantes.

- **Moções de Recomendação**

Moção no. 12
A delegação governamental do Pará torna público a esta plenária, que veio a VI Conferência Nacional de Assistência Social apenas com ajuda de custo parcial do governo do estado, ou seja, passagem aérea e diária de valor irrisório. A constituição brasileira diz que: “todos são iguais perante a lei”. Diante desse contexto sugerimos que o Governo do Estado do Pará, bem como de outros estados, garantam aos delegados e a delegação os mesmos direitos, tanto para os governamentais, como para os não governamentais, pois, afinal, eles vem às Conferências Nacionais para representar os interesses da sociedade de seus estados.
Assinaturas: 120 Participantes.

Moção no. 13
Os Delegados presentes na VI Conferência Nacional de Assistência Social defendem a implantação de no máximo 30 horas semanais para os trabalhadores da assistência social.
Assinaturas: 133 Participantes.

Moção no. 14
Defendemos, com a maior urgência, a criação e funcionamento imediato em cada Município, Estado-Membro, Distrito Federal e União, da Mesa de Negociação da Nob-RH, paritária entre os trabalhadores da área e os governos, nos termos da Resolução específica do CNAS nº 172 de 20 de setembro 2007. É importante pactuar sobre todas as condições de trabalho, no sentido de sua melhoria substancial, sobre o concurso público e a carreira de trabalhador do SUAS, para que na ponta da assistência social sejam ofertados serviços de qualidade ao cidadão usuário, universalizando a inclusão social.
Assinaturas: 139 Participantes

Moção no. 15
“Pela não transposição do Rio São Francisco e por sua revitalização”. Nós participantes delegados da Conferência Nacional de Assistência Social defendemos a paralização das obras de transposição, reivindicamos a retomada do dialogo Governo e Sociedade, de forma ampla, organizada e intensa. Comprometemos-nos também com a Campanha Nacional de Jejum e Oração, proposta pela CNBB, em solidariedade ao Dom Luiz Cappio e a sua luta pelas famílias nordestinas e pela revitalização do Rio São Francisco.
Assinaturas: 121 Participantes.

Anexos

ANEXO A:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 208, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2007

Aprova o Regulamento da VI Conferência Nacional

O **CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**, em Reunião Plenária, realizada no dia 04 de dezembro de 2007, de acordo com suas competências conferidas pelo artigo 18 inciso VI, da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

I - Aprovar o Regulamento da VI Conferência Nacional, conforme anexo.
II - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

SILVIO IUNG
Presidente do Conselho

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art.1º - A VI Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria nº 292, de 30 de agosto de 2006, assinada conjuntamente pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Presidente do CNAS, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei n. º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e no inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS nº 177/2004, tem por objetivo avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Art.2º - São Objetivos específicos da VI Conferência Nacional:

I. Debater o balanço de implantação do SUAS;
II. Aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social;
III. Afirmar nos compromissos e responsabilidades com Plano Decenal da Assistência Social;
IV. Avançar nos compromissos e responsabilidades para assegurar a proteção social pelo SUAS;
V. Aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO

Art.3º - A VI Conferência Nacional tem como tema "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social"

§ 1º - São considerados como subtemas desta Conferência:

I. O Plano Decenal;
II. Os direitos socioassistencias;
III. O Controle Social e o protagonismo dos usuários;
IV. Financiamento
V. Gestão do Trabalho;
VI. Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO III
DA REALIZAÇÃO

Art. 4º - A realização da VI Conferência Nacional será precedida de etapas Municipais e Estaduais e do Distrito Federal e de debates do CNAS.

§ 1º - As conferências Estaduais e do Distrito Federal e os debates do CNAS tiveram como tema "Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social".

Art. 5º- Nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram eleitos, garantida a paridade, os delegados de âmbito estadual e municipal, titulares e suplentes para a VI Conferência Nacional.

Art. 6º- A VI Conferência Nacional será realizada em Brasília, no período de 14 a 17 de dezembro de 2007.

CAPITULO IV
DOS PARTICIPANTES

Art. 7º- São participantes da VI Conferência Nacional:

I. delegados credenciados com direito a voz e a voto, em número de 1.178 (mil e cento e setenta e oito);
II. convidados do CNAS com direito à voz , em número de 300 (trezentos).
III. observadores com direito a voz, em número de 400 (quatrocentos), sendo 50 (cinqüenta) destes para usuários observadores.

§ 1º - São convidados do CNAS à VI Conferência Nacional autoridades, profissionais e representantes de entidades e organizações da área, trabalhadores, usuários, e painelistas e expositores de oficinas, mediante critérios aprovados pelo Colegiado do CNAS.

§ 2º - São observadores aqueles que se inscreveram, no sistema de credenciamento"on line" na página eletrônica do CNAS, seguindo critérios de ordem de acesso. O sistema prevê a substituição automática de observadores, caso haja desistência.

§ 3º - São usuários observadores aqueles que se inscreveram, até o dia 5 de dezembro, considerando os critérios previamente definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 8º- São delegados, indicados de forma paritária:

I. Natos: Conselheiros titulares e suplentes do CNAS, devidamente credenciados, em número de 36 (trinta e seis);
II. representantes da esfera municipal e estadual, eleitos nas Conferências Estaduais de Assistência Social, em número de 1.042 (mil e quarenta e dois);
III. representantes da esfera distrital, eleitos na Conferência de Assistência Social do DF, em número de 12 (doze);
IV. representantes da esfera federal, indicados pelo Governo Federal e pelo CNAS, em número de 88 (oitenta e oito).

CAPITULO V
DA ESCOLHA DOS DELEGADOS

Art. 9º- A definição do número de delegados, eleitos nas Conferências Estaduais e no DF, levou em consideração o critério populacional das Unidades da Federação e do Distrito Federal .

Art.10 - As Conferências Estaduais e do Distrito Federal, na definição de seus delegados, titulares e suplentes, respeitaram o critério da paridade entre representantes Governamentais e Sociedade Civil.

Art.11 - As relações de delegados, titulares e suplentes, eleitos nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram encaminhadas ao CNAS até o dia 5 de novembro de 2007, com os respectivos relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e atas, contendo nome completo e número do CPF, devidamente assinadas pelos Presidentes das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e via sistema "on line".

Art. 12 - O credenciamento de delegados é prévio e de forma "on line" e sua confirmação dar-se-á da seguinte forma:
I. Representantes da Sociedade Civil: no local de hospedagem, no dia 14/12/2007, no horário de 12h00 as 17h00.
II. Representantes Governamentais: no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 14/12/2007, no horário de 14h00 às 17h00.
III. Convidados, Observadores, Painelistas, Expositores de Oficinas, Relatores, Apoio Técnico Operacional, no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 14/12/2007, no horário de 14h00 às 17h.
IV. substituições de delegados e outras situações de credenciamento que poderão ocorrer: no local do evento (Centro de Convenções Ulysses Guimarães), no dia 15/12/2007, no horário de 8h00 às 18h00.

Parágrafo Único - Na ausência de titulares, os respectivos suplentes serão credenciados como delegados, mediante documento assinado pelo Presidente da Conferência Estadual e do Distrito Federal ou pelos responsáveis pela delegação, a ser apresentado com antecedência ao CNAS, devendo a indicação de suplente observar a ata de eleição das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.

CAPÍTULO VI
DOS RELATÓRIOS

Art. 13 - Conforme orientações disponibilizadas na página eletrônica do CNAS, os relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal foram encaminhados, por e-mail e impresso, devidamente assinados pelo Presidente do Conselho Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social, até o dia 5 de novembro de 2007.

CAPÍTULO VII
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 14 - A VI Conferência Nacional terá como Presidente da Conferência, o Presidente do CNAS e como Presidente de honra o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente, a Vice-Presidente do CNAS assume a Presidência da VI Conferência Nacional.

Art. 15 - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a VI Conferência Nacional contará com uma Comissão Organizadora, constituída por meio da Resolução nº 260, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações com a seguinte composição atual:

I. Coordenadores: Presidente do CNAS, Silvio Iung e Vice-Presidente do CNAS, Simone Aparecida Albuquerque;
II. Representantes Governamentais: Edna Aparecida Alegro, Marcelo Garcia e Patrícia Souza De Marco;
III. Representantes da Sociedade Civil: Ademar de Oliveira Marques e José Carlos Aguilera.

Art. 16 - A Comissão Organizadora, responsável pela realização da VI Conferência Nacional, subdivide-se em dois grupos (logística e programação e sistematização) e tem as seguintes atribuições:

orientar e acompanhar a realização e resultados das conferências municipais, estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social;

preparar e acompanhar a operacionalização da VI Conferência Nacional;

propor e encaminhar para aprovação do Colegiado, materiais relativos a critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização e composição a ser utilizada durante a VI Conferência Nacional;

organizar e coordenar a VI Conferência Nacional;

promover a integração com os setores do MDS, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar de assuntos referentes à VI Conferência Nacional;

dar suporte técnico-operacional durante o evento;

acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela empresa organizadora do evento;

subsidiar a empresa organizadora, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CNAS;

manter o CNAS informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da VI Conferência Nacional;

apresentar memórias de reunião ao Plenário.

Art. 17 - A Comissão Organizadora contará com o suporte técnico e administrativo do MDS, necessários à realização das atividades relacionadas à organização e desenvolvimento da VI Conferência Nacional.

Art.18 - A VI Conferência Nacional será constituída de conferência de abertura, painéis, painéis simultâneos, oficinas, grupos de trabalho, debates e plenária final.

CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS

Art. 19 - As despesas com a organização geral e realização da VI Conferência Nacional correrão à conta de dotação orçamentária consignada pelo MDS e apoio institucional de patrocinadores.

Art. 20 - A operacionalização da VI Conferência Nacional dar-se-á pela empresa que sagrou-se vencedora no procedimento licitatório, na modalidade de "Pregão Eletrônico".

CAPÍTULO IX
DO REGIMENTO INTERNO DA VI CONFERENCIA NACIONAL

Art. 21. A Comissão Organizadora apresentará proposta de Regimento Interno a ser submetido à aprovação, por maioria simples dos Delegados credenciados até às 15h45 do dia 14/12, em Plenária.

Parágrafo único: As regras para a leitura, discussão e aprovação do Regimento Interno serão apresentadas pela coordenação da plenária de aprovação do Regimento Interno da VI Conferência Nacional.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pela presidência da VI Conferência Nacional em conjunto com a Comissão Organizadora.

ANEXO B:

REGIMENTO INTERNO DA VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 1º. A VI Conferência Nacional de Assistência Social será realizada de 14 a 17 de dezembro de 2007, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, Distrito Federal, e será presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 2º. A VI Conferência Nacional foi convocada pela Portaria/MDS Nº 292, de 30 de agosto de 2006, assinada, conjuntamente, pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e pelo Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Silvio Iung, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso VI, da Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e inciso VI do artigo 2º da Resolução CNAS Nº 177/2004.

Art. 3º. A VI Conferência Nacional constitui-se em instância máxima de participação da sociedade civil e governo, com a finalidade de avaliar a política da assistência social e deliberar diretrizes para aperfeiçoar, implementar e consolidar o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, de acordo com o art. 18, inciso VI, da LOAS.

Art. 4º. São objetivos da VI Conferência Nacional:

I. Avaliar e debater a implantação do SUAS;
II. Aperfeiçoar o Plano Decenal da Assistência Social, através da inclusão de novas metas nacionais;
III. Afirmar compromissos e responsabilidades com o Plano Decenal da Assistência Social;
IV. Reafirmar os compromissos e responsabilidades para assegurar a proteção social pelo SUAS;
V. Aprovar a Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais.

CAPÍTULO II
DO TEMÁRIO

Art. 5º. A VI Conferência Nacional tem como tema Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social, e como subtemas para discussão e deliberação:

I. Plano Decenal;
II. Direitos socioassistenciais;
III. Controle social e protagonismo dos usuários e das usuárias;
IV. Financiamento;
V. Gestão do trabalho;
VI. Intersetorialidade entre as políticas sociais e destas com o desenvolvimento econômico.

Art. 6º. A VI Conferência Nacional deliberará, na Plenária Final, sobre:

I. Inclusão de novas metas nacionais no Plano Decenal, oriundas dos trabalhos de grupo;
II. Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais;
III. Moções.

CAPÍTULO III
DOS PARTICIPANTES

Art. 7º. São participantes da VI Conferência Nacional:

I. Delegados e delegadas credenciados com direito à voz e voto;
II. Convidados e convidadas com direito à voz;
III. Observadores e observadoras com direito à voz.

§ 1º – São convidados e convidadas do CNAS à VI Conferência Nacional: autoridades, profissionais e representantes de entidades e organizações, usuários e usuárias, trabalhadores e trabalhadoras da área.
§ 2º – São observadores e observadoras aqueles que se inscreveram previamente por meio de critérios definidos pela Comissão Organizadora.

Art. 8º. São delegados e delegadas:

I. Natos, conselheiros e conselheiras titulares e suplentes do CNAS, devidamente credenciados e em número de 36 (trinta e seis);
II. Representantes governamentais e da sociedade civil, eleitos nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal e em número de 1054 (mil e cinqüenta e quatro);
III. Federais, observada a paridade entre governo federal e sociedade civil, em número de 88 (oitenta e oito);

Seção I
Do Credenciamento

Art. 9º. O credenciamento de delegados e delegadas é prévio, via eletrônica, e sua confirmação dar–se–á da seguinte forma:
(Para todos os delegados e delegadas inscritos previamente no Centro de Convenções Ulysses Guimarães no dia 14/12/2007, no horário de 19h às 23h e, no dia 15/12/2007, das 9h às 18h;) aprovado

I. Para representantes da Sociedade Civil;

a) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, o horário de credenciamento será encerrado no dia 15/12/2007, às 18h.

II. Para representantes Governamentais, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, até o dia 15/12/2007, às18h.

§ 1º – As substituições de delegados e delegadas e credenciamentos não possíveis até os horários indicados no primeiro dia, ocorrerão no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no dia 15/12/2007, até às 18h.

§ 2º – Na ausência de titulares, os/as respectivos/as suplentes serão credenciados como delegados ou delegadas, mediante documento assinado pelo Presidente do Conselho Estadual Assistência Social e do Distrito Federal ou pelo responsável da delegação, respeitando a indicação das Conferências Estaduais e do Distrito Federal.
§ 3º – Os casos não solucionados nos setores de credenciamento serão tratados pela Comissão Organizadora, no local do evento.

Art. 10 – A inscrição de convidados, convidadas, observadores, observadoras e os expositores convidados ocorre no dia 15/12/2007 até às 18h.

Parágrafo Único – Os expositores convidados de painéis e oficinas podem ser inscritos até o horário da sua participação.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZACÃO

Art. 11 – Os subtemas da VI Conferência Nacional serão apresentados por conferencistas, painelistas e expositores, conforme programação, respeitando–se a divisão de tempo nela estipulada.

Art. 12 – A VI Conferência Nacional contará com equipe de relatoria e sistematização.

Seção I
Dos Painéis

Art. 13 – Os subtemas da VI Conferência Nacional serão apresentados sob a forma de painéis.

Art. 14 – Os painéis, visando subsidiar os grupos de trabalho, abordarão os seguintes temas: SUAS Plano 10: avaliação e perspectivas da implantação do SUAS e dos Direitos Socioassistenciais – Compromisso com as proteções do SUAS; Os Usuários e o Controle Social; Gestão do Trabalho no SUAS; Inclusão Produtiva e a Política de Segurança Alimentar e Assistência Social; a Inclusão da Juventude – Desafio para a Assistência Social; A Assistência Social: Superando a Intolerância e promovendo a Inclusão.

Parágrafo Único – Os painéis simultâneos possuem número limitado de 250 (duzentos e cinqüenta) participantes, exceto para o painel *Os Usuários e o Controle Social*.

Art. 15 – Após apresentação dos painéis, os/as participantes poderão fazer inscrição para discussão, de acordo com o tempo definido na programação.

Parágrafo Único – Cada intervenção deverá ser de, no máximo, 3 (três) minutos.

Seção II
Dos grupos de Trabalho

Art. 16 – Os trabalhos de grupos devem aprofundar a avaliação do SUAS, tendo como base os 04 (quatro) eixos temáticos (gestão, financiamento, recursos humanos e controle

social), constantes dos relatórios consolidados das conferências estaduais e do Distrito Federal.
Art. 17 – O grupos serão compostos por delegados, delegadas, convidados, convidadas, observadores e observadoras, previamente distribuídos.

Parágrafo Único – Apenas terá direito a voto no grupo, o delegado e a delegada credenciados na VI Conferência Nacional.
Art. 18 – Os grupos reunir–se–ão, conforme definido na programação, em dois momentos específicos.

§ 1º – Cada grupo terá um/a coordenador/a, que será eleito/a delegados e delegadas presentes, com as atribuições de:

a) coordenar os debates, assegurando o uso da palavra a todos/as os/as participantes;
b) controlar o uso da fala pela ordem de inscrição;
c) assegurar que as propostas sejam encaminhadas de acordo com a deliberação do grupo;
d) cronometrar o tempo de intervenção de cada participante;
e) apurar a votação de cada proposta.

§ 2º – Cada grupo contará com um/a facilitador/a, indicado/a pela Comissão Organizadora, com a atribuição de orientar a discussão dos temas.

§ 3º – Cada grupo terá um/a relator/a, previamente definido pela Comissão Organizadora, com as atribuições de:

a) abrir os trabalhos, apresentar o/a facilitador/a e encaminhar a eleição do/a coordenador/a;
b) registrar as conclusões do grupo no sistema próprio da relatoria;
c) apresentar o registro à coordenação de relatoria da VI Conferência Nacional.

Art. 19 – Os grupos obedecerão à seguinte metodologia de trabalho:

I – Quanto aos compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social no SUAS – metas nacionais do plano decenal:

a) analisar os desafios e as proposições apresentadas pelo relatório consolidado das conferências estaduais e do Distrito Federal à luz das metas nacionais do Plano Decenal, aprovadas pelo CNAS;
b) propor, identificada a necessidade do grupo, a inclusão de meta nacional para votação da plenária final, considerando os desafios e proposições analisados;
   c) cada grupo poderá apresentar até 2 (duas) propostas de inclusão de meta nacional por eixo ou, por item do eixo, desde que, aprovadas por 2/3 dos delegados presentes;
d) todas as propostas aprovadas pelos grupos serão matéria de deliberação na plenária final;

e) os desafios e as proposições apresentadas pelo relatório consolidado e que não foram contempladas como meta nacional serão incorporadas ao Plano Decenal como estratégias para efetivar as metas nacionais.

II – Quanto aos direitos socioassistenciais:

a) tendo como base os 10 (dez) direitos socioassistencias, aprovados na V Conferência Nacional, o grupo deverá indicar o grau de dificuldade de concretização destes junto aos/às usuários/as;
b) a ordem de prioridade, aprovada por maioria simples dos delegados e das delegadas presentes, será encaminhada à equipe de relatoria, a quem cabe consolidar o resultado dos grupos por grau de incidência;
c) o resultado consolidado constará da Carta Nacional dos Direitos Socioassistenciais a ser deliberada pela VI Conferência Nacional.

Art. 20 – A sistematização dos grupos deverá ser entregue à equipe de Relatoria, nos seguintes horários:

a) Nos trabalhos do dia 15 de dezembro, até às 21h deste;
b) Nos trabalhos do dia 16 de dezembro, até às 21h deste.

Seção III
Das Oficinas

Art 21 – A VI Conferência Nacional contará com 24 (vinte e quatro) Oficinas, com o objetivo de socializar concepções, aprofundar conteúdos e experiências no campo da Assistência Social.

§ 1º – As oficinas acontecerão, simultaneamente, no dia 15 de dezembro, das 18h às 20h;
§ 2º – As inscrições para as oficinas serão realizadas no dia 15 de dezembro, das 8h às 15h, no Centro de Convenções;
§ 3º – As oficinas possuem número limitado de 50 (cinqüenta) participantes, preenchidas por ordem de inscrição.

CAPÍTULO V
PLENÁRIA FINAL

Art. 22 – A Plenária Final da VI Conferência Nacional, de caráter deliberativo, é constituída pelos delegados e delegadas, devidamente credenciados/as, com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho.

Art. 23 – O processo de apreciação e aprovação do relatório final que trata das propostas de inclusão de novas metas nacionais e da Carta Nacional, dar–se–á da seguinte forma:

I. Leitura do relatório consolidado das propostas dos grupos de trabalho;
II. Apresentação dos destaques solicitados;

III. Uma defesa a favor e uma contra, dos destaques, quando for o caso, obedecido o tempo máximo de 3 minutos, cada;
IV. Esclarecidas as propostas, estas serão submetidas à votação pela Plenária;
V. Serão aprovadas aquelas propostas que obtiverem a maioria simples dos votos dos delegados e delegadas presentes, identificada por contraste e recorrendo–se à contagem, preferencialmente, uma única vez, em caso de dúvida.

Art. 24 – As moções deverão ser apresentadas à coordenação de relatoria, em formulário próprio fornecido pela Comissão Organizadora, até às 19h do dia 16 de dezembro, com assinatura de pelo menos 10% (dez por cento) do total de delegados e delegadas, credenciados, de forma a permitir o processo de apreciação e votação pela Plenária.

Parágrafo Único – As moções serão aprovadas ou rejeitadas pela Plenária, não cabendo defesas a favor ou contrária.

Art. 25 – A Plenária contará com uma mesa de apoio que auxiliará a coordenação dos trabalhos.

Art. 26 – Assegura–se o questionamento, pela ordem, à coordenação da mesa, para restabelecer os trabalhos ou no caso em que este Regimento não esteja sendo cumprido.

Art. 27 – Instalado o processo de votação, é vedado o levantamento de questão de qualquer natureza.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28 – Será divulgado pela Comissão Organizadora, após o término do credenciamento, conforme estabelecido no art. 9º deste Regimento, o número de delegados e delegadas da VI Conferência Nacional, bem como o número de convidados, convidadas, observadores e observadoras.

Art. 29 – As deliberações aprovadas na VI Conferência Nacional serão publicadas no Diário Oficial da União, pelo CNAS, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do seu encerramento e disponibilizadas no portal do CNAS.

Art. 30 – Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora da VI Conferência Nacional de Assistência Social e submetidos à aprovação da Plenária.

ANEXO C

OS 10 DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.

2. Direito de eqüidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.

3. Direito de eqüidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.

4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.

5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.

7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.

8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o co-financiamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

LISTA DE SIGLAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
ABRASCO – Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva
ANASELBA – Associação Nacional de Servidores da LBA
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADSUAS – Cadastro Nacional do SUAS
CadÚnico – Cadastro Único dos Programas Sociais
CIB - Comissão Intergestores Bipartir
CIT - Comissão Intergestores Tripartite
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CONGEMAS – Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSAD - Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Demonstrativo Sintético de Execução Físico-financeira
DF – Distrito Federal
DRU – Desvinculação de Receitas da União
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INESC – Instituto de Estudos Sócio-econômicos
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIBRAS - Linguagem Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
LRF - Lei da Responsabilidade Fiscal
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MUNIC – Pesquisa de Informações Municipais (IBGE)
NEPSAS - Núcleo de Estudos de Seguridade e Assistência Social da PUC de São Paulo
RMV - Renda Mensal Vitalícia
NOB – Norma Operacional Básica
NOB RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB SUAS - Norma Operacional Básica do SUAS
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMC - Organização Mundial do Comércio
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família
PBF – Programa Bolsa Família
PCCS – Plano de Carreira, Cargos e Salários.
PEAS – Pesquisa de Entidades Privadas de Assistência Social
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNCFC - Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PPA – Plano Plurianual
PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias do MDS – SAIP
SIAFI – Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SIGSUAS – Sistema de Gerenciamento de Informações do SUAS
SISTEMA S - Nome pelo qual ficou convencionado de se chamar ao conjunto de onze contribuições de interesse de categorias profissionais, na área do comércios (SESC), indústria (SESI) entre outros.
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUASWeb – Sistema de cadastro e monitoramento do Plano de Ação e do
SUASWeb – Sistema web de Gestão do SUAS
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VI Conferência Nacional de Assistência Social

Compromissos e Responsabilidades para Assegurar
Proteção Social pelo SUAS - Sistema Único de Assistência Social

14 a 17 de dezembro de 2007
Brasília/DF

Patrocínio:

ITAIPU BINACIONAL · SESI · SESC · CAIXA · PETROBRAS

Realização:

FOME ZERO · SUAS · Conselho Nacional de Assistência Social · Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome · BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL